



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TERRA E TRABALHO: UMA ABORDAGEM DA MEMÓRIA DO
ESPAÇO E DA HISTÓRIA RURAL DO SERTÃO SERGIPANO**

(1960-2018)

Givaldo Santos de Jesus



Cidade Universitária Profº José Aloísio de Campos
São Cristóvão - SE
Outubro de 2021

Givaldo Santos de Jesus

**TERRA E TRABALHO: UMA ABORDAGEM DA MEMÓRIA DO
ESPAÇO E DA HISTÓRIA RURAL DO SERTÃO SERGIPANO
(1960-2018)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Profº Drº José Eloízio da Costa, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: Produção do Espaço Agrário.

Cidade Universitária Profº José Aloísio de Campos
São Cristóvão - SE
Outubro de 2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Jesus, Givaldo Santos de

J58t Terra e trabalho: uma abordagem da memória do espaço e da história rural do sertão sergipano (1960-2018) / Givaldo Santos de Jesus; orientador José Eloízio da Costa. – São Cristóvão, SE, 2021.

405 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1.Geografia. 2. Desenvolvimento rural – Sergipe – História. 3. Agricultura familiar. 4. Agricultura e Estado. 5. Regiões áridas – Sergipe. 6. Sertanejos. 7. História oral. I. Costa, José Eloízio da, orient. II. Título.

CDU 911.3:631:338.431(813.7) (091)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**TERRA E TRABALHO: UMA ABORDAGEM DA MEMÓRIA DO
ESPAÇO E DA HISTÓRIA RURAL DO SERTÃO SERGIPANO**
(1960-2018)

BANCA EXAMINADORA:

Profº Drº José Eloízio da Costa
Orientador - PPGeo/UFS

Luís Manuel Costa Moreno – IGOT/ULisboa
Membro Externo

Eustógio Wanderley Correia Dantas – PPGeo/UFC
Membro Externo

Profº Drº Antônio Fernando de Araújo Sá – PROHIS/UFS
Membro Externo

Profª Drª Sônia de Souza Mendonça Menezes
Membro Interno - PPGeo/UFS

Givaldo Santos de Jesus
Doutorando – PPGeo/UFS

Cidade Universitária Profº José Aloísio de Campos
São Cristóvão - SE
Outubro de 2021

À Luís Augusto de Jesus, meu pai (in memoriam), que despertou em mim a Geografia e a História do mundo rural, através de suas memórias e histórias narradas.

A minha companheira Edna, meu amor e incentivadora de minha trajetória acadêmica.

A prof^a Michele e ao prof^o Adenilton (in memoriam) pedagoga e geógrafo comprometidos com a construção de um mundo melhor para todas e todos.

Aos meus alunos da Educação Básica para que esta tese sirva de estímulo e continuem na caminhada do conhecimento científico.

AGRADECIMENTOS

Ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional fui questionado por que um historiador escolheu fazer Mestrado e Doutorado em Geografia. Essa escolha custou muita reflexão, resistência, dúvidas, críticas e incentivos. Mas o desejo de conhecer o mundo através da História e da Geografia sempre foi muito forte. Hoje estou com essa tese pronta, com a certeza de que escolhi o caminho certo para conhecer o mundo de uma forma aprofundada, e em especial o mundo rural do Sertão sergipano.

Para a realização deste trabalho algumas pessoas ajudaram-me e sem as quais não teria avançado na construção do conhecimento. A todas elas, a minha profunda gratidão. E de forma especial gostaria de agradecer:

Ao Profº Drº José Eloízio da Costa, orientador deste trabalho, meu muito obrigado pela orientação, incentivo e liberdade para traçar o percurso da pesquisa e sua construção. Já são mais de uma década e meia de amizade, confiança, respeito, discussão, amadurecimento e crescimento acadêmico.

Aos professores e professoras do PPGeo/UFS: Maria Augusta, Josefa Eliane, Marleide, Christiane, Josefa Lisboa, Roseméri, Geisa, Sônia, Eloízio, Diana, Lílían, Sócrates e Wagner Walter, pelos conhecimentos transmitidos durante o cumprimento dos créditos das disciplinas cursadas. Minha admiração, respeito e gratidão.

A coordenação do PPGeo/UFS pelo compromisso e zelo na condução do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

A Everton, Matheus, France e Jobson pela alegria e disposição em sempre atender as nossas solicitações junto à secretaria do PPGeo/UFS.

Aos professores e professoras da Educação Básica, da Licenciatura em História e da Licenciatura em Geografia (professores e tutores) que contribuíram para a construção de minha formação acadêmica.

Ao Profº Drº Eliano Sérgio de Azevedo Lopes pelo incentivo e contribuição no projeto inicial deste trabalho, a entrevista concedida e o empréstimo de fotografias de seu acervo pessoal sobre o Sertão sergipano.

Ao Prof. Drº Marcelo Alves Mendes pela valiosa contribuição na correção e discussão do projeto inicial desta pesquisa.

Ao Prof. Drº Lourival Santana Santos pela amizade e sugestão das fontes utilizadas neste trabalho.

A Profª Drª Alexandrina Luz Conceição e a Profª Drª Terezinha Alves de Oliva pelo incentivo para cursar o doutorado em Geografia.

Ao Profº Drº Antônio Fernando de Araújo Sá pelas orientações no projeto de pesquisa, na qualificação apontando sugestões para o enriquecimento da tese e pelo incentivo para a sua conclusão.

A Profª Drª Sônia de Souza Mendonça Menezes pelo incentivo, questionamentos e orientações na banca de qualificação desta tese.

Aos membros da banca examinadora: Profº Drº José Eloízio da Costa, Prof. Drª Sônia de Souza Mendonça Menezes, Profº Drº Antônio Fernando de Araújo Sá, Profº Drº Eustógio Wanderley Correia Dantas, Profº Drº Luís Manuel Costa Moreno pela disponibilidade, zelo e dedicação na avaliação desta tese de doutorado.

Aos colegas da turma 2017 (Mestrado e Doutorado) pelas valiosas discussões e aprendizado durante as aulas, trabalhos apresentados e nas atividades de campo.

Aos colegas do Grupo de pesquisa sobre “Transformações no Mundo Rural” pelo companheirismo, debates, pesquisas, amizade nesses anos de convivência e incentivo para concluir esta pesquisa. Muitos passaram pelo GEPRU, outros continuam. Mas o importante é que a amizade, o respeito e a consideração permanecem.

Aos entrevistados que mim receberam em suas casas e/ou tiraram um tempo para prestar seu depoimento através do Google meet, reavivando a memória e a história do sertão. Seus depoimentos nortearam todos os procedimentos e a construção desta pesquisa.

A Hildebrando Oliveira Maia Júnior pela entrevista concedida, atenção, incentivo, sugestão e contato de alguns dos entrevistados desta tese.

A Raimundo Eliete Cavalcante pela entrevista concedida, pela recepção em sua casa e na Unidade Produtiva Camponesa – UPC, no Assentamento Califórnia, em Canindé do São Francisco.

A José Alberto de Oliveira pela sugestão e disponibilidade de mim conduzir até as propriedades de alguns dos entrevistados desta tese.

Ao Profº e Deputado Estadual Iran Barbosa e sua assessora Terezinha pelo empenho na busca e acesso as Mensagens de Governo na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

A senhora Cilene Ludovice Bispo de Carvalho, coordenadora do Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, pela atenção e acesso às Mensagens de Governo.

Ao senhor Roberto Nogueira chefe de Secretaria Geral de Governo e ao senhor Gilson Santos Calumbí, do arquivo da SUPERLÉGIS pela atenção e acesso às Mensagens de Governo.

Aos companheiros e companheiras do SINTESE–Subsede Agreste: Rita, Milena, Jenisson, Terezinha, Dantas, Elisângela, Ana, Magalhães, Nazaré, Liene e Romário pelo incentivo para cursar o doutorado e pelo aprendizado de luta, estudo e defesa de uma educação pública de qualidade para todos e todas.

A Prefeitura Municipal de Ribeirópolis e a então Secretária de Educação Gorete Góis Silva, por agilizar minha Licença para Curso, prevista no Plano de Carreira do Magistério Público de Ribeirópolis-Se.

Ao governo do Estado de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC, por ter liberado minha Licença para Curso, prevista no Plano de Carreira do Magistério Público Estadual, embora não tenha reconhecido o direito a regência de classe.

A comunidade escolar do Colégio Municipal “Josué Passos” e do Colégio Estadual “João XXIII” pela inspiração, confiança e incentivo na construção desta tese.

Aos meus ex-alunos da Educação Básica Renato, Edimilson, Laís e Ramon, hoje geógrafos e geógrafa aqui representando muitos ex-alunos que sempre acreditaram e mim incentivaram para continuar no caminho do conhecimento.

Ao professor Nilson Lima pelo incentivo e revisão de minhas inaptidões gramaticais.

A Valmir Bispo pelo apoio técnico no uso das tecnologias de informação, computação e na formatação desta tese. Valmir é mais que um apoio técnico em informática. É um amigo de infância que acompanhou toda a minha trajetória acadêmica.

A Riclaudio Silva Santos pela confecção dos mapas e gráficos desta pesquisa.

A José Carlos dos Santos pela colaboração na transcrição das entrevistas com a metodologia da História oral.

A minha mãe (costureira e agricultora) e a meu pai (agricultor, pedreiro e sapateiro) que vencendo as dificuldades, proporcionaram-me a oportunidade de estudar. Aprendi com eles que somente a educação liberta o ser humano de todas as pobreza (ignorância, falta de amor, fome). A minha irmã Lucimara e a minha sobrinha Laryssa pelo incentivo durante o doutorado.

A minha esposa Edna incentivadora e companheira de todas as jornadas e projetos de vida. Durante o doutorado renunciou a muitas coisas para ficar ao meu lado.

Por fim, quero externar meu profundo agradecimento a todos e todas que direto ou indiretamente contribuíram para a construção desta tese.

“Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar”.

Bertolt Brecht

RESUMO

As transformações ocorridas no espaço rural, em função do avanço das relações capitalistas no campo, tem sido um objeto amplo para o desenvolvimento de estudos em diversas áreas das ciências. A Geográfica, por sua vez, tem procurado novas narrativas com bases teóricas e metodológicas no sentido de explicar os fatos que implicam na dinâmica e configuração do espaço. A presente tese tem como objetivo abordar as dimensões da questão da terra e do trabalho, reconstruindo a memória e a história rural, na perspectiva das mudanças e permanências da agricultura familiar no espaço rural do sertão sergipano, na trajetória de 1960 a 2018. Esta pesquisa tem um caráter geográfico e busca a interdisciplinaridade com a História. Em termos metodológicos, realizamos ampla revisão bibliográfica com autores clássicos e atuais sobre a temática trabalhada; aplicamos entrevistas por meio da metodologia da História oral temática com o objetivo de resgatar as memórias individuais e coletivas dos atores sociais que atuaram e/ou atuam no espaço rural do sertão sergipano e foram entrecruzadas com dados quantitativos e documentos oficiais como: Censos Agropecuários, Mensagens de Governo e jornais do período estudado. O sertão é uma região dinâmica com um vasto patrimônio político, econômico, social, cultural e ambiental com expressiva diversidade alimentada por um conjunto de memórias e representações sociais que nos permitem identificar a contraditória e histórica concentração fundiária, a partir do domínio pecuarista de algumas famílias, como Britto, Feitosa, Carvalho e Leite, e a luta dos trabalhadores rurais sem terra, organizada em um primeiro momento pela igreja católica e depois pelo MST para ter acesso a terra e garantir a sobrevivência em uma região do semiárido. As secas constantes obrigam o sertanejo a desenvolver algumas estratégias de convivência, destacando-se o plantio de palmas, silagem e armazenamento de água das chuvas em barragens e cisternas. E o Estado, por sua vez, atuou com a implementação de projetos de desenvolvimento como o Polonordeste, Sertanejo e o Chapéu de Couro, em que a maioria de suas ações acabaram incentivando o processo de modernização desigual e o crescimento da pecuária em detrimento da pequena produção familiar. A produção agropecuária no sertão sergipano passou por um processo de crescimento e crise, destacando-se a mandioca, o algodão, o feijão, o milho e o rebanho bovino, cada um com suas especificidades. No tempo presente, o agronegócio do milho tem avançado no sertão, beneficiando os grandes produtores e a produção de leite que, mesmo pulverizada entre os agricultores familiares, tem garantido a sua sobrevivência e permanência no campo. Na verdade, o acesso à terra, os investimentos em políticas públicas e o crescimento da produção de milho e da bacia leiteira têm proporcionado um desenvolvimento no sertão. E, mesmo desigual, tem apresentado crescimento e melhorias nas condições de vida do povo sertanejo. Um exemplo dessa realidade é o crescimento registrado em Nossa Senhora da Glória nas últimas três décadas, considerada a capital do sertão e do leite. Portanto, a maior contribuição desta pesquisa foi construir um arcabouço histórico e geográfico sobre o desenvolvimento rural do sertão sergipano para que o sertanejo mantenha a luta pela sobrevivência e a valorização da terra como meio de produção e reprodução das unidades familiares.

Palavras-chave: Geografia, Memória, História, Sertão sergipano e Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The transformations that have occurred in the rural space, due to the advance of capitalist relations in the field, have been an ample object for the development of studies in several areas of science. Geography, in turn, has sought new narratives with theoretical and methodological bases in order to explain the facts that imply in the dynamics and configuration of space. The present thesis aims to address the dimensions of the land and labor issue, reconstructing memory and rural history, from the perspective of the changes and permanences of family farming in the rural space of the Sertão sergipano, in the trajectory from 1960 to 2018. This research has a geographical character and seeks interdisciplinarity with History. In methodological terms, we conducted an extensive bibliographic review with classic and current authors on the theme; we applied interviews through the methodology of thematic oral history with the objective of rescuing the individual and collective memories of social actors who acted and/or operate in the rural space of the Sertão sergipano and were cross-referenced with quantitative data and official documents such as: Agricultural Censuses, Government Messages and newspapers from the period studied. The sertão is a dynamic region with a vast political, economic, social, cultural and environmental heritage with expressive diversity fed by a set of memories and social representations that allow us to identify the contradictory and historical land concentration, from the cattle-raising dominion of a few families, such as Britto, Feitosa, Carvalho and Leite, and the struggle of the landless rural workers, organized in a first moment by the Catholic church and later by the MST to have access to land and guarantee survival in a semi-arid region. The constant droughts force the "sertanejo" (people from the countryside) to develop some survival strategies, especially planting palms, silage and storing rainwater in dams and cisterns. And the State, in turn, acted with the development of development projects such as the Polonordeste, Sertanejo and the Chapéu de Couro, in which most of its actions ended up encouraging the process of unequal modernization and the growth of cattle-raising, to detriment of the small family production. The agricultural production in the sertão sergipano went through a process of growth and crisis, highlighting manioc, cotton, beans, corn and cattle raising, one with its own specificities. At the present time, the corn agribusiness has advanced in the sertão, benefiting the large producers and the milk production that, even pulverized among family farmers, has guaranteed their survival and permanence in the field. In fact, access to land, investments in public policies, and the growth of corn production and the dairy basin have provided a development in the sertão. And, even though unequal, it has shown growth and improvements in the living conditions of the people of the sertanejo (countryside). An example of this reality is the growth registered in Nossa Senhora da Glória in the last three decades, considered the capital of the sertão and of milk. Therefore, the major contribution of this research was to build a historical and geographic framework about the rural development of the Sertão sergipano so that the sertanejo maintains struggle to survival and the land valuation as a means of production and reproduction of the family units.

Keywords: Geography, Memory, History, Sertão sergipano and Rural Development.

RESUMEN

Las transformaciones ocurridas en el espacio rural, en función del avance de las relaciones capitalistas en el campo, han sido un amplio objeto para el desarrollo de los estudios en diversas áreas de la ciencia. La geografía, por su vez, ha buscado nuevas narrativas con bases teóricas y metodológicas para explicar los hechos que implican e la dinámica y configuración del espacio. La presente tesis tiene como objetivo abordar las dimensiones de la cuestión de la tierra y del trabajo, reconstruyendo la memoria y la historia rural, en la perspectiva de los cambios y permanencias de la agricultura familiar en el espacio rural del sertón sergipano, en la trayectoria de 1960 a 2018. Esta investigación tiene un carácter geográfico y busca la interdisciplinariedad con la Historia. En términos metodológicos, realizamos una amplia revisión bibliográfica con autores clásicos y actuales sobre el tema trabajado; aplicamos entrevistas a través de la metodología de la historia oral temática con el fin de rescatar las memorias individuales y colectivas de los actores sociales que actuaron y/o actúan en el espacio rural del sertón sergipano y se cruzaron con datos cuantitativos y documentos oficiales como: Censos Agrícolas, Mensajes Gubernamentales y periódicos del período estudiado. El sertón es una región dinámica con un amplio patrimonio político, económico, social, cultural y ambiental, con una expresiva diversidad alimentada por un conjunto de memorias y representaciones sociales que nos permiten identificar la contradictoria e histórica concentración del agrupamiento de la tierra, a partir del dominio ganadero de algunas familias, como Britto, Feitosa, Carvalho y Leite, y la lucha de los trabajadores rurales sin tierra, organizada en el primer momento por la iglesia católica y después por el MST, para tener acceso a la tierra y asegurar la supervivencia en una región semiárida. Las constantes sequías obligan al sertanejo a desarrollar algunas estrategias de afrontamiento, especialmente la plantación de palmeras, el ensilado y el almacenamiento del agua de las lluvias en presas y cisternas. Y el Estado, a su vez, actuó con implementación de proyectos de desarrollo como el Polonordeste, el Sertanejo y el Chapéu de Couro, en los que la mayoría de sus acciones acabaron fomentando el proceso de modernización desigual y el crecimiento de la ganadería en detrimento de la pequeña producción familiar. La producción agropecuaria en el sertón sergipano pasó por un proceso de crecimiento y crisis, destacando la mandioca, el algodón, el frijol, el maíz y el ganado, cada uno con sus propias especificidades. En la actualidad, el agronegocio del maíz ha avanzado en el sertón, beneficiando a los grandes productores y a la producción de leche que, aunque pulverizada entre los agricultores familiares, ha garantizado su supervivencia y permanencia en el campo. De hecho, el acceso a la tierra, las inversiones en políticas públicas y el crecimiento de la producción de maíz y de la cuenca lechera han proporcionado el desarrollo en el sertón. Y, aunque desigual, ha presentado crecimiento y mejoras en las condiciones de vida de la población del sertón. Un ejemplo de esta realidad es el crecimiento registrado en Nossa Senhora da Glória en las últimas tres décadas, considerada la capital del sertón y de la leche. Por lo tanto, la mayor contribución de esta investigación fue construir un marco histórico y geográfico sobre el desarrollo rural del sertón sergipano para que el sertanejo mantenga la lucha por la supervivencia y la valoración de la tierra como medio de producción y reproducción de las unidades familiares.

Palabras clave: Geografía, Memoria, Historia, Sertón sergipano y Desarrollo Rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vegetação de caatinga preservada – Fazenda Mundo Novo - Canindé do São Francisco – Se.....	140
Figura 2: A escassez de água durante o período de secas no sertão: Barragem no povoado Maravilha - Monte Alegre de Sergipe	141
Figura 3: Antiga sede da fazenda São Clemente, hoje Quilombo Serra da Guia.....	158
Figura 4: Trabalhadores rurais e suas famílias na inauguração da sede do assentamento Barra da Onça, no dia 1º de maio de 1987.....	173
Figura 5: Visita dos alunos do curso de Direito da UFS a Barra da Onça, no ano de 1987....	184
Figura 6: Trabalhadores do grupo de Poço Redondo, do assentamento Barra da Onça, em visita aos trabalhadores rurais de Nova Glória, na Bahia, 1988.	187
Figura 7: Monumento em Canindé do São Francisco, demarcando a presença do MST no Sertão	189
Figura 8: Assentamento do MST na fazenda Queimada Grande, em Poço Redondo-Se.....	191
Figura 9: Barragem de Cabel – Povoado Lagoinha, entre os municípios de Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe	204
Figura 10: Barragem de Gerusa – Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 2019	204
Figura 11: Barragem da Pedra Grande – Povoado Pedra Grande –Nossa Senhora da Glória-Se, 2019.....	205
Figura 12: Barragem do Augustinho – Povoado Augustinho – Nossa Senhora da Glória-Se, 2019.....	205
Figura 13: Açude Cajueiro, Ribeirópolis-Se, 2020.....	206
Figura 14: Barragem do Algodoeiro, construída na década de 80, no povoado Algodoeiro em Nossa Senhora da Glória, 2020	215
Figura 15: Produção de capim elefante irrigada com as águas da barragem do Algodoeiro, 2020.....	215
Figura 16: Palma para o gado - povoado Alecrim – Nossa Senhora da Glória-Se, 2019.....	217
Figura 17: Silo com ração de milho para o gado na Fazenda Maravilha, em Monte Alegre de Sergipe, 2019.....	217
Figura 18: Ordenha de vaca de leite manual – Fazenda Canto Alto, Monte Alegre de Sergipe, 2019.....	225
Figura 19: Produção de queijo coalho de forma artesanal, 2020.....	226
Figura 20: Queijo coalho artesanal, 2020.....	226
Figura 21: Usina de Beneficiamento de Algodão Popular de Francisco Modesto dos Passos – Fundada em 1939, Ribeirópolis-Se, 2020.....	235

Figura 22: Plantadeiras manual – Pequena propriedade em Nossa Senhora da Glória-Se, 2019	248
Figura 23: Tombador manual – Pequena propriedade em Nossa Senhora Aparecida-Se, 2019	248
Figura 24: Carro de boi - Memorial Alcino Alves Costa, em Poço Redondo-SE, 2020	249
Figura 25: Carro de boi – pequena propriedade entre Pedro Alexandre-BA e Santa Rosa do Ermírio-Se, 2020	249
Figura 26: Moto utilizada para o transporte de leite – Fazenda Maravilha/Monte Alegre de Sergipe, 2019.....	250
Figura 27: Moto utilizada para o transporte e comercialização do leite – Pequeno produtor em Ribeirópolis-Se, 2019	250
Figura 28. Trator 275 Massey Ferguson, ano 1985 - Assentamento Pedra Grande/Nossa Senhora da Glória-Se, 2019.....	251
Figura 29: Trator Valmet, ano 1983 – Fazenda Praia/Monte Alegre de Sergipe, 2019	251
Figura 30: Tratores da marca New Holland comercializado na MSOBRAL, em Itabaiana-se, 2020.....	253
Figura 31: Implementos agrícolas comercializados na MSOBRAL, em Itabaiana-se, 2020	253
Figura 32: Trator para aplicar pesticidas, marca New Holland comercializado na MSOBRAL, em Itabaiana-se, 2020	254
Figura 33: Colheitadeira da marca New Holland comercializada na MSOBRAL, em Itabaiana-se, 2020.....	254
Figura 34: Cisterna da década de 80 em uma propriedade no povoado Maravilha, Monte Alegre de Sergipe, 2019.....	271
Figura 35: Poço artesiano no povoado Santa Rosa do Ermírio - Poço Redondo-Se, 2019.....	272
Figura 36: Cultivo de quiabo em Canindé do São Francisco, 2020.....	278
Figura 37: Cisterna P1MC, em uma pequena propriedade no povoado Pedra Grande - Nossa Senhora da Glória, 2020	283
Figura 38: Cisterna P1+2 em uma pequena propriedade no Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020	283
Figura 39: Cisterna Calçadão, em uma pequena propriedade no povoado Couro - Monte Alegre de Sergipe, 2020.....	283
Figura 40: Barreiro Trincheiro em uma pequena propriedade no Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020	283
Figura 41: Biodigestor em uma pequena propriedade no Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020	286
Figura 42: Fogão Ecológico em uma pequena propriedade no Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020	286

Figura 43: Banco de Sementes da Comunidade do Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020.....	287
Figura 44: Parte interna do Banco de Sementes da Comunidade do Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020	287
Figura 45: Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe LTDA – COOPAC, 2019	293
Figura 46: Roça de milho transgênico, na fase de pendão, no município de Nossa Senhora Aparecida-Se, 2019.....	298
Figura 47: Máquina colheitadeira de milho, em Nossa Senhora da Glória-Se.	299
Figura 48: Solo exposto depois da colheita do milho, no povoado Agostinho em Nossa Senhora da Glória, 2020	303
Figura 49: Laticínio União, no Assentamento Barra da Onça, Poço Redondo-Se, 2020.....	309
Figura 50: Caminhão utilizado para o transporte de leite no Sertão Sergipano, 2020.....	310
Figura 51: Tanque de resfriamento de leite no Sertão Sergipano, 2020	310
Figura 52: Praça da Matriz com a imagem de Nossa Senhora da Glória, 2021	314
Figura 53: Centro comercial de Nossa Senhora da Glória – Sergipe, 2020	318
Figura 54: Portal da entrada de Nossa Senhora da Glória- Se, 2021	320
Figura 55: Feira de Nossa Senhora da Glória-Sergipe, 2020	321
Figura 56: Nova e antiga casa de morada do Senhor Antônio Eloy Santana, povoado Monte Santo, em Monte Alegre de Sergipe, 2020	323

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Grandes propriedades no Sertão Sergipano em tempos pretéritos – 1960-2000 ..	162
Quadro 2: Principais ações Desenvolvidas pelo Projeto Sertanejo, no Exercício de 1980/1981	265
Quadro 3: Principais Ações Desenvolvidas pelo Projeto Chapéu de Couro no ano de 1984 no Semiárido Sergipano	268

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Emprego de mão de obra em estabelecimentos agropecuários no município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe (1970-2017)	221
Gráfico 2: Produção de Mandioca (t) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017).....	230
Gráfico 3: Produção de Algodão (t) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)	234
Gráfico 4: Produção de Feijão (t) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)	238
Gráfico 5: Produção de Milho (t) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)	240
Gráfico 6: Número de Bovinos (cabeças) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017).....	2433
Gráfico 7: Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários, municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)	252
Gráfico 8: Consumo do Milho segundo os diferentes segmentos (em milhões de toneladas), 2018.....	296
Gráfico 9: Produção de milho em grãos no município de Nossa Senhora da Glória (1995-2017)	297
Gráfico 10: Produção de Leite (mil litros/dia) nos Municípios da Rota do Sertão Estado de Sergipe, 1960-2017	307
Gráfico 11: Valor total da produção de leite nos municípios da rota do sertão, Estado de Sergipe (1970-2017).....	311

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estado de Sergipe – Localização da Área de Estudo: Sertão Sergipano	28
Mapa 2 – Localização da Área de Estudo: Sertão Sergipano.....	131
Mapa 3 – Ocupações e famílias em ocupações no estado de Sergipe	171
Mapa 4: Assentamentos rurais e área dos assentamentos no estado de Sergipe, 1982 - 2013	174
Mapa 5: Famílias assentadas no estado de Sergipe, 1982 - 2013.....	176
Mapa 6: Semiárido Brasileiro	193
Mapa 7: Isoietas de Precipitação Média anual do Estado de Sergipe.....	196
Mapa 8: Polígono das secas e índice de incidências das secas no estado de Sergipe.....	211
Mapa 9: Aplicação do Projeto Chapéu de Couro no Estado de Sergipe, 1983-1987; 1991-1994	267
Mapa 10: Barragens, Fontes Naturais e Poços Tubulares no Estado de Sergipe	274
Mapa 11: Uso e Cobertura da Terra no Sertão Sergipano, 1995 e 2017.....	304
Mapa 12: Localização do município de Nossa Senhora da Glória, municípios limítrofes e área de estudo.....	316

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Índice de Gini da posse da terra nos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe – 1985-2006.....	151
Tabela 2. Índice de Gini da posse da terra no Sertão Sergipano – 1985-2006.....	152
Tabela 3. Município de Canindé do São Francisco: Distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – 1985-1995/96-2006.....	153
Tabela 4. Colônias agrícolas, fazendas comunitárias e assentamentos com irrigação implantados no sertão sergipano (1983-1992)	169
Tabela 5: Municípios do Polígono das Secas da Rota do Sertão.....	203
Tabela 6: Município de Nossa Senhora da Glória-População Total, Urbana e Rural (1970, 1980, 1990, 2000, 2010)	318

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR – Animação Cristã no meio Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

BB – Banco do Brasil

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPED – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COMASE – Companhia Agrícola de Sergipe

COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe

COOPAC – Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe
LTDA

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

CONDESE – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe

CDJBC – Centro Dom José Brandão de Castro

CPT – Comissão da Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITPS – Instituto Tecnológico e de Pesquisa do Estado de Sergipe

ITR – Imposto Territorial Rural

ITER – Instituto de Teologia do Recife

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores de Sergipe

NPGeo – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PPGeo – Programa de Pós-Graduação em Geografia

ONU – Organização das Nações Unidas

PDRS – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável

PDSA – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste

PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe

PRONASA – Programa Nacional de Desenvolvimento Animal

PROHIDRO – Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos

PPM – Produção Pecuária Municipal

RESEA – Rede Sergipana de Agroecologia

SEDETEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia-Sergipe

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário

SEIDES – Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento

SIBCS – Sistema Brasileiro de Classificação de Solos

SIG – Sistema de Informações Geográficas

UPC – Unidade Produtiva Camponesa

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	27
PARTE I - APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	37
2 - PERCURSOS EPISTEMOLÓGICOS DA GEOGRAFIA, DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA	38
2.1 - Geografia e História: uma relação interdisciplinar consolidada.....	38
2.2 - Espaço, tempo e região: desafios do pensar e do fazer geográfico	50
2.3 – A Geografia entre Memória e História Rural	66
2.4 - De lavrador, camponês a agricultor familiar: um processo histórico, ideológico e regulamentado pelo Estado	80
2.5 - A construção do conceito de Desenvolvimento rural no Brasil	96
3 – ESBOÇANDO A TRAJETÓRIA DA PESQUISA: O MÉTODO, A METODOLOGIA E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	105
3.1- Os métodos Fenomenológico e Dialético como itinerário da pesquisa	105
3.2– Delineando o caminho a ser percorrido: a metodologia.....	111
3.3 – A interdisciplinaridade no âmbito da pesquisa	120
3.4 – A relevância das categorias e conceitos de análise	124
PARTE II - MEMÓRIA E HISTÓRIA RURAL DO SERTÃO SERGIPANO (1960-2018)	133
4 - MEMÓRIAS E HISTÓRIAS REVELADAS: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, A LUTA E O SIGNIFICADO DA TERRA E DO SERTÃO PARA OS SERTANEJOS DO SERTÃO SERGIPANO.....	134
4.1 – O sertão e o sertanejo: discursos e representações sociais	134
4.2 – Aspectos da estrutura fundiária do Sertão Sergipano.....	147
4.3 – O domínio pecuarista no Sertão sergipano: a questão agrária como raiz dos principais problemas sociais	154
4.4 – O significado e o acesso a terra: compra, herança e luta pela terra	164
4.5 – Entre memórias narradas: a luta pela terra e os movimentos sociais	178
5 - PROCESSO DE CRESCIMENTO E CRISE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO SERTÃO SERGIPANO.....	192
5.1 - As grandes secas no imaginário do sertanejo	192
5.2 – Formas de conviver no sertão: estratégias de produção e reprodução das unidades familiares	210
5.3 – O trabalho familiar e as técnicas de produção passado de geração a geração	219
5.4 – Ascensão e crise dos ciclos de produção agropecuária sertaneja em tempos pretéritos	227
5.5 - A modernização desigual e os instrumentos do Agricultor Familiar como “testemunha”	245

PARTE III – A ATUAÇÃO DO ESTADO E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL SERGIPANO	256
6 - O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL NO SERTÃO SERGIPANO	257
6.1 – Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, o significado da SUDENE e do projeto Chapéu de Couro para o sertanejo	257
6.2 – A percepção dos agricultores familiares em relação a efetividade das políticas públicas	280
6.3 – A emergência do milho e a pulverização espacial da produção do leite no sertão sergipano	294
6.4 – Os efeitos do novo sertão econômico: Nossa Senhora da Glória como referência de desenvolvimento	313
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	325
8 – REFERÊNCIAS.....	339
9 – FONTES IMPRESSAS E DOCUMENTAIS	389
9.1 – Jornais:.....	389
9.2 – Mensagens de Governo (1960-2018).....	389
10 – FONTES ORAIS.....	390
11 – APÊNDICES	392
Apêndice A – Roteiro de entrevista.....	393
Apêndice B – Carta de cessão	397
Apêndice C - Quadro com o perfil dos entrevistados.....	398
12 – ANEXOS	402
Anexo A - Governadores de Sergipe, 1959 a Atualidade	403
Anexo B – Instrumentos de trabalho da Fazenda Maravilha -Monte Alegre de Sergipe 2020	404

1 – INTRODUÇÃO

Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas - de fazer balancê, de se remexerem dos lugares [...]. São tantas horas, de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo muito miúdo, recruzado.

João Guimarães Rosa

Grande sertão: Veredas, 2020.

Durante muito tempo, as ciências de um modo geral vêm se especializando e cada campo do saber tem uma história marcada pelo distanciamento e ausência de diálogo de uma com as outras. Em nossa graduação em História, no mestrado em Geografia e ministrando aulas na Educação Básica, por quase três décadas, percebemos o distanciamento e a necessidade de estabelecer um diálogo entre a Geografia e a História, e ao longo do tempo fomos amadurecendo as ideias de como aproximar os dois campos do saber, quebrando barreiras, resistências e preconceitos.

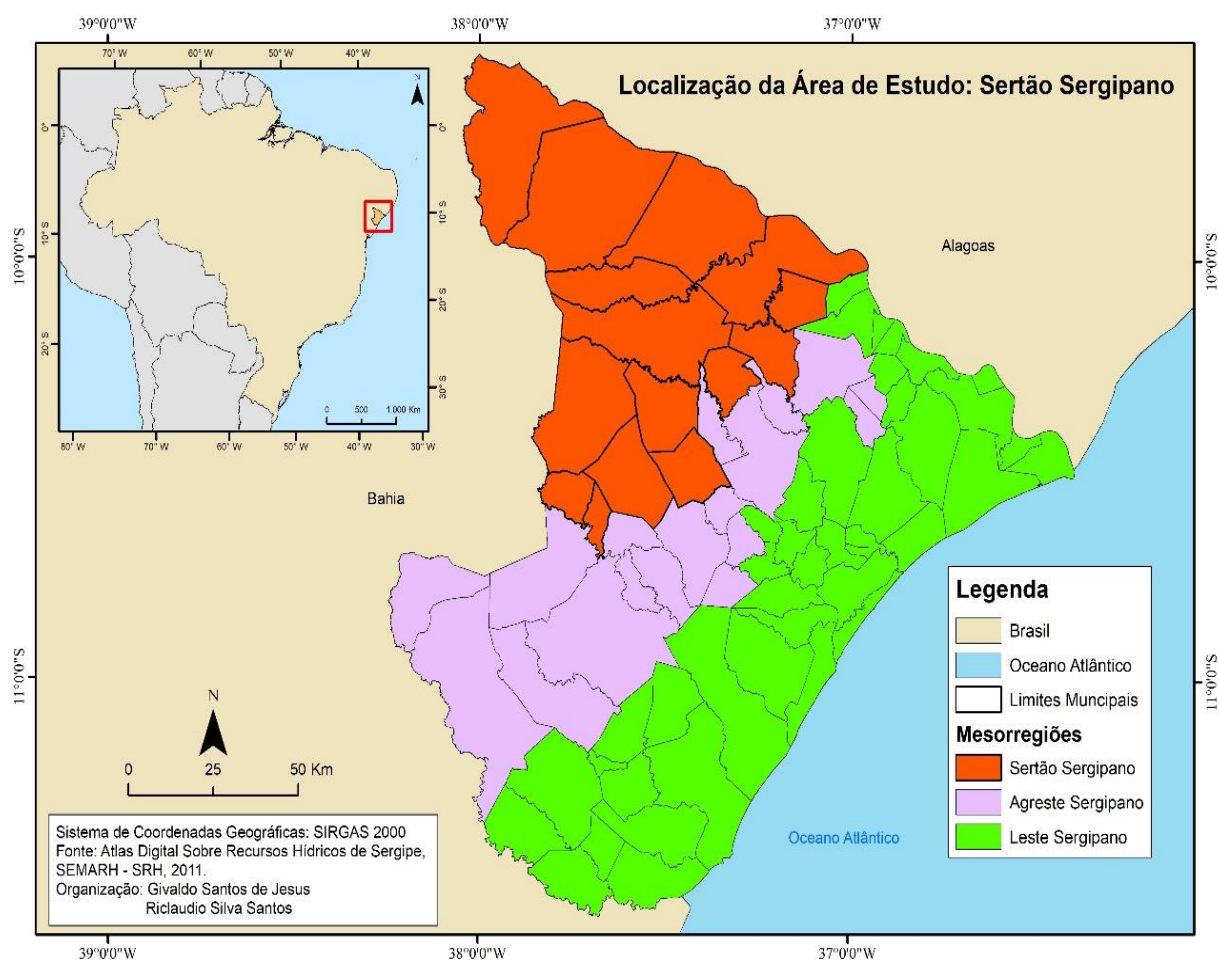
Depois da conclusão do mestrado, passamos uma década na mesma estação deixando o trem passar. Isso porque tinha algo a ser feito naquela estação. Muitas dúvidas e inquietações afloraram e aprofundaram-se. Passamos nesse tempo por um conflito epistemológico e profissional, e, se nessa estação pegaria o trem da História ou da Geografia, foi então que chegou a hora de tomarmos a decisão e pegarmos a locomotiva da Geografia numa perspectiva interdisciplinar com a História, devido ao interesse sempre presente e a necessidade de aproximar os dois campos do saber e diminuir nossas inquietações sobre o tempo e o espaço. Categorias que unem os dois campos do saber em que o entendimento do espaço não pode ocorrer sem a compreensão do tempo e vice-versa.

As discussões a respeito das transformações ocorridas no espaço rural, em função do avanço das relações capitalistas ao longo do tempo, têm sido crescentes, envolvendo praticamente todos os aspectos da vida humana. Nesse contexto, a ciência geográfica tem buscado explicações com bases teóricas e metodológicas no sentido de subsidiar o conhecimento dos fatos que implicam na dinâmica e configuração do espaço. A presente tese tem como objetivo abordar as dimensões da questão da terra e do trabalho, reconstruindo a memória e a história rural, na perspectiva das mudanças e permanências da agricultura familiar

no espaço rural do sertão sergipano, na trajetória 1960 a 2018. Nesse sentido, procuramos construir novas abordagens abrindo um diálogo interdisciplinar entre a Geografia e a História.

A escolha deste tema surgiu pelo interesse em ampliar e aprofundar a temática sobre a produção e reprodução do espaço rural no Sertão sergipano (Mapa 1), ao percebermos em algumas entrevistas realizadas com agricultores familiares em trabalhos anteriores, o quanto estes agricultores se reportam ao passado e a memória para explicar o presente. Para Benjamin (1994), a memória é o meio para se chegar ao passado. As lembranças estão em diferentes camadas da memória escavadas no presente e, nesse presente, podem expressar as experiências silenciadas em tempos pretéritos. Segundo Halbwachs (2006), a memória é uma construção coletiva que serve para afirmar e fortalecer uma identidade comum, possibilitando um olhar multifacetado ao mesmo tempo que amplia novas perspectivas de compreensão e interpretação do espaço e a percepção de vertentes ainda pouco exploradas na Geografia.

Mapa 1 – Estado de Sergipe – Localização da Área de Estudo: Sertão Sergipano



Na Geografia, são muitos os estudos sobre o espaço rural sergipano. Todavia, no que se refere aos estudos interdisciplinares entre a Geografia e a História, estes ainda são poucos explorados, em especial os que buscam resgatar o passado por meio das memórias de agricultores familiares, fazendeiros e representantes de instituições que atuaram e/ou atuam no meio rural com o objetivo de entender a organização e reprodução do espaço rural no Sertão sergipano do passado e do tempo presente. O sertão é uma região dinâmica com um vasto patrimônio econômico, social, cultural e ambiental com expressiva diversidade, marcada por uma histórica concentração fundiária e luta dos trabalhadores rurais para ter acesso a terra e garantir a sobrevivência.

O registro da memória de um tempo é um bem inestimável que pode contribuir para o entendimento do passado e a conscientização no presente, facilitando o surgimento de novas perspectivas para o futuro. Mas existem poucos trabalhos que deixam registrada a memória do espaço rural sergipano, e em especial as memórias sobre o sertão. A principal hipótese é que no período estudado, em função do desenvolvimento do capitalismo no campo, ocorreram mudanças e permanências econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais que podem estar guardadas nas memórias dos atores sociais, contribuindo para o entendimento da produção e reprodução do espaço rural do sertão sergipano.

Em uma pesquisa realizada no banco de teses e dissertações da CAPES, que recebe trabalhos de todos os Programas de Pós-Graduação espalhados pelo Brasil, observamos as teses e dissertações nas áreas de História e Geografia, e não encontramos nenhum trabalho igual ao nosso objeto de estudo. Em alguns encontramos semelhanças, sendo as maiores delas a utilização da metodologia da História oral, a discussão interdisciplinar entre a História e a Geografia, o uso de fontes variadas. Contudo, nenhum desses trabalhos tem como tese construir um arcabouço histórico e geográfico sobre o desenvolvimento do sertão sergipano, tendo como personagem principal o agricultor familiar e suas memórias individuais e coletivas sobre o sertão sergipano.

Ao elaborarmos o Estado da Arte desta tese, encontramos no banco de teses e Dissertações de nosso Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFS, quatro teses que serviram para direcionar a nossa pesquisa. A primeira foi de Mendes (2009), que trabalha com memória social e mantém o viés geográfico; a segunda de Silva (2010), contribuiu na discussão entre História e Geografia, memória e história dos agricultores estudados; a terceira de Santos (2011) que abordou a relação da História com a Geografia e analisou uma vasta

documentação escrita. E por fim, a de Menezes (2009) ao abordar no seu primeiro capítulo os traços identitários dos sertanejos sergipanos.

Na fundamentação teórica desta tese, buscamos autores clássicos e atuais e abrimos o debate da interdisciplinaridade entre a História e a Geografia. E autores como Ribeiro (2009), Abreu (2000) Lourenço (2007), Moraes (2002), Barros (2010, 2017) Baudel (2005), Godoy (2013), Pires (2005) Capel (2006), entre outros, foram importantes na caracterização e equalização dos dois campos do saber (História e Geografia). Em outros termos, delimitou com clareza o universo de investigação de cada um deles.

A interdisciplinaridade entre a Geografia e a História é uma proposta de diálogo em que pontos de vista diversos são respeitados e as ciências trabalham em conjunto (RIBEIRO, 2009). Nesse sentido, a categoria espaço possui um lugar de destaque hermenêutico, facilitando captar o movimento da memória e da história. É uma forma de enriquecer a agenda do pesquisador a partir da ampliação da noção de fontes históricas, materialização dos vínculos entre passado e presente e superação de uma escrita histórica e geográfica factual (BARROS, 2010).

O fato de se ter o homem e as sociedades humanas como objetos de estudo em comum, aproxima a História da Geografia, podendo-se ainda afirmar que o espaço é o grande mediador entre as duas ciências. Segundo Barros (2010), foi na primeira metade do século XX, com a fundação do Movimento dos Annales, por Marc Bloch e Lucien Febvre, que começa a se estabelecer um diálogo interdisciplinar entre a História e as Ciências Sociais. E uma das primeiras escolas geográficas que chamou a atenção dos historiadores, derivado dos Annales, foi a de Vidal de La Blache. Tal escola influenciou vários trabalhos e diversas monografias de história regional e local, estimulando estudos sobre a história agrária e a vida rural.

Em seguida fizemos uma reflexão sobre as categorias/conceitos de análise como espaço, tempo e região, a partir de autores e obras como Santos (1978, 1992, 2002, 2013), Corrêa (2003, 2010), Gomes (2003), Harvey (1993), Moreira (2015), Silva (1986), Tuan (1979), Claval (2003), Haesbaert (2010), Bezzi (2002), Serpa (2019), entre outros. Estes autores fundamentaram e nortearam o diálogo sobre as categorias geográficas utilizadas nesta pesquisa.

Para entender e aplicar essas categorias em nosso trabalho, recorreremos às diferentes correntes do Pensamento Geográfico, desde a Geografia Positivista até a Humanista e Cultural, e através de suas concepções chegamos a uma definição e a uma melhor aplicação dessas categorias nesta tese. Dentre os autores que estudam as categorias espaço e tempo, em nosso

trabalho, Milton Santos foi de fundamental importância porque norteou o debate com os outros autores sobre as categorias geográficas. A discussão sobre espaço é complexa e deve ser norteada de acordo com o pensamento do momento histórico. O espaço não é estático, ele está sempre em movimento devido a sua temporalidade e a ação do homem que imprimem suas marcas na natureza modificando-a. O espaço é tratado como componente essencial da natureza e da ação humana. Por outro lado, tem direção, área, forma, volume e distância. Então, o espaço e o tempo são categorias básicas da existência e experiência humana e não podemos estudá-las de forma separadas porque são indissociáveis. Nesta tese, utilizamos o conceito de espaço social, optando pela pesquisa sócio-espacial, onde o espaço é apropriado e produzido pela sociedade ao longo do tempo.

A categoria região, que ao mesmo tempo é um dos conceitos chaves da Geografia, tem um conceito complexo porque uma região nem sempre é uma realidade dada, evidente e singular. Cabe ao pesquisador desvelar a combinação de fatores para a configuração de uma dada região. Definimos nesta pesquisa que a região é o espaço vivido, das relações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

Ao abordarmos a Geografia entre Memória e História Rural, utilizamos autores clássicos e atuais, como Moreira (2006), Mendes (2009), Silva (2010) Jodelet (2002) Lefebvre (1983) Ichikawa (2018), Gondar (2016), Chartier (1990), Halbwachs (2006), Pollak (1992) Bosi (1993), Benjamim (1994), Nora (1993), Sá (2011), Linhares (1997), Neves (2016), entre outros, que contribuíram no entendimento dos conceitos e na relação entre Geografia, Memória e História Rural. É no espaço geográfico onde ocorre a produção e reprodução das relações sociais em um determinado lugar e período de tempo, longo ou curto. E os acontecimentos são vivenciados pelos indivíduos formando uma memória individual e coletiva. Entre os autores que discutem a questão da memória vale destacar Halbwachs (2006) e Pollak (1992), que estudaram com profundidade a memória.

A História Rural, segundo Silva (1981) é uma tipologia do historiador Jean Meuvret, desenvolvida por Ciro Flamarion Cardoso e utilizada em pesquisas atuais por historiadores como Erivaldo Fagundes Neves (2016), entre outros, que consiste em combinar a História da Agricultura com a História da Questão Agrária, objetivando entender com maior profundidade o espaço rural.

Em relação a compreensão do mundo rural utilizamos autores como Prado Júnior (1997), Furtado (1980, 1997), Guimarães (1983), Stédile (2011), Martins (1995, 2017), Moura

(1986) Shanin (1980), Wanderley (2015), Delgado (2005), Bourdieu (2006) Abramovay (1992), Fernandes (1992), Sen (2010) Veiga (2001), Lima e Simões (2010), Schneider (2003, 2010), Navarro (2001), Montenegro Gómez (2006), entre outros, que ajudaram a estabelecer o diálogo entre autores clássicos e atuais na definição de lavrador, camponês e agricultora familiar, como um processo histórico, ideológico e regulamentado pelo Estado, como também, o conceito de desenvolvimento rural.

Em se tratando do conceito de agricultor familiar, a FAO/INCRA (1994) define pela relação entre a gestão e o trabalho executado pela família. E ainda faz parte a diversificação da produção e a durabilidade dos recursos, a qualidade de vida e a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar. Segundo Wanderley (2001), o agricultor familiar não é uma categoria social recente, mas nos últimos anos no Brasil tem ocorrido uma renovação.

No espaço rural, o avanço capitalista produz profundas mudanças em todo o seu processo, desde as relações de trabalho, na propriedade da terra, na produção e no uso de tecnologias e na comercialização da produção, provocando mudanças e permanências no espaço ao longo do tempo. A política agrícola, diferenciada e impulsionada pelo Estado, visou à modernização da agricultura em benefício dos médios e grandes proprietários em detrimento da grande massa dos agricultores familiares, dificultando o seu desenvolvimento. Contudo, a primeira concepção de desenvolvimento surge com a modernização excludente e somente, a partir da década de 1990 é que o debate acadêmico e político sobre o desenvolvimento rural avançou.

No tempo presente, o debate acadêmico e político sobre o desenvolvimento rural vem se impondo de forma acurada nas últimas décadas e de grande relevância para o estudo do rural. Hoje, está sendo utilizado um conjunto de expressões (desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural, entre outras) com distintos significados para explicar o que é desenvolvimento rural, embora nenhuma dessas propostas deixa de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final do desenvolvimento.

Para o desenvolvimento desta pesquisa tornou-se necessário estabelecer um diálogo entre os métodos dialético e fenomenológico, identificando as contradições na produção do espaço rural do sertão sergipano e construir uma geografia dos espaços vividos, resgatando a dialética entre presente e passado e compreendendo as representações da sociedade em movimento. O cotidiano foi analisado como um conjunto de eventos e momentos espaço-temporais, forma e conteúdo, superando uma análise puramente econômica.

Em termos metodológicos, utilizamos a História oral temática com o objetivo de resgatar as memórias individuais e coletivas dos agricultores familiares, fazendeiros e representantes de instituições que atuaram e/ou atuam no meio rural, e foram confrontados com documentos oficiais como: dados quantitativos do INCRA, SEMARH, SUDENE, SEPLAN e DATALUTA Sergipe; Censos Agropecuários do IBGE de 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017, que foram analisados em microdados, visando enfocar o grau de concentração fundiária, produção, equipamentos agrícolas, entre outros, e foram elaborados gráficos, tabelas, quadros, e calculado o Índice de Gini; Mensagens de Governo (1960-2018) que permitiram analisar os projetos e ações postas em prática pelo Estado, visando o desenvolvimento rural; jornais de época como: A Cruzada (1960-1970), A Defesa (1980-1989) e a Gazeta de Sergipe (1960-2004), nos quais selecionamos as edições referentes à luta pela terra, produção agropecuária, modernização, atuação do Estado, secas, etc.

As entrevistas foram realizadas em um total de 20, tomando todos os cuidados definidos nos Protocolos Sanitários do Ministério da Saúde, em função da Pandemia de COVID 19. As entrevistas são a ferramenta de resgate das memórias, e por meio de gravações com o propósito de registro e de um projeto organizado que direcionou, definiram os procedimentos e o grupo a ser entrevistado. E por fim, foram realizadas visitas *in loco* às unidades familiares, observamos as propriedades, fotografamos as moradias, equipamentos agrícolas, cisternas, barragens, cultivos, etc. As fotografias foram utilizadas neste trabalho para além da simples ilustração.

Quanto ao marco temporal, optamos por 1960, início de uma década marcada pela Ditadura Militar cujos governos impõem um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, pautado no processo de modernização, com a chamada Revolução Verde, proporcionando uma modernização diferenciada e excludente, direcionada para as grandes e médias propriedades. O período compreendido entre 1960 e 1970 é considerado a arrancada do processo de modernização do campo brasileiro, definido por Silva (1981) como “conservadora”, “dolorosa” e “perversa”. O marco final é o ano de 2018, final do governo de Michel Temer, que assumiu o poder por meio do golpe de 2016. Em seu governo o desmonte do Estado brasileiro avançou e o campo brasileiro sofreu profundas mudanças e cortes de investimentos, com o fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e parte das políticas públicas sofreram drásticas reduções e/ou foram extintas.

Diante do exposto, compreender as mudanças e permanências políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais, ocorridas no tempo e no espaço rural do sertão sergipano é um

trabalho importante por salvaguardar como ocorreu a produção e reprodução do espaço no sertão sergipano ao longo do tempo, por meio das memórias dos atores sociais confrontadas com documentos oficiais. Este estudo se fez na perspectiva da relação interdisciplinar entre a Geografia e a História e encontra-se estruturado em três partes, além da introdução e considerações finais.

A primeira parte intitulada “Aportes teóricos e metodológicos da pesquisa” está dividida em dois capítulos. No primeiro apresentamos “Percursos epistemológicos da Geografia, da memória e da História”, destacando a relação interdisciplinar entre a História e a Geografia, no qual mostramos os primeiros contatos e os avanços teóricos e metodológicos na consolidação da interdisciplinaridade entre esses dois campos do saber. Depois definimos as categorias geográficas espaço, tempo e região, a partir das diferentes Correntes do Pensamento Geográfico. Em seguida mostramos a relação entre memória e história rural, destacando que as diferentes concepções teóricas evidenciam que as memórias possuem signos e referências geográficas importantes, a diferença entre memória e história e a história rural como alternativa para o entendimento tanto da estrutura social quanto das forças produtivas no meio rural. Logo, discutimos os conceitos de lavrador, camponês, oriundos da Sociologia Rural e agricultor familiar como um processo histórico, ideológico e regulamentado pelo Estado. E, por fim, apresentamos o conceito de Desenvolvimento rural no Brasil, que carrega uma pluralidade de significados e questões teóricas que interferem na precisão de seu conceito por ter contribuído para o planejamento de políticas públicas pelo Estado para promover o desenvolvimento rural.

No segundo capítulo, denominado “Esboçando a trajetória da pesquisa: o método, a metodologia e as categorias de análise”, destacamos os métodos Fenomenológico e Dialético como norteador da pesquisa. Abordamos a construção e definição da Dialética e da Fenomenologia, estabelecendo o diálogo entre esses métodos permitindo identificar os conflitos e contradições no espaço rural do sertão sergipano. Definimos e especificamos os procedimentos metodológicos de forma ordenada e a metodologia da História oral temática com o objetivo de resgatar as memórias dos atores sociais envolvidos na pesquisa. Em seguida abordamos a interdisciplinaridade no âmbito da pesquisa, mostramos os avanços e retrocessos da interdisciplinaridade, objetivando a compreensão do objeto de estudo na sua totalidade. E, por fim, a relevância das categorias e conceitos de análise para a compreensão deste objeto de estudo.

Na segunda parte “Memória e História Rural do Sertão Sergipano (1960-2018)”, dividimos também em dois capítulos. O terceiro, intitulado “Memórias e Histórias reveladas:

concentração fundiária, a luta e o significado da terra e do sertão para os sertanejos do sertão sergipano”, onde apresentamos o sertão e o sertanejo: discursos e representações sociais, por meio da definição da categoria sertão, revelando os sertões múltiplos, diversos e plurais, e a vida dos sertanejos em uma região que alimenta um conjunto de memórias e representações sociais, em que revelamos o sertão sergipano principalmente pela memória dos de “dentro”, ou seja, dos sertanejos. Em seguida apresentamos dados da histórica concentração fundiária em Sergipe e no sertão por meio dos cálculos do Índice de Gini, dos territórios de Planejamento do estado de Sergipe e dos municípios do Sertão (1985-2006), período que compreende o antes e o depois da implantação dos assentamentos rurais, ocorrendo um processo de desconcentração fundiária. Depois abordamos o domínio pecuarista no sertão sergipano e a questão agrária como raiz dos principais problemas sociais, apresentamos as famílias proprietárias de terras como as famílias Britto, Feitosa, Carvalho e Leite, que possuíam verdadeiros latifúndios de terras no sertão. Discutimos, também, o significado e o acesso a terra, destacando a compra, herança e luta pela terra, que começou com a atuação da igreja católica e depois com a presença do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apresentamos dados importantes do relatório DATALUTA Sergipe (1982-2013), as narrativas dos atores sociais que vivenciaram todo o processo de luta pela terra, confrontando-os com o jornais e fotografias da época.

No capítulo IV, intitulado “Processo de crescimento e crise da produção agropecuária no sertão sergipano”, destacamos as grandes secas no imaginário do sertanejo, abrindo uma discussão sobre as características físicas e naturais do semiárido e a criação do fenômeno da indústria da seca. Através das memórias dos sertanejos, dos jornais de época e de Mensagens de governo, foram reveladas as grandes secas que ocorreram no sertão sergipano. O sofrimento da população, perdas da produção e as ações do Estado para minimizar os problemas das estiagens durante o período estudado. Em seguida discutimos as formas de convivência no sertão, estratégias de produção e reprodução das unidades familiares, como também a importância do trabalho familiar e as técnicas de produção passadas de geração a geração, que apesar do avanço do processo de modernização o saber fazer do sertanejo resiste ao seu desaparecimento. Depois apresentamos a ascensão e crise dos principais produtos agropecuários em tempos pretéritos, como a mandioca, algodão, feijão, milho e o gado de corte. Destacamos as suas principais características, os fatores de crescimento e crise desses produtos agropecuários. Por fim, discutimos a modernização desigual e os instrumentos do agricultor familiar como “testemunha”, defendemos que cada propriedade é um museu a céu aberto por

apresentar os instrumentos de trabalho nos espaços da propriedade, revelando as dificuldades e o processo de evolução do trabalho com a terra.

Na parte III, intitulada “A atuação do Estado e as transformações recentes no espaço rural sergipano”, destacamos o capítulo V, em que apresentamos o “Papel do Estado e as suas políticas públicas visando o desenvolvimento rural no sertão sergipano”. Evidenciamos os planos de Desenvolvimento como o Polonordeste, o Sertanejo e o Chapéu de Couro. O significado da Sudene e de órgãos estaduais na implantação e acompanhamento desses planos e ações. Em seguida, abordamos sobre a percepção dos agricultores familiares em relação a efetividade das políticas públicas, destacamos algumas tecnologias sociais abraçadas pelos agricultores e orientadas pela ASA e CDJBC, como cisternas de placas de concreto, biodigestor, fogão ecológico, etc. E créditos bancários como o Pronaf e o Agroamigo. No tempo presente, destacamos o avanço do agronegócio do milho e a pulverização espacial da produção de leite no sertão sergipano. O milho é produzido tanto para a nutrição do rebanho bovino quanto para a comercialização dos grãos. Mas também tem gerado problemas ambientais no sertão. Já a produção de leite tem gerado renda e garantido a permanência e reprodução dos agricultores familiares no sertão. Por último, apresentamos Nossa Senhora da Glória como referência de desenvolvimento, sendo considerada a capital do sertão e do leite.

Nas Considerações finais, fizemos uma síntese das principais questões discutidas nesta tese. Assim questões referentes ao espaço rural do sertão sergipano foram levantadas, fato que se faz relevante, tanto para esta pesquisa, como para a população do espaço rural do sertão sergipano. Esperamos proporcionar uma boa leitura e uma contribuição tanto para a Geografia quanto para a História do sertão sergipano

PARTE I - APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Queremos saber

Queremos saber. O que vão fazer.
Com as novas invenções. Queremos notícia
mais séria. Sobre a descoberta da antimatéria.
E suas implicações. Na emancipação do
homem. Das grandes populações. Homens
pobres das cidades. Das estepes, dos sertões.

Queremos saber. Quando vamos ter. Raio laser
mais barato. Queremos de fato um relato.
Retrato mais sério. Do mistério da luz. Luz do
disco voador. Pra iluminação do homem. Tão
carente e sofredor. Tão perdido na distância.
Da morada do Senhor.

Queremos saber. Queremos viver. Confiantes
no futuro. Por isso se faz necessário. Prever
qual o itinerário da ilusão. A ilusão do poder.
Pois se foi permitido ao homem. Tantas coisas
conhecer. É melhor que todos saibam. O que
pode acontecer.

Queremos saber. Queremos saber
Todos queremos saber.

Composição: Gilberto Gil, 1976.

2 - PERCURSOS EPISTEMOLÓGICOS DA GEOGRAFIA, DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA

É através da dialética do espaço-tempo que podemos acompanhar os processos e os estágios de desenvolvimento das formações espaciais enquanto estágios diferentes da relação homem-meio no tempo. Sem ela, a noção de arranjo espacial torna-se estática, meramente uma estrutura formal da formação econômico-social. (MOREIRA, 2015, p. 67)

2.1 - Geografia e História: uma relação interdisciplinar consolidada

Os primeiros contatos entre a Geografia e a História nos remetem à Antiguidade Clássica, onde esses dois campos do saber despertaram a atenção de filósofos como Heródoto e Tucídides, que começaram a estabelecer conexões entre os povos (sociedades) e seus ambientes (natureza). Durante o processo de desenvolvimento da Ciência, ao longo do tempo, a História e a Geografia estabeleceram aproximações e distanciamentos, devido à especialização gerada na ciência moderna e o próprio desenvolvimento epistemológico de cada campo do saber. Para Ribeiro (2015, p. 04):

[...] De fato, a geografia é uma aventura intelectual muito antiga que, por sua origem, se confunde com os primeiros passos deliberados do pensamento e da reflexão humanos. Ainda que se diga, ela não começou com Humboldt, Ritter, Ratzel ou, entre os franceses, Vidal de la Blache. Heródoto não é apenas o pai da história, mas também da geografia, dessa geografia tão modificada desde então e tão parecida consigo mesma; rica de experiências e de tarefas apaixonantes, mas numerosas; geralmente perturbada por suas tradições; envolvida em vários falsos problemas e, ainda, complicada por suas poderosas aquisições recentes. [...]

Barros (2017) utiliza-se de uma metáfora interessante para explicar a relação interdisciplinar entre a História e a Geografia, comparando-as a duas ondas no mar que já se encontraram e reencontraram inúmeras vezes. E, em um encontro entre ondas não ocorre sem que as duas partes e o próprio oceano se transformem. O mesmo acontece na relação interdisciplinar entre a História e a Geografia. Ambas as ciências se completam e se transformam ampliando a lente de análise de seus objetos de estudo.

No início a Geografia e a História evoluíram juntas, sem que fosse possível distinguir com clareza uma da outra. Mas foi, no século XIX, que a Geografia começou a ter um conhecimento organizado, e a partir da corrente do pensamento Clássico entrou na era moderna e ergueu os pilares da Geografia Tradicional com o Determinismo Geográfico, sob influência dos geógrafos Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. Posteriormente, emerge na França o Possibilismo Geográfico, em oposição ao Determinismo, através da Escola Francesa de Geografia, idealizada por Vidal de La Blache, que acreditava na influência recíproca entre o homem e a natureza. Dessa forma:

O modelo geográfico de Vidal de La Blache constituiu-se por oposição à escola geográfica alemã que se constituía em torno de Ratzel. Enquanto este era francamente determinista, atribuindo uma influência quase linear do meio sobre o destino humano, Vidal de La Blache trabalhava mais propriamente com a idéia de um “possibilismo geográfico”. Isto significa que, ainda que colocado o meio geográfico no centro da análise humana, Vidal de La Blache buscava enfatizar as diversas possibilidades de respostas que podiam ser colocadas pelos seres humanos diante dos desafios do meio. [...] (BARROS, 2010, p. 73)

Segundo Moraes (2002), no século XIX, esse conjunto de formulações teórico-metodológicas contribuíram para a consolidação da ciência geográfica como campo disciplinar autônomo, com sua própria história, legitimação e institucionalização por variados caminhos e de uma cronologia específica para cada país. Porém, remetendo a filiações e paradigmas comuns que acabaram conformando um corpo de especialistas, que cria e implanta estratégias de reprodução do pensamento geográfico. Cabe salientar que, neste campo, instituições geográficas se organizaram em marcos nacionais, num quadro em que as distintas teorizações são identificadas mais pelos países do que pelo fundamento do método.

Para Barros (2017), no campo da História, o ambiente científico do século XIX, proporcionou a definição das fronteiras da História enquanto disciplina, seu campo de objetos, dimensão temporal, método e possibilidades teóricas, definindo a História como uma disciplina científica. Todavia, com o tempo as fronteiras tornaram-se paralisantes e é nesse momento que a disciplinaridade precisou ser contrapontada com a interdisciplinaridade. Nesse sentido:

[...] a ciência, esse refúgio e essa nova razão de viver do século XIX, transformou-se brutalmente, de um dia para outro, a fim de renascer para uma vida diferente, prestigiosa, mas inacessível, e, sem dúvida, já mais teremos outra vez o tempo nem a possibilidade de reencetar com ela um diálogo

conveniente. Todas as ciências sociais inclusive a história, evoluíram semelhantemente, de maneira menos espetacular, mas, não menos decisiva. Um novo mundo, por que não uma nova história? (BRAUDEL, 2005, p. 19)

Segundo Barros (2017), no século XIX, tanto para a História quanto para a Geografia foram atribuídas funções ideológicas próprias e bem definidas junto aos Estados-nação europeus. À História caberia cuidar da documentação e da memória de cada país, difundir as versões históricas que lhes interessavam e fortalecer na população o sentimento de pertencimento de uma história comum. Já a Geografia competiria incentivar o sentimento de pertencimento ao lugar, construindo uma identidade nacional, reconhecendo e diferenciando os espaços vizinhos (países aliados e inimigos).

Nesse período, a História e a Geografia passaram a ser ensinadas nas escolas de forma separada (tempo e espaço), mas ambas tinham o mesmo objetivo que era formar o bom cidadão¹. Para além da separação da História com a Geografia existiu também um processo mais abrangente em relação às demais ciências. Esse afastamento entre as ciências torna-se mais fácil de compreender a partir da cientificação das ciências, principalmente nas universidades, onde cada campo do saber passa a demarcar seus territórios e suas fronteiras. Nesse sentido:

Especializados em analisar, avaliar e definir o que é o espaço geográfico e o tempo histórico, a História e a Geografia tornaram-se, em fins do século XIX, as expressões do crescente domínio científico e filosófico acerca da representação do tempo e do espaço e, em certa medida, da função social da ideologia do pensamento geográfico na construção do ideário progressista do Estado nacional. (GODOY, 2013, p. 05/06)

Na primeira metade do século XX, os historiadores começaram a perceber a necessidade de ultrapassar os limites impostos pela disciplinaridade e logo começaram a aflorar os diálogos interdisciplinares. Então, Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores do Movimento dos Annales, propuseram uma História que reconhecia e se aproximava das outras ciências sociais. E entre elas se encontrava a Geografia como um campo fértil para abordagens interdisciplinares. Já no campo da Geografia, segundo Moraes (2002), a diversidade de análise do discurso geográfico imperou e aflorou em vários campos disciplinares como na botânica, na geologia, na economia política, entre outros.

¹ O bom cidadão era aquele homem passivo, patriota, ideologicamente dominado por um discurso definido pelo Estado (governo).

Para Ribeiro (2009, p. 09), a influência da Geografia na gênese dos Annales e nos trabalhos de Febvre e Bloch, é um tema pouco estudado. Existe um capítulo da história do pensamento geográfico que não poderá ser contado sem o exame das obras dos historiadores acima citados. “[...] Assim, avaliar como os Annales foram parte integrante e essencial da história do pensamento geográfico e da representação assumida pela Geografia entre as ciências vizinhas é algo que precisa ser enfatizado e no qual precisamos lançar novas luzes [...]”.

Estudar a primeira geração dos Annales, cujos grandes nomes são os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, nos permitir-nos-á compreender o lugar e o papel da História e da Geografia no campo das Ciências Humanas. E a partir daí identificar e definir os conceitos de História, Geografia, campos de atuação e o conceito de interdisciplinaridade que esses autores desenvolveram e que foram aprimorados por meio de avanços teóricos e metodológicos ao longo do tempo.

Barros (2010) chama a atenção para a definição de Marc Bloch, que a “História é o estudo do homem no tempo”, confrontando com a acepção dos historiadores do século XIX, de que a “História é o estudo do passado humano”, momento que a história passa a ser considerada uma ciência e rompe com a concepção de que a história deve estudar apenas o passado. Em relação a Geografia e o estudo do homem-meio, Bloch apresenta a importância dos elementos físicos para a análise histórica, e vale destacar que as monografias regionais revelaram uma diversidade física, social e cultural importante para a História da França. E, sem a interdisciplinaridade, não teria como ampliar essa análise com tanta riqueza de detalhes. Dessa forma:

[...] para Bloch, interdisciplinaridade é uma proposta de diálogo onde pontos-de-vistas diversos são respeitados, embora as diferenças entre cada ciência sejam preservadas. Não é um questionamento às identidades disciplinares, mas sim um apelo a uma definição precisa de seus respectivos campos de atuação. Todavia, são ciências trabalhando em conjunto, onde cada uma contribuiria de forma específica e setorial em relação ao tema a ser pesquisado. No que concerne à Geografia, seu papel é, majoritariamente, fornecer uma visão de conjunto sobre características físicas dos pays, regiões e territórios. [...] (RIBEIRO, 2009, p. 14/15)

Na segunda geração dos Annales, a influência da Geografia aparece como tema de estudo na obra de Fernand Braudel, intitulada “*O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na*

*época de Felipe II*². À História cabe voltar ao passado em busca de informações e registros capazes de conduzir a uma explicação das sociedades humanas, nas suas determinações e complexidades. E, à Geografia cabe observar e analisar o presente a fim de perceber a ação do homem no espaço que o envolve (habitat). Para Barros (2017), esses diálogos, em um primeiro momento, envolve a História em uma interação direta com a Geografia, com a Sociologia e depois com a Antropologia. Dessa forma:

A revolução renovadora da história teve início, portanto, com a importação de técnicas e métodos estatísticos tendentes a sistematizar a coleta e a análise de dados empíricos em séries homogêneas, daí a denominação que lhe é dada, preferencialmente pela chamada escola francesa, de história serial. Tal renovação não brotou como um fenômeno gratuito e ocasional. A criação da revista *Annales*, em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch, propunha-se exatamente a empreender essa renovação e abre o debate entre os historiadores, com a colaboração das demais ciências ligadas ao estudo do homem e da sociedade. (LINHARES e SILVA, 1981, p. 76)

Segundo Ribeiro (2009), observando com acuidade os diálogos do Movimento dos *Annales* com a Geografia, foi consenso entre os historiadores, em que uma complexa trama deu lugar a dicotomia entre a Geografia “Possibilista” de Vidal de La Blache e o “Determinismo” de Ratzel. Apropriando-se da Geografia Possibilista de La Blache e da Escola Francesa de Geografia, Bloch e Febvre foram estimulados a sair dos arquivos, observar as paisagens e conhecer o seu país através das monografias regionais.

Então, os historiadores logo perceberam a importância de entender o seu ofício como a ciência que estuda o homem no tempo e no espaço, e também a necessidade de intensificar sua interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento. Assim, emergiu a interdisciplinaridade com a Geografia, ciência que estuda o espaço físico, e se considerarmos outras formas de espaço (imaginário, literários), poderíamos citar a interdisciplinaridade com a Psicanálise, com a Crítica Literária, com a Semiótica, etc. Nesse sentido:

[...] a noção de espacialidade foi se alargando com o desenvolvimento da historiografia do século XX: do espaço físico ao espaço social, político e imaginário, e daí até a noção do espaço como “campo de forças” que pode inclusive reger a compreensão das práticas discursivas. Neste momento,

² Obra publicada em 1945, que se destacou por inserir no mesmo objeto de estudo, o exame de três temporalidades distintas e cada uma com o seu ritmo próprio: a longa, a média e a curta duração. E, apresenta que tudo está sujeito a mudanças, ainda que lentas, o que inclui o próprio espaço.

contudo, iremos nos concentrar nas noções de espaço que surgem a partir da interdisciplinaridade com a Geografia. (BARROS, 2010, p. 70)

Na verdade, as primeiras aplicações espaciais derivadas de La Blache, apareceram com Lucien Febvre, ao pensar as relações entre meio físico e a sociedade na obra intitulada “A terra e a evolução humana”, publicada no ano de 1922. Contudo, quando se fala da interdisciplinaridade entre História e Geografia, o grande nome é o historiador Fernand Braudel, orientando de Febvre, líder da segunda geração dos Annales. Ele é o beneficiário mais criativo das lições da Geografia Lablacheana e o primeiro a aplicar de forma mais específica essas ideias à História, criando uma nova modalidade historiográfica: a Geo-história. Dessa forma:

Pode-se dizer que a Geo-história braudeliana praticamente introduz a Geografia como “grade de leitura” para a História. Assim como Vidal de La Blache havia renovado o seu próprio âmbito de estudos ao introduzir a História como patamar de leitura para a Geografia, passando a explorar a possibilidade de entender o espaço através do tempo acumulado nas paisagens, Braudel agora parecia inverter admiravelmente esta fórmula. (BARROS, 2017, p. 139)

Todavia, vale destacar o descompasso entre a Geografia proposta por Febvre e a perspectiva da Geo-história proposta por Braudel, a partir dos anos de 1940. Segundo Ribeiro (2015), Febvre apresenta uma visão utilitarista da Geografia, que a restringe aos estudos dos elementos físicos, e referenda, nessa perspectiva, a aproximação entre geógrafos e historiadores, ao mesmo passo, que a Geo-história permanece secundária, mesmo Braudel sendo o estudioso que mais dialogou com a Geografia no século XX. Para Lira (2008, p. 06):

Assim, a concepção de fundo de Lucien Febvre, em relação à Geografia é que não existem fatos geográficos que sirvam de explicação aos fatos sociais. Não é esta concepção de Braudel, e menos ainda a interpretação de Braudel acerca da obra vidaliana. E, o que é mais importante, Fernand Braudel silencia sobre a obra geográfica do mestre em *O Mediterrâneo. A Terra e a Evolução Humana* não consta em sua bibliografia, mesmo tendo sido considerada uma obra capital no debate geográfico.

Segundo Ribeiro (2015), algumas questões podem explicar essa situação, como a excessiva importância do tempo presente na análise geográfica, que a partir de 1945, os geógrafos passaram a ter menos afeição pela discussão sobre o tempo (passado/presente) e os processos históricos. Tanto a Escola Francesa de Geografia quanto a Geografia alemã

receberam inúmeras críticas, porém fora da conjuntura histórico-social. Autores como Carl Ritter, Ratzel, La Blache e Albert Demangeon, foram considerados ultrapassados, e os rótulos de “descritivismo”, “empirismo” e “regionalismo” foram suficientes para que os deixassem de lado. E, como todo o diálogo de Braudel ocorreu com essa geração de autores, a Geo-história foi entendida como fora de moda.

A hegemonia dos geógrafos marxistas, entre os anos de 1970 e 1990, sustentados pela teorização do filósofo francês Henri Lefevre, sobre a produção do espaço e da urbanização, também contribuiu para que deixassem a Geo-história de lado. Algumas das posições políticas conservadoras de Braudel, sobre capitalismo, colonialismo e a nação francesa, também ajudou para que os representantes do pensamento crítico se afastassem dele. E, o simples fato de não comungar com o marxismo fez de Braudel alvo de análises superficiais. Talvez seja a hora de fazer uma releitura, pois conceitos como o de “Geo-história”, “Longa duração”, “História total” e sua interpretação sobre os três andares da vida econômica ainda pode dizer muito sobre a modernidade e os dias atuais. Nesse sentido:

[...] O método braudeliano ainda é capaz de fertilizar as ciências humanas. Em tempos de câmbio epistemológico, sua obra ressalta a dimensão incontornável do processo histórico no entendimento de todo e qualquer fenômeno social, atento para o espaço, a fim de compreender a diversidade do mundo, e propõe ampla cooperação entre as ciências. (RIBEIRO, 2015, p. 04)

No Brasil, a aproximação da História com a Geografia produziu grandes clássicos como “Ciclo do carro de boi no Brasil”, de Bernardino de Souza (1958); “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil”, de Capistrano de Abreu (1930); “A Terra e o Homem do Nordeste”, de Manuel Correia de Andrade (1989); História de Sergipe, de Felisbello Freire (1891), entre outros. Contudo, durante a Ditadura Militar (1964-1985), o governo implantou uma série de reformas na educação, em todos os níveis de ensino, (Educação Básica ao Ensino Superior), e no campo da História e da Geografia, juntou as duas disciplinas, formando Estudos Sociais e um curso de Licenciatura Curta, provocando grandes lacunas na formação dos professores e no ensino desses dois campos do saber.

Para Santos (2011a), a discussão sobre a disciplina Estudos Sociais nos remete à Escola Nova, movimento educacional que chegou no Brasil nos anos de 1920 e a atuação de Carlos Delgado de Carvalho, autor de um programa de Ciências Sociais, publicado em 1934, no departamento de Educação do Distrito Federal, dirigido por Anísio Teixeira. Esse programa

norteou o Conselho Federal de Educação³, na discussão e implementação dos Estudos Sociais, em todos os níveis de ensino, no Distrito Federal, nos Estados e municípios, durante o Regime Militar no Brasil.

Segundo Nascimento (2012) foi nesse período conturbado da História do Brasil, marcado pelo aparato repressivo do Estado, perdas das liberdades individuais e coletivas, torturas, lutas armadas e o milagre econômico, que o ensino foi reformulado para atender os interesses dos governos militares⁴. Então, a História e a Geografia foram substituídas pelos Estudos Sociais. Ainda, segundo Nascimento (2012, p. 341):

A licenciatura curta surgiu, neste momento, em “caráter experimental” e emergencial. A prioridade deveria ser a política de valorização e reformulação das Faculdades de Filosofia e suas licenciaturas e a “aplicação sistemática do exame de suficiência tendo em vista o maior número de professores a curto prazo”. A perspectiva era a do mínimo por menos, isto é, o mínimo de qualificação necessária ao exercício da atividade docente pelo menor custo e tempo possíveis. [...]

Depois de superado o Regime Militar e a fase dos Estudos Sociais, a História foi para um lado e a Geografia para outro. Mas as universidades continuaram com a mesma estrutura organizacional implantada com a reforma do ensino em 1968 e não foi modificada pela Nova LDB, permanecendo até os dias atuais. Para Saviani (2008), essa reforma definiu os departamentos de cursos como unidades básicas da universidade, reunindo especialistas de uma mesma área ou de áreas afins, sob o argumento de que a universidade deveria fazer ensino e pesquisa, e por isso, precisava reunir profissionais da mesma área do conhecimento.

³ Atualmente com a nomenclatura de Conselho Nacional de Educação (CNE). É um órgão independente e tem como função aprimorar e consolidar uma educação nacional de qualidade em todo o país, assegurando a participação da sociedade. O conselho, em sua forma atual, foi criado pela Lei 9.131 de 1995, mas o Brasil conta com Conselhos Superiores de Educação desde 1911. (<https://www.ebc.com.br/educacao/2016/06/entenda-o-que-e-o-conselho-nacional-de-educacao-e-por-que-ele-e-importante>)

⁴ Segundo Dermeval Saviani (2008) a orientação da educação durante o Regime Militar, tinha como pontos principais: eficiência e produtividade, racionalidade técnica, máximo resultado com o mínimo dispêndio, valorização dos aspectos quantitativos em detrimento da qualidade do ensino, favorecimentos da participação privada nas atividades de ensino. Na verdade, a educação pública foi vinculada aos interesses e necessidades do mercado. E para atingir esses objetivos em nível médio foi criada a Lei nº 5.692/71, e no ensino superior a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e regulamentada pelo Decreto nº 464 de 11 de fevereiro de 1969.

Na prática, os departamentos, por ter o controle dos professores e dos conteúdos por meio das disciplinas, controlam os cursos. Então, os cursos universitários continuam delimitando seus espaços, a exemplo da História e Geografia, com algumas exceções, não buscam integração, empobrecendo os dois campos do saber, e por outro lado, sendo cada vez mais importante a busca da interdisciplinaridade para quebrar com essa estrutura. Nesse contexto,

[...] A geografia é uma disciplina muito embriagada pela premência do tempo, e só em determinados momentos essa busca de uma explicação mais geral se impõe. Pode-se dizer, todavia, que nos últimos trinta anos tem ocorrido, com maior ou menor força, conforme os países, uma continuidade dessa busca do entendimento do que seria uma geografia capaz de fornecer um sistema de pensamento. (SANTOS, 2013, p. 159)

Segundo Barros (2017), a História no século XX expandiu-se no campo das ciências humanas, com uma variedade de novos objetos e subespacialidades e domínios mais recentes como o tempo presente. Que é uma das tarefas mais perigosas do historiador, com vistas a perceber como o tempo presente (instante contemporâneo) é afetado por certos processos que se desenvolvem na passagem do tempo. Ou como a temporalidade afeta de modos diversos a vida presente, incluindo as temporalidades imaginárias da memória ou da ficção, fazendo a História se avizinhar de novos territórios científicos como a Sociologia, Ciência Política, Crítica Literária, entre outras. Dessa forma:

Definir a História como o estudo do homem no tempo, foi em vista de tudo isso, um passo realmente decisivo para a expansão dos domínios historiográficos. Contudo, é hora de reconhecermos que a definição de História, no seu aspecto mais irreduzível, deve incluir nos dias de hoje uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. De fato, a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço (assim como tem sido reivindicado por muitos geógrafos o direito de dizer que a Geografia é o estudo do homem no espaço e no tempo). (BARROS, 2017, p. 15)

Estudos sobre as espacialidades do passado rompe com a concepção da Geografia como ciência do presente. Essa concepção surgiu no final do século XX, no debate entre geógrafos e historiadores franceses, que viam a Geografia apenas como uma ciência auxiliar da História. Na verdade, chegaram ao entendimento de que a história estuda o passado e a

geografia o presente, com o método geográfico exato e preciso. É inaceitável que ainda hoje permaneça a ideia de que a História e a Geografia trabalham com objetos diferentes.

Esse procedimento teórico-metodológico de renunciar a História, também foi seguida pelos geógrafos americanos. E, no Brasil, a Geografia Teórica Quantitativa, também dispensou a análise dos processos históricos como meio de compreender o espaço, rejeitado pelos geógrafos da corrente da Geografia Crítica. Então, são necessários avanços teóricos e metodológicos que contribuam para ampliação do diálogo entre essas áreas e definir os objetos comuns entre a História e a Geografia, como também, os seus campos de atuação. Essas ciências lidam com o mesmo objeto, mas apresentam abordagens diferentes. Para Lourenço (2005, p. 32):

A diferença entre o saber geográfico e o saber histórico está na abordagem, que faz conhecer as suas diferentes dimensões. Enquanto a História se preocupa em entender o envolver das sociedades humanas no tempo, a Geografia procura saber como tais sociedades, ao fazê-lo, criam seus lugares e produzem suas paisagens.

Para Moraes (2002), é preciso caracterizar e equacionar os dois campos disciplinares (História e Geografia). Em outros termos, é preciso delimitar com clareza o universo de investigação de cada uma delas. Este autor recusa as visões tradicionais mais recorrentes: a visão da parte dos historiadores, a qual concebe a localização da Geografia como introdução da História, embasada na concepção de ver a terra como palco das ações humanas; e a visão da parte dos geógrafos, que embasa a formulação da geografia como história do presente. Na primeira visão, a Geografia é uma espécie de anteato da História, um mundo natural em que os grupos humanos vão construir suas culturas. E, na segunda, a Geografia é posta como uma realidade pós-histórica, o domínio de uma realidade que só pode ser apreendida funcionalmente, cujo sentido escapa aos contemporâneos, logo à reflexão da história.

Santos (2011) entende que tanto a História quanto a Geografia podem reconstruir o passado, pois tanto uma como a outra se realizam no tempo e no espaço. O tempo é histórico e geográfico e “o espaço é a acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 1980), não podendo ser analisados de forma separada. Barros (2017) afirma que o espaço geográfico é dotado de historicidade. Negá-lo é o mesmo que negar o seu estatuto de coisa real. O espaço é real porque é histórico. Contudo, as duas ciências podem trabalhar de forma interdisciplinar respeitando a área de atuação de cada uma e dando uma maior contribuição para o entendimento do objeto de estudo. Para Santos (2013, p. 116):

Com a globalização do mundo, as possibilidades de um trabalho interdisciplinar tornam-se maiores e mais eficazes na medida em que à análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo. Nesse processo de conhecimento, o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam. Basta que os enfoques particulares se propunham com uma visão contextual para que através da soma de estudos setoriais, seja possível recuperar a totalidade. [...]

Nos dias atuais, estudos com base na relação interdisciplinar da História com a Geografia, nos conduz ao campo da Geografia histórica ou cultural, que envolve a história e a cultura na análise dos processos espaciais, tendo como principal objeto a paisagem. Todavia, não se trata da paisagem no sentido daquilo que podemos observar, mas o olhar do conjunto das construções humanas sob a natureza. Para Novais (2002), estudos do passado são essenciais ao conhecimento geográfico. E, o objeto comum entre a História e a Geografia é o acontecer humano em qualquer tempo e em todo o espaço. Pires (2005, p.65) define a Geografia histórica como:

[...] O ramo da Geografia Humana que trata da análise das relações estabelecidas entre o homem e a natureza ao longo do processo histórico. Neste sentido, a Geografia fornece subsídios e materiais históricos para a investigação nas áreas da Geoeconomia, Geopolítica e especialmente da Geohistória. Em síntese, pode-se afirmar que a Geografia Histórica estuda as características e evolução dos espaços históricos, sua morfologia, paisagem e organização territorial assim como sua formação social.

Observa-se que tanto a História quanto a Geografia têm avançado no sentido dos estudos interdisciplinares, porém ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas. Qualquer olhar geográfico exercita e sofre determinações históricas, como também, as reflexões históricas necessitam do exercício da Geografia. Para Carneiro e Matos (2012) num contexto de interdisciplinaridade ou fusão de fronteiras disciplinares, a Geografia histórica oferece uma série de perspectivas e olhares distintos sobre as pessoas e os lugares, combinando espaço e tempo.

A Geografia histórica é entendida por esses autores não como uma disciplina ou subdisciplina, mas como um projeto interdisciplinar, que pondera os dois campos do saber. Para Capel (2006), o estudo do passado e do presente é importante porque direciona e prepara o futuro. Então, a Geografia Histórica é um dos campos mais sólidos e contribui para que os

geógrafos desenvolvam suas análises sobre a produção e reprodução do espaço ao longo do tempo. Dessa forma:

[...] a Geografia emerge em todas as épocas históricas e em todas as sociedades, pois se refere à relação inevitável dos seres humanos com o meio que os obriga. Pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer agrupamento humano existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização. A variedade destas geografias é inerente à variedade de culturas existentes na história humana. Logo, há necessidade de diferenciar e historicizar as culturas para bem contextualizar as suas geografias. (MORAES, 2002, p. 28)

Para Silva (2012), a Geografia Histórica apresenta um desenvolvimento não-linear, com momentos de pleno reconhecimento e outros vistos como excesso no campo da ciência geográfica, devido à concepção antiga de que a Geografia deve estudar o presente e a História o passado, definindo o presente como um campo de atuação único para a Geografia. Na verdade, essa ideia que limita tanto a Geografia quanto a História já foi superada. Na interpretação do espaço, dos lugares, a Geografia tem que considerar as formas sociais que são frutos da ação humana e produtos históricos. Nesse sentido:

[...] Se o objetivo da Geografia é o espaço, ou seja, a natureza valorizada pelas sociedades humanas e suas técnicas no seu envolver histórico, portanto, tanto os espaços produzidos no passado quanto o espaço contemporâneo são objetos igualmente legítimos da investigação geográfica. Assim, toda Geografia é, nesse sentido, Geografia Histórica, e a única diferença entre estudar o passado ou o presente é que, neste caso, conta-se com mais dados para análise do que naquele. (LOURENÇO, 2005, p. 32)

Sobre a Geografia Histórica, Carl Sauer (1941) destaca o fato de que a cultura material manifesta-se na paisagem e o geógrafo tem como reconstruir as áreas de culturas passadas. Para este autor, a Geografia Histórica é o estudo de áreas culturais que, por meio da história, busca suas origens e todo o seu processo de desenvolvimento. Para Silva (2012), a Geografia Histórica busca realizar uma Geografia no tempo, e nesse sentido, reconstrói uma Geografia do passado, que no presente analisa um ponto do passado e apresenta a sua Geografia. Lourenço (2005) chama a atenção para o fato de que, tanto os espaços produzidos no passado quanto os atuais, podem ser estudados pelos geógrafos, que por sua vez, apropriam-se do conhecimento e métodos de outras ciências para auxiliá-los nestas pesquisas.

Portanto, nos últimos anos, têm sido crescente os debates e estudos interdisciplinares entre a História, a Geografia e as Ciências Sociais. Todavia, são necessários avanços teóricos e metodológicos que fortaleçam e equacionem um diálogo frutífero entre essas áreas do conhecimento, e particularmente a interdisciplinaridade entre a História e a Geografia, que é o nosso objeto de estudo. A superação epistemológica da Geo-história pela Geografia histórica ocorreu pela nova representação do tempo histórico e do espaço geográfico, suplantando as visões tradicionais da História e da Geografia, e por sua vez, abrindo um campo amplo de possibilidades de novas pesquisas.

2.2 - Espaço, tempo e região: desafios do pensar e do fazer geográfico

No campo da Geografia, o pesquisador precisa conhecer, dominar e selecionar corretamente as categorias e conceitos geográficos, que serão utilizados em sua pesquisa, observando a harmonia entre o objeto de estudo, a teoria e o método para não entrar em contradição. O pensar e o fazer geográfico devem ser sustentados em suas categorias/conceitos de análise. Sem elas não tem como fazer a abordagem geográfica dos fenômenos de forma coerente e significativa, ou seja, o conhecimento produzido não se sustenta sem as suas categorias de análise.

Nesta tese, selecionamos as categorias/conceitos espaço, tempo e região, com o objetivo de mostrar a relação da História com a Geografia e fazer os recortes espaciais e temporais necessários para o desenvolvimento do nosso objeto de estudo, com coerência e que produza resultados significativos no entendimento do espaço rural do sertão sergipano por meio da interdisciplinaridade entre esses dois campos do saber.

A primeira categoria utilizada em nossa pesquisa é o espaço que não se dissocia do tempo, e para chegar na sua definição recorreremos às diferentes correntes do pensamento geográfico, desde a Geografia Tradicional até a Geografia Humanista e Cultural, e através das principais ideias de seus pensadores, confirmamos a variedade de elementos que se deve observar para chegar a uma definição significativa da categoria espaço. É no espaço onde ocorre a produção e reprodução da sociedade e que também está submetida às transformações por meio da ação humana no tempo e no espaço. Nesse sentido:

[...] O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha, uma variável é inteiramente carente de significado, como o é fora do sistema

ao qual pertence. Quando ela passa pelo inevitável processo de interação localizada, perde seus atributos específicos para criar algo novo. (SANTOS, 1992, p. 22-23)

Segundo Corrêa (2003), a Geografia Tradicional, em sua análise, sempre priorizou os conceitos de paisagem e de região, nos quais o espaço não se constitui em um conceito-chave, mas esteve presente nas obras de Ratzel e de Hartshorne. Em Ratzel (1990), o espaço é visto como uma categoria de fundamental importância para a vida do homem. Sua análise trata do território e do espaço vital fundamentados na ecologia. O território expressa a apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo e o espaço vital expressa as necessidades territoriais do grupo social através de seu desenvolvimento tecnológico e dos recursos naturais, mantendo seu equilíbrio. A manutenção desse espaço vital depende da própria razão de ser do Estado. Para Corrêa (2003, p. 18), “o espaço transforma-se, assim, através da política, em território, em conceito-chave da Geografia”.

Para Hartshorne (1939), o espaço é um quadro de referência, um receptáculo que contém as coisas. Esse espaço é empregado no sentido de área que acaba estabelecendo uma combinação de fenômenos naturais e sociais. Na realidade, o espaço trabalhado por ele é o espaço absoluto, fixo no tempo. Cabe à Geografia entender como os fenômenos se combinam na superfície terrestre, e os elementos naturais e humanos se interagem, partindo da diferenciação de áreas para compreender o espaço na sua singularidade, dissociando o espaço do tempo. Dessa forma:

O espaço na visão hartshorniana é o espaço absoluto, isto é, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência. Trata-se de uma visão Kantiana, por sua vez influenciada por Newton, em que o espaço (e o tempo) associa-se a todas as dimensões da vida. A geografia constituir-se-ia na ciência que estudaria todos os fenômenos organizados espacialmente, enquanto a História, por outro lado, estudaria os fenômenos segundo a dimensão tempo. (CORRÊA, 2003, p. 18)

Na Geografia possibilista francesa, Vidal de La Blache⁵ traz uma significativa contribuição para o entendimento do espaço e sua compreensão como objeto de análise. Para este autor, o próprio lugar, o próprio espaço é objeto de conhecimento. A sua concepção de espaço se aproxima muito da concepção naturalista, pois aparece em suas obras povos

⁵ Cf. Vidal de La Blache. Princípios de geografia humana. 1954.

relacionados ao meio ambiente. Na Geografia sua teoria vai influenciar muitos estudiosos, como Max Sorre⁶, que passa a trabalhar com ecologia e função. Entretanto, o espaço é percebido por ele como dinâmico e não como um espaço existente proposto por Vidal de La Blache. Então, Sorre passa a defender um espaço fragmentado, distinguindo o espaço político, o espaço econômico e o espaço social. Dessa maneira:

Esses dois autores, Vidal de La Blache e Max Sorre, são representantes de uma visão sintética da realidade de apreensão desse objeto: Vidal de La Blache, ainda no contexto da revolução burguesa, mostra uma visão do todo e faz elogios ao progresso. Em Max Sorre essa visão desaparece e é substituída por uma noção da dinâmica do espaço. [...] (SILVA, 1986, p. 106)

Outro autor a ser mencionado é Pierre George (1968), que trabalha o espaço com ecologia na tradição francesa. Para ele, o espaço é definido como um espaço criado a partir do trabalho que cria a paisagem, onde o social aparece projetado sobre a superfície da terra, que é à base da ação coletiva do homem. Este autor preocupa-se com a análise a partir de um método, e o espaço aparece como um sistema de relações que determina o lugar.

A Geografia Teorético-Quantitativa, com suas bases no Positivismo-lógico, provocou a partir de 1950 profundas modificações, adotando uma visão epistemológica da ciência fundamentada nas Ciências da Natureza. A partir dessa concepção, a Geografia passa a adotar em suas pesquisas os modelos matemáticos com base na quantificação dos dados. Alguns estudiosos foram mais além e afirmaram que a Geografia, na ótica positivista, deveria ser vista como ciência espacial. E, nesse momento, o espaço aparece pela primeira vez como conceito-chave da Geografia. O conceito de região passa a ser reduzido e os de paisagem, território e lugar são deixados de lado. Para Capel (1981, p. 388)

Fue entonces cuando aparecieron las discusiones sobre el carácter absoluto (newtoniano) o relativo (einsteiniano) del espacio, y sobre las geometrías apropiadas para el tratamiento de los distintos problemas espaciales. Las geometrías no-euclidianas se consideraron más aptas para los análisis que implican conceptos relativos del espacio, como por ejemplo, los relacionados con la medida de la distancia, la cual está determinada por la actividad y la influencia de los objetos. [...]

⁶ Cf. Max Sorre. Los fundamentos de la geografía humana. 1982.

De acordo com a Geografia Quantitativa, o espaço é considerado a partir da noção de planície isotrópica e de representação matricial, ou seja, o espaço surge de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo, incorporando a concepção do espaço relativo em detrimento do espaço absoluto trabalhado por Hartshorne (1939). O espaço aqui é formado por uma superfície uniforme no que se refere à geomorfologia, clima, vegetação e sua ocupação humana. A distância é a variável mais importante, pois ela determina em um espaço homogêneo a diferenciação espacial, ignorando a dinâmica do espaço. Nesse sentido:

[...] Sobre esta planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço. Assim, o ponto de partida é a homogeneidade, enquanto o ponto de chegada é a diferenciação espacial que é vista como expressando um equilíbrio espacial. Diferenciação e equilíbrio não são, assim, estranhos entre si nesta concepção. (CORRÊA, 2003, p. 21)

No entanto, faz-se necessário perceber que essa noção dos geógrafos lógico-positivistas do espaço é uma visão limitada, na medida em que privilegia em excesso a distância e deixa de lado os protagonistas sociais, o tempo e as transformações, privilegiando o tempo presente acrítico. Para Santos (1978), o maior equívoco da Geografia Quantitativa é o desconhecimento da existência do tempo, trabalhando com a ideia de estágios sucessivos na evolução espacial, sem diferenciar um estágio do outro e as práticas sociais ocorridas no espaço. Já para Moreira (2015), a Geografia Neopositivista, ao desprezar a história, reduz o espaço ao discurso de pontos e linhas, como uma forma sem conteúdo.

Os pensadores, a partir da década de 1970, da Geografia Crítica fundamentada no Materialismo Histórico e na Dialética, criticam e rompem com a concepção de espaço da Geografia Tradicional e da Teorético-Quantitativa. A partir da obra de Henri Lefébvre⁷, intitulada “Espace y politica” (1973), o espaço reaparece como conceito-chave e passa a existir uma certa preocupação em definir as categorias geográficas. A análise marxista do espaço passa a ser feita a partir da observação das contradições sociais e espaciais que se aprofundaram a partir da crise do sistema capitalista na década de 1960. O espaço passa a ser entendido como espaço social vivido, mas não é o espaço absoluto, nem o espaço como produto social nem um instrumento político. A concepção de espaço aqui engloba tudo isso e vai além dessas

⁷ A contribuição de Lefébvre sobre a categoria espaço estende-se por uma vasta obra, destacando-se de forma especial “La production de l’Espace” (1974).

concepções citadas. O espaço passa a ser o local da reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido:

Esta concepção de espaço marca profundamente os geógrafos que, a partir da década de 1970, adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma. O espaço é concebido como o lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade. (CORRÊA, 2003, p. 26)

O espaço na análise marxista aparece a partir da intensificação das contradições sociais e espaciais. Ele passa a desempenhar uma função decisiva de uma totalidade e de um sistema. Santos (2002) afirma que o espaço deve ser estudado dialeticamente a partir das categorias estrutura, processo, função e forma. A forma é o aspecto visível exterior de um objeto, visto isoladamente, temos apenas uma descrição dos fenômenos ou de um aspecto em um dado momento do tempo. Uma casa, um bairro, uma cidade, são formas espaciais em diferentes escalas. A função é a atividade a ser desempenhada pela forma, ou seja, sugere uma tarefa esperada de uma forma como: trabalhar, comprar, habitar, etc., são algumas de suas funções associadas à cidade.

A estrutura seria a natureza social e econômica da sociedade na sua temporalidade. Implica na organização ou construção, observando a inter-relação das partes e do todo. Processo é definido como uma ação contínua, objetivando um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo e mudança. Na verdade, esses termos devem ser analisados de forma conjunta e, estudados individualmente, representam realidades limitadas do mundo. O espaço organizado pelo homem reproduz e materializa a sociedade. Para Santos (1992, p. 52):

Em outras palavras, forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida em que funciona no interior da estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes. [...]

Para Silva (1986), o espaço é a categoria mais ampla do pensamento geográfico. É o maior lugar possível, e o lugar apresenta-se na Geografia como área, região e território. Além disso, são modalidades possíveis de lugares e estes expressam o espaço. Todavia, existe uma classificação constante associada a categorias gerais do conhecimento humano como o universal, o particular e o singular. Vale considerar também a temporalidade do espaço e o movimento de ser da materialidade que se concretizam através da própria prática humana.

Harvey (2015), ao refletir sobre a natureza do espaço apresenta uma divisão tripartite do espaço, de modo que existe um espaço absoluto, o qual se define como fixo dentro de uma moldura que o constitui. É o espaço de Newton e Descartes, imóvel que permite medições. Geometricamente é o espaço de Euclídes, que permite todas as formas de mapeamento. Existe neste espaço uma relação de propriedade que passa a operar o controle monopolístico. O espaço relativo é associado às ideias de Einstein e às geometrias não euclidianas, em que o espaço é relativo na medida que existe múltiplas geometrias, podemos escolher e de que o quadro espacial depende do que está sendo relativizado, sendo impossível compreender o espaço sem o tempo. Na verdade, espaço relativo passa a ser o movimento de pessoas, bens, serviços, etc. O espaço relacional é associado às ideias de Leibns, em que a separação do espaço e do tempo é impossível, sendo necessário destacar a natureza relacional do espaço-tempo. Esse espaço é entendido como concreto a partir da materialidade do mundo. Dessa forma:

[...] O espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional em si mesmo, mas pode transformar-se em um ou outro, dependendo das circunstâncias. O problema da correta conceituação do espaço é resolvido através da prática humana em relação a ele. Em outras palavras, não há respostas filosóficas para as questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço – as respostas estão na prática humana. [...] (SILVA, 1986, p. 94)

A respeito do espaço-tempo, Harvey (1993) afirma que cada povo produz sua concepção de espaço e a cada momento da história o homem produz o seu espaço modificando a natureza. Sendo assim: “[...] as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social⁸. [...]” Então, o espaço é uma categoria abstrata, dinâmica, temporal e a mais ampla entre as categorias geográficas, que pode ser recortada em região, território, área, lugar, entre outras.

Na Geografia Humanista e Cultural, que surgiu desde o nascimento da Geografia Humana, na década de 1980, o espaço reaparece com uma enorme vitalidade e passa por um processo de renovação, valorizando em sua abordagem a subjetividade, privilegiando o singular na compreensão do mundo real. A paisagem e a região voltam a ser valorizadas. O lugar passa a ser o conceito mais relevante e o espaço passa a ser entendido como espaço vivido, desenvolvido por Armand Fremont, voltado para a significação das experiências que os indivíduos têm dentro do contexto que se desenvolveram. Segundo Claval (2003, p. 11):

⁸ Cf. David Harvey. A experiência do espaço e do tempo. 1993. p. 189

Com a ideia de espaço vivido aparecem duas orientações importantes: 1 – a atenção que convém dar à maneira como as pessoas se exprimem; 2 – a consciência da significação espacial que adquire a experiência dos lugares para aqueles que os habitam. A geografia não deve aparecer como uma visão estrangeira de um viajante que passeia sobre a paisagem um olhar distraído. Deve dizer o que significam a paisagem, o campo, a cidade, a natureza, para as populações locais.

Tuan (1979) afirma que o estudo do espaço humanista deve considerar os sentimentos espaciais e as experiências do homem sobre o espaço produzido, existindo vários tipos de espaços. Um espaço pessoal, outro grupal e um espaço mítico-conceitual que tem estruturas mais abstratas. Já o espaço vivido, segundo Corrêa (2003), está vinculado à geografia francesa, que tem suas raízes na tradição vidaliana, na Psicologia e na genética de Piaget, que formularam os conceitos de espaço-regulação, espaço-apropriação e espaço-alienação. Na realidade, o espaço aqui é visto como uma experiência contínua, um espaço-tempo, realizado nas experiências dos lugares, como também no campo das representações simbólicas.

Nesse sentido, Paul Claval (2003) acrescenta a sua análise do espaço uma dimensão psicológica e fenomenológica, no qual o espaço é percebido através do lugar que é o território e que aparece apenas como suporte das experiências sociais. Já a paisagem é percebida através de sua cultura com um enfoque para os aspectos materiais da cultura, deixando de lado as representações. O homem impõe à paisagem a marca de sua cultura, através de sua produção agrícola, construção de casas, rodovias, etc. Na verdade, o espaço em Paul Claval é percebido pela percepção e sua aparência.

No campo fenomenológico, o espaço tornou-se um objeto muito importante para a pesquisa geográfica. Nesse processo, as categorias geográficas são interdependentes e isso resulta num campo fértil para estudo do espaço a partir de sua interação entre o lugar, a paisagem, a região e o território, visando manter as relações entre fenômenos que se manifestam a todo instante no espaço. [...] (PEREIRA; CORREIA; OLIVEIRA, 2010, P. 176)

Segundo Santos (2013), por espaço temos que entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. Além disso, a cada momento mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados e sistemas de ações deliberadas ou não. A cada momento, novos objetos e novas ações ocorrem modificando o todo. Nesse sentido, o espaço é uma categoria histórica e seu conceito muda a partir do acréscimo de novas variáveis no curso do tempo. Dessa forma:

[...] Sabemos que a sociedade como sujeito histórico, levando-se em conta a base espacial concreta herdada do passado, imprime sobre a marca espacial a continuidade do processo de reprodução social em novas modalidades e inserido em um novo espaço por ela recriado. (GOMES, 1991, p. 62)

Santos (2013) afirma que, na Geografia, a questão do tempo pode ser trabalhado segundo dois eixos: um das sucessões e outro das coexistências. No eixo das sucessões, o tempo flui e um fenômeno vem depois do outro, ocorrendo uma sucessão sequencial de fenômenos. A cada momento se estabelecem sistemas do acontecer social que caracterizam e diferenciam os tempos do presente e do passado. Já no eixo das coexistências, da simultaneidade, em um lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, a maneira como se utilizam o tempo não é a mesma. Os fenômenos não são apenas sucessivos, porém são concomitantes. As temporalidades variam, mas ocorrem de modo simultâneo. Então, no espaço, temos que considerar também a simultaneidade das temporalidades diversas.

De acordo com Santos (2011) não se pode negar que a questão do tempo quase sempre foi objeto secundário dos estudos geográficos. Todavia, entendemos que é de fundamental importância abordar o tempo e o espaço como categorias indissociáveis. O espaço é formado por um sistema de objetos resultantes das ações do homem no tempo e essas transformações só serão possíveis através do emprego da técnica, que possibilita a união entre o espaço e o tempo. Para Santos (2013, p. 154):

Esse é um dos problemas mais apaixonantes e difíceis em Geografia. O casamento entre o tempo e o espaço se dá porque há, sempre, homens usando o tempo e o espaço. Da mesma forma que não se entende o espaço sem o homem, a noção de tempo também não existe sem o homem. Se as duas noções se casam, e aparecem juntas e indissolúveis, é porque o homem vive no universo.

A palavra espaço é utilizada tanto no cotidiano das pessoas no senso comum, como nas diversas ciências que, por sua vez, procuram dar ao espaço um caráter epistemológico e científico. Na Geografia, inicialmente o espaço aparece como um conceito vago, associado a uma porção da superfície terrestre identificada pela natureza e pelas marcas impressas pelo homem. Ele é uma categoria universal, abstrata, que se define pela natureza e pela interferência desta pelo homem que passa a produzir e reproduzir o seu próprio espaço. Todavia, caracterizar e conceituar o espaço é uma tarefa árdua devido à variedade de acepções, e uma delas é que o

espaço é definido como instância na qual se reproduzem vários fenômenos sociais. Nesse sentido:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico [...] (SANTOS, 1992, p. 01)

Na verdade, a essência do espaço é social e ele não pode ser apenas formado por elementos naturais e artificiais. A presença do homem interfere e contribui na formação do espaço. As formas geográficas contêm frações do social e pelo fato de serem formas-conteúdo estão sempre mudando de significação na medida que o movimento social atribui a cada momento frações diferentes do todo social. Na acepção acima, pode-se também considerar o espaço na temporalidade, pois o espaço que se forma agora e depois pode ser transformado na ação do trabalho no decorrer de seus eventos. Dessa forma:

O que nos interessa é o fato de que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1992, p. 09)

Então, como foi observado, a discussão das categorias espaço e tempo é complexa e deve ser norteadas de acordo com o pensamento do momento histórico. O espaço não é estático, ele está sempre em movimento devido a sua temporalidade e a ação do homem que imprime suas marcas na natureza, modificando-a. O espaço é tratado como componente essencial da natureza e da ação humana. Por outro lado, tem direção, área, forma, volume, distância e pode ser dividido em área, território, região, entre outras.

Outra categoria do pensar e do fazer geográfico, utilizada em nossa tese, é a Região, que é uma categoria e ao mesmo tempo um dos conceitos-chaves da Geografia. Segundo Gomes (2003) e Cunha (1997), a origem etimológica da palavra região deriva do latim *regere*, composta pelo radical *reg* que deu origem às palavras como regra, regência, regente, entre outras, e que significa governar, administrar, dirigir, atribuindo à região uma conotação política; grande extensão de terra, território que se distingue dos demais por possuir características próprias.

Em Roma Antiga, Regione referia-se à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano, e era utilizada para designar área que, mesmo com uma administração local, estava subordinada às regras das magistraturas sediadas em Roma. A noção de região surgiu a partir da necessidade de articulação entre o poder central e sua extensão sobre grandes áreas do império. Com o tempo o termo região, como afirma Corrêa (2010), passou a designar uma dada porção da superfície terrestre e, por diferentes razões e critérios, uma área era reconhecida como diferente da outra. Nesse período, o Império Romano passa a ser retratado por mapas, destacando as diversas regiões sob o poder central hegemônico do Império. Para Gomes (2003, p. 50/51):

Alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial. [...]

Com o fim do Império Romano e o processo de descentralização do poder político na Idade Média, a divisão do espaço em regiões é reforçada pelo poder autônomo dos feudos e pela Igreja Católica, que se apropriou dessa divisão e estabeleceu a sua hierarquia administrativa. A igreja fortaleceu o seu poder e estabeleceu competências e níveis de autonomia aproveitando-se das fraturas regionais por meio de uma complexa burocracia administrativa, assegurando assim o seu poder.

Segundo Cunha (2000), na Idade Moderna, a centralização do poder político na figura do rei (Absolutismo) recoloca as discussões sobre as unidades espaciais a partir do resgate do problema político-regional da manutenção do poder central para as diversas regiões que formam o território de um Estado Nacional. Para Gomes (2003), o Estado Moderno redefine a autonomia do poder, da cultura, das atividades produtivas e limites territoriais. Volta-se a discutir o conceito de região a partir das características da divisão regional da Antiguidade Clássica, destacando a relação entre centralização, uniformização administrativa, diversidade espacial, física, cultural, econômica e política.

Nesse contexto, a Geografia tornou-se um campo fértil nas discussões do conceito de região, por apropriar-se para si e por torná-lo um conceito-chave, na história moderna do pensamento geográfico, produzindo uma reflexão sistemática a partir de um amplo debate com o objetivo de desenvolver um conceito e um método com maior rigor científico, possibilitando a diferenciação da geografia com os outros campos do saber, como as Ciências Naturais e Sociais, atravessando os tempos com dinamicidade e temporalidade. Dessa forma:

O conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. Deixá-lo de lado é abandonar um signo que identifica a Geografia perante as demais ciências. Repensar a região hoje significa uma maneira de contribuir para a superação da crise das ciências sociais e colaborar, enquanto geógrafo, na compreensão das contradições e impasses do mundo contemporâneo. (BECKER & EGLER, 1994, p. 14)

No tempo presente, o espaço torna-se cada vez mais uno atendendo os interesses do capital com novas formas de produzir e o conceito de região ganha força porque a produção cada vez mais se especializa regionalmente. Quanto mais a globalização avança, os lugares ganham importância e diferenciam-se uns dos outros através de sua cultura e identidade. Para Haesbaert (2010), regionalizar significa assumir a natureza do regional dentro de um processo global que fica cada vez mais forte, e por outro lado, regionalização e globalização tornam-se cada vez mais imbricados e complementares.

Segundo Gomes (2003), o conceito de região é permanente na Geografia, e no mundo contemporâneo vivenciamos a redefinição do papel do Estado, quebra de pactos territoriais e o aparecimento de questões regionais em um mundo globalizado. O termo região continua recortando, definindo e diferenciando áreas da superfície terrestre a partir da aplicação de diferentes critérios para chegar a definição de uma dada região. Entretanto, para Corrêa (2003), região é um conceito intelectualmente produzido, indo além das bases sensoriais, captando a gênese, a evolução e o seu significado. Nesse sentido:

[...] No mundo atual, unido por uma nova centralidade dos focos hegemônicos de uma política-econômica imposta pelo capitalismo mundial, vemos mais uma vez surgir com força, um novo momento de reflexão destes temas: da política, da cultura, das atividades econômicas, atrelados à questão espacial da centralidade e o desejo de autonomia [...] (GOMES, 2003, p. 53)

Observando o uso do conceito de região, tanto a linguagem popular quanto nas ciências em geral, o relacionam com os princípios de localização e extensão. Sobre esse aspecto, Gomes (2003) apresenta três domínios para termos noção da categoria região: o primeiro refere-se a “linguagem do senso comum” que emprega expressões que diferencia uma região da outra, como a região mais pobre, a mais montanhosa, a mais seca, etc., onde os critérios são diversos e os limites imprecisos para definir uma dada região; o segundo foca no domínio do controle administrativo do Estado, suas subunidades e instituições; e o terceiro domínio é o das ciências em geral, que associa a noção de região à localização de uma área que apresenta uma particularidade de propriedade que a define.

Contudo, na Geografia, o uso do conceito de região é um pouco complexo, pois a região não é uma realidade dada, evidente e nem sempre é singular. Cabe ao pesquisador perceber a evolução desse conceito e desvelar a combinação de fatores responsáveis para sua configuração. Essa categoria/conceito fundamenta-se em uma história, é abstrata, móvel, dinâmica, e geralmente atende aos interesses do pesquisador. Para Corrêa (2007, p. 22):

A utilização do termo entre os geógrafos, no entanto, não se faz de modo harmônico: ele é muito complexo. Queremos dizer que há diferentes conceituações de região. Cada uma delas tem um significado próprio e se insere dentro de uma das correntes do pensamento geográfico. Isto quer dizer que, quando falamos em região, implicitamente, mas de preferência de modo explícito, estamos nos remetendo a uma das correntes já identificadas anteriormente.

Segundo Henri Monn (1998), as primeiras formas de recorte espacial de região foram as divisões administrativas, aceitas na condição de inventário, cartografia, descrição e exame das características físicas, políticas, etnográficas ou de produções econômicas. Desde o século XVIII, existiram representações de região correspondendo às denominações populares, como também os primeiros estudos sobre os espaços naturais. É a partir daí, que Vidal de La Blache propõe uma Geografia Regional fundada em bases naturalistas. Alguns anos mais tarde esse mesmo autor lançou a ideia de regiões concebidas como áreas organizadas por grandes cidades da província, lugar de concentração econômica e de meios de comunicação. Nesse sentido:

[...] Apesar das vias traçadas para uma reflexão fundamental, para muitos o estudo regional consistiu muito tempo em descrever e explicar o mosaico das paisagens, reconstruídas minuciosamente na sua gênese e sua evolução, nos quadros admitidos intuitivamente ou em função de aspectos privilegiados. (MONN, 1998, p. 02)

Para Sposito (2004), quando o conceito ganha conotações históricas, surge a acepção de região natural com base na Geografia Física, alicerçada na Geologia, tendo como base as leituras de La Blache⁹. Esse pensamento parte da concepção “de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade”. (GOMES, 2003, p. 55). A região torna-se o centro do debate entre os deterministas e possibilistas; ou seja, entre as determinações e as influências do meio ambiente. Para Moraes (1991), a região é entendida como uma unidade de análise geográfica dotada de individualidade nos limites de suas áreas,

⁹ Cf. Vidal de La Blache. *Tableau de la géographie de la France*, 1903.

onde o homem organiza o espaço terrestre, através de sua cultura transformadora. Já para Hartshorne (1934), a região não é uma realidade evidente, mas um produto mental que vê o espaço a partir da organização diferenciada do espaço.

Para Corrêa (2010), três grandes acepções de região com base no pensamento de Anne Gilbert, foram estabelecidas entre os geógrafos do final do século XIX até 1970. A primeira apoia-se nos dados da natureza, base para o entendimento das relações entre homem e natureza. Na segunda acepção, a região é entendida como resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. Já na terceira, que não elimina as anteriores, com base eminentemente positivista, a região é considerada a partir de propósitos específicos. É possível identificar regiões climáticas, regiões industriais, ou seja, tantos tipos de regiões quanto forem os propósitos do pesquisador. Dessa forma:

Os geógrafos passam, então, a adjetivar a noção de região como uma tentativa de “diferenciá-la de seu uso pelo senso comum”. Nos últimos dois séculos surgiram os conceitos de região natural, região geográfica, região homogênea, etc. As discussões que passaram a ser travadas sobre eles acabaram provocando debates nos quais o tema predominante passou a ser “a natureza, o alcance e o estatuto do conhecimento geográfico”. [...] (CUNHA, 2000, p. 43)

Todavia, no decorrer do tempo, na discussão entre estudiosos positivistas e não-positivistas foram surgindo novas formas e novos elementos na definição da configuração de uma dada região. O pesquisador agora passa a empregar em suas análises múltiplas possibilidades de recortes espaciais. Para Corrêa (2010, p. 186) “[...] A região natural e a região-paisagem passam a ser apenas uma das múltiplas possibilidades de se recortar o espaço terrestre. A região constitui-se em uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos”.

Segundo Corrêa (2010), nos Estados Unidos, os estudos de áreas ganham destaque em contraposição ao determinismo e ao possibilismo, a partir do método regional, e de estudos realizados pelo geógrafo Hartshorne, pautado na diferenciação de áreas, que não partem das relações homem/natureza, mas da inserção de acontecimentos heterogêneos em uma dada divisão (área) da superfície terrestre. Esse método influenciou um grande número de monografias, dissertações e teses com temáticas regionais em vários países, inclusive no Brasil. Já a Nova Geografia ponderou a região como um caso específico de classificação, em que a realidade é representada por leis e modelos matemáticos, nos quais o pesquisador seleciona os elementos que lhe interessam e de forma estatística obtém os dados e elementos que definem a sua região. Nesse sentido:

A Geografia é, então, envolvida por um movimento de renovação, que advém, principalmente, do rompimento de grande parte dos geógrafos em relação à corrente tradicional. Buscam-se novos caminhos, novos métodos, novo objeto, nova abordagem, novos conceitos para enriquecer uma Geografia que nasce com o nome de Nova Geografia (New Geography). (BEZZI, 2004, p. 118)

Na década de 1970, geógrafos e não-geógrafos adeptos da Geografia Crítica e da Geografia Cultural, passaram a formular novos conceitos na Geografia, e dentre eles, o de região. Corrêa (2010) aponta três conceitos de região desenvolvidos após 1970, que são fundamentais para o entendimento da região. O primeiro refere-se à região como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. Trata-se da regionalização e organização do trabalho, dos processos políticos e ideológicos e da acumulação capitalista.

No segundo conceito, a região é definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, com o objetivo de encontrar uma identidade para a região. E no terceiro conceito o autor aponta a região como meio para interações sociais. Esse conceito abrange uma visão política em que a dominação e o poder constituem fatores essenciais para a definição da região. Nesse sentido, pode-se perceber toda a evolução do seu conceito e a eclosão do debate para se chegar à definição de conceitos e recortes significativos para cada região. Para Monn (1998, p. 06),

[...] A região atualmente emerge, portanto, em função das coerências e solidariedades territoriais que forjam os sistemas de produção e vida relacional de maneira mais ampla. Ela é apenas polarizada: ela é apenas um quadro formal de existência, porém uma entidade em movimento, em constante readaptação, donde as dimensões e a organização interna estarão estreitamente ligadas às grandes articulações dos espaços nos seios dos quais ela se situa.

Para Gomes (2003) a partir dos anos setenta, a Geografia Crítica questionou o modelo regional da Nova Geografia baseada nos exemplos econômicos neoclássicos, em que a operacionalização ocorria por meio da noção de rentabilidade e de mercado, produzindo regionalizações que colaboraram para um desenvolvimento espacial desigual. Para essa corrente crítica, radical, a diferenciação do espaço ocorre pela divisão territorial do trabalho e a acumulação capitalista que distingue espacialmente possuidores e despossuídos.

Os geógrafos marxistas procuram estabelecer uma estreita relação entre o conceito de região e os conceitos de economia política marxista. Para a identificação de uma região deve-se observar o que é essencial no processo de produção do espaço e a divisão socioespacial. Qualquer outro tipo de divisão visa esconder as contradições das classes sociais na luta pelo espaço. Para Corrêa (2003) no conceito de região deve-se observar a partir da dialética do desenvolvimento desigual e combinado, a dimensão política, a articulação dos modos de produção, as relações entre as classes sociais e a acumulação capitalista, entre outros. Dessa forma:

A região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região e, sem nenhuma dúvida, a geografia no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico. (OLIVEIRA, 1987, p. 27)

Na verdade, a região pode ser compreendida como resultado do desenvolvimento desigual e combinado que tem como base a divisão nacional e internacional do trabalho. A sociedade produz seus espaços segundo a lógica dialética entre formas espaciais e os processos históricos que caracterizam os grupos sociais. Contudo, para Gomes (2003) a aproximação do conceito de região com a Economia Política através do Materialismo histórico e dialético não gerou um conceito operacional de região. Em muitos trabalhos, na prática, predominou uma narrativa evolucionista e mecanicista revestidas de expressões marxistas.

Segundo Haesbaert (2010), discutir e definir a categoria região em uma época de tão pouco consenso sobre a relação entre as partes (regional) e o todo (global) é um desafio. Este autor enfatiza a região como processo, e em constante rearticulação. E a propriedade de “ser” regional, a regionalidade, é vista a partir da diferenciação cultural e da desigualdade social produzida em um mundo tido como globalizado. Nesse sentido, é preciso fugir das antigas concepções de região pautadas apenas na reprodução e acumulação do capital.

Para os estudiosos da Geografia Humanista e Cultural, com base no método fenomenológico, a região é compreendida como um espaço vivido e como uma construção mental a partir da subjetividade coletiva de um grupo social. Na observação dos elementos que definem a região enquanto espaço vivido, encontram-se sentimento de pertencimento e consciência regional. Nesse contexto, a região passa a ser entendida e percebida como um conjunto de valores, decisões e comportamentos coletivos. E a cultura torna-se essencial para o entendimento e definição de uma dada região. Para Gomes (2003, p. 67):

[...] a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender uma região é preciso viver a região.

Para Neto e Bezzi (2009), na perspectiva da cultura a região pressupõe um recorte espacial mediante critérios balizados pela cultura de um grupo social, que reflete a inter-relação da sociedade-natureza a partir da construção do espaço geográfico, considerando a dinâmica do tempo e as transformações sociais, políticas, culturais e ambientais. Entretanto, Haesbeart (2010) chama a atenção que para uma análise consistente de uma dada região deve-se levar em consideração tanto o campo da produção material quanto das representações simbólicas, observando a dimensão da funcionalidade e do vivido.

Do ponto de vista cultural, o espaço regional tem um significado para o grupo social que se materializa através de sua identidade mediada por códigos culturais visíveis e não visíveis que dão forma a uma determinada região e que a diferencia umas das outras. Nesse contexto, destaca-se também o processo de globalização que ataca a homogeneização dos espaços no globo terrestre e o que ocorre de fato é a afirmação das diferenças em nível regional e local. Dessa forma:

[...] a região cultural surge como resposta ao padrão global homogêneo, como a afirmação de um espaço de diferenciação, mediado pela identidade. Reafirma as singularidades e a originalidade do espaço permitindo recortá-lo em partes de acordo com todos os aspectos inerentes à cultura e expressos através dos códigos culturais, responsáveis pela sua materialização e individualização espacial. (NETO; BEZZI, 2009, p. 21)

Para Bezzi (2002), na definição da categoria região, a identidade cultural surge como um novo modelo regional, que pode ser definida, representada e diferenciada, valorizando os seres humanos enquanto atores da produção e reprodução da sociedade e dos lugares. Este autor, ainda afirma que a região é uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por parte de um grupo que se torna concreto e vivido por seus habitantes, diferenciando-se uma das outras a partir da identidade do grupo social.

Portanto, a partir do embate de ideias nas diferentes correntes do pensamento geográfico, a categoria/conceito região passou por um processo de renovação e atualização. A região é o espaço vivido, das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. É uma porção do espaço em que o pesquisador define a “sua” região de acordo com os interesses

e objetivos da pesquisa, possibilitando a inclusão e exclusão de elementos, nomeia, simboliza e diferencia uma região da outra.

2.3 – A Geografia entre Memória e História Rural

Nos dias atuais, diversos autores de diferentes ramos e correntes das Ciências Sociais têm se debruçado e construído abordagens teóricas e metodológicas sobre espaço geográfico, memória e representações sociais, que ainda são pouco estudados na Geografia, embora o número de pesquisas com essas categorias tenha aumentado e proporcionado um olhar multifacetado. A memória e as representações sociais interferem diretamente na produção e reprodução do espaço geográfico, sendo fundamental a reconstrução da memória para a compreensão da atuação do homem no tempo e no espaço.

Segundo Mendes (2009), geógrafos de diferentes concepções teóricas evidenciam que as memórias e as representações sociais estão imbuídas de signos e referências geográficas. Em todo trabalho que se discute a espacialidade humana, faz-se necessário estudar a memória e representações, pois ambas são intrínsecas ao processo de produção socioespacial. Para Poulet (1992, p. 54/55) “[...] graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado”. Vale considerar a temporalidade do espaço e o movimento de ser da materialidade que se concretizam na própria prática humana, transformando o espaço em que vive ao longo do tempo. Essas práticas e transformações ficam guardadas na memória e na história. Nesse sentido:

O constante fazer-se do espaço requer a compreensão de que é impossível apreendê-lo sem considerar, simultaneamente, as múltiplas dimensões. Essa concepção entrelaça-se no entendimento exposto por Albuquerque Jr. ao afirmar que não há espaço geográfico sem uma sociedade que historicamente o produza, tanto no seu sentido material quanto simbólico [...] (MENDES, 2013, p. 166)

Para Fridman e Haesbaert (2014), a geografia tem muito a contribuir no debate e recuperação da memória das cidades, dos lugares. Todavia, é preciso vencer algumas barreiras como a concepção de que a geografia é a ciência que estuda apenas o presente e as interdisciplinares que leve a geografia a dialogar com outras ciências, possibilitando o entendimento de caminhos metodológicos que compreendam a importância da memória, das

representações sociais e da história. Seemann (2002/2003) também afirma que a Geografia pode contribuir de forma significativa nos estudos da memória, pois a sua projeção não acontece em um vazio. A memória necessita do espaço para ser avivada e estimulada. Lugares, onde se realizam os acontecimentos, práticas cotidianas, representações visuais e não visuais, servem como referências espaciais da memória.

Segundo Mendes (2013), as memórias e representações sociais sobre o espaço geográfico são articuladas e construídas por meio do sentimento de identidade nacional ou regional, no pensamento político e no processo de transformação do próprio espaço geográfico. As configurações dessa memória e representações sociais são permeadas de discursos, conflitos e contradições. O espaço como categoria ampla e geradora surge nas mais variadas formas do conhecimento científico. Dessa forma:

[...] o que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. [...] (FRIDMAN e HAESBAERT, 2014, p. 39)

Para compreender memória e representações sociais, Oliveira e Bertoni (2019) afirmam que é preciso conhecer a influência da produção sociológica de Émile Durkheim, na elaboração teórica de Memória Coletiva¹⁰ desenvolvida pelo sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945) e na teoria das Representações Sociais¹¹, desenvolvida pelo psicólogo Serge Moscovici (1928-2014), bem como suas possíveis confluências e possibilidades em um trabalho científico. O fio condutor epistemológico dessas duas teorias é o conceito de representações coletivas criado por Durkheim.

¹⁰ Segundo Oliveira e Bertoni (2019) Halbwachs introduziu o conceito de memória coletiva no campo das Ciências Sociais, a partir do pensamento de Durkheim (1970) em que a memória não é algo puramente biológico, mas um fenômeno que se associa à dimensão do vivido e com as experiências vividas. Essa concepção possibilitou a construção de um conceito de memória doravante os quadros ou contextos sociais de referência que reforçou a condição do fenômeno coletivo, pela qual a vivência ecoa nos espaços grupais. O conceito de Memória Coletiva foi criado por Halbwachs por meio das seguintes obras: *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925); *La topographie légendaire des Évangiles en terre Sainte: Étude de mémoire collective* (1941); *La mémoire collective* (1950), obra publicada postumamente.

¹¹ Para Oliveira e Bertoni (2019) a Teoria das Representações Sociais é um campo emergente da Psicologia Social Moderna e surge como resultado da tese de doutorado de Moscovici, intitulada “*Psychanalyse: son image et son public*”, publicada em 1961. Foi traduzida parcialmente para o português em 1975 e somente em 2012 foi publicada na íntegra com o título “*Psicanálise, sua imagem e seu público*”, que tem como objetivo estudar como a difusão da Psicanálise permeia o conhecimento popular dos franceses.

Para Santos e Ichikawa (2018), as representações sociais surgem na vida e nas relações cotidianas das pessoas a partir da construção da própria compreensão de um fenômeno, ou seja, um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado com um objetivo prático e que favorece a edificação de uma realidade comum de um grupo social de acordo com seus interesses e desejos. As representações estão presentes o tempo todo na sociedade, tanto no campo simbólico quanto nas práticas cotidianas. Dessa forma:

A representação social é um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978, p. 28)

Para Jodelet (2002), a representação social nasce em um sujeito de forma individual ou coletiva, e em um espaço/tempo observando o movimento da cultura, da comunicação e a inserção nos níveis socioeconômicos, educacionais, institucional e ideológico. As representações são encontradas tanto na mente quanto no mundo desses sujeitos. A intensidade de uma representação social vem da viabilidade de ser compartilhado por todos e fortalecida pela tradição. E para tornar algo estranho em familiar, dois processos de trabalhar com a memória são fundamentais: a objetivação e a ancoragem. A primeira se encarrega pelo movimento da memória. É uma operação imaginada e organizada que transforma um conceito abstrato em concreto. A segunda é direcionada, os conceitos e imagens são reproduzidos no mundo exterior a partir do que já é conhecido. É apresentar um conceito em uma imagem (OLIVEIRA e BERTONI, 2019).

Segundo Lefebvre (1983), é através das representações sociais que as relações simbólicas, as hierarquias e as posições sociais se manifestam e fortalece o sentimento de identidade do grupo. E esse grupo cria suas próprias representações a partir de elementos oriundos dos processos comunicacionais e operacionais com o apoio da grandeza coletiva. A representação social situa-se entre o vivido e o concebido, entre o indivíduo e o coletivo. Contudo, Chartier (1990) nos alerta que as representações estão assentadas na competição e associadas ao poder e dominação. Então, por essas pessoas serem inconscientes, forjam as representações sociais, tornando-se um produto das relações de poder. Nesse sentido:

[...] a razão pela qual a submissão aos ritos coletivos é exigida com tanto rigor é o fato de as formas temporais ou estruturas espaciais estruturarem não

somente a representação do mundo do grupo, mas o próprio grupo, que organiza a si mesmo de acordo com essa representação. (BOURDIEU, 2007, p. 163)

Para Gondar (2016) as representações sociais são apenas uma parte das experiências vividas por um determinado grupo social que cria uma interpretação coletiva dos fatos e essa interpretação torna-se a concepção do grupo. São criadas, recriadas e difundidas mediante a materialização das práticas cotidianas. A memória social é bem mais que as representações porque fundamenta-se numa reorganização do passado a partir da rememoração e construção no presente. A memória é acúmulo, perda, resto, lembranças e esquecimento. Dessa forma:

[...] as representações são apenas uma parte: aquela que se cristalizou e se legitimou em uma coletividade. A memória, contudo, é bem mais que um conjunto de representações; ela se exerce também numa esfera irrepresentável: no corpo, nas sensações, nos afetos, nas invenções e nas práticas de si. [...] (GONDAR, 2016, p. 36)

Segundo Izquierdo (2018), a partir de estudos da Neurociência, a memória é a nossa vivência histórica e senso de identidade pessoal, que preserva no cérebro o passado através de imagens ou representações, que podem ser rememoradas. Existe uma enorme variedade de memórias, que a capacidade de adquirir, armazenar e evocar é intrínseco a muitos campos cerebrais. Depois de um determinado evento, a formação ou não de uma memória depende da seleção, consolidação, incorporação de mais informações e formação de registros no cérebro. Vale destacar, ainda, que enquanto estão sendo consolidadas, ou ainda depois, as memórias podem adicionar novas informações, sendo ampliadas ou modificadas.

Esse autor ainda afirma que as memórias não se adquirem de forma isolada. Durante a vida diária, uma após a outra vai se formando, como uma contínua experiência ou prosseguimento de vivências consecutivas. As memórias podem ser alteradas a partir da evocação, podem ser esquecidas e algumas podem requerer muitos estímulos para serem lembradas. E outras é preciso apenas a sua correta evocação, do estado hormonal e neurohumoral presentes no instante de sua evocação.

No campo das Ciências Sociais, Halbwachs (2006) afirma que existe uma memória individual e uma memória coletiva. A memória individual é aquela construída por um indivíduo e tem um caráter social. Ela existe por meio de uma memória coletiva. É construída por um indivíduo em um determinado grupo social, por meio de práticas sociais que se realizam no

plano do vivido, possibilitando uma rede de significados e sentidos. Então, a memória é construída socialmente e ninguém vive sozinho. A memória é coletiva, mas isso não significa que todos do grupo possuem as mesmas lembranças e partilham o mesmo conteúdo.

Segundo Pollak (1992), os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva, em primeiro lugar são os acontecimentos vividos pessoalmente. E, em segundo lugar, os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa pertence. E, nem sempre a pessoa participou, mas no imaginário do grupo tornou-se muito forte. Além de eventos, a memória é construída por pessoas, personagens e lugares. A memória é seletiva e nem tudo fica gravado, registrado. E, ela também sofre flutuações porque no momento que ela é articulada incorpora as preocupações do momento, que acabam estruturando a memória. Nesse sentido:

[...] para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. [...] (HALBWACHS, 2006, p. 34)

A memória coletiva envolve as memórias individuais e ambas têm sua importância e não se confundem. Cada uma tem suas próprias especificidades. A memória pode ser entendida como expressão da experiência coletiva de um determinado grupo com uma identidade peculiar, que proporciona sentido ao passado, coerência ao presente e sinaliza para o futuro. A memória é um fenômeno construído a partir de um sentimento de identidade, seja individual ou coletiva. Dessa forma:

[...] Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admitir que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia, quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 2006, p. 51)

Mendes (2013) chama a atenção para o conceito de memória e destaca a sua pluralidade de sentidos, usos e adota a concepção de memória social, que se realiza na vivência com diferentes práticas e saberes em um determinado grupo social. O conceito de memória social não pertence a uma única disciplina, ele é construído a partir do entrecruzamento de

diferentes saberes e práticas sociais. Para chegar a esse conceito, utilizou diversos autores e entre eles Halbwachs, que aponta os quadros sociais da memória como objetos físicos que pouco se modificam e fornecem uma imagem importante para rememorar as lembranças dos indivíduos. E toda memória está vinculada ao tempo e ao espaço. O espaço aqui é entendido como um lugar praticado. O homem atua no tempo e no espaço modificando-o, vivendo na coletividade e produzindo suas memórias individuais e coletivas.

Bosi (1993) nos traz uma reflexão no campo da Psicologia Social da Memória¹² e mostra a influência dos grupos sociais na formação das lembranças, e afirma que a memória é um trabalho sobre o tempo vivido de forma individual no coletivo. As lembranças são na verdade uma construção social do grupo que o indivíduo vive e que será escolhido o que será lembrado. Cabe ao pesquisador utilizar técnicas e procedimentos de pesquisa respeitando a liberdade do depoente, analisar o contexto histórico e cruzar as informações para resgatar a memória e construir a história. Nesse sentido:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. [...] (POLLAK, 1992, p. 204)

Segundo Bosi (1994), a memória atende um chamado do presente, e muitas vezes entre o narrado e o acontecido existe uma distância temporal enorme que quando a narrativa é cheia de silêncios, falas emotivas, etc., cabe ao pesquisador agir com cautela e não deve ter pressa para não correr o risco de fazer interpretações ideológicas ou equivocadas dos fatos. Na coleta e interpretação de lembranças temos que pensar como cientistas com um projeto definido e clareza sobre que tipo de conhecimento estamos buscando. O passado não é um refúgio e cabe aos pesquisadores analisá-lo e criticá-lo. Dessa forma, a memória torna-se social, histórica e

¹² Em todo o seu trabalho sobre memória e sociedade, Bosi (1993) exerceu o pressuposto mais geral da Teoria Gestaltica, tecendo estruturalmente as formas de comportamento e complexos vivos de significação, baseado no princípio da existência de campos de sentido no psiquismo individual e na rede interpessoal. A autora chama a atenção para a estrutura do comportamento que é uma relação direta entre consciência e o mundo, uma união entre o que foi (passado) e o que será (presente), é na verdade memória. Agora é preciso encontrar uma orientação teórica que dê suporte à memória em certos quadros de referências sociais e historicamente determinados, que também são campos de significação que estão sempre em movimento (não estáticos). Ressalta ainda a importância e utilização da Psicologia Clássica, da linha Durkheimiana, através da memória coletiva estudada por Maurice Halbwachs.

coletiva, geradora do futuro. A memória não é colocada de forma cronológica, e opera com grande liberdade recolhendo fatos rememorados no espaço e no tempo.

Benjamin (1994) chama a atenção que a arte de narrar está em extinção porque cada vez mais torna-se difícil encontrar pessoas que saibam narrar os acontecimentos vivenciados no cotidiano e que passam de pessoa para pessoa em uma sociedade em que o capitalismo avança e provoca o individualismo e o fim da solidariedade entre os indivíduos. Contudo, as narrativas pautadas na memória coletiva¹³ precisam ser preservadas. As lembranças estão em diferentes camadas do passado. Por isso, o conhecimento do passado demanda um trabalho arqueológico da memória. E, a memória é entendida como uma construção coletiva que serve para afirmar e fortalecer uma identidade comum. Nesse sentido:

[...] A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1994, p. 55)

No campo da História, Souza (2010) chama atenção para a construção de narrativas por meio da História Oral, a partir da discussão de alguns historiadores sobre tópicos da Teoria da História para a escrita da História, como Michel de Certeau, Paul Veyne e Carlo Ginzburg. Enquanto Certeau, questiona a busca pela verdade e o reconhecimento da interpretação ficção, Ginzburg, ao contrário, defende que retórica e prova não são antagônicos. As provas constituem o núcleo da retórica e as fontes inclusive as orais não são evidentes e que exige uma análise do seu contexto e intencionalidade. Todavia, para Veyne, o conhecimento não trata do que ocorreu, mas no que está disponível nas fontes, comparando-se a Ginzburg. Nesse sentido:

¹³ Segundo Abreu (2006) é importante esclarecer que existe um mundo de possibilidades e alternativas teóricas e metodológicas de pesquisa. Halbwachs, o precursor do estudo da memória coletiva faz parte da Escola Sociológica Francesa, onde predomina uma visão reformista da sociedade. E Benjamin, da Escola de Frankfurt, com um enfoque crítico da sociedade capitalista pós-industrial. Esses dois autores não se opõem, mas apresentam caminhos diferentes para o estudo da memória social, não entrando em contradições teóricas e metodológicas.

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas? – perguntava o “leitor operário” do Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso. (GINZBURG, 1996, p. 15)

Sobre a memória e a História, Nora (1993) nos esclarece que a diferença entre ambas consiste em que a memória é sempre atual, conduzida por grupos vivos, aberta à dialética da lembrança/esquecimento, inconsistente, sujeita a manipulações e repentinas revitalizações. Já a História é uma representação do passado, uma busca de explicações dos fatos através de uma problematização, crítica e reflexão. Para Certeau (2002, p. 78) em convergência com o pensamento do estudioso Moscovici, “a história é mediatizada pela técnica”, ou seja, a produção historiográfica é realizada a partir de uma técnica empregada na análise dos fatos. Essa técnica define e faz parte do ofício do historiador.

Nessa mesma linha de raciocínio, Chartier (2009) apresenta a história como uma ciência, e para a sua produção, segue um conjunto de regras, métodos e critérios de verificabilidade. Em outros termos, obedece uma técnica para a sua escrita. Contudo, é preciso observar a existência de uma certa aproximação entre História, ficção e memória, pois a seu modo cada uma certifica presença a tempos pretéritos. Sendo assim, Motta (2012, p. 25) afirma que:

[...] é mais do que razoável admitir que a memória e a história não são sinônimos, pois, diferentemente da primeira, a história aposta na descontinuidade, visto que ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão; ela é manejada, reconstruída a partir de outros interesses e em direção diversa, e para se opor à memória, a história tem ainda o objetivo de denunciar e investigar os elementos que foram sublimados ou mesmo ignorados pela memória.

Então, a memória e a história se opõem, a primeira alimenta a segunda, a partir do momento que a memória é registrada em forma de depoimento torna-se documento escrito para o historiador analisar, criticar e construir a escrita da história. Sá (2011) chama a atenção para o fato de que a memória é um fenômeno complexo que não se pode chegar a uma verdade somente pela aplicação de regras ou recursos tecnológicos da atividade cerebral. A memória deve ser analisada como evidência histórica. Então, não importa se a memória é verdadeira ou não. Ela deve ser tratada e analisada como fonte. Segundo Motta (2012), as memórias, na verdade, são fontes históricas que nos ajudam a identificar as lembranças de um ou de vários

grupos sociais para a construção do conhecimento histórico. E, também, são fenômenos históricos, denominados por Peter Burke (1992) de “história social da recordação”.

A memória, segundo Nora (1993), é um elo vivido no presente por um determinado grupo social que não se apegua a detalhes, alimenta-se de lembranças, aberta a todo tipo de censura ou projeções. Para Le Goff (1992, p. 366) “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Trabalhar com a memória é um trabalho ininterrupto de ressignificação do presente a partir das leituras do passado que se renova enquanto memória, considerando os significados e os sentidos assimilados do presente, instigando a leitura do passado enquanto memória. Assim,

[...] a atividade de rememorar voluntária ou involuntária é uma elaboração que contempla mediações e transformações. Passado e presente, memória e percepção instituem uma relação tensa em que se abrem ou não possibilidades de novas redes de significação. A representação do passado e do presente, como territórios de fronteira configurados no tempo, torna-se ainda mais tênue quando compreendemos que o fio ou ligação entre ambas se constitui no universo da ação. Ou seja, todo esse movimento constante e ininterrupto da memória, percepção, apreensão, interiorização, subjetivação é indissociável do agir, de uma forma de ser no mundo em que passado e presente desaparecem enquanto signos de realidade acabadas e distintas. [...] (MONTENEGRO, 2010, p. 40)

A História, por sua vez, é uma operação intelectual, organizada com método e técnicas bem definidas com o objetivo de resgatar e construir a história. Contudo, o contexto que o pesquisador está inserido pode influenciar no fato histórico, pois a história também pode ser manipulada. A vantagem em relação à memória é que ela está sendo sempre reconstruída e reinterpretada. O que permite detectar as falsas interpretações. Segundo Le Goff (1992, p. 42) a história não é apenas a relação memória-história, presente-passado. “[...] A História é a ciência do tempo. Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores. [...]”

Em meados do século XX, a história econômica e social ampliou-se bastante em função do avanço tecnológico e da comunicação em tempo real. E mesmo, em uma época marcada pela crise de paradigmas teóricos, debates, pesquisas voltadas para a polarização no plano da Guerra Fria e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o interesse em estudar o

mundo rural continuou intenso entre os estudiosos da Economia, da Geografia, da História e da Sociologia de forma interdisciplinar.

Francisco Iglésias, em seu prefácio na obra de Linhares e Silva (1981), chama a atenção para o fato de que a pesquisa histórica no Brasil precisa ser estimulada, renovada e revisada. Nos países europeus e nos Estados Unidos, essa revisão é mais frequente e no Brasil tem-se dificuldade até mesmo na organização dos arquivos. Muitos são desconhecidos, desorganizados e com setores não abertos à pesquisa. Mas, no campo da pesquisa, é preciso inovar sempre porque a história está sempre aberta a revisões periódicas com o objetivo de testar verdades, corrigir ou aprofundar os estudos.

Durante muito tempo a historiografia deu preferência a investigar aspectos políticos, enquanto os aspectos econômicos e sociais eram estudados com certas limitações. Então, a história da gente comum que trabalha e transforma a natureza ao criar os meios de subsistência e técnicas de produção custou a entrar nas preocupações dos historiadores como objeto de estudo. Nesse sentido:

[...] é incrível como um país cuja base foi até ontem quase só agrícola não tenha aprofundado conhecimento desse aspecto, infra-estrutura de tudo mais. Sem o seu domínio todo o processo peca pela falta do fundamental. O que é a historiografia referente à agricultura, no entanto? Relativamente pequena, é reduzida a poucos títulos, cuidando do conjunto ou de algum produto, certa técnica, mão-de-obra e outros temas. E assuntos básicos são ignorados, como o caso da terra, à espera de pesquisas”. (LINHARES e SILVA, 1981, p. 08).

Segundo Linhares (1997), na França, a preocupação com a agricultura e a organização social no campo esteve presente em trabalhos de historiadores e geógrafos durante a segunda metade do século XIX, destacando-se autores clássicos como L. Delisle, Thérion de Montaugé, Fustel de Coulanges, Henri Sée. E estudos mais aprofundados foram realizados por Lucien Febvre, Georges Lefebvre, Gaston Roupnel, entre outros. Todos esses estudos tiveram como tônica a abordagem regional. E de forma concomitante, os geógrafos deste país como Vidal de la Blache, Albert Demangeon, Maximilien Sorre e André Givert, desenvolveram pesquisas aperfeiçoadas, examinando a diversidade de seu país com o objetivo de dar respostas aos problemas da agricultura e da sociedade, deixados de lado pela historiografia e pela geografia em tempos pretéritos. Dessa forma:

[...] É evidente e natural o interesse despertado entre historiadores, como os acima mencionados e juntando-se a eles Marc Bloch, pelo diálogo profícuo e

enriquecedor. Desenvolvem-se, assim, de maneira sistemática, novas abordagens, no plano da história regional e local, centradas no estudo das estruturas e das paisagens agrárias, bem como da organização do espaço rural. (LINHARES, 1997, p. 244)

Segundo Ribeiro (2009), as pesquisas regionais revelaram a diversidade física, cultural e social do território francês, buscando a totalidade dos fatos, novos critérios e categorias como traços históricos. Na verdade, a História Regional e Local surgiu como possibilidade de ampliar a lente do historiador, oferecendo uma ilustração em detalhes das questões políticas, econômicas, sociais e culturais de grupos sociais historicamente constituídos, em um espaço delimitado enquanto região ou localidade.

Para Linhares (1997), a historiografia francesa é um exemplo de como o estudo do regional proporcionou mudanças e reformulações nas pesquisas da história nacional. A partir das contribuições da história agrária regional tornou-se possível a reformulação de conceitos como os de crise geral do século XVII, a compreensão do modelo do conjunto da economia e da sociedade do antigo regime, pesquisas variadas sobre demografia, cultivos, clima, regimes agrários, etc., realizados em regiões da França.

Entre as décadas de 1920 e 1960, essa concepção de produção historiográfica espalhou-se pela Europa, e depois pelos Estados Unidos, com características de uma história que escapa da explicação nacional, institucional e política. Então, os pesquisadores passaram a trabalhar com fontes variadas, com homens e mulheres, camponeses e homens simples anônimos da história, deixando de lado a história tradicional dos fatos nacionais. Nesse sentido:

A história regional e local constitui-se, portanto, numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica, como meio de se alcançar o conhecimento de viveres e saberes em dimensões inatingíveis por outras abordagens sistêmicas ou de abrangências espaciais mais amplas. (NEVES, 2002, p. 45)

No Brasil, nos estudos históricos do mundo rural, merece destaque o livro intitulado *“História da agricultura: combates e controvérsias”*, publicado em 1981, de autoria de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, resultado de um projeto de pesquisa, no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Fundação Getúlio Vargas, que se

tornou um divisor de águas nas pesquisas sobre a história da agricultura brasileira. Depois, a preocupação com essa temática continuou com esses dois professores e pesquisadores na Universidade Federal Fluminense, por meio de suas aulas e projetos de pesquisas que resultou em vários trabalhos com a temática do mundo rural.

Para Linhares (1997), a história da agricultura como campo de estudo sistematizado reúne três tipos de abordagens, adotando a tipologia de Jean Meuvret e desenvolvida por Ciro Flamarion Cardoso¹⁴, e atualmente utilizada por autores como Erivaldo Fagundes Neves (2016), Ironita P. Machado (2015), Márcia Maria Menendes Mota (2010), entre outros. Quais sejam: história da agricultura, história agrária e história rural, sem muitos distanciamentos conceituais entre si e devidamente explicitadas a seguir.

A história da agricultura, segundo Mota (2010) preocupa-se com o estudo da história das ciências e das técnicas aplicadas à agricultura, cuja ênfase recai sobre as forças produtivas (área plantada, tecnologia, meio ambiente, população). Definida por Machado (2015, p. 01) como “[...] estudos da tecnologia e economia da produção através de métodos, instrumental e organização da agricultura[...]. Essa abordagem está mais próxima da história econômica, reunindo o conhecimento de algumas ciências como a Geografia, Geologia, Meteorologia, Demografia, Ecologia e Agronomia aos estudos da História (NEVES, 2016). Na verdade, essa abordagem privilegia o estudo das técnicas, produção e organização da agricultura.

A História Agrária, segundo Linhares (1997), surgiu nas primeiras décadas do século XX, de um encontro com a geografia humana. De um lado, o historiador com o objetivo de explicar as ações do homem no tempo, e do outro, o geógrafo em estudar a relação do homem com o espaço geográfico. De maior abrangência, o objetivo dessa abordagem é estudar as formas de apropriação e uso do solo, e a questão jurídica e social dos trabalhadores rurais, enfatizando as relações de produção e as tipologias agrárias (proprietário, renteiro, meeiro, diarista, entre outros). Para Neves (2016, p. 04), a história agrária:

[...] desenvolveu-se articulada com a regional e local, também dedicada ao “estudo das estruturas e das organizações do espaço rural”, como resultado da atividade do homem. Na sua especificidade a história regional e local propõe estudar atividades de grupos sociais historicamente constituídos – assentados numa base territorial e com identidades culturais, de organização comunitária, de práticas econômicas – identificando suas interações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica.

¹⁴ Veja a obra intitulada “Agricultura, escravidão e capitalismo”, publicada no ano de 1979 pela editora Vozes.

A história rural, enfim, adotada nesta pesquisa, consiste em combinar as duas primeiras modalidades (história da agricultura e história agrária). Segundo Machado (2015) essa abordagem analisa as relações sociais, políticas e econômicas das sociedades, especialmente das pré-industriais, através dos estudos macro e microeconômicos, enfocando a produção, distribuição e comercialização do setor agrícola da economia. Esses estudos também foram viabilizados por meio da história regional.

Então, a história da agricultura brasileira, com seus enfoques e abordagens avançou nos estudos com métodos e metodologia na produção de pesquisas que proporcionaram avanços epistemológicos e práticas empíricas sobre o mundo rural brasileiro. Para chegar a esse avanço foram travados grandes debates teóricos, como os das décadas de 1950 a 1970, sobre o dualismo brasileiro de um rural atrasado versus um urbano industrial e moderno, sendo essa concepção superada, voltando-se para o debate da questão agrária no país. Para Mota (2010, p. 177):

Naqueles anos, as questões envolvidas nas pesquisas estavam, na maioria das vezes, direcionadas a uma história econômica do mundo rural, onde os problemas da quantificação e construção de tipologias e modelos assumiram um papel preponderante nas diversas abordagens. [...] Além disso, os clássicos do marxismo dedicados os estudos sobre o campesinato passaram a estar recorrentemente presentes na bibliografia das obras então produzidas. [...]

Dessa forma, para entender as transformações que ocorreram no mundo rural e a atuação dos sujeitos sociais no tempo e no espaço, é preciso recorrer a autores clássicos da Questão Agrária como Vladimir Ilitch Lênin (1982), Karl Kautsky (1998) e Alexander V. Chayanov (1974), que estudaram o espaço agrário russo, no início do século XX, com o objetivo de compreender as relações camponesas naquele momento histórico e que contribui de forma significativa para a discussão do mundo rural atual.

Lênin (1982), integra a corrente marxista, fundamenta sua teoria na concepção de que com o desenvolvimento do capitalismo era inevitável a “desintegração” do campesinato, transformando os camponeses em proletários rurais. Este autor realizou estudos em algumas províncias russas, classificando os camponeses em ricos, médios e pobres, de acordo com a superfície semeada em suas propriedades, evidenciando a diferenciação interna que existia entre eles. Os camponeses ricos tinham uma condição financeira maior e mais equipamentos de trabalho que os camponeses médios e pobres. Nesse sentido, os camponeses médios forneciam mais força de trabalho do que contratavam, e os camponeses pobres não conseguindo se equipar

e manter-se no campo, transformar-se-iam em proletários rurais, vendendo apenas a sua força de trabalho.

Kautsky (1998), também da corrente marxista, tentou aproximar ao máximo a teoria marxista ao homem do campo. Após vários estudos preparou as bases para a compreensão da evolução da agricultura na sociedade capitalista, tomando como referência a unidade produtiva durante o feudalismo, mostrando a transição da economia baseada na cooperativa familiar autossuficiente das vilas para uma economia de mercado, impulsionada pelo processo de modernização da agricultura. Essas mudanças beneficiaram apenas os grandes proprietários que se formaram durante esse desenvolvimento através da concentração de terras, do domínio e exploração da mais-valia da classe trabalhadora. No lugar do trabalhador-proprietário, surge o capitalista dono dos meios de produção ao qual os trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho, transformando-se em proletários rurais.

E por último, Chayanov (1974) que parte de uma concepção populista ou liberal e é membro da Escola de Organização e Produção da Rússia, contemporâneo e contrário aos estudos de Lênin, do qual defendeu a persistência da Unidade Econômica Campesina (UEC), baseado no trabalho familiar. Para este autor, a família e o emprego de sua força de trabalho é o fator dinâmico de toda a produção e reprodução camponesa. O tamanho da família determina aritmeticamente o volume de trabalho na unidade de exploração camponesa. A crítica que se faz ao camponês estudado por Chayanov é que ele representa apenas uma parte do campesinato e não pode ser utilizado para analisar o camponês na América Latina porque em seu estudo ele trabalhou com um modelo de campesinato isolado. Mas, com relação à importância da família na produção e reprodução do campesinato, ele deu uma contribuição significativa para a análise do campesinato em sua época, como também trazendo para a nossa realidade, percebemos a importância do trabalho familiar para a produção e reprodução do campesinato.

Portanto, por meio do resgate da memória e da história, pretende-se nesta pesquisa analisar as mudanças e permanências econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas no tempo e no espaço rural sergipano. A história rural nos permite conhecer tanto a estrutura social rural quanto as forças produtivas do meio rural, proporcionando um maior entendimento do objeto de estudo em questão, além de trazer uma valiosa contribuição para uma mudança na consciência social acerca da importância do agricultor familiar para a sociedade como um todo.

2.4 - De lavrador, camponês a agricultor familiar: um processo histórico, ideológico e regulamentado pelo Estado

No Brasil, para compreender o mundo rural, é preciso recuar no tempo e no espaço e através da historiografia explicar o processo de “ocupação” e formação do território brasileiro. Essa formação foi marcada pelos ciclos econômicos e pelos tratados territoriais, fazendo-se necessário entender as relações políticas, econômicas, sociais e culturais que contribuíram para a construção desse território. O tipo de colonização com base na “plantation” e depois com o avanço do sistema capitalista provocou a expropriação e a concentração fundiária, deixando os camponeses desprovidos dos meios de produção e de trabalho. Vários estudiosos de diferentes campos das Ciências Sociais têm se debruçado e apresentado trabalhos significativos para a compreensão do espaço rural brasileiro ao longo do tempo.

Sobre a formação do campesinato, existem algumas correntes de pensamento que explicam a sua formação, transformação e permanências até os dias atuais. A primeira corrente é representada por Alberto Passos Guimarães, que defende a existência do Feudalismo no Brasil e, para o campo se desenvolver, era preciso superar os resquícios das relações feudais de produção e ampliar o trabalho assalariado. E a luta dos camponeses para ter acesso à terra seria a ferramenta para o desenvolvimento do sistema capitalista.

A segunda corrente de pensamento tem José Graziano da Silva como o seu maior representante. Ele defende que o capitalismo já se desenvolveu e de forma inexorável os camponeses irão desaparecer, pois ao tentar produzir para o mercado desencadeará a falência e a expropriação de suas terras ou serão mantidos de forma subordinada para atender os interesses do capital, sendo essa segunda hipótese confirmada.

A terceira corrente, representada por José de Souza Martins, mostra que os camponeses têm importância na sociedade capitalista atual, pois ao mesmo tempo que o capitalismo se desenvolve também produz relações não capitalistas de produção com base no trabalho familiar. Na atualidade, o campesinato permanece de forma subordinada às grandes e médias propriedades, seja fornecendo a força de trabalho ou a própria terra para a expansão do sistema capitalista.

Vale destacar que o campesinato vem sendo estudado há bastante tempo e o volume de estudos tem aumentado de forma quantitativa e qualitativa com o objetivo de compreender a trajetória e as mudanças recentes do campesinato. O que iremos mostrar é que existe uma questão agrária no Brasil, e que os camponeses ao longo da história são expropriados e

subordinados ao sistema capitalista que gera no campo riqueza para uma minoria de grandes proprietários de terra e de poder, e miséria para uma maioria de pequenos proprietários e trabalhadores sem terra.

O processo de “ocupação” e colonização do Brasil contribuiu profundamente para a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e a consequente formação do latifúndio, devido a implantação das atividades canavieira e pecuária extensiva, ocupando grandes extensões de terras com o objetivo de atender ao mercado externo. De forma administrativa, a divisão das terras em quinze lotes, chamados de capitâneas hereditárias, e doadas a doze donatários, e depois divididas em sesmarias, deu origem a maioria dos latifúndios que permanece até os dias atuais, como patrimônio de famílias tradicionais em várias gerações.

Prado Júnior (1997) destaca as principais características da organização econômica da colônia, que tem como objetivo produzir e exportar gêneros tropicais e minerais para o mercado europeu. Na agricultura o elemento principal foi a grande propriedade canavieira com base no trabalho escravo. Seja a atividade agrícola, mineradora ou extrativa, a economia colonial sempre apresentava o caráter da grande unidade produtora, ou seja, a *plantation*. Nesse sentido:

[...] O que caracteriza a plantation? É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, com a prática monocultora, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação, seja ele a cana de açúcar, o cacau, o algodão, gado, etc., com o emprego de mão de obra escrava. [...] (STÉDILE, 2011, p. 21)

Celso Furtado (1997), ao analisar os motivos da colonização brasileira, também destaca os fatores e o êxito da *plantation*, como também, a existência e importância das atividades complementares à atividade canavieira, como a pecuária e os produtos de subsistência. Muitos criadores de gado tornaram-se fazendeiros, enquanto outros, não conseguindo se desenvolver passaram a produzir os produtos de subsistência em pequenas propriedades através do trabalho familiar. Nas áreas de mineração, com a decadência do extrativismo, muitos donos de grandes áreas mineradoras, transformaram-se em faiscadores, e outros passaram a produzir produtos de subsistência em pequenas propriedades para garantir a própria sobrevivência.

Segundo Prado Júnior (1997), a colonização do Brasil começou pelo litoral e em meados do século XVIII, 60% da população do território brasileiro concentrava-se na faixa litorânea, causando um desequilíbrio entre o litoral e o vasto interior do território. Esse dado mostra o caráter predominante da colonização com base na agricultura que se beneficiou das terras férteis

e úmidas do litoral. Em relação ao povoamento do interior, este autor destaca dois fatores importantes que ajudaram na configuração do nosso atual território: a mineração e a pecuária.

A primeira conduziu o colonizador do litoral ao centro do continente sem uma contiguidade na expansão, embora fundando grandes núcleos de povoamento que deram origem a várias cidades. E o segundo ocorreu em contiguidade do litoral para o interior, em função de não poder criar o gado junto a cana, fixando as populações no sertão a partir das fazendas de gado, estabelecendo núcleos de povoamento e o contato direto com o seu núcleo irradiador, pois este necessitava da carne, do leite, do couro e da tração animal para os engenhos. Dessa forma:

Foi a zona do açúcar, porém, que deu origem à primeira fase da grande criação de gado. Os cronistas, Gandavo, Gabriel Soares, Fernão Cardim, Frei Salvador, e outros, são acordes em constatar a atenção que ia despertando a criação no centro-nordeste brasileiro. É que a indústria do açúcar era importante consumidora de gado. Os trapiches e engenhos, movidos por bois faziam grande desgaste; as carretas para lenha e para o açúcar exigiam número considerável de cabeças, em porção, talvez, igual ao da escravidão ocupada. (SIMONSEN, 1977, p. 151)

Esse tipo de colonização baseado na grande propriedade, seja para plantar a cana e produzir o açúcar, seja para criar gado gerou uma sociedade desigual e excludente. Já no século XIX, segundo Prado Júnior (1997), o que caracterizou a sociedade brasileira foi a escravidão. Ela é considerada a escravidão do mundo moderno porque não se compara e não traz nenhum dos elementos da vida social, material e moral do mundo antigo. Ela constituiu-se em um recurso para explorar as riquezas do Novo Mundo. Primeiro escravizaram os índios e depois os negros trazidos da África para trabalhar nas lavouras na condição de escravo, tornando-se um negócio lucrativo para os empreendedores.

Webling (1999) chama atenção para o surgimento no Brasil colonial de uma sociedade nas áreas canavieiras e pecuaristas, com os senhores de engenho e fazendeiros no topo da pirâmide etária e o restante da sociedade na base (homens livres pobres, índios e negros escravizados) e um mínimo de setor intermediário (lavradores de cana, assalariados do engenho, vaqueiros que montavam suas fazendas) que não constituía uma classe média. Então, formou-se uma sociedade agrária, patriarcal, católica e escravista, sendo a dicotomia proprietário não proprietário reveladora do poder e da riqueza desse grupo social considerado nobreza da terra e da pobreza do grupo formado pelos trabalhadores. Nesse sentido:

Os escravos, indígenas ou negros, formavam a larga base da pirâmide social. A repetida afirmação do jesuíta Antonil, de que eram os pés e as mãos dos senhores de engenho, poderia ser estendida às demais atividades profissionais do Brasil e à própria casa brasileira, onde sempre existiu a escravidão doméstica. Além do significado econômico, o escravo tinha importância social: desde cedo o prestígio dos senhores foi medido pelo número de escravos possuído. [...] (WEBLING, 1999, p. 236)

Segundo Andrade (1989), no início do século XIX, os expropriados formavam uma população bastante numerosa, que viviam às margens dos engenhos e fazendas, cultivando os produtos alimentares para garantir a sobrevivência e em troca pagavam ao proprietário um foro em serviços ou produtos produzidos. Nas regiões de desenvolvimento da pecuária, essa camada social excluída formava grande massa de agricultores que recebiam um sítio para cultivar os produtos de subsistência, como fava, milho, algodão, mandioca, entre outros.

Para Guimarães (1983), somente depois de três séculos de lutas sangrentas, na metade do século XIX, é que começou a abrir um pequeno espaço para as massas camponesas que viviam às margens das sesmarias ou que se agregavam aos engenhos e fazendas de gado, subordinados aos grandes proprietários como mão de obra de reserva. Para Martins (1995) no Brasil Colonial, o campesinato se formou a partir dos agregados, posseiros e sitiantes. O fazendeiro ao tomar posse de uma sesmaria sempre encontrava posseiros instalados com suas roças e caberia a ele aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados. Dessa forma:

[...]. Ambas às vezes se confundiam, porque a condição de posseiro dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio. O sitiante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria. Agregados e moradores eram também, no entanto, tidos como sitiantes, já que sua área de roça no interior da fazenda também era definida como sítio, ou roçado. (MARTINS, 1995, p. 39)

Em relação à propriedade da terra, durante o período colonial, Stédile (2011) chama a atenção que a Coroa portuguesa optou pela concessão de uso da terra com direito à herança, ou seja, as terras eram do Estado Português e o fazendeiro-capitalista tinha o direito e o dever de investir e explorar as terras. Em caso de morte esse direito de uso passava para os seus herdeiros. Essa realidade política e econômica só começa a mudar a partir da segunda metade do século XIX, quando a Coroa começa a sofrer pressões da Inglaterra para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, extinguindo dessa forma com a escravidão negra no Brasil.

Então, para impedir que os ex escravos ocupassem e se apropriassem das terras, a Coroa instituiu a Lei de Terras de 1850. E, na condição de marco jurídico-institucional:

A Lei de Terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadorias. A partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas. Até então, era apenas objeto de concessão de uso hereditário – por parte da Coroa àqueles capitalistas com recursos para implantar, nas fazendas, monoculturas voltadas à exportação. (BORGES, 2011, p. 283)

Na verdade, a Lei de Terras preparou a transição do modelo econômico agroexportador, que estava em crise, para um novo modelo econômico (capitalista) que se consolidou com a Revolução de 1930. A principal função da Lei de terras (1850) foi implantar a propriedade privada da terra, transformando um bem da natureza (terra) em um bem privado com acesso apenas para quem tivesse dinheiro (ricos proprietários). Legaliza-se então, o latifúndio excludente no Brasil. Já os ex escravos (trabalhadores negros) impedidos de se transformarem em pequenos proprietários, por não ter dinheiro (capital) e consequentemente acesso à terra, foram ocupar os morros e construir suas moradias, formando as favelas. Segundo Stédile (2011, p. 23): “A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”.

Outro agravante para a população negra no Brasil, com o apoio do governo, foi o fato de os fazendeiros não se utilizarem da mão de obra dos negros pós-abolição, passando a incentivar a vinda de imigrantes (camponeses europeus). Principalmente italianos, alemães e mais tarde espanhóis para trabalhar na agricultura brasileira, através do trabalho livre sem destruir a economia das grandes propriedades. Contudo, o modelo de migração adotado pelo governo brasileiro gerou um processo degradante de exploração da força de trabalho dos imigrantes, primeiro nas fazendas de café e depois na indústria.

Segundo Martins (2017), com o fim da escravidão e o surgimento do trabalho livre, que se intensificou com a imigração, não foi igual para o ex escravo e para o não escravo (trabalhadores livres, imigrantes). O negro a partir da libertação ganhou a propriedade de sua força de trabalho e o trabalhador livre, expropriado de suas terras, o que lhes restava agora era a sua força de trabalho. Essa liberdade para o ex escravo é muito específica e se refere apenas a liberdade de vender a força de seu trabalho, não o liberta de seu passado de escravo. Do mesmo modo, o homem livre que foi expropriado de suas terras, a liberdade para ele era a de

realizar um trabalho independente e receber um tributo em trabalho, espécie ou dinheiro. Nesse sentido:

[...] a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, isto é, no caso das fazendas paulistas, em termos da substituição física do negro pelo imigrante. Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou do fim da escravidão. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem. (MARTINS, 2017, p. 35)

A Lei de Terras também transformou as terras devolutas em monopólio do Estado. O acesso à terra só se daria através da compra. O camponês não-proprietário depois da Lei de Terras só teria acesso se trabalhasse para o grande proprietário e adquirisse pecúlio, que depois pudesse comprar terras e se tornar um pequeno proprietário. Esse novo modelo de regime fundiário abre caminho para um novo campesinato, diferente de posseiros e agregados. Nesse sentido:

[...] Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é materializada por uma terra já convertida em mercadoria. É o campesinato que marca fortemente a paisagem do Sul e do Sudeste e que no futuro também terá os seus problemas. (MARTINS, 1995, p. 43)

Para Martins (2017), nas regiões cafeeiras e canavieira em São Paulo, a crise escravista processou um regime de trabalho que ficou conhecido como colonato, que não se define como um regime de trabalho assalariado, com o pagamento em dinheiro pela execução de um serviço pelo trabalhador, típico da relação capitalista de produção. No colonato, o trabalhador executa a tarefa laboral com a ajuda de sua família, de acordo com o modo camponês de produção, sem a presença do assalariamento. Então, é por meio dessa forma híbrida, das relações capitalistas e não capitalistas, que o sistema do capital se desenvolveu.

Segundo Queiroz (1976), o meio rural brasileiro despertou o interesse de vários estudiosos do século passado que apoiados nas teorias da época cometeram alguns equívocos, e entre eles em seus trabalhos destacaram algumas camadas sociais; por outro lado, negaram ou ofuscaram a existência de outras como a presença do pequeno proprietário de terra no campo brasileiro. Alguns autores e obras importantes como Euclídes da Cunha, na obra “Os Sertões” em que afirmou não existir diferenças entre o fazendeiro e o vaqueiro nas fazendas de gado,

seja qual for posição social, o seu gênero de vida seria semelhante; a obra de Gilberto Freyre, “Casa grande e senzala”, na qual apresenta a casa grande e a senzala como a única paisagem social do meio rural. Embora este autor aborde com profundidade o cotidiano do espaço rural analisando os ritos religiosos, a culinária, a higiene, entre outros aspectos.

Entretanto, em outros estudos e narrativas, aparece a figura do caipira, tabaréu, caboclo, rurícola e lavrador, ou seja, o pequeno proprietário que vive em seu sítio, representado na obra de Monteiro Lobato, “O sítio do Picapau Amarelo”. A autora ainda destaca que, talvez o primeiro estudioso a apontar a presença do sitiante brasileiro foi Caio Prado Júnior, e depois Jacques Lambert, que com a produção policultora assegurava a alimentação da maioria da população. Nesse sentido, Moura (1986, p. 09) define a camada social que vive subordinada à grande propriedade como um camponês, que:

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de ciência.

Queiroz (1976) destaca a presença das pequenas propriedades rurais chamadas de sítio formadas às margens das grandes e médias propriedades, e da camada social rural denominada de sitiante desde o início da colonização. É a camada mais numerosa, que trabalha em suas pequenas áreas de terra, completam sua renda trabalhando no alugado ou dispõe apenas da sua força de trabalho para sobreviver, não havendo uma homogeneidade entre eles. São trabalhadores que vivem e trabalham no campo. A classificação que convém a estes sitiantes, lavradores, agricultores, definidas pela Sociologia Rural, é que o sitiante brasileiro é um camponês.

Para Andrade (1989), no Brasil, até meados do século XX, o termo camponês não era usado para identificar os trabalhadores rurais. Somente a partir de 1950 com a participação das correntes políticas de esquerda que se identificava com a luta pela sobrevivência do homem do campo, denominaram de forma generalizada os trabalhadores rurais como camponeses. Já os grupos políticos de direita, contestando o termo camponês, tentaram incorporar na sociedade o rurícola, termo que não teve muita aceitação. Dessa forma:

[...] A palavra camponês, que dá nome à camada mais numerosa e mais importante dos que vivem diretamente unidos à terra, apesar da sua pureza, da sua derivação simples – campo, camponês – não se pronunciava, a não ser entre os marxistas e progressistas, nem se escrevia, exceto nos jornais e revistas de esquerda. A grande imprensa, a “imprensa sadia” não registrava, nem era articulada nas altas rodas, nos conclaves sobre agricultura, nas assembleias de deputados e senadores, e, sobretudo, entre os grandes senhores de terra ou no recinto de suas associações. [...] (JULIÃO, 2013, p. 93)

Segundo Andrade (1989), os estudiosos das Ciências Sociais têm distinguido entre os habitantes e trabalhadores rurais em duas categorias: os que já foram expropriados da terra e de seus utensílios de trabalho, restando apenas a sua força de trabalho para ser vendida. E, os pequenos proprietários ou os que têm o controle de pequenas porções de terras na condição de arrendatários, meeiros, garantindo a sua sobrevivência através da produção para o autoconsumo com a força de trabalho de sua família e da venda do excedente.

Para Moura (1986) chegar a uma definição do conceito de camponês e campesinato não é uma tarefa simples. São conceitos de grande vitalidade e força histórica, tanto no campo teórico quanto no empírico. É repleto de conteúdos culturais, sociais e político, ampliando cada vez mais o grupo de trabalhadores rurais que vive no campo e do campo com a força do trabalho familiar. O campesinato é constituído de cultivadores que se define em oposição à cidade, e se apresenta como um polo oprimido de qualquer sociedade, subordinados aos grandes proprietários de terras. Nesse sentido:

[...] o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Consequentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo. [...] (SHANIN, 1980, p. 51/52)

Na verdade, o camponês possui um estilo de vida pautado na autonomia e cooperação familiar e vínculos comunitários que ultrapassam as relações econômicas. A família é entendida como unidade de produção familiar que por meio da divisão de tarefas na propriedade sob a orientação e autoridade do chefe da família, produzem e garantem a sobrevivência do grupo

familiar. Na produção e reprodução da unidade camponesa¹⁵ não existe qualquer forma de assalariamento, apenas a força de trabalho familiar é considerada um fator de produção. Numa perspectiva geral, Wanderley (2014, p. 26) explica que o campesinato:

Corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Para Shanin (1980), o camponês deve ser entendido a partir de sua diversidade no tempo e no espaço, das características do estabelecimento familiar e suas possíveis interações com o contexto geral mais amplo. A heterogeneidade camponesa é evidente, apresentam diversidade entre si e mudam com o passar do tempo. O camponês não se enquadra a modelos teóricos fechados, preestabelecidos. O campesinato corresponde a um modo de vida com uma combinação de variedade de elementos e não encontraremos uma realidade fixa. Do ponto de vista teórico e conceitual, o campesinato é uma categoria socialmente construída e para sua compreensão deve-se observar o contexto histórico e político específico.

Segundo Martins (2017), os estudos sobre o campesinato têm como característica comum o avanço do capitalismo no campo, que promove a concentração fundiária e a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção e de trabalho. Por outro lado, reproduz-se também com base em relações não capitalistas de produção, como o trabalho familiar realizado nas unidades de produção camponesa. O desenvolvimento capitalista ocorre de forma contraditória e combinada. Ao mesmo tempo que o capitalismo se desenvolve, produz de forma contraditória as relações de produção não capitalista¹⁶ como recurso para garantir a sua própria reprodução, incorporando áreas e populações às relações comerciais e ao mesmo tempo, obstáculos ao seu crescimento total pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos no processo de expansão do capital. Segundo Oliveira (2001, p. 25):

Esse conjunto de contradições que marcam o processo de desenvolvimento capitalista revela, também, que o processo pelo qual o capitalismo se expande no país passa necessariamente pelo domínio do trabalho assalariado nas

¹⁵ Cf. Alexandre V. Chayanov. La organización de la unidad económica campesina, 1974.

¹⁶ Cf. José de Sousa Martins. O cativo da terra. 2017.

grandes e médias propriedades e pelo predomínio do trabalho familiar, camponês portanto, nas pequenas propriedades ou pequenas unidades de produção.

Segundo Martins (2017), a primeira etapa do crescimento do sistema capitalista é a produção de mercadorias, que é formada em diferentes e contraditórios momentos articulados entre relações capitalista e não capitalistas de produção. Em um primeiro momento temos a produção de mercadorias e da mais-valia características do capitalismo; em outros a circulação de mercadorias, subordinada à produção; e em um outro momento temos a produção subordinada à circulação. Contudo, esses momentos estão articulados em um único processo, embora em espaços diferentes. Então, a mercadoria é que dá natureza global ao capitalismo.

No Brasil, a Revolução de 1930 foi o marco histórico da transformação da economia brasileira que passa a reorganizar e regulamentar o mercado capitalista e a força de trabalho respectivamente, permitindo novos arranjos para o desenvolvimento da economia nacional com o avanço do capitalismo. Mas é na década de 1950 que surge a primeira concepção de desenvolvimento rural como consequência da indústria. O Brasil começou a caminhar rumo a industrialização e à modernização da agricultura. No segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54), o Estado brasileiro é levado a desempenhar novas atribuições impostas pelo capital com o objetivo de fortalecer a economia nacional. O país passa do estágio primário-exportador para uma orientação urbano-industrial, porém em sua forma tardia no processo de modernização da agricultura. Dessa forma:

O período que se estende de 1933 a 1955 marca uma nova fase de transição da economia brasileira. Nesse período, o setor industrial vai-se consolidando paulatinamente e o centro das atividades econômicas começa vagarosamente a se deslocar do setor cafeeiro-exportador. A indústria gradativamente vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser “eminente agrário” (como alguns ainda crêem ser a sua “vocação histórica”). (SILVA, 2001, p. 29)

Para Menezes (1999), no Brasil, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a ideologia da vocação agrária foi substituída pela industrial, aspiração tanto do pensamento dos governantes quanto da classe dominante do país. O Estado brasileiro abre a economia para o capital internacional, empresas multinacionais se instalam e começam a explorar nossas riquezas; a indústria de base passa a ser montada, principalmente a automobilística. Essa

abertura ao capital estrangeiro acelerou o desenvolvimento capitalista, extremamente dependente, causando contradições econômicas e sociais.

Segundo Silva (2019), o governo João Goulart, propõe a emancipação econômica nacional, por meio das reformas de base, que além de desenvolver a indústria nacional, pretendia reestruturar a produção agrária e ampliar os direitos sociais, fortalecendo o mercado interno. Na verdade, as reformas estruturantes procuravam atender tanto as aspirações de parte dos empresários através do crescimento econômico, quanto das camadas populares com o aumento do seu poder aquisitivo, ou seja, desenvolvimento econômico e bem-estar social. A reforma agrária, dentro das reformas estruturantes, seria a que causaria maior impacto no sistema econômico do país, alterando a estrutura da propriedade da terra. Nesse sentido, constituíram como objetivos da reforma agrária:

[...] O aumento da produtividade agrícola; a diminuição dos preços dos gêneros alimentícios e a elevação dos padrões de vida do trabalhador rural – que teria facilitado seu acesso à terra e não estaria mais submetido às condições de trabalho e remuneração impostos pelos latifundiários – e também do trabalhador urbano – que teria seu custo de vida suavizado pelos preços mais baixos dos gêneros alimentícios. (SILVA, 2019, p. 14)

O projeto de reforma agrária de Jango era uma continuação do projeto de desenvolvimento nacional de Getúlio Vargas, em que os benefícios da reforma agrária também iriam impactar no desenvolvimento industrial. Todavia, as reformas de base, principalmente a reforma agrária, despertou a fúria da elite brasileira e, como forma de barrar a reforma agrária e os avanços sociais, apoiaram os militares no Golpe de 1964, para assegurar os seus privilégios.

Essas tentativas de mudanças encontraram forte oposição das elites, e ao mesmo tempo os movimentos populares através das Ligas Camponesas¹⁷ pressionavam para que essas medidas fossem concretizadas. Em março de 1963 o Congresso Nacional aprova o Estatuto do Trabalhador Rural e, em 1964, o Estatuto da Terra. Esses estatutos provocaram mudanças

¹⁷ As Ligas Camponesas surgiram em 1955, no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, a 60 km do Recife-PE. Segundo Galileia (2016) depois de fundada e registrada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco em Galileia, cada membro passou a conscientizar os moradores sobre a importância de fazerem parte da associação e lutar para permanecer naquelas terras, pois já existia uma ação de despejo impetrada na justiça pelo proprietário do engenho. Somente em 1959, depois de muita luta, os camponeses conseguiram a desapropriação das terras da Galileia. Antes da Sociedade Agrícola, os trabalhadores não tinham conhecimentos trabalhistas e viviam subordinados e oprimidos pelos grandes proprietários de terras. Na Galileia foi lançada as primeiras sementes da politização dos camponeses, e depois as Ligas Camponesas se espalharam através da voz e da escrita de Francisco Julião para o país inteiro.

profundas no campo e nos movimentos sociais, que passaram a lutar pelos direitos postos na lei, pois os sindicatos são reconhecidos para corroborar com essas iniciativas. De certa forma, restringiram a luta dos trabalhadores, mas por outro lado, a luta pela terra agora passa a ser legal. Vale destacar, segundo Martins (1995), que a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural serviu para esvaziar as Ligas Camponesas, sendo uma vitória dos que defendiam o trabalhador rural assalariado em detrimento dos camponeses que lutavam pelo acesso à terra.

No entanto, é na década de 1970, em plena Ditadura Militar, que o processo de modernização se intensifica no Brasil, impulsionado por uma política de créditos facilitados pelo governo Médici através do “Milagre Brasileiro”, desenvolvendo no campo uma modernização desigual e excludente, negando a necessidade de fazer uma reforma agrária no país. Esse processo de modernização no campo contemplou somente as médias e grandes propriedades, que passaram a utilizar tecnologia, ampliando a produtividade para atender o mercado externo. Já a pequena propriedade sofre com esse processo desigual, ficando à margem do sistema produtivo, subordinando-se às grandes propriedades e ao capital. Nesse sentido:

A questão central para se entender a presença dessas relações de produção é que a forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra. (SILVA, 1981, p. 36)

Se, de um lado, o governo e a direita agrária através da modernização negou a necessidade de fazer a reforma agrária, do outro, a esquerda ligada ao Partido Comunista Brasileiro, as Ligas camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB (1954) intensificaram a luta pela terra que desde 1950 realizaram congressos de trabalhadores rurais com a participação de todos os movimentos sociais que existiam na época. Então, aos poucos a luta pela reforma agrária assume uma dimensão nacional, ficando evidente a necessidade de pressionar o Estado e a elite latifundiária, a fim de se fazer respeitar os direitos sociais dos trabalhadores rurais que estavam sendo expropriados de suas terras pelo processo excludente de modernização.

Segundo Wanderley (2014), a ideologia conservadora dos governos militares e suas práticas autoritárias favoreceram a modernização conservadora, associados aos movimentos camponeses, que foram duramente combatidos nesse período. Por isso, adotaram expressões

“neutras” passando a denominar os camponeses de “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência” e “produtores de baixa renda”.

A modernização conservadora concentrou-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste, que atrelados a um sistema de créditos financiados pelo governo aos grandes proprietários, houve um aumento significativo nos indicadores técnicos de modernização, diversificação e aumento da produção agropecuária. Na verdade, todo o processo produtivo é reorganizado, inclusive as relações sociais de trabalho. Para Delgado (2005, p. 60/61):

O processo de modernização não só preservou mas aprofundou a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto no uso variado de tecnologia como das relações de trabalho predominantes. Os próprios indicadores de modernização estão muito centrados nas regiões Sul e Sudeste e parcialmente no Centro-Oeste – à época uma fronteira agrícola. Na Amazônia e Nordeste, por seu turno, são bem mais baixos os índices de modernização técnica.

No pensamento de estudiosos da agricultura camponesa, a modernização seria uma forma de inclusão dos pequenos proprietários no sistema produtivo. Todavia, eles foram excluídos e subordinados ao capitalismo. Uma parte continuou de forma subordinada e prontos para atender as necessidades da grande propriedade e outros foram totalmente expropriados, restando para si apenas a sua força de trabalho. Na verdade, com a modernização temos uma grande massa de pequenos camponeses que necessitam assalariar-se e garantir a sobrevivência do grupo familiar, ganhando salários rebaixados e permitindo a acumulação de capital por parte dos grandes proprietários.

Na década de 1980, a luta pela reforma agrária se intensifica com a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em 1963; com a atuação da igreja católica através da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, em um encontro Nacional dos trabalhadores rurais organizado pela Igreja Católica em Cascavel (PR). Foram esses os movimentos, cada uma a sua moda, provocaram o debate com a sociedade sobre a necessidade da luta pela reforma agrária nesse período. Segundo Mendonça (2010, p. 75-76):

[...] a atualização da bandeira da reforma agrária no registro de distribuição de terras, fruto do agravamento dos conflitos fundiários, oriundos tanto da expansão da fronteira agrícola quanto da própria forma através da qual a modernização se processava – isto é, concentrando capitais e expropriando segmentos variados de trabalhadores -, imporia ao Estado, mesmo sob o regime militar, novas formas de tratamento da questão, sobretudo no que diz respeito à ação da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da

Agricultura) – que precipitou por defendê-la como um direito, disseminando essa concepção pelos demais sindicatos – e da igreja, mormente após a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975.

A década de 1990, o Brasil vive um contexto de crise econômica e reformas neoliberais com o presidente Fernando Henrique Cardoso, e no meio rural a FAO/INCRA (1994) cria a categoria agricultura familiar¹⁸ com o objetivo de “integrar” o camponês ao modo capitalista de produção. A agricultura familiar define-se pela relação entre o trabalho e a gestão do estabelecimento pela família, ou seja, pelo processo produtivo conduzido pelo proprietário. Isso também está ligado ainda à ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos, bem como na qualidade de vida, na utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e na tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. Dessa maneira, a categoria assume uma posição até mesmo de atualidade ou novidade, e que se renova continuamente, como nas palavras de Wanderley (2001, p.21):

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

O campesinato é entendido por alguns estudiosos como uma categoria atrasada, conservadora, que não acompanha a modernização, a dinâmica do mercado e vive de forma isolada em uma economia de subsistência, sem nenhuma preocupação em produzir excedentes e se integrar ao desenvolvimento capitalista. Segundo Abramovay (1992), a categoria agricultor familiar é uma profissão, diferente do camponês que é um modo de vida. Nos países centrais o desenvolvimento do capitalismo tende a retirar a estrutura social do campesinato a partir do avanço da agricultura familiar com base no progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo. Então, o camponês apresenta-se isolado, ignorando a dinâmica do capitalismo e o agricultor familiar aberto à modernidade, ao produtivismo e aos programas estatais, sendo entendido como um agricultor profissional. Nesse sentido:

¹⁸ Em 24 de julho de 2006, foi sancionada pelo governo brasileiro a Lei nº 11.326/2006, que forneceu o marco legal da agricultura familiar. E no seu Art. 3º considera e define o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo os seguintes requisitos: “I – não tenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.” A categoria agricultura familiar foi confirmada e respaldada no Censo Agropecuário do IBGE 1995/96.

[...] Enquanto Abramovay vê a metamorfose do camponês em agricultor familiar no desenvolvimento do capitalismo, podemos ver processos de viabilização econômica, de empobrecimento e de exclusão, ou seja, processos de diferenciação que promovem a destruição e a recriação do campesinato a partir de sua própria reinvenção social. O foco do método do paradigma da questão agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistência do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história. (FERNANDES, 2013, p. 195/196)

Bourdieu (2006) apresenta o choque cultural, observado no comportamento, aparência e vestimenta dos jovens do campo em relação aos da cidade, em que as jovens camponesas assimilam com mais rapidez os padrões culturais da cidade do que os rapazes, que tem dificuldade de arrumar um casamento na zona urbana, evidenciando a desvalorização dos que vivem no campo, por aqueles que residem na cidade. Então, a modernidade tem levado os camponeses a incorporar novos costumes, hábitos, e as mulheres estão mais abertas às mudanças enquanto os homens são mais fechados.

Na verdade, o mundo rural tem passado por transformações e parte do campesinato tem procurado resistir, são mais fechados às mudanças, enquanto outros incorporam novas práticas produtivas advindas do sistema capitalista para permanecer no campo. Incorpora o novo e se enquadram às novas realidades impostas pelo capital. Alguns são conscientes da sua condição histórica camponesa e outros com menos identidade de classe vivem na sua pequena propriedade através do trabalho familiar aptos a atender as mudanças impostas pelo Estado, incorporando o termo agricultor familiar para ter acesso às políticas públicas e se inserirem no mercado. Então:

Na perspectiva da superação do conceito de camponês florescem os trabalhos sobre agricultura familiar e inúmeras pesquisas são realizadas para provar que ela não é sinônimo de pequena produção. Inclusive com o estranho argumento de que a categoria familiar demarca os limites em termos de classes, ao contrário do conceito de campesinato que se encontra condenado econômico e politicamente. Portanto, trata-se, mais uma vez, do velho discurso que, na aparência, fala da necessidade de um conceito mais puro, claro, mas na essência, nega o campesinato como classe com demandas conflitivas específicas. (ALMEIDA, 2003, p. 78)

Segundo Schneider (2003) a categoria agricultor familiar surge como uma nova categoria síntese proposta pelos movimentos sociais no campo, aquele representado pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura),

como também no cenário institucional brasileiro, encontrando-se relacionado à presença do Estado a partir da criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criados no governo de Fernando Henrique Cardoso e ampliados pelos governos de Lula e Dilma, que serviu para fortalecer a agricultura familiar. O Pronaf tornou-se a principal política pública destinada aos agricultores familiares com o acesso e a expansão de créditos para essa categoria social, que passa a investir na produção e na propriedade. Para Abramovay (1992, p. 209):

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante [...].

Por outro lado, Neves (1995) enfatiza que as formas familiares de produção (ou que poderíamos denominar também de formas de trabalho familiar) têm por características particulares o domínio do trabalho familiar, a resistência à apropriação do excedente via mercado, o acesso aos meios de produção, a busca de autonomia, dentre outras. As formas capitalistas seriam regidas pelo trabalho assalariado, apropriação alheia do trabalho excedente, e da necessidade inexorável da reprodução simples e ampliada do capital, além da racionalidade dirigida na obtenção de melhor produtividade e rentabilidade, através da gestão.

Essas características reduzem-se à contraposição de dois segmentos: o primeiro caracterizado pela reprodução das unidades familiares e o outro mais dinâmico, inserido dentro do processo capitalista propriamente dito, em que alguns autores denominam de agricultura familiar integrada. Destarte, existem outros elementos que auxiliam na caracterização do agricultor familiar, principalmente na forma do uso do trabalho. A unidade produtiva aqui funciona com a utilização exclusiva da força de trabalho extraída dos membros da própria família. Desse modo, é necessário ressaltar que:

[...] É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. (SCHNEIDER, 2003, p.114).

No Brasil, outro aspecto que merece destaque é o fato de a agricultura familiar existir diferenciação de região para região. Soma-se a isso as suas peculiaridades, que foram incorporadas em seu processo histórico. Nesse sentido, não se pode analisar a agricultura familiar como um todo, mas fazer uma comparação entre as regiões brasileiras Sul, Sudeste e Nordeste para entender suas particularidades, ou seja, o que caracteriza a agricultura familiar é a sua diversidade do ponto de vista das relações de produção e de trabalho, havendo processos de sociabilidade diferenciados, bem como formas diferenciadas de inserção no mercado.

Segundo Wanderley (2014), no meio rural brasileiro, apesar da heterogeneidade, é preciso perceber a existência de produtores agrícolas, que com sua família constroem um modo de vida e de trabalho constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. Por essas características podemos denominá-los de camponeses e os conceitos de campesinato e agricultura familiar, na verdade, são categorias entendidas como equivalentes. A agricultura familiar não é entendida como oposição ao campesinato, mas essa categoria sofre uma adequação capaz de transformar o processo produtivo para atender as demandas do capitalismo atual. Ainda para esta autora, a categoria “camponês” e “campesinato” na atualidade vem sendo revalorizada, principalmente pelos movimentos sociais, que se organizam em todas as regiões do Brasil com o objetivo de afirmar a autonomia dos agricultores familiares, portadores da experiência e da história camponesa.

Portanto, entendemos, nesta tese, que o termo agricultor familiar criado pelo Estado (institucional) ganhou destaque, mas não consegue apagar a categoria campesinato porque tem uma história, existe uma heterogeneidade camponesa, e passou por um movimento de transformação para acompanhar as mudanças e de forma contraditória contribui para o desenvolvimento do capitalismo através de relações não capitalistas de produção com o trabalho familiar. As categorias agricultura familiar e campesinato tem um caráter político e ideológico. Enquanto, a categoria agricultura familiar é reforçada pelo Estado, o termo camponês continua sendo usado nos assentamentos rurais com mais propriedade e identidade de classe.

2.5 - A construção do conceito de Desenvolvimento rural no Brasil

O termo desenvolvimento carrega uma pluralidade de significados e questões teóricas complexas que acabam interferindo na precisão do seu conceito. Para Favareto (2007), a origem deste conceito vem da biologia por ter associado o desenvolvimento a concepção de evolução das sociedades humanas, e encontrou no capitalismo um campo fértil por associar o

desenvolvimento ao crescimento e enriquecimento, ignorando os aspectos políticos, sociais, culturais e ambientais.

Para Furtado (1980), o conceito de desenvolvimento na história contemporânea tem sido utilizado em dois sentidos diferentes. O primeiro refere-se à evolução de um sistema social de produção que por meio da acumulação e progresso das técnicas eleva a produtividade e sua força de trabalho. E o segundo refere-se ao grau de satisfação das necessidades humanas. Porém, o desenvolvimento passou a ser entendido como crescimento econômico, melhorando os indicadores sociais, mas negando a realidade porque o bem-estar da sociedade depende da divisão da renda, ou seja, de como a renda é utilizada e não de seus níveis de indicadores econômicos e sociais. Dessa forma:

[...] A ideia de desenvolvimento como evolução e como progresso, que havia predominado até o século anterior, tendo passado ainda por ideias de desenvolvimento enquanto utopia, foi substituída pela de crescimento. O dinamismo econômico passou a ser tratado como sinônimo de melhoria nos indicadores sociais e crescimento passou a ser identificado com “desenvolvimento econômico”. Só mais recentemente, ante a evidente erosão dessa identidade, a noção passou a incorporar explicitamente os indicadores de bem-estar (na forma de desenvolvimento humano, expresso no conhecido IDH) e os indicadores de sustentabilidade ambiental, sob a expressão desenvolvimento sustentável. [...] (KAGEYAMA, 2008, p. 56)

Segundo Furtado (1980), a ideia de desenvolvimento possui três dimensões importantes como a eficácia do sistema social de produção, sendo o principal indicador de desenvolvimento; a satisfação das necessidades da população e as dos grupos dominantes, garantindo os recursos escassos. Esta última dimensão nos remete a uma formulação de desenvolvimento com bases ideológicas e de interesse nacional, com perspectiva nos processos econômicos globalizantes e o Estado como mediador dos conflitos sociais e agente definidor da política econômica nacional com base na renda ou produto per capita, deixando de lado a distribuição de renda, a luta de classe, a acumulação e os preços relativos como indicadores de desenvolvimento.

Para Oliveira e Clemente (2012), o conceito de desenvolvimento foi ampliado após a Segunda Guerra Mundial, em um período polarizado entre o capitalismo e o socialismo. De um lado, o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos, e do outro, o bloco socialista liderado pela União Soviética, onde o discurso do desenvolvimento foi utilizado como instrumento ideológico a serviço do capitalismo e dos Estados Unidos para influenciar os países

subdesenvolvidos a buscar níveis de desenvolvimento iguais aos países desenvolvidos. Contudo, as políticas de desenvolvimento adotadas pelos países do Terceiro Mundo apresentaram resultados opostos como aumento da pobreza, degradação ambiental, imposição de padrões culturais, consumo, entre outros. Nesse sentido:

A reflexão sobre o desenvolvimento, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, teve como causa principal a tomada de consciência do atraso econômico em que vive a grande maioria da humanidade. Indicadores mais específicos, tais como a mortalidade infantil, a incidência de enfermidades contagiosas, o grau de alfabetização e outros logo foram lembrados, o que contribui para amalgamar a idéia de desenvolvimento, bem-estar social, modernização, enfim tudo que sugeria acesso às formas de vida criadas pela civilização industrial. (FURTADO, 1980, p. 20)

Para Amartya Sen (2010), a concepção de desenvolvimento vai além do fator econômico, e deve estar relacionado à melhoria de vida dos indivíduos e ao fortalecimento das liberdades humanas. Além do progresso tecnológico e da modernização social, é preciso que os indivíduos tenham acesso à educação, saúde, direitos civis, democracia, entre outros, elementos essenciais para a promoção de liberdades substantivas que promovam o desenvolvimento pleno. E para isso acontecer é preciso acabar com a privação social, a intolerância, a pobreza e a repressão. Na concepção de Veiga (2001, p. 104):

[...] desenvolvimento só poderia corresponder à ampliação das possibilidades de escolha, não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores sócio-culturais como saúde, educação, comunicação, direitos e – last but not least – liberdade.

A teoria de Sen (2010) contribui para o entendimento do desenvolvimento como ferramenta de construção de uma sociedade menos excludente. Todavia, no sistema capitalista, a economia de mercado interfere nas liberdades individuais, e o que vemos é a concentração de renda e negação de direitos essenciais à dignidade humana, como saúde, educação, entre outros. Segundo Oliveira e Clemente (2012), existe um grupo de estudiosos que faz severas críticas à categoria desenvolvimento e cita Sachs (2000) e Montenegro Gómez (2006) como representantes da ideia de pós-desenvolvimento, em que as políticas de desenvolvimento não se sustentam e mostram fracassos sucessivos na tentativa de garantir o “progresso” aos países e povos considerados subdesenvolvidos. Nesse sentido:

[...] A persistência dos discursos e das práticas do desenvolvimento se justifica como estratégia de controle social que, por intermédio de diversas técnicas, constrói uma ilusão capaz de mobilizar e normalizar a sociedade, de esconder seus fracassos e apresentar-se como solução. Controle social para disciplinar e controle social para conseguir mascarar esse disciplinamento. Uma espiral de controle que sustenta o discurso e a prática do desenvolvimento. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 144)

Segundo Lima e Simões (2010), no capitalismo, o desenvolvimento ocorre de forma desigual e contraditória. Os investimentos na economia e no bem-estar social privilegiam determinados países, regiões e lugares que tendem a torná-los cada vez mais dinâmicos e concentrados¹⁹. No Brasil as teorias do “Polo de crescimento” e da “Dinâmica de Atração de Investimentos” foram indicadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o objetivo de transformar o Estado em um agente de desenvolvimento. O Estado tornou-se desenvolvimentista, mas a industrialização adotada como mecanismo de desenvolvimento ocorreu com capital internacional, e não observaram as particularidades regionais, concentrando os investimentos e a industrialização no Centro-Sul. Na verdade, o desenvolvimento com base na industrialização aumentou as disparidades regionais, causando ainda mais fome e miséria. E essa situação piorou quando o Estado deixa de ser desenvolvimentista e passa a ser neoliberal, a partir de 1980.

No Estado neoliberal, observam-se profundas mudanças na forma de atuação do Estado, com a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico. O Estado torna-se fraco para promover o desenvolvimento do bem-estar social, mas forte para defender o desenvolvimento econômico com base no crescimento de riquezas de uma elite detentora de capital e poder político. No meio rural, segundo Navarro (2001), o Estado Neoliberal enfraqueceu o papel do Estado na condução de suas políticas públicas e retiraram as discussões sobre o desenvolvimento rural em um período de uma profunda crise econômica. Nesse sentido:

A crise dos anos oitenta deixou marcas profundas e despertou uma conscientização nas principais forças políticas do Brasil de que o principal repto para o país no processo de abertura e redemocratização seria a estabilização macroeconômica, com especial atenção para o problema

¹⁹ Filho e Araújo (2010) analisa o papel do Estado numa economia global, onde ele atua para defender os interesses impostos pela divisão internacional do trabalho, favorecendo aos países ricos. Porém, os países periféricos têm graus de liberdade de desenvolvimento em momentos que a economia mundial não passa por crises. Em momentos de crise essa liberdade desaparece. Nos países periféricos, os governos direcionam políticas públicas que garantem o desenvolvimento e acumulação de capitais para as elites. Enquanto isso, a classe trabalhadora sofre com a ausência de políticas públicas voltadas para o social, principalmente em tempos de crise.

inflacionário. Não é objetivo descrever o quadro geral da época, mas vale lembrar que entre os fatores que fizeram com que o período de recessão fosse definido como a “década perdida” estão os problemas relacionados à crise da dívida externa com o FMI, o processo hiperinflacionário do final do governo Sarney (1985-1989), o baixo crescimento econômico e uma crescente insatisfação e frustração popular. [...] (SCHNEIDER, 2010, p. 02)

No espaço rural, o desenvolvimento, durante muito tempo foi associado às ações do Estado e aos órgãos internacionais, como a Organização da Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e ONG's que intervinham nos países e nas regiões mais pobres por não conseguirem se modernizar nem se integrar à economia através da indústria, do comércio ou dos serviços. Isso foi o que aconteceu tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, baseados na chamada Revolução Verde, desde 1950, em que o discurso do desenvolvimento tornou-se mais intenso. O atraso do rural deveria ser superado pela industrialização (incorporação de maquinário, adubos químicos, técnicas modernas de tratamento do solo, manejo de novas culturas, sementes selecionadas, etc.).

A partir dessa concepção de desenvolvimento, Souza (2010) alerta para o fato de que o conceito de desenvolvimento rural é entendido como “modificação das forças produtivas” por meio da inserção de tecnologias agrícolas e técnicas modernas de produção, atendendo o novo modelo produtivista. Contudo, essa concepção de desenvolvimento rural deve ser ampliada, e segundo Ilha (1993), o desenvolvimento rural não pode ser entendido apenas pelo crescimento agrícola e econômico. Deve atingir metas sociais a partir da distribuição equitativa da produção e da renda, geração de emprego, melhorias em saúde, educação, habitação, entre outros. Nesse sentido:

[...] a palavra desenvolvimento, que quase sempre refletiu apenas a perspectiva de crescimento econômico, ganha novas acepções, no século XXI, incorporando, além de fundamentos econômicos, aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais. As interações desses aspectos refletem a característica da liberdade, que abrange preocupação com o aumento das liberdades individuais e comprometimento social. (CARVALHO, 2018, p. 42)

Em estudos recentes, Schneider (2003) apresenta uma nova realidade encontrada no campo brasileiro, a partir da década de 1990, em que surgiram novas discussões no âmbito da academia sobre o desenvolvimento rural. Observa-se uma recuperação dos estudos agrários e rurais no campo brasileiro com a afirmação de temáticas, como a ambiental e a sustentabilidade, como também, a ampliação de pesquisas com temáticas para além da questão da reforma

agrária, dos assentamentos rurais, do progresso tecnológico e da migração com novas temáticas como a agricultura familiar, mercados de trabalho e ocupação da população rural. Dessa forma:

[...] a questão fundamental que perpassa as abordagens sobre a realidade do rural brasileiro refere-se à necessidade de aprofundar estudos visando à redução do abismo existente entre as evidências empíricas e a dimensão teórica, bem como à ampliação da natureza excessivamente economicista das análises, que reduzem processos sociais a meras determinações das relações de produção. (SALAMONI e FLORES, 2019, p. 137)

Nesse contexto, Schneider (2010) destaca alguns fatores que contribuíram para o fortalecimento dos debates acerca do desenvolvimento rural no Brasil. O primeiro está relacionado ao fortalecimento das discussões sobre a agricultura familiar, seu crescimento como categoria política ligada ao sindicalismo rural e como modelo econômico, social e produtivo para o desenvolvimento da sociedade brasileira. O segundo fator elencado pelo autor retoma a discussão sobre a influência e ação do Estado no meio rural, por meio de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, reforma agrária, segurança alimentar, Pronaf, entre outros. O terceiro fator apresenta as mudanças no âmbito político e ideológico, no qual setores da elite agrária contrários às políticas sociais de caráter compensatório foram forçados a mudar de posição em relação a reforma agrária, ações de apoio a agricultura familiar, etc. E, por fim, o último fator diz respeito à temática da sustentabilidade ambiental, que ultrapassa as fronteiras do espaço rural e é anterior ao debate sobre o desenvolvimento rural. Nesse sentido:

[...] Nos anos recentes as motivações para o reaparecimento do debate sobre o desenvolvimento (e o desenvolvimento rural) modificaram-se radicalmente, caracterizando-se muito mais, ao contrário do primeiro período, por uma percepção acerca da aparente impossibilidade do desenvolvimento ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização. Aliás, pode-se ousadamente afirmar que talvez a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro é que, de fato, tenha reavivado o crescente interesse pelo tema do desenvolvimento. (NAVARRO, 2001, p. 85)

Ainda pautando-se em Navarro (2001), o conceito de desenvolvimento rural também se altera ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e novos condicionantes importantes às famílias e às atividades rurais. O desenvolvimento rural pode ser analisado a partir dos estudos sobre os programas implementados pelo Estado, que assumiu um papel importante no modelo de organização e desenvolvimento do espaço rural, quer direcionados

para agricultura familiar, quer relacionados à reforma agrária. Para Schneider (2010, p. 04): “[...] o desenvolvimento rural no Brasil resultou da crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto através das políticas para a agricultura familiar como as ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outros [...]”.

As políticas governamentais, visando o desenvolvimento rural, nas últimas décadas, têm por princípio a agregação de políticas agrícolas com políticas agrárias, considerando as particularidades dos segmentos menos favorecidos da agricultura brasileira e buscando promover a melhoria da qualidade de vida da população rural. Dessa forma, o papel do Estado expandiu-se através de várias ações como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); a ampliação da reforma agrária; a criação do PRONAF; o apoio aos territórios rurais; o estímulo às ações afirmativas para mulheres, jovens, negros, etc. Nesse sentido:

A partir deste período, as políticas públicas e discussões teóricas sobre o desenvolvimento rural reemergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970. Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas [...] (SCHNEIDER, 2010, p. 02)

Segundo Navarro (2001), no Brasil falta um debate político abrangente e continuado sobre o desenvolvimento rural, que parece se impor recentemente, mas que apresenta diferentes conceituações com o mesmo objetivo. Contudo, emerge um conjunto de expressões que são usadas com o propósito de definir o conceito de desenvolvimento rural e que acabam tendo significados distintos. A primeira expressão é Desenvolvimento Agrícola ou agro agrícola e/ou agropecuário e se refere à base material da produção agropecuária (área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, uso do trabalho como fator de produção, etc.). A segunda, que engloba a primeira, é denominada de Desenvolvimento Agrário, usada com objetivo de entender o mundo rural e suas conexões com a sociedade em todas as dimensões e não apenas à estrutura agrícola em um dado período de tempo, isto é, estuda entre outros aspectos, as condições de acesso e uso da terra, as relações de trabalho e suas mudanças e os conflitos sociais.

A terceira expressão, que tem a melhor precisão e é adotada nesta pesquisa, é denominada de Desenvolvimento Rural, a qual diferencia-se das duas anteriores, por abordar uma ação antecipada e organizada com o objetivo de promover mudanças em um espaço rural

definido. O Estado define de forma prévia suas estratégias, metas e metodologias em um projeto com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento rural. Então, o Estado é o agente principal na condução de políticas públicas com o objetivo de promover as mudanças necessárias para o desenvolvimento do meio rural e da sociedade. Nesse contexto:

A definição do que seja exatamente “desenvolvimento rural” em tais ações, igualmente tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento [...] (NAVARRO, 2001, p. 88)

Ainda existem outras duas expressões que merecem ser abordadas, mesmo que ainda não tenham seus contornos conceituais bem definidos. A primeira é o Desenvolvimento Rural Sustentável, que surgiu em meados dos anos 1980 e tem o foco na análise ambiental. E por fim, a expressão do Desenvolvimento Local, que às vezes se confunde com as demais expressões e justificada por dois motivos: a multiplicação das ONGs, que atuam de forma restrita em regiões e municípios, criando ações locais e a descentralização e transferência de responsabilidades do Estado para os municípios. O desenvolvimento rural não se restringe apenas às famílias rurais, à produção agrícola e às interações sociais. Na verdade, promove mudanças em diversas esferas da vida social tanto no campo como na cidade.

Para um melhor entendimento do desenvolvimento rural, Kageyama (2008) identifica quatro abordagens significativas para a compreensão do desenvolvimento rural no Brasil. A primeira mostra a importância da atuação das “instituições, inovação e sustentabilidade”, tendo como defensores Veiga e Abramovay, que defendem a capacidade empreendedora e inovadora dos agricultores familiares e da ação do Estado através de suas instituições como capazes de promover o desenvolvimento rural através da diversificação social e produtiva dos territórios rurais.

A segunda vertente tem como representante Graziano da Silva, que através do Projeto Rurbano²⁰, defende o desenvolvimento rural com ênfase nas atividades não-agrícolas e na pluriatividade presentes no “novo rural”. A terceira vertente, tem como representantes os sociólogos José de Souza Martins e Zander Navarro, que defendem que, para ocorrer o desenvolvimento é preciso superar as estruturas políticas arcaicas, pois estas dificultam as

²⁰ O Projeto Rurbano apresenta três grupos de atividades importantes para o desenvolvimento rural: o agronegócio (produção de commodities e à agroindústria), as atividades não agrícolas (serviços, lazer, moradia, artesanato, etc) e as “novas” atividades agropecuárias (nichos de mercado). (KAGEYAMA, 2008)

mudanças estruturais e de natureza sociocultural. Por fim, a vertente que destaca o agronegócio e as cadeias alimentares, integrando os pequenos produtores. Essa concepção é defendida por John Wilkinson. Além dessas vertentes, existem grupos que têm desenvolvido estudos destacando outros aspectos do desenvolvimento que também tem contribuído para o entendimento do mundo rural.

Portanto, o debate sobre o desenvolvimento rural começou a mudar desde a década de 1990, na qual as discussões teóricas passaram a ser influenciadas pelas transformações sociais, políticas e econômicas, tanto no âmbito do Estado como nas mudanças pelas quais passou a sociedade civil, como na forma de análise dos estudiosos do meio rural. Esses estudos têm contribuído para a elaboração de formas de intervenção e planejamento de políticas públicas elaboradas pelo Estado na tentativa de promover o desenvolvimento rural.

3 – ESBOÇANDO A TRAJETÓRIA DA PESQUISA: O MÉTODO, A METODOLOGIA E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Método é o caminho pelo qual fazemos algo, de maneira a atingir um objetivo; é a base mental para o exercício de uma atividade que se deseja eficaz; exige a organização do conhecimento e experiências prévias. (LEOPARDI, 1999)

3.1- Os métodos Fenomenológico e Dialético como itinerário da pesquisa

O conhecimento científico é aquele que busca compreender o mundo por meio de uma reflexão e síntese filosófica a partir da análise de dados e, dessa forma, exige um método pelo qual o pesquisador conduzirá seu estudo. Atualmente, existem vários métodos e não existe método melhor ou pior, a escolha depende do pesquisador e de seu objeto de pesquisa. O método não pode ser abordado como disciplina, mas aplicado e ordenado por meio de regras e procedimentos racionais com a finalidade de atingir verdades desconhecidas através da investigação. Segundo Martins (1994. p. 01), “o método é reflexo das nossas necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que nelas interfere [...]”.

Para entender a escolha e aplicação do método, é preciso buscar na Filosofia a sua evolução. Na Grécia Antiga, o método restringia-se à arte de dominar o discurso (retórica), surgindo o debate entre os sofistas que afirmavam não haver normas para se chegar ao verdadeiro e ao falso. Já Sócrates, ao contrário dos sofistas, afirmava que certas normas eram válidas. Posteriormente, só vamos encontrar preocupações com o método a partir do Renascimento Cultural com René Descartes que cria “um subjetivismo idealista e racional”. A partir daí, o Empirismo inglês, o Idealismo alemão, a Dialética hegeliana, o Positivismo Comteano e o Materialismo histórico serviram de bases teóricas e doutrinárias para o desenvolvimento científico. Nesse sentido:

O pensamento científico moderno, como se sabe, nasceu há quase quatro séculos, com Galileu. A ele se deve o legado de ter conferido autonomia à ciência e distinguindo-a da Filosofia e da Religião, delimitando assim qual seria seu objeto, objetivo e método (observação, experimentação e indução). (TURATO, 2005, p. 508)

Martins (1994) chama atenção para as metodologias convencionais, que têm suas bases no positivismo, e as não-convencionais, que se apoiam no materialismo dialético e no materialismo histórico. As pesquisas convencionais têm suas raízes no empirismo inglês, com a publicação do *Novum Organum* de Francis Bacon, em 1620, que preconiza a adoção do método Empírico Indutivo, e tem como etapas a observação, generalização e confirmação das leis. A objetividade do conhecimento é o ponto central do enfoque empiricista. Esse método sofreu grandes críticas e enriquecimento ao longo dos tempos.

As pesquisas não convencionais aparecem como forma de buscar novos caminhos e interpretações de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica. Surge em oposição às metodologias tradicionais, e parte da realidade social e da sua complexidade na sua totalidade quantitativa e qualitativa, construindo métodos adequados. Para Martins (1994), as metodologias alternativas têm uma postura dialética e mostram a importância dos sujeitos pesquisados, problematizando seu papel e as consequências deste no ato de conhecer. Como exemplo, esse autor cita o método Fenomenológico e o método Crítico-dialético. O primeiro tem como objeto de estudo o fenômeno e sua compreensão ocorre através do círculo hermenêutico (compreensão – interpretação – nova compreensão). E o segundo se apoia na dinâmica da realidade e nas relações dialéticas entre sujeito e objeto, conhecimento e ação, teoria e prática. Contudo,

[...] Além das técnicas utilizadas pelas pesquisas empírico-analíticas e fenomenológico-hermenêuticas, utilizam a “pesquisação” e a “pesquisa participante”. Privilegiam experiências, práticas, processos/históricos, discussões filosóficas ou análises contextualizadas. Suas propostas são marcadamente críticas e pretendem desvendar mais que o “conflito das interpretações” o conflito dos interesses. [...] (MARTINS, 1994, p. 03)

Nesse sentido, Turato (2005) chama a atenção para a história dos métodos qualitativos que é recente, em conjunto com o início das ideias de criarem as Ciências Humanas em contraponto as Ciências Naturais já consolidadas. Esse mérito foi de Marx e Freud por terem feito cortes epistemológicos para novas e profundas compreensões do ser humano, permitindo autonomia dos estudos científicos nas Ciências Humanas. Dessa forma, torna-se necessário rebater o ponto de vista de estudiosos que defendem a abordagem quantitativa, como sendo a mais perfeita, e a abordagem qualitativa apenas como subjetividade. Segundo Portela (2004, p. 04):

A melhor forma de se pesquisar é através da integração entre métodos quantitativo e qualitativo, pois para analisar-se com fidedignidade uma situação dada é necessário o uso de dados, estatísticos e outros dados quantitativos, e também da análise qualitativa dos dados obtidos por meio de instrumentos quantitativos [...] para evitar a subjetividade do pesquisador.

Segundo Martins (1994), para que uma pesquisa científica ofereça um conhecimento novo, é preciso que exista uma pergunta que se deseja responder; a elaboração de um conjunto de passos que permitam respondê-la; e o grau de confiabilidade da resposta obtida. Dessa forma, para que o conhecimento científico se desenvolva é preciso muita discussão e embate de ideias. E é do embate de diferentes pensamentos e de um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos coerentes que o conhecimento científico é produzido.

No desenvolvimento desta pesquisa, optou-se em estabelecer um diálogo interdisciplinar entre a Geografia e a História, que ultrapasse o próprio conceito de espaço e de tempo, através de outras categorias geográficas como região. Esta pesquisa foi realizada na perspectiva geográfica, trazendo os métodos fenomenológico e dialético de forma integrada em que não se excluem nem na reflexão teórica nem na parte empírica. Nesse sentido, buscou-se a construção da síntese sujeito-objeto, utilizando-se da história como categoria de análise, buscando abstrair a historicidade dos fenômenos com o objetivo de explicar sua essência (SERPA, 2019). O método aqui é entendido como caminho epistemológico que explica a complexidade dos processos socioespaciais. Serpa (2014, p. 494) com base no pensamento de Lefebvre (2000) afirma que:

[...] A articulação entre fenomenologia e dialética justifica-se neste contexto como uma necessidade de método para a compreensão dos processos de produção do espaço, procurando-se explicar o caráter intersubjetivo, intencional e contraditório destes processos, através de uma abordagem geográfica focada nas práticas espaciais, nos espaços de representação e nas representações do espaço. [...]

Segundo Sposito (2004), o método fenomenológico foi desenvolvido por Husserl (1859-1938) e consiste numa forma de pensar que ultrapassa o realismo e o idealismo. Mas foi Merleau-Ponty, na França, quem apresentou uma posição contrária à concepção idealista e materialista objetiva do homem, definindo-a a partir da materialidade histórica. A intencionalidade da consciência é central nos estudos fenomenológicos, como também o espaço

vivido na condição de revelador das práticas sociais. A categoria espaço torna-se essencial e através da interação com o lugar, a região, a paisagem e o território, transformou-se em um campo fértil no estudo das relações entre os fenômenos, que se manifestam a todo instante no tempo e no espaço. Dessa forma:

Na Geografia, a apropriação do método fenomenológico tem como desdobramento a interdisciplinaridade para a compreensão do espaço. Ao considerar o mundo percebido, vivido e imaginado pelos indivíduos, levando o indivíduo a ter contato com o “mundo exterior” por via da percepção. Para a fenomenologia compreender o espaço é considerar o vivido e o percebido inspirado na subjetividade da realidade, que faz com que a intuição se torne um elemento importante no processo do conhecimento, na qual a representação subjetiva do espaço por meio da percepção faz o homem recuperar o humanismo que traz significados e valores ao espaço vivido que é constituído pela percepção e pelos indivíduos através das práticas sociais. [...] (PEREIRA, CORREIA, OLIVEIRA, 2010, p. 177)

Para Merleau-Ponty (1994) a fenomenologia é o estudo das essências e todos os problemas resumem-se em definir as essências como a essência da percepção, a essência da consciência, entre outras. Na verdade, é a busca da revelação das essências como relações vivas de experiências, afastando-se do mundo para chegar nas transcendências, fazendo a verdade aparecer de forma intencional. O mundo fenomenológico revela-se na interseção das experiências entre os indivíduos. Por isso, o estudo fenomenológico é repleto de subjetividade e de intersubjetividade, alcançando uma transcendência negociada e partilhada, atingindo uma investigação universal das essências.

Segundo Schmid (2012), a percepção é um conceito central nos estudos fenomenológicos, e tudo depende de como os sujeitos percebem uma imagem, paisagem, monumentos, etc. Nenhum sujeito percebe uma imagem da mesma forma que o outro. Cada um tem o seu olhar, a sua percepção. Este autor afirma que Lefebvre, a partir da fenomenologia, apresenta três dimensões da produção do espaço, que denotam processos individuais e sociais ao mesmo tempo: o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido.

O espaço percebido pode ser apreendido por tudo que se apresenta aos sentidos, relacionando-os à materialidade dos elementos que formam o espaço. O espaço concebido é percebido a partir de uma percepção prévia do pensamento. É um ato de pensamento ligado à produção do conhecimento. Já o espaço vivido é a experiência vivenciada, experimentada do

espaço. Todavia, é preciso entender que as três dimensões da produção do espaço têm igual valor e importância na construção do conhecimento, sendo preciso perceber que o espaço é inacabado e sempre está em construção ao longo do tempo. Nesse sentido:

Mais que um método, uma doutrina ou uma filosofia, a Fenomenologia permite o retorno a experiências e práticas espaciais primeiras, sobre as quais construímos nossas referências de mundo e lugar. Essas referências se constroem através da elaboração científica, com a criação de representações conceituais (paisagem, região, território, entre outros) mas também na vida cotidiana, muitas vezes sem vestígio de elaboração conceitual ou mesmo de conscientização. (SERPA, 2019, p. 09)

A fenomenologia tem algumas características básicas que a distingue dos outros métodos como: a subjetividade, o simbolismo, a experiência, a intuição, a percepção e a singularidade. E, ao invés de explicar os fenômenos, tem na compreensão a sua base de entendimento do mundo real. Esse método valoriza o espaço vivido, as experiências, memórias do espaço rural, como também, ajuda a diferenciar por meio da singularidade e da percepção a produção agrícola, organização das propriedades, o funcionamento, o cotidiano do trabalho familiar, entre outros, visando o entendimento dos fatos reais no tempo e no espaço. Essas características foram importantes e de grande valia no desenvolvimento do nosso estudo.

Em relação à dialética, Sposito (2004) afirma que George Fredrich Hegel (1770-1831) foi o primeiro a apresentar o método dialético de forma mais abrangente²¹, retomando o movimento natural do pensamento, que uma vez elaborado será confrontado com um novo pensamento. Uma posição definida atrai necessariamente uma negação, e a tensão entre afirmação e negação provoca necessariamente uma nova posição chegando à negação da negação. Todo esse processo é dialético, chamado por Hegel de “a compreensão dos contrários em sua unidade ou do positivo negativo”. Para Gomes (1991, p. 37):

A negação da negação aparece como síntese de todo o desenvolvimento das sociedades cada uma das etapas nega-se através de outra etapa; esta, por sua vez, através de uma terceira, e, sucessivamente vai-se estruturando no processo dinâmico uma cadeia contínua de negação. [...]

²¹ Segundo Suertegaray (2005) Hegel formulou a tríade tese-antítese-síntese, representando os três estágios do desenvolvimento do conhecimento. A tese constrói a afirmação, a antítese a negação e a síntese a superação das duas ideias anteriores a partir de uma nova afirmação. Esse processo é o processo dialético desde sua origem que expressa movimento, transformação e superação.

Para Kosik (1995), a dialética é o pensamento crítico que procura compreender a “coisa em si” desvendando de forma sistemática a realidade. Pelo mundo da aparência chega na essência, ou seja, ao mundo real. Segundo Konder (2009), em Hegel, a verdade é subjetiva e não existe uma verdade fora da razão humana. E para compreender o mundo é necessário um método que busque o movimento da história. E, esse método é o dialético, que consegue entender a realidade na sua contradição e em permanentes transformações.

Sposito (2004) afirma que Marx fez algumas críticas à dialética desenvolvida por Hegel e mostra os limites do idealismo na interpretação do mundo. Para Marx a dialética Hegeliana está de cabeça para baixo e deve ser invertida, e utiliza o método dialético como sinônimo de método científico, trazendo a materialidade e as determinações econômicas do sistema capitalista. Então, o segredo da dialética científica depende da compreensão das categorias econômicas observando as relações históricas de produção.

Para Konder (2009) a dialética de Marx, com base na práxis, trouxe mais problemas (perguntas) do que respostas. Foi, então, que Engels, recuperando a elaboração de Hegel e defendendo o caráter materialista de Marx, embora, evitando que a ação humana fosse observada como se não tivesse nada a ver com a natureza, se dispôs a analisar o que chamou de “dialética da natureza”, formulando leis gerais tanto para a história humana quanto para a natureza²². Dessa forma:

[...] Com efeito, não basta discorrer sobre a palavra “matéria” para visar a materialidade como tal e a ambiguidade da linguagem vem do fato de que as palavras designam ora os objetos, ora seu conceito. É isso que faz com que o materialismo em si não se oponha ao idealismo. Muito pelo contrário: existe um idealismo materialista que, no fundo, não passa de um discurso sobre a ideia de matéria; seu verdadeiro oposto é o materialismo realista, pensamento de um homem situado no mundo, atravessado por todas as forças cósmicas e que fala do universo material como do que se revela, aos poucos, através de uma práxis em “situação”. (SARTRE, 2002, p. 150)

²² Na verdade, Karl Marx e Friedrich Engels concebem o método materialista dialético, contendo os princípios da transformação da quantidade em qualidade, a unidade dos contrários e a negação da negação. Dentro dessa visão propuseram o método materialismo histórico e dialético, mostrando consideráveis desigualdades de nível e de rigor teórico, ou seja, materialismo dialético é uma disciplina teórica distinta do materialismo histórico devido a distinção de seus objetivos. Enquanto o objeto do materialismo histórico e dialético está constituído pelos modos de produção, sua organização, seu funcionamento e transformações; o objetivo do materialismo dialético está construído pela história da produção de conhecimento, a prática científica.

Schmid (2012) apresenta o esforço de Lefebvre ao desenvolver uma versão original da dialética com base no pensamento de três pensadores alemães: Hegel, Marx e Nietzsche, que contribuíram de forma significativa para a formulação da dialética tridimensional, no qual Lefebvre desenvolve uma figura tridimensional da realidade social. É importante destacar que a figura dialética tridimensional emerge em três momentos dialeticamente interconectados como a prática social material vinda de Marx; linguagem e pensamento de Hegel, e o ato criativo e poético (artes) oriundo de Nietzsche. Surge aí uma nova versão da dialética chamada de dialética multifacetada triádica, ou seja, tridimensional, e que foi utilizada na construção desta tese.

Portanto, o diálogo construído entre a dialética e a fenomenologia permitiu neste trabalho identificar os conflitos e as contradições na produção do espaço rural do sertão sergipano ao longo do tempo. Foi possível construir uma geografia dos espaços vividos, resgatando a dialética entre presente e passado, perceber e compreender as representações da sociedade em movimento, o cotidiano visto como um conjunto de eventos e momentos espaço-temporais, forma e conteúdo. Vale destacar que a análise puramente econômica foi superada, sem abandonar uma perspectiva concreta de análise e reflexão para o entendimento dos espaços vividos, observando, como afirma Santos (2014), o eixo das sucessões e o eixo das coexistências para entendimento dos espaços vividos pelos sertanejos no sertão sergipano. Na verdade, foi possível construir uma geografia e uma história humana, social e cultural sem perder de vista os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

3.2– Delineando o caminho a ser percorrido: a metodologia

Na atualidade, ao mesmo tempo que o avanço do capitalismo denuncia a morte da experiência, ela também aponta que, através das memórias individuais e coletivas, os povos simples têm condições de contar sua história e fazer valer a história dos vencidos (negros, índios, camponeses, agricultores, vaqueiros, entre outros), ou seja, os anônimos da história. Nesse contexto, encontra-se a História oral²³ como instrumento de resgate da memória, que

²³ Alguns autores trabalham a História Oral como disciplina, outros como método, e a maioria como metodologia. Nesta tese, a História Oral foi utilizada enquanto metodologia. Para Delgado (2006, p. 15-16): “A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida”.

durante muito tempo foi marginalizada pelo discurso historiográfico erudito, o qual se fundamenta no documento escrito e nega as fontes não escritas.

Para os historiadores positivistas, as narrativas e a memória das pessoas não têm poder de prova, em função de sua subjetividade e sujeição às falhas da memória. No entanto, a História positivista vem perdendo espaço desde meados do século XX, devido à nova concepção de fontes trazidas e desenvolvidas pelo Movimento dos Annales, proporcionando uma revolução documental, com novos conceitos de fontes históricas. Para Matos e Senna (2011, p. 101):

[...] A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época.

Sendo assim, trabalhar com a fonte oral é um desafio que envolve questões apropriadas à interdisciplinaridade, que ainda não foi amplamente assimilada de forma consensual pelos pesquisadores e os próprios limites da pesquisa histórica no tempo presente. Depoimentos repletos de emoções recentes e omissões, se não trabalhados de forma adequada prejudica o resultado do estudo. Mas quando trabalhados com rigor metodológico consegue revelar as experiências e acontecimentos vivenciados de forma individual e coletiva, que não foram registrados de forma escrita, ou por fazer parte das minorias discriminadas como mulheres, homossexuais, pessoas com necessidades especiais, etc. E que só as pessoas que viveram aqueles acontecimentos conseguem revelar, reativando o diálogo entre presente e passado, e dando sentido social aos fatos vivenciados sob diferentes circunstâncias.

Segundo Neves (2000), a memória e a História são processos sociais, construídos pelos próprios homens que têm como referência as experiências vividas de forma individual e coletiva. A memória como fonte histórica constitui-se também como base da identidade e contém marcas do passado e indagações do presente por meio de um processo dinâmico, dialético e renovável. A metodologia da História Oral tem potencialidade e contribui para a construção de uma consciência histórica individual e coletiva, como também, tem seus limites, por atuar no tempo presente. Dessa forma:

Com a incorporação da memória como fonte histórica, tem-se, atualmente, uma tentação muito forte de identificar história e memória, na perspectiva de construir histórias particulares vinculadas a desejos, às expectativas das comunidades, em particular àquelas marginalizadas ou que tiveram suas identidades reprimidas. O recurso do passado serve, assim, para fundamentar sua identidade reconquistada ou afirmada ao nível étnico, religioso, sexual, etc. [...] (SÁ, 2011, p. 28)

Para Matos e Senna (2011), a História oral como procedimento metodológico busca registrar vivências e lembranças dos indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória, permitindo a construção do conhecimento sobre o passado. Ao mesmo tempo que existe um certo preconceito no uso da fonte oral, avança um movimento de renovação metodológica (1ª, 2ª, 3ª geração – Estados Unidos, Itália, França, América Latina), que tem proporcionado um aumento no número de pesquisas com a História oral nas Ciências Humanas e Sociais com uma grande confluência multidisciplinar.

Esse processo de desenvolvimento da História oral na América Latina não pode ser desvinculado das escolas britânica, norte-americana e francesa, que tinham como meta uma história total e o interesse por fatores sociais, como a história das mulheres, dos marginalizados, etc. E o reencontro da História oral com a História geral em torno do estudo da memória, que nos dias atuais tem aumentado o número de trabalhos²⁴, contribuindo para o entendimento da ação do homem no tempo e no espaço. Nesse sentido:

Na América Latina há um desenvolvimento em áreas como a história política e antropologia, por volta da década de 1970. Após essa terceira geração se iniciar, criaram-se verdadeiros grupos de historiadores orais. Na Itália surgiu um projeto de história oral, sobre o mundo operário, lançando, assim, um verdadeiro manifesto sobre história oral como meio de estudar as classes populares. (MATOS e SENNA, 2011, p. 99)

Segundo Neves (2000), o emprego da metodologia da História oral prevê um projeto previamente elaborado que direciona todo o processo de rememorar fatos vividos por uma coletividade. Então, as narrativas nos trazem lembranças (memórias) nas condições do tempo presente. E a memória passa a se constituir como fundamento da identidade individual e

²⁴ No Brasil, vale destacar os trabalhos desenvolvidos pelo Programa de História Oral, criado em 1975, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

coletiva. A História oral como metodologia tem como finalidade reconstruir o passado e produzir documentos e constitui-se em um espaço da relação entre História, memória e identidade.

A entrevista é o meio de reconstrução da memória e, através de gravações com o objetivo de registro, torna-se fonte oral. A palavra dita e gravada não existe como fenômeno isolado, uma lágrima, silêncio, expressões faciais, entre outros que, na maioria das vezes não tem registros verbais podem fazer parte dos discursos. A existência de um projeto é condição essencial para a organização e operacionalização da metodologia em História oral. Dessa forma:

[...] O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso, arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 15)

A entrevista em História oral sempre resulta em documento de base material escrita e ainda que a entrevista seja usada como alternativa para preencher lacunas ou completar documentos escritos, é importante entender que a entrevista em História oral vai além de preencher lacunas e pode ser usada como fonte de forma única e abrangente. Nesse sentido, a História oral não é usada apenas quando não existem documentos escritos, ela também é usada para produzir outras versões promovidas à luz dos documentos oficiais.

Segundo Duarte (2004), muitos acreditam que a entrevista é um procedimento de pesquisa que proporciona certa facilidade. Contudo, a realização de uma entrevista exige que o pesquisador tenha clareza dos objetivos e planejamento bem definido de seu objeto de estudo. Depois das entrevistas, analisar os dados, também exige cuidados com a interpretação, construção de categorias e a necessidade de não se fazer uma análise que tende a confirmar suas hipóteses. A confiabilidade da pesquisa passa pelos procedimentos adotados na coleta de dados, na literatura científica, nos resultados obtidos com rigor metodológico. Então, os procedimentos metodológicos da pesquisa devem ser sempre explicitados para não deixar dúvidas quanto ao seu resultado. Para Fraser e Gondim (2004, p. 150):

[...] As entrevistas ocupam um lugar de destaque no rol das técnicas de pesquisa em Ciências Sociais, principalmente por lidar com a palavra veículo privilegiado da comunicação humana. Por meio da interação verbal de entrevistado e entrevistador, é possível aprender significados, valores e opiniões e compreender a realidade social com uma profundidade dificilmente alcançada por outras técnicas [...]

Na transcrição e análise de entrevistas alguns procedimentos importantes devem ser adotados, como a transcrição, que deve ser feita logo depois de encerradas as entrevistas e de preferência por quem aplicou; conferência de fidedignidade (ouvir a gravação tendo em mãos o texto transcrito, conferir cada frase, interrupções, etc.). As entrevistas podem e devem ser editadas, corrigidas, exceto quando se pretende fazer análise do discurso. A interpretação das entrevistas requer cuidado e técnica. Nesse sentido:

Analisar entrevistas também é tarefa complicada e exige muito cuidado com a interpretação, a construção de categorias e, principalmente, com uma tendência bastante comum entre pesquisadores de debruçar-se sobre o material empírico procurando “extrair” dali elementos que confirmem suas hipóteses de trabalho e/ou os pressupostos de suas teorias de referência. Precisamos estar muito atentos à interferência de nossa subjetividade, ter consciência dela e assumi-la como parte do processo de investigação. (DUARTE, 2004, p. 216)

No campo da História oral, os pesquisadores se deparam com algumas dificuldades no que diz respeito ao tratamento da fonte oral por ser complexa, dinâmica, viva e repleta de conceitos. Isso pode ser explicado, em primeiro lugar, pela dificuldade de reconhecer a memória individual como um fenômeno social e depois observar a memória coletiva do grupo e por sua vez a memória coletiva de cada sociedade. A memória individual é inseparável da organização social à qual o indivíduo pertence. Outro elemento importante na interpretação das fontes orais é o contexto histórico vivido pelos entrevistados. Segundo Bosi (1994, p. 283), “Quanto mais o pesquisador entra em contacto com o contexto histórico preciso onde viveram seus depoentes, cotejando e cruzando informações e lembranças de várias pessoas, mais vai-se configurando a seus olhos a imagem do campo de significações já pré-formada nos depoimentos”.

Os positivistas veem a memória como visão parcial do passado, sujeita a falhas, esquecimentos, equívocos e lapsos que, na verdade, não são motivos para rejeitá-la como fonte, porque cabe ao pesquisador analisar e formular suas conclusões. Da mesma forma que um

documento escrito tem suas falhas e é analisado e formulado o conhecimento, a memória também é analisada, criticada e formulado o conhecimento histórico. Segundo Bosi (1994, p.37), “A memória com seus erros, lapsos e esquecimentos foram menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial.”

Dessa forma, os documentos (fontes) sobre um determinado fato histórico trazem em si partes do acontecimento e não a sua totalidade. Cabe ao pesquisador averiguar e conectar as reminiscências deixadas pelo tempo, pois jamais o pesquisador conseguirá reproduzir o fato histórico na sua totalidade, como ele realmente aconteceu. Mas pode chegar o mais próximo da verdade, como afirma Verena Alberti (2005, p. 24):

É sabido que jamais poderemos apreender o passado tal como ele foi; apesar disso, insistimos em obter uma aproximação cada vez mais acurada dele, para aumentar qualitativamente e quantitativamente nosso conhecimento. Este é o zelo científico, do qual a história não escapa, mesmo que não se discuta a propriedade de chamá-la de ciência. O trabalho do cientista, contudo, é também um ato de criação.

A metodologia da História oral traz novas perspectivas para os pesquisadores que estudam temas contemporâneos e que muitas vezes precisam de fontes variadas, como o uso da memória para reconstruir as transformações ocorridas no espaço e no tempo. A memória é uma construção feita no presente por meio de vivências e experiências do passado, e precisa ser analisada respeitando todo um rigor metodológico para que seus resultados tenham credibilidade. A história oral pode ser usada para estudar um fato como única fonte de pesquisa ou pode confrontar o resultado das entrevistas com a documentação de base material escrita para o estudo da realidade.

Segundo Meihy e Holanda (2007), sendo considerado como modelo, a história oral apresenta-se dividida em três categorias distintas: a história oral de vida, história oral temática e tradição oral. A história oral de vida trata-se de uma narrativa das experiências de uma pessoa, que por meio da entrevista o depoente tem total liberdade para narrar sobre as suas experiências pessoais segundo a sua vontade. A tradição oral trabalha com a permanência dos mitos e com narrativas por meio da visão de mundo de comunidades que passam suas experiências vividas de geração a geração. Já a história oral temática é a que mais se aproxima das expectativas e necessidades acadêmicas em diferentes campos do conhecimento. Ela é realizada a partir de um

tema central direcionado por meio de um questionário que tem como resultado a formulação de um documento escrito. Dessa forma:

Com a História Oral temática, a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista - que tem características de depoimento - não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo. (FREITAS, 2006, p. 22-23)

Nesta tese, em termos metodológicos, utilizamos a História Oral Temática com o objetivo de resgatar as memórias individuais e coletivas de vaqueiros, assentados/camponeses, agricultores familiares (pequenos produtores rurais) e representantes de instituições que atuaram e/ou atuam no meio rural e foram confrontados com documentos oficiais como: Censos Agropecuários do IBGE, Mensagens de governo, Jornais de época, etc. A entrevista foi a grande ferramenta de resgate da memória. Foram gravadas (áudio) e transcritas com o propósito de registro, tornando-se fonte escrita. Toda a execução foi pensada, planejada e replanejada em função das inconveniências causadas pela Pandemia do Novo Coronavírus (SARS-COV-2), através de um projeto que definiu, direcionou e redefiniu os procedimentos e o grupo a ser entrevistado (antes da Pandemia esse grupo de depoentes era formado por pessoas com mais de 70 anos de idade, onde reduzimos para 60 anos), transcrição logo após as entrevistas, autorização dos depoentes, entre outros.

Na realização desta tese, associamos os objetivos da pesquisa com os procedimentos metodológicos, proporcionando um melhor encadeamento e entendimento na execução da pesquisa de forma que atendeu os objetivos propostos, como segue logo abaixo:

- Objetivo Geral: Abordar as dimensões da questão da terra e do trabalho, reconstituindo a Memória e a História Rural, na perspectiva das mudanças e permanências da agricultura familiar no espaço rural do sertão sergipano, na trajetória 1960 a 2018.

- Objetivos Específicos:

- Apontar a importância da terra para os agricultores familiares, o sistema de uso, posse e sua diferenciação interna no espaço rural do sertão sergipano na trajetória de 1960 a 2018;
- Compreender a importância do trabalho familiar (gestão, sistema produtivo, comercialização) e as estratégias utilizadas para manter a produção e reprodução das unidades familiares no espaço rural do sertão sergipano no período estudado;
- Resgatar a Memória e a História Rural do espaço rural do sertão de Sergipe, identificando o processo de desenvolvimento e os ciclos dos principais produtos da agricultura familiar na trajetória de 1960 a 2018;
- Analisar as mudanças e permanências econômicas e sociais processadas no tempo e no espaço rural do sertão sergipano, em função do avanço das relações capitalistas e não capitalistas de produção no campo, no período estudado;
- Avaliar o papel do Estado e as políticas públicas para a agricultura familiar, visando o desenvolvimento do espaço rural do sertão sergipano na trajetória de 1960 a 2018.

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos de forma ordenada:

1 - Na primeira fase, fizemos o levantamento e fichamento bibliográfico em teses, dissertações, livros, periódicos, artigos, etc., com o objetivo de estudar a produção literária acerca do tema pesquisado. Produzimos resumos e resenhas, que serviram para a construção da fundamentação teórica desta tese.

2 - Na segunda fase, realizamos a coleta de dados quantitativos no INCRA, EMDAGRO, COHIDO, SEMARH, SUDENE, SEPLAN, DATALUTA e na biblioteca física e digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos Censos Demográficos, 1970, 1980, 1990, 2010, e Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017, que foram analisados estatisticamente, visando enfatizar o grau de concentração fundiária, produção, comercialização, aquisição de equipamentos, entre outros, e foram elaborados quadros, gráficos e tabelas. E, também foi calculado o índice de Gini.

3 - Na terceira fase, fizemos um levantamento nas Mensagens de Governo (1960-2018), que permitiu um estudo detalhado dos projetos e ações postas em prática pelo Estado, uma vez que oferece um farto material estatístico, cabendo, entretanto, certo cuidado em utilizá-los sem uma prévia crítica de seu caráter de documentação oficial. Essas Mensagens são enviadas todos os

anos, no começo dos trabalhos, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, e nelas o governo apresenta os projetos realizadas pelo Estado no ano anterior e destaca os projetos a serem realizados no ano corrente. Sendo que, no último ano de cada governo, fazem uma avaliação e detalham a situação geral do Estado e as ações do governo por área, mostrando os desafios que precisam superar, o que realizou e a prestação de contas das ações. Priorizamos nesta tese, as Mensagens de Governo de 1962, 1964, 1971, 1975, 1978, 1981, 1982, 1983, 1985, 1992, 1994, 1999, 2003, 2007, 2011, 2015, 2019, por apresentarem ações mais detalhadas sobre as ações do Estado no sertão sergipano. As Mensagens encontram-se no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

4 – Na quarta fase, fizemos o levantamento nos jornais de época como: Gazeta de Sergipe (1960-2004), A Cruzada (1960-1970), A Defesa (1980-1989). Nesses jornais, selecionamos as edições com matérias referentes a luta pela terra, produção, modernização, força de trabalho, comercialização da produção agropecuária, secas, etc. Esses jornais encontram-se no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) e na Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Na sua maioria estão disponíveis também de forma digital (DVD) e no site <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>

5 - Na quinta fase, denominada trabalho de campo, foram realizadas 20 entrevistas com a metodologia da História Oral Temática (Roteiro em Apêndice A e Carta de Cessão em Apêndice B). Nesta oportunidade, registramos as memórias de agricultores familiares, assentados de Reforma Agrária e do Banco da Terra, vaqueiros, educadores populares (ASA, CDJBC), fazendeiros e representantes de instituições que atuaram e/ou atuam no espaço rural do Sertão sergipano (técnico agrícola, bancário, líder do MST, agentes da Pastoral da Terra, pesquisadores), com mais de 60 anos de idade e que estão gozando de lucidez (Quadro com o perfil dos entrevistados em Apêndice C). Para definir o lugar dos entrevistados, selecionamos os municípios sertanejos da Rota do Sertão, por ser uma boa amostragem e facilitar o acesso aos municípios e aos entrevistados. Aplicamos a primeira entrevista no final de 2019, e mais três no início de 2020, antes da Pandemia. As entrevistas foram interrompidas entre abril e setembro de 2020 em função da COVID 19. Todos os entrevistados fazem parte do grupo de risco, devido a idade superior a 60 anos e comorbidades. O retorno das entrevistas ocorreu somente no mês de outubro de 2020, tomando todos os cuidados descritos nos Protocolos Sanitários do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde, da Fiocruz e da Universidade Federal de Sergipe. Apenas duas entrevistas foram realizadas por meio de vídeo

conferência (Google meet), sendo uma exigência dos entrevistados e familiares, além de ter o domínio e o acesso as Novas Tecnologia de Comunicação e Informação (TIC's).

6 - Na sexta e última fase, realizamos visitas *in loco* às unidades de produção familiar e fizemos o registro fotográfico de cultivos, moradias, animais, equipamentos agrícolas, etc., e coletamos fotografias antigas junto aos entrevistados que mostram paisagens, atividades econômicas, transporte, produção agropecuária, instrumentos de trabalho, entre outras. O uso da fotografia foi pensado para além da simples ilustração. De forma estratégica foi utilizada para demarcar a importância da memória coletiva dos sujeitos e ampliação da realidade socioeconômica, histórica e cultural dos grupos pesquisados.

Portanto, os procedimentos metodológicos foram alinhados aos objetivos da pesquisa, e por meio da interdisciplinaridade entre a história e a geografia, conseguimos atingir os resultados esperados. Os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa, e os depoimentos orais foram inter cruzados com os documentos escritos e estatísticos, observando a teoria e o método utilizado nesta pesquisa.

3.3 – A interdisciplinaridade no âmbito da pesquisa

Na história da ciência, a preocupação com o conhecimento científico surgiu na Antiguidade, principalmente na Grécia Antiga, onde os estudiosos eram chamados de filósofos (amigos do saber) independente da área de atuação. Geógrafos, historiadores, médicos, físicos, todos eram chamados de filósofos. Na Idade Média, a ciência sofreu com o domínio e imposição de um pensamento religioso conduzido pela igreja católica que acabou sufocando o conhecimento científico, impedindo de certa forma o seu desenvolvimento.

Na Idade Moderna, a questão do conhecimento tornou-se central, separando a fé da razão, considerando e respeitando cada uma delas como conhecimentos diferentes, sem nenhuma relação entre si. É nesse momento que John Locke propõe uma teoria do conhecimento propriamente dito e o entendimento humano passa a ser o objeto de estudo comum a todos os filósofos da modernidade. Nesse sentido, a ciência avançou, mas por outro lado, passou por um processo de especialização, em que os estudiosos perderam a noção do todo para estudar as partes. Para Trindade (2008, p. 67):

Na ciência moderna, eleita a condutora da humanidade na transição das trevas para a luz, o conhecimento desenvolveu-se pela especialização e passou a ser considerado mais rigoroso quanto mais restrito seu objeto de estudo; mais preciso, quanto mais impessoal. Eliminando o sujeito de seu discurso, deixou de lado a emoção e o amor, considerados obstáculos à verdade.

Então, o conhecimento passou a ser especializado, restrito e fragmentado, delimitando as fronteiras entre as disciplinas e reprimindo os que tentassem transpor essas fronteiras. No mundo atual, globalizado, surgem novas experiências e formas de interpretar o mundo e pensar o homem. A compartimentalização do conhecimento reduziu a “lente” do pesquisador a um objeto visto em partes e que explicam mais o aspecto material das partes sem se preocupar com a dimensão subjetiva da sua totalidade. Segundo Santos (2004, p. 75):

Os males desta parcelização do conhecimento e do reducionismo arbitrário que transporta consigo são hoje reconhecidos, mas as medidas propostas para os corrigir acabam em geral por reproduzir sob outra forma. Criam-se novas disciplinas para resolver os problemas produzidos pelas antigas e por essa via reproduzir-se o mesmo modelo de cientificidade. [...]

Nesse contexto, de especialização exagerada e sem limites, surge a interdisciplinaridade como uma nova atitude diante da fragmentação do conhecimento, que se projeta no mundo inteiro com o objetivo de ultrapassar as fronteiras que a especialização vem proporcionando ao longo do tempo. A interdisciplinaridade proporciona no campo disciplinar a interação entre as disciplinas, troca e reciprocidade na busca da totalidade do conhecimento. Para Japiassu (1976, p. 54), numa primeira aproximação à interdisciplinaridade:

[...] se define e se elabora por uma crítica das fronteiras das disciplinas, de sua compartimentação, proporcionando uma grande esperança de renovação e de mudança no domínio da metodologia das ciências humanas. Poderíamos dizer que o objetivo ideal a ser alcançado não é outro senão o de descobrir, nas ciências humanas, as leis estruturais de sua constituição e de seu funcionamento, isto é, seu denominador comum. Ora, isso só se torna possível graças a um conjunto dialético das disciplinas, no interior de uma pesquisa “concentrada”. [...]

Para Trindade (2008) mais importante que definir é refletir sobre as atitudes que se constituem como interdisciplinares: humanidade de reconhecer os limites e superá-los; espera e deslumbramento da possibilidade de superar os desafios; respeito ao olhar o velho como possibilidade do novo; cooperação e parceria entre as disciplinas, entre outras.

Diante do exposto acima, pode-se afirmar que a interdisciplinaridade conduz à busca da totalidade através da interação das disciplinas e o respeito aos limites de cada uma trabalhando de forma conjunta, proporcionando uma análise crítica e qualitativa do objeto de estudo. Para ocorrer a interdisciplinaridade, é preciso que ela seja praticada. É uma atividade contínua de um grupo de estudiosos com diferentes disciplinas e olhares que conseguem consolidar ações e análises de coexistências, de cooperação e solidariedade.

No Brasil, a interdisciplinaridade começou a ser discutida no final dos anos de 1960 e início de 1970 como aporte teórico por pesquisadores como Hilton Japiassu, Ivani Catarina Arantes Fazenda, Paulo Freire, entre outros. Para esses autores a interdisciplinaridade não é uma ciência ou uma nova disciplina, mas a possibilidade de diálogo entre os diferentes campos do saber, sem diminuir o conhecimento produzido em cada um deles. Dessa forma:

[...] Trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e a objetividade de cada área do conhecimento, tampouco anular as disciplinas, ou seja, interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa. (OLIVEIRA e SANTOS, 2017, p. 74)

Então, existe um mundo de possibilidades e alternativas teóricas e metodológicas de pesquisa que devem ser analisadas de forma criteriosa pelos pesquisadores ao fazer suas escolhas para não entrar em contradição. Em toda pesquisa, aparecem alguns obstáculos que, através da habilidade e clareza teórica e metodológica do pesquisador, devem ser superados de forma que atendam os objetivos propostos da pesquisa.

Nesse sentido, é preciso superar alguns obstáculos que toda pesquisa impõe. Os obstáculos podem ser vistos de outras formas e às vezes é preciso ultrapassar os limites estabelecidos na produção do conhecimento, em que muitos pesquisadores ficam aprisionados aos limites epistemológicos e não conseguem ultrapassar as fronteiras do seu campo de estudo. Então, é necessário buscar a interdisciplinaridade para avançar na produção do conhecimento

com o objetivo de ampliar o olhar sobre o objeto de pesquisa, mas sem nunca perder o foco central desse objeto. Para Abreu (2006, p. 21), a interdisciplinaridade:

[...] Tem-se igualmente um mesmo tema sendo trabalhado por disciplinas distintas, porém os discursos acerca desse tema são postos em diálogo. A ideia central é a de que o universo dos saberes deve ser democrático: busca-se o diálogo, admite-se a paridade dos participantes e procura-se dar ao debate o horizonte do consenso. Evidentemente, o leque se abre, mas a divisão disciplinar permanece, ainda que cada disciplina seja capaz de ouvir o que a outra tem a dizer [...].

Atualmente, o termo interdisciplinaridade é utilizado em programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e em trabalhos acadêmicos. Todavia, não se observa um crescimento e aprofundamento epistemológico desta temática, sendo mais um modismo (que dura pouco) do que uma prática dominante da interdisciplinaridade. Nesta tese, abordamos sobre a memória e a história do espaço rural do sertão sergipano de forma interdisciplinar entre a Geografia e a História, em que cada campo do conhecimento contribui de forma integrada, superando a visão fragmentada do conhecimento, por meio de uma prática contextualizada na qual a História e a Geografia se interpenetraram e proporcionaram nova compreensão da realidade no tempo e no espaço.

Segundo Barros (2019), ao lado da disciplinaridade sempre existiu o movimento contrário da interdisciplinaridade como resistência aos modelos disciplinares porque o conhecimento está sempre em movimento entre os campos do saber. As fronteiras são móveis e existem intersecções que afloram, necessitando de ajustes disciplinares. Vale destacar, que a interdisciplinaridade não se coloca contra a disciplinaridade. Ela flexibiliza seus limites, proporcionando intercâmbios, incorpora metodologias, métodos e aportes teóricos, possibilitando novas maneiras de análise e de produção do conhecimento, respeitando as disciplinas. Dessa forma:

Cada disciplina, de fato, formou-se a partir de uma história particular; além disso, para continuar a existir, precisou e precisa prosseguir em um processo de permanente transformação e atualização no interior dessa história, a qual se conecta de uma maneira e de outra com as histórias de todos os demais campos disciplinares. [...] (BARROS, 2019, p. 22)

Foi nessa perspectiva que desenvolvemos a interdisciplinaridade entre a Geografia e a História neste estudo. Observamos que a História e a Geografia têm no passado um forte entrelaçamento, pois já nasceram juntas na Antiguidade. E, ao longo do tempo se afastaram e se aproximaram várias vezes. Então, nesta pesquisa sentimos a necessidade de quebrar os limites disciplinares da Geografia e da História, almejando a compreensão do objeto de estudo na sua totalidade como: a ação do homem no tempo e no espaço do sertão sergipano; a historicidade que sempre esteve presente no interior da geografia; utilização da História oral como metodologia da pesquisa e o intercruzamento com as fontes escritas; ampliação dos tipos de fontes para o estudo do rural; maior entendimento da teoria e do método por meio de um rico entremeado conceitual; maior compreensão das categorias e conceitos de análises.

3.4 – A relevância das categorias e conceitos de análise

Em todo trabalho científico/acadêmico, além do método e da metodologia, o pesquisador precisa definir de forma criteriosa as categorias e conceitos de análise, que são dois instrumentos intelectuais imprescindíveis a qualquer teoria e método, como também, distinguir as diferenças básicas entre elas. A categoria é utilizada para denominar e/ou distinguir certos fenômenos que apresentam uma mesma característica geral, enquanto o conceito indica algum objeto real pela explicação de alguns de seus aspectos. Dessa forma:

[...] O conceito indica a determinação de certo aspecto singular do real, ao qual atribuímos destaque com outras singularidades, definindo certa particularidade e certa universalidade, a categoria possui a universalidade como um de seus principais aspectos. O procedimento que incorre para o estabelecimento da categoria é similar ao do conceito, conquanto, para esta, a determinação de certo aspecto do real é fundamental. (BERNARDES, 2011, p. 167)

Então, a categoria é mais consistente que o conceito e permite a primazia da dedução na construção do discurso porque ela indica a realidade que transcorre em diferentes níveis do entendimento. Já o conceito permite deduções, mas não tão abrangentes como as categorias porque indica o empírico, a materialidade. Contudo, são importantes, tem sua função e diferencia-se das palavras comuns. Para Barros (2016), o conceito pode ser compreendido como uma ideia bem elaborada que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal, passando a ser instrumentalizada no interior de um campo do saber, diferentemente das palavras comuns

que são empregadas diariamente sem pretensões científicas. Os conceitos utilizados nos diversos campos do saber demandam discussões e aprofundamento entre os pesquisadores, e só assim, passando a integrar o acervo conceitual.

Segundo Souza (2018), os conceitos que utilizamos são frutos de debates de uma determinado tempo e condições internas e externas, que levaram os pesquisadores a chegar na definição de um determinado conceito. Então, é preciso verificar se com o passar do tempo ocorreram mudanças e que debates foram feitos para chegar a um novo entendimento daquele conceito, ou até mesmo, a sua superação, surgindo novas interpretações e novos conceitos para designar aquela palavra ou ideia. Nesse sentido:

Não existe, enfim, uma linha definitiva separando os conceitos das palavras comuns. Para que tenhamos um conceito, demanda-se que ele seja central em determinada análise ou campo de estudos, que ele seja necessariamente objeto de discussão entre os praticantes do campo ou entre os especialistas que trabalham com a mesma temática, que seja operacional, repertoriado, recorrente no vocabulário problematizado do campo em questão. Para que uma palavra ou expressão verbal se torne efetivamente um conceito, é preciso que ela ultrapasse a mera condição de “unidade de comunicação” e se converta também em “unidade de conhecimento”. (BARROS, 2016, p. 30)

Nesta tese, utilizamos algumas categorias e conceitos que estão conectados aos métodos e a metodologia, e foram discutidos de forma ampla a partir de diversos autores no primeiro capítulo e que permeiam todo esse trabalho. São categorias e conceitos fundamentais que estruturaram a produção do conhecimento, como: espaço, tempo, região, sertão, memória, história rural, agricultura familiar e desenvolvimento rural. Nesse capítulo, por ser metodológico, é importante apresentar como as categorias/conceitos geográficos espaço, tempo e região foram trabalhados em toda a pesquisa por nortear toda a discussão e os recortes espaciais necessários para a construção do conhecimento.

A primeira categoria utilizada foi o espaço. É a categoria geográfica mais ampla e que não se dissocia do tempo. No espaço, percebemos a dinâmica da sociedade, a circulação e distribuição da produção, as ideologias contidas, ou seja, todos os elementos formadores do espaço. O conceito de espaço é tão móvel e dinâmico que não podemos dissociá-lo do tempo. Por isso, nesta pesquisa se fez necessário analisar profundamente a categoria espaço para

compreendermos as transformações sociais no tempo e no espaço rural do sertão sergipano, e dando mais geograficidade a este trabalho. Segundo Santos (2014, p. 30/31):

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. [...]

Atualmente, o espaço assume um papel fundamental, pois, com o processo de mundialização do capital, das comunicações, dos transportes, etc., o mundo ficou totalmente conhecido, os lugares são diferenciados e estudados para serem ocupados de forma estratégica pelos detentores do capital (empresas transnacionais, mercado financeiro, etc). Dessa forma, as diferenciações geográficas, o conhecimento dos lugares, tornam-se estrategicamente estudados e a categoria espaço ganha importância e seu estudo passa a ser essencial para a compreensão do mundo atual.

A ciência geográfica oferece ao homem um conhecimento amplo e aprofundado do mundo em que vive, mostrando as possibilidades de análise da atuação do homem em todos os setores da intervenção humana na natureza. Todavia, cabe ao homem colocar esses conhecimentos a serviço da humanidade e não do capital. Nesse sentido:

A produção do espaço abre-se, portanto, como possibilidade de compreensão do mundo contemporâneo, que, sob a égide da globalização, vai impondo novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadoria) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital. Novos padrões culturais invadem a vida cotidiana metamorfoseando antigos valores com a introdução de novos signos e comandando novos comportamentos. [...] (CARLOS, 2018, p.15)

Dessa forma, a partir da internacionalização do capital, o espaço torna-se uno para atender às necessidades de uma nova forma de produzir e de transformar a natureza. Como também, a compreensão do espaço torna-se de fundamental importância e a Geografia a partir da globalização, passa a assegurar a possibilidade de compreender as frações do espaço mundial

em função do espaço global e melhor reconhecer as intervenções advindas do homem no espaço que vive. No nosso caso, o espaço rural do sertão sergipano.

Podemos afirmar que o espaço é uma categoria abstrata, dinâmica e temporal. Sua essência é social formado a partir de elementos naturais e artificiais, onde o homem interfere e contribui na formação do espaço. O espaço tem forma, volume, distância e é nele que ocorre a produção e reprodução das relações sociais em um determinado local e numa determinada época. Por isso, espaço e tempo são categorias inseparáveis, tornando-se evidente na prática sócio-espacial, na vida cotidiana que envolve um espaço-tempo determinado. Nesta tese utilizamos o conceito de espaço social sem desvincular-se do espaço geográfico e abraçamos a pesquisa sócio-espacial, em que o espaço “é apropriado, transformado e produzido pela sociedade”. (SOUZA, 2018, p. 22)

Segundo Carlos (2018), existem várias possibilidades de compreensão do mundo atual a partir da ciência geográfica, as relações sociais se materializam como relações espaciais e se tornam um campo fértil para a Geografia. No espaço encontramos forma e objeto materiais e o homem que vive em sociedade e transforma a natureza para seu próprio benefício produzindo cultura e transformando o espaço. É através da prática sócio-espacial que o indivíduo se realiza e transforma o espaço ao longo do tempo. Dessa forma:

[...] é possível valorizar o conceito de espaço social sem, por outro lado, abrir mão do de espaço geográfico. Da perspectiva da pesquisa sócio-espacial, é como se tivéssemos duas “camadas” ou dois níveis de conceitos primordiais, sendo o conceito de espaço geográfico um pouco mais amplo, e o de espaço social (que equivale a uma qualificação do de espaço geográfico) podendo ser compreendido como mais específico e, a rigor, mais central. [...] (SOUZA, 2018, p. 31-32)

Segundo Carlos (2018), o espaço se define como uma das produções da civilização que está sempre em movimento. A partir da relação homem x natureza o mundo é produzido de forma que metamorfoseia a natureza em um mundo social ao longo do tempo. Esse mundo é o espaço, ele pode ser recortado em região, território, paisagem e lugar. Nesta pesquisa, o espaço foi recortado em região, definindo a região do sertão sergipano, com o objetivo de estudar as transformações ocorridas no tempo e no espaço rural sertanejo.

A categoria/conceito região foi estudada durante muito tempo de forma isolada como entidade autônoma e cheia de particularidades, dividindo o mundo e o Brasil em “n” regiões

autossuficientes sem ligação uma com a outra. Todavia, no mundo contemporâneo o pesquisador precisa acompanhar e perceber que as transformações ocorrem com uma velocidade enorme, necessitando rever o seu posicionamento frente às categorias geográficas. Hoje percebe-se que o espaço se torna cada vez mais uno atendendo os interesses do capital com novas formas de produzir, como também a região ganha força, pois, percebe-se que a produção cada vez mais se especializa regionalmente.

O Brasil é um grande laboratório para o estudo da construção e desconstrução de regiões. Até meados do século XIX, não identificamos nenhum discurso sobre unidades regionais. Durante a República Velha o governo mantinha seu controle através das províncias e o coronel representava o poder local ligado ao poder central. O primeiro movimento regional acontece quando a economia açucareira perde força e o café no sul conhece momentos de glória. É nesse momento que as elites do Nordeste passam a ter consciência da perda de valor econômico e do espaço, e começam as articulações de um discurso sobre o que passou a ser designado Nordeste. Segundo Corrêa (2010, p. 190-191):

Em outras palavras, o espaço do homem foi fortemente submetido a um processo de reconstituição das diferenças espaciais, processo que assumiu enorme rapidez. Fazer, desfazer e refazer as diferenças espaciais tornou-se, de forma mais eloquente, uma das características da economia global, ainda que permaneça a diferencialidade espaço-temporal. [...]

O discurso regionalista começa a ser elaborado de forma mais sistemática através das obras de Gilberto Freyre e Djacir Menezes. O Primeiro mostra o Nordeste através de sua cultura, evocando a região como o berço da civilização brasileira, e o segundo, fala de um outro Nordeste que é o do espaço econômico da agropecuária, do cangaço, do coronelismo e da seca, que ganha maior dimensão na definição do que seria a região Nordeste. Todavia, surge também o movimento literário de raízes nordestina que contribuiu para a solidificação da imagem do espaço nordestino. Dessa forma:

Destaca-se ainda no início do século XX o surgimento de um movimento literário de raízes nordestinas, que contribui bastante para a solidificação da imagem do espaço nordestino: o Romance do Nordeste, conforme foi denominado posteriormente pelos críticos o conjunto de obras de diversos autores nordestinos que traziam como tema a questão regional. (MAMEDE, 1996, p. 58)

Contudo, em decorrência do avanço do sistema capitalista, o tema do desenvolvimento econômico é eleito como o conceito central acerca da realidade brasileira, e a industrialização seria a solução para as regiões atrasadas e entre elas a região Nordeste. O discurso sobre o Nordeste abandona a esfera cultural e entra na esfera econômica. O governo passa a intervir nas atividades de base e provoca a liberação de mão-de-obra rural para subsidiar a expansão industrial, e a consequente modernização conduziria à urbanização e a organização da classe trabalhadora que superaria as oligarquias. Porém, a teoria desenvolvimentista não levou em conta a capacidade de continuidade e reprodução das oligarquias agrárias.

O atraso do Nordeste, antes visto como consequência das condições climáticas e da perda do espaço no mercado internacional, posteriormente passa a ser entendido como região problema devido à atuação das oligarquias agrárias que impediam a sua industrialização, e passa a ser explicado agora pela sua condição periférica, vítima da superexploração dos grandes centros de acumulação nacionais e mundiais. Para Carvalho (2003, p. 306):

Por certo, houve mudanças notáveis no perfil da economia nordestina. No meio século referido, pode-se observar uma tendência importante. Nos momentos de lento crescimento e fraco dinamismo econômico, o maior nível de atividade da economia era comandado pelo setor agropecuário exportador. Nos momentos de dinamismo acentuado, o motor do desenvolvimento passava a ser representado pelas atividades econômicas da indústria e dos serviços. [...]

A economia do Nordeste continua vulnerável e heterogênea. Porém, a heterogeneidade deixa de ser observada nos ambientes produzidos e reproduzidos pelas secas que homogeneízam tudo. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que o Nordeste comporta vários Nordestes, quer se trate de espaços naturais, quer de novos espaços econômicos produzidos pelo capital. Dessa forma, os conceitos de região e desenvolvimento cruzam-se constantemente. O Nordeste enquanto recorte identificado como região, objetivava superar o atraso em relação ao restante do país.

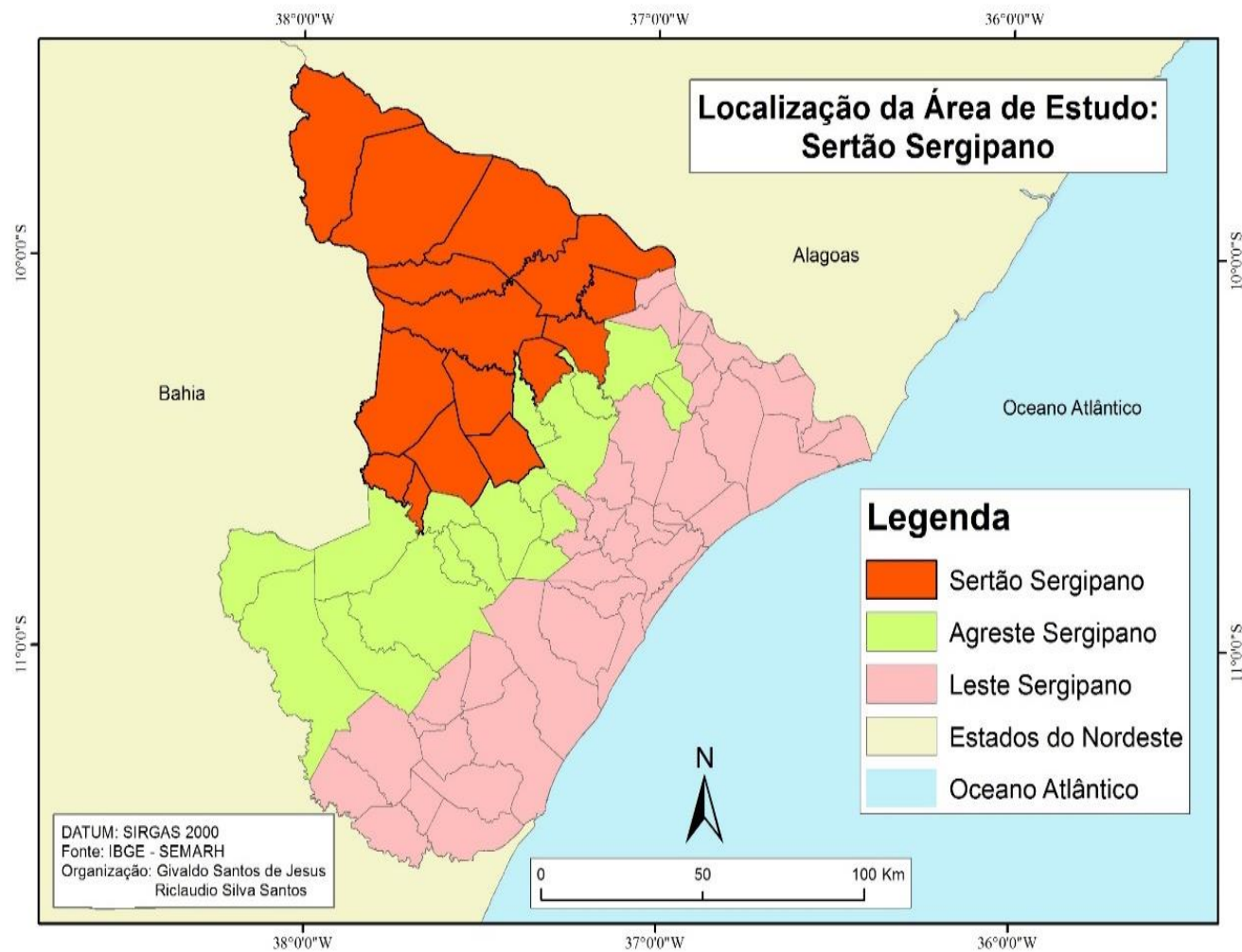
E na busca de uma solução para o Nordeste o conceito de região praticamente saiu de cena. As diversas questões da seca, da fome, da miséria ultrapassam os limites da região, pois pessoas da periferia das grandes cidades vivem também na miséria passando fome, o MST se espalhou pelo país, etc. Por isso, para muitos estudiosos, o Nordeste enquanto região já não era

tão expressivo e o termo região entra em desuso. Todavia, o conceito de região ultrapassa a questão do desenvolvimento, da seca, da cultura, da paisagem. É preciso perceber todo o seu dinamismo e elasticidade, e todo o seu debate em torno da categoria região até os dias atuais. Vale lembrar que a historiografia contribuiu a partir da história regional e da história local para esse debate. Hoje para chegar a definição de uma região de estudo é preciso compreender todo processo de evolução desse conceito na história do pensamento geográfico.

Em relação à categoria região aplicada em nossa pesquisa vimos que durante muito tempo a região foi estudada de forma isolada, como entidade autônoma e cheia de particularidade dividindo o mundo e o Brasil em “n” regiões autossuficientes sem ligação de uma com a outra. Todavia, esse conceito sofreu modificações decorrentes de vários debates e chegamos a conclusões significativas na definição do conceito de região e dos elementos necessários para a definição de uma dada região. Região é o espaço vivido, das relações sociais, políticas, econômicas, culturais, é uma porção do espaço e que o pesquisador define “sua região” de acordo com os seus interesses, respeitando os critérios discutidos na Geografia.

Devido à dinâmica e elasticidade desse conceito definimos em nossa pesquisa o sertão sergipano, como a nossa região de estudo (Mapa 2), observando os critérios geográficos como o solo, vegetação, clima (semiárido), além dos aspectos econômicos, políticos, sociais e principalmente culturais. Adotamos com base na divisão do IBGE/SEMAH (2000) que divide o estado de Sergipe em mesorregiões e definimos o sertão sergipano como a nossa região de estudo, por atender os objetivos propostos nesta pesquisa.

Mapa 2 – Localização da Área de Estudo: Sertão Sergipano



Segundo Barros (2017), do ponto de vista geográfico, uma região é uma unidade definível no espaço, o que permite pensá-la como unidade e enxergar nela certa identidade. De fato, uma região se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Então, o conceito de região pode ser representado como um acorde em formação, que se expressa através de características como: subdivisão do espaço/homogeneidade, identidade, unidade.

Para Serpa (2019), na definição de uma região, deve-se observar a dimensão política, simbólica e cultural, que se manifesta através de uma “consciência regional”. Na abordagem sociocultural, política e econômica do conceito de região, é preciso entender a aproximação do conceito de território devido a necessidade de explicar as implicações políticas. Contudo, a região não é um território. Mas o recorte regional manifesta sua diferenciação e apropriação concreta e simbólica através de uma identidade territorial. Dessa forma:

Esta noção mais completa de região – como unidade que apresenta uma lógica interna ou um padrão que a singulariza, e que ao mesmo tempo se mostra como unidade a ser inserida ou confrontada em contextos mais amplos – abrange possibilidades diversas. Conforme os critérios que sustentem nosso esforço de aproximação da realidade surgem concomitantemente as várias alternativas de dividir o espaço em regiões mais definidas. (BARROS, 2017, p. 33)

Para Bezzi (2004), a região em tempos de globalização desafia os geógrafos a buscar um conceito atualizado, que compreenda as articulações que ocorrem diariamente no espaço. O recorte espacial em região não pode ser visto de forma isolado. É preciso compreender que quanto mais se globaliza mais se regionaliza, os lugares se tornam conhecidos e importantes. Por isso, a região também se manifesta enquanto lugar e o lugar enquanto espaço vivido. E o nosso lugar de estudo é o sertão sergipano.

Portanto, na elaboração do conceito de região, nesta tese, observamos várias reflexões de autores como Bezzi (2004), que chama a atenção para o fato de que os recortes regionais, na atualidade, são múltiplos, dinâmicos, complexos e que se estruturam e se reestruturam em um determinado tempo, considerando as transformações políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais, estudando a região do sertão sergipano de forma interdisciplinar entre a Geografia e a História.

**PARTE II - MEMÓRIA E HISTÓRIA RURAL DO SERTÃO
SERGIPANO (1960-2018)**

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem se misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância [...] Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data.

João Guimarães Rosa

Grande sertão: veredas, 2019.

4 - MEMÓRIAS E HISTÓRIAS REVELADAS: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, A LUTA E O SIGNIFICADO DA TERRA E DO SERTÃO PARA OS SERTANEJOS DO SERTÃO SERGIPANO

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torrar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade.

João Guimarães Rosa. Grande sertão: veredas, 2019.

4.1 – O sertão e o sertanejo: discursos e representações sociais

Na historiografia brasileira, a categoria/conceito sertão está presente desde os séculos XVI e XVII nos relatos de cronistas como Frei Vicente do Salvador, Fernão Cardim, Ambrósio Fernandes, entre outros, e viajantes como Emanuel Pohl (1810), D'Auncourt (1818), Castelar (1834) que visitaram o Brasil durante o período colonial. A partir de seus olhares, descreveram os grandes espaços interioranos e pouco conhecidos como sertões²⁵, com uma pluralidade de sentidos e, às vezes, com características opostas, remetendo ao processo de conquista e ocupação desses espaços como uma forma de integrá-los à modernidade. E mais tarde inserindo-os na formação do Estado-nação. Segundo Amado (1995, p. 148), essa categoria já era utilizada em Portugal, desde o século XIV, para designar áreas distantes de Lisboa:

Nesse sentido, “sertão” foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados – acrescentando-lhe outros, semelhantes aos primeiros e derivados destes, porém específicos, adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira.

²⁵ Vale salientar que na historiografia brasileira, Capistrano de Abreu, Varnhagen, Oliveira Viana, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, formularam, refinaram e utilizaram um conjunto de ideias diferentes sobre o sertão, que serviu de base para estudos de literatos, sociólogos, historiadores, etc., no sentido de construir um entendimento do Brasil enquanto colônia e no século XIX enquanto nação, afastando-se do idealismo do colonizador. (AMADO, 1995; SÁ, 2020).

Para Almeida (2018), durante o avanço da colonização, a partir das expedições bandeirantes, o termo sertão foi utilizado para designar as terras que estavam sendo desbravadas, trazendo as marcas da colonização, ou seja, o olhar do colonizador sobre as novas terras descobertas. Então, o sertão foi representado de forma que aguçava o distanciamento entre a colônia e a metrópole, o não civilizado e o civilizado. O sertão significava o desconhecido, o atraso, o selvagem, e as condições naturais e geográficas compactuavam com a forma violenta de atuação dos chefes locais, onde o poder central ainda não tinha chegado.

Segundo Sá (2020), com a ocupação do território brasileiro, no século XVIII, o sertão passou a ter um sentido mais concreto, e no início do século XIX o sertão transformou-se numa categoria de entendimento da nação brasileira, utilizada principalmente nos estudos literários, valorizando o nacionalismo a partir do surgimento do indianismo e do sertanismo, após a ruptura colonial. O sertão visto pelos cronistas, por meio da construção de narrativas, tinha como objetivo mostrar o que tinha de diferente no Brasil. Já o sertão visto pelos sertanejos passou a ser entendido como espaço/lugar para a compreensão e definição da nacionalidade. Sendo assim:

Este fato me permite ensejar nesta reflexão um duplo enquadramento que dê elementos e sentido às práticas culturais sobre o sertão: o primeiro quadro é uma visão do sertão elaborado pelos “de fora”, viajantes e cronistas cujas narrativas destinavam-se a saciar a curiosidade de outros e a ensinar o que havia no Brasil; o segundo quadro resgata os sertões como lugar, espaço de experiências e vivências dos sertanejos, o de “dentro”. (ALMEIDA, 2018, p. 140)

Na literatura brasileira, nos séculos XIX e XX, transitando do sertanismo ao regionalismo, temos alguns autores e obras que revelam o sertão como um lugar distante, seco, vegetação de caatinga, uma população sertaneja sofrida, miserável e com uma evidente diversidade cultural. Entre esses autores e obras, destacamos “Os sertões” de Euclides da Cunha (1902), que documentou e denunciou um dos maiores massacres da História do Brasil e ao mesmo tempo o sertão nordestino esquecido pelo Estado; com a explosão do regionalismo realista temos a obra ficcional de Graciliano Ramos, “Vidas secas” (1938), que apresenta uma família de retirantes que são obrigados a se deslocar de tempos em tempos para áreas menos atingidas pelas secas. E, depois, “Grande sertão: veredas”, de João Guimarães Rosa (1956), obra que apresenta o sertão mineiro com uma dimensão universal, destacando o sofrimento, a força, o amor e a violência vivida no sertão.

Esses autores por meio de suas obras nos apresentam um sertão em tempos pretéritos, real e/ou ficcional, mas de grande importância para a compreensão da categoria sertão. Para Sá (2020), a literatura possibilita o acesso ao imaginário de diferentes períodos e coloca em evidência o não-acontecido para recuperar o que aconteceu, permitindo visualizar fatos que outras fontes não seriam capazes de mostrar, como o trecho a seguir de Ramos (2006, p. 23-24), que nos mostra algumas características do sertão:

Olhou a caatinga amarela, que o poente avermelhava. Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera. E antes de se entender, antes de nascer, sucedera o mesmo – anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar. [...]

Na forma etimológica da palavra nos dicionários de Língua Portuguesa²⁶, encontramos diversas definições para a palavra/categoria sertão, sendo as mais comuns: 1 – Região do interior com povoação escassa e longe dos núcleos urbanos, onde a pecuária se sobrepõe às atividades agrícolas; 2 – Zona pouco povoada do interior do país, mais seca do que a caatinga; 3 – Região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas; 4 – Região de vegetação esparsa e solo arenoso e salitroso, sujeito a secas periódicas; 5 – Terreno coberto de mato afastado da costa; 6 – Região pouco povoada do interior do país.

Na verdade, essas definições mostram que ainda hoje o sertão é apresentado como um espaço que fica distante da cidade, do litoral, isolado, seco, vegetação de caatinga, pouco povoado e avesso à modernização, permanecendo a distância no tempo e no espaço. Contudo, não podemos negar a convivência do homem no semiárido, a produção agrícola, a pecuária, a pega de boi no mato e a religiosidade do sertanejo. Essa negação mostra a contradição do conceito e o interesse do Estado em manter o sertão como uma região problema e ao mesmo tempo invisível, em que o sofrimento do sertanejo é natural, é típico da região Nordeste. Dessa forma:

Estas concepções e acepções sobre o sertão moldam comportamentos políticos e sociais, produzem sujeitos, veiculam e reproduzem sentidos e significados que favorecem a manutenção dos sertões não só fora da contemporaneidade, mas da sua agenda de problemas e reivindicações. Manter o sertão nos

²⁶ Cf. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Dicionário escolar da Língua Portuguesa, 2011; Antônio Geraldo da Cunha. Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, 1997; Caldas Aulete. Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa, 2011; Michaelis. Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa, 2020.

cafundós, manter os habitantes do sertão nas margens do espaço e do tempo presentes é permitir mantê-los invisíveis e indivisíveis, sem voz e sem rosto, sem desejos e sem projetos, é fazer de conta que eles não existem ou que suas existências não importam por estranhos e extremas que pareçam ser. [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, P. 52)

Na obra clássica “Geografia da Fome”, de Josué de Castro, publicada no ano de 1946, encontramos descrições do sertão nordestino que qualifica numa perspectiva determinista, o sertão enquanto uma região do semiárido que tem como característica principal as secas periódicas, afetando a economia primária (agropecuária) da região. Este autor reduz o sertão a uma paisagem desértica com uma população desprovida de água e de alimentos. Sendo assim, a flora sertaneja de grande valia para ajudar na luta contra a fome da população durante os períodos de estiagens prolongadas.

Para Ab’Saber (2019, p. 84), a originalidade dos sertões no Nordeste brasileiro também reside nos atributos climáticos, hidrológicos e ecológicos, “[...] no tipo de clima semiárido regional, muito quente e sazonalmente seco, que projeta derivados radicais para o mundo das águas, o mundo orgânico das caatingas e o mundo socioeconômico das viventes dos sertões”. Na verdade, essas características fazem parte da região semiárida e estão impregnadas na mente das pessoas, quando se faz alguma referência ao sertão. Nesse sentido:

Seca, partida, fome, chuva, retorno são palavras que compõem o vocabulário do sertanejo do Nordeste, seja nos períodos de inverno, seja nos de estiagens. Mas os relatos que se ocupam da seca trazem também em si curiosidades que não escapam nem mesmo àqueles que as qualificam como superstição ou ignorância. [...] (RODRIGUES, 2003, p. 100-101)

Para Moraes (2003), o sertão não é uma obra da natureza, embora sua própria naturalidade permita uma tipologização consistente da localização sertaneja. O sertão não se qualifica pela intervenção humana no espaço, não é uma materialidade criada por grupos humanos, embora muitas vezes a presença humana torna-se invisível nesses espaços, denominados “vazios demográficos”. Dessa forma, não tem como fazer uma caracterização geográfica precisa porque estas não correspondem a uma materialidade terrestre passível de ser delimitada e cartografada.

Segundo Mendes (2009), para compreender a categoria sertão, é preciso questioná-la e não podemos chegar a uma definição conclusiva, observando apenas os modelos clássicos de definição de sertão. É preciso entender que esse conceito é complexo e em permanente construção com uma multiplicidade de contornos e definições tanto nos estudos clássicos quanto nas discussões mais recentes, que interpretam o seu significado a partir do pensamento social brasileiro e do entendido do sertão como uma realidade cultural revisitada. Nesse sentido:

[...] O sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valorização. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a materialidade reinante e os interesses vigentes neste processo. [...] (MORAES, 2003, p. 02)

É preciso entender que a categoria sertão trata-se da construção de uma imagem, não necessariamente negativa, mas uma apropriação simbólica de um lugar. Então, os lugares são denominados de sertões a partir do interesse de novas formas de ocupação e exploração por parte de segmentos da sociedade ou do Estado. Para Rodrigues (2001, p. 28) “o sertão não é sinônimo de miséria, ignorância e isolamento; também é uma realidade a ser vista a partir dos pares riqueza-miséria, secas-chuvas, coronelismo-compadrio, atraso-progresso, embora neles estes conteúdos sociais façam-se presentes”.

Para Albuquerque Júnior (2014), o sertão como espaço, paisagem, clima, condições econômicas, sociais e culturais, é plural e pode-se afirmar sertões e contemporâneo porque os sertões apresentam em seu interior várias temporalidades. E, nas diversas camadas do tempo revela os variados sertões. Então, os sertões são múltiplos, diversos e plurais. Revelam a vida sertaneja ao longo do tempo no espaço/lugar de vivência e experiência sertaneja, que alimenta um conjunto de memórias e representações sociais sobre os diversos sertões. E, para compreender os sertões por meio dos processos históricos, faz-se necessário:

[...] ativar-se a construção de signos que se constituem como elementos peculiares do reavivamento mental do passado. Os lugares da memória, então, podem ser considerados esteios da identidade social, monumentos que têm por assim dizer, a função de evitar que o presente se transforme em um processo

contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro. [...] (NEVES, 2000a, p. 112)

Nesta tese, não limitamos o sertão a um lugar geográfico, compreendemos também como um lugar social²⁷. As diversas formas de apropriação do natural (domínio morfoclimático) e do simbólico (representações subjetivas) geram diferentes memórias e representações que estão ligadas às estruturas sociais e contribuem para a produção e reprodução do espaço e dos lugares. Na definição do sertão sergipano, valorizamos as memórias de sertanejos que revelaram características tanto do domínio morfoclimático quanto da diversidade cultural existente no sertão, da identidade de pertencimento a uma região do semiárido em que o homem desenvolve suas relações econômicas, políticas, sociais e culturais.

Durante a realização das entrevistas com a metodologia da História oral temática, foi perguntado aos entrevistados o que é o sertão? E o sertanejo?, com o objetivo de extrair das narrativas (memórias e representações) o entendimento do que seria o sertão e o sertanejo para os próprios atores sociais que viveram e/ou vivem no sertão. A maioria dos entrevistados priorizou em suas falas características morfoclimáticas da região do semiárido como as principais para a definição do sertão. Dessa forma, elementos como o clima, solo, vegetação de caatinga e as dificuldades de viver/conviver em uma região seca foram as mais destacadas. A outra parte dos depoentes revelaram o sertão a partir das festas, crenças, costumes e tradições guardadas na memória e na história do sertanejo.

O senhor Antônio Francisco de Oliveira, por meio de suas narrativas²⁸, descreve o sertão como uma região discriminada, seca, vegetação de caatinga, uma região semiárida, mas que é boa e produtiva, desde que o sertanejo tenha criatividade para superar os obstáculos que o clima impõe. Para produzir, tem que plantar cedo, quando chega as primeiras chuvas e para criar o gado e outros animais tem que ter palma, silo e barragem boa.

Este depoente define o sertão a partir de sua experiência em produzir em uma região do semiárido, na maioria das vezes abandonada pelo Estado, e que, para garantir a sua sobrevivência, é preciso aprender a conviver com a seca. E com a sua percepção, observa os períodos de chuva, desenvolve estratégias como a construção de barragens, silos e plantação de palma, superando os obstáculos que a natureza impõe no semiárido. O seu foco na definição do

²⁷ Cf. ALMEIDA (2018), ALBUQUERQUE JÚNIOR (2014), GUILLEN (2002), MORAES (2003), RODRIGUES (2001), entre outros.

²⁸ Entrevista concedida ao autor. Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 04/12/2019.

sertão é na garantia de produção de cultivos agropecuários, como forma de compreensão e superação das dificuldades impostas pela região sertaneja. Para este depoente, o sertão não é apenas um lugar seco, de vegetação de caatinga (Figura 1), mas também um lugar que se pode produzir e viver bem, basta ter condições financeiras (terra e capital) para superar os obstáculos que a natureza impõe.

Figura 1. Vegetação de caatinga preservada – Fazenda Mundo Novo - Canindé do São Francisco – Se



Fonte: Pesquisa de campo, 2018-2020.

Fonte: JESUS, Givaldo Santos de, 2018.

Em seu depoimento, o senhor Volnandy de Aragão Brito²⁹, descreve o sertão a partir de três características que para ele são fundamentais: condições climáticas, o solo e o sertanejo, na condição de um homem trabalhador. Seu depoimento revela as características do clima e do solo semiárido e acrescenta o homem enquanto um trabalhador que busca viver/conviver em uma região que tem mais seca do que chuva, um solo produtivo, mas que falta água. Nesse sentido, o senhor Antônio Eloy Santana também reforça essa narrativa, afirmando que:

Viver aqui no sertão é duro. Uns tempos você passa melhor, outros passa mais difícil. A coisa não é fácil não. No inverno passa melhor. Agora no verão a

²⁹ Entrevista concedida ao autor. Aracaju-Se, 07/10/2020.

despesa é grande. Tem horas que o cara não perde o juízo porque não pode, sabe. A gente planta o milho no inverno, molhe, faz silo, faz pó para dar o gado, planta palma. E se não for isso, perde tudo. A água quando o meu tanque seca tem que ser comprada. Aqui teve um ano que eu quase esgotei tudo comprando, sabe, porque toda semana eu botava três carradas, aí a despesa é grande³⁰.

Por essas narrativas fica evidente a predominância das características do domínio morfoclimático do semiárido, quando se pede para o sertanejo definir o sertão. O clima seco, a falta de chuvas (Figura 2) torna-se central nas discussões para a definição do que é o sertão, como também, a concepção de um homem forte, honesto e trabalhador ligado à terra e ao ambiente natural que vive. Uma região que exige muito esforço para produzir os produtos agrícolas e criar animais com o objetivo de garantir a permanência e sobrevivência material do grupo familiar. Já José Barreto Santana, acrescenta mais uma dificuldade de viver no sertão, que é quando o sertanejo trabalha no alugado e não tem um pedaço de terra para sobreviver. Esse depoente revela uma outra característica do sertão, que é a concentração fundiária muito forte no passado e que ainda hoje permanece.

Figura 2: A escassez de água durante o período de secas no sertão: Barragem no povoado Maravilha - Monte Alegre de Sergipe



Fonte: Pesquisa de campo, 2018-2020.

Fonte: JESUS, Givaldo Santos de, 2018.

Essa característica do sertão nos faz lembrar da famosa frase de que “O problema do sertão não é a seca, mas sim a cerca”. O que atinge diretamente o sertão não é a falta de água,

³⁰ Entrevista concedida ao autor. Povoado Monte Santo – Monte Alegre de Sergipe, 14/11/2020.

mas a má distribuição da terra e da renda, gerando a miséria da maioria da população sertaneja. O fenômeno da seca gera, na verdade, a indústria da seca em que políticos e comerciantes lucram com a falta de água e alimentos para a população e animais.

Uma outra temática recorrente no sertão foi revelada pelo senhor Antônio Erivaldo de Oliveira³¹, que, ao aguçar sua memória, afirma que no passado viver no sertão era mais difícil. Não tinha energia elétrica, água encanada, fogão a gás, as estradas eram de terra batida. E a seca dificultava ainda mais a vida das pessoas. Ele mesmo, por causa das secas, perdeu várias roças de algodão e de milho. Então, migrou para São Paulo e depois para o Paraná com o objetivo de trabalhar na colheita de algodão. A viagem era feita em caminhão pau-de-arara e demorava quinze dias, mas a esperança de melhorar de vida ajudava a superar as dificuldades da viagem.

A concentração fundiária também é um elemento que força o processo migratório. O senhor José Francisco de Lima, em seu depoimento, logo abaixo, nos revela que ele migrou várias vezes para São Paulo, a procura de trabalho e conseqüentemente, melhorar de vida. No passado as pessoas acreditavam que São Paulo oferecia oportunidades que no sertão sergipano não tinham:

Quando eu era jovem fui para São Paulo a procura de trabalho várias vezes porque o terreno do meu pai era pequeno e não dava para viver toda a família naquele terreno. Aos irmãos mais velhos, meu pai dava uma tarefa de terra para botar roça e aos mais novos apenas uma conta. Eu botava uma conta de roça e com a renda dessas roças cada um podia comprar roupas, uma cabra ou o que cada um precisava. Isso quando a roça dava alguma lavoura. Eu mesmo ficava o ano todo com as roupas rasgadas e com o dinheiro da roça eu comprei uma cabra e com a venda da cabra foi quando eu fui a primeira vez pra São Paulo pra trabalhar na colheita de algodão ou qualquer serviço que aparecesse³².

A migração também é um fator revelador do sertão, e ainda hoje tem pessoas que migram para outras regiões e estados a procura de trabalho e de uma vida melhor. Contudo, quando afirmamos que a migração está ligada diretamente às questões da seca, da caatinga, tiramos a condição de indivíduos com vontade própria, a condição de sujeito e mascaramos a falta de oportunidade de emprego, renda, as questões políticas e a própria concentração

³¹ Entrevista concedida ao autor. Nossa Senhora Aparecida-Se, 28/10/2020.

³² Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis-Se, 12/10/2020.

fundiária existente no sertão. Ou seja, legitimamos um discurso em que a seca é a única causa da partida desses sertanejos.

Observando também, a percepção dos de fora, pessoas que vieram de outras regiões, como o depoente, professor e pesquisador Eliano Sérgio Azevedo Lopes³³, natural da Amazônia, afirma que o primeiro contato com a região Nordeste e com o sertão ocorreu primeiro no Ceará em função de um curso sobre Planejamento e desenvolvimento, e depois com o sertão sergipano, onde foi trabalhar junto ao INCRA. O depoente afirma que chegou no sertão na década de 1980, época que ocorria uma grande seca, pessoas passando fome, saques a caminhão. E o contraste entre a região da Amazônia e o sertão nordestino foi impactante. Elementos como a seca e a fome revelam um sertão a partir das condições climáticas, mas também é preciso perceber as questões sociais, o que provoca as desigualdades.

Para o senhor Carlos Soares de Menezes, em seu depoimento o sertão é um pedaço de terra cheio de vida. Todavia, o que falta é oportunidade. Viver no sertão é difícil, mas se aprende a viver/conviver com as suas adversidades. E ser sertanejo é ser honesto, honrado e trabalhador. Então, o seu olhar sobre o sertão é diferenciado em relação aos de fora. O sertanejo vive o sertão. Se ele possui o seu pedaço de terra e oportunidade, procura trabalhar, produzir e viver sem migrar para outras regiões a procura de uma vida melhor porque o sertanejo cria resistência e aprende a viver/conviver no sertão, como afirmou em seu depoimento abaixo:

Mas o sertanejo ele é que nem uma pedra. Se você não pegar e não botar um estopim pra rachar ela fica ali a vida toda. Tá ruim mas eu tô bom aqui. Cria um limo, no verão tira o limo porque um matuto que nem eu vai fazer o que em São Paulo. Você tem uma ideia? O que eu vou fazer em Monte Alegre porque não sei fazer pão, não sei fazer bolo, não sei ensinar ninguém a ler, nem a escrever, que eu não sei. Acho que ser sertanejo é um cara que sustenta Monte Alegre, sustenta Itabaiana, sustenta Aracaju [...] com o seu trabalho e sua produção de feijão, de milho, de leite [...] ³⁴.

Nas narrativas dos depoentes acima encontramos diversos sertões construídos por relações naturais, econômicas, políticas, sociais e culturais que se realizam no plano do vivido e que são revelados por meio de suas memórias e percepção do que é o sertão e ser sertanejo. A identidade regional sertaneja é para Almeida (2018, p. 149): “[...] uma forma particular de

³³ Entrevista concedida ao autor. Aracaju-Se, 30/10/2020.

³⁴ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

identidade social, vinculada à base territorial do Nordeste, de práticas culturais compartilhadas, de pertencimento a uma rede de relações com o espaço e de referências simbólicas. [...]”. Na verdade, o sertão é formado também por uma rede de significados e sentidos que são entrelaçados pela história e cultura, que produz uma identidade por meio do espaço vivido.

No sertão sergipano encontramos o sertanejo que busca conviver com a seca e a caatinga, transformando o espaço, produzindo seus produtos agropecuários para o seu consumo e comercialização para garantir a sobrevivência. É um homem que trabalha, vive em sociedade e produz cultura. Dessa forma, as crenças, costumes e tradições também definem o sertão e a identidade do ser sertanejo, devido a sua vivência e experiência fortalecida com o lugar. Então, seca, fome, partida, caatinga são palavras que estão diariamente no vocabulário e no imaginário do sertanejo. O sertão definido a partir das características do clima e da vegetação, que produz a paisagem sertaneja, traz, também, outras referências repletas de signos e significados com base nas tradições, crenças e costumes que identificam o sertão e seu povo. Nesse sentido:

É possível afirmar, então, que esses elementos compõem um campo no qual natureza e sociedade são representadas num universo unitário, porém, elaborando heterogeneidades. O habitat e a paisagem de cada sociedade não são, portanto, unicamente consequência da “oferta natural” e do solo, clima, vegetação, altitude, mas sim, o produto de um conjunto de dispositivos sociais, políticos e culturais. Esses dispositivos fortalecem-se, mas também se esgarçam ao comporem os territórios dos sertões, tornando-os diversos. Posto que as identidades são dinâmicas, pode-se dizer que elas se relacionam com o contexto sócio-espacial e, no caso dos sertões, a existência de identidades plurais é parte deste processo. (ALMEIDA, 2008, p. 332)

Nas entrevistas também encontramos relatos que destacam o sertão como um lugar de gente honesta e homem valente, que desde cedo em função da cultura e de seus códigos morais aprendem a ser “macho”, trabalhador, forte e valente devido às condições severas da caatinga e da seca. Dessa forma, o sertão apresentado aqui torna-se masculino, em que as mulheres são excluídas, apresentadas como meras coadjuvantes. Todavia, encontramos relatos, como os da senhora Maria Aparecida da Silva³⁵, nos quais as mulheres, em algumas propriedades são as que administram, fazem os projetos para beneficiar a propriedade e cuidam da movimentação financeira. Ou seja, são elas que estão à frente da organização da propriedade e da produção.

³⁵ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nova Canadá – Canindé do São Francisco, 05/12/2020.

Nos relatos do senhor José Francisco de Lima, o sertão é revelado por meio da ideia de que no sertão o homem tem que ser direito e honrado, e por meio de um caso que aconteceu com ele, que para resolver um problema como o não pagamento da venda de uma vaca, por exemplo, incorpora a valentia e coragem, comparada a de Lampião, para cobrar ao devedor, que era um valentão, manhoso e temido na região. Ao mesmo tempo que usa sua coragem e persistência para cobrar a dívida, de forma contraditória busca também ajuda nas casas de rezador e curador (pai de santo), mesmo sendo católico, para convencer através dos trabalhos e rezas, o devedor a pagar a sua dívida. Dessa forma, no universo sertanejo as crenças e o sincretismo religioso são fortes, como consta no seu depoimento, logo abaixo:

Quando eu ia cobrar ao finado Manuel, vinha com aquelas prosas e mim abraçava, mas eu era um cara experiente. Ele estava era vendo se eu estava armado. Ele matava um carneiro e eu encomendava uns cinco quilos de carne e ele não mandava. Cheguei para meu irmão mais velho e falei que ia cobrar o dinheiro da vaca que vendi a ele. E meu irmão e minha mãe disse dispense se não você morre. Ele não paga a ninguém e mata gente. Mas eu disse eu não desisto não. As minhas mãos calejadas de trabalhar no machado, em foice, na enxada e eu perder o dinheiro de uma vaca. Eu botei nele e cobreí várias vezes. Ele armou várias tocaias pra mim pegar e eu nunca dei chance dele puxar a arma. [...] Eu não era besta não. Eu era um cara experiente. Aí Zé de Lúcio mim convenceu a ir na casa de um curador lá na Serra Negra pra ele fechar meu corpo e fazer o manhoso mim pagar. E eu ouvia a música de Erivaldo de Carira, que falava da Serra Negra. E eu queria conhecer a serra, aí eu fui. Cheguei lá tinha um povo cheio de rosário no pescoço e no meio da sala um veio sentado. Aí chegamos assim perto dele e ele disse há rapaz sua vida tá por um fio. E a mesa pra abrir os trabalhos é um conto. Aí eu disse, companheiro ando atrás de receber dinheiro, não de gastar do meu bolso. O senhor faz o trabalho e se eu receber eu pago o conto de réis³⁶.

Parte dos sertanejos acreditam em rezadores para resolver todo tipo de problema. Frequentam casas de benzedeiras³⁷, curadores e mandam rezar para curar dor de cabeça, dor de barriga, quebrante (olho gordo), e nos animais para curar uma bicheira no umbigo de um bezerro, encontrar animais que fogem do pasto, etc. Recentemente, surgiu no sertão pernambucano um médico invisível³⁸ que está sendo bastante requisitado pelos sertanejos, que

³⁶ Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis-Se, 12/10/2020.

³⁷ Segundo Lima (2011) o ofício da benzedeira é uma prática popular baseada nos mistérios milagrosos das rezas e dos gestos, proferidos com a intenção de curar o próximo sem fins lucrativos. No sertão sergipano, encontramos uma benzedeira e parteira chamada Zefinha da Guia, matriarca da Comunidade Quilombola Serra da Guia, no município de Poço Redondo. Ela é bastante requisitada para a arte de benzer, por pessoas do estado de Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Ela também tem um grande conhecimento na produção e uso das plantas medicinais.

³⁸ A depoente Maria Aparecida da Silva, nos relatou que recentemente foi com algumas pessoas no município de Itaíba no estado de Pernambuco, fazer uma consulta e uma cirurgia de hérnia do seu marido. Outras pessoas foram fazer cirurgia de pedra nos rins e de catarata com um senhor chamado “Zé da Luz”, que recebe o espírito de um

faz cirurgia sem cortar e outros tratamentos. Dessa forma, o universo do sertanejo é marcado pelo sincretismo religioso, crenças e costumes que revelam a cultura e o cotidiano dos sertanejos no tempo e no espaço. O sertão é plural, múltiplo, diverso e dinâmico, e está sempre em movimento devido a sua temporalidade.

As dificuldades de viver no sertão reforçam as práticas religiosas, estimulam a fé e a esperança por dias melhores. E no imaginário social encontramos desde rezar o terço, novenas, procissões, a esconder santos com o objetivo de fazer chover no sertão, como ocorre no povoado Malhador em Nossa Senhora Aparecida-Se. O objetivo dessas rezas e devoções aos santos é pedir chuvas para amenizar as secas no sertão. Dessa forma:

As experiências de invernos, feitas pelos sertanejos, são inúmeras. Da observação dos ventos e das nuvens, da orientação dos animais e da transmissão verbal de resultados e observações, de geração para geração, têm-se determinadas regras, em parte mantidas até os tempos atuais. Somando-se experiências, e por intermédio do apelo à providência divina, as manifestações e pedidos em prol de chuvas também são feitos constantemente. Os sertanejos em sua espera por chuvas rezam orações, terços, novenas, fazem procissões, escondem santos. [...] (RODRIGUES, 2003, p. 102)

Nas cidades e na maioria dos povoados do sertão sergipano, encontramos a igreja católica territorializada com prédios e padroeiros locais, como também, foi observado um número crescente de igrejas evangélicas espalhadas pelo sertão. Segundo Bonjardim e Almeida (2015), a religião está ligada a um conjunto de elementos simbólicos e representativos do modo de vida, dos costumes, das memórias e da cultura materializada como patrimônio cultural, que perpassa o visível e o invisível, o material e o imaterial. A religião é um fenômeno cultural que está impregnada ao ser humano e que influencia no modo de agir, de pensar, de se comportar e de entender a vida. Os estudos com base nas experiências religiosas de um lugar nos proporcionam a compreensão dos problemas mais específicos da sociedade a partir da subjetividade, da percepção e de formas de representações.

Outro aspecto importante citado nas entrevistas foi a diversidade cultural sertaneja materializadas em diversas festas nos povoados como: corrida de argola, vaquejadas (pega de

médico desde os cinco anos de idade. Algumas pessoas acreditam na cura através desse “médico invisível” que passa remédio de farmácia e faz cirurgias sem cortes. E seu espírito vai curar até na casa das pessoas. A depoente nos relatou que no local da consulta todos se vestem de branco, tem santos espalhados pela casa e a pessoa não precisa revelar os sintomas de sua doença. O “médico” apenas observa e relata o seu problema de saúde e indica o remédio ou faz a cirurgia de forma “invisível”, sem cortes no corpo.

boi no mato), festas juninas, leilão, festas de padroeiros, novenas, Via sacra, alimentadores de almas, que ainda estão presentes e são muito importantes para as pessoas que vivem no espaço rural do sertão sergipano. Apesar de encontrar festas com bandas e paredões (corro com som), as festas tradicionais continuam fortes nos povoados do sertão sergipano. Para Almeida (2018, p. 210):

As festas rurais, pelos seus aspectos interativos e populares, é sempre um importante instrumento de consolidação das identidades coletivas. Realizando a festa, considerada tradicional, os “antigos” procuram manter a tradição e, para os “jovens”, é uma excelente ocasião de fazer novos conhecimentos e efetuarem a integração às tradições religiosas.

Portanto, na definição de uma região o pesquisador utiliza uma variedade de variáveis, observando os aspectos naturais, econômicos, políticos, sociais e culturais para definir a sua região de estudo. Não se trata de privilegiar um aspecto em detrimento de outro, mas perceber a amplitude e a influência desses aspectos no conjunto que define a sua região de análise. Em relação a região sertão, são vários os sertões e as diversas formas de apropriação do natural e do simbólico na definição do sertão. A subjetividade, a memória e representações sociais revelam os sertões nas suas variadas dimensões fruto das construções históricas entre diferentes atores sociais, importantes para a compreensão do sertão sergipano, no nosso caso.

4.2 – Aspectos da estrutura fundiária do Sertão Sergipano

No tempo presente o mundo está sendo redesenhado pelo processo de globalização, que tem influenciado todos os aspectos da vida humana e carrega consigo suas próprias contradições. No espaço rural brasileiro, o avanço capitalista tem provocado o desenvolvimento desigual, deixando quase sempre os camponeses desprovidos dos seus meios de produção. No estado de Sergipe, e no sertão em particular, percebemos essas transformações que produzem o desenvolvimento desigual e combinado do espaço agrário. E a subsequente expropriação dos agricultores, fruto da histórica concentração fundiária e de seu novo processo de inserção do capital no campo, com base na emergência avassaladora do agronegócio do milho. Nesse sentido:

[...] a forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um de seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande

propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra. (SILVA, 1981, p. 36)

A estrutura agrária brasileira tem se caracterizado desde o início da colonização por um elevado grau de concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos, deixando a maioria da população desprovida dos meios de produção e de trabalho. O sertão sergipano não foge dessa realidade. É uma região marcada por uma histórica concentração fundiária, a presença do coronelismo e, na segunda metade do século XX, a luta dos trabalhadores rurais para ter acesso à terra e garantir a sua sobrevivência. Nesse ponto de vista:

Através de procedimentos políticos e legais, portanto, as classes dominantes podem submeter a questão agrária ao rótulo de demanda social por reforma agrária. Isto é, o problema real é reduzido à visão que aquelas classes têm sobre os conflitos sociais. Nesse horizonte é possível proteger o valor essencial da sociedade capitalista: a propriedade privada dos meios de produção. (MARTINS, 1975, p. 54)

Segundo Stédile (2011), a Lei de Terras de 1850, implementou e normatizou a propriedade privada das terras no Brasil. A terra, que é um bem da natureza, sem valor, passou a condição de mercadoria, ou seja, a ter preço e, para ter acesso é preciso comprá-la. Esse modelo consolidou a grande propriedade rural, e atualmente os índices de concentração permanecem elevados.

Ao longo da história, a concentração fundiária no Brasil foi respaldada através de leis, e no século XX, segundo Oliveira (2001, p. 28) a “Constituição de 1946, que vigorou até 1967, e as que antecederam definiam em 10 ha a área de terra devolutas máximas a ser vendida a brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados”. Todavia, previam que com a autorização do Senado a área poderia ser maior. Essa brecha da lei acabava imobilizando a própria lei, favorecendo a concentração de terras. Outro fator é a burla “legal” da lei que os latifundiários faziam e fazem para adquirir mais terras que o permitido, pois através de procurações de pessoas e até mesmo de seus familiares, os latifundiários tornam-se procuradores de todos e de forma legal compram áreas quantos forem os títulos que obteve através dessas procurações.

Uma outra forma que favorece a concentração fundiária é a posse e a venda de terras devolutas no Brasil por meio da prática da grilagem de terras. Uma prática antiga e ilegal que consiste no envelhecimento de documentos forjados para conseguir a posse de uma determinada área de terra. A documentação forjada era colocada em uma caixa com grilos e, com o passar

do tempo a ação dos insetos dava aos documentos uma forma amarelada com aparência de antigos. Atualmente, o registro ilegal de títulos de imóveis em cartório está substituindo a ação dos grilos. O grileiro registra de forma ilegal a terra em cartório oficial e informa o registro da terra a Receita Federal, ao Incra e aos órgãos estaduais. E, através do cruzamento dessas informações, tentam dar uma aparência legal a documentação do imóvel rural.

A Constituição de 1988, em relação à questão agrária, recepcionou tudo que consta no Estatuto da Terra de 1964, complementando apenas alguns artigos e parágrafos. A definição de imóvel rural, por exemplo, continua a mesma dada pelo Estatuto da Terra que no seu Art. 4º, Inciso I, define o imóvel rural como “[...] prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada”.

Todavia, devemos entender que o imóvel rural é muito mais que um prédio rústico, temos aí uma imprecisão da lei, a norma é contraditória devido ao mau emprego de imóvel rural que não é só habitação, mas um espaço construído pelos próprios agricultores. O imóvel rural é a casa (habitação), é a roça que produz o alimento, o local onde seus filhos nascem, crescem, trabalham, ou seja, é o espaço vivido, vital para a produção e reprodução da família. Criando laços afetivos e de identidade com a terra e o lugar.

A constituição de 1988 é liberal e atende principalmente os interesses das elites. Uma outra forma de estimular o latifúndio é a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), em que um dos principais dispositivos é a cobrança de alíquotas progressivas a partir do tamanho do imóvel e do índice de utilização das terras. Na verdade, quanto maior for a propriedade menor é o tributo a ser pago.

Para entender a concentração fundiária é preciso analisar o tamanho das propriedades, que estão estabelecidas em lei, por meio do Módulo Fiscal. Segundo o Incra (2012) o Módulo Fiscal é uma unidade de medida agrária que estabelece uma área mínima necessária para que a exploração econômica na qual a propriedade rural seja viável. De acordo com o Módulo Fiscal uma propriedade pode variar de 5 a 110 hectares (1 ha é igual a 10.000 m²). O Módulo Fiscal é um dispositivo legal determinado pela lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, e no seu Art. 4, Incisos II, III e IV, estabelece:

II – Pequena Propriedade – o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) Módulos Fiscais;

III – Média Propriedade – o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) Módulos Fiscais;

IV – Grande Propriedade – o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) Módulos Fiscais³⁹.

A partir dessas medidas fica entendido também que o minifúndio é o imóvel rural inferior a um módulo fiscal. Cada município brasileiro possui o seu módulo fiscal. Para saber a medida de cada município é preciso consultar a Instrução Especial nº 20 de 28 de maio de 1980, do Incra, e também está disponível no site da Embrapa⁴⁰. Para os municípios do sertão sergipano, um módulo fiscal corresponde a 70 hectares.

Para termos uma melhor compreensão da concentração fundiária no estado de Sergipe e, principalmente, as mudanças ocorridas no Sertão sergipano, trabalhamos com os dados dos Censos Agropecuários do IBGE (1985, 1995/96, 2006)⁴¹, especificamente com o Índice de Gini⁴². Segundo Lopes (2015), no estado de Sergipe entre os anos de 1985 e 2006 não ocorreram mudanças significativas nos índices de Gini, permanecendo a concentração fundiária. No ano de 1985, o índice de Gini chega a 0,819, revelando uma forte concentração fundiária. No ano de 1995/96, o índice aumenta para 0,829. E no ano de 2006 cai para 0,754, ocorrendo uma pequena desconcentração fundiária.

Ainda segundo Lopes (2015), entre os territórios de planejamento do Estado de Sergipe, o que apresenta uma maior diminuição nos índices de Gini no período de 1985 a 2006 foi o Alto Sertão. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1985, o índice de Gini é 0,745. Em 1995/96 caiu para 0,727 e em 2006 ocorreu uma diminuição para 0,589. Nos outros territórios (Tabela 1) ocorreram variações menores na diminuição do índice de Gini.

³⁹ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=75306>

⁴⁰ [https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal#:~:text=M%C3%B3dulo%20fiscal%20%C3%A9%20uma%20unidade,de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20predominante%3B%20\(c\)](https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal#:~:text=M%C3%B3dulo%20fiscal%20%C3%A9%20uma%20unidade,de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20predominante%3B%20(c))

⁴¹ A escolha destes censos ocorreu em função dos mesmos apresentarem uma certa homogeneidade na metodologia e na coleta de dados, e também por observar que mudanças significativas no Sertão sergipano ocorreram entre os anos de 1985 e 2006, devido a luta pela terra e a criação dos assentamentos rurais. Dessa forma, atendeu os objetivos da pesquisa, embora o nosso marco temporal seja de 1960 a 2018. Não utilizamos os dados do Censo Agropecuário de 2017 por ter uma metodologia diferente dos censos anteriores, interferindo no resultado do índice de Gini.

⁴² É um coeficiente de mensuração da desigualdade, criada pelo matemático italiano Conrado Gini, que varia entre 0 e 1. No caso do estudo da distribuição de terras, o valor 0 (zero) representa a situação de igualdade (a terra está igualmente dividida entre os imóveis rurais). E o valor 1 (um) corresponde a concentração total. Então, o resultado quanto mais próximo de 1, maior será a desigualdade (concentração). (LEITE, 2018).

Tabela 1. Índice de Gini da posse da terra nos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe – 1985-2006

Territórios de Planejamento	Índice de Gine		
	1985	1995/96	2006
Alto Sertão Sergipano	0,745	0,727	0,589
Médio Sertão Sergipano	0,820	0,771	0,725
Baixo São Francisco Sergipano	0,823	0,747	0,682
Leste Sergipano	0,863	0,867	0,774
Centro-Sul Sergipano	0,773	0,814	0,776
Sul Sergipano	0,785	0,781	0,768
Estado de Sergipe	0,819	0,829	0,754

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE, 1985, 1995/96, 2006; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo (Org.). Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini do estado de Sergipe, 2015.

Organização: Givaldo Santos de Jesus, 2019.

Mesmo observando uma pequena queda no índice de Gine no estado de Sergipe, as transformações e melhorias foram significativas para os pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra que foram assentados. Essas mudanças são visíveis nas casas e nas propriedades que garantem o sustento e a reprodução das famílias sertanejas.

Analisando os índices de Gini dos municípios do Sertão sergipano (Tabela 2), de acordo com o objetivo da pesquisa e com a nossa definição de região, observamos que o processo de desconcentração fundiária ocorreu principalmente nos municípios onde foram implantados os projetos de reforma agrária, como Canindé do São Francisco, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Feira Nova. E entre esses municípios, Canindé foi o que apresentou a maior desconcentração fundiária.

Tabela 2. Índice de Gini da posse da terra no Sertão Sergipano – 1985-2006

Sertão/municípios	Índice de Gini		
	1985	1995/96	2006
Canindé do São Francisco	0,750	0,872	0,651
Carira	0,804	0,779	0,762
Feira Nova	0,715	0,841	0,687
Frei Paulo	0,860	0,818	0,726
Gararu	0,749	0,711	0,618
Graccho Cardoso	0,773	0,654	0,641
Itabi	0,623	0,668	0,595
Monte Alegre de Sergipe	0,605	0,690	0,481
Nossa Senhora da Glória	0,712	0,752	0,625
Nossa Senhora Aparecida	0,770	0,767	0,725
Poço Redondo	0,729	0,695	0,524
Pedra Mole	0,880	0,886	0,816
Pinhão	0,895	0,881	0,785
Porto da Folha	0,723	0,652	0,559
Ribeirópolis	0,749	0,720	0,694

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE, 1985, 1995/96, 2006; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo (Org.). Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini do estado de Sergipe, 2015.

Organização: Givaldo Santos de Jesus, 2019.

Segundo Leite (2018), a análise da concentração fundiária a partir do cálculo do Índice de Gini, pode levar a alguns equívocos porque ele é um cálculo simples e unicamente numérico. Sendo interessante observar e cruzar os resultados do índice de Gini com outras bases de dados, como tipologia dos imóveis, as classes de áreas predominantes em cada município e as mudanças temporais. Mas o índice de Gini continua como unidade de medida importante no estudo da questão agrária, como uma ferramenta necessária para calcular os índices de concentração fundiária.

Para Lima (2004, p. 41) “os padrões de classificação das propriedades rurais, imóveis rurais e estabelecimentos agrícolas no Brasil diferem em nível de instituições como de pesquisadores”. As classificações das instituições oficiais foram regulamentadas a um bom tempo, sendo na atualidade, na maioria dos casos, ultrapassadas por não representar mais a realidade do espaço rural. Dessa forma, pelo conhecimento e vivência na região estudada e a partir dos depoimentos dos atores sociais e da observação das propriedades durante as entrevistas (2020) no sertão sergipano, definimos como medida metodológica de menos de 1 a menos de 50 ha para a pequena propriedade; de 50 ha a menos de 200 ha para a média propriedade; e acima de 200 ha para as grandes propriedades.

No município de Canindé do São Francisco (Tabela 3) que obteve a maior desconcentração de terras no sertão sergipano entre os anos de 1985 e 2006, e considerando a classificação do tamanho das propriedades adotada nesta pesquisa, as consideradas pequenas propriedades tiveram aumento considerável no número e na área, principalmente as propriedades de 2 a menos de 5 ha, e nas de 20 a menos de 50 ha. Já nas consideradas médias propriedades ocorreu uma pequena variação no número e na área das propriedades. Nas grandes propriedades ocorreu uma pequena variação no número, porém uma diminuição significativa na área dessas propriedades.

Tabela 3. Município de Canindé do São Francisco: Distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – 1985-1995/96-2006

Estratos de área (ha)	1985		1995/96		2006	
	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)
0 a menos de 1 ha	2	1	413	249	625	278
1 a menos de 2 ha	2	3	180	263	180	248
2 a menos de 5 ha	63	232	246	901	1064	4213
5 a menos de 10 ha	109	858	138	1058	742	4931
10 a menos de 20 ha	60	867	84	847	781	12409
20 a menos de 50 ha	109	3612	114	3711	1285	30801
50 a menos de 100 ha	76	5624	64	4740	80	4091
100 a menos de 200 ha	54	7736	37	5146	44	6328
200 a menos de 500 ha	32	10481	37	11293	38	9755
500 a menos de 1000 ha	17	12160	23	17197	13	5957
1000 e mais ha	18	39822	11	24668	13	11136
Total	542	81396	1347	70074	4865	90147

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE, 1985, 1995/96, 2006; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo (Org.). Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini do estado de Sergipe, 2015.

Organização: Givaldo Santos de Jesus, 2019.

Acreditamos que essas variações na diminuição da área das grandes propriedades e o aumento do número e da área das pequenas propriedades ocorreram devido a herança, pois as famílias nesse período estudado continuaram numerosas, dividindo a grande propriedade entre os herdeiros. A venda de partes da propriedade, tanto pelo proprietário para pagar algumas despesas/dívidas, como também, por parte de alguns herdeiros que preferem não continuar com a terra. E um outro fator foi a implantação dos assentamentos rurais.

4.3 – O domínio pecuarista no Sertão sergipano: a questão agrária como raiz dos principais problemas sociais

Em Sergipe o processo de colonização ocorreu em 1590 com a chamada “Guerra Justa” comandada por Cristóvão de Barros, contra os nativos que foram exterminados e expulsos da costa do rio São Francisco. Iniciaram o povoamento e a distribuição de sesmarias para aqueles que participaram da luta contra os indígenas com o objetivo de criar gado e produzir os cultivos de subsistência⁴³, formando os latifúndios em Sergipe.

Segundo Nunes (1989) a doação de sesmarias deu origem aos latifúndios no Brasil, e no caso, os sergipanos. O desenvolvimento da capitania de Sergipe del’ Rei, ocorreu por meio da política mercantilista, visando grandes rendimentos para a coroa portuguesa. Inicialmente, em Sergipe, a pecuária tornou-se a principal atividade econômica, devido às boas pastagens e água em abundância nos mais variados rios, com o objetivo de fornecer o gado para as capitanias da Bahia e Pernambuco, os dois maiores centros produtores de açúcar da colônia e do mundo. Por isso, Felisbelo Freire (1977, p. 176) afirmou que:

O gado de Sergipe, além do contingente econômico para formação da riqueza pública, servia também para abastecer a população da Bahia, e o exército que ainda lutava no norte. A criação de gado era a profissão dominante nesses tempos. Verifica-se aqui uma lei geral da marcha das civilizações. Antes do sergipano ser lavrador, foi pastor. [...]

Para Simonsen (1997), o desenvolvimento da atividade da pecuária está relacionado diretamente com a atividade monocultora do litoral (cana-de-açúcar), que para o crescimento de ambas necessitou do afastamento espacial. Pressionado pelos produtores de açúcar, o governo português a fim de resolver os conflitos decorrentes do avanço dos animais nas áreas de lavoura canavieira, determinou por meio da Carta Régia de 1701, a proibição da criação de gado a menos de dez léguas da costa. Então, por essa determinação o gado passou a ocupar os sertões no interior do Brasil.

No sertão sergipano, segue essa regra geral de ocupação, baseada na distribuição de sesmarias a fidalgos dando origem as grandes propriedades pecuaristas dessa região. Esta, que desde o período colonial foi enaltecida pelos viajantes em função da presença da boa quantidade de rios, como o rio São Francisco, que ficou conhecido na época como Rio dos Currais. E, por

⁴³ Cf. Freire (1977), Nunes (1989), Woortman (1995), Diniz (1996), entre outros.

outro lado, despreza a existência e a importância da pequena propriedade de base familiar, que tinha como objetivo produzir os produtos de subsistência. Para Silva (1981, p. 22):

Em verdade reconhecemos toda a importância da pecuária, apenas desconfiamos da extrema importância dada a criação e, paralelamente, o esforço em desprezar a agricultura, em particular a pequena produção. Vislumbramos aqui uma das pontas de um largo conflito entre plantadores e criadores, que parece perpassar toda a nossa duração. O período entre a ocupação desses sertões, no século XVIII, e a primeira metade do século XIX teria sido o momento em que a pequena produção é, paulatinamente, submetida aos interesses pecuaristas [...]

Dessa forma, o gado espalhou-se pelo sertão e as fazendas multiplicaram-se, absorvendo as terras e a mão-de-obra de índios, negros e de homens livres, que viviam em suas pequenas propriedades e passaram a trabalhar para os grandes proprietários⁴⁴, sendo que a maioria acabou expulsa dessas terras. E, como a atividade da pecuária exigia pouco capital e mão-de-obra para montar as fazendas, destaca-se a figura do vaqueiro⁴⁵, na sua maioria mestiços, que mantinha com o fazendeiro o sistema de partilha na criação de gado. Sua função era entrar na mata, juntar e cuidar do gado.

Para Prado Júnior (1997), a pecuária passou a ser praticada no sertão, a partir do desenvolvimento de extensas fazendas de gado, onde criavam o gado solto nas matas sem grandes cuidados, denominados de pé-duro⁴⁶, resistentes ao clima semiárido e a vegetação da caatinga. Então, a pecuária enraizou-se e desenvolveu-se como a primeira atividade econômica dessa região. Vale destacar a atuação da Casa da Torre, os Garcia d'Ávila, que estabeleceu seus domínios pecuaristas tanto no sertão baiano quanto no sergipano, a partir do domínio de extensas áreas de terras. Dessa forma:

[...] a doação de extensas sesmarias foi a fórmula encontrada para colonizar as terras sujeitas a longas estiagens, onde os rebanhos necessitavam deslocar-se para regiões de maior umidade durante as estiagens em busca de pastagens. A dispersão e a rarefação de habitantes constituíram traço marcante da ocupação

⁴⁴ Um dos primeiros núcleos de povoamento do sertão sergipano surgiu na Ilha do Ouro, localizado à margem direita do rio São Francisco. Terra dos índios xocós que foram invadidas por fazendeiros e meeiros que passaram a produzir o arroz de meia para os fazendeiros.

⁴⁵ Sobre a figura do vaqueiro e a efetiva ocupação dessa região, Diniz (1996) esclarece que, embora outras categorias tenham participado no povoamento do sertão, o vaqueiro foi essencial. Utilizando-se do sistema de quarteação, acabou por se transformar em criador, dando origem aos pequenos pecuaristas que persistem até os dias atuais.

⁴⁶ Esses animais eram denominados de pé-duro ou crioulos devido a sua rusticidade e ausência de raça específica.

das regiões semi-áridas, as quais, ainda hoje, o mapa demográfico de Sergipe apresenta como as de menor densidade populacional. (NUNES, 1989, p. 103)

Silva (1981) através do livro de Registro de Terras da freguesia de Porto da Folha (século XIX) produziu um “retrato” da estrutura fundiária da região, revelando uma forte concentração fundiária. Em Curral de Pedras (Gararu), esse autor revela grandes fazendas como Cachueira, Tanque, Melancia, Juazeiro, entre outras. Já no Buraco (Porto da Folha) chama a atenção para as fazendas Buraco e Barra da Onça. Em Itabi, apresenta as fazendas Travessia e Maiada Vermelha. A fazenda Santa Cruz, em Poço Redondo, e não foi encontrada nenhuma referente à Curituba (Canindé do São Francisco). Nesse período as fazendas concentraram-se ao norte da Serra Negra, junto as nascentes de riachos que desaguam no rio São Francisco⁴⁷. Dessa forma:

A maioria das posses estão concentradas junto a vila do Buraco, atual Porto da Folha (são 50 posses), Janipatuba, junto ao São Francisco (são 6) descrevendo um cinturão de terras apossadas entre Serra Negra e o São Francisco, bem junto a este e ao norte da maior parte das fazendas. [...] (SILVA, 1981, p. 40)

Ainda segundo este autor, a maioria dos proprietários dessas fazendas não residiam na região. Vinham da região canavieira de Capela e Itabaiana. No final do século XIX e na primeira metade do século XX, duas famílias se destacaram com um grande número de fazendas, a família dos Alves Feitosa e a família Britto⁴⁸, de Propriá, sendo João Fernandes de Britto, o seu patriarca. Segundo Santos (2005), no século XIX, quatro fazendas destacaram-se no sertão do

⁴⁷ Todas essas terras que compreendem hoje os municípios de Poço Redondo, Canindé do São Francisco e Porto da Folha, eram devolutas com uma área aproximada de 3.000 km², formando o Morgado de Porto da Folha, em que o seu primeiro dono foi Luís Tavares. Segundo Costa (2010) existe um processo de herança, há mais de 40 anos, que tem como réu o INCRA, movido por Adélia Ferreira Marinho e Luzia Ferreira Marinho, que alegam ter adquirido por herança todas as terras que envolve os municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, deixadas pelo seu pai Amâncio Ferreira da Silva, que as adquiriu de Francisco Correia de Britto no ano de 1947. É uma área de terra de aproximadamente 193.500 hectares, quase todo o Morgado de Porto da Folha. Esse processo foi julgado improcedente, dentre outros motivos pela imprecisão da área, pelo então juiz federal substituto Fernando Escrivani Stefaniu, na Comarca de Itabaiana-Se, em 27 de novembro de 2006. Todavia, esse processo mostra como as terras do Morgado de Porto da Folha foram ocupadas e sempre sendo alvo de disputas devido a imprecisão da documentação de posse.

⁴⁸ Segundo Silva (1981) em um Inquérito respondido por três “lavradores”, sendo dois da família Britto e um da Feitosa, revelaram as bases do poder econômico dos grandes proprietários de terras no sertão sergipano. João Fernando de Britto, declarou possuir apenas 2.200 tarefas, onde produzia arroz, algodão e mandioca. Mas a sua fonte de riqueza vinha das 3000 solas e 200.000 litros de cal retirado anualmente de suas terras que antes eram dos índios xocós. Já Francisco Porfírio de Britto e João Alves Feitosa, declararam respectivamente possuir 22 hectares e 10 tarefas. O primeiro declarou possuir uma fábrica de tratamento de couro (Curtume Sergipano) com motor a vapor, que produzia 18.000 meios de sola por ano. E, o segundo um descaroçador locomóvel de algodão, que produzia 40.000 kg anuais de algodão. Os Brittos ainda possuíam uma fábrica de tecidos em Propriá, que no ano de 1920, tinha 340 operários e 231 teares, produzindo 57.600 peças por ano.

São Francisco: Cuiabá, Brejo, Caiçara e Oroco. Essas fazendas formaram-se a partir da compra, herança, grilagem e invasão de terras, entrando em conflito com índios, negros e posseiros. Um exemplo dessa realidade foi a invasão de terras pela família Britto, que construíram fazendas espalhadas de Propriá a Canindé do São Francisco, como a Caiçara, Cuiabá, entre outras.

Segundo Dantas (1980), na região de Porto da Folha, a atuação dos padres capuchinhos retardou o avanço dos fazendeiros nas terras indígenas. Mas com a morte desses padres, as terras foram alienadas para os fazendeiros. Para Souza (2017), foi então que o coronel João Fernandes de Britto invadiu as terras dos índios xocós⁴⁹, de forma brutal, expulsando-os de suas terras com o auxílio de seus jagunços. Com o passar do tempo, os remanescentes dos índios xocós, retornaram a essas terras na condição de meeiros da família Britto. Passaram a trabalhar e entregar parte de sua produção a família invasora, vivendo numa situação de dominação e miséria. Dessa forma:

[...] Tudo o que era produzido pelos índios xocós em suas terras, embora na posse da família Britto, era dividido, obrigatoriamente, de acordo com o sistema de meia, mediante o qual os usurpadores da terra retinham, levando em consideração, também, a qualidade da produção, entre metade a dois terços da colheita de uma família. [...] (ZOUZA, 2013, p. 47)

Na primeira metade do século XX, o sertão do São Francisco está razoavelmente povoado e a pecuária extensiva apresenta-se como atividade predominante. Na região de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, entre as décadas de 1930 a 1960, destacaram-se enquanto grandes proprietários de terras o coronel João Maria de Carvalho e seu irmão Pedro Alexandre de Carvalho Filho (Piduca). Proprietários de muitas terras na Bahia, como também, no estado de Sergipe.

Segundo Costa (2019), em Poço Redondo e Canindé, o coronel João Maria, era proprietário das fazendas: São Clemente (Figura 3), Cacimba Dantas, Paraíso, Santo Antônio, Poço do Mulungu, Exu, Riacho Largo de Baixo e Recurso. Já o seu irmão Piduca era proprietário das fazendas: Queimada Grande, Lagoa da Onça, Bate Lata, Casa Nova,

⁴⁹ A presença dos índios xocós no Baixo São Francisco nos remete ao século XVII, período em que foi criada a “Missão de Porto da Folha”. Em 1859, quando D. Pedro II visitou a aldeia doou uma légua de terra firme denominada caiçara aos índios xocós, que viviam em disputa com os sesmeiros. Com o fim da missão da Ilha de São Pedro, a Câmara Municipal de Ilha do Ouro solicitou ao imperador para agregar ao seu patrimônio uma légua de terras pertencente ao aldeamento de São Pedro. E através dos aforamentos concedidos pela Câmara Municipal, João Fernandes de Britto, se apropriou gradativamente dessas terras como posseiro de cinco lotes dos oito que eram de propriedade dos índios. (SILVA, 1996)

Caibreiros, Chargo Grande, Barraca dos Negros, Baixa Verde, Jurema e Riacho Largo de Cima. Essas fazendas eram verdadeiros latifúndios e em cada fazenda⁵⁰ tinha um vaqueiro nativo da região que tomava conta da propriedade e do gado.

Figura 3: Antiga sede da fazenda São Clemente, hoje Quilombo Serra da Guia



Fonte: Rangel Alves da Costa, 2021.

Segundo o senhor João Alves dos Santos, em seu depoimento, o coronel João Maria tinha 24 fazendas de gado, sendo a maioria na Bahia. Ele tinha fazenda de cinco mil tarefas de terra, como a São Clemente, em Santa Rosa do Ermírio, município de Poço Redondo –Se. E a maior chegava a dezoito mil tarefas de terra localizada na Bahia. Para Costa (2014), o coronel João Maria era o senhor absoluto das terras da região da Serra Negra (Pedro Alexandre) na Bahia e de Poço Redondo no estado de Sergipe. Sua patente de coronel veio da grande quantidade de terras e da influência e poder político que exercia na região de Serra Negra e no sertão sergipano. Com sua prática coronelística ele “ajudava” a população a sobreviver na região através da oferta de trabalho, proteção política para fugir da polícia, de autoridades políticas⁵¹ e até mesmo de inimigos comuns. Em seu depoimento, o senhor João Alves dos Santos, afirma:

⁵⁰ Nesse período as fazendas não tinham cercas e a maioria das terras eram devolutas. Não temos a renda da terra. O lucro era obtido por meio da produção de algodão, milho, feijão, criação de gado e caprinos.

⁵¹ Em 1955, no município de Ribeirópolis, a família Ceará foi acusada de planejar e assassinar o prefeito eleito e recém-empossado Josué Modesto dos Passos, da União Democrática Nacional (UDN). O então governador da

[...] Naquele tempo você podia fazer qualquer coisa e se você chegasse numa fazenda dele polícia nenhuma entrava. Agora você nem roubasse, nem mexesse em família. Agora se você matasse como chegou gente aqui como a peste. Matou pra se defender. Nunca uma polícia entrou pra pegar um aqui na fazenda. Agora se você mexesse com a filha de uma pessoa! Hoje é diferente, ninguém liga. Mas naquela época se chegasse ao conhecimento dele você não ficava bem não. [...]⁵²

O coronelismo está diretamente ligado à questão agrária, manifestando-se através da relação de poder entre o coronel (fazendeiro) e as massas rurais dependentes (vaqueiros, camponeses, entre outros). Segundo Leal (1997), a ascendência e o prestígio do coronel é fruto da sua condição de proprietário rural, onde a massa rural que tira a subsistência de suas terras vive na pobreza, ignorância e abandono. O coronelismo resulta numa troca de proveitos entre o poder político e os chefes locais (proprietários de terras) que controlam de forma política e econômica as massas rurais.

Para compreender melhor a influência dos fazendeiros como liderança política local, devemos observar a distribuição da propriedade e a composição das classes sociais no meio rural brasileiro, onde os grandes proprietários acumularam terra e poder. E os pequenos proprietários, sobrevivendo a partir das relações não capitalistas de produção como o trabalho familiar, sempre existiram para dar suporte a grande propriedade. Desprovidos de capital e de poder político, os pequenos proprietários acabaram vivendo sob o domínio dos coronéis. Dessa forma:

Nasci aí o coronel, como proprietário rural que exerce sobre os trabalhadores um tipo de dominação sob a forma de dependência pessoal. Não obstante as relações assimétricas que se desenvolvem entre o senhor e os trabalhadores, estabelecendo papéis diferenciados e reconhecidas, a forma de dominação pessoal, própria das relações de produção não capitalistas, serve para camuflar desigualdades e práticas de exploração. [...] (DANTAS, 1987, p. 15)

Segundo Costa (2014), o coronel João Maria estendeu seus domínios econômicos, políticos e sociais para além da Serra Negra. Em Alagoas, mantinha amizade política com o também coronel Elísio Maia. Contudo, foi no Sertão sergipano que manteve maior firmeza na vida política e social, principalmente em Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Nossa

época Leandro Maciel, aliado da família Passos, enviou reforço policial para prender toda a família Ceará. A cidade transformou-se em um caos e a família Ceará foi perseguida pela polícia e aliados políticos dos Passos, tendo que pedir abrigo para o coronel João Maria, na Serra Negra. Pois, este coronel além do seu poder político era casado com Flora Santos, pertencente à família Ceará. (SANTOS, 1987).

⁵² Entrevista concedida ao autor. Assentamento Fortaleza – Nossa Senhora da Glória-Se, 08/03/2020.

Senhora da Glória e Ribeirópolis. Na cidade de Pedro Alexandre, na Bahia, a família do coronel João Maria governou o município por quase meio século. Para Leal (1997) os melhoramentos de um município ocorriam em função do interesse e insistência do chefe político local. O coronel quando não era o administrador local, apoiava e cobrava dos políticos tais melhoramentos, construindo e conservando a sua posição de liderança política na região. Dessa forma:

[...] aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças. (LEAL, 1997, p. 63/64)

Por outro lado, a vida do homem comum (camponês, agricultor, pescador, vaqueiro) não era fácil. O que o vaqueiro ganhava na fazenda através da partilha de bezerros não era suficiente para garantir o sustento da família, que naquela época era sempre numerosa. Todavia, a caça, a pesca e a plantação de algumas tarefas de mandioca, milho e feijão, acabavam garantindo a alimentação familiar. Essa realidade foi evidenciada no depoimento do senhor João Alves dos Santos, que nasceu e trabalhou na fazenda Fortaleza⁵³, de propriedade do coronel João Maria, em Nossa Senhora da Glória:

[...] Rapaz a pobreza desse mundo todo trabalhava pra ele. O papai de papai era quem tomava conta dessa fazenda e o coronel João Maria era meu padrinho. Papai veio parar aqui em 1932. Eu já nasci aqui. Papai tinha uma propriedadezinha, mas quando queria sair daqui o coronel dizia, rapaz fique aqui, a gente só se aparta por morte. E foi mesmo. E foi mesmo. O coronel morreu e oito meses depois meu pai morreu. O coronel morreu em 1963 e meu pai em 1964. [...]

O coronelismo pressupõe a decadência da nossa estrutura agrária. Contudo, o avanço do capitalismo no campo, o crescimento das cidades, a mobilidade do trabalho, as garantias dos direitos trabalhistas, entre outros fatores, acabaram desagregando a nossa estrutura agrária e ocasionando a crise do coronelismo a partir da década de 1930. Todavia, segundo Dantas (1987), em Sergipe o fenômeno do coronelismo foi reduzindo-se e passando por um processo de mutação que se estendeu até a década de 1960, fundamentado na estrutura de dominação.

⁵³ Essa fazenda no final da década de 1960 foi vendida para Menezinho Barbosa, ficando conhecida na região como Barbosão.

Em 1964, o golpe militar contribuiu para recuperar um pouco da influência política dos coronéis, que passava por desgastes, mas com o avanço da modernização conservadora e o consequente crescimento do capitalismo, os núcleos remanescentes do coronelismo entram em total desaparecimento. Contudo, abre espaço para novas formas de clientelismo, garantindo a manipulação dos trabalhadores rurais e continuidade do poder político dos grandes proprietários de terras sobre o Estado. Dessa forma:

[...] Apesar do alento, a centralização do regime autoritário, via modernização conservadora, acelera a expansão do capitalismo no campo e fustiga os núcleos remanescentes do coronelismo de forma irreversível. Em seu lugar vão-se impondo outras formas de clientelismo e máquinas políticas utilizando novas técnicas de manipulação de massa na tentativa de dar continuidade a influência do patronato rural sobre o Estado. (DANTAS, 1987, p. 38)

Segundo Oliveira (2001), no Brasil a questão agrária tem duas faces: a expropriação e a exploração. O camponês vive a constante ameaça de perder definitivamente as suas terras quanto uma expropriação paulatina pelo fato de sua produção não conseguir competir no mercado e atender as necessidades da família. Tendo que vender alguns dias de serviço e/ou com o tempo a propriedade para os médios ou grandes proprietários. Para Martins (2017) no Brasil a propriedade da terra foi institucionalizada como propriedade territorial capitalista, gerindo a instauração e consolidação do capitalismo, ao mesmo tempo que une terra e capital.

Na década de 1960, a maioria das propriedades citadas anteriormente no sertão sergipano já tinham mudado de proprietário como podemos observar no Quadro 1, logo abaixo. Muitos proprietários faleceram, como o coronel João Maria, e a família não tendo interesse em continuar com todas as terras acabou vendendo-as. Nesse período vale destacar no sertão sergipano, as propriedades e atuação de Antônio Leite, que possuía 10 propriedades em um total de mais de 40.000 tarefas de terra, equivalente a 12.121 ha. Sendo que a menor era a fazenda Batinga, no município de Ribeirópolis, com menos de 2.000 tarefas; a fazenda Baixão entre Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo com cerca de 2.000 tarefas, e a maior a Barra da Onça, em Poço Redondo, com 26.000 tarefas de terra. O restante de suas propriedades, encontravam-se localizadas no município de Monte Alegre de Sergipe, divisa com a Bahia, e juntas tinham mais de 11.000 tarefas de terra.

Quadro 1. Grandes propriedades no Sertão Sergipano em tempos pretéritos – 1960-2000

Proprietários	Propriedades (Fazendas) hectares	Utilização das terras	Localização/municípios
Antônio Leite	Batinga, Baixão, Lagos das Areias, Barra da Onça, Arapuá, Cauã de Cima, Cauã de Baixo, Caverna, Chalé, Monte Santo.	Criação de gado, plantação de algodão, palma e capim.	Ribeirópolis, Nossa Senhora Aparecida/São Miguel do Aleixo, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo.
Djenal Tavares de Queiroz	Varginha	Criação de gado	Ribeirópolis
José Ferreira Neto	Queimada Grande	Criação de gado	Poço Redondo
João Maria de Carvalho	São Clemente	Criação de gado	Poço Redondo
Manezinho Barbosa	Fortaleza (Barbozão)	Criação de gado	Nossa Senhora da Glória.
José dos Santos (Zeca Capitinga)	Hoje é o assentamento Nossa Senhora de Lourdes	Criação de gado	Nossa Senhora da Glória
João Gonçalo	Pedra Grande, Gata Nova		Nossa Senhora da Glória
Miguel de Ernesto	Santa Maria	Criação de gado	Canindé do São Francisco
Carlos Mendonça	Altos Bonitos	Criação de gado	Canindé do São Francisco
Antônio de Messias	Alto Bonito Formoso	Criação de gado	Canindé do São Francisco
José Augusto	Quatro casas	Criação de gado	Canindé do São Francisco
Tonho de Lorinho	-	Criação de gado	Monte Alegre de Sergipe
Família Venceslau	-	Criação de gado	Monte Alegre de Sergipe
Gentil Tavares Barbosa	Gbarbosa	Criação de gado	Canindé do São Francisco
Ervál Britto	Cuiabá	Criação de gado	Canindé do São Francisco

Fonte: Entrevistas, 2019/2020.

Organização: Givaldo Santos de Jesus, 2020.

Segundo o senhor Raimundo Eliete Cavalcante, conhecido como Frei Raimundo, em seu depoimento⁵⁴, na escritura da Barra da Onça no momento da ocupação organizada pela igreja católica foi observado que o proprietário Antônio Leite, no cartório de Poço Redondo,

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor. Poço Redondo-Se, 05/12/2020.

tinha declarado na sua escritura apenas 500 tarefas. Naquela época era comum a prática da grilagem de terras, a ocupação indevida, ilegal e com o passar do tempo forjava-se a documentação. Mudavam a propriedade até de nome para um familiar com o objetivo de legalizar a posse da terra. Nesse período muitas terras eram devolutas e não existiam cercas delimitando as fazendas. O gado e os caprinos eram criados soltos na caatinga. Para Menezes (2009), nesse período as fazendas eram demarcadas a partir dos recursos naturais como rios, lagos e a própria vegetação. Segundo o senhor José Barbosa Santos, em seu depoimento:

Eu conheci Antônio Leite. Ainda trabalhei pra ele. Era um homem alto, alvo, magro e que vivia vestido num palitô de linho caqui, meio amarelado, não era casado. Ele tinha um descaroador de algodão onde é hoje a academia da filha de Zé de Benício, aqui em Ribeirópolis. Tinha muita terra. Agora a maioria era em Monte Alegre e Poço Redondo. Nas fazendas ele tinha roça de algodão, plantava palma, capim sempre verde e criava gado. O gado era solto na caatinga. Tinha tempo que ele trazia alguns bois pra engordar na Fazenda Batinga. Depois ele matava e fazia jabá pra vender. Ele tinha um jipe e andava com um motorista pra todo canto. Agora o algodão trazia de carro de boi. Ele era muito seguro, mão fechada. Ficava o tempo todo no pé dos trabalhador. Se tivesse consertando uma cerca e um grampo voasse, todo mundo tinha que procurar o grampo até achar. Ele não podia perder nem um grampo de tão seguro que ele era. [...] ⁵⁵

No quadro acima, consta também outros proprietários que possuíam grandes propriedades no sertão sergipano em tempos pretéritos. Vale destacar, também, Gentil Tavares Barbosa, proprietário dos supermercados Gbarbosa, possuía uma grande propriedade e chegou a montar um laticínio em Capim Grosso, no município de Canindé do São Francisco, passando a comprar todo o leite da região para produzir os produtos derivados do leite e abastecer os seus supermercados. A fazenda Fortaleza que foi comprada de João Maria por Manezinho Barbosa, tinha 4.800 tarefas. Entre outros, que usavam suas terras para criar gado. Contudo, Antônio Leite, nesse período foi o que concentrou a maior quantidade de terras no sertão sergipano.

No jornal “a Defesa”, edição de julho de 1987, em um pequeno artigo destaca que a maioria dos trabalhadores rurais de Poço Redondo não tinham terra para plantar e trabalhar porque o município era marcado pelos latifúndios. E cita como maiores proprietários de terras: Paes Andrade, Murilo Dantas, Djenal Queiroz, Manuel Messias, Martinho Bravo, Dr. Nilson, Dr. Luís (diretor do hospital de Paulo Afonso-Ba), José Pereira, Alcino Costa e Durval

⁵⁵ Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis-Se, 03/04/2020.

Rodrigues. Parte destes latifundiários faziam parte da política de Poço Redondo e de outras regiões do estado de Sergipe.

Portanto, a propriedade da terra tem um significado para esses homens que concentravam terras em grande quantidade no sertão sergipano. Além do lado financeiro, acúmulo de capitais, a propriedade fundiária gerava poder político e dominação na região em que esses proprietários possuíam suas terras. Já para os pequenos proprietários o acesso a terra gera liberdade, segurança e condição de viver e reproduzir a sua família, como veremos logo abaixo.

4.4 – O significado e o acesso a terra: compra, herança e luta pela terra

Na literatura brasileira e sergipana em relação à questão Agrária encontramos diversos trabalhos que analisam a subordinação dos camponeses aos senhores da terra e do poder, tornando-se evidente o movimento dialético entre a pequena e a grande propriedade rural no tempo e no espaço. A pequena propriedade se formou às margens dos latifúndios, ocupando as terras menos férteis e produzindo os produtos de subsistência através do trabalho familiar com o objetivo de atender ao mercado interno.

Em Sergipe essas propriedades foram formadas por posseiros que depois se defrontaram com a expansão das grandes fazendas de gado, revelando a histórica concentração fundiária. A pequena propriedade no modo de produção capitalista sempre vai existir subordinada ao capital porque ela é necessária à sua expansão a partir das relações não capitalistas de produção. Por outro lado, os pequenos proprietários lutam para viver no campo, onde a propriedade da terra passa a ser a garantia de sobrevivência e permanência no campo, existindo um apego a terra como meio de liberdade, autonomia e reprodução da família. Já para o grande, o apego a terra é reforçado pelo interesse em ampliar cada vez mais o número e a área de suas propriedades com o objetivo de acumular capital. Então, para o pequeno proprietário:

O amor a terra significa a “sede de terra”, pois a propriedade da terra era o meio e o signo da independência e da liberdade, não era necessário se submeter à autoridade de um proprietário, e nem dever obediência e respeito. A liberdade e a autonomia que estes camponeses têm para lidarem com o seu tempo, com o seu espaço e com seu ritmo de trabalho. [...] (KOLMING; CONCEIÇÃO, 2012, p.76).

Na verdade, entre os proprietários de terras existem laços de afetividade e identidade com o lugar onde vivem, os filhos nascem, crescem, trabalham, produzem e reproduzem o seu modo de vida. A importância da terra e o seu afeto é evidente na narrativa do senhor Carlos Soares de Menezes, pois, ao perguntarmos qual o significado da terra para ele e para a sua família, respondeu-nos que a terra é tudo na vida. A terra é uma grande mãe, como consta no depoimento abaixo:

Deixe eu dizer ao senhor. Não importa religião, não vamos falar em religião. Vamos falar no popular. Nós tem três mães. Nós tem uma mãe que cuida de todas as mães. Nós temos a mãe que pariu nós, que é uma mãe que merece todo respeito. Mas nós tem a outra mãe que cuida de nós tudo que é a terra. Sem a terra quem é que vive. A terra é tudo na vida. Se eu não tivesse essa terra aqui eu tava era morto com uma reca de filho que quando vim pra aqui era tudo pequeno. E aqui eu criei todos, e continuo aqui. Tem uma filha que mora ali na frente, outros mais lá adiante e assim vai se vivendo⁵⁶.

A posse da terra e seu apego se dá pela garantia de sobrevivência, permanência e reprodução da família na terra. É comum entre os pequenos proprietários o desejo de aumentar o tamanho da propriedade com o objetivo de ampliar a produção e até mesmo transformar uma parte em pasto para criar algumas cabeças de gado e melhorar a situação econômica da família. Ao questionar a senhora Terezinha da Conceição Matos, sobre o significado da terra para ela, afirmou:

A terra é tudo. A terra é onde você produz, onde gera o pão de cada dia, gera tudo que você precisa na vida. Agora tem que ter amor, gostar de trabalhar e gostar do lugar. É amor que você tem pra produzir e viver naquele lugar. Mas, se a terra não der pra produzir o suficiente para alimentar a família pra criar umas vaquinhas e tirar leite e amenizar a situação fica ruim. Você tem que ter amor a terra e gostar de trabalhar nela. Se tiver amor e não gostar de trabalhar não adianta porque só de amor não se vive. A terra tem que dar pra trabalhar e sustentar a família⁵⁷.

O apego a terra é percebido principalmente entre os mais velhos e os jovens que desejam permanecer na terra. Entre as famílias de agricultores, o desejo de adquirir e continuar trabalhando na terra é evidente também entre os aposentados, pois já se acostumaram com o ofício de trabalhar com a terra e só param de trabalhar quando não tem mais condições físicas. O contato direto com a terra é a alegria de viver e de prosperar do agricultor. E essa alegria não

⁵⁶ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

⁵⁷ Entrevista concedida ao autor. Povoado Monte Santo - Monte Alegre de Sergipe, 14/11/2020.

tem idade, tem identidade com a terra que está sempre apta a produzir e garantir a sua sobrevivência, reprodução e permanência no campo. Nesse sentido:

Há um prazer fecundante que torna parceiros de uma relação amorosa o lavrador e a terra. Eu reconheço que neste enlace de afeto está o desejo de tornar “culturalmente” culto o inculto, civilizado o selvagem, socializado e útil aquilo que, dado pela natureza ao homem, somente parece completar o ciclo de seu valor quando transformado de floresta em campo, de campo em terra de lavoura, de terra de lavoura em lavoura plantada e colhida (BRANDÃO, 1999, p.64).

Quanto à questão jurídica e legal da propriedade da terra, segundo Diniz (1996), existem seis formas básicas em Sergipe, sendo a propriedade a mais comum entre elas. No sertão sergipano a propriedade é a forma mais comum, predominando a propriedade individual da terra. Existem também os ocupantes, meeiros e arrendatários. Na atualidade, o arrendamento de terras, inclusive em assentamentos rurais, está aumentando em função do avanço do agronegócio do milho.

Esses arrendatários são proprietários de terras que acabam arrendando outras terras para aumentar a sua área plantada. O arrendamento é pago tanto com uma quantidade de milho colhido, como um valor em moeda por cada tarefa de terra arrendada. Então, o arrendamento acaba favorecendo o aumento da área plantada do arrendatário e por outro lado, o proprietário não vende a sua terra. Tem um menor lucro, mas permanece com a terra, como afirma o senhor João Alves dos Santos em seu depoimento, abaixo:

Rapaz a terra é uma coisa boa porque é bem que você tem que valoriza. Se você puder trabalhar. Se não você arrenda, você aluga pra botar um bicho, você vive daquela terra. E é uma coisa, um bem que não se acaba. Tá ruim deixa aí, vá para outro canto. Amanhã você volta. A terra é tudo em nossa vida. Vendeu, morreu. [...]⁵⁸

As formas de aquisição das terras no sertão sergipano destacam-se a compra e venda, herança, ocupações (assentamentos rurais) e por meio do crédito fundiário. Mesmo com a inserção da forma-mercadoria, a herança continua sendo ainda uma forma muito forte de aquisição da terra por uma parte considerável de agricultores e fazendeiros pelo fato do apego e afeto a terra que nasceu e viveu, da qual resiste em vendê-la devido ao interesse de passar a

⁵⁸ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Fortaleza – Nossa Senhora da Glória-Se, 08/03/2020.

posse da terra para a geração posterior como forma de continuidade da família naquela propriedade.

Na verdade, esses mecanismos acabam reforçando de forma contraditória o movimento da concentração/desconcentração fundiária. Na maioria das famílias proprietárias de terra, o momento do inventário (divisão de herança) é muito doloroso em função dos interesses individuais dos herdeiros. Aqueles que possuem mais capital e interesse pela terra acabam comprando toda a propriedade ou partes, e/ou até mesmo vendem toda a propriedade para outros proprietários, contribuindo para a concentração de terras. E os que ficam com suas partes que não tinham terras acabam favorecendo a desconcentração, porém em uma proporção menor que a concentração. Então, é um movimento dialético e contraditório que em alguns casos favorece a concentração e em outros a desconcentração fundiária, revelando o movimento da história e as transformações recentes do mundo rural. O senhor Antônio Erivaldo de Oliveira, em seu depoimento, nos revelou essa questão:

Meu pai era um dos maiores fazendeiros aqui da região. Tinha quase duas mil tarefas de terra. Quando meus pais morreram teve que fazer o inventário pra dividir a herança. Um terreno grande foi vendido ao dono da Natville. Não fica terra por essa redondeza de Glória que ele não compre. Tivemos que vender para acertar dívidas no banco. Financiamentos de roça que não deu certo. E se não pagasse o banco a terra ia pra leilão. Outro terreno que esse daqui a gente dividiu entre os herdeiros. Na família são oito mulheres e oito homens. Dezesesseis herdeiros. Um irmão já comprou quatro partes de outros irmãos. Duas irmãs venderam suas partes a um sobrinho que mora aqui no povoado. E outro sobrinho comprou três partes. E duas partes foram vendidas a umas pessoas de fora da família. Só resta quatro herdeiros ainda com suas partes. Agente tem outro terreno no Jenipapo que ainda tá em questão. Tem mais de 20 anos que rola o inventário. Como não tem acordo entre os irmãos, muita briga, desunião, ainda não foi resolvido. Tá na justiça pra resolver⁵⁹.

Em relação à aquisição de terras via luta pela terra, a estrutura agrária brasileira tem se caracterizado ao longo do tempo por um elevado grau de concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos proprietários, havendo uma persistência dessa concentração no tempo e no espaço. Por outro lado, surge a necessidade da luta dos trabalhadores rurais, entidades e movimentos sociais no combate à concentração, expropriação e exploração dos trabalhadores no campo.

⁵⁹ Entrevista concedida ao autor. Nossa Senhora Aparecida-Se, 28/10/2020.

Segundo Lopes (2013), em Sergipe algumas iniciativas de minimizar a concentração fundiária ocorreram na segunda metade dos anos 40, tendo uma certa importância a partir de 1970, quando diversas propriedades rurais foram adquiridas pela igreja católica, cooperativas agrícolas de pequenos agricultores, governo do Estado e pelo INCRA com o objetivo de assentar trabalhadores rurais sem terra. Ainda para esse autor, a implantação desses assentamentos obedeceu três fases distintas: a primeira vai de 1945 a 1960, quando as reivindicações dos trabalhadores rurais foram parcialmente atendidas, e o acesso a terra ocorre via empréstimos tomados junto ao Banco do Brasil.

Nesse período, a igreja⁶⁰ passou a se envolver com os assentamentos, implantando fazendas comunitárias e colônias agrícolas⁶¹ através de cooperativas e a entidade filantrópica “Promoção do Homem do Campo de Sergipe” (PRHOCASE). O sertão foi a região que teve a menor implantação dessas colônias, fazendas e assentamentos irrigados, e só foram se efetivar nas décadas de 1980 e 90, com um total de seis, como mostra a Tabela 4, abaixo:

⁶⁰ Essas iniciativas foram coordenadas pela Diocese de Aracaju, cujo arcebispo era Dom Luciano Cabral Duarte, como forma de diminuir os conflitos sociais no campo devido a atuação das Ligas camponesas, e consequentemente barrar a reforma agrária em Sergipe.

⁶¹ Segundo Lopes (2013) entre os anos de 1963 e 1983 foram implantadas no estado de Sergipe 12 colônias agrícolas por cooperativas, ocupando uma área total de 55.577 hectares e beneficiando 1.373 famílias. As fazendas comunitárias e colônias agrícolas implantadas pela igreja católica no período de 1968 a 1985 chegaram a um total de 9, ocupando uma área de 4.517 hectares, distribuídos para 4.466 famílias. A CODEVASF entre 1976 e 1986 implantou 3 assentamentos rurais com irrigação, ocupando uma área de 11.946 hectares, atendendo 1.405 famílias. Já as colônias agrícolas implantadas pelo governo de Sergipe entre os anos de 1980 e 1993 somaram um total de 48 espalhadas pelo estado, ocupando uma área de 20.529 hectares e beneficiando 2.217 famílias.

Tabela 4. Colônias agrícolas, fazendas comunitárias e assentamentos com irrigação implantados no sertão sergipano (1983-1992)

Denominação/nome	Município	Área (ha)	Nº de famílias	Ano de criação	Instituição de Implantação
Colônia agrícola/Campos Novos/Santa Helena	N.S. da Glória	5.534	21	1983	Cooperativas
Fazenda/Morro do Pato	N.S. da Glória	553	88	1985	Igreja católica
Colônia agrícola/Juazeiro	Monte Alegre	118	09	1989	Governo de Sergipe
Colônia agrícola/Lagoa Grande	Carira	167	15	1992	Governo de Sergipe
Colônia agrícola/Santa Rita	Canindé do São Francisco	33.980	298	1986	Governo de Sergipe
Assentamento rural com irrigação/Califórnia	Canindé do São Francisco	33.980	298	1986	COHIDRO
Total	04	40.936	476	-	04

Fonte: INCRA/SE (1989), COHIDRO (1995), SEMARH (2000), LOPES (2013).

Organização: Givaldo Santos de Jesus

Esse acesso em todo o estado de Sergipe ocorreu por meio de financiamentos bancários. E para conseguir os empréstimos para a implantação dessas fazendas, colônias e assentamentos, tivemos a participação de políticos que passaram a intermediar os créditos junto aos bancos com o objetivo de angariar votos. Todavia, essas iniciativas não deram os resultados econômicos e sociais esperados devido à falta de créditos para os assentados, assistência técnica, entre outros. Hoje a maioria dos lotes encontra-se nas mãos dos médios e grandes proprietários.

A segunda fase ocorre do final da década de 1960 até 1985, marcada no contexto nacional pela forte violência contra os movimentos sociais do campo e das cidades e pelo processo de colonização de novas áreas na Amazônia, no Centro-oeste e de alguns estados do Nordeste, como forma de não fazer a reforma agrária. Nesse período o Brasil vivia a Ditadura Militar implantada em 1964. Contudo, em 1978 os movimentos sociais retomaram a luta pela terra em função do aumento da concentração fundiária devido à implantação da modernização conservadora promovida pelos governos militares.

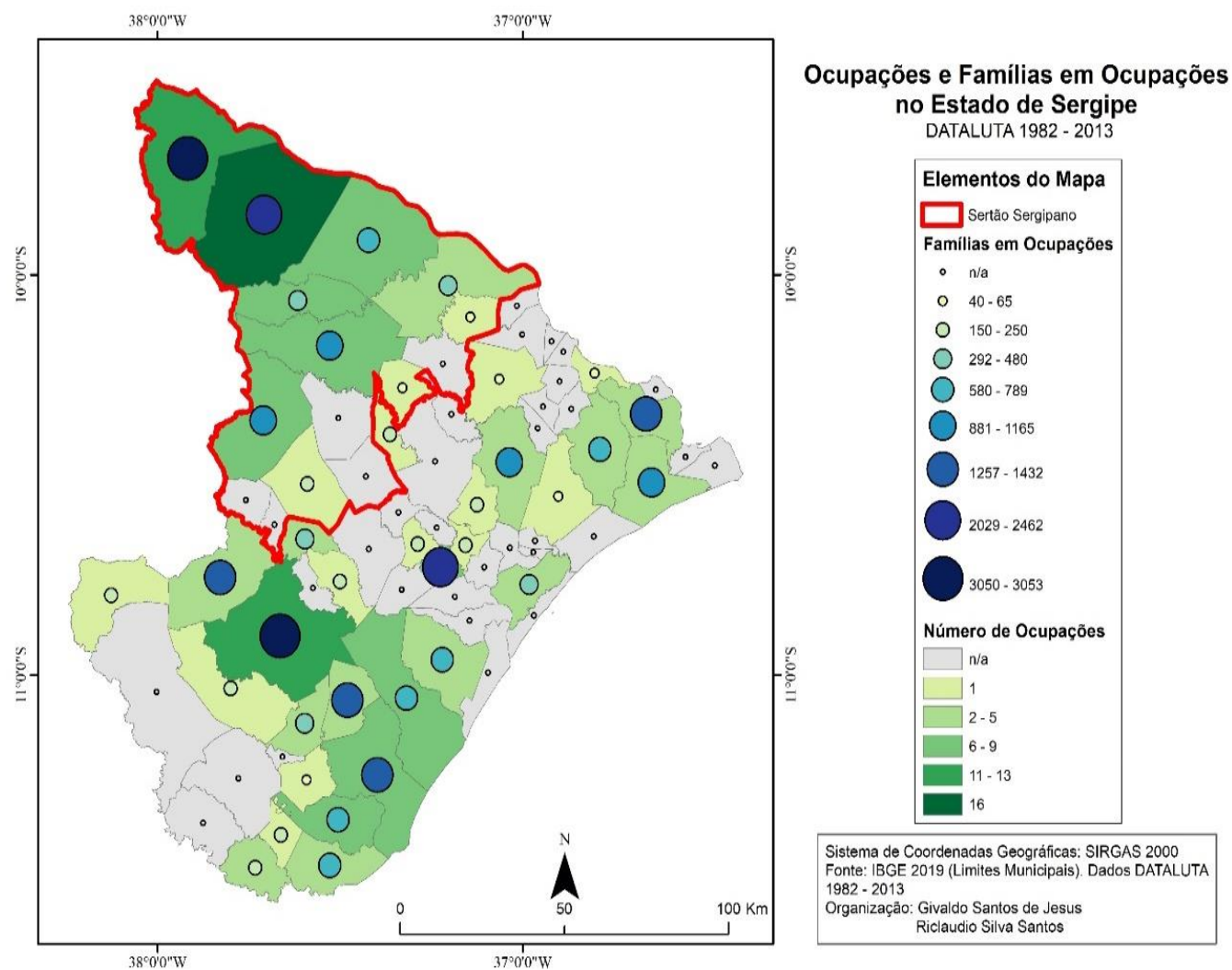
A terceira fase ocorre na segunda metade dos anos 80, tendo como marca a volta do regime democrático no Brasil e o ressurgimento dos movimentos sociais que passam a fazer pressão junto ao governo federal para fazer a reforma agrária sair do papel. Segundo Silva e Lopes (1996), Sergipe tem um território com uma alta densidade de latifúndios improdutivos. Essa realidade começou a mudar a partir da década de 1980, quando se intensifica a mobilização dos trabalhadores rurais e de importantes setores da sociedade em torno da discussão urgente de fazer a reforma agrária em Sergipe.

As primeiras ocupações de terra em Sergipe tiveram como principal mediadora entre os trabalhadores e o governo, a Diocese de Propriá. Esta passou a mobilizar e organizar os agricultores por meio da Pastoral da Terra, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e de parte dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região do Baixo São Francisco. E a partir de 1987, o Movimento dos trabalhadores sem terra (MST) passou a conduzir a luta dos trabalhadores rurais em Sergipe. Segundo Santos (1999, p. 98):

Em Sergipe, a participação de integrantes do MST nas lutas pela terra se dá a partir de 1987, somando-se ao trabalho da Diocese e de alguns sindicatos rurais. Em 1987 promoveram o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem-terra de Sergipe, realizado no salão da paróquia de Itabi, do qual participaram 92 trabalhadores.

Foram muitos anos de organização e de luta com o objetivo de desapropriar os latifúndios improdutivos e fazer a reforma agrária em Sergipe. Na década de 1980, as tensões sociais aumentaram e nos municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, concentraram-se os maiores números de ocupações e famílias acampadas (Mapa 3) como na fazenda Barra da Onça, Campo Grande, Cuiabá, entre outras, pelos trabalhadores sem terra, colocando-se numa posição de confronto com os proprietários de terras que utilizaram o poder judiciário e a polícia para reprimir, prender e expulsar os trabalhadores rurais. Segundo o DATALUTA Sergipe (2013) entre os anos de 1988 e 2013, em Sergipe o número maior de ocupações ocorreu em 1998 com 22 ocupações e 2004 com 29.

Mapa 3 – Ocupações e famílias em ocupações no estado de Sergipe



Segundo Cintra (1998), na fazenda Barra da Onça, primeira ocupação conduzida pela igreja católica no sertão, ocorreram dois despejos violentos com agressões, perseguições e prisões de líderes dos trabalhadores sem terra e de agentes vinculados à Diocese de Propriá. Todavia, os trabalhadores sem terra fizeram vários atos públicos contra a violência aplicada pela polícia militar nos acampamentos, como também, ocuparam várias repartições públicas, a exemplo do INCRA, em Aracaju com o objetivo de pressionar o governo no sentido de “agilizar” a desapropriação das terras improdutivas em Sergipe, principalmente a fazenda Barra da Onça, que no dia 24 de junho de 1986, o então presidente da República José Sarney, assinou o decreto de desapropriação da referida fazenda, como consta no Jornal Gazeta de Sergipe, Edição de 25 de junho de 1986:

O Presidente José Sarney assinou ontem, em Brasília, decreto desapropriando a Fazenda Barra do Onça, localizada no município de Poço Redondo (SE). A informação foi dada pelo chefe do Escritório Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA -, Manuel Hora, que disse esperar que daqui por diante não aconteçam mais problemas na área. Segundo Manoel Hora, o INCRA/SE está aguardando tão somente o telex que deverá ser enviado pela direção nacional do órgão para que todo o processo se realize o mais rápido possível. “Nós queremos que o conflito se encerre na Barra da Onça e, por isso, vamos comunicar a decisão presidencial aos interessados diretamente o mais rápido possível”.

Em Canindé do São Francisco, o movimento de ocupação começou na madrugada de 13 de março de 1996. Os trabalhadores rurais ocuparam primeiro o alojamento da Usina Hidrelétrica de Xingó⁶² como forma de protesto ao programa excludente do governo federal na região (construção da Usina Hidrelétrica de Xingó e do projeto agrícola Califórnia) e depois foram para a fazenda Cuiabá. Dessa forma, a luta pela terra avançou em Sergipe, e de acordo com o relatório DATALUTA Sergipe (2013) entre os anos de 1982 e 2013, os anos que foram implantados o maior número de assentamentos foram em 1997, 1998, 1999, 2002, 2004, 2005, 2008 e 2009. Lembrando que o primeiro foi o da Barra da Onça em 1986 (Figura 4).

⁶² Segundo Santos (2005), a decisão de iniciar a luta em Canindé ocupando a CHESF foi política. Em novembro do mesmo ano o movimento ocupou o INCRA com quase 2000 trabalhadores. O objetivo era denunciar a situação do sertão, de fome, de miséria, falta de terra para trabalhar e forçar uma audiência com os governos federal e estadual, que se negavam negociar.

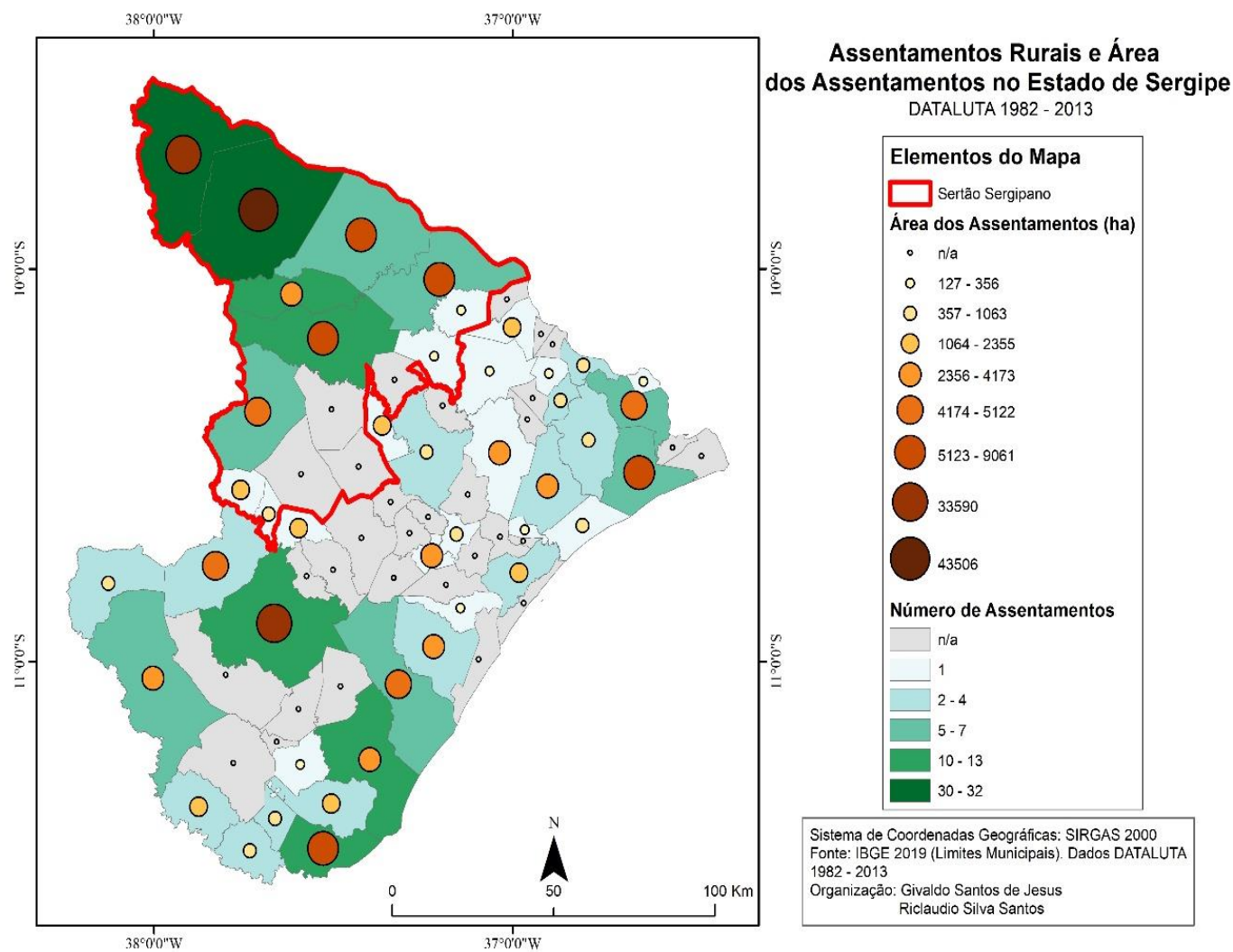
Figura 4: Trabalhadores rurais e suas famílias na inauguração da sede do assentamento Barra da Onça, no dia 1º de maio de 1987.



Fonte: Eliano Sérgio Azevedo Lopes, 1987.

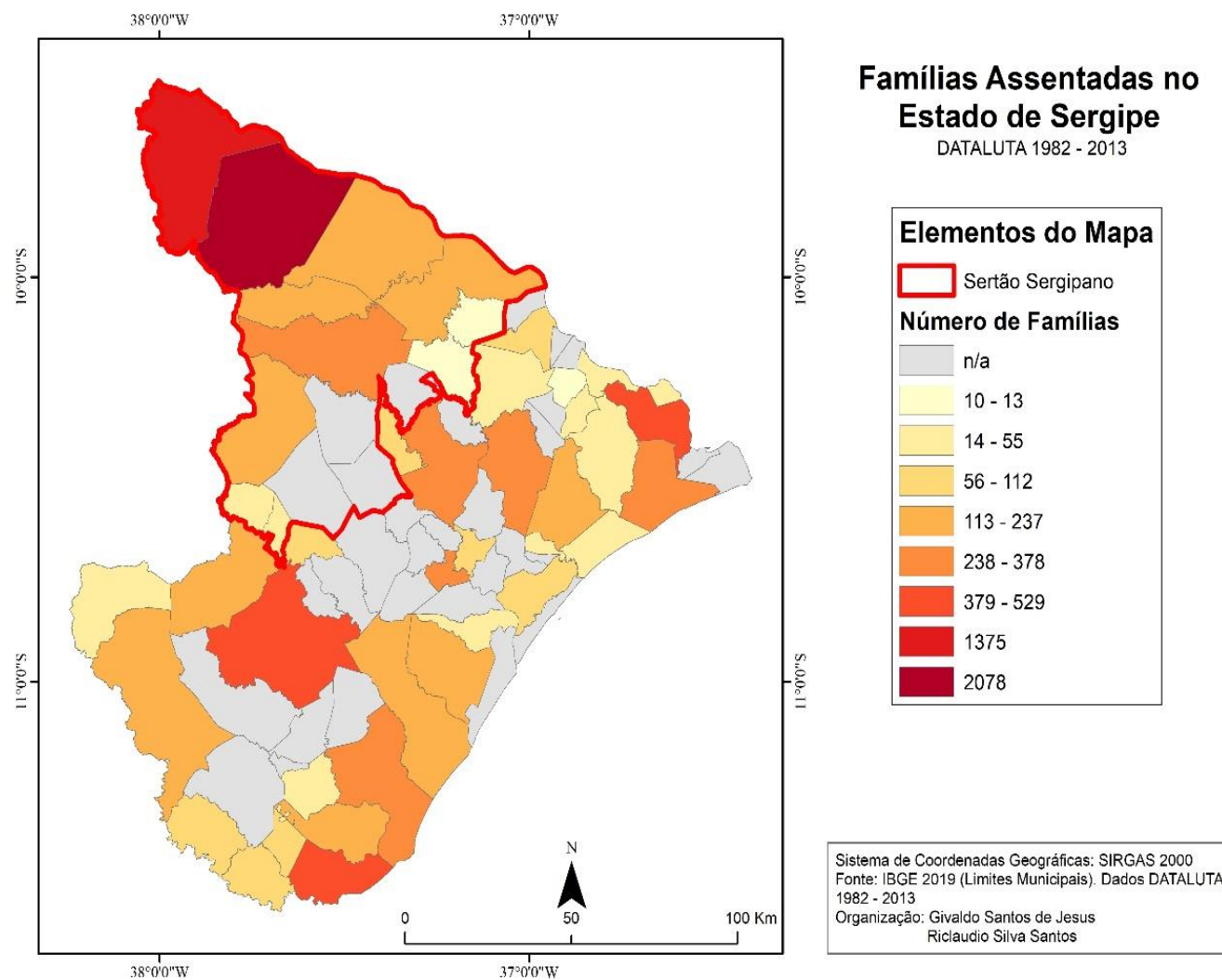
Ainda de acordo com esse relatório, entre os anos de 1982 e 2013, foram implantados 215 assentamentos rurais em Sergipe, ocupando uma área total de 181.926 hectares. Vale destacar que o maior número de assentamentos e área total ocorreu no sertão, com destaque para os municípios de Poço Redondo, com 32 assentamentos, ocupando uma área de 43.506 hectares e Canindé do São Francisco, com 30 assentamentos e uma área de 33.599 hectares. Esses dois municípios concentraram os maiores números de assentamentos e área ocupada em todo o estado de Sergipe, como mostra o Mapa 4, abaixo:

Mapa 4: Assentamentos rurais e área dos assentamentos no estado de Sergipe, 1982 - 2013



Em relação ao número de famílias assentadas em Sergipe, nesse mesmo período, temos um total de 9.864 famílias que passaram a viver e reproduzir suas famílias nos assentamentos rurais. Vale destacar também que, no sertão, tivemos o maior número de famílias assentadas e Poço Redondo e Canindé do São Francisco concentraram o maior número de famílias assentadas. Em Poço Redondo, foram assentados 2.078 famílias e, em Canindé, 1.375 famílias, como mostra o Mapa 5, abaixo:

Mapa 5: Famílias assentadas no estado de Sergipe, 1982 - 2013



Outra forma de acesso a terra em Sergipe foi via Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, em parceria com os governos estaduais, municipais e sindicatos rurais, oferece créditos aos agricultores familiares sem terra ou com pouca terra para comprar um imóvel rural financiado, como também, recursos para investir na infraestrutura da terra, moradia e assistência técnica para a produção. Analisando os dados da SEAGRI (2020) em Sergipe no período de 2003 a 2018 foram adquiridas pelos agricultores familiares 165 propriedades com uma área total de 26.130,63 hectares, assentando 2.236 famílias.

No sertão sergipano foram adquiridas 61 propriedades com uma área total de 11.102,88 ha, assentando 856 famílias. A maior propriedade adquirida pelos agricultores familiares foi a Fazenda Umbuzeiro do Matuto, no ano de 2008, em Porto da Folha, com uma área de 1.203,26 ha, assentando 80 famílias. Cada família ficou com 49,63 tarefas de terra. A propriedade foi comprada por R\$ 2.648.492,47, sendo que cada tarefa foi adquirida por R\$ 53.364,73. Na produção foi investido R\$ 551.507,33. Os agricultores tiveram três anos de carência para começar a pagar e até vinte anos para quitar o financiamento. A maioria das propriedades adquiridas oscilam entre 352,70 hectares e 12.10 hectares. E representa um número e área pequena de assentamentos rurais financiados no sertão sergipano.

Já a menor propriedade adquirida pelo banco da terra foi a fazenda Olhos D'água, no ano de 2015, no município de Canindé do São Francisco, com uma área de 4,85 hectares, assentando 21 famílias. Cada família ficou com menos de uma tarefa de terra. A propriedade foi comprada por R\$ 604.653,20, sendo que cada tarefa foi adquirida por R\$ 41.556,92. E obtiveram em investimento para produtividade R\$ 653.000,04.

Na verdade, o crédito fundiário foi uma forma encontrada para acabar com a reforma agrária, pois o agricultor sem terra agora passa a adquirir sua terra via financiamento bancário, desmobilizando a luta pela terra. Atualmente em Sergipe não existe mais propriedades com mais de três mil tarefas de terras improdutivas para serem ocupadas via luta pela terra ou adquiridas via banco da terra por meio do crédito fundiário. Hoje quem tem terra e não produz acaba arrendando aos produtores de milho do agronegócio. Uma outra realidade é que boa parte desses assentamentos via banco da terra também foram vendidos pelas famílias que adquiriram por falta de gerenciamento dos proprietários, créditos e assistência técnica.

Portanto, o acesso a maior parte das terras em Sergipe continua sendo por meio da compra e venda e em menor quantidade a herança. Contudo, o acesso via luta pela terra não foi

fácil. Na primeira fase a igreja católica, cooperativas de pequenos agricultores e o governo distribuíram terras por meio de financiamento bancário como forma de esvaziar a luta pela terra. Em um segundo momento o acesso ocorreu via colonização transferindo os trabalhadores rurais sem terra para a região da Amazônia, no Centro Oeste e alguns estados do Nordeste, configurando-se numa tentativa de desmobilizar as tensões sociais e a luta pela terra em todo o país.

Mas com o processo de modernização e o avanço do capitalismo no campo, a concentração fundiária avançou, como também, a luta pela terra. E, em Sergipe, a luta pela desapropriação das terras improdutivas no sertão do São Francisco não foi fácil e a fazenda Barra da Onça e a Cuiabá foram um grande exemplo de luta e organização de instituições como a Diocese de Propriá, os Sindicatos dos Trabalhadores rurais e o MST, que conseguiram unir e organizar os trabalhadores na luta pela posse da terra. E por fim, o Crédito Fundiário que atualmente não temos mais terras para serem adquiridas via banco da terra em Sergipe.

4.5 – Entre memórias narradas: a luta pela terra e os movimentos sociais

As narrativas da memória, no tempo presente, possibilitam ao narrador uma volta ao passado, revelando vivências e experiências de um determinado tempo, espaço, território, região ou lugar. As memórias aguçadas não são verdades absolutas, mas fontes que permitem a construção de um conhecimento que revela a produção e reprodução do espaço e a história de homens e mulheres, registrando e preservando essas memórias e representações sociais para que elas não entrem no esquecimento. E contribuam para o conhecimento e/ou compreensão dos fatos pelas gerações do tempo presente e de outras que estão por vir.

As memórias e representações sociais sobre a luta pela terra e os movimentos sociais no sertão sergipano revelam uma geografia e uma história vista a partir de atores sociais que viveram esse passado em uma região do semiárido. Que através de seus depoimentos lançam do presente seu olhar para o passado, rememorando vivências e experiências individuais e coletivas, acontecimentos, fatos, detalhes que as fontes escritas não revelam. E foram analisadas com todo o rigor metodológico necessário para a construção do conhecimento apresentado nesta tese.

O senhor Hildebrando Oliveira Maia Junior trabalhou na Diocese de Propriá, como agente de pastoral e coordenador de comunicação, e vivenciou a luta pela terra em Sergipe. Em

seu depoimento⁶³, afirma que a luta pela terra está diretamente ligada ao processo de conversão de Dom José Brandão de Castro, primeiro bispo da Diocese de Propriá. Apesar de sua grande base intelectual, tinha uma formação conservadora, chegando até mesmo a apoiar a Ditadura Militar⁶⁴ de 1964.

Nesse período temos uma aproximação da igreja católica com o Estado e em um artigo publicado no jornal *A Defesa*⁶⁵, de 19 de janeiro de 1964, Dom José Brandão informou que recebeu ajuda de funcionários cedidos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) para construir a sede da Cáritas Diocesana, como também, em outros números do jornal chegou a parabenizar a implantação dos projetos de desenvolvimento da CODEVASF, que depois provocou grandes choques fundiários na região do Baixo São Francisco.

Contudo, com a participação de Dom José Brandão de Castro, no Concílio do Vaticano II, idealizado pelo papa João XXIII e com a sua morte o papa Paulo VI deu continuidade, Dom José Brandão assinou o documento Pacto das Catacumbas⁶⁶, em 16 de novembro de 1965, e da Conferência de Medellín⁶⁷, na Colômbia, no período de 24 de agosto a 06 de setembro de 1968. Ele voltou com as ideias e posições mais abertas para compreender a realidade. Mas ainda ele não se tornou um homem comprometido com os pobres. Segundo o senhor Hildebrando Oliveira Maia Junior, em seu depoimento:

⁶³ Entrevista concedida ao autor. Google meet, 27/11/2020.

⁶⁴ No Jornal *A Defesa* da Diocese de Propriá, edição de 30 de abril de 1965, consta em um artigo que a Diocese comemora a “Revolução de 31 de março de 1964” com uma programação em todos os municípios que compõe a diocese. Em Propriá foi comemorado no Sindicato dos Tecelões, uma missa foi celebrada por Dom José Brandão de Castro, desfiles de escolas, entre outras atividades.

⁶⁵ *A Defesa* foi um jornal produzido pela Diocese de Propriá, entre os anos de 1945 e 1987, sendo analisados nesta tese, os jornais do período de 1961 a 1987. Esse jornal era escrito sob a supervisão de Dom José Brandão de Castro. Tem como principais temáticas as ações da Diocese de Propriá nos municípios que a compõe; juventude rural; questionamentos a estrutura fundiária; sindicalismo rural; ataques à reforma agrária via comunismo, a cuba e a União Soviética. Segundo Santos (2006) *A Defesa* foi fortemente influenciada pelas diretrizes do Concílio do Vaticano II a partir de 1965 e com o tempo foi avançando para o lado progressista da igreja devido a conversão de Dom José Brandão de Castro.

⁶⁶ Segundo Beozzo (2015) durante o encerramento do Concílio do Vaticano II, nas Catacumbas de Santa Domitila, periferia de Roma, mais de quarenta bispos, inclusive da América Latina e do Brasil, assinaram um documento assumindo o compromisso de defender a vida, trabalho e missão, que ficou conhecido como Pacto das Catacumbas. Nos dias seguintes outros 500 bispos assinaram esse documento como forma de conversão e compromisso com os pobres, nas suas lutas e esperanças a partir da concepção de que a igreja deveria ser servidora e pobre.

⁶⁷ Para Siqueira; Baptista; Teodoro-Silva (2018) a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano foi convocada pelo papa Paulo VI, com o objetivo de aplicar o que ficou definido no documento Pacto das Catacumbas para a América Latina, que também produziu um significativo documento chamado de “As conclusões de Medellín”, onde a igreja católica assumiu uma posição libertadora e um trabalho de inserção dos religiosos nas comunidades de base por meio da Teologia da Libertação.

Ele abriu a cabeça quando ouviu outros debates teológicos, quando ele ouviu outras análises. Nesse sentido, ele começa a ser confrontado. Eu escutei inclusive dele do Dom José Brandão de Castro, que os agricultores procuraram ele para denunciar o que estava acontecendo, que seriam expulsos de seus territórios imemoriais, mas diziam o seguinte: nós não confiamos no senhor. O senhor anda com os ricos. O senhor está com os poderosos. [...] ⁶⁸

No jornal “a Defesa”, do dia 16 de outubro de 1976, foi publicada uma carta de Dom José Brandão de Castro, que foi enviada ao Ministro do Interior Rangel Reis, denunciando e solicitando providências para resolver o conflito social que estava acontecendo no Betume, onde 300 famílias de colonos estavam sendo desalojados pela CODEVASF. É justamente no conflito do Betume que ocorre a conversão de Dom José Brandão, ao fazer a opção de defesa dos posseiros. Então, por fazer parte da Congregação dos Padres Redentoristas, intensificou a vinda de missionários para viver nas comunidades rurais da Diocese de Propriá. Vieram missionários belgas, agentes de pastorais leigos, que passaram a fomentar a luta pela terra. Segundo o senhor Hildebrando Oliveira Maia Junior, em seu depoimento:

[...] em Sergipe as primeiras comunidades Eclesiásticas de Base nasceram em Porto da Folha porque dois frades franciscanos, que eram grandes intelectuais, após o Concílio Vaticano II, deixam os conventos e vão morar numa casinha de taipa, extremamente pobre numa rua de Porto da Folha, chamada rua da baixinha e lá vão viver. Era o Frei Angelino e o Frei Juvenal, e aí eles começam o trabalho de fundar as primeiras comunidades eclesiais de base ⁶⁹.

Enquanto a Diocese de Propriá avançava no entendimento de organizar os trabalhadores rurais na luta pela terra, a Diocese de Aracaju com o arcebispo Dom Luciano Cabral Duarte, caminhava na direção oposta, via colonização para evitar a reforma agrária. Segundo o senhor Raimundo Eliete Cavalcante ⁷⁰, as ações da Diocese de Propriá através da Comissão da Pastoral da Terra, incomodava o lado conservador da igreja ⁷¹. E, às vezes, tinha que recuar em função das críticas destrutivas feitas por Dom Luciano, bispo de Aracaju,

⁶⁸ Entrevista concedida ao autor. Google meet, 27/11/2020.

⁶⁹ Entrevista concedida ao autor. Google meet, 27/11/2020

⁷⁰ Entrevista concedida ao autor. Poço Redondo-Se, 05/12/2020.

⁷¹ Segundo Santos (2019) no início dos anos de 1960 houve um avanço progressista na igreja católica em Sergipe, incentivado principalmente por Dom José Vicente Távora, que foi um dos principais nomes do Movimento de Educação de Base (MEB) e da resistência à Ditadura Militar dentro da igreja católica. Já Dom Luciano Cabral Duarte, bispo auxiliar de Aracaju, apesar de ser um dos principais intelectuais sergipanos, tinha uma postura conservadora, anticomunista e defensor da ditadura militar de 1964, como consta nos arquivos da Comissão Estadual da Verdade. Com a morte de Dom Távora, Dom Luciano assume como arcebispo à Diocese de Aracaju.

principalmente no jornal a Cruzada⁷² e no programa de rádio “A hora católica”. Acusava a Diocese de Propriá de comunista, diocese vermelha, que não tinha um mínimo de teologia. Por outro lado, no jornal a Defesa, a Diocese de Propriá publicava matérias de atuação da Pastoral da terra em várias partes do Brasil, como a matéria do dia 18 de janeiro de 1976 da atuação da pastoral de Goiânia, com o objetivo de mostrar que estavam fazendo o que a igreja tinha se comprometido no Concílio do Vaticano II e que representavam o lado progressista da igreja:

Partimos para celebrar no processo global de Reforma Agrária (prevista e exigida pelo Estatuto da Terra), como uma das condições de fidelidade à nossa missão evangelizadora. Nossa preocupação é de que consigamos ser realmente um serviço e não donos do processo. Por causa disso é que estamos dispostos a colaborar com todas as entidades que trabalham com o mesmo objetivo, e delas esperamos a crítica e a colaboração.

Segundo Silva (1995), no final da década de 50 e início de 60, o movimento camponês no Nordeste avançou através das Ligas camponesas, e em Sergipe no ano de 1963, apesar de não registrar nenhum tipo de organização dos trabalhadores, ferroviários e trabalhadores rurais ocuparam a fazenda Bica, no município de Itabaianinha, de propriedade da Rede Ferroviária Federal Leste Brasileira. Nas décadas de 70 e 80, foram registrados 22 conflitos de terras. Todavia, acredita-se que esse número foi maior, pois nem todos os conflitos chegaram ao conhecimento do público porque foram abafados pelos latifundiários e pelo próprio Estado.

Em Sergipe o mais longo conflito de terras foi o dos índios xocós na Ilha de São Pedro em Porto da Folha, tendo registro de sua ocupação desde o século XVII, e posteriormente foram expulsos por fazendeiros e tornaram-se posseiros de suas terras ancestrais. Somente em 1978 é que os descendentes dos xocós resolveram ocupar a ilha, com o apoio da Diocese de Propriá, militantes políticos de esquerda, estudantes da UFS, intelectuais e a Comissão Pró-índio, contra a família Britto. Segundo o senhor Hildebrando Oliveira Maia Junior, em seu depoimento:

[...] Durante uma madrugada um grupo de índios xocós acordeou Dom José Brandão de Castro em Propriá. Eles desceram o rio de canoa. Chegando em

⁷² Segundo Santos (2019) o periódico A Cruzada foi fundado por Dom José Thomas Gomes Silva, na Diocese de Aracaju, nos anos de 1918 e circulou semanalmente até 1970 como instrumento de uma ala conservadora da igreja católica que tinha como objetivo aproximar a igreja do Estado. O jornal tinha como base três pilares: cultura, instrução e fé. E como principal objetivo fornecer à sociedade uma “boa imprensa” que propagasse a fé cristã, tornando-se um instrumento de luta contra o comunismo em Sergipe. Nesse jornal, em várias edições, encontramos denúncias contra o latifúndio e a defesa da organização dos trabalhadores rurais em sindicatos para fazer a reforma agrária sem a presença do marxismo.

Propriá, bateram na porta dele. Esses índios eram vítimas do etnocídio, não tinham consciência que eram índios xocós. No máximo eles se diziam que eram caboclos. Tinham uma memória de ancestralidade que fazia lembrar que eles eram caboclos e o nome xocó era um nome que eles sabiam que eram descendentes dos índios xocós. Mas eles e a própria diocese de Propriá os viam como posseiros. [...] ⁷³

Outro conflito de grande repercussão, que está vivo na memória dos entrevistados foi a luta dos posseiros de Santana dos Frades, no município de Pacatuba, que estourou em 1981, nas terras doadas pelos frades carmelitas. Fazendeiros começaram a dificultar a passagem dos posseiros e da produção de arroz em Santana dos Frades, como também, empregados da SERAGRO invadiram as terras dos posseiros. Bem armados, espancaram homens, mulheres e crianças. Mas os posseiros resistiram sem o uso da violência com o apoio da Diocese de Propriá, da FETASE e do Sindicato dos trabalhadores rurais de Pacatuba.

A Secretaria de Segurança Pública foi acionada, mas não tomou nenhuma providência para defender os posseiros e a SERAGRO negou que houve conflito armado, e alegou que a questão era entre os posseiros e outras famílias que moravam na fazenda. No jornal A Defesa, do mês de abril de 1981, foi publicada uma matéria em que o secretário de Segurança Pública defendeu as atrocidades da empresa, como mostra o fragmento abaixo:

O secretário de Segurança Dr. Pedro Barreto, no dia 23 de março, numa entrevista coletiva, acusou a Diocese de Propriá por estar insuflando os posseiros a cometer tais atos. Ele declarou aos jornalistas: “A SERAGRO contratou homens, arranhou armas, mas faltou valentia”. Do seu lado, o Governador do Estado, o sr. Augusto Franco confidenciou: “Se não fosse a Diocese de Propriá, de hoje que essa questão seria resolvida”.

Dias depois dessa entrevista, o secretário negou o que falou na entrevista e omitiu a presença e a fala do governador. Na verdade, o governo e todo o aparato do Estado estava a serviço da empresa. Surgiram ameaças da polícia e do INCRA para que os posseiros abandonassem as terras. Enquanto os posseiros solicitavam o título das terras, o governo como solução para a questão ofereceu um lugar nos tabuleiros que eram terras do Estado para os posseiros morarem ou podiam ficar nas suas casas com uma pequena área ao seu redor. Contudo, essas propostas foram recusadas e os posseiros resistiram e lutaram até conseguir a

⁷³ Entrevista concedida ao autor. Google meet, 27/11/2020

posse das terras. Segundo Silva (1995), sob a responsabilidade do INCRA, no ano de 1982, na colônia de Santana dos Frades, foram assentadas 145 famílias em uma área de 1.585 hectares.

E o outro conflito foi o do Betume, no Baixo São Francisco, entre os anos de 1976 e 79. Segundo Lopes (2013), os meeiros de arroz foram expulsos das terras que ocupavam às margens do rio São Francisco para dar lugar a implantação do projeto de irrigação do Betume pela CODEVASF, que atingiu áreas de Neópolis (SE), Penedo (AL), Porto Real de Colégio (AL) e São Desidório (BA), desdobrando-se posteriormente no combate aos projetos Cotinguiba-Pindoba (1981/83) e Propriá (1986). A Diocese de Propriá foi a grande mediadora entre os posseiros e as autoridades estaduais, federais e os grandes proprietários que fizeram grandes ataques aos posseiros e à Diocese.

Vale destacar que a luta pela terra nesse período não foi uma luta para assentar trabalhadores rurais sem terra. A luta era para assegurar os direitos de seus verdadeiros donos, que se tornaram posseiros e estavam sendo expulsos de suas terras. Inclusive o Estatuto da Terra, de 1964 assegurava o direito de posse desses trabalhadores que viviam nessas terras, garantindo a sobrevivência de suas famílias. E que agora estavam sendo obrigados a aceitar uma quantia irrisória pelas benfeitorias e deixar suas terras. Em uma carta de apoio a Dom José Brandão de Castro, escrita por agentes da Comissão da Pastoral da Terra, presentes na reunião da CPT do Nordeste III, e publicada no jornal a Defesa de 16 de outubro de 1976, denuncia a forma violenta da atuação da CODEVASF, na repressão aos posseiros do Betume:

[..] Aproveitamos essa oportunidade para denunciar o abuso de expedientes de pressão, usados pela CODEVASF, tais como, arbitrariedades policiais, ameaças de prisão, de espancamentos, apresentação de algemas, pressões psicológicas, abuso do nome do governo e do Exército, para intimidar o pessoal e conseguir a aceitação do preço estipulado por ela mesma.

Segundo Raimundo Eliete Cavalcante, em seu depoimento, a luta para defender as famílias despejada de suas terras pela CODEVASF no Betume⁷⁴ foi grande. Os trabalhadores, os agentes de pastoral e o próprio arcebispo Dom José Brandão de Castro sofreram ameaças de prisão por parte da Polícia Federal. Foi nesse momento que a Comissão da Pastoral da Terra avançou na luta em Sergipe. Mas a maioria dos agentes não tinham muito preparo ideológico.

⁷⁴ Atualmente o projeto de irrigação Betume abrange os municípios de Neópolis, Ilha das Flores e Pacatuba-Se (Baixo São Francisco) com uma área irrigável de 2.860 hectares. Os produtores residem em povoados situados na periferia do projeto e em um núcleo habitacional construído pela CODEVASF, onde também funciona o centro técnico-administrativo. (www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-producao/betume. Acesso em 11 de fevereiro de 2021)

O Frei Raimundo, por ser geógrafo, tinha contato e dominava a teoria marxista e alguns como Frei Enoque Salvador de Melo, Frei Roberto, agentes de pastorais e assessores que estudaram no Instituto de Teologia do Recife (ITER)⁷⁵, incorporaram a Teologia da Libertação, reforçando uma postura mais radical no enfrentamento de toda a problemática da luta pela terra em Sergipe.

Outro fator importante da luta pela terra foi a aproximação de agentes de pastorais com os sindicatos de trabalhadores rurais, como o Frei Raimundo, que foi trabalhar na condição de assessor no Pólo Sindical do Baixo São Francisco, uma região em que o latifúndio era quem mandava e os projetos governamentais só beneficiavam os grandes proprietários e aliados políticos. Então, foi feito todo um trabalho de formação sindical em que os trabalhadores passam a compreender o que é a sociedade, como funciona a economia capitalista, a luta de classe, a estrutura fundiária, quais os seus direitos, entre outros. Os trabalhadores tornam-se os sujeitos de sua própria história na luta pela terra.

É nesse momento que os trabalhadores, agentes de pastoral e os sindicatos passaram a entender que a luta pela terra não poderia ser apenas pelo jurídico, mas também pela resistência, por meio da luta, sendo importante reunir o apoio de setores da sociedade e instituições que defendiam a reforma agrária, como mostra a figura 5, a visita de alunos do curso de Direito da UFS no projeto de assentamento da fazenda Barra da Onça.

Figura 5: Visita dos alunos do curso de Direito da UFS a Barra da Onça, no ano de 1987.



Fonte: Eliano Sérgio Azevedo Lopes, 1987.

⁷⁵ Este instituto foi criado no Recife por Dom Helder Camara, que tinha como objetivo formar padres e líderes da igreja a partir de uma teologia viva e libertadora, segundo as diretrizes do Concílio do Vaticano II. (cindhec.org.br/dom-helde-camara. Acesso em 23 de dezembro de 2020).

Nesse período os sindicatos dos trabalhadores rurais recebiam o apoio da CONTAG, já a FETASE era considerada pelega. No entanto, a luta se fortaleceu com a criação da CUT em Sergipe no ano de 1983, cujo primeiro presidente foi o Manuel Dionísio da Cruz⁷⁶, que passou a dar total apoio a luta pela terra, principalmente no sertão. De uma forma geral, os sindicatos em Sergipe tinham uma baixa atuação, como o sindicato dos bancários, dos petroleiros e dos professores, que se fortaleceram com a filiação à CUT. Vale destacar alguns presidentes de sindicatos dos trabalhadores rurais que faziam parte da CUT como o João Sessenta, de Nossa Senhora da Glória e Oséias Calazans de Santana⁷⁷, do município de Ribeirópolis.

Na década de 1980, todos os imóveis rurais ocupados pelos trabalhadores rurais foram objetos de liminares de reintegração de posse, uso da violência por parte da polícia nos despejos das famílias, queimaram barracos, apreenderam pertences dos acampados, alimentação, espancaram e humilharam os trabalhadores. As lideranças foram presas e torturadas na delegacia de Poço Redondo, como mostra os trechos de duas matérias do jornal a Gazeta de Sergipe, logo abaixo:

[...] Policiais militares fortemente armados invadiram às 16h do sábado, dia 5, o acampamento dos trabalhadores sem terra de Poço Redondo, destruíram completamente o acampamento, puseram a correr homens, mulheres e crianças e prenderam na Delegacia de Poço Redondo, os sindicalistas Michel Desay (Guido) e Rubens Bispo dos Santos, presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Poço Redondo. [...] (GAZETA DE SERGIPE, 08/10/1985)

Basicamente acuados e sem condições de sobrevivência durante muito tempo no local, os trabalhadores rurais que no início da semana passada ocuparam a fazenda Barra da Onça, em Poço Redondo denunciaram ontem à professora Tânia Elias Magno as perseguições de que vem sendo vítimas e ainda o fato do delegado regional de Poço Redondo ter desaparecido da cidade sem devolver os alimentos, a lona e demais pertences apreendidos quando da

⁷⁶ Segundo Hildebrando Maia, em seu depoimento, Dionísio foi agricultor, primeiro presidente da CUT Sergipe e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poço Redondo. Ele teve pouco acesso ao ensino formal, mas a partir de sua participação em vários cursos oferecidos pelos movimentos sociais, tornou-se um educador popular. Passou a prestar assessoria às comunidades rurais, mostrando como conviver no semiárido; criou juntamente com a comunidade escolar da Escola Municipal Bom Jesus dos Passos, localizada em Sítios Novos, em Poço Redondo, um projeto pedagógico inserido na realidade do semiárido; prestou assessoria a Cáritas a convite do padre Isaías, sempre comprometido com a luta dos trabalhadores. Dionísio foi assassinado na fila dos correios em Poço Redondo, durante um assalto praticado por um grupo de jovens de classe média baixa de Aracaju. Na verdade, Dionísio foi um intelectual a serviço da classe trabalhadora.

⁷⁷ Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Ribeirópolis-Se; Membro da CUT Sergipe e participou da ACR (Animação Cristã no meio Rural). Para entrar na luta sindical por uma sociedade mais justa contou com o incentivo de padre Afonso, padre Souza e Dom José Vicente Távora. Fundou uma Comunidade Eclesial de Base e depois o Partido dos Trabalhadores em Ribeirópolis.

invasão policial à área onde estavam acampados. (GAZETA DE SERGIPE, 05/12/1985)

Segundo o senhor Hildebrando Oliveira Maia Júnior, em seu depoimento, a ocupação da Barra da Onça, foi organizada e planejada por Dionísio e Frei Raimundo, e se tornou a base para a multiplicação das ocupações de latifúndios improdutivos em Sergipe. O jornal a Gazeta de Sergipe, que naquele período defendia os interesses do governo e dos grandes proprietários de terras, denunciava as ocupações de terras como invasão à propriedade privada, criminalizando a luta pela terra. E, por outro lado, mostrava os abusos de poder e da violência por parte da polícia contra os trabalhadores em pequenas matérias deste jornal⁷⁸. Mesmo diante das pressões e violências sofridas os trabalhadores conseguiram avançar nas desapropriações de terras nesse período.

De acordo com o depoimento de senhor Eliano Sérgio Azevedo Lopes⁷⁹, quando as terras da Barra da Onça foram desapropriadas pelo INCRA, no momento da organização do assentamento três grupos se dividiram. Todos faziam parte da igreja. Um grupo que seguia as orientações de Frei Enoque e de Manuel, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Porto da Folha; o grupo de Poço Redondo (Figura 6) que seguia as orientações de Dionísio e Frei Raimundo e o grupo liderado pelo João Sessenta presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Nossa Senhora da Glória. O grupo de Poço Redondo tinha a ideia de não repartir a terra, com base na coletivização da propriedade e da produção. Já os outros dois aglutinaram trabalhadores rurais sem terra de Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória, tinha a concepção de dividir as terras entre as famílias. Porém, os de Porto da Folha defendiam que as casas de moradia fossem feitas em formato de arruados e os de Glória no próprio lote. Diante das divergências o INCRA entrevistou e prevaleceu a divisão dos lotes com suas casas nos próprios lotes. Então, os três grupos devido as divergências pegaram seus lotes em locais separados sem se misturarem.

⁷⁸ Veja os títulos das matérias do Jornal A Defesa: Edição de 26 de setembro de 1985 “Lavradores invadem terras em Poço Redondo”; Edição do dia 10 de outubro de 1985 “Trabalhadores com medo de perseguição”; Na edição de 28 de novembro de 1985 “Polícia invade terras ocupadas por trabalhadores e leva-os a prisão; Edição de 24 de abril de 1986 “INCRA ameaça expulsar os trabalhadores sem terra; Edição de 06 de junho de 1986 “Trabalhadores sem terra ocupam a Barra da Onça e dividem toda área”.

⁷⁹ Entrevista concedida ao autor. Aracaju-Se, 30/10/2020.

Figura 6: Trabalhadores do grupo de Poço Redondo, do assentamento Barra da Onça, em visita aos trabalhadores rurais de Nova Glória, na Bahia, 1988.



Fonte: Eliano Sérgio Azevedo Lopes, 1988.

Os conflitos que ocorreram entre Dionísio, Frei Raimundo e Frei Enoque, pautaram-se também nas concepções diferentes quanto a atuação da igreja junto aos trabalhadores. Enquanto Frei Enoque defendia a tutela dos trabalhadores pela igreja, Dionísio e Frei Raimundo compreendiam que os trabalhadores deveriam ser protagonistas de sua própria história. Outro padre que comungava dessa mesma ideia foi o padre Isaías. Segundo Hildebrando Maia, em seu depoimento, o padre Isaías é outro exemplo de lutador das causas sociais e de entendimento do papel da igreja com base nas orientações da CPT e do Concílio do Vaticano II:

Ele sempre trabalhou numa perspectiva que o movimento quilombola, movimento indígena, que os assentamentos, que as comunidades e os movimentos de trabalhadores rurais precisam caminhar com as próprias pernas, ter autonomia. Que ele como padre não poderia intervir na autonomia do movimento. Ele é parceiro, ele é o aliado, mas não é o movimento. Ele não decide em nome do movimento. [...] ⁸⁰

Vale destacar também a atuação de Frei Roberto na organização de Santas Missões Populares com missionários visitando as casas dos agricultores, fazendo reuniões, ministrando aulas e a noite desenvolviam atividades religiosas. É justamente o Frei Roberto, o Frei

⁸⁰ Entrevista concedida ao autor. Google meet, 27/11/2020.

Raimundo, os trabalhadores dessas comunidades atendidas pela CPT que vão acolher o MST em Sergipe, principalmente no sertão no ano de 1985/86.

O Frei Roberto e o Frei Raimundo foram os primeiros secretários do MST e o primeiro coordenador foi o João Sessenta. Contudo, João não compreendeu a lógica, a dinâmica, a metodologia e a mística do MST. Logo ele abandona e o movimento não ganha corpo em Sergipe. Somente em 1987 o MST é definitivamente fundado com a vinda dos militantes Olair e João Samariva Daniel⁸¹, do Rio Grande do Sul, que com o trabalho feito anteriormente pela pastoral da terra, conseguiram avançar na luta pela terra em Sergipe. O Frei Raimundo, em seu depoimento, afirma:

João Pedro Estédile falou que aqui precisava ter uns quadros vindos de fora. Olair e João Daniel chegaram aqui prontos. Mas, totalmente verdes porque não tinham experiência nenhuma com o sertão. Não tinham tática prá lutar aqui porque cada lugar tem uma maneira de você fazer a autodefesa. Mas aqui já tinha Dionísio, João Sessenta, tinha Rubens. Tinha uns dez. Seu Oséias lá de Ribeirópolis [...] ⁸².

Analisando o depoimento do senhor João Gomes da Silva⁸³, para ocupar as terras improdutivas no sertão foi preciso que o MST preparasse as pessoas porque parte dos sem terra não tinha o conhecimento e a dimensão do que seria um acampamento. A repressão, a criminalização por parte da mídia e da sociedade que os acusavam naquele momento de ladrões, baderneiros e desocupados. E na verdade, eram homens e mulheres, pais de família que buscavam um pedaço de terra, casa e crédito para produzir e sobreviver com suas famílias. O objetivo do MST não era fazer a luta armada, mas conscientizar as pessoas da necessidade da luta pacífica pela terra e depois ocupar as terras improdutivas e/ou hipotecadas. Então, o MST consolida-se no sertão e lidera a luta pela terra, como mostra o monumento na figura 7, logo abaixo:

⁸¹ Foi coordenador do MST em Sergipe, assentado, foi deputado Estadual e atualmente é deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores por Sergipe.

⁸² Entrevista concedida ao autor. Poço Redondo-Se, 05/12/2020.

⁸³ Entrevista concedida ao autor. Canindé do São Francisco-Se, 06/12/2020.

Figura 7: Monumento em Canindé do São Francisco, demarcando a presença do MST no Sertão



Fonte: Pesquisa de campo, 2018-2020.

Fonte: JESUS, Givaldo Santos de, 2018.

Em Canindé do São Francisco, existiam enquanto terras improdutivas a Fazenda Cuiabá de propriedade da família Britto, que foi a maior e a mais importante fazenda da região de Canindé. Tinha as terras do projeto Califórnia II implantado pelo governo para pequenos produtores e o Jacaré Curitiba para 80 empresários que tinha influência política junto ao governo do Estado. Mas essas terras foram abandonadas pelos empresários e o projeto não funcionou. No passado essas terras eram formadas pela fazenda Santa Maria, de propriedade de Miguel de Ernesto; a fazenda Alto Bonito e Alto Bonito Formoso, de Antônio de Messias e a fazenda Quatro Casas de Zé de Augusto. E em Poço Redondo tinha a fazenda Queimada Grande, de propriedade de José Ferreira Neto, entre outras.

A estratégia utilizada pelo MST para ocupar essas terras foi formar um grande acampamento com pessoas de vários municípios como Canindé, Poço Redondo, Monte Alegre, Itabi, Graccho Cardoso e Porto da Folha, devido às pressões dos fazendeiros, da polícia e do governo. Foram várias tentativas de despejo, inclusive sem autorização do poder judiciário e que os trabalhadores reagiram e não saíram do acampamento. Fazendeiros com capangas fortemente armados chegavam no acampamento para arrancar a bandeira do MST e expulsar os trabalhadores, mas como tinha muita gente no acampamento, mais de 500 famílias, os acampados reagiam e não se deixavam intimidar, mesmo tendo somente foice e facão para lutar, como mostra o senhor João Gomes da Silva, em seu depoimento:

Vou te dizer a gente ali e chegar os capangas com armas nas mãos e dizer você tem que sair. Sem nenhuma liminar de despejo mandado pela justiça e aí a gente resistiu várias vezes e não saiu. Vieram pra cima e a gente teve que dar uma de doido e botar o facão pra funcionar. Ainda fizemos isso uma duas vezes porque era obrigado. Teve um momento que a polícia de fuzil na mão partiu pra cima da gente e tinha poucos policiais e muita gente no acampamento. Se ele tentasse disparar contra a gente ele também sabia que corria o risco de morrer e não iria conseguir sair do acampamento porque a foice também não deixava. Teve momento que a gente correu muito risco, mas a gente não tinha outra saída a não ser reagir⁸⁴.

Em seu depoimento, a senhora Maria Aparecida da Silva, aposentada e assentada, afirma que saiu com sua família do povoado Maravilha em Monte Alegre no dia 12 de março de 1996 para fazer parte do grande acampamento do MST em Canindé do São Francisco. Ela não possuía terra e trabalhava no alugado com o seu esposo para os fazendeiros da região. Viu no acampamento uma esperança de conseguir uma pequena propriedade para viver e sustentar a sua família. Passou um mês nas margens do rio São Francisco, seis meses na fazenda Cuiabá, três meses no Alto Bonito e depois acampou na fazenda de Geraldo Barbosa, dono do supermercado Gbarbosa. E com a ação de despejo voltou para a Alto Bonito com seu esposo e seus oito filhos. Então, o MST resolveu fazer uma grande marcha a pé para Aracaju com o objetivo de pressionar o INCRA e o governo do Estado Albano Franco.

Nos acampamentos esses trabalhadores passaram por diversas dificuldades. Além da insegurança devido à pressão da sociedade, da mídia, da polícia, dos fazendeiros e do governo, sofreram com a falta de alimentos, o calor e o frio dentro dos barracos de lona (Figura 8). Todas as famílias sobreviviam praticamente de cestas básicas entregues pelo INCRA sem uma certa regularidade e produziam alimentos em alguns lotes irrigados. Mas a vontade de vencer e ter um pedaço de terra ajudou a superar as dificuldades.

⁸⁴ Entrevista concedida ao autor. Canindé do São Francisco-Se, 06/12/2020.

Figura 8: Assentamento do MST na fazenda Queimada Grande, em Poço Redondo-Se



Fonte: Givaldo Santos de Jesus, 1997.

Analizando o depoimento do senhor Miguel Resende Neto⁸⁵, técnico aposentado do INCRA, com o avanço das ocupações e a implantação dos assentamentos foi duro para o INCRA, pois disponibilizava de poucos técnicos para atuar no campo. E no sertão quando terminava o cadastro de um assentamento já iam para outro. O problema é que havia assentamentos onde o número de famílias era grande para a quantidade de terras que tinha para dividir. E ao mesmo tempo que ocorriam as desapropriações das fazendas, as terras eram divididas pelo INCRA e o MST indicava as famílias que seriam assentadas naquela localidade.

Portanto, através das memórias dos atores sociais que viveram a luta pela terra e pelos jornais como a Cruzada, a Defesa e a Gazeta de Sergipe, foi possível mostrar as transformações na estrutura agrária de Sergipe, principalmente no sertão. Tanto a igreja católica quanto o MST foram fundamentais na democratização da terra e na melhoria das condições de vida das pessoas, e ao mesmo tempo configura-se um novo espaço no sertão sergipano com todas as suas contradições.

⁸⁵ Entrevista concedida ao autor. Google meet, 22/11/2020.

5 - PROCESSO DE CRESCIMENTO E CRISE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO SERTÃO SERGIPANO

[...] Eu pensei que tivesse resolvida. Essa forma de vida tão medonha. Mas ainda me matam de vergonha. Os currais, coronéis e suas cercas.

Eu pensei nunca mais sofrer da seca. No Nordeste do século vinte e um. Onde até o voo troncho de um anum. Fez progressos e teve evolução. [...]

Composição: Flavio Leandro, 2013.

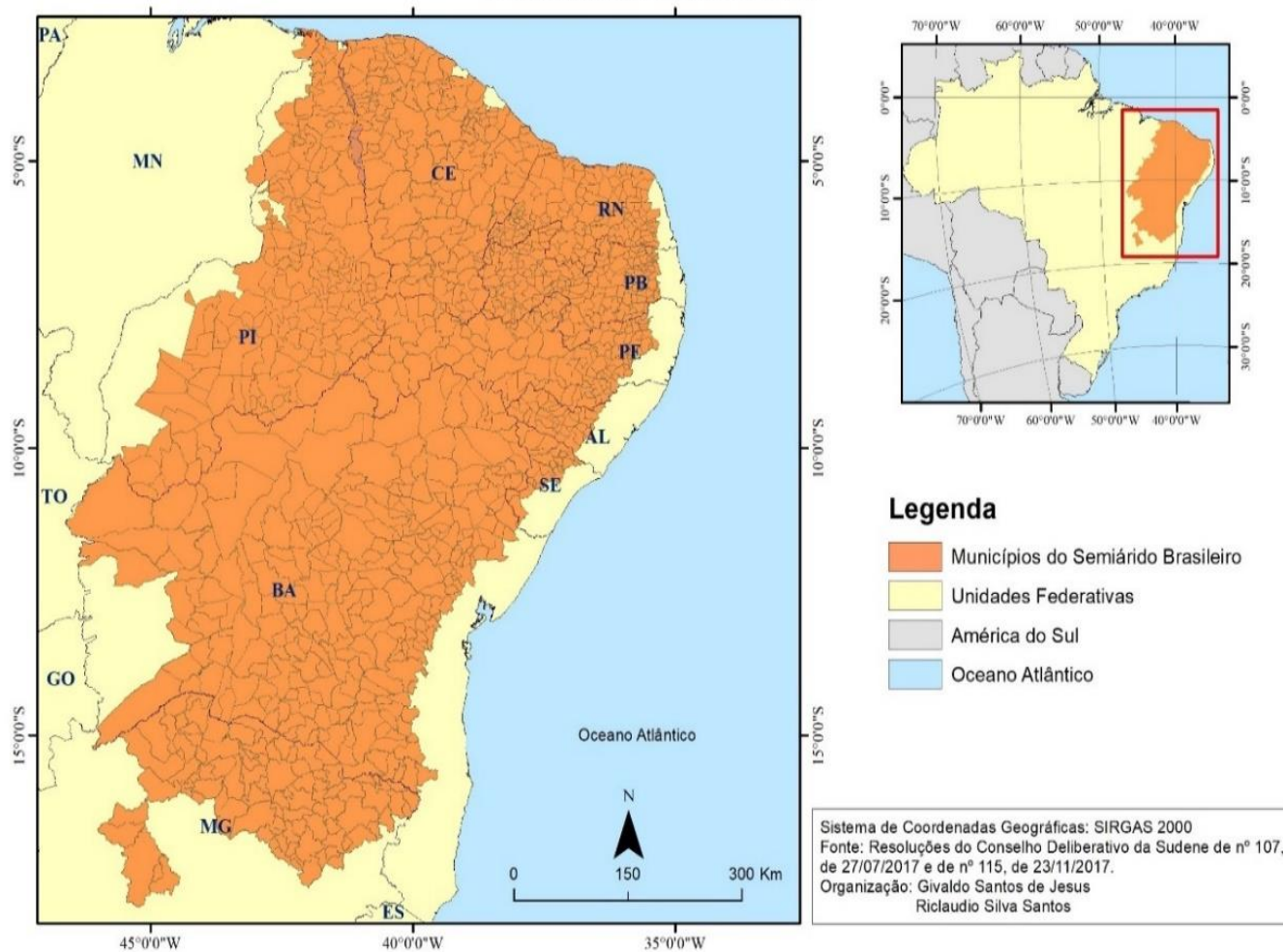
5.1 - As grandes secas no imaginário do sertanejo

Segundo o geógrafo Ab'Saber (2019), na América do Sul existem três espaços semiáridos: a região Guajira, no Norte da Venezuela e da Colômbia; a diagonal seca do Cone Sul, que se estende da Patagônia até o Piemonte dos Andes e áreas do Chele, Equador e Peru; e no Brasil, situa-se numa grande extensão de terras na área central do Nordeste (Mapa 6) denominado Domínio da caatinga, a mais homogênea em termos fisiográficos e ecológicos com uma área de 720 mil Km², onde vivem cerca de 23 milhões de pessoas⁸⁶. O semiárido nordestino é caracterizado pelo clima semiárido, vegetação de caatinga, presença de depressões, solos secos e de baixa profundidade, e pela escassez e má distribuição de chuvas durante todo o ano com longos períodos de secas. Devido às irregularidades das chuvas, pode-se ter anos com pouca chuva e anos em que as chuvas ocorrem em abundância.

⁸⁶ Cf. Censo Demográfico do IBGE (2010).

Mapa 6: Semiárido Brasileiro

Semiárido Brasileiro



Segundo Pontes (2010), o fenômeno da seca tem sido estudado por geógrafos, historiadores, economistas, antropólogos, engenheiros, entre outros, com resultados significativos a partir de quatro enfoques: tradicionalista, tecnicista, ecológico e sociopolítico. A abordagem tradicionalista apresenta uma concepção fatalista da seca, na qual o sertanejo está subjugado ao clima. As chuvas e a produção agropecuária dependem do clima e da vontade de Deus. Na perspectiva tecnicista, o problema da seca é resumido as irregularidades das precipitações pluviométricas e que para viver no semiárido precisa de açudes e barragens para captação de água (combate à seca). Essa concepção reduz o problema da seca a falta se chuvas e de água acumulada e não aprofunda as questões sociopolíticas e culturais.

O enfoque ecológico baseia-se no Ecodesenvolvimento, cujo termo hoje foi aprimorado para Desenvolvimento Sustentável, e defende o equilíbrio entre o ambiente natural e a sociedade. Nesse ponto de vista, as secas estão relacionadas aos desmatamentos, sem restituição dos recursos naturais. Já a concepção sociopolítica compreende a seca não como um fator único do clima, mas também como um fator social que deriva inúmeras implicações. Dessa forma:

[...] O imaginário da seca nordestina, como tragédia social e econômica, apesar de toda a tinta que já foi gasta, requer ainda muitas reflexões. Pois, em sendo a natureza o fundamento geográfico da produção, ela é também a base material do imaginário sócio-político e importante recurso ideológico, utilizado por grupos sociais particulares. (CASTRO, 2008, p. 297)

Segundo Zagalli Júnior (2019), a Geografia do Clima tem possibilitado aos estudos da Climatologia um olhar crítico revelando as contradições entre os fenômenos de clima e de materialização dos impactos no espaço que ocorrem de forma excepcional ou habitual. O fenômeno da seca possui uma ocorrência espacial e temporal, e enquanto fenômeno geográfico revela os fatores climáticos e social, que geralmente são confundidos e expressos nas condições materiais de acesso à terra e à água. A intensidade dos períodos de seca não é indicada pelos baixos índices de precipitação, mas pelas diferentes formas de ocupação do espaço rural que oferece as condições de reprodução da vida. Para Castro (2008, p. 306) a seca:

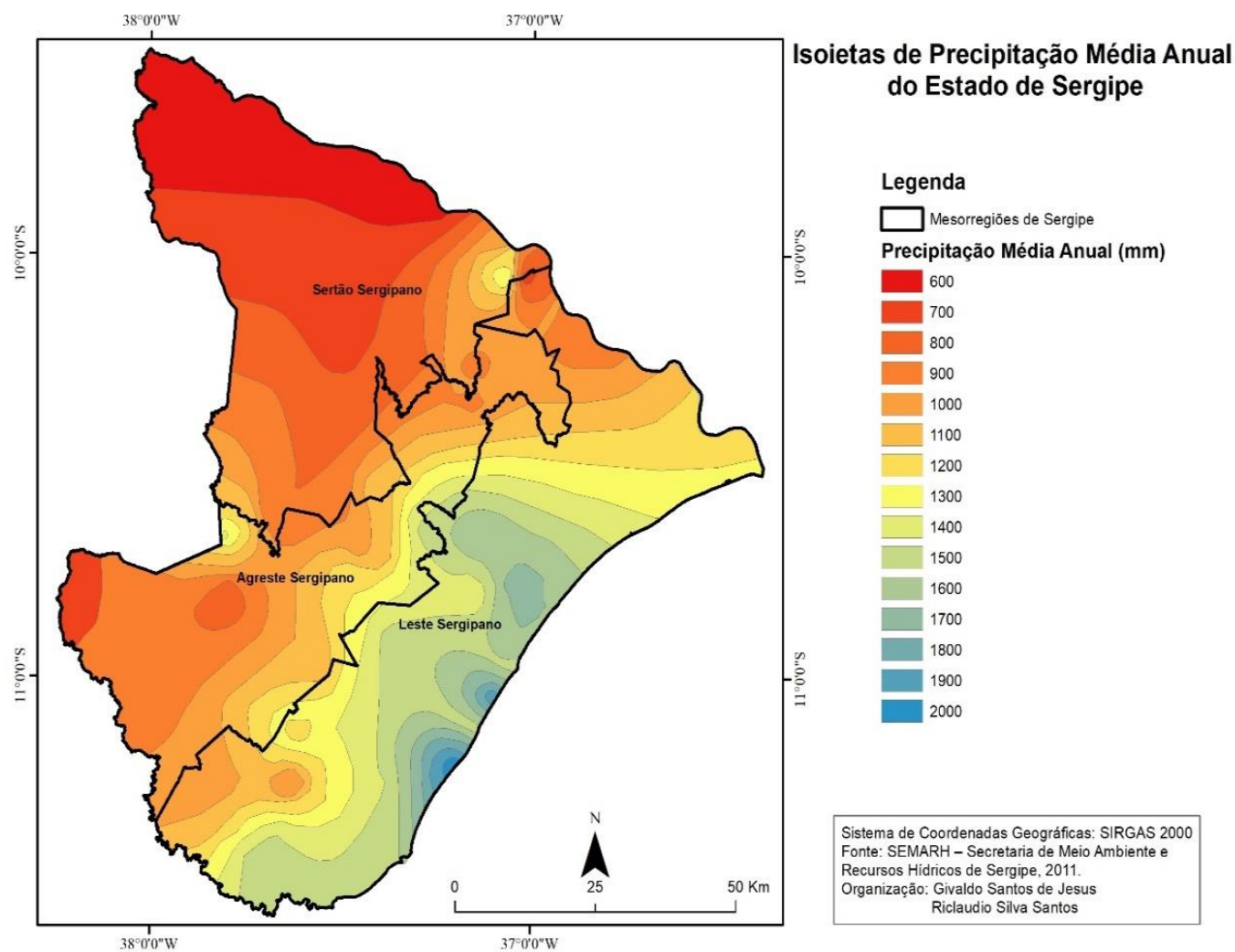
[...] representa falta de chuva, mas também miséria, analfabetismo, doença, descapitalização, natureza hostil, etc. Mas a seca é também, na base do discurso, produtora de uma solidariedade social que equaliza todos diante da sua força, produtores grandes e pequenos, proprietários ou não. A seca também é percebida como falta d'água e como necessidade de recursos para obtê-la. O significado destes conteúdos vai muito além das relações entre natureza e atividade produtiva, sendo mais evidente na relação entre a natureza

e a produção de um imaginário político, socialmente equalizador e institucionalmente eficiente para obtenção de recursos financeiros e de poder.

Para compreender o fenômeno das secas precisa-se entender que ela não é apenas um fator climático. Ela é também um produto político e ideológico que atinge os menos favorecidos e gera lucros para uma elite política e latifundiária com a criação da “indústria da seca”. O clima é um dos importantes recursos naturais que influencia diretamente na formação das paisagens, distribuição da população, atividades produtivas, etc. Resulta de um processo complexo, envolvendo componentes terrestres em uma variabilidade têmporo-espacial. Todavia, não é o único elemento da seca, da fome e da miséria da população. Josué de Castro (2010) foi um dos primeiros estudiosos que desconstruiu essa concepção de que o fator climático é o responsável pela fome e miséria da população sertaneja. A concentração fundiária, de renda, a expropriação dos trabalhadores rurais e a produção voltada para o mercado externo é o que gera a fome e a miséria no sertão.

Em Sergipe, segundo Araújo (2012), predomina um tipo climático quente com três variações: úmido, sub-úmido e semiárido brando e mediano, apresentando um regime pluviométrico de um período seco de primavera-verão e chuvoso de outono-inverno. Sergipe está sob a ação contínua dos ventos Alísios, que sopram do oceano Atlântico em direção ao continente, carregando grandes quantidades de vapor d’água e a distribuição de chuvas segue o padrão espacial regional definido para o sertão, agreste e leste (Mapa 7).

Mapa 7: Isoietas de Precipitação Média anual do Estado de Sergipe



Podemos observar que o sertão tem as menores precipitações com isoietas que variam de 600 mm a 800mm e pequenas áreas que chegam a 1300mm. Segundo Araújo (2012), na região do semiárido temos de seis a oito meses secos, e geralmente as chuvas começam em abril e com períodos secundários no mês de junho, existindo nessa região um deslocamento meridional com intensidade da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). Os períodos de estiagem podem chegar até sete meses e as secas estenderem-se entre dois e quatro anos, sendo um dos grandes desafios para o ser humano sobreviver com essa realidade. Dessa forma:

As secas muito frequentes nessa porção do Estado são provocadas por causas internas e externas. Internamente explica-se pela influência oceânica, posição em baixa latitude, topografia e alta reflexividade da crosta terrestre, reduzindo a absorção de energia solar na superfície e na coluna de ar sobre a região. A causa externa atribui-se ao fenômeno El Niño que se apresenta como anomalia térmica responsável pelas variações de pressão. (ARAÚJO, 2012, p. 26)

O volume de chuvas decresce com o afastamento da umidade no oceano, provoca os períodos de secas e vale destacar as secas sazonais e as periódicas. As secas sazonais são uma particularidade do clima semiárido e ocorrem num período bem definido e num momento temporal específico. Todos os anos a seca pode ser esperada porque estas ocorrem devido às variações sazonais nos padrões de circulação atmosférica. As consequências para a lavoura e a pecuária são terríveis. A seca provoca a perda dos pastos e afeta diretamente na produção agrícola.

Já as secas periódicas, são secas prolongadas com precipitação abaixo da média. Geralmente ocorrem na faixa litorânea e agreste, com um a três meses secos, entre dezembro e fevereiro, correspondendo a áreas em que a precipitação é mais distribuída, com regularidades de precipitações nos meses de abril/maio, especialmente no outono-inverno, decorre da propagação da Frente Polar Atlântica e das Correntes Perturbadas do Leste. Como a seca se estende e as chuvas são bem distribuídas ao longo do tempo, porém abaixo da média, acabam interferindo na produção agrícola, com apenas uma safra anual, a não ser que o produtor tenha em sua propriedade reservas de água, como barragens e poços artesianos para irrigação. Em relação as pastagens para o gado, essas conseguem sobreviver, porém em menor quantidade e qualidade para os animais. Segundo Lima e Pinto (2005, p. 7668):

A seca processa-se a partir de diferentes acontecimentos naturais (circulação dos ventos, da atmosfera, das massas de ar, a topografia e outros), fundados com a ação antrópica (desmatamento da vegetação, urbanização), contribuindo para a formação de desequilíbrio e irregularidade da distribuição

de chuvas. Distingue-se no local, a seca permanente e a seca sazonal, com raros registros de seca contingente e seca invisível.

As características físicas e climáticas do semiárido são importantes para o entendimento do sertão e das secas. Remete-nos a uma percepção da seca com fenômeno climático. Contudo, durante muito tempo prevaleceu uma análise repleta de estereótipos de calamidade e vitimização criada a partir dos fenômenos naturais, desqualificando tanto a natureza quanto os sertanejos, mascarando os aspectos políticos, econômicos e sociais do fenômeno das secas.

Para Albuquerque Júnior (2011), a visibilidade e a configuração da região Nordeste são também produtos da imaginação. Fatos vivenciados, contados e lidos são fixados na memória das pessoas e cria uma verdade sobre os fatos. O sertão, além de ser um recorte espacial, é também uma construção social e não podemos limitá-lo apenas ao discurso das secas ou como um lugar isolado, pobre e miserável. A seca, além de um fenômeno natural, é também político e social.

O sertão de hoje não é o sertão do passado, e os sertanejos não são os retirantes, os vaqueiros e os coronéis de tempos pretéritos, mas também outros que podem ser incluídos no espaço rural do sertão, no nosso caso, no sertão sergipano. Segundo Silva (2014), as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorridas em função da globalização na atualidade podem ser percebidas a partir de novas representações do sertão. O semiárido não é apenas seca, vegetação de caatinga, solos pedregosos. É também, chuva, produção agropecuária, vida, cultura, religião, história. Hoje o sertanejo tem internet rural, são assentados, quilombolas, agricultores, fazendeiros e empresários do agronegócio que sobrevivem no sertão e convivem com o fenômeno da seca, porém de forma desigual. Nesse sentido, o sertanejo vive em um ambiente que:

A presença e o déficit de água no ambiente semiárido modifica a paisagem tornando-a exuberante ou dando lugar ao seco. No tempo chuvoso, os sertanejos ficam mais felizes, é tempo de plantio, de maior oferta de alimentos e água para os animais, das plantas nativas frutificarem, maior biomassa da caatinga e mais nutrientes no solo; os reservatórios cheios, os rios percorrendo no sertão e maiores possibilidades de vendas no comércio. A ambiência climática torna-se amena e há um conforto térmico local com a presença de chuvas. (OLIVEIRA e PINTO, 2016, p. 06)

Analisando o jornal A Cruzada, edição de 10 de fevereiro de 1962, foi publicada uma matéria que chama a atenção para os problemas causados pela seca em todo o estado de Sergipe,

sendo que os municípios localizados no polígono das secas foram os mais afetados. Esse período de estiagem se prolongou e em 1965 tivemos a maior seca da década de 60. Nessa época não tínhamos recursos tecnológicos para medir a precipitação das chuvas, sendo as informações sobre as secas passadas pelos habitantes de cada região do estado, quando iam para a capital do estado aos jornalistas.

Nas entrevistas realizadas para esta tese, perguntamos se os entrevistados tinham lembranças das grandes secas que ocorreram no sertão em tempos pretéritos. Os entrevistados revelaram através de suas memórias e representações sociais a vida sofrida no sertão; as secas constantes e seus efeitos no meio ambiente, como também, a falta de políticas públicas eficazes para todos no combate à seca, apoio financeiro desigual para os proprietários de terras, o aumento das desigualdades sociais e o modo de vida da população sertaneja no enfrentamento e convivência com o fenômeno da seca.

Cruzando o depoimento do senhor Carlos Soares de Menezes, com a matéria do Jornal A Cruzada, citada anteriormente, ele confirma que em 1965 ocorreu uma grande seca no sertão sergipano, com onze meses sem chuvas. Sendo que nos anos anteriores já vinham sofrendo com as estiagens. Mas, segundo o depoente, naquela época grande parte da caatinga era preservada, não havia ocorrido desmatamento como nos dias atuais. O sertanejo não colheu o milho, o feijão, nem a mandioca para fazer a farinha. Mas tinha na caatinga o alimento através da caça (tatu, peba, veado, tamanduá, caititu, entre outros), que amenizava um pouco a fome dos sertanejos.

Analisando a Mensagem de Governo do ano de 1962, que faz um balanço da atuação do governo de Luís Garcia (1959-1962), aponta o ano de 1962 como um ano de seca das mais agudas da história do estado, tendo que solicitar ajuda ao presidente da República por meio da SUDENE, devido à gravidade da estiagem que estava acabando com a produção agrícola e sacrificando os animais. Então, o estado para evitar o êxodo rural e amenizar a vida da população carente, abriu frentes de trabalho como a construção de estradas; elaborou projetos para o abastecimento de água e transformou o Serviço Estadual contra as Secas em Departamento de Saneamento e Obras contra as Secas, que atuou em conjunto com outros departamentos do governo no combate contra as secas, como consta logo abaixo:

[...] O serviço de abastecimento de água às populações do interior está sendo executado por caminhões do Departamento de Estradas e Rodagens e do DNOCS, numa somação de recursos para atender dolorosas condições de vida de milhares de patrícios, na expectativa de uma das maiores calamidades até

hoje registradas na vida sergipana. (MENSAGEM DE GOVERNO, 1962, p. 19)

Na verdade, essas medidas mesmo com a ajuda do governo federal foram pontuais e não amenizou e muito menos resolveu os problemas da seca em todo o estado, principalmente no sertão. Nessa mensagem apenas duas frentes de trabalho foram citadas: a construção das estradas Gararu-Porto da Folha e Poço Verde-São Domingos. A implantação das frentes de trabalho e a distribuição de água ficavam por conta das prefeituras que beneficiavam apenas parte de seu eleitorado. Percebemos também que existia uma maior preocupação com o crédito bancário que foi liberado para os produtores que estavam perdendo a sua produção em função da seca. E nessa época apenas os médios e grandes proprietários tinham acesso ao crédito. Eram poucos os pequenos produtores que tinham acesso ao crédito rural pelo Banco do Brasil, que apesar da divulgação da facilidade de acesso ao crédito, na prática existiam obstáculos⁸⁷ que afastavam os pequenos produtores dos financiamentos bancários. E nessa Mensagem de Governo não consta indicação de projetos e uma preocupação específica em relação ao semiárido, região de maior incidência de secas.

No jornal A Defesa edição de 22/08/1965, encontramos um trecho de um discurso de Dom José Brandão, sobre o sofrimento da população causado pelas secas presentes no sertão e ele aponta a engenharia e o rio São Francisco como caminho para minimizar os efeitos das secas através da irrigação. Em outras edições desse jornal Dom José Brandão de forma persistente, afirma que faltava interesse político para resolver o problema da seca. A seca é previsível e o rio seria a solução para os problemas causados pelas estiagens.

No ano de 1970 também tivemos uma das maiores secas do sertão. E na edição de 03/11/1970 do jornal A Defesa, em um artigo Dom José Brandão, nos revela o que a princípio era apenas uma estiagem transformou-se em uma das maiores secas do sertão sergipano. Somente em agosto de 1971 é que a chuva voltou a cair no sertão, porém não foi o suficiente para recuperar a produção agrícola e a criação de animais. A seca e suas consequências foram severas e prolongaram-se durante vários anos da década de 70, como nos mostra o trecho do Jornal A Defesa de 28 de março de 1971:

Os caminhões-tanques da SUDENE transportam a água do rio ou de alguns açudes para o interior, mas toda a despesa de gasolina e óleo é por conta das pobres prefeituras que mal recolhem para pagar os seus funcionários. As feiras

⁸⁷ Nessa época para fazer um empréstimo bancário era preciso hipotecar a propriedade junto ao banco. E o valor do empréstimo era equivalente a 30% do valor da propriedade. Quando esses proprietários contratava o empréstimo, o valor era pequeno e muitos tinham receio de não poder pagar e perder a propriedade para o banco.

do sertão estão se enfraquecendo de dia para dia, porque ninguém tem dinheiro para comprar. O vigário de Pôrto da Fôlha comunicou ao clero, na última reunião mensal, que em um povoado de sua Paróquia, o Povoado de Lagoa da Volta, 20 crianças morrem de fome e desidratação, numa semana. Pais de família com oito filhos têm apenas para sustenta-los o que ganham por semana nas frentes de trabalho: Cr\$ 14,00. O jeito é fugir para São Paulo, Mato Grosso ou talvez para a Trans-samazônica.

A maior parte dos entrevistados também nos revelou que a seca de 1970 foi uma das maiores secas ocorridas no sertão. A falta de barragens, tecnologia e conhecimento dificultaram o enfrentamento/convivência com a seca. E as ações do Estado não foram suficientes para minimizar os problemas causados pela seca. Analisando a Mensagem de Governo do ano de 1971, em que o governador Lourival Batista, apresenta à Assembleia Legislativa as ações desenvolvidas pelo seu governo nos anos de 1969 e 1970 não encontramos nenhuma ação direta de combate à seca no sertão. Encontramos convênios celebrados pelo governo do Estado com a SUDENE através da Secretaria de Agricultura, tendo como objetivo central o desenvolvimento agropecuário de todo o estado de Sergipe.

Segundo o senhor João Alves dos Santos, em sua narrativa, o ano de 1975 foi um ano chuvoso, diferente dos anos anteriores com secas frequentes. E neste ano o sertanejo conseguiu recuperar a produção agrícola e parte do rebanho bovino e caprino. Durante essa década a preocupação do governo com o sertanejo se restringia às frentes de trabalho, alguns carros-pipas e crédito rural que apenas os médios e grandes proprietários tinham acesso. O montante de recursos liberados pelo governo atendia um pequeno número de propostas e os pequenos não tinham como contratar valores tão elevados por não ter garantia suficiente para a comprovação bancária, sendo contraditório afirmar que o pequeno proprietário foi beneficiado, como consta na Mensagem de Governo (1971, p. 07):

Através do Programa de Crédito Rural Orientado, em apenas 1 ano de atividade, foi aplicado na agricultura, um bilhão e trezentos e setenta milhões de cruzeiros antigos, atendendo a 160 propostas de pequenos e médios proprietários, em 39 municípios, para inversões e custeio rural.

No ano de 1980 tivemos mais uma seca severa e, somente em 1985, é que as chuvas chegaram e melhoraram a situação de seca na região do sertão. Nesse período o que ajudou a minimizar os problemas da população sertaneja durante a seca, mais uma vez, foram as frentes

de trabalho⁸⁸ e a distribuição de alimentos como sardinha, feijão preto e farinha santista, no combate à fome e a mortalidade infantil. Em seu depoimento, o senhor Raimundo Eliete Cavalcante, mostra muito bem essa realidade:

[...] A seca maior que vivenciei foi a de 83. Uma seca muito forte. Então, foi feito toda uma mobilização nacional e a CPT fez uma grande pesquisa e aqui quem coordenou foi Dionísio. Foi feito um levantamento porque houve muita morte por falta de alimentação e a mortalidade infantil foi grande no sertão. Ainda não tinha a Pastoral da Criança, estruturada, para cuidar da questão do soro caseiro. Esse levantamento foi muito bem feito nas frentes de trabalho e milhares de crianças morreram devido à falta de assistência no período das secas⁸⁹.

De acordo com a Mensagem de Governo do ano de 1981, do então governador Augusto Franco, através da Defesa Civil, executou algumas ações direcionadas ao polígono das secas, que já vinham sendo realizadas em anos anteriores por meio dos programas de obras e correção dos efeitos da seca e suprimento de água. Foram fichadas 7.611 pessoas nas frentes de trabalho e contratados 57 caminhões-pipas para distribuir água para 17 municípios do sertão sergipano. Todavia, esse número de pessoas e carros-pipas para abastecer os municípios sertanejos foram insuficientes no combate a seca, como mostra a Tabela 5 abaixo, com os municípios apenas da rota do Sertão, como forma de exemplificar a situação.

⁸⁸ Na edição do Jornal a Defesa, abril de 1984, a matéria intitulada “A seca do sistema” faz uma crítica contundente em que a seca no Nordeste brasileiro não é igual a uma catástrofe. Ela é previsível, lenta e para resolvê-la precisa modificar a estrutura fundiária e a questão da água torna-se uma questão de acesso à terra. Só que para alguns a seca tornou-se um meio de enriquecimento e poder. Em seguida, denuncia a humilhação sofrida pela população nas frentes de trabalho. Existia frentes de trabalho para homens, mulheres e crianças.

⁸⁹ Entrevista concedida ao autor. Poço Redondo-Se, 05/12/2020.

Tabela 5: Municípios do Polígono das Secas da Rota do Sertão

Municípios	Área (Km²)	Carros-pipa	População total	Nº de pessoas nas frentes de trabalho
Canindé do São Francisco	796	07	6.187	-
Monte Alegre de Sergipe	407	05	8.705	758
Nossa Senhora da Glória	764	02	20.615	1.098
Nossa Senhora Aparecida	283	01	8.793	202
Poço Redondo	1.031	10	16.811	736
Ribeirópolis	229	-	12.373	100

Fonte: MENSAGEM DE GOVERNO, 1981.

Organização: Givaldo Santos de Jesus

No quadro acima, podemos observar que a quantidade de carros-pipa para atender a população e o rebanho com a distribuição de água por toda a área dos municípios, como também, o número de pessoas contratadas pelas frentes de trabalho foi insuficiente. É um número pequeno de carros-pipa para atender municípios com uma grande área e população, e um número também pequeno de pessoas ocupadas nas frentes de trabalho em relação a população total. Vale destacar que as frentes de trabalho executavam serviços na melhoria e construção de estradas, adutoras, barragens, entre outras.

A situação da falta de água para a população e para o rebanho sertanejo começou a melhorar com a construção de barragens e açudes pela SUDENE, DNOCS e por iniciativas e recursos dos produtores em suas propriedades. Como exemplo dessa realidade, entre os municípios de Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre foram construídas algumas barragens que passaram a abastecer a população da região, tanto para o povo beber quanto para os animais, mesmo algumas barragens sendo de água salobra. Segundo Antônio Francisco de Oliveira, em seu depoimento:

A maior seca daqui foi em 1980. Não tinha tecnologia, não tinha barragem. O povo fala da seca de 70. Agora a de 80 foi muito grande e só foi melhorar em 85. As barragens nessa região, a do Nogueira foi construída em 1960, e era pequena. As outras só foram construídas em 1984 e só terminou em 85. Todas as barragens dessa região foi dessa época. Era chamada de GL 20, GL 21, GL 22 e GL 23. E a do Nogueira foi ampliada. Quem plantou macambira nos paredões foi eu. Veio trator do DNOCS e da SUDENE e muita gente aqui da

região trabalhou na construção dessas barragens. Era as frentes de trabalho, o maguinu, para o povo também não morrer de fome⁹⁰.

Essas barragens construídas pelo DNOCS através da SUDENE, entre Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre, atualmente são conhecidas como: Barragem de Cabel (Rio Capivara), Barragem de Gerusa, Barragem da Pedra Grande e Barragem do Augustinho (Figuras 09, 10, 11, 12). Com a construção dessas barragens, também abriram estradas e os paredões dessas barragens serviram como pontes para a circulação de carros e pessoas, pois, elas foram construídas seguindo o percurso de rios como o Capivara e riachos da região.

Figura 9: Barragem de Cabel – Povoado Lagoinha, entre os municípios de Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Figura 10: Barragem de Gerusa – Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

⁹⁰ Entrevista concedida ao autor. Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 04/10/2019.

Figura 11: Barragem da Pedra Grande – Povoado Pedra Grande – Nossa Senhora da Glória-Se, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Figura 12: Barragem do Augustinho – Povoado Augustinho – Nossa Senhora da Glória-Se, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Em 1983 todas as barragens e açudes entre Nossa Senhora da Glória e Ribeirópolis secaram. O único açude que não secou foi o açude do Cajueiro em Ribeirópolis, em função de minas de água que existiam no açude e sua localização fica numa área de transição entre o agreste e o sertão, ocorrendo uma maior precipitação de chuvas, e consequentemente, acúmulo de água. Segundo o senhor José Barreto Santana, em seu depoimento:

Em 1983 secou tudo. Até o açude de Glória secou. O único aqui da região que não secou foi o de Ribeirópolis. Os carros pipas de Glória, do Aleixo e daqui de Nossa Senhora Aparecida, ia buscar água lá todo dia. Só via os caminhão passar por aqui. Eu trabalhava numa fazenda no Boqueirão e levava o gado a pé para beber água lá. Se não o gado morria de sede. Foi uma época muito difícil. As pessoas chegava a comer palma, gravatá. O leite que a gente tirava era pouco porque não tinha comida para o gado. Aí vendia as vacas melhores para comprar água e ração para as outras. Até quando vendia quase todas e as fracas ninguém queria comprar porque não tinha capim, ração. O povo naquela época quase perde todo o gado. Morreu muito gado por falta de água e comida⁹¹.

⁹¹ Entrevista concedida ao autor. Nossa Senhora Aparecida, 27/10/2020.

Na verdade, o sertão vem sofrendo ao longo do tempo com a escassez de chuvas e entre 3 e 5 anos ocorre um ano chuvoso e outros três a quatro secos⁹², prejudicando a produção agropecuária e a vida do sertanejo. E o açude Cajueiro (Figura 13) foi um exemplo de atuação do Estado como forma de minimizar os problemas da seca no sertão. Segundo Lima (2008) o açude Cajueiro, localizado no município de Ribeirópolis foi projetado e construído no ano de 1956 pelo DNOCS e CODEVASF, com um volume de 92.000 m³ de água. A barragem principal é de terra. Tem uma altura de 17,40 m, largura de 4,00 m e coroamento de 205,00 m, com uma área de 20,60 km². A construção deste açude foi com o objetivo de fornecer água para a região sertaneja, reduzindo os impactos das secas.

Figura 13: Açude Cajueiro, Ribeirópolis-Se, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Segundo o senhor Antônio Eloy Santana, em seu depoimento, na década de 1990 também tivemos grandes secas, e 1993 foi um ano em que a seca foi mais severa que em outros anos anteriores, prejudicando a população e a produção agropecuária, principalmente do semiárido. Na Mensagem de Governo do ano de 1994, encontramos algumas ações de convivência do homem com a seca do governo do estado João Alves Filho, com o objetivo de ampliar a infraestrutura de captação e acumulação de água, conservação de forragens e difusão

⁹² Ainda temos a atuação do fenômeno El Niño, que provoca grandes períodos de secas. Segundo Santos (2018) esse fenômeno agiu de forma intensa nos anos de 1982/1983, 1990/93, 1997/98, 2015/16, prejudicando diretamente as pastagens e a produção agropecuária no sertão sergipano.

de tecnologias de produção para o semiárido. Nessa Mensagem de governo, apresenta o que o governo fez no ano anterior, mas não apresentou nenhum plano e ações diferenciadas e diretas de combate à seca de 1993. O governo continua com as mesmas ações dos anos anteriores, como carros-pipa, incentivo a produção, etc. Para o senhor José Barbosa Santos, em seu depoimento:

A sorte do povo é que em 93 o povo já tinha aprendido a fazer mais cisterna, mais fonte, barragem e fazer silo prá dar comida ao gado. Eu mesmo trabalhei fazendo muitas cisternas. Tinha uma que pegava até 50.000 litros de água. As secas dos tempos de 90 foi diferente da 70 e 80 porque o governo já tinha cavado mais barragens e o povo também cavou nos seus terrenos. O povo aprendeu a plantar mais palma. Mas não quer dizer que não tinha sofrimento. Muito gado morreu de fome e de sede e quase ninguém colheu nada. No sertão é assim, em tempos em tempos vem uma seca grande. E o governo só fica naquele negócio, manda fazer uma cisterna ali outra acolá, limpar uma barragem, mandar um carro-pipa e pronto. O povo que se vire⁹³.

Entre os anos de 2000 e 2007, essa forma de enfrentamento da seca continuou com os governos de Albano Franco (1995-2003) e João Alves Filho (2003-2007). Segundo Silva (2018), entre os anos de 2000 e 2007, a atuação do fenômeno El Niño foi de intensidade fraca a moderada. Nesse período não ocorreram secas severas. Somente as secas periódicas esperadas todos os anos e os governos continuaram desenvolvendo os planos de combate às secas que os anteriores já vinham executando sem grandes novidades (carros-pipa, distribuição de sementes, liberação de financiamentos, etc.).

Na Mensagem de Governo do ano de 2012, encontramos dados da atuação do governo Marcelo Déda Chagas, referentes ao período de 2007 a 2011, e sobre o sertão apresenta o crescimento agropecuário puxado pelo crescimento da produção de milho, o fortalecimento da bacia leiteira e da agricultura familiar. Percebemos uma preocupação do governo com o crescimento econômico, porém a questão da seca continuou com ações pontuais sem resolver os problemas estruturais. Para o sertão cita a viabilização de alguns projetos de irrigação, crédito fundiário, assistência técnica para os produtores e o Turismo (Rota do Sertão) com o objetivo de gerar emprego e renda para a população da região. Todavia, existe o monopólio e a exploração da força de trabalho dos sertanejos pelos empresários que dominam o turismo na região.

⁹³ Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis, 03/04/2020.

O ano de 2013 é apontado na Mensagem de Governo de 2014 como um dos anos que ocorreu uma das estiagens mais graves dos últimos anos, e o governo atuou no combate à seca por meio de uma série de obras de infraestrutura e prevenção como a construção de açudes, limpeza de barragens, fornecimento de água e comida para a população, ração e água para preservar o rebanho. Nessa mensagem o então governador Jackson Barreto, afirma:

[...] E só quem viu sabe o que isso representa para o homem do campo. Nas minhas viagens pelo interior do Estado, poucas coisas são tão reconfortantes quanto ver a alegria do pequeno produtor, do pequeno lavrador, ao chegar a ração que o governo fornece para os seus animais. [...] Antigamente, seca era sinônimo de prejuízos, miséria e infelicidade. Nós estamos acabando com isso. E é essa satisfação que carrego comigo: no pior momento da seca, o Governo de Sergipe esteve ao lado do homem do campo. (MENSAGEM DE GOVERNO, 2014, p. 05)

A afirmação acima é um tanto contraditória. Apesar de o governo mencionar todo o apoio dado aos pequenos produtores, na prática essas ações foram específicas não atendendo a todos os municípios e produtores atingidos pela seca no sertão. As principais ações do governo pautaram-se na recuperação e ampliação de barragens, operação carro-pipa, implantação de palma forrageira, distribuição de sementes, regularização de queijarias, entre outros. Na verdade, não tivemos ações no sentido de atuar na prevenção e principalmente acabar com a indústria da seca. Essas ações governamentais continuaram sendo levadas aos cabos eleitorais de prefeitos e de vereadores, como forma de garantir os currais eleitorais.

Na Mensagem de Governo de 2017, percebemos também uma preocupação em relação a seca que se estendia desde 2012 e que vinha prejudicando a safra e, em 2015, tivemos uma redução de 70% na produção do milho. O governo alerta que as principais barragens que abasteciam a população e garantiam a irrigação já estavam secas. Então, mais uma vez atua distribuindo água através dos carros-pipa, e dessa vez coordenado pelo Exército brasileiro; limpeza de barragens; propôs projetos de fortalecimento de ações de combate às secas no semiárido e também em outras localidades do estado. Entretanto, segundo Rocha (2017, p. 198):

Até agora, as respostas governamentais têm sido reativas: decide-se o que fazer quando uma nova seca acontece. Essa situação precisa mudar. Ou seja, a gestão de secas no Brasil necessita avançar de uma abordagem de gestão de crise para uma abordagem baseada na gestão de risco. Isto resultará na redução de custos e de impactos sociais e econômicos associados às secas.

O senhor Antônio Erivaldo de Oliveira, em seu depoimento, afirma que no ano de 2018 a seca também foi severa. No sertão metade da produção de milho foi perdida em função da falta de chuvas. E o que salvou o gado foi a palha do milho que sobreviveu a seca e permitiu a produção de ração para o gado. Alguns produtores de milho conseguiram recuperar um pouco dos prejuízos fazendo rolão e silagem (ração) para vender. Na Mensagem de Governo de 2019, que traz informações dos anos anteriores e projeções para o ano de 2019, revela que a estiagem vem castigando o estado de Sergipe há seis anos, mantendo os municípios sergipanos em situação de emergência. E como forma de enfrentar os efeitos das secas no semiárido, continuou com a perfuração de poços, instalação de dessalinizadores, ampliação de barragens, melhoramento do rebanho leiteiro, disseminação do cultivo da palma forrageira, linhas de créditos para ampliar e qualificar a atividade leiteira da região, entre outros. Para o senhor José Francisco de Lima, em seu depoimento:

O sertanejo é um povo esquecido. A ajuda do governo não chega para todo mundo. Só Deus é quem resolve o problema da seca quando manda chuva. De 2012 a 2018 foram anos seguidos de secas. E a ajuda dos governos é sempre a mesma. No ano que dar para colher o milho fica todo mundo rico. Agora em anos seguidos de secas como esses últimos foram anos que não colhia nada, outros que colhia um pouco e um ou outro que deu alguma coisa. E quando dar para tirar a ração ainda é bom. O ruim é depender do governo porque a ajuda dificilmente chega para o pequeno produtor⁹⁴.

Na verdade, nos últimos anos não tivemos ações inovadoras por parte do governo. O enfrentamento da seca continua com base nas mesmas ações de governos anteriores, como a perfuração de poços artesianos, que não atendeu as necessidades da população sertaneja de forma satisfatória devido a salinização da água. As ações desse governo, como dos anteriores, não garantiram a resolução dos problemas, apenas amenizam a situação de uma pequena parcela dos sertanejos nos anos de secas severas.

Portanto, percebemos nos depoimentos, jornais e mensagens de governo, que a seca vem prejudicando a vida dos sertanejos, mas que o sertanejo tem avançado um pouco no enfrentamento e convivência com a seca a partir de sua vivência e experiência no semiárido. As ações dos governos de combate às secas no período estudado foram limitadas, atendendo um número pequeno de produtores e só desenvolvem ações quando as secas acontecem de

⁹⁴ Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis, 12/10/2020.

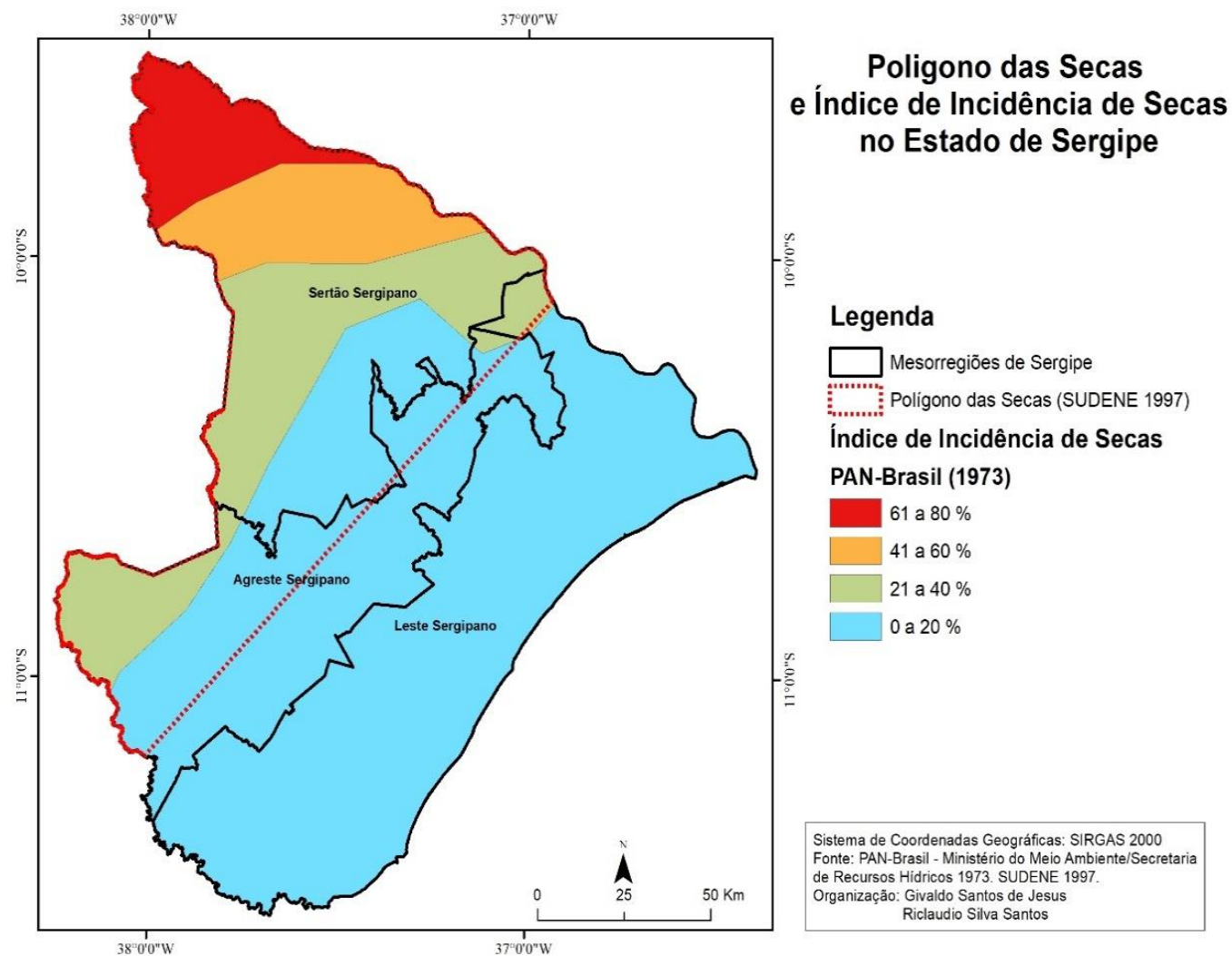
forma severa. E não interferem diretamente na estrutura da indústria da seca. A maior preocupação dos governantes foi com os empréstimos liberados, em que o maior montante atende os médios e grandes produtores; perdas na produção agropecuária e queda no PIB. Os projetos de reforma agrária e de irrigação não atende a todos e o fornecimento de água através da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) não atende de forma satisfatória a população sertaneja, principalmente nos povoados.

5.2 – Formas de conviver no sertão: estratégias de produção e reprodução das unidades familiares

Cada região de um país ou de um estado possui suas próprias características, qualidades e obstáculos à produção agropecuária em que o produtor rural precisa desenvolver estratégias para superar as dificuldades e garantir a produção e a reprodução das unidades familiares. No sertão sergipano, nossa região de estudo, é caracterizado pelo clima semiárido, área do polígono das secas⁹⁵ (Mapa 8) com incidências das secas severas que desafia o ser humano a conviver, produzir e enfrentar os períodos de secas ao longo do tempo.

⁹⁵ É uma área geográfica definida por lei no semiárido nordestino que enfrenta estiagens agudas, necessitando ações específicas por parte do Estado.

Mapa 8: Polígono das secas e índice de incidências das secas no estado de Sergipe



No sertão sergipano, como vimos anteriormente, as terras entre as décadas de 60 e 90 eram muito concentradas. Os grandes proprietários chegavam a possuir fazendas com mais de 1,5 mil hectares de terra, e muitos tinham mais de uma propriedade como o coronel João Maria que possuía cerca de dez fazendas no sertão sergipano e Antônio Leite que possuía mais de 12 mil hectares⁹⁶ de terras. O objetivo principal dessas fazendas, de início era criar o gado solto na caatinga e com o avanço do capitalismo no campo passaram a formar as pastagens plantando o capim para aumentar o rebanho bovino.

Os camponeses sem terra que residiam próximo a essas fazendas, por não possuírem terras, como forma de sobrevivência, acabavam trabalhando no “alugado” de forma integral e/ou arrendavam terras com o objetivo de “botar roça”. O arrendamento era pago entregando metade da produção ao proprietário, e na maioria das vezes, plantavam capim, colhiam os produtos e deixavam a pastagem formada como forma de pagamento. Sem outra alternativa, o camponês prepara a pastagem para o fazendeiro se beneficiar e ameaça sua sobrevivência, diminuindo com o tempo as terras destinadas ao cultivo agrícola. Outros camponeses trabalhavam como vaqueiros, viviam da quarteação e também de pequenas roças permitidas pelos fazendeiros, utilizando a força de trabalho de sua família. O senhor Carlos Aquino dos Santos, em seu depoimento afirma:

Eu mesmo botei muita roça arrendada. Antigamente era a forma de se viver no sertão. Quando eu morava com o meu pai trabalhava com ele numa pequena propriedade, mas não dava prá nada. Aí quando eu casei tive que botar roça arrendada. Os fazendeiros da qui preferia que deixasse o capim plantado. Eu tirava o legume, feijão, milho e deixava o capim plantado. No outro ano eu ia e botava outra roça em outro lugar que o fazendeiro mandava. Aí o pasto dele se formava e eu sobrevivía com a minha família. Agora era duro viver naquela época⁹⁷.

No sertão, a propriedade camponesa também se formou às margens dos latifúndios, em terras menos férteis, que desde cedo esbarravam-se com a expansão das grandes propriedades pecuaristas. Essas pequenas propriedades sempre foram importantes para a produção de alimentos, como também, no fornecimento de força de trabalho para as médias e grandes propriedades. Nas roças botadas nas fazendas e nas pequenas propriedades, os

⁹⁶ Transformado 12 mil hectares de terras em tarefas, que é uma medida comum no sertão sergipano, temos 40 mil tarefas de terras.

⁹⁷ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nova Canadá – Canindé do São Francisco, 02/12/2020.

camponeses plantavam algodão, milho, feijão, mandioca. Uma parte era comercializada e a outra armazenavam para garantir a alimentação da família o ano inteiro. Essa realidade pode ser observada no depoimento do senhor Carlos Soares de Menezes:

Muitos guardavam né na lata de querosene, quando acabava lavava, passava areia e depois enchia de milho, feijão. Outros pegavam no canto da casa, a casa de taipa aí jogava cinza na parede e no chão e aí socava milho um no outro, um no outro e ficava aquele canto de milho lá. Ai tirava, cozinhava o milho e fazia o cuscuz. Aí todo mundo comia aquele cuscuz. Tinha a cabra, tinha a vaca, tirava o leite da cabra comia com cuscuz. Ai quando a coisa estava pegando comia cuscuz com leite de manhã e de noite. E meio dia caçava um jeito de comer um feijão, um negócio, uma coisa. E todo mundo vivia. Um cara meio magro, mas dizia vamos pegar um boi e pegava⁹⁸.

Outra forma produtiva de garantia de reprodução e convivência no sertão nas unidades familiares é o pequeno criatório de animais, principalmente vacas de leite. As ovelhas, cabras, porcos e aves são criadas para atender as necessidades da família como também de forma individual para atender algumas necessidades básicas e individuais. Outro exemplo é o roçadinho⁹⁹, que consiste em botar roça em uma pequena área à parte do roçado, onde o trabalho é individual e atende necessidades também individuais. Segundo a senhora Helena Freitas dos Santos, que morava em uma unidade familiar no povoado Campanha, em Nossa Senhora Aparecida, mostra em seu depoimento essa realidade:

A gente só podia comprar roupa uma vez no ano. Na festa do padroeiro ou na festa de reis. Aí meu pai dava aos meus irmãos um pedaço de terra pequeno para cada um trabalhar e comprar suas roupas. Já as mulheres criava um porco, uma cabra e galinhas. Eu vendi muitas galinhas na feira de Ribeirópolis para comprar roupas e algumas coisinhas mais. Quando faltava alguma coisa em casa, remédio, minha mãe mandava vender as galinhas dela e comprava o que precisava¹⁰⁰.

Nos períodos de longas estiagens a falta de água torna-se um grande problema para o sertanejo que, além de necessitar de água para beber e atender as necessidades domésticas,

⁹⁸ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

⁹⁹ Para Garcia Júnior (1983) o roçadinho é também uma forma de os filhos aprenderem as técnicas de produção, capacitando-os para administrar futuramente o seu roçado.

¹⁰⁰ Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis, 22/10/2020.

precisavam produzir os produtos agrícolas e manter o rebanho vivo. No período de secas os fazendeiros utilizavam-se da força de trabalho dos agricultores para cavar cacimbas, fontes e barragens. Tudo cavado a mão com picareta e carregava a terra no banguê¹⁰¹. Então, a população local recebia o dia-de-serviço e comprava alimentos, garantindo a sobrevivência. Os pequenos proprietários dentro de suas possibilidades financeiras e da disponibilidade da força de trabalho da família também cavavam pequenas cacimbas e fontes para armazenar água. Segundo o senhor Carlos Soares Menezes, em seu depoimento:

Mas os fazendeiros com toda a sua dureza ainda faziam isso né. Tinha um tanque na frente. Aí quando faltava água vinham buscar aqui. Um tio meu vinha buscar água de bicicleta do lugar que é de Rege. Ele arrudiava por ali e vinha buscar água no Chalé. Só que fizeram o que o tanque era cavado a braço de homem bem feitinho. [...] as cacimbas eram cercadas de pau a pique, faziam uma barriguda com um cocho. Ía lá no mato pegava duas catingueira ou três e fazia uma bica, botava no cocho. Pegava uma cuia e os animal todo mundo vinha beber água naquele cocho ali. Isso agora eu fazia o meu papel que eu criava bicho, aquele também ia e fazia o papel dele lá. O senhor também ia e fazia o seu papel e depois diz o pessoal de primeiro era um pessoal meio ignorante. Não mas podia ser ignorante mais era organizado, unido. E esse tanque pequenininho para secar tinha que ser uma seca bem grande e todo mundo era combinando. Fulano tua mulher vai buscar água, mas tem que pegar com a cuia pra não pisar dentro. O sapo podia tomar banho dentro, mas nós pisar dentro não podia¹⁰².

A convivência da população sertaneja com a falta de chuvas amenizou-se com a intervenção do Estado, que sempre age de forma tardia e pontual, a partir da construção e manutenção de açudes, barragens, cisternas, poços artesianos, ampliação da adutora do sertão e os projetos de irrigação nos assentamentos. Todavia, essas ações não atendem a maioria da população. Uma questão importante é a mudança de comportamento do próprio sertanejo que passou a se preocupar com as formas de acúmulo de água, produzir a silagem e palma para manter o rebanho bovino vivo e produzindo.

Analisando as Mensagens de Governo, durante o período estudado nesta tese, os governadores apresentam ações de combate à seca por meio da construção e manutenção de

¹⁰¹ No Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis (2020), a palavra banguê tem vários significados, sendo o mais correto para o nosso contexto “padiola grosseira, para condução de materiais de construção”.

¹⁰² Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

açudes e barragens. Todavia, encontramos algumas contradições nessas informações em relação a manutenção e uso das águas dessas barragens, que deveriam estar sendo usadas como estratégias de produção e reprodução das unidades familiares. Atualmente, encontramos no sertão vários açudes e barragens sem manutenção. Um exemplo dessa realidade é o açude do Cajueiro no município de Ribeirópolis, citado anteriormente, que está em estado avançado de antropismo, devido aos dejetos produzidos pela população e lançados por meio de esgotos no açude. Suas águas são impróprias para o consumo humano, animal e para irrigação, devido aos altos índices de termotolerantes (coliformes fecais).

As barragens, por sua vez, parte delas estão fornecendo água aos agricultores e fazendeiros apenas no período de secas severas, por meio de carros pipas. E outras como a barragem do Algodoeiro, construída na década de 1980, no município de Nossa Senhora da Glória (Figura 14 e 15), que atualmente está sendo usada por um fazendeiro na irrigação da produção de capim elefante, palma, confinamento de gado, manutenção de ordenhas mecânicas e produção de derivados de leite. Um bem público que está sendo utilizado pela iniciativa privada o ano inteiro. E no caso de uma grande seca essa água pode faltar para os agricultores familiares.

Figura 14: Barragem do Algodoeiro, construída na década de 80, no povoado Algodoeiro em Nossa Senhora da Glória, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020
Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Figura 15: Produção de capim elefante irrigada com as águas da barragem do Algodoeiro, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020
Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Segundo o senhor Raimundo Eliete Cavalcante, em seu depoimento, quando chegou no sertão na década de 70 a caatinga era preservada e a população criava bastante “bode”. Que é o tipo de criação (animal) ideal para o semiárido. Contudo, a caprinocultura foi sendo substituída pela pecuária bovina. E a caatinga foi sendo desmatada em função do crescimento da pecuária e da agricultura com o avanço do capitalismo no campo. Uma estratégia de sobrevivência para a população sertaneja nesse momento foi vender o carvão e a lenha desses desmatamentos para as cidades, principalmente para panificações e olarias.

Nas áreas de assentamentos, o senhor Miguel Resende Neto, em seu depoimento, afirma que no momento da instalação dos assentamentos nas décadas de 80 e 90 foi feito o cadastramento das famílias que eram indicadas pelo MST. E o governo nesse momento também queria a quantidade de assentados e não a qualidade, e o funcionamento dos assentamentos, revelando as contradições da reforma agrária criada pelo governo. Em assentamentos como Barra da Onça e Cuiabá, foi assentado o dobro de famílias, dificultando a sobrevivência e o desenvolvimento dos assentamentos.

Durante o período das secas, o Incra distribuía cestas básicas e criava oportunidades de trabalho nos assentamentos a partir da construção de estradas, instalação da água da adutora do São Francisco e a construção de barragens públicas na região e nos próprios assentamentos, e os assentados recebiam pelos dias trabalhados. O objetivo do Incra era fazer com que as famílias não abandonassem os assentamentos em função das estiagens. Boa parte dos assentados também vendiam a sua força de trabalho aos fazendeiros da região para garantir a sobrevivência da família. Tempos depois é que algumas melhorias aconteceram com a chegada da energia elétrica e créditos bancários para a construção das casas dos assentados, pois muitos ainda viviam debaixo de lonas. A senhora Maria Aparecida da Silva, em seu depoimento, nos revelou a vida sofrida no início da instalação dos assentamentos:

Depois de viver com os meus filhos e o marido debaixo de uma lona de canto em canto pra vê se pegava um pedaço de terra fui assentada aqui no Canadá. No início pra sobreviver era um pouco pesado. Mas a gente recebia uma cesta básica de século em século. O Incra dava uma cesta básica aos mais necessitados. Mas tinha os lotes irrigados aí vizinho, e nós se encarnava em trabalhar e nós catava feijão de corda, acerola e os cambaus e levava a vida assim. Mas dava pra vencer¹⁰³.

¹⁰³ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nova Canadá, em Canindé do São Francisco-Se, 05/12/2020.

Em relação à produção agropecuária nos assentamentos de cerqueiro¹⁰⁴, nas grandes, médias e pequenas propriedades com um tempo foram desenvolvendo algumas estratégias como a melhoria da genética do gado, e para criar os animais e sobreviver no sertão é preciso plantar palma (Figura 16), milho e fazer silos (Figura 17) e captar água das chuvas em tanques, barragens e cisternas¹⁰⁵. Se o produtor não atentar para essas estratégias não tem como preservar o rebanho bovino e caprino no sertão, como também a sua própria sobrevivência, principalmente nos períodos de estiagem.

Figura 16: Palma para o gado - povoado Alecrim – Nossa Senhora da Glória-Se, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Figura 17: Silo com ração de milho para o gado na Fazenda Maravilha, em Monte Alegre de Sergipe, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Uma das principais estratégias de produção e reprodução das unidades familiares no sertão é a produção de leite. Segundo o pesquisador e professor Eliano Sérgio Azevedo Lopes, em seu depoimento, na década de 80 o gado do sertão era de raça pé duro e no máximo uma vaca dava cinco litros de leite. Com o tempo a genética do gado foi melhorando e a produção

¹⁰⁴ São assentamentos que não possuem irrigação e a produção agropecuária necessita das chuvas de inverno.

¹⁰⁵ Segundo o senhor Carlos Soares de Menezes, em seu depoimento, vale destacar a atuação do Centro Dom José Brandão de Castro, com alguns projetos que vem ajudando o sertanejo a conviver no semiárido. Através da ASAS construiu cisternas para água de beber, cisternas para produzir, bancos de sementes crioulas, tanques para produzir, fogão ecológico e biodigestor, entre outros.

de leite foi aumentando. A produção e comercialização do leite garante um lucro semanal para o produtor e consequentemente ajuda na manutenção da família e da propriedade.

Nessa mesma década, Gentil Tavares Barbosa, que era proprietário dos supermercados Gbarbosa e de grandes fazendas no sertão sergipano, construiu um laticínio em Capim Grosso, município de Canindé do São Francisco. O objetivo desse laticínio era beneficiar o leite de suas propriedades e dos produtores da região para abastecer os seus supermercados. Dessa forma, os pequenos produtores de leite acabavam vendendo o leite que não era beneficiado em sua propriedade para esse laticínio obtendo uma renda semanal, tornando-se uma estratégia de sobrevivência naquela época. O senhor Raimundo Eliete Cavalcante, em seu depoimento, afirma que:

[...] Só em 1980 prá cá que os fazendeiros começaram, sobretudo em Capim Grosso, aqui em Canindé, Santa Brígida, é que teve laticínio né. Aí o Gbarbosa introduziu uma indústria que começou a absolver a produção de todo o Alto Sertão. Não tinha Betânia, Natville. Não tinha essas que tem hoje lá em Glória¹⁰⁶.

Já no assentamento Barra da Onça, foi construído pelos assentados em forma de cooperativa o Laticínio União, com o objetivo de beneficiar o leite produzido no assentamento e na região, eliminando a presença do atravessador e dessa forma agregando um maior valor a produção dos cooperados. Contudo, essa experiência de cooperativismo acabou não dando certo e fechando as portas.

No sertão, até os dias atuais, é comum encontrar pequenas fabriquetas de queijo espalhadas nas propriedades e povoados com o objetivo de agregar maior valor a produção de leite e garantir a sobrevivência da família. Todavia, a maior parte da produção de leite é vendida diretamente aos laticínios como Betânia, Natulact e Natville, que instalam tanques de resfriamento de leite nas propriedades, que depois esse leite é transportado por caminhões dos laticínios e consequentemente ficam com a maior parte dos lucros. Hoje a maior estratégia de sobrevivência e reprodução da família é através da produção de leite e seus derivados. Aprofundaremos essas questões no próximo capítulo desta tese.

¹⁰⁶ Entrevista concedida ao autor. Poço Redondo-Se, 05/12/2020.

5.3 – O trabalho familiar e as técnicas de produção passado de geração a geração

Durante as entrevistas realizadas e as visitas in loco às unidades de produção, percebemos que tanto no passado quanto no presente, a força de trabalho familiar é utilizada nos assentamentos e nas pequenas propriedades na sua totalidade. As grandes propriedades, uma parte é gerenciada pela família. Já na outra, o gerenciamento ocorre por parte de gerentes de fazendas e contrata também toda a força de trabalho utilizada como vaqueiros, tratoristas e agricultores para roçar pasto, colher milho, fazer silo, limpar palma, passar veneno. A contratação dessa força de trabalho ocorre para realizar tarefas em que o trator não entra e precisa da mão-de-obra braçal.

Como vimos na discussão teórica desta tese, o agricultor familiar, segundo a FAO/INCRA (1994), define-se pela relação entre a gestão da propriedade que é conduzida pelo proprietário, o chefe da família, e o trabalho executado pelos familiares. Ainda, define-se pela ênfase na diversificação da produtividade, durabilidade dos recursos, qualidade de vida e na utilização do trabalho assalariado em caráter complementar.

As pequenas propriedades e os assentamentos rurais, que se configuram como unidades de produção familiar caracterizam-se pelo uso dominante do trabalho familiar, que para Chayanov (1974) o elemento primordial da pequena unidade de produção camponesa é o emprego da força de trabalho e o tamanho da família. E o conceito de família não se restringe apenas à relação biológica, sendo formada por membros que são divididos entre trabalhadores e consumidores, que cria uma dinâmica interna do volume e intensidade de trabalho. Dessa forma:

[...] la composición familiar define ante todo los límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia. [...] (CHAYANOV, 1974, p. 47)

Analisando as entrevistas realizadas com os agricultores familiares, assentados e fazendeiros no sertão sergipano, as famílias sempre foram numerosas, formadas pelos pais, filhos e em muitos casos por avós, tios, noras, genros e netos¹⁰⁷, que às vezes moram na mesma

¹⁰⁷ Essa formação familiar ocorre por diversos motivos: com a morte de um dos pais, o que fica acaba indo morar com os filhos ou os filhos vão morar com os pais; filhos que se casam e não tendo onde morar constroem suas casas constroem suas casas na propriedade dos pais, entre outros.

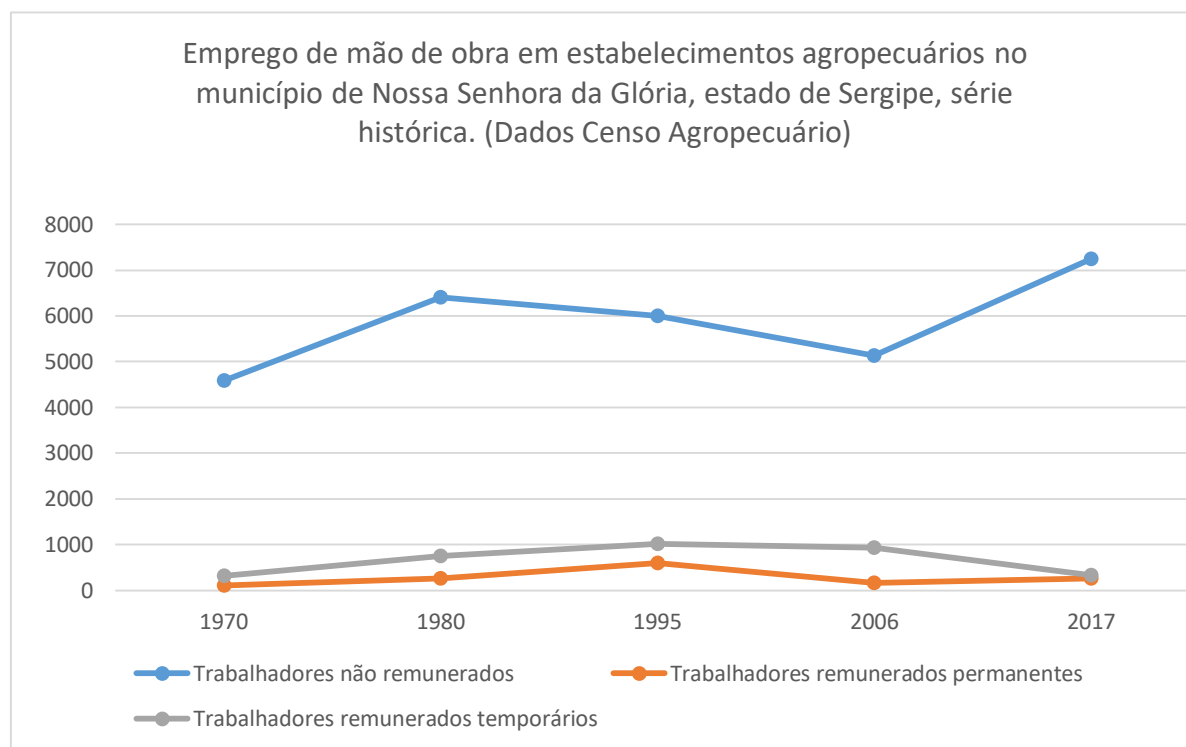
casa, em casas construídas na propriedade ou no povoado próximo à propriedade, mas que tira o sustento daquela unidade da produção familiar.

A vida dos agricultores familiares subordinada à lógica do mercado capitalista, dificulta a reprodução do grupo familiar porque as terras que possuem não são suficientes para a maioria dos pequenos proprietários e/ou assentados assegurarem a sobrevivência e reprodução da família. Então, alguns membros da família são obrigados a recorrer a outras estratégias de sobrevivência como trabalhar no alugado, em atividades agropastoris e não-agrícolas (pedreiro, servente de pedreiro, carpinteiro, moto táxi, pequenas mercearias, bares, costura, artesanato, merendeiras, entre outros).

Outra fonte de renda relevante e que garante a sobrevivência e reprodução da família na unidade de produção familiar é a aposentadoria rural. Boa parte dos entrevistados tem um ou dois aposentados na propriedade. Outra fonte de renda é o Bolsa Família, sendo uma renda complementar, na qual o agricultor acaba não trabalhando no alugado a semana inteira, dedicando-se mais a sua unidade de produção familiar.

Observando o emprego da mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos rurais em Nossa Senhora da Glória (Gráfico 1), município que apresenta os maiores indicadores de crescimento econômico do sertão, e o período de 1970 a 2017, devido aos censos utilizarem as mesmas nomenclaturas como trabalhadores não remunerados, trabalhadores remunerados permanentes e trabalhadores remunerados temporários, fica evidente a importância do emprego da força de trabalho familiar no sertão sergipano.

Gráfico 1: Emprego de mão de obra em estabelecimentos agropecuários no município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe (1970-2017)



Fonte: Dados do Censo Agropecuário 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017 (Série histórica)

Organização: Givaldo Santos de Jesus, Riclaudio Silva Santos

No gráfico acima, os trabalhadores não remunerados confirmam a predominância do trabalho familiar nos estabelecimentos agropecuários, como também, foi revelado essa predominância nas entrevistas realizadas no sertão. Em Nossa Senhora da Glória, no ano de 1970, tínhamos 4.581 trabalhadores não remunerados, e em 1980 chegou a 6.006 trabalhadores. Nos anos de 1995 e 2006, ocorreu a redução no número de trabalhadores e em 2017 esse número chegou a 7.249 trabalhadores não remunerados. Já os trabalhadores remunerados permanentes e temporários, no período estudado, o estudo apresenta um número abaixo de 1.000 trabalhadores com uma pequena variação entre os anos reduzindo bastante o número de trabalhadores remunerados permanentes e temporários em 2017.

Esses dados são questionáveis, pois mesmo que a mecanização tenha avançado no sertão entre os anos de 2006 e 2017 em função da produção de milho, durante a realização das entrevistas e das visitas in loco, nas unidades de produção agropecuária, encontramos narrativas e observamos que o número desses trabalhadores é maior, até mesmo pela necessidade

observada na região do trabalho alugado. Durante a coleta de dados dos censos agropecuários, os proprietários de terras costumam negar a quantidade de trabalhadores devido ao contrato desses trabalhadores serem informais e têm receio de possíveis fiscalizações por parte do Ministério do Trabalho.

No sertão, o trabalho alugado temporário ocorre de forma frequente na atividade agrícola, principalmente no período do plantio e da colheita. Já o permanente ocorre com maior frequência nas atividades da pecuária, principalmente para tirar o leite nas médias e grandes propriedades, sendo o setor que mais emprega no sertão. Dessa forma, o trabalho alugado constitui-se como elemento central na complementariedade da renda familiar dos agricultores sertanejos. O senhor Antônio Francisco de Oliveira, em seu depoimento, afirma que o período que mais contrata trabalhadores é no inverno, e a principal atividade que gera emprego e renda para o sertanejo é o leite. O vaqueiro nunca fica desempregado:

[...] O vaqueiro aqui ganha R\$ 300,00 por semana. Tira leite duas vezes ao dia. Se for só uma vez é R\$ 200,00. Essa é a média da região. Tem fazendeiro que paga R\$ 350,00 por semana para quando o cara quiser sair não ter mais nada o que acertar. É R\$ 1.400,00 por mês. O cara tira o leite e bota a ração. É puxado tirar leite duas vezes ao dia. É um estresse brabo e se for manual é pior. Já se for para trabalhar o dia na plantação e na colheita de milho varia entre R\$ 50,00 e 70,00 reais. Depende do serviço. O que ganha melhor é o tratorista. Ele ganha por horas trabalhadas. No sertão o que não falta é trabalho. Agora assinar a carteira aqui é difícil ter um fazendeiro que assine¹⁰⁸.

No depoimento acima, percebe-se que o contrato verbal (informal) prevalece na maioria das propriedades, seja para trabalhar na roça, tirar o leite na condição de vaqueiro ou com o maquinário (tratorista, correnteiro). São poucos os trabalhadores que têm carteira de trabalho assinada. A falta de conhecimento e atualmente a flexibilização da Legislação Trabalhista afasta o trabalhador dos seus direitos, como também, a tradição da palavra do homem do campo, que para muitos ainda vale mais que as palavras escritas. Quebrar um acordo verbal para esses homens de “palavra” é o mesmo que perder a honestidade e a honra.

No passado as famílias eram compostas por um grande número de filhos. Nas entrevistas realizadas, a maior parte dos entrevistados afirmaram que no sertão era comum encontrar famílias com 8 a 16 filhos. Na atualidade o número de filhos por casais caiu drasticamente. A maior parte das famílias tem entre dois a quatro filhos. Essa realidade

¹⁰⁸ Entrevista concedida ao autor. Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 04/10/2019.

começou a mudar devido ao avanço do conhecimento e das medidas de saúde a partir do controle de natalidade e também devido às condições de vida, que nas pequenas propriedades não se conseguia produzir o suficiente para garantir a sobrevivência e reprodução da família. No passado ter vários filhos era sofrimento quando eles estavam pequenos, mas quando cresciam se tornavam mão-de-obra disponível. Hoje ter muitos filhos é custo e não tem como proporcionar uma vida digna a esses filhos. Segundo o senhor João Alves dos Santos Meneses, em seu depoimento:

No passado a gente tinha muitos filhos porque não sabia como evitar. Era duro trabalhar na terra com um monte de filhos pequenos. Mas quando ia crescendo começava a ajudar na roça e ia melhorando. Depois outros começou a trabalhar fora, passou a ter uma profissão e ajudar nas despesas de casa. Depois fui vender roupa nas feiras aí a coisa melhorou. Hoje o povo é sabido, quer ter poucos filhos e é certo¹⁰⁹.

A maior parte dos entrevistados que moram no sertão, em seus depoimentos, afirmam que parte de seus filhos não pretendem continuar na terra. A vida difícil e um ensino com um currículo voltado para a zona urbana contribuem para a saída dos jovens do campo para a cidade. Esse mesmo ensino também exclui muitos filhos de agricultores da escola e são esses que pretendem continuar na terra. Por outro lado, temos no sertão alguns casos em que os filhos dos agricultores têm se formado em medicina, direito, enfermagem, engenharia agrônoma¹¹⁰, medicina veterinária, zootecnia, técnicos agrícolas, etc. E parte desses jovens profissionais acabam voltando para viver na terra e no sertão.

Nas pequenas propriedades e assentamentos rurais do sertão sergipano, percebemos que participam das atividades produtivas todos os membros do grupo familiar, desde as crianças até os idosos, existindo uma divisão na execução das tarefas na propriedade por idade e por sexo dos diferentes membros, na qual o pai é o chefe da família, considerado o pilar do grupo familiar. O que organiza e determina a distribuição dos trabalhos na propriedade, apesar de, em algumas famílias, a esposa é quem organiza toda a propriedade. O trabalho mais pesado como cuidar da pastagem, do gado, tirar o leite, fica por conta do pai e filhos adultos. Já a fabricação de queijo, do requeijão, dar comida aos porcos, cabras e galinhas fica sob a responsabilidade da mulher e dos idosos com a ajuda das crianças maiores. Segundo o senhor Carlos Aquino dos Santos, em seu depoimento:

¹⁰⁹ Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis-Se, 23/10/2020.

¹¹⁰ Nesse sentido, vale destacar o sistema de cotas e o campus sertão da Universidade Federal de Sergipe, que tem contribuído na formação de profissionais voltados para as necessidades da região do sertão.

Eu faço todo o trabalho pesado com os meus filhos. Mas quem diz o que tem que fazer é a mulher. Eu não sei lê. Quem vai fazer os projetos, resolver as coisas no banco, é tudo ela que faz. Aí eu posso dizer que quem organiza tudo aqui é ela porque é ela quem diz o que a gente tem que fazer e a gente se junta todo mundo e um faz uma coisa outro faz outra e a gente vai tocando a vida¹¹¹.

Na verdade, nos períodos de plantio e de colheita, quando se exige mais força de trabalho e a família não consegue contratar trabalhadores para ajudar, essa divisão social do trabalho em muitas das unidades de produção familiar deixa de existir, e todos participam de todo o processo produtivo, principalmente a mulher que já tem uma jornada dupla: na roça e em casa. Segundo Antunes (1999), o avanço do sistema capitalista promove a exploração do trabalho em todos os setores e o trabalho feminino acaba tendo a jornada dupla de produzir os produtos agropecuários e executar os trabalhos domésticos necessários para a manutenção da sobrevivência da família.

Outro aspecto relevante percebido nas entrevistas são as técnicas de produção que passam de geração a geração, preservadas na maioria das unidades familiares, como o costume de guardar as sementes da produção de um ano para outro, o consorciamento de feijão e milho por ter pouca terra, o modo de produzir o queijo e o requeijão nas fabriquetas e nas suas casas, a observação da lua para definir o melhor dia para o plantio, entre outros. Nesse sentido, o senhor Carlos Soares de Menezes, em seu depoimento, nos esclarece:

É assim. O pai de minha avó né, plantando e ela via plantando porque naquela época todo mundo trabalhava junto e aí foi passando de um para o outro e ainda hoje eu guardo sementes. Porque minha bisavó dizia maldito o sujeito que come semente. Se guardar um litro de feijão para plantar não é pra comer, é pra plantar. Você pode passar por qualquer aperreio, mas a semente tem que ser para plantar, para o próximo ano. E tinha todas as técnicas de guardar milho, feijão. Guardava sem veneno, plantava sem veneno. Dava lagarta dava, mas é da natureza e tem que está presente na natureza para alimentar o sistema. Até hoje eu guardo sementes. Meus filhos também e a gente planta como aprendi com os meus pais¹¹².

A prática de ordenhar as vacas e tirar o leite de forma manual (Figura 18) também persiste e passa de geração a geração, principalmente nas pequenas propriedades. Já nas médias e grandes unidades produtivas, o comum é encontrar as ordenhas mecânicas devido ao grande

¹¹¹ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nova Canadá em Canindé do São Francisco-Se, em 12/12/2020.

¹¹² Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

número de vacas a ser ordenhadas, embora alguns desses proprietários ainda prefiram a técnica manual de tirar o leite, pois afirmam que a ordenha mecânica não tira todo o leite e provoca mais contaminação e doenças nas vacas.

Figura 18: Ordenha de vaca de leite manual – Fazenda Canto Alto, Monte Alegre de Sergipe, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Já na produção de queijo e do requeijão nas fabriquetas e nas próprias casas dos agricultores predomina a técnica artesanal, a forma manual de se fazer o queijo passada de geração a geração (Figuras 19 e 20). Segundo Menezes (2009), no passado toda a produção de queijo era feita pelas mulheres no interior de suas residências. Contudo, a partir da década de 90 devido ao processamento de grandes quantidades de leite nas fabriquetas, o costume foi repassando para os filhos e/ou esposo para dar conta da demanda da produção.

Figura 19: Produção de queijo coalho de forma artesanal, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Figura 20: Queijo coalho artesanal, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Ainda vale destacar que, com o avanço do capitalismo no campo e o processo de modernização, instrumentos de trabalho que exigiam a força bruta foram sendo substituídos pela força motriz, o surgimento de sementes geneticamente modificadas, uso de agrotóxicos, orientação das empresas agrícolas na forma de plantar, colher, entre outros, modificou grande parte do processo do saber fazer passado de geração a geração, principalmente nas médias e grandes propriedades. Contudo, nas unidades de produção familiar, o saber fazer passado de geração a geração persiste até mesmo porque a modernização não atendeu a todos os proprietários de terras no sertão sergipano e entre os agricultores familiares existe uma resistência e valorização do que aprenderam com os seus antepassados, mesmo incorporando algumas inovações tecnológicas.

5.4 – Ascensão e crise dos ciclos de produção agropecuária sertaneja em tempos pretéritos

A compreensão da ascensão e crise da produção agropecuária no sertão sergipano é fundamental para entender os aspectos materiais da sobrevivência e o modo de vida da população sertaneja. Na história da agricultura do sertão sergipano, alguns produtos se destacam e por um determinado período foram os produtos principais, como a mandioca, o algodão, o feijão e o milho, que de início eram produzidos como produtos de subsistência pelos agricultores familiares e depois pelos médios e grandes proprietários de terras com o objetivo de comercializá-los em grande quantidade. Esses produtos passaram por um período de crescimento e crise ao longo da história. Na pecuária, o destaque é a criação de bovinos para abate e depois o gado leiteiro. Segundo o senhor Antônio Francisco de Oliveira, em seu depoimento:

De Ribeirópolis prá cá teve a vez da mandioca, do algodão, do feijão e hoje é o milho. A mandioca dava de primeira, tinha muitas casas de farinha no sertão, mas depois desapareceu porque a mão-de-obra encareceu, a farinha ficou barata e todo mundo deixou de produzir. O algodão eu também produzia. Para plantar o algodão naquela época eu usava o arado puxado por dois bois que tinha para tombar a terra. Mas depois enfraqueceu. Veio uma praga e depois não dava mais lucro. O feijão aqui foi bom até 90, 95, mas desde de 86 eu já batia feijão aqui. Hoje é o milho. Parece uma febre, todo mundo planta. É o ouro do sertão. Serve para vender, fazer silo, rolão. É uma ração de primeira para o gado aqui no sertão¹¹³.

Nas unidades de produção familiar o sistema de cultivo predominante era o de produtos consorciados compostos em um primeiro momento por mandioca e algodão, milho e algodão, mandioca, milho e feijão. O consorciamento ocorre devido à escassez de terras, que reduz a quantidade e qualidade dos produtos, mas diversifica a produção e facilita o trabalho com a terra. A pequena criação de animais também está presente nas pequenas propriedades. Os caprinos, suínos e aves são criados no quintal da casa de morada e o gado em pastos que passam por alternâncias, um período o gado fica em um pasto e depois vai para outro, observando a quantidade de alimentos disponível. O gado serve inclusive para comprar mais terras. Segundo Jesus (2006, p. 81) na produção de produtos consorciados:

¹¹³ Entrevista concedida ao autor. Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 04/10/2019.

[...] O planejamento do uso desse espaço implica no cuidado de intercalar produtos de porte baixo como o feijão e com produtos de porte mais altos como a mandioca e o milho. O sentido dessa combinação está em estabelecer um certo controle dos fatores da natureza em relação aos raios solares, direção dos ventos, impactos das chuvas, etc.

Nas médias e grandes propriedades na produção dos produtos agrícolas predomina o sistema de produção individual, devido à disponibilidade de terras, garantindo uma maior produtividade. Destacaram-se ao longo do tempo a produção de mandioca, algodão, feijão e milho. O objetivo dessa produção sempre foi direcionada para comercialização e produção de suplemento alimentar destinado ao gado de corte e de leite. Vale destacar, que a mandioca nas propriedades citadas acima sempre foi produzida para atender a ração animal. Diferente da produção nas pequenas propriedades que atende a sobrevivência da família com ulterior produção da farinha e a comercialização do excedente.

A mandioca é uma planta nativa do Brasil, da família das euforbiáceas (*Manihot utilíssima*), que dela extraem vários subprodutos como o polvilho e a farinha. Ela está ligada a vários momentos da História do Brasil e a identidade do povo brasileiro. Era um alimento fundamental para os índios que já conheciam a mandioca antes da chegada dos europeus e para os colonizadores no período colonial. E ainda hoje representa a base da alimentação brasileira, principalmente nordestina. Dessa forma:

A importância da mandioca e da farinha como alimentos indispensáveis aos indígenas e aos primeiros colonizadores do Brasil foi documentada por vários viajantes e cronistas em diferentes momentos históricos como Manuel da Nóbrega (1549), Frei Vicente do Salvador (1627); F. A. Sampaio (1782), entre outros, e todos foram unânimes em atribuir à mandioca as mais notáveis qualidades alimentícias. [...] Outrossim, encontramos outras referências em vários romances da literatura brasileira que também destaca a importância da mandioca como José de Alencar (o Tronco do Ipê, 1871); Aloízio de Azevedo, (o Cortiço, 1890); Euclides da Cunha (Os Sertões, 1902); Monteiro Lobato (Urupês, 1918) e muitos outros. (JESUS, 2006, p.93)

Segundo Woortmann (1995), a propriedade camponesa, desde o início de sua formação, tornou-se fornecedora dos produtos de subsistência e de força de trabalho para outras áreas do Nordeste. Em Sergipe competiu com a monocultura da cana no leste e agreste, e no sertão com a pecuária. Por outro lado, no agreste sempre ocorreu uma maior distribuição das

terras e diversificação da produção agropecuária. Já no sertão a concentração fundiária sempre foi maior.

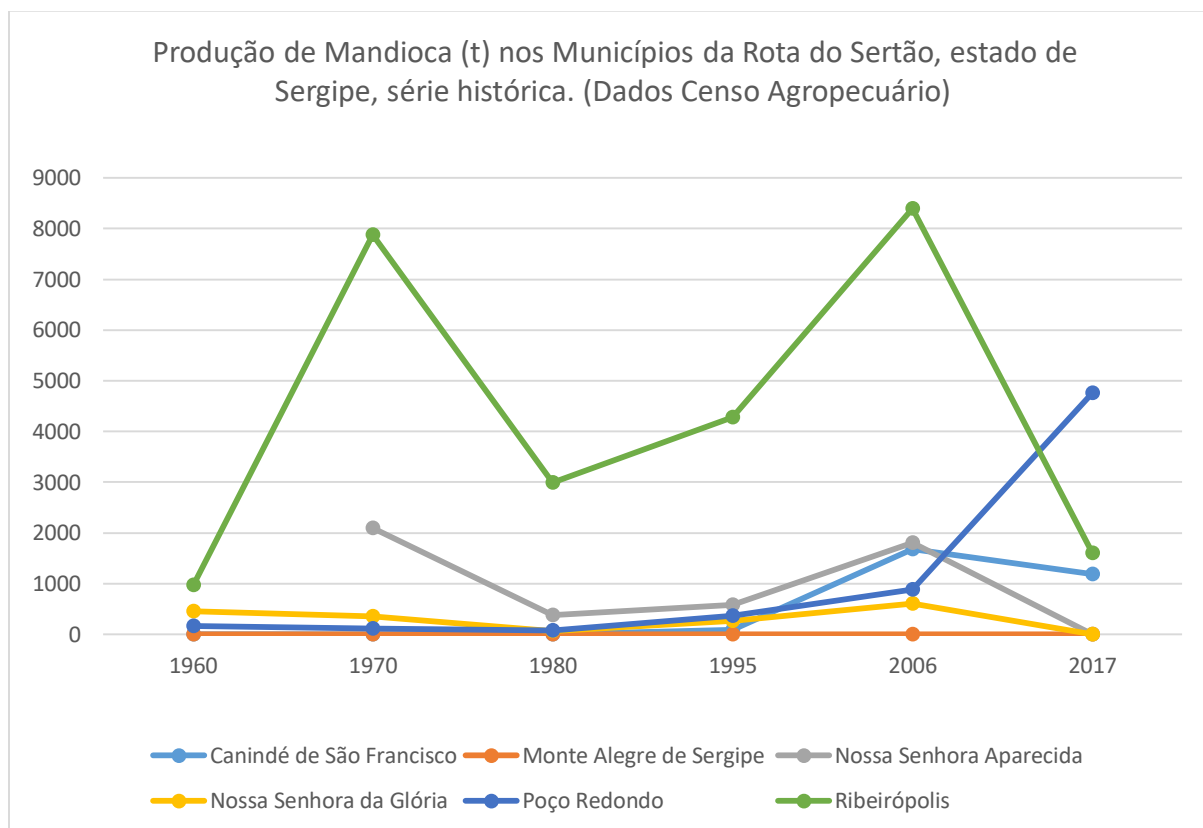
Nas unidades de produção familiar no sertão, a produção da mandioca esteve presente na maioria das propriedades. Ela tem um ciclo vegetativo de um ano e seis meses. A preparação do solo inicia no mês de março e vai até abril. O plantio tem início no mês de abril e termina em junho (período de inverno). Para Woortmann (1997, p. 65) “a preparação do solo leva em consideração a adequação entre as qualidades do solo, a pluviosidade, a disponibilidade da força de trabalho, as necessidades de consumo do grupo doméstico, as perspectivas de comercialização [...]”.

No sertão plantam as variedades de manivas de Maria Pau, Santo Antônio, Caravela e Macaxeira. A colheita da mandioca se estende entre setembro e dezembro, e uma vez colhida, segue para ser processada na casa de farinha porque, depois de um ou dois dias fora da terra torna-se ácida. O processo de trabalho na casa de beneficiamento de farinha segue diferentes fases com uma simples divisão do trabalho até transformar a mandioca em farinha. Segundo Jesus (2006, p, 98):

A colheita da mandioca é feita manualmente, arrancando-a da terra, puxando pela maniva, e quando percebe-se que restam algumas raízes dentro da terra, descobrem através de instrumentos como a enxada e a picareta, participando desta atividade todos os membros aptos ao trabalho da família camponesa, principalmente o homem. Depois de arrancada, a mandioca é separada da maniva e transportada para a casa de farinha em carroças puxadas por animais de carga. [...]

De acordo com a História da Mandioca em Sergipe, o agreste sempre concentrou a maior produção de mandioca e farinha, consolidando as unidades de produção familiar. No sertão, ela também se faz presente e observando os municípios da Rota do Sertão (Gráfico 2), percebe-se que a mandioca esteve sempre presente em todos os municípios com maior destaque para o município de Ribeirópolis, área da transição do agreste com o sertão.

Gráfico 2: Produção de Mandioca (t) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)



Fonte: Dados do Censo Agropecuário 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017 (Série histórica)

Organização: Givaldo Santos de Jesus, Riclaudio Silva Santos

Pela figura acima, o município de Ribeirópolis foi o maior produtor de mandioca do sertão, atingindo a maior produção em 2006. No ano de 1960, a produção de mandioca era de 1000 toneladas. Já no ano de 1970 a produção chegou a 8.000 toneladas de mandioca¹¹⁴. No ano de 1980 diminuiu para 3.000 toneladas e em 1995 produziu acima de 4.000 toneladas de mandioca. Em 2017 ocorreu forte diminuição, chegando a uma produção menor que 2000 toneladas de mandioca. O município de Nossa Senhora Aparecida, não apresentou dados em 1960 porque ele foi criado¹¹⁵ em 1963. Em 1970 chegou a produzir acima de 2000 toneladas de

¹¹⁴ No jornal a Cruzada de 01 de março de 1969, na coluna “Agropecuária em Marcha”, Moacir Omena de Oliveira, jornalista e estudante de Agronomia, apresenta um artigo que revela a escassez de pesquisas sobre a produção de mandioca e destaca um estudo realizado pela Escola Agrônômica de Cruz das Almas, na Bahia e Sergipe, enfatizando a necessidade de incorporar novas técnicas de mecanização e manejo, composição química e utilização da mandioca pelos seres humanos e animais. O artigo deixa claro a falta de investimentos por parte do Estado, em um produto que até os dias atuais é referência na culinária, principalmente do Nordeste.

¹¹⁵ Segundo Passos (2002) o município de Nossa Senhora Aparecida foi criado através do decreto-lei nº 1.223, de 26 de novembro de 1963, desmembrando-se do município de Ribeirópolis, com sede no antigo povoado Cruz do Cavalcante. E através da Lei nº 65, de 24 de dezembro de 1975, ocorre a transferência da sede do município de

mandioca. Já nos anos de 1980 e 1995 diminuiu a produção e em 2006 teve um aumento de quase 2000 toneladas. E em 2017 passou a não produzir a mandioca.

O município de Poço Redondo não produziu mandioca entre os anos de 1960 e 1980. Em 1995 passou a produzir a mandioca, e em 2006 aumentou a sua produção. Já em 2017 tornou-se o maior produtor de mandioca, chegando a 5000 toneladas. O mesmo aconteceu no município de Canindé que apresentou uma produção apenas em 1995, crescimento em 2006 e 2017 com uma produção acima de 1000 toneladas de mandioca. O município de Nossa Senhora da Glória apresentou uma produção de menos de 1000 toneladas durante o período estudado, sendo que em 2017 passou a não produzir a mandioca. E Monte Alegre aparece com nenhuma produção de mandioca.

Na verdade, a mandioca conheceu momentos de crescimento e crise¹¹⁶. De acordo com os entrevistados, os depoentes que moram no sertão afirmaram que em todos os municípios do sertão plantava-se a mandioca, embora não apareça nos censos agropecuários como foi o caso do município de Monte Alegre. Essa produção não aparece por ter sido pequena, porém a mandioca sempre esteve presente como produto de subsistência para os agricultores familiares. A produção da mandioca no sertão conheceu momentos de crescimento e crise, principalmente nos municípios de Ribeirópolis, Nossa Senhora Aparecida, Poço Redondo e Canindé. A falta de uma cadeia produtiva articulada, a ação dos intermediários, períodos de secas, etc., contribuiu para a crise da mandioca no sertão.

O município de Ribeirópolis no ano de 2006 conheceu o seu auge e sua crise, e um fator determinante dessa crise face aos baixos preços da farinha de mandioca e a substituição pela batata doce, verduras e hortaliças, devido ao aumento do processo de modernização e a implementação de poços artesianos e barragens para a produção irrigada. Já nos municípios de Poço Redondo e Canindé ocorreu aumento da produção de mandioca em 2017 devido à

Cruz das Graças para o povoado Maniçoba, que recebeu a denominação de Nossa Senhora Aparecida. Por isso, não temos dados do Censo Agropecuário de 1960 referente a este município.

¹¹⁶ De acordo com a Mensagem de Governo do ano de 1979, somente no ano de 1977 é que o Estado passa a prestar assistência à produção de mandioca por meio da EMATER-SE. Nas Mensagens de anos anteriores não encontramos nenhuma referência de apoio por parte do Estado a essa cultura. Depois, encontramos outra referência na Mensagem de Governo do ano de 1986, que diante da carência da mandioca, o governo através da SUDAP, procurou ofertar material de propagação de mandioca para a região do semiárido com o apoio do Banco do Nordeste do Brasil e do POLONORDESTE implantando apenas 57 hectares de mandioca. Em 1991 a EMDAGRO prestou assistência técnica a 3.403 hectares de mandioca no estado, e em 1993 a 4.100 hectares. Não encontramos linhas de crédito e maiores incentivos como em outras culturas a exemplo do algodão em tempos pretéritos e o milho na atualidade. Na verdade, a mandioca sempre foi um produto de subsistência em Sergipe, e o Estado não investiu no desenvolvimento desta cultura por não atender os interesses dos grandes proprietários e do capital.

implantação da irrigação e da atuação da Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe LTDA (COOPAC), que produz a macaxeira a vácuo e o bolo bacia, sendo comercializados para a merenda escolar (PNAE) e em alguns municípios sergipanos.

Dando continuidade ao ciclo de crescimento e crise da produção agropecuária no sertão sergipano, destacamos o **algodão**, que é um cultivo tradicional e o tipo Malvácea é nativo das terras sergipanas. Segundo Nunes (1989), os índios tupinambás já utilizavam o algodão antes da chegada dos colonizadores portugueses em Sergipe. Sob a denominação de Manyú ou Manilim, tornou-se moeda de troca entre franceses e indígenas, no litoral sergipano ao lado do pau-brasil. Durante o período colonial, o algodão passou a ser produzido e a fazer parte do vestuário da população pobre e dos escravos, sendo um produto de subsistência sem nenhuma importância na economia sergipana até meados do final do século XVIII.

No século XIX, Andrade (2011) afirma que foram introduzidas mudas de algodão herbáceo de origem norte-americana no Nordeste brasileiro, que se adaptou às diversas condições climáticas e espalhou-se pelo agreste e sertão. Em Sergipe a produção do algodão iniciou-se nas terras da Cotinguiba, nas vilas de Lagarto e Itabaiana. E nos séculos XIX e XX estendeu-se e consolidou-se no sertão, área tradicional da pecuária. Então, o algodão era uma:

Planta pouco exigente quanto ao clima e ao solo, de cultivo pouco dispendioso, a não ser na época da colheita dos frutos quando necessita mão-de-obra abundante, o algodão foi expandindo-se, alcançando área tradicional ocupada pelas culturas de subsistência como a mandioca, e já nos começos do século XIX aparecia em lugar destacado na pauta das exportações sergipanas. [...] (NUNES, 1989, p. 143)

Para Passos Subrinho e Melo (2021), a cultura algodoeira nordestina, em particular, a sergipana atingiria o seu maior crescimento na década de 1860 com a deflagração da Guerra Civil Americana (Guerra de Secessão) que retirou os Estados Unidos (EUA) do mercado mundial, e o algodão brasileiro e sergipano passaram a atender a esse mercado. Posteriormente, com a retomada do domínio da produção algodoeira americana, provocou uma retraída na produção brasileira. Mas, ao mesmo tempo, surge a indústria têxtil no Brasil e o algodão sergipano passa a atender ao mercado brasileiro, sendo Sergipe um dos maiores produtores de algodão do país.

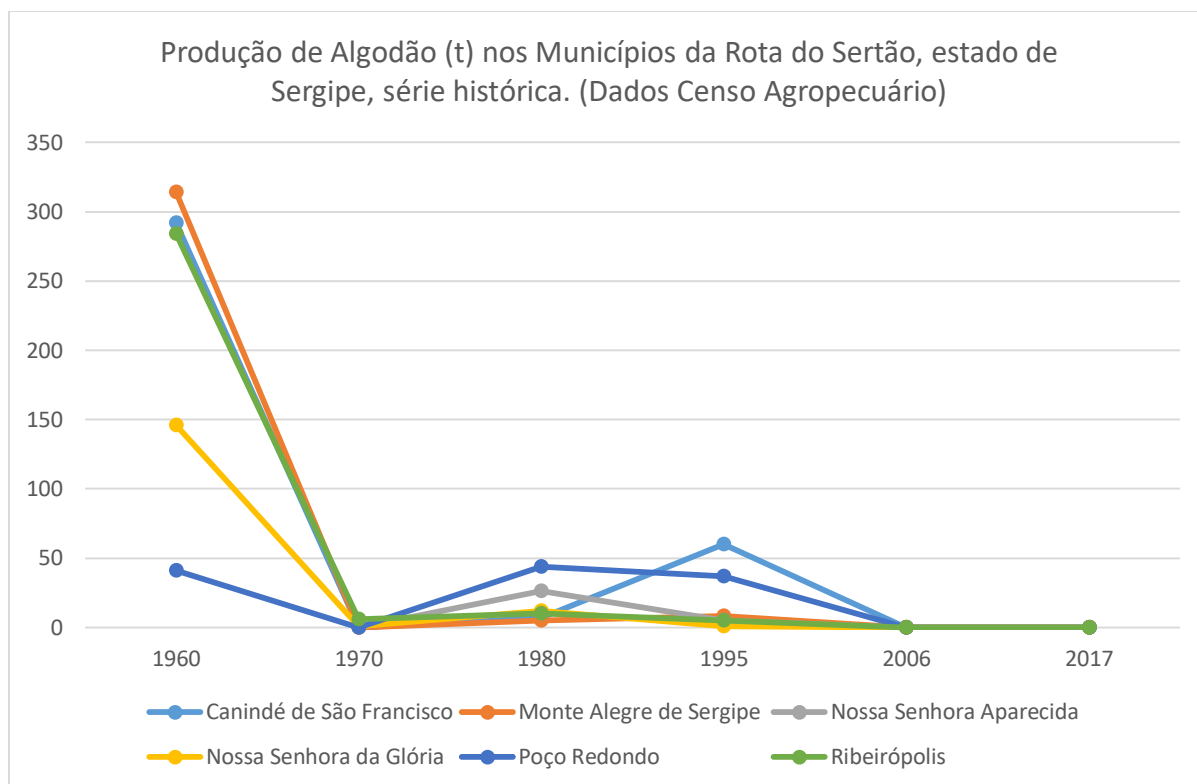
Posteriormente, o algodão sergipano passa a ser utilizado na indústria local¹¹⁷. Era uma produção baseada, na sua maioria, em pequenos produtores que vendiam o algodão para os descaroçadores e estes forneciam as fibras às fábricas. Já os caroços eram utilizados como sementes e na ração animal. Para os agricultores familiares que produziam o algodão, principalmente através do arrendamento e com uma técnica precária, a acumulação de capital era quase nula, enquanto para os industriais gerava muita riqueza. (PASSOS SUBRINHO, 1987).

A cultura do algodão se adaptou muito bem na região do semiárido, com um ciclo vegetativo e produtivo que durava cerca de três meses. Na parte reprodutiva os botões dão origem às flores e em seguida o fruto, que quando verde é chamado de “maça” e maduro de “capulho”, e quando maduro se abre e está pronto para ser colhido. Atualmente, segundo Chinelato (2021), o algodão tem um ciclo vegetativo que varia entre 130 a 220 dias, a partir de técnicas atuais de produção que aumenta o ciclo produtivo e também a qualidade e quantidade da produção de algodão.

No gráfico 3 abaixo, percebemos o processo de crescimento e crise da produção de algodão no sertão sergipano a partir dos municípios da rota do sertão. Em 1960 todos os municípios estudados produziram o algodão, com destaque para Monte Alegre com mais de 300 toneladas e Canindé e Ribeirópolis, um pouco abaixo dessa produção.

¹¹⁷ Segundo Passos Subrinho e Melo (2021, p.05) é na primeira metade do século XX que a indústria têxtil se consolida como um dos segmentos mais produtivos de Sergipe, tanto na capital como no interior: “[...] Peixoto e Cia (1907) e a Empresa Têxtil (1906) em Neópolis; Ribeiro Chaves e Cia (1907), em Aracaju; Empresa Industrial de Propriá (1913); a Empresa Industrial São Cristóvão (1915), em São Cristóvão; a Sergipe Fabril (1926), em Maruim; a Fábrica Senhor do Bonfim (1914), em Estância; e a Fábrica de Tecidos Riachuelo (1926), no município de mesmo nome”.

Gráfico 3: Produção de Algodão (t) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)



Fonte: Censo Agropecuário 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017 (Série histórica)

Organização: Givaldo Santos de Jesus, Riclaudio Silva Santos

Ainda analisando o gráfico, em 1970 inicia-se a crise do algodão, e em todos os municípios a produção foi praticamente nula. Em 1980 encontramos uma pequena produção, abaixo de 50 toneladas em todos os municípios. Já 1995 apenas em Canindé a produção de algodão ultrapassa as 50 toneladas. E em 2006 o algodão¹¹⁸ deixou de ser produzido no sertão sergipano.

¹¹⁸ Na Mensagem de Governo de 1962, encontra-se na parte de “Política de Desenvolvimento”, uma súmula de estudos com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico em Sergipe e o algodão é o primeiro produto a ser estudado e incentivado a sua produção, a partir de distribuição de sementes e créditos. No ano de 1971, em convênio celebrado com a SUDENE executa um programa de melhoria da cultura de algodão no Estado em função da crise do algodão. Na Mensagem de Governo de 1981, o governo através do programa de Fomento à produção tinha a previsão de prestar orientação técnica e incentivar a produção de 60 hectares. Contudo, na sua execução não encontramos nenhuma realização. Já na Mensagem de Governo de 1986, encontra-se um projeto de distribuição de sementes e mudas selecionadas com distribuição programada de 100 toneladas para os agricultores. Todavia, não foi executado em função da pouca procura para a produção de algodão. E na Mensagem de 1992, na parte de assistência técnica e extensão rural (ATER) temos a informação que a EMDAGRO, prestou assistência técnica à produção de algodão no estado de Sergipe há apenas 158 hectares, e no ano de 1993 a 120 hectares.

Segundo o senhor Antônio Francisco de Oliveira, em seu depoimento, plantou algodão em Nossa Senhora Aparecida quando morava na fazenda com os seus pais, e quando casou-se foi morar em uma propriedade no povoado Maravilha, município de Monte Alegre, na década de 1970. Então, nas décadas de 60, 70, 80, ainda produziu muito algodão. Plantava a mandioca, o milho e o feijão para garantir a sobrevivência e o algodão era para vender e comprar gado para criar. Além de utilizar a forragem para o gado, depois que colhia o algodão.

Nesse período, a produção de algodão no sertão era grande. A comercialização era feita nas feiras-livres, como a de Glória, e tinha muitos compradores. Mas os vapores¹¹⁹ que compravam o algodão localizavam-se nas cidades de Itabaiana, Ribeirópolis e Frei Paulo. Em Ribeirópolis tinha três vapores: o de Antônio Leite; o de José Arinaldo, que também tinha um em Frei Paulo; e o de Francisco Modesto dos Passos (Chico Passos), o único cujos prédio e maquinário da usina continuam preservados, deixando de funcionar no início da década de 90 (Figura 21) e de propriedade da família Passos.

Figura 21: Usina de Beneficiamento de Algodão Popular de Francisco Modesto dos Passos – Fundada em 1939, Ribeirópolis-Se, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Então, ao longo dos anos a produção de algodão foi diminuindo, como também, os projetos e incentivos por parte do governo a essa cultura.

¹¹⁹ No passado as pessoas chamavam as usinas de descaroçamento de algodão de vapores, como a usina de Francisco Passos, em Ribeirópolis, que até os dias atuais a população conhece como vapor de Chico Passos.

Vale destacar que, na feira de Ribeirópolis, também existiam muitos compradores¹²⁰ de algodão, como o senhor Cajuzinha de Itabaiana, e atravessadores que compravam nas feiras e vendiam nos vapores. Já outros produtores que tinham uma maior produção preferiam vender diretamente nos vapores. Para o senhor Carlos Soares de Menezes, no passado era comum os pequenos produtores trazerem o algodão em caminhonetas, caminhões de feira, carros de boi e por meio de tropeiros¹²¹.

Na verdade, a crise da produção algodoeira ocorreu em função do avanço da pecuária¹²², a ausência de incentivos financeiros e principalmente a falta de controle da praga do bicudo¹²³, por não ter conhecimento técnico na época, fizeram a produção diminuir, tornando-se pouco lucrativo. E um algodão de melhor qualidade passou a ser produzido nos estados do Maranhão e de São Paulo. Segundo Fontes (1984), o algodão aos poucos desapareceu do solo sergipano devido à crise do sistema de produção que passou a apresentar um rendimento muito pequeno, chegando a ser antieconômico o seu cultivo.

Depois do algodão, outro produto que era produzido para garantir a sobrevivência do sertanejo e que também se tornou o principal produto produzido para comercialização no sertão por um determinado período foi o **feijão**. Esse período é denominado nesta tese de ciclo do feijão, que também conheceu o seu período de crescimento e crise. Segundo Freitas (2006), a origem do feijão comum (*Phaseolus vulgaris*) e sua diversificação primária estão relacionadas às Américas. Estudos arqueológicos apontam que a primeira espécie cultivada ocorreu entre o Norte da América do Sul e o México há mais de 10.000 anos atrás.

Essa ampla área de ocorrência de populações selvagens de feijão permitiu a sua diversificação, o que dificulta a localização exata de domesticação da cultura do feijão. No

¹²⁰ No jornal A Cruzada, edição de 22 de julho de 1961, encontra-se uma matéria em que denuncia os compradores de algodão, que vendiam os caroços (sementes) aos agricultores com uma arroba de 15kg, estabelecido pelo governo. Mas na compra do algodão aos produtores utilizavam uma arroba de 16 e 18kg, lesando os produtores. A matéria chama a atenção das autoridades para verificar os fatos e tomar as devidas providências.

¹²¹ Tropeiro eram pessoas que possuíam alguns burros e transportavam o algodão das propriedades para as usinas puxando os animais com o algodão nas cangaias e/ou casuás, para ganhar dinheiro e garantir a sobrevivência.

¹²² No jornal A Cruzada de 15 de novembro de 1969, em um artigo assinado por Eduardo Cruz, chama a atenção para a crise do algodão em Sergipe. De exportador o estado passou a ser importador de algodão para as fábricas não interromperem suas atividades. Municípios como Glória, Carira, Itabaiana, Ribeirópolis, Porto da Folha, Monte Alegre, Japoatã, Poço Verde, tiveram suas produções reduzidas em 50%. Então, antes da praga do bicudo já tinha iniciado a crise do algodão, em função do avanço da pecuária e por falta de incentivos do governo à produção. O autor da matéria, sugeriu como solução da queda do algodão que os órgãos competentes do governo estudassem medidas adequadas para incentivar a produção de algodão como: pagamentos de ágios e remunerações mais vantajosas para os lavradores que produzissem algodão de melhor qualidade, isenção de ICMS, entre outras.

¹²³ *Anthonomus grandis*, nome científico do bicudo, que é um inseto considerado a principal praga que ataca os algodoeiros, desde o início da floração até a colheita, se não for controlado pode causar perdas de até 70% da produção, devido a sua alta capacidade de reprodução e destruição. (agrolink.com.br/problemas/bicudo_29.html)

Brasil, a referência do surgimento do feijão é Minas Gerais, onde se conseguiu amostra arqueológica mais antiga¹²⁴ e estudado o DNA a partir de uma única semente comprovou-se a espécie de feijão e sua evolução, que fazia parte da dieta alimentar das antigas populações daquela região. Nesse sentido:

Pesquisas moleculares, que têm como alvo principal o gene Phs, codificador da proteína, são atualmente a ferramenta mais utilizada em estudos evolutivos sobre o feijão. Pelo menos dez tipos dessa proteína já foram encontrados em variedades cultivadas e populações selvagens de feijão, (Gepts et al., 1986) com uma alta correlação entre o tipo e o local geográfico de origem dos materiais, principalmente em relação ao material selvagem. [...] (FREITAS, 2006, p. 01)

O feijão é um dos alimentos mais consumidos pelos brasileiros, faz parte de sua dieta alimentar diária e proporciona nutrientes essenciais ao organismo como proteínas, ferro, cálcio, vitaminas do complexo B1 e B6, vitaminas E e K, potássio, fósforo, magnésio, carboidratos, fibras, entre outros. O feijão ainda é fonte de fenólicos, substâncias antioxidantes que ajudam a reduzir riscos de algumas doenças degenerativas, cardiovasculares e alguns tipos de câncer. Além de combater a obesidade e controlar os níveis de colesterol e de glicemia no sangue¹²⁵.

No sertão sergipano o feijão esteve presente na maioria das propriedades. Os tipos de feijão produzidos eram o carioca, o mulatinho, o rosinha, o de corda, sendo o carioca o principal. O feijão tem um ciclo vegetativo de três meses (maio a junho) e durante o seu crescimento e maturação são necessárias três limpas. Nas médias e grandes propriedades plantam somente o feijão carioca, por possui terras disponíveis, visando ganho de produtividade, e quando seco é colhido por máquinas e comercializados na sua totalidade, pois o objetivo dessa produção é a comercialização.

Nas pequenas propriedades o plantio de feijão era feito de forma consorciada com a mandioca e o milho porque esses agricultores possuem pouca terra. A colheita varia de acordo com as chuvas e, quando maduro, nas pequenas propriedades, o feijão é arrancado manualmente

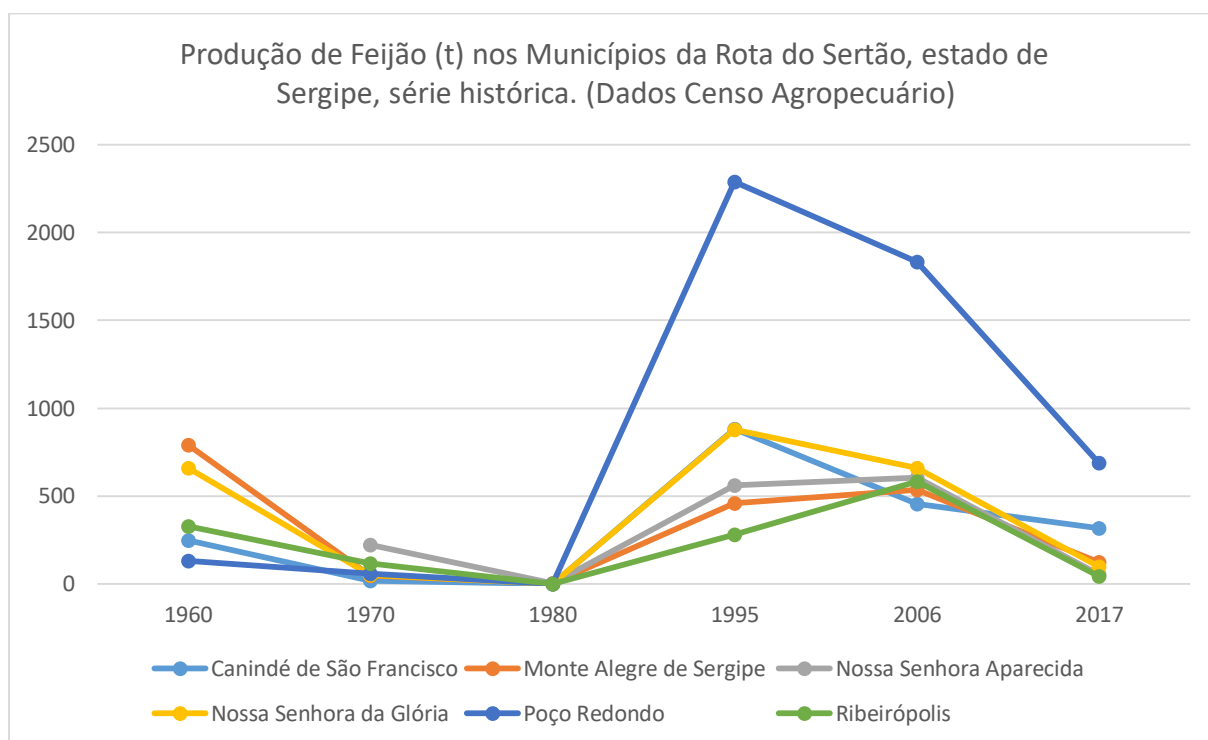
¹²⁴ Essa amostra foi encontrada na caverna Lapa do Boquete, na região do Vale do Paruaçu, município de Januária, no norte de Minas Gerais.

¹²⁵ Cf. <https://www.minhavidade.com.br/alimentacao/galerias/15282-descubra-oito-motivos-para-incluir-o-feijao-na-dieta>

e pendurado no telhado das casas para secar. Depois é batido e armazenado em recipientes de metal ou garrafas pet para serem consumidos e o restante em sacos para serem comercializados.

Então, de produto de subsistência o feijão passou a ser o principal produto produzido na maioria das propriedades rurais do sertão sergipano. No gráfico 4 abaixo, apresenta a produção total de feijão de cada município da Rota do Sertão, no período de 1960 a 2017. E percebemos a ascensão e crise da produção do feijão.

Gráfico 4: Produção de Feijão (t) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)



Fonte: Censo Agropecuário 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017 (Série histórica)

Organização: Givaldo Santos de Jesus, Riclaudio Silva Santos

O gráfico acima mostra que o maior produtor de feijão com quase 1000 toneladas foi o município de Monte Alegre, seguido por Nossa senhora da Glória. Em seguida, de forma decrescente, vem Ribeirópolis, Canindé e Poço Redondo. Todavia, no ano de 1970, tivemos uma queda na produção em todos os municípios e Nossa Senhora Aparecida aparece com a maior produção entre os municípios pesquisados, embora em todos os municípios tivesse registrado uma pequena produção. Acredita-se que esse fato ocorreu em função da seca de 70.

O mesmo ocorreu no ano de 1980, quando a produção de feijão foi praticamente zero em todos os municípios pesquisados em função também da seca de 80. Em seguida ocorreu um crescimento da produção de feijão em todos os municípios e, em 1995, chegou a maior produção, que se manteve em 2006 com algumas variações, e depois começa o processo de diminuição da produção e queda maior em 2017. Sendo que, nesse período, o maior produtor de feijão foi o município de Poço Redondo. Vale destacar que no período de 1995 a 2017 já temos a produção dos assentamentos rurais.

O **milho**, de acordo com a botânica, é classificado como um cereal da família Gramínea/Poacea, com origem no teosinato, *Zea mays*, subespécie mexicana. Segundo Barghini (2004), os primeiros registros arqueológicos encontrados do milho foram em cavernas mexicanas e indicam uma antiguidade de mais de 7.000 anos. Acredita-se que do México se espalhou para a América Central e América do Sul. Foi um alimento básico de várias civilizações ao longo dos séculos como: Olmecas, Maias, Astecas e Incas.

No século XVI, com o advento da Expansão Marítima, a semente do milho foi levada por portugueses e espanhóis, passando a ser produzido na Europa e em outras partes do mundo. No Brasil, antes da chegada dos europeus, os índios já cultivavam o milho, principalmente, os índios guaranis, que o tinha como principal ingrediente de sua dieta alimentar. Com a presença dos portugueses e depois dos africanos, foram incorporados novos hábitos e costumes alimentares, tendo como base o milho, enriquecendo o cardápio brasileiro: milho cozido, milho assado, bolos, mingaus, pipoca, cuscuz, canjica, pamonha, polenta, angu, entre outros. Hoje o milho é cultivado e consumido em todos os continentes, importante na alimentação humana e animal, devido as suas qualidades nutricionais¹²⁶. Existem aproximadamente 150 espécies de milho, com diferentes cores e formatos dos grãos.

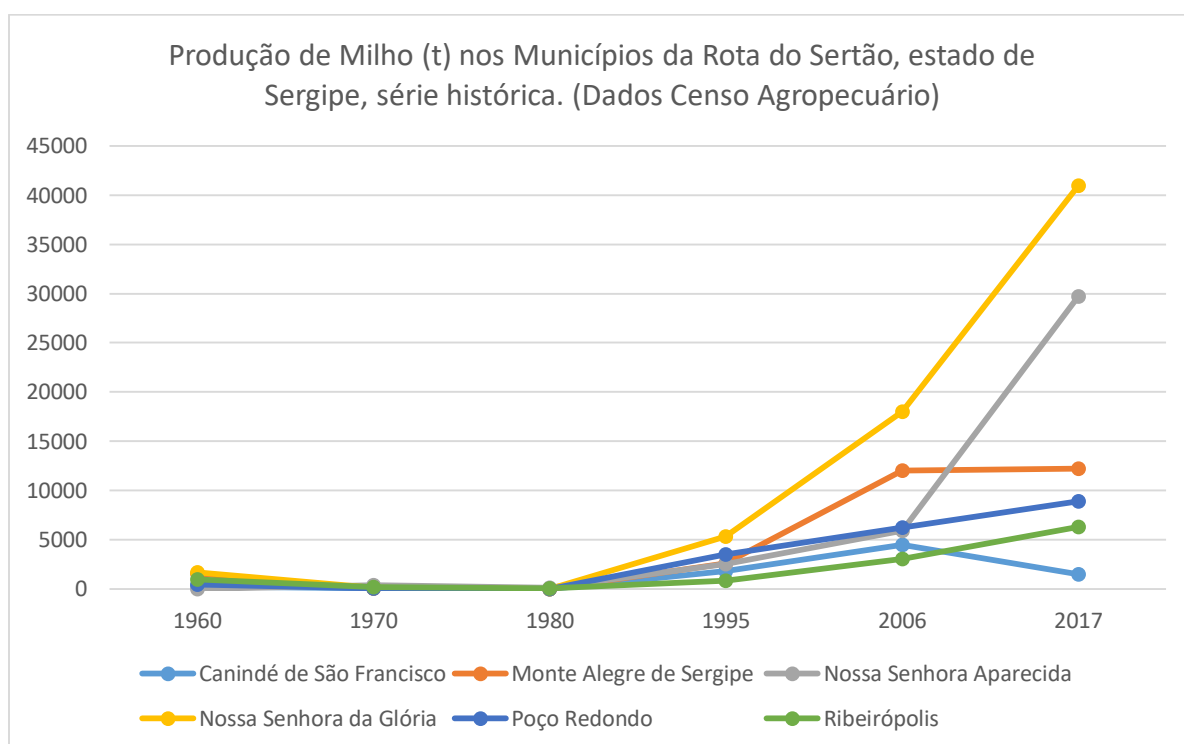
No sertão sergipano, o milho começou a ser produzido na maioria das propriedades como um produto de subsistência. Seu plantio ocorre entre os meses de março a abril, início do inverno, seguindo a tradição de 19 de março, quando celebra-se a tradição de São José, entre os católicos. A crença de plantar no dia de São José, ocorrendo chuvas no sertão, assegura a colheita no período da comemoração da noite de São João. Segundo Jesus (2006, p. 78):

¹²⁶ O grão do milho é constituído de calorias, gorduras puras, vitaminas do complexo A e B, sais naturais (metal, cálcio, fósforo), óleo, açúcares, gorduras e celulose, entre outras. (<https://www.sna.agr.br/milho-energia-em-forma-de-grao/>)

Seu ciclo produtivo é de aproximadamente três meses e são necessários três limpas durante o seu processo de crescimento. O milho quando maduro boa parte é consumido verde e o restante fica na roça para secar. A colheita é feita manualmente e armazenam em recipientes de metal ou em sacos e são consumidos em forma de cuscuz e serve para alimentar as aves e os animais. Já as palhas do milho alimentam o gado.

Nos dias atuais essa realidade citada acima mudou. De produto de subsistência tornou-se o produto principal. Mudou a forma de produzir, as sementes e adubação utilizada e também a sua utilização, que tem como objetivo principal a sua comercialização para atender a alimentação animal e a indústria alimentícia. O gráfico 5, abaixo mostra esse processo de crescimento da produção do milho no sertão.

Gráfico 5: Produção de Milho (t) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)



Fonte: Censo Agropecuário 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017 (Série histórica)

Organização: Givaldo Santos de Jesus, Riclaudio Silva Santos

Para compreender o crescimento da produção de milho utilizamos os dados dos censos agropecuários do IBGE, no período de 1960 a 2017, dos municípios da Rodovia Rota do Sertão.

Percebemos que em todos os municípios entre os anos de 1960 a 1980 temos uma produção de subsistência visando atender as necessidades das famílias nas pequenas propriedades. Depois de 1980 começa um processo de crescimento¹²⁷, onde os municípios de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória apresentam os maiores índices de crescimento, mas ainda é um crescimento com uma produção de aproximadamente 5.000 toneladas de milho no ano de 1995.

Em 2006, alguns municípios apresentaram maiores índices de crescimento, destacando-se Nossa Senhora da Glória com quase 20.000 toneladas e Monte Alegre acima de 10.000 toneladas de milho. Enquanto os demais municípios não apresentaram nenhum crescimento em relação a 1995. Já no ano de 2017, apesar de a produção do milho de uma forma geral tenha sido menor que em anos anteriores em função dos anos seguidos de secas, apresentou um crescimento considerável¹²⁸, destacando-se Nossa Senhora da Glória, que produziu acima de 40.000 toneladas de milho, Nossa Senhora Aparecida com cerca de 30.000 toneladas e Monte Alegre manteve-se praticamente com a mesma produção de 2006.

Poço Redondo e Ribeirópolis apresentaram crescimento chegando perto de 10.000 toneladas e Canindé do São Francisco ocorreu uma queda na produção de milho em relação a 2006. Acreditamos que esse fato ocorreu devido ao avanço dos assentamentos e do processo de irrigação, onde os agricultores passaram a dar prioridade a produção irrigada de quiabo e goiaba. Na Mensagem de Governo (2012, p. 05), o governador Marcelo Déda Chagas apresenta a importância do crescimento da produção de milho em Sergipe:

[...] A lavoura do milho, baseada na agricultura familiar, se afirmou como a principal cultura do Estado, batendo recordes de produção, passando de menos de 200 mil toneladas em 2006, para 750 mil toneladas em 2010, e transformando Sergipe, o menor Estado do Nordeste, no segundo maior produtor, dando um salto na produção de 5,8% para 18% da produção total da região.

¹²⁷ No jornal A Cruzada, edição de 29 de março de 1969, em uma coluna denominada “Agropecuária em Marcha” trás um artigo sobre as vantagens e desvantagens do milho híbrido, tamanho, cor e tipo de espiga, além de sua maior produtividade e resistência às pragas e tipos adaptados para cada região. Como desvantagens destaca que as sementes são mais caras e não serve para tirar a semente para outro ano. E para cada região deve ter um tipo de milho adequado. Na década de 60 já começava o investimento na produção de milho híbrido, fruto da Revolução Verde. Mas foi a partir de 1995 que esse tipo de milho se espalhou pelo sertão sergipano aumentando de forma considerável a produção.

¹²⁸ Na Mensagem de Governo de 2012, o governador Marcelo Déda Chagas, apresenta que entre os anos de 2006 e 2009, Sergipe obteve um crescimento médio de 4,4% em meio a uma das maiores crises internacionais, sendo uma taxa superior às médias da região Nordeste e Brasil. E um dos fatores desse crescimento econômico foi a produção agropecuária puxada pela produção de milho.

Portanto, a produção de milho em Sergipe e, em especial no sertão sergipano tem passado por processo de crescimento desde o ano de 2006, e mesmo com algumas variações na quantidade da produção, devido às condições climáticas, os pacotes tecnológicos do agronegócio têm aumentado a produção; mas, por outro lado, causado graves problemas com o uso exagerado de agrotóxicos, contaminação do solo, das águas de fontes e barragens, desmatamentos, perda das sementes crioulas, substituídas pelas transgênicas, entre outros. A crise na produção do milho ocorre nos anos em que as secas são severas.

Em relação à produção da pecuária, para compreender o crescimento, vamos recorrer a história e ao processo de colonização de Sergipe. A pecuária foi a primeira atividade econômica e contribuiu na ampliação e configuração do território sergipano. Com o desenvolvimento da atividade açucareira, aumentou a demanda por bovinos, e por outro lado, gerou conflitos entre criadores e plantadores tanto no litoral como no agreste. Esses conflitos acabaram afastando e direcionando a criação de gado rumo ao sertão. Dessa forma:

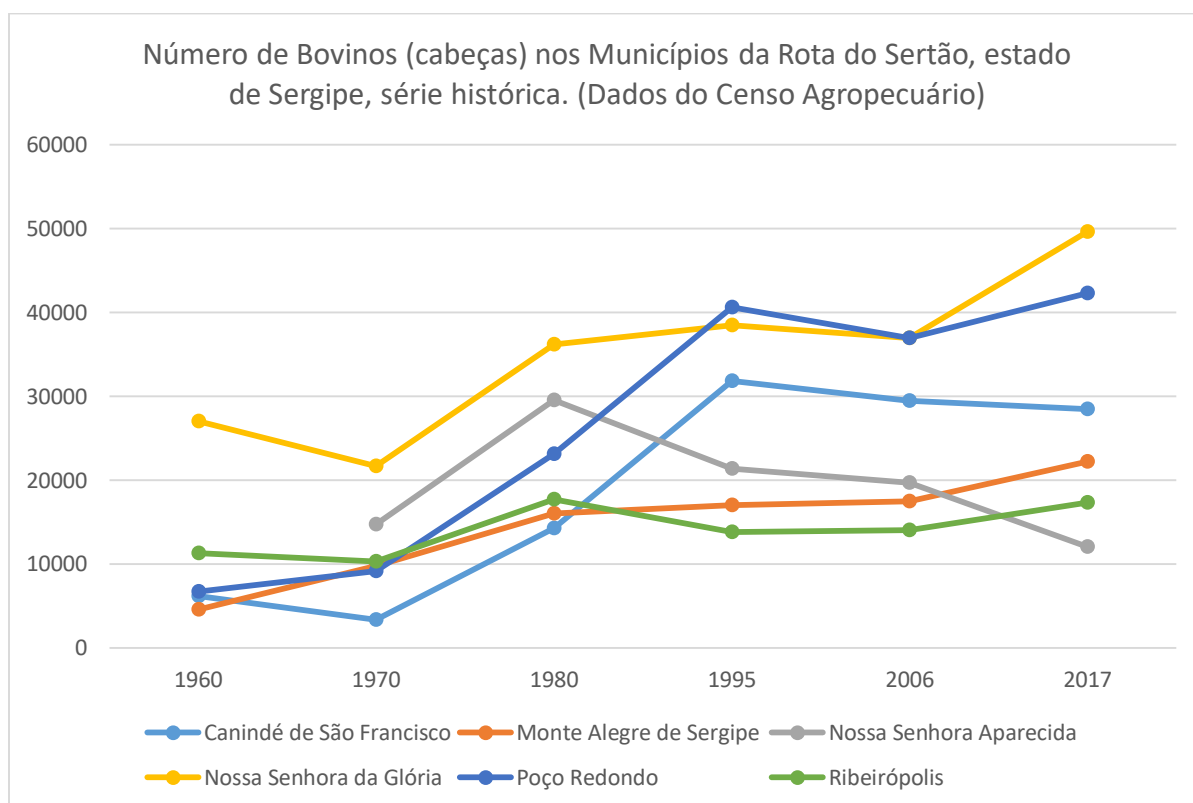
O gado espalhava-se pelo sertão e as fazendas de criação se multiplicavam, absorvendo mão-de-obra livre. Nelas, inclusive, encontramos a presença do índio, que de dono da terra passou a empregado dos grandes criadores do sertão. A mão-de-obra necessária era pequena, limitando-se os vaqueiros a juntarem o gado ocasionalmente. (DINIZ, 1991, p. 172-173)

No início do século XX a maioria das fazendas de gado em Sergipe já se localizavam no sertão. Segundo Menezes (2009), até meados do século XX a pecuária sertaneja caracterizava-se por pouca intensidade, o gado era criado solto na caatinga com pouca formação de pastos. Devido à sua baixa produtividade, o Estado articulou políticas públicas¹²⁹ para estimular o crescimento da pecuária por ser uma atividade geradora de maior rendimento e de perdas reduzidas comparando com a agricultura.

¹²⁹ Na Mensagem de Governo de 1962, o então governador Luís Garcia, afirma que a economia rural é de especial interesse do seu governo e o gado aparece como um dos índices de rendimentos da terra. E direciona o crédito rural para o desenvolvimento da pecuária. Na Mensagem de 1970, o governo através da CONDESE, elaborou um plano de Crédito Rural Orientado direcionado para o custeio da pecuária, envolvendo 39 municípios do estado, representando metade da área do estado. Na Mensagem de Governo de 1981, a pecuária encontra-se como prioridade e a Secretaria de Agricultura desenvolveu ações com o objetivo de melhorar o padrão genético do rebanho bovino através do Programa Nacional de Desenvolvimento Animal – PRONASA. Já na Mensagem de governo de 1991, também fica evidente o apoio à produção bovina com maiores investimentos e número de criadores assistidos no semiárido. Os governos posteriores continuaram incentivando o crescimento da pecuária por meio de políticas públicas de melhoramento genético do gado, pastagens, silos, construção de barragens, financiamentos bancários, entre outros. Esses projetos de desenvolvimento na proposta dos governos foram direcionados para os pequenos e grandes proprietários. Mas na prática percebe-se que os projetos e valores financiados na sua maioria atenderam os grandes proprietários.

A economia do sertão sergipano ao longo do tempo esteve ligada diretamente à produção da pecuária com o rebanho bovino de corte e depois com o crescimento do rebanho de leite. Segundo Diniz (1996) a pecuarização no sertão é nítida e muito forte até entre os camponeses, que criam algumas cabeças de gado para atender necessidades do grupo familiar e conseqüentemente do capital. Nas pequenas propriedades também criam suínos, caprinos e aves de forma complementar à atividade agropecuária. Observando o gráfico 6, logo abaixo, com os municípios da Rota do Sertão, fica evidente o crescimento da pecuária no sertão sergipano.

Gráfico 6: Número de Bovinos (cabeças) nos Municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)



Fonte: Censo Agropecuário 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017 (Série histórica)

Organização: Givaldo Santos de Jesus, Riclaudio Silva Santos

O gráfico acima mostra que de 1960 a 1970 em municípios como Canindé do São Francisco, Nossa Senhora da Glória, Ribeirópolis ocorreu pequena redução no número de cabeças de gado, enquanto Poço Redondo e Monte Alegre apresentaram pequeno crescimento. Acredita-se que esse resultado está ligado às secas da década de 70. Já de 1970 a 1980, em

todos os municípios, ocorreu um crescimento considerável no número de bovinos com destaque para Nossa Senhora da Glória, com quase 40.000 cabeças de gado, e Nossa Senhora Aparecida, com cerca de 30.000 bovinos. De 1980 a 1995, os municípios onde o rebanho bovino cresceu foram Nossa Senhora da Glória, Canindé e Poço Redondo, que passou de 40.000 cabeças de gado. Já Monte Alegre ficou estagnado e em Nossa Senhora Aparecida e Ribeirópolis ocorreu uma redução no número de bovinos.

De 1995 a 2006 ocorreu uma estagnação no número de bovinos praticamente em todos os municípios estudados. Acreditamos que esse fato ocorreu em função do começo do avanço da produção de milho no sertão, aumentando a produção de silagem, mas diminuindo as áreas de pastagens. Já de 2006 a 2017, os municípios de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Poço Redondo e Ribeirópolis aumentaram o número de bovinos, em que Nossa Senhora da Glória chegou a um rebanho de 50.000 cabeças. Já o município de Canindé apresentou uma pequena redução e Nossa Senhora Aparecida destaca-se por uma redução de quase 10.000 cabeças de gado. Esse período no sertão destaca-se tanto pelo avanço da produção de milho como de leite. Os produtores passaram a reservar parte de suas terras para a produção de milho. Grande parte desse milho é comercializado e outra parte para a produção de silos para atender o rebanho, principalmente de leite. Segundo o senhor José Barreto Santana, em seu depoimento:

Aqui em Nossa Senhora Aparecida todo mundo planta milho. Muita gente deixou de criar gado pra plantar milho. O milho hoje é o ouro do sertão. Todo mundo quer produzir. Tem gente daqui que tá arrendando terra onde encontrar pra botar roça de milho. Pode ser perto daqui ou longe. Não importa, o negócio é plantar o milho. Agora se chover o cara fica rico. Se a seca apertar o cara perde quase tudo. A não ser se for pelo banco que tem o seguro. O gado aqui agora é pouco. É praticamente o de leite porque deixa um pouco do milho pra fazer silo e alimentar o gado de leite porque o leite também é bom e dar dinheiro toda semana e a pessoa mantém a feira, as despesas com o terreno e vai vivendo¹³⁰.

Atualmente observa-se que no sertão o gado de corte tem perdido espaço para a produção de milho e principalmente para o gado leiteiro. O leite e seus derivados, além de ser uma fonte de renda diária, é um alimento fundamental para a população sertaneja. Vale destacar que no município de Nossa Senhora Aparecida, o milho avançou bastante e como consequência

¹³⁰ Entrevista concedida ao autor. Nossa Senhora Aparecida-Se, 27/10/2020.

desse avanço a criação de gado de corte e de leite diminuiu de forma considerável. Na paisagem do município é perceptível a substituição das pastagens pelas plantações de milho

Portanto, o sertão sergipano ao longo do tempo modernizou-se de forma desigual e aumentou a produção agropecuária. Cada produto teve o seu período de crescimento e contribuiu para o desenvolvimento econômico e social do povo sertanejo. Atualmente a produção de milho e a bacia leiteira apresentam elevados índices de crescimento. Contudo, esse avanço ocorre devido à mudança no comportamento do sertanejo que passou a investir na construção de barragens, produção de palmas e milho para silagem e de algumas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado como financiamentos bancários para a produção dos pequenos e grandes produtores, pois na prática os maiores beneficiados continuam sendo os médios e grandes proprietários.

5.5 - A modernização desigual e os instrumentos do Agricultor Familiar como “testemunha”

Revisitando a história da agricultura, as primeiras formas de produção agrícola ocorreram na Pré-história há cerca de 12 mil anos, no período Neolítico, em que o homem desenvolveu a agricultura, a criação de animais e criou instrumentos de pedra e depois de ferro, proporcionando um avanço significativo no processo produtivo. Essas transformações modificaram o modo de vida do homem, que de nômade/caçador/coletor passou a produzir alimentos, tornando-se sedentário e menos dependente da natureza.

No Brasil, antes da “chegada” dos portugueses, os nativos já conheciam a agricultura, cultivavam a mandioca, o milho e o feijão de acordo com os hábitos e tradições da cultura indígena. Segundo Silva (2012), a partir do século XVI o Brasil passou por uma série de ciclos produtivos (pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração, café) e surtos econômicos (algodão, cacau, borracha) que provocaram grandes impactos econômicos, sociais e culturais. Do século XVI ao século XIX, a economia brasileira era voltada praticamente para a exportação, atendendo o mercado europeu e da América do Norte. Dessa forma, durante séculos:

[...] Em seu conjunto, o Brasil não muda, não se altera profundamente (diríamos: estruturalmente). Não é estranha a esta argumentação a noção de ciclos econômicos, onde muda o conjuntural (técnicas, produto, etc.) permanecendo o essencial: a forma de produzir, a forma de relacionamento-inserção no mercado mundial -, em suma, o Brasil agrário, essencialmente

rural, que tira suas forças da grande propriedade. [...] (LINHARES e SILVA, 1981, p. 19)

Com a crise do modelo agroexportador e o desenvolvimento do modelo capitalista de produção a partir de 1930, o Brasil avança no caminho da modernização da agricultura, fruto da mudança da política econômica, tendo agora como base a industrialização. E nesse momento as atividades agropecuárias passam a dar sustentação ao desenvolvimento industrial brasileiro. Segundo Kageyama (1987), no Brasil a mecanização agrícola teve início na década de 1920, com a importação de algumas centenas de tratores¹³¹, que foram empregados nas lavouras de cana, trigo, arroz e café, em regiões planas do sul e sudeste do país. Mas desde o Primeiro Reinado, que já se aconselhava o emprego de técnicas modernas à agricultura.

Para Silva (2012), é a partir de 1960 que a mecanização da agricultura brasileira avança com a produção de tratores fabricados no Brasil, estimuladas pelos avanços preconizados pela “Revolução Verde”, e incentivada pelo Estado através de créditos bancários destinados à compra de máquinas¹³², sementes e insumos modernos. Na verdade, essas iniciativas desencadearam um processo de modernização desigual e excludente, beneficiando as médias e grandes propriedades com tecnologias cada vez mais avançadas. Também modificaram e ampliaram o processo produtivo com o objetivo de aumentar a produção, diminuir os custos e vender o produto ao mercado externo. Já as pequenas propriedades continuaram à margem do sistema produtivo, subordinadas às grandes propriedades e ao capital, e sem condições e financiamentos bancários para aquisição de máquinas. Mas incorporam e consomem, em parte, algumas dessas tecnologias, como fertilizantes, defensivos, contratação de horas de trator para preparar a terra, entre outros. Nesse sentido:

Este processo de modernização técnica da agricultura e de integração com a indústria e caracterizado por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes

¹³¹ Segundo Silva (2012) o trator é o símbolo da modernização agrícola e um marco na substituição do esforço físico humano e animal no trabalho com a terra. A mecanização agrícola é considerada a sétima maior invenção da engenharia do século XX, à frente do computador, telefone e das naves espaciais.

¹³² Na edição de 25 de janeiro de 1969, do jornal a Cruzada, encontra-se uma matéria intitulada “Impõem-se o desenvolvimento da mecanização da lavoura”, em que o presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Tratores e Caminhões, informa que as indústrias estão com sua capacidade ociosa na produção de tratores em 50%, tendo melhorado a sua capacidade em 20% em relação ao ano de 1967 que era de apenas 30%. Contudo, para os representantes das indústrias toda a lavoura brasileira poderia ser mecanizada pela indústria nacional. Então, o sindicato enviou um documento ao governo solicitando a isenção de 50% do ICMS para a produção de tratores e justifica que entre os anos de 1964 a 1968 houve uma involução na produção. E seria necessário que o governo brasileiro tomasse medidas como os países desenvolvidos (Inglaterra, Itália, França, Canadá e Austrália) que além da redução de impostos, concederam subsídios para a aquisição de máquinas e implementos para incentivar a indústria nacional e a mecanização do campo.

melhoradas e combustíveis líquidos, etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação, etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais. [...] (DELGADO, 2005, p. 58)

O estado de Sergipe, segundo Diniz (1996), apresenta elevadas taxas de uso de insumos modernos, mecanização¹³³, uso de fertilizantes químicos e defensivos presentes nas médias e grandes propriedades. Todavia, a presença dessa modernização nas pequenas propriedades é bastante reduzida. O que mostra uma diferença em relação ao consumo dessas tecnologias pelas pequenas unidades de produção familiar no Centro-Sul do país que sempre foi elevada. Segundo Silva (1981, p. 34):

Essa desigualdade adquire maior significado num contexto em que a terra se configura ainda como o meio de produção fundamental. Sob o domínio do capital, espera-se uma intensificação do processo produtivo, que se traduz na crescente utilização de insumos, máquinas e equipamentos, destinados a elevar a produtividade do trabalho. A terra em si mesma, ou melhor, a sua extensão, passa a perder importância, na medida em que se torna possível obter, em menos áreas, um produto ou superior ao que anteriormente demandava grandes extensões.

A desigualdade e a exclusão do processo de modernização são percebidas nos instrumentos de trabalho, fruto desse processo modernizante e que está presente nas pequenas e nas grandes propriedades de forma oposta. Na verdade, se observarmos em cada propriedade encontram-se, na sua espacialidade, vários equipamentos de trabalho que estimulam a memória e revelam a história do mundo rural por meio desses instrumentos. A partir da visita in loco às unidades de produção e de nossa vivência no sertão, podemos afirmar que cada propriedade configura-se em um museu a céu aberto (veja o anexo B), mas pouco se fala sobre a memória das máquinas e das práticas agrícolas como espaço de memória. Nesse sentido:

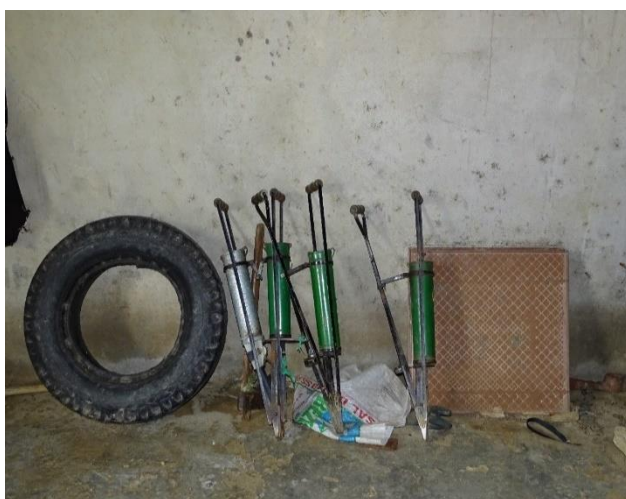
[...] Pecamos por não dar o devido valor para com nossos costumes, para com as nossas tradições, por não registrarmos dados, fatos e datas importantes com

¹³³ No jornal A Cruzada, em várias anos e edições, como a edição de 16 de junho de 1963, encontra-se propagandas de tratores e implementos da marca “Valmet 360 Diesel” mostrando as suas qualidades (versátil, durável, potente e robusto) para o trabalho na agricultura brasileira, sendo comercializados na rua Laranjeiras, 43 e na Praça General Valadão, 214, no centro de Aracaju-Se. Nesse mesmo jornal, em várias edições e anos, como na edição de 27 de janeiro de 1968, também encontra-se propagandas de tratores da marca Massey Ferguson, modelos MF 50x e MF 65, que poderiam receber mais de 100 implementos. Esses tratores eram comercializados pela COMASE (Companhia Agrícola de Sergipe), na praça do Est. Rodoviária, 453. Além de propaganda dos tratores, encontra-se propagandas de geladeira, bicicleta, Kombi Volkswagen, Pick-up, como símbolo da modernização.

relação à nossa história. Assim, quando sobram alguns registros, alguma lembrança, são sempre pedaços de uma história mutilada, incompleta, distorcida e obscurecida pelo descaso ou inconsciência do seu valor prático, histórico e cultural no correr dos eventos, ou ainda, pelo nosso descompromisso para com o futuro. (VIRGÍLIO, 2003, p. 11)

Nas pequenas propriedades é comum encontrarmos instrumentos de trabalho como enxadas, foices, machados, plantadeira manual (Figura 22), arado de tração animal (Figura 23), carroças de burro, carros de boi, entre outros, instrumentos de trabalho, em uso ou desgastados do trabalho e do tempo. São guardados ou jogados nos espaços das propriedades, que se tornam instrumentos de memória, pois eles fazem com que nossas lembranças permaneçam vivas. No sertão sergipano, como o pequeno proprietário não possui condições financeiras para comprar trator, acaba contratando ou conseguindo através de projetos do governo do Estado, das prefeituras ou associações de trabalhadores rurais, algumas horas para arar a terra. Mas o arado de tração animal¹³⁴ ainda é utilizado nessas propriedades. Como também a carroça com jegue e o carro de boi (Figuras 24 e 25) que serve para transportar a produção, água das barragens, o leite, entre outros.

Figura 22: Plantadeiras manual – Pequena propriedade em Nossa Senhora da Glória-Se, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Figura 23: Tombador manual – Pequena propriedade em Nossa Senhora Aparecida-Se, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

¹³⁴ Segundo Silva (2012) o uso da tração animal teve início na Pré-história e representou uma evolução e um estágio intermediário entre a enxada e o trator. Com a domesticação dos animais, o homem atrelou um toco de madeira pontiagudo amarrado com um cipó para o animal puxar, abrindo a terra para ser semeada. Depois com o aparecimento do ferro, cria-se o arado de ferro facilitando ainda mais o trabalho com a terra.

Figura 24: Carro de boi - Memorial Alcino Alves Costa, em Poço Redondo-SE, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Figura 25: Carro de boi – pequena propriedade entre Pedro Alexandre-BA e Santa Rosa do Ermírio-Se, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Nas figuras acima, fica evidente que ocorreram algumas mudanças na estrutura dos carros de boi, como podemos observar as rodas de borracha e que antes eram de madeira. A maioria dos carros de boi que encontramos em Santa Rosa do Ermírio, povoado com grande quantidade de carros de boi, são com pneus de borracha. O carro de boi original todo em madeira, dificilmente encontramos em atividade. Alguns proprietários ainda guardam em depósitos ou deixam expostos nas propriedades debaixo de árvores, expostos ao sol e a chuva, ou em memoriais e museus¹³⁵.

O senhor que está na figura junto ao carro de boi é Josué Santos de Alcântara, tem 70 anos de idade, nasceu em Arco Bonito, município de Pedro Alexandre na Bahia. Viveu sua infância e parte da juventude em Campo do Brito-Se, plantando mandioca e fazendo farinha. Depois voltou para Arco Bonito, onde casou-se e vive em uma pequena propriedade na divisa

¹³⁵ Sobre museus e memoriais da modernização, vale apenas visitar o site dos seguintes museus: IBRAM. Guia dos Museus brasileiros. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros/>; MUSEU AGRÍCOLA ATALAIA. Disponível em: <https://www.mun-montijo.pt/viver/cultura/museus/museu-agricola-da-atalaia>; MUSEU NACIONAL DA AGRICULTURA. Disponível em: <http://turismodecoimbra.pt/es/museos/museo-nacional-de-agricultura.html>; TRATORES ANTIGOS CBT 2400 – Detroit Diesel. Disponível em: <http://tratoresantigos.blogspot.com/2009/04/companhia-brasileira-de-tratores-cbt.html>., entre outros.

com Santa Rosa do Ermírio. Trabalhou por mais de três décadas como carreiro, carpinteiro e conserta carros de boi até os dias atuais.

Uma mudança que foi incorporada tanto na pequena quanto nas grandes propriedades é o uso da moto para ajudar no deslocamento e no transporte de leite até os tanques de resfriamento. No sertão, observa-se uma grande frota de motos que tem ocupado o lugar dos animais, durante o trabalho diário dos sertanejos. Na fazenda Maravilha, em Monte Alegre, encontramos esta moto Honda ano 1982 (Figura 26) utilizada para o transporte de leite e de pessoas desde o ano de 1982. E ao questionar o proprietário, o senhor Antônio Francisco de Oliveira, a moto faz lembrar de quando começou a morar na fazenda e o quanto ela ajudou no deslocamento para a feira de Nossa Senhora da Glória, as missas e festas nos povoados vizinhos, as secas que enfrentou e os invernos com fartura no sertão. Na verdade, a moto estimula a memória do proprietário, fazendo lembrar o trabalho diário e o cotidiano no sertão em tempos pretéritos. Já a segunda moto (Figura 27) é também da marca Honda, ano 2018, adaptada para transportar o leite, tanto para os tanques de resfriamento, como também para comercializá-lo nas cidades de porta em porta, agregando maior preço ao litro de leite.

Figura 26: Moto utilizada para o transporte de leite – Fazenda Maravilha/Monte Alegre de Sergipe, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020
 Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Figura 27: Moto utilizada para o transporte e comercialização do leite – Pequeno produtor em Ribeirópolis-Se, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020
 Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Nas grandes propriedades encontramos todos os instrumentos de trabalho que os agricultores familiares utilizam, porém são utilizados apenas onde o trator não consegue entrar para fazer o serviço. No sertão sergipano, os tratores e seus implementos estão presentes nas médias e grandes propriedades, e são utilizados nos mais variados serviços. Desde a aração da terra, plantação, colheita e transporte da produção, água das barragens, etc. Segundo João Santos, morador da Antiga fazenda Fortaleza, em Nossa Senhora da Glória, ao aguçar sua memória nos revelou que os primeiros tratores chegaram na região por volta de 1975, onde Manezinho Barbosa, Joaquim da Bahia e João Gonçalo, grandes proprietários de terras naquela época, começaram a utilizar o trator em suas fazendas na região. Eram tratores da marca americana Massey Ferguson¹³⁶ (Figura 28) e depois o Valmet (Figura 29). Alguns tratores eram de esteira e outros na maioria de pneus.

Figura 28. Trator 275 Massey Ferguson, ano 1985 - Assentamento Pedra Grande/Nossa Senhora da Glória-Se, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Figura 29: Trator Valmet, ano 1983 – Fazenda Praia/Monte Alegre de Sergipe, 2019



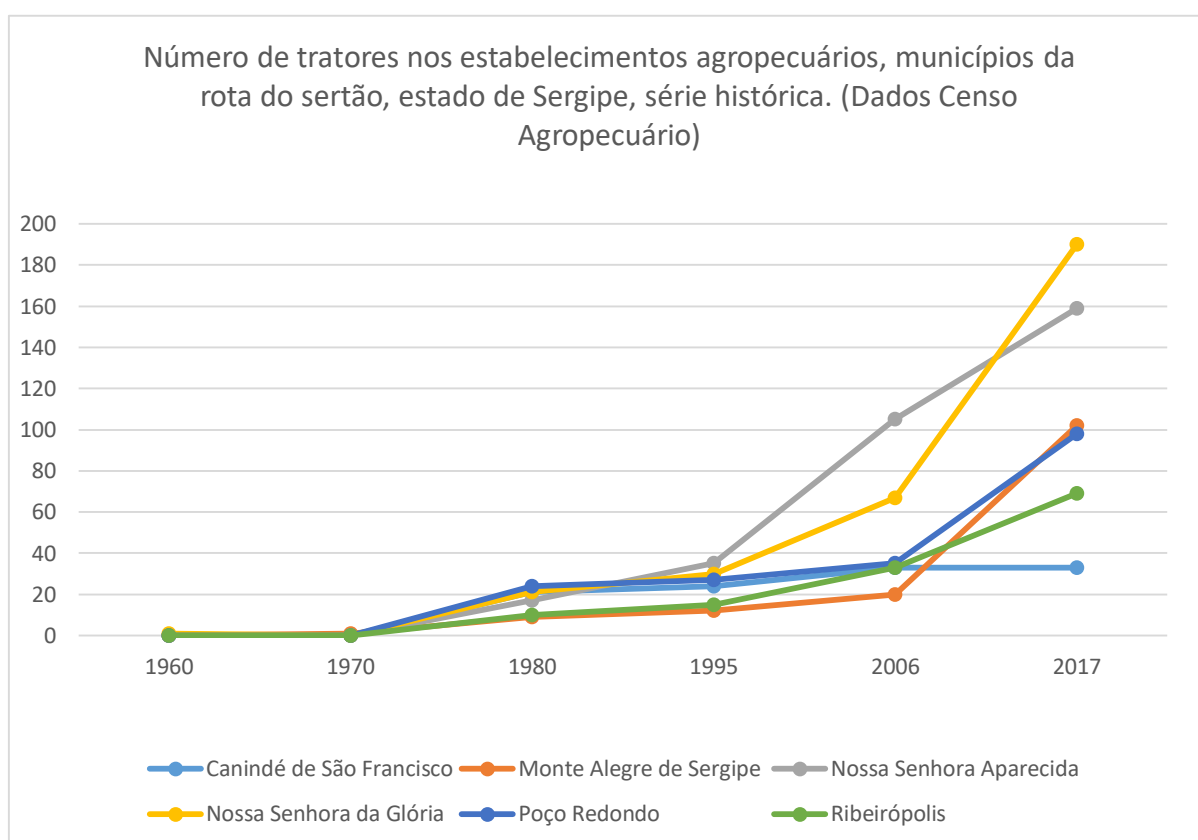
Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

¹³⁶ Segundo Kageyama (1987) a indústria de tratores no Brasil nasceu formando oligopólio. A política de substituição de importação contribuiu para que empresas pequenas não conseguissem competir no mercado brasileiro, que foi dominado por filiais de grandes multinacionais como a Valmet, Massey Ferguson e Ford.

Segundo Silva (2012), o estudo da mecanização serve como referência do processo histórico do surgimento e uso dos instrumentos (tratores e implementos) no campo que provocou grandes mudanças no trabalho com a terra, substituindo o trabalho braçal do homem pelo motor e o aumento da produção agrícola. No gráfico 7, abaixo, pode-se observar a presença e o crescimento do número de tratores nos municípios da Rota do Sertão, no período estudado.

Gráfico 7: Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários, municípios da Rota do Sertão, estado de Sergipe (1960-2017)



Fonte: Censo Agropecuário 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017 (Série histórica)

Organização: Givaldo Santos de Jesus, Riclaudio Silva Santos

Analisando o gráfico acima, de 1960 a 1970, praticamente não temos a presença de tratores nos municípios pesquisados. Em 1960 somente Nossa Senhora da Glória aparece com um trator. E 1970, Monte Alegre também com um trator. Em 1980 essa realidade mudou, e em todos os municípios estudados temos a presença do trator. Nossa Senhora da Glória com 21 tratores e Poço Redondo com 24 lideraram com maior número de tratores nesse período. Isso

mostra que a modernização avançou de fato nos anos 80. Já em 1995, os municípios que se destacaram com maior número de tratores presentes no campo foram Nossa Senhora da Glória com 30 tratores e Nossa Senhora Aparecida com 35 tratores. Contudo, é entre os anos de 2006 e 2017, que os números de tratores nos municípios estudados aumentaram de forma considerável. Os municípios que apresentam o maior crescimento foram Nossa Senhora Aparecida, que de 105 tratores em 2006 passou para 159 em 2017, e Nossa Senhora da Glória, de 67 tratores em 2006 passou para 190 em 2017. Acredita-se que o aumento de tratores em todos os municípios pesquisados ocorreu em função da produção de milho, com investimentos e liberação de recurso através dos bancos para financiamento de roças, tratores e seus implementos.

Em nossos dias, além do aumento do número de tratores no sertão sergipano, temos a presença de novas e modernas máquinas, tratores, colheitadeiras e implementos com alta tecnologia (Figuras 30. 31. 32, 33). O agronegócio do milho é fator do impulso desse novo maquinário, que atualmente são comercializadas em Aracaju, e nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana, entre outros. A maioria dessas máquinas são adquiridas através de financiamentos bancários por meio de projetos do governo.

Figura 30: Tratores da marca New Holland comercializado na MSOBRAL, em Itabaiana-se, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de. 2020

Figura 31: Implementos agrícolas comercializados na MSOBRAL, em Itabaiana-se, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de. 2020

Figura 32: Trator para aplicar pesticidas, marca New Holland comercializado na MSOBRAL, em Itabaiana-se, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Figura 33: Colheitadeira da marca New Holland comercializada na MSOBRAL, em Itabaiana-se, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Desde 2006, na colheita do milho, várias colheitadeiras eram trazidas do Paraná e de São Paulo, para colher o milho em Sergipe. Os produtores acabam pagando por tarefa colhida. Mas, depois os produtores mais capitalizados foram adquirindo as colheitadeiras que são utilizadas para colher o próprio milho, como também para colher o milho de terceiros que pagam por área colhida.

A paisagem sertaneja tem mudado, e as novas máquinas têm chamado a atenção das pessoas por onde passam. Contudo, as antigas máquinas contrastam com as modernas e aguçam a nossa memória nos remetendo a um passado não tão distante, mas que revelam toda uma trajetória de crescimento da modernização dos grandes produtores, a exclusão dos pequenos proprietários, que sempre ficam à margem do processo produtivo, as mudanças nas práticas produtivas e a permanência de algumas práticas do saber fazer no sertão sergipano.

Portanto, o sertão apresenta uma variedade de acontecimentos, objetos e experiências vividas pela população que forma um imaginário sertanejo, que identifica a região e que permite conhecermos as secas, as ações do Estado para combatê-las e as estratégias de produção e

reprodução das unidades familiares. Essa região do semiárido passa por mudanças significativas na forma de produzir e ao mesmo tempo preserva parte delas.

É uma região que, no imaginário do sertanejo, não estão apenas as grandes secas. Mas a ascensão e crise da produção agropecuária, destacando-se a mandioca, o algodão, o milho e o feijão, como também, o processo de crescimento da criação de bovinos e da bacia leiteira. A modernização desigual está presente nas pequenas, médias e grandes propriedades e podemos observar nos instrumentos de trabalho nessas propriedades, pois ficam expostos nos mais variados espaços. E cada um desses instrumentos permite rememorar a sua importância e as técnicas de produção.

A história foi contada e confrontada a partir das memórias narradas, dados dos censos agropecuários, jornais de época, mensagens de governo e fotografias. E revelou as estiagens frequentes, ascensão e crise da produção agropecuária, as estratégias de convivência no semiárido e de produção e reprodução das unidades familiares, a falta de assistência técnica, políticas públicas eficientes, entre outros. Toda essa narrativa serviu para compreendermos as mudanças e permanências ocorridas no espaço rural do sertão sergipano.

PARTE III – A ATUAÇÃO DO ESTADO E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL SERGIPANO

Chuva de Honestidade

Quando o ronco feroz do carro pipa
Cobre a força do aboio do vaqueiro
Quando o gado berrando no terreiro
Se despede da vida do peão

Quando verde eu procuro pelo chão
Não encontro mais nem mandacaru
Dá tristeza ter que viver no Sul
Pra morrer de saudades do sertão [...].

Composição: Flavio Leandro, 2013.

6 - O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL NO SERTÃO SERGIPANO

[...] Eu sei que a chuva é pouca e que o chão é quente. Mas tem mão boba enganando a gente. Secando o verde da irrigação.

Não, eu não quero enchentes de caridade. Só quero chuva de honestidade. Molhando as terras do meu sertão. [...]

Composição: Flavio Leandro, 2013.

6.1 – Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, o significado da SUDENE e do projeto Chapéu de Couro para o sertanejo

Na segunda metade do século XX ocorreram profundas mudanças na atuação do Estado brasileiro por meio de políticas públicas com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional em longo prazo. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) defendia que a industrialização seria a única forma de superar a pobreza e o subdesenvolvimento. E essa concepção, segundo Lima e Simões (2010), foi incorporada pelo Estado brasileiro que passa a desenvolver planos de desenvolvimento econômico com o objetivo de promover o crescimento da economia nacional. Todavia, não observaram as peculiaridades de cada região, e os planos desenvolvimentistas¹³⁷ implantados pelo Estado não atingiram os resultados esperados.

De 1950 a 1980, as chamadas Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional alimentaram o debate e influenciaram o planejamento regional¹³⁸ nos países considerados subdesenvolvidos. Um exemplo é a teoria dos Polos de Crescimento de Perroux, sendo uma das principais teorias que orientou as políticas de desenvolvimento no Brasil. Segundo Lima e Simões (2010), de acordo com a teoria em questão, a economia nacional apresenta-se como uma combinação de conjuntos ativos (polos industriais geograficamente concentrados) e

¹³⁷ Plano de Metas (1956-60), Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964), Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1974-79). (LIMA e SIMÕES, 2010).

¹³⁸ Essas teorias foram desenvolvidas no Pós-Segunda Guerra Mundial e influenciaram nas ações do Estado para promover o desenvolvimento regional nos países subdesenvolvidos. Vale destacar as teorias dos Polos de Crescimento, da Causação Circular Cumulativa, do Desenvolvimento Desigual e da Transmissão Inter-regional de crescimento e da Base de Exportações. E para o Brasil a CEPAL indicou a teoria dos Polos de Crescimento e a Teoria da Dinâmica de atração de investimentos (LIMA E SIMÕES, 2010)

passivos (regiões dependentes dos polos geograficamente concentrados), onde os primeiros fenômenos impulsionam os segundos para o desenvolvimento. A categoria geográfica “região” se fortalece como forma de recorte espacial e a política regional como meio de orientação dos polos de crescimento para atingir o desenvolvimento do território nacional a partir da coesão, complementaridade e cooperação entre as regiões.

Segundo Bursztyn (2008), para a complexa realidade do campo, a concepção de desenvolvimento polarizado de Perroux foi recuperada por uma nova roupagem. No lugar dos polos industriais, seriam criados os polos rurais centralizados por núcleos urbanos de pequeno porte. Então, no espaço rural nordestino, o Estado cria vários programas regionais com o objetivo de amenizar as disparidades no meio rural, destacando-se o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento Nacional de Obras Contra as Secas (PROJETO SERTANEJO), entre outros, e de organismos federais e estaduais que atuaram no espaço rural. Dessa forma:

A ideia de concentração de recursos pelo Estado, de forma a criar certos núcleos de prosperidade material, só pode ser concebida em um regime autoritário, onde o sistema de planejamento serve para implantar uma situação caracterizada pela dualidade concentração-segregação, no lugar de se orientar para a democratização do desenvolvimento, nos níveis espacial e social. (BURSZTYN, 2008, p. 151)

O PROTERRA, segundo Menezes (2009), foi criado no ano de 1971 com o objetivo de apoiar o pequeno proprietário de terra ou desprovido dela, e consistia na desapropriação de terras de interesse social, por meio de indenizações aos proprietários e a promoção da agroindústria nordestina. Apesar de suas normas visarem o apoio ao pequeno produtor, a modernização da atividade agropecuária e agroindustrial por meio de financiamentos com juros baixos e longos prazos para pagar, na prática acabou fornecendo crédito aos médios e grandes proprietários de terras, proporcionando a modernização em detrimento da distribuição de terras e apoio ao pequeno produtor rural. Devido ao desvio de finalidade e o seu demérito, em 1974 o PROTERRA foi ultimado.

O POLONORDESTE¹³⁹ foi criado no ano de 1974, fundamentado na teoria dos Polos de Crescimento de Perroux, e inserido nas estratégias do capital internacional para as regiões mais atrasadas da América Latina. Foram implantados polos rurais de crescimento, e em áreas urbanas de pequeno porte distribuídas de forma estratégica, com metas de fixação do homem no meio rural, modernização das atividades agropecuárias, implantação de infraestrutura, concessão de crédito, assistência técnica e extensão rural para o pequeno produtor rural. Dessa forma:

As proposições do Polonordeste mostram claramente o propósito de valorizar os pequenos produtores. Entretanto, na realidade, essas “boas intenções” são limitadas pela construção que existe entre a formulação das políticas públicas e as instituições que devem implementá-las ou, em última instância, pelo caráter autoritário do planejamento. [...] (BURSZTYN, 2008, p. 160)

Segundo Menezes (2009), na prática as ações do POLONORDESTE¹⁴⁰ acabaram de forma contraditória, fortalecendo os médios e grandes proprietários, pois o avanço da modernização proporcionou a valorização das terras, e por sua vez, a concentração fundiária, provocando o êxodo rural e impossibilitando a reprodução social dos pequenos agricultores e dos sem terra. Para Santos (2004), as ações inovadoras desse programa não se concretizaram e as que foram colocadas em prática não contribuíram para transformar as condições econômicas e reduzir as desigualdades sociais. Com a excessiva burocracia, altos custos operacionais e autoritarismo na sua concepção, o programa tornou-se apenas um instrumento para legitimação política do Estado. Dessa forma:

[...] O programa serve ao mesmo tempo para valorizar discursos políticos demagógicos e para a manipulação econômica por parte dos grupos sociais que se apropriam localmente de seus benefícios, fato que conduz a um distanciamento cada vez maior em relação aos objetivos iniciais. (BURSZTYN, 2008, p. 160)

¹³⁹ Segundo Santos (2004) o POLONORDESTE foi desenvolvido durante o II PND, fazendo parte dos Programas Especiais de Desenvolvimento para o meio rural a partir de ações do Banco Mundial e do Ministério do Interior em 1974. Mas somente em 1975, passou a intervir nas regiões de economia estagnada por meio de ações propostas pelo Banco Mundial.

¹⁴⁰ Segundo o professor e pesquisador Eliano Sérgio Azevedo Lopes, em seu depoimento, ele participou da elaboração do POLONORDESTE em Sergipe, que era um projeto com recursos do Banco Mundial para pequenos agricultores, financiando diversos componentes como assistência técnica, regularização fundiária, comercialização, apoio às pequenas comunidades rurais, entre outros.

Segundo Lima e Simões (2010), o Estado, como forma de diminuir as desigualdades regionais, também criaria nos anos 50 do século passado importantes instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada no ano de 1959, com o objetivo de promover o desenvolvimento do Nordeste¹⁴¹. A SUDENE não concordava com as ações desenvolvidas no Polonordeste, e em 1976 elaborou o projeto SERTANEJO – Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste, com atuação até 1986.

Para Santos (2004a), o Projeto Sertanejo visava preparar através da assistência técnica as pequenas e médias propriedades agropecuárias de base familiar para explorar de forma racional os recursos de suas propriedades, enfrentando os longos períodos de secas, assegurando a geração de empregos e a produção mais eficiente. Pautou-se na construção de açudes e poços artesanais, créditos subsidiados, entre outras ações. Acreditavam que essas medidas diminuiriam os problemas sociais no Nordeste. Todavia, os resultados desse projeto também não foram satisfatórios. Dessa forma:

Esse projeto contribuiu de igual modo para o crescimento da pecuária, atuando na viabilização das reservas alimentícias para os animais nos períodos de estiagem, funcionando como linha de crédito destinada a investimentos fixos, semifixos e de custeio. Ainda, desenvolveu ações que proporcionaram a implantação de pastagens, mecanização e tração animal, conservação de açudes e solos. Assim, de forma crescente, foram introduzidas na área sementes selecionadas como a do buffel (*Cenchrus ciliaris*), pangola (*Digitaria decumbens* S) e a braquiária (*Brachiaria decumbens*), além da utilização de máquinas agrícolas modernas (como tratores) na aração das terras. (MENEZES, 2009, p. 61)

Segundo Silva (1996), no sertão sergipano a expansão das formas capitalistas de produção manifestaram-se em quase todos os setores da economia agrícola e a modernização acabou causando impactos na economia camponesa e no meio ambiente, através da

¹⁴¹ Em várias edições do jornal A Cruzada, encontra-se matérias sobre a atuação da SUDENE no Nordeste e em Sergipe. Na edição de 13 de setembro de 1969, o ministro do interior General Costa Cavalcante, destaca o Desenvolvimento Regional, o aumento do PNB e a importância das Superintendências de Desenvolvimento. Entre elas destaca a SUDENE, que no IV Plano Diretor investiu a maioria dos recursos na melhoria do fornecimento de energia, transporte, comunicações, recursos humanos, agricultura e abastecimento. E ao lado dos investimentos realizados no setor público na expansão e modernização da infraestrutura econômica e social, ressaltam os investimentos no setor privado da indústria e da agropecuária, considerado o instrumento fundamental da política de desenvolvimento do Nordeste.

pecuarização apoiada nos projetos governamentais¹⁴², que aos poucos foram diminuindo as áreas de cultivos de subsistência, simultaneamente com a evolução da concentração fundiária. Os incentivos do governo, por meio dos projetos de desenvolvimento apresentavam-se assim: no “discurso oficial”, tinha como objetivo beneficiar os pequenos produtores, mas, na prática sempre beneficiaram os médios e grandes proprietários, principalmente no segmento pecuarista.

A partir da atuação do governo federal e estadual, através dos projetos de desenvolvimento na década de 1970/1980 e do avanço do processo de modernização no campo, o sertão sergipano começou a mudar. As estradas e rodagens foram construídas e/ou melhoradas, proporcionando crescimento no sistema de transporte de pessoas, mercadorias e serviços. Era o “desenvolvimento” chegando no sertão. Na década de 1980, a rodovia hoje conhecida como Rota do Sertão era de terra batida e a maioria das estradas vicinais eram apenas varedos no meio da vegetação. As pessoas, para se deslocarem para as feiras-livres, usavam os carros de boi, carroças de burro e cavalos. O senhor Antônio Francisco de Oliveira, fazendeiro e morador do povoado Maravilha em Monte Alegre de Sergipe, afirma em seu depoimento, que o transporte nessa época era precário, mas começou a mudar quando:

Apareceu o caminhão Ford F750 e o da Mercedes Bens 1113, que passaram a fazer as linhas de feira. Compadre Pedro tem uma história dessa época que para ir a feira de Carira pegava o carro de boi, saía no domingo e só chegava na segunda-feira. Naquela época os bois aguentavam porque as estradas eram varedos cobertos de árvores, sombras, água fresca nas cacimbas pelos caminhos. [...] ¹⁴³

A implantação de estradas, energia elétrica¹⁴⁴, a construção de barragens, poços artesianos e cisternas contribuíram para minimizar a convivência do sertanejo no semiárido.

¹⁴² No sertão sergipano, nesse período, vale destacar os projetos governamentais como: o PROHIDRO – Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos; PRONASA – Programa Nacional de Saúde Animal; PRONESE – Projeto Nordeste de Sergipe; PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste; PROJETO SERTANEJO – Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento Nacional de Obras Contra as Secas, entre outros. (SILVA, 1996)

¹⁴³ Entrevista concedida ao autor. Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2019.

¹⁴⁴ No jornal A Cruzada, edição de 03 de agosto de 1968, em um artigo o senhor Benjamim Fernandes Fontes, presidente da Energipe, comunicou a suspensão dos serviços de eletrificação no interior do estado em função da necessidade da construção de novas linhas de transmissão de energia da Chesf. Mas de acordo com o programa de eletrificação todas as sedes municipais seriam contempladas com energia de Paulo Afonso. Já a eletrificação rural foi firmado convênio em outubro de 1967 junto ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário para a eletrificação de 258 quilômetros na zona rural. As áreas a serem eletrificadas foram selecionadas pela CONDESE, atingindo 12 municípios, contudo, os projetos ainda não tinham sido aprovados. Já na edição de 24 de maio de 1969, desse mesmo jornal, temos uma matéria que apresenta 28 áreas em 11 municípios e 100 localidades na zona rural a serem implantadas a eletrificação rural. A matéria ainda destaca que a eletrificação rural não é apenas uma

Todos esses avanços ocorreram por meio dos projetos de desenvolvimento. Todavia, o “progresso” chegou para os sertanejos de forma desigual, em que os médios e grandes proprietários atrelados ao poder político local/estadual/federal foram os primeiros e os maiores beneficiados. Dessa forma:

[...] A economia prosperou, mas seus frutos não se disseminaram com a abrangência que seria de esperar. A concentração de riqueza cresceu. A renda dos dez por cento mais rico acentuou-se numa proporção superior à tendência nacional. Em contrapartida, 60% mais pobres de Sergipe, que era em 1970 detinham 24,90% da renda, tiveram sua situação proporcionalmente reduzida mais ainda do que a nacional. O modelo de desenvolvimento pelo alto, ou seja, através do Estado, revelou-se incapaz de distribuir melhor seus benefícios. Numa sociedade sob controle político mais acentuado, coincidentemente ou não, o fenômeno se manifestava com maior nitidez. (DANTAS, 2004, p. 206/207)

Nas Mensagens de Governo de 1978, 1981 e 1983, encontramos informações sobre a implantação do projeto POLONORDESTE no estado de Sergipe, com o principal objetivo de reduzir a pobreza rural, e a Secretaria de Planejamento do Estado coordenou a aplicação dos recursos financeiros. As ações do POLONORDESTE concentraram-se em três áreas do estado, abrangendo 48 municípios e 18.125 km² através de três projetos de Desenvolvimento Rural Integrado: Projeto Tabuleiro Sul, abrangendo 15 municípios e uma área de 6.024 km²; Projeto Tabuleiro Norte, abrangendo 5 municípios e uma área de 1.719 km²; e o Projeto Agreste de Itabaiana, 28 municípios com uma área de 10.382 km².

A Mensagem de Governo de 1983 destaca que o ano de 1983 foi o período de maior liberação e aplicação de recursos financeiros, na ordem de Cr\$ 1.489.849.000,00 em assistência técnica, estradas vicinais, colonização e educação. Vale destacar que a aplicação desses recursos foi monitorada pela SUDENE, por meio de um polo regional com objetivo de orientar e apreciar os planos operacionais anuais, assessoramento, consolidação e análise crítica dos relatórios trimestrais dos órgãos executores e supervisão no campo, entre outras ações de acompanhamento e desenvolvimento.

necessidade de iluminação, mas de promover o desenvolvimento rural. E o governador Lourival Batista, esperava que muitas pequenas indústrias rurais se desenvolvessem, inclusive as áreas de irrigação. Na realidade a eletrificação rural ocorreu de forma lenta e somente avançou com o processo de universalização no início de 2003 no governo de Luís Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica. Segundo dados desse Programa, ainda existe metas para atender até 2022 uma parcela do meio rural que ainda não tem acesso a energia elétrica. (mme.gov.br/luzparatodos/Asp/documentos.asp.)

Na Mensagem de Governo do ano de 1978, encontramos informações sobre o Projeto Sertanejo, abrangendo o semiárido sergipano, com a previsão de obras de infraestrutura, assistência técnica no campo agrônômico, social, creditício, de administração de empresas e de mecanização. Nesse projeto as ações do estado são ressaltadas como:

[...] um estímulo a reestruturação fundiária, pois suas ações estão voltadas para imóveis de até 500 ha, prevendo inclusive a aquisição de novas áreas com subsídio significativo, isto é, a juros de 2% ao ano, carência de 6 anos e prazo de 20 anos para amortização do empréstimo. (MENSAGEM DE GOVERNO, 1978, p. 116).

Na verdade, encontramos contradições entre os objetivos desse projeto e sua execução. Um projeto que visava preparar e promover o desenvolvimento rural a partir da assistência técnica aos pequenos e médios produtores, na prática, favoreceu a concentração de terras nas mãos dos médios, que passaram a comprar as terras dos pequenos proprietários através dos subsídios do Estado para aquisição de terras, definindo essa prática como reestruturação fundiária, e ocorrendo na prática a concentração de terras.

Quando se observa nessa Mensagem de Governo, os principais resultados operacionais da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Sergipe, na agricultura foram assistidos 11.876 agricultores, com área de atuação de 32.466 ha e uma área plantada de 15.797 ha. Já na pecuária apenas 1.162 produtores foram assistidos, abrangendo um rebanho médio de 121.393 cabeças, uma área de 260.271 ha e área implantada com pastagens de 15.074 hectares. Esses atendimentos foram realizados em 74 municípios sergipanos, cobertos por 38 unidades de execução, 5 de supervisão e 1 unidade central.

A partir dos dados apresentados, observamos que a assistência técnica realizada e distribuída entre os 74 municípios atenderam um número pequeno de agricultores e criadores de gado para quase todo o estado de Sergipe. O maior problema é que os projetos, em sua maioria, como o Sertanejo, sempre tiveram como objetivo incentivar a produção dos pequenos e médios produtores, e na prática os créditos e incentivos financeiros sempre atenderam os médios e os grandes proprietários. Outro aspecto observado foi a assistência técnica que, nessa época, era reduzida e atendia os proprietários que possuíam ligações com a política local e os que faziam financiamentos bancários. Segundo o senhor Raimundo Eliete Cavalcante, em seu depoimento, naquela época a assistência técnica:

[...] Tinha toda uma estrutura que era da EMATER. Hoje em dia chamam de EMDAGRO. Era tudo manipulado. Não servia de nada a sua estrutura para o povo. Essa estrutura era para o lado político, do apadrinhamento. Tinha a questão do partidarismo. Tudo uma questão do partidarismo. E para o opositor nada. [...] ¹⁴⁵

Os agricultores familiares têm uma trajetória de vida e um saber fazer, uma forma de se relacionar com a terra que é transmitido de geração a geração, e aqueles que conseguiam assistência técnica entraram em conflito com os novos produtos e formas de produção orientadas pela EMATER, numa espécie de conhecimentos verticalizado, de cima para baixo sem observar o saber fazer dos agricultores familiares. O senhor Volnandy de Aragão Brito, em seu depoimento, afirma que no passado:

A EMATER atuava no campo com poucos técnicos para atender todo o estado, e tinha uma resistência por parte dos pequenos produtores. Os técnicos orientavam os agricultores de uma forma diferente das que eles eram acostumados a produzir. Então, os agricultores não aceitavam porque eles aprenderam a produzir com os seus pais, avós e não queriam mudar. Faltou uma melhor conscientização do produtor e mostrar que produzir daquela forma diferente era melhor e mais produtiva ¹⁴⁶.

Já na Mensagem de Governo de 1981, que apresenta as ações realizadas pelo governo estadual nos anos de 1980 e 1981 (Quadro 2), o projeto sertanejo emerge com o objetivo de proporcionar melhores condições de resistência às secas para as unidades de produção no semiárido. E afirma que nos últimos três anos foram instalados dois núcleos do projeto Sertanejo: um em Poço Redondo, com um total de Cr\$ 57.035.000; e o outro em Poço Verde, com um valor total de Cr\$ 29.390.000. Apesar de os valores liberados serem consideráveis, quando observamos as ações desenvolvidas, percebemos que o número de beneficiados foram pouco e concentrados no setor pecuarista.

No Quadro 2, observamos que o número de bovinos é superior aos de caprinos e ovinos, como também, as construções de currais são superiores aos de residências. Mas o que chama atenção é o montante dos recursos liberados, que passa a atender e beneficiar os médios e grandes proprietários através do crédito rural, que para conseguir um valor elevado era preciso

¹⁴⁵ Entrevista concedida ao autor. Poço Redondo-Se, 05/12/2020.

¹⁴⁶ Entrevista concedida ao autor. Aracaju, 07/10/2020.

ter médias ou grandes propriedades, que incorporava como garantia para o banco. Percebemos também, que o número de emprego permanente foi pequeno e os temporários foram bem maiores. Na verdade, os empregos temporários serviam para atender as necessidades dos grandes proprietários em determinadas tarefas e períodos do ano.

Quadro 2: Principais ações Desenvolvidas pelo Projeto Sertanejo, no Exercício de 1980/1981

Indicadores	Unidade de Medida	Quantidade
Crédito rural/nº de projetos elaborados	Um	595
Nº de produtores beneficiados	Produtor	595
Volume de recursos financeiros liberados	Cr\$ 1,00	Cr\$ 486.840.000
Introdução de bovinos	Cabeças	4.849 (matrizes) e 317 (reprodutores)
Introdução de ovinos	Cabeças	100 (matrizes) e 11 (reprodutores)
Introdução de caprinos	Cabeças	30 (matrizes) e 02 (reprodutores)
Produção de silagem	Toneladas	110
Utilização de macambira como forragem	Toneladas	20
Ofertas de empregos	Nº	638 (permanente) e 4.691 (temporários)
Construções rurais	Um	674 (banheiros), 100 (cisternas), 34 (silo trincheira), 226 (casas), 01 (biodigestor), 232 (curral).

Fonte: MENSAGEM DE GOVERNO, 1981.

Organização: Givaldo Santos de Jesus

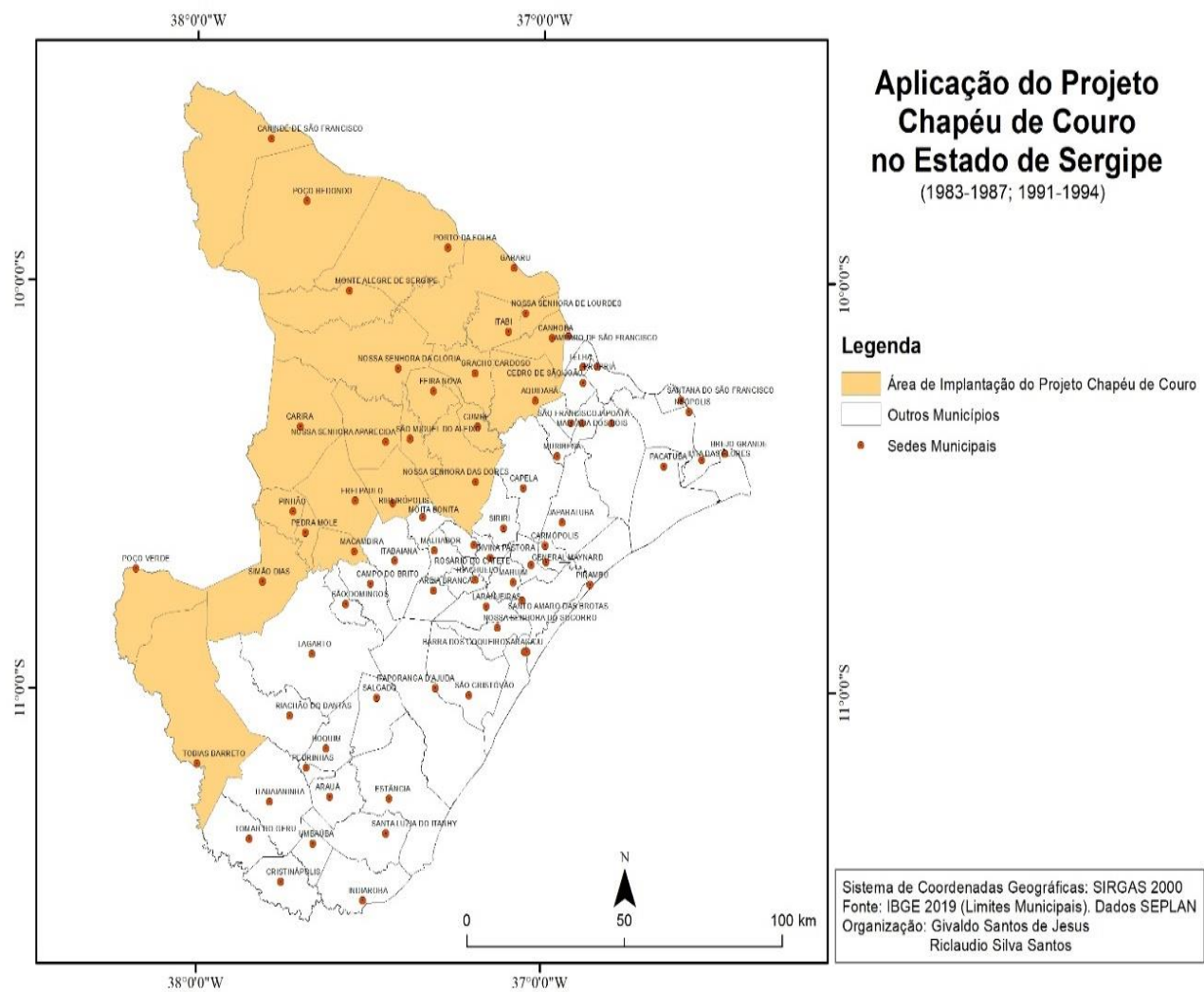
No jornal a Defesa, edição de 13 de janeiro de 1980, encontramos uma matéria intitulada “O Projeto sertanejo despeja milhões no sertão de Sergipe”. Essa matéria destaca as elevadas somas de recursos destinados ao criatório bovino, o crescimento das pastagens plantadas, da produção de leite e a multiplicação dos latifúndios improdutivos. Esse projeto estimulou até mesmo fazendeiros que residiam fora do estado de Sergipe, como Salvador e Recife, a obter empréstimos bancários para adquirir propriedades no sertão sergipano. Ainda nesta matéria, destacamos:

O projeto sertanejo abre os cofres dos bancos para eles. Mas para esse povo simples que a comitiva oficial viu de perto por algum tempo resta apenas... o decantado Projeto Baixa Renda, um projeto que tem por finalidade fixar no campo as famílias pobres, para que não falem braços para as grandes fazendas. Não é o interesse pelo sertanejo pobre. É para que não falte a mão-de-obra abundante e barata. Assim, no sertão o gado vai bem, mas o povo vai mal. (JORNAL A DEFESA, 13/01/1980, p. 01)

Segundo Santos (2004a), durante o regime militar, em 1984, foi implementado o último programa de intervenção do Estado para o Nordeste rural. O Projeto Nordeste cujo objetivo era apoiar os pequenos produtores rurais, como também, discutir e avaliar o desenvolvimento das políticas regionais. Contudo, esse projeto foi utilizado para legitimar e fortalecer acordos políticos entre o governo federal e os governadores do Nordeste, que, por sua vez, estabelecia laços de troca com os governos municipais através da captação e distribuição de recursos para estados e municípios, que na sua maioria deveriam investir na modernização das pequenas propriedades, visando o aumento da produtividade, mas na prática atendia os interesses e necessidades de seus aliados políticos.

Para Lima (2007), o projeto Nordeste foi a política pública de maior impacto sócio-territorial, e financiou três grandes programas estaduais: o Chapéu de Couro, o Padre Cícero e o Campo Verde. Entre esses projetos, o de maior abrangência e relevância, e que está marcado na memória dos entrevistados foi o Projeto Chapéu de Couro (Mapa 9), conduzido pelo então governador João Alves Filho, que neste primeiro mandato governou o estado de Sergipe de 1983 a 1987 (veja quadro, em anexo A, com os governos de Sergipe no período estado nesta tese).

Mapa 9: Aplicação do Projeto Chapéu de Couro no Estado de Sergipe (1983-1987; 1991-1994)



Na Mensagem de Governo do ano de 1985, o governo afirma que através de sua estrutura técnica e administrativa deu atenção especial ao Projeto Chapéu de Couro, por se tratar de um projeto prioritário e que iria beneficiar diretamente os pequenos produtores, sobretudo, com o abastecimento de água, que é uma das necessidades básicas das famílias rurais no sertão. As ações de execução desse projeto, segundo o governo, mostraram-se eficientes. E nos municípios, a contratação de pequenas empreiteiras, que desempenhou um bom trabalho, reduzindo os custos de deslocamento de material e gerou empregos ligados diretamente à agricultura. E, entre os órgãos do governo no desenvolvimento desse projeto destacam-se a atuação da SUDAP, EMATER, COMASE e COHIDRO. No Quadro 3 abaixo, apresentamos as principais ações do Projeto Chapéu de Couro, realizadas através dessas instituições, no ano de 1984.

Quadro 3: Principais Ações Desenvolvidas pelo Projeto Chapéu de Couro no ano de 1984 no Semiárido Sergipano

Ações	Quantidade distribuída	Valor Aplicado	Quantidade/ Beneficiários	Órgão Executor
Programa de incentivos à ovinocaprinocultura	11.500 animais (ovelhas da raça Santa Inês)	Cr\$ 1.300.000,000 um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros).	1.100 pequenos produtores do semiárido	SUDAP
Melhoria e arborização de pastagens	478.000 mudas de Leucena; 777.000 mudas de algaroba; 220.500 mudas de sabiá	-	-	SUDAP
Construção de cisternas com capacidade de armazenar 30 mil litros de água	6.252 cisternas	Cr\$2.800.000.000 (dois bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros	37.512 pessoas beneficiadas (famílias com 6 pessoas em média)	EMATER
Extensão Rural/Assistência técnica aos produtores	5.948	-	5.948 produtores	EMATER
Comercialização de produtos veterinários, máquinas e equipamentos, ração e sementes à preço de custo	-	Obteve faturamento de Cr\$ 5.144.902.000 (Cinco bilhões, cento e quarenta e quatro milhões, novecentos e dois mil cruzeiros.	-	COMASE
Programa de assistência alimentar (cestas	-	Obteve lucro de Cr\$ 504.925.000 (Quinhentos e quatro milhões,	-	COMASE

básicas: arroz, feijão e farinha)		novecientos e vinte e cinco cruzeiros).		
Poços perfurados	504	Cr\$ 4.490.219.018 (quatro bilhões, quatrocentos e noventa milhões, duzentos e dezenove mil e dezoito cruzeiros).	-	COHIDRO
Poços Instalados	193	Cr\$ 2.969.751.071 (dois bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões, setecentos e setenta e hum mil e setenta e hum cruzeiros	-	COHIDRO
Poços recuperado	19	Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros)	-	COHIDRO
Manutenção de poços	3.489	Cr\$ 186.748,000 (cento e oitenta e seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil cruzeiros	-	COHIDRO
Aguadas construídas	91	Cr\$ 1.023.000,000 (hum bilhão, vinte e três milhões de cruzeiros)	-	COHIDRO
Poços Amazons ou cacombões	9	Cr\$ 5.700,000 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros)	-	COHIDRO
Construção de barragens em Poço Redondo (riachos Alto Bonito, Barra da Onça e Patos) e Nossa Senhora da Glória (riacho Macacos)	3	Cr\$ 555.868.403 (quinhentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e três cruzeiros)	-	COHIDRO
Construção de pequenas barragens (em execução)	10	Cr\$ 1.175.545.802 (hum bilhão, cento e setenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dois cruzeiros)	-	COHIDRO

Fonte: MENSAGEM DE GOVERNO, 1985.
Organização: Givaldo Santos de Jesus

Observando o quadro acima, percebemos o incentivo e investimento na ovino-caprinocultura coordenado pela SUDAP, que mantinha um centro de melhoramento de ovinos da raça Santa Inês, no município de Riachão do Dantas. A partir de 1984 sob o regime de comodato, foram entregues ao pequeno produtor 10 matrizes e 1 reprodutor, que após 2 anos

seriam devolvidos em igual número, e por sua vez, essas matrizes e reprodutor eram entregues a outro pequeno produtor, dando continuidade ao crescimento do programa. O incentivo a ovino-caprinocultura foi uma boa ideia, pois é um animal de pequeno porte ideal para o semiárido. Todavia, o valor dos animais foi muito elevado e atendeu a um pequeno número de produtores, além da política partidária feita na seleção dos agricultores que receberam as ovelhas.

Na parte da arborização de pastagens, a SUDAP afirma que a distribuição das mudas de Algaroba, Sabiá e Lucena, totalizando 1.475.000 mudas, representa um esforço no sentido de repor a cobertura da vegetação do semiárido. Todavia, o objetivo era fornecer estacas para os proprietários fazerem suas cercas, pois essas árvores não são do bioma caatinga e estão longe de recuperar a degradação ambiental com a formação dos pastos.

Na atuação da EMATER, neste projeto, houve a construção de 6.252 cisternas¹⁴⁷ e um montante de recursos financeiros de Cr\$ 2.800.000.000, sendo um montante de recurso considerável para a época. Embora no ano de 1984 a inflação anual chegou a 215,26%, e uma média de 188,49% alterando constantemente os valores de tudo que era produzido e comercializado nesse período¹⁴⁸. Existem relatos, como o do senhor José Barbosa Santos, que trabalhou como pedreiro na construção dessas cisternas no sertão (Figura 34). E elas apresentaram deficiências na sua estrutura, no momento da construção, provocando vazamentos, pois, cavavam um buraco, erguiam as paredes com tijolos e uma tela de arame e concreto. A cobertura era de telha de Eternit¹⁴⁹. A maior parte da mão-de-obra utilizada foi de trabalhadores rurais desempregados que faziam parte das frentes de trabalho. Já na parte da assistência técnica aos produtores num montante de 5.948 produtores assistidos no semiárido e um pequeno número em relação a sua totalidade.

¹⁴⁷ Segundo Santos (2005) no planalto de Loess, na China, há dois mil anos atrás eram utilizados cacimbas e tanques para a captação e armazenamento de água com o objetivo de solucionar os problemas de abastecimento. Até os dias atuais, a captação de água das chuvas tem proporcionado resultados socioeconômicos positivos na região do semiárido. No Irã, as práticas tradicionais de captação de água das chuvas eram chamadas de Abanbars, que de forma comunitária eram utilizadas na agricultura. Já os povos astecas e maias, da Península do Yucatã (México) utilizavam técnicas pré-colombianas tradicionais de colheita e práticas de agricultura, com base no armazenamento de água das chuvas. As cisternas nesse período eram chamadas de Chultuns, escavadas em rochas calcáreas.

¹⁴⁸ Cf. www.inflation.eu/pt/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-1984.aspx

¹⁴⁹ Em uma segunda fase da construção dessas cisternas passaram a cavar o buraco, forrar com uma lona de plástico e cobrir com telha de Eternit.

Figura 34: Cisterna da década de 80 em uma propriedade no povoado Maravilha, Monte Alegre de Sergipe, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020
 Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

A atuação da COMASE (Companhia Agrícola de Sergipe) no Projeto Chapéu de Couro, em um primeiro momento pautou-se na venda de produtos veterinários, máquinas (horas de tratores) equipamentos, ração animal e sementes a preço de custo com o objetivo de estimular e fortalecer o setor agropecuário. A partir dessas ações obteve-se um faturamento de Cr\$ 5.144.902.000 (Cinco bilhões, cento e quarenta e quatro milhões, novecentos e dois mil cruzeiros). Na prestação de contas de serviços mecanizados (construção e ampliação de aguadas, terraplanagem, gradeamento, destocamento, etc.) foram executadas 25.503 horas trabalhadas e um lucro de Cr\$ 649.227.000 (Seiscentos e quarenta e nove milhões, duzentos e setenta e sete mil cruzeiros). Na parte dos programas especiais da COMASE¹⁵⁰, o Programa de Assistência Alimentar vendeu a preço de custo 93.495 cestas básicas, no valor total de Cr\$ 504.925.000 (Quinhentos e quatro milhões, novecentos e vinte e cinco cruzeiros), atendendo 39 municípios que sofriam com os impactos da seca.

Em relação às atividades da COHIDRO, nesse projeto, encontram-se a perfuração, instalação, recuperação e manutenção de poços artesianos, sendo uma soma de recursos no

¹⁵⁰ No Jornal a Cruzada, em várias anos e edições, como a de 01/06/1968, encontramos matérias sobre a atuação da COMASE em Sergipe e sempre mostra a Ata de Assembleia, que na sua pauta e de forma constante solicita aumento de capital, e os programas desenvolvidos pela empresa com o objetivo de estimular o desenvolvimento agropecuário e social no estado de Sergipe. Essa empresa foi criada no ano de 1965, no governo de Sebastião Celso de Carvalho (1964/67), vinculada a Secretaria de Agricultura. Teve uma atuação forte na primeira fase do Projeto Chapéu de Couro e foi extinta por meio da Reforma Administrativa do governo do Estado de Sergipe no ano de 1991. (SIQUEIRA, 2006).

valor de Cr\$ 7.484.970.089. Um valor significativo de recursos daquela época. Os investimentos nesses poços foram grandes. O objetivo era ajudar na convivência, produção e reprodução das unidades familiares. Mas na sua maioria encontraram água em grande profundidade e de baixa qualidade, necessitando de equipamentos de dessalinização, que tem um custo elevado, tornando-se inviável, na sua maioria, como mostra a figura 35, de um poço artesiano abandonado no povoado Santa Rosa do Ermírio, em Poço Redondo, próximo a Serra Negra que, por falta de manutenção e de equipamentos de dessalinização da água acabou sendo abandonado pelo Estado¹⁵¹ e pela comunidade.

Figura 35: Poço artesiano no povoado Santa Rosa do Ermírio - Poço Redondo-Se, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

¹⁵¹ Em um levantamento realizado no município de Nossa Senhora da Glória, junto a Superintendência de Recursos Hídricos e coleta de dados em campo, Bomfim (2002) registrou 30 pontos de água, sendo todos do tipo poço tubular, 09 públicos e 21 particulares. Foi encontrado em campo quatro situações diferenciadas: poços em operação, paralisados, não instalados e abandonados. Os poços em operação representam 5% e são aqueles que estão em funcionamento; os paralisados correspondiam também 5% e estavam sem funcionamento temporário devido a problemas relacionados a falta de manutenção ou com equipamentos quebrados; Os não instalados representam 19% e são aqueles que foram perfurados, tem um resultado positivo, porém não foram instalados os seus equipamentos necessários; e os abandonados representam 71%, por não apresentarem possibilidades de produção de água por estarem secos e/ou obstruídos. Atualmente, do total dos poços públicos nenhum está em operação, sendo que 56% estão paralisados definitivamente e 44% são passíveis de funcionar. Já os particulares 5% estão em operação, 71% estão paralisados definitivamente e 24% passíveis de funcionamento. Em relação aos poços públicos foram gastos somas de recursos consideráveis em todo o semiárido sergipano, e a maioria se encontram na realidade dos de Nossa Senhora da Glória. Em nossas visitas ao sertão, durante a realização das entrevistas e visitas in loco, encontramos vários desses poços artesanais em estado de abandono, sem funcionamento. Os poucos que funcionam, a água é salobra e o equipamento de dessalinização está quebrado. O funcionamento desses poços, poderiam aumentar de forma expressiva a oferta de água no sertão.

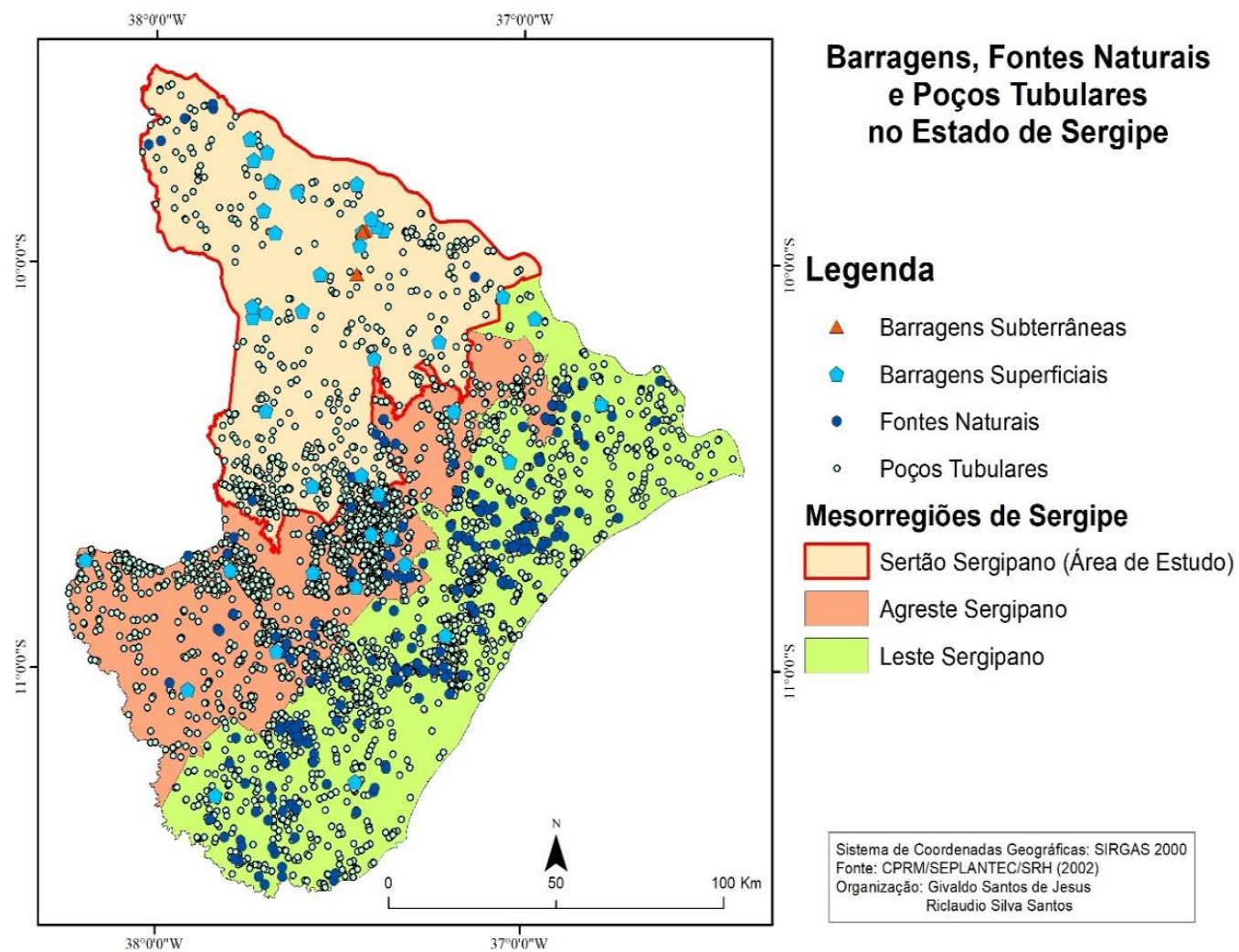
A construção de barragens, cacimbões e aguadas foram de grande valia para os sertanejos na convivência com as secas, embora ocorra o processo de evaporação da água, típico do semiárido. Mas, nesse projeto, questionamos os valores investidos e as barragens na sua maioria apresentaram vazamentos. Segundo Miguel Resende Neto, em seu depoimento, as barragens construídas no governo João Alves, pelo projeto Chapéu de Couro, toda água que recebia das chuvas vazava por baixo da barragem. Foram barragens grandes, mas foram mal feitas e não colocaram material de qualidade na parte de baixo. Por esse projeto também foram construídas muitas cacimbas e tanques em propriedades particulares. O governo nesse período acabava liberando horas de trator para cavar tanques e fontes, e as frentes de trabalho¹⁵² para fazer a limpeza e manutenção de tanques dos seus aliados políticos. Dessa Forma:

[...] A construção de açudes bem como outros trabalhos implantados pelo Dnocs (rede viária) configuraram o que foi consagrado mais tarde sob a denominação de “indústria da seca” – espinha dorsal da versão século XX do “compromisso coronelista”. Mediante a construção de barragens, o Estado assegurava tanto a perenidade do gado dos latifúndios como a manutenção de um estoque de mão-de-obra cativa, capaz de assegurar o fornecimento local de alimentos mesmo em épocas de secas (plantio de vazantes). E, por intermédio da rede de estradas secundárias construídas de forma a servir aos beneficiários dos açudes, a circulação da produção de mercado estava assegurada. (BURSZTYM, 2008, p. 100)

No Mapa 10, abaixo, observamos na área de estudo o grande número de poços artesianos e as barragens que, na sua maioria, foram construídas no governo João Alves através do projeto Chapéu de Couro. Por esse motivo e pela construção dos projetos de irrigação, é que na memória de muitos antigos moradores do sertão, João Alves é chamado de João da Água, João Chapéu de Couro ou simplesmente João Coragem, lembrado também como o melhor governador de Sergipe por uma parte dos sergipanos, principalmente do sertão.

¹⁵² No jornal A Defesa, edição de janeiro de 1984, encontra-se uma matéria em que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabi e representantes da Igreja Católica, denunciam que ao chegar em uma frente de serviço na Colônia Boa Hora, em Itabi, em que os trabalhadores estavam cavando um tanque de forma indevida em uma propriedade particular, e foram recebidos com agressividade pelo encarregado de turma e pelo proprietário. O presidente do sindicato neste jornal denunciou entre outros fatos: “Não é justo os trabalhadores das frentes de serviço, cavando tanques em propriedades privadas, escravizados pelos políticos do município. Quando deveriam estar trabalhando em tanques públicos levando em consideração o caráter comunitário, evitando a privacidade de beneficiar, cf. ofício da SUDENE-RE, de 01/07/83-9.055/83 à CONTAG.” (JORNAL A DEFESA, 01/01/1984, p. 04)

Mapa 10: Barragens, Fontes Naturais e Poços Tubulares no Estado de Sergipe



Percebemos que os defensores dessa concepção geralmente são atores sociais que foram beneficiados com alguma das ações do projeto Chapéu de Couro e/ou convencidos por essas pessoas e pela própria construção política desses adjetivos¹⁵³. E, além das ações citadas anteriormente, vale destacar a operação carro-pipa, as frentes de trabalho e distribuição de cestas básicas. O que estava por trás desses projetos a população não enxergava. Muita gente (cabos eleitorais) foi fichada nas frentes de trabalho, recebiam e não trabalhavam. A escolha para a distribuição da água era feita pelo critério político-partidário e a distribuição de cestas básicas tinha como objetivo evitar saques da população aos supermercados em função da fome. Todavia, o que a população enxergava era o que o senhor Antônio Eloy Santana, afirma em seu depoimento:

Na minha opinião não entrou e não vai entrar um governo como foi o de João Alves. Ele fez um monte de casa aqui para o povo, ajudou na criação de gado, fazia tanque. Esse tanque meu quem fez foi ele. Esses tanques todos da Lagoa das Areias e os que você encontrou quando vinha pra cá foi todos feitos no governo João Alves¹⁵⁴.

Outros relatos que nos chamaram bastante atenção, nesse período, foram sobre subtração de gado que existiam no sertão. Na campanha eleitoral para prefeitos, o governador participava dos comícios nos municípios de seus aliados e no seu discurso afirmava que “ladrão de gado” não se criava no sertão e que não queria voto de “ladrão de gado” para o seu partido. Ocorreram muitas chacinas e foram mortos pela Polícia Militar muitas pessoas apontadas como ladrões de boi e muitos trabalhadores¹⁵⁵. Esses assassinatos, nos relatos de muitos sertanejos, foram naturalizados e interpretados como uma ação correta, de segurança pública, por parte do governo, como nos mostra o relato da senhora Terezinha da Conceição Matos, logo abaixo:

Ladrão de boi morreu muito aqui. Agora quando a polícia vinha e matava um inocente, não era a polícia, era o apontador. O apontador era que vinha, pode matar aquele ali. Eles só vinham e matavam. A caatinga está resolvendo muita coisa agora por causa da morte do capitão, né. Mas se João Alves não dá

¹⁵³ João Chapéu de Couro, João da Água, João Coragem.

¹⁵⁴ Entrevista concedida ao autor. Povoado Monte Santo – Monte Alegre de Sergipe, 14/11/2020.

¹⁵⁵ Segundo Dantas (2004) em pesquisas realizadas a média de mortes violentas entre os anos de 1990 e 1993, o estado de Sergipe ocupou o posto de 11º lugar entre os estados da federação. Nesse mesmo período aumentava a atuação de um grupo criado dentro da polícia Militar chamado “A Missão” para exterminar o roubo de gado e que teria cometido “crimes bárbaros”, segundo denúncias da imprensa como consta no Jornal Cinform, de 12 a 18 de junho de 2000.

aquele arrastão, não tinha nada. Aqui mesmo já roubaram duas vezes. Os mesmos caras deixaram os currais limpos. [...] ¹⁵⁶

Na verdade, a figura do João Chapéu de Couro, João da Água, João Coragem foram criadas para manipular a população e garantir o sucesso nas eleições em todo o estado de Sergipe. O João Chapéu de couro é ideológico e suas obras no projeto Chapéu de Couro maquiaram a realidade. Foram investidas grandes somas de recursos em obras e projetos que na sua maioria tornaram-se inviáveis, como as cisternas, poços artesianos e barragens que vazaram. Além de agir de forma partidária na distribuição de assistência técnica, água por meio de carros pipas, distribuição de sementes, frentes de trabalho, entre outras, sempre beneficiando seus eleitores ligados aos prefeitos e vereadores nos municípios. Dessa forma:

No conjunto, João Alves Filho revelou-se um administrador desenvolvimentista, um tocador de obras. Algumas realizações revelaram-se meritórias, mas outras marcadas pela improvisação, careceram de estudos criteriosos, manifestaram-se onerosos e de escassa utilidade. Afinal, pode-se dizer que contribuiu para modernizar o campo e a capital e desgastar o grupo Franco, embora não tenha se manifestado aberto a novas forças tendentes a renovar os métodos de operar a política. Antes pelo contrário, usou abertamente a máquina pública como instrumento eleitoral, estimulando práticas contrapostas aos princípios republicanos de zelo pelos recursos públicos. Apesar disso, deixou o governo com popularidade em alta, preparado para novas investidas. (DANTAS, 2004, p. 233/234)

No segundo governo de João Alves Filho (1991-1994), ele implantou a Segunda Fase do Projeto Chapéu de Couro, que ocorreu com menos impacto no meio rural comparando-se com a primeira fase desse projeto. Para Santos (2005), nessa fase, com a construção do lago da usina Hidrelétrica de Xingó, o governo pretendia irrigar 40 mil hectares, com a implantação do projeto piloto Califórnia. Investiu em pavimentação de rodovias como a SE-206, eletrificação rural, construção de barragens e cisternas, entre outros, utilizando-se das mesmas práticas materiais e eleitoreiras, em que muitas dessas obras também apresentaram problemas na sua estrutura.

Segundo Lima (2007), no Alto Sertão, os municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, a partir do projeto Chapéu de Couro foram implantados o projeto de irrigação

¹⁵⁶ Entrevista concedida ao autor. Povoado Monte Santos – Monte Alegre de Sergipe, 14/11/2020.

Califórnia e o Projeto de Irrigação Jacaré-Curituba (1985-1987). No projeto Califórnia foi implantado a irrigação em 1.380 hectares, sendo 253 lotes irrigados e 61 de cerqueiro, beneficiando 331 famílias e 17 empresários. Já o Jacaré-Curituba foi criado toda uma estrutura e organização privilegiando 80 empresários, com apoio suficiente para o seu desenvolvimento, como afirma o senhor Raimundo Eliete Cavalcante, em seu depoimento:

[...] os próprios projetos quando vêm, vêm para beneficiar quem já tem, quem já é grande. Aqui era um projeto empresarial. O Califórnia não era para o pequeno e médio não. Era para os grandes. Para o lado político. Era para beneficiar os caros deputados estaduais, federais, empresários. Era todo esse pessoal que dava sustentação a ele. Os democratas que chamam hoje o 25, que era o PFL, Arena, esse povo. Aí a nossa luta aqui foi o que? Enfrentar o latifúndio. [...]¹⁵⁷

Com o passar do tempo, a maioria dos empresários abandonaram os lotes desse projeto. Em 1996, o MST organizou a luta dos trabalhadores rurais sem terra na região e ocupou as terras do projeto Jacaré-Curituba, conseguindo a sua desapropriação, como também de terras de algumas propriedades que ficavam no entorno, transformando-se em Assentamento de Reforma Agrária Jacaré-Curituba. Segundo Santos (2011a, p. 197):

[...] O Projeto Jacaré-Curituba é um perímetro de irrigação projetado inicialmente em moldes empresariais e, após a ocupação (em setembro de 1996) pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), foi redirecionado pelo Estado para os trabalhadores sem terra do território. Como resultado dessa luta, o Jacaré-Curituba constitui-se no Primeiro Assentamento de Reforma Agrária Irrigado implantado pelo INCRA no Estado de Sergipe. [...]

Nos dias atuais, o assentamento Jacaré-Curituba tem 32 agrovilas e cerca de 700 famílias. Cada família tem o seu lote individualizado com 2,5 hectares de terras, e a captação de água é coletiva, gerenciada pelo governo. No início do projeto a coordenação era do governo do Estado, mas a pedido dos trabalhadores, passou para o governo federal através da CODEVASF. É considerado um dos maiores assentamentos irrigados da América Latina. Produz hortaliças, frutas e cereais como: quiabo, goiaba, banana, acerola, milho, feijão de corda,

¹⁵⁷ Entrevista concedida ao autor. Poço Redondo-Se, 05/12/2020.

macaxeira, tomate, batata doce, entre outros. A maior produção é do quiabo, e segundo o senhor João Gomes da Silva, em seu depoimento:

[...] o Jacaré-Curituba hoje é o maior produtor de quiabo do Nordeste. Hoje não porque é dia de sábado. Começa a catar amanhã, no domingo. Só entre caminhão toco e trunk sai daqui 05 caminhões de quiabo por dia, com exceção do sábado. Eles catam no domingo para levar na segunda-feira pra entregar na feira de Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. O mais forte é Salvador. [...] ¹⁵⁸

Todavia, existem lotes que ainda não têm acesso à irrigação, e esses assentados, para sobreviver, vendem sua força de trabalho para os assentados que têm acesso à irrigação, principalmente na colheita do quiabo (Figura 36). Os lotes que possuem a irrigação têm apoio de assistência técnica, cada agrovila tem uma associação e tem melhorado as condições de vida das famílias assentadas.

Figura 36: Cultivo de quiabo em Canindé do São Francisco, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

A produção de quiabo em larga escala tem ocupado a maioria das unidades irrigadas no Alto sertão sergipano, chegando a se configurar em uma “monocultura do quiabo” e frustra um pouco os objetivos dos projetos que seria oferecer um maior retorno social, através da

¹⁵⁸ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Jacaré-Curituba - Canindé do São Francisco, 06/12/2020.

diversificação da produção. Já nos assentamentos de cerqueiro, como o Canadá, os assentados passam dificuldades para produzir devido à falta de água. Já o assentamento Califórnia, para o senhor Raimundo Eliente Cavalcante, é um desastre porque grande parte das terras encontram-se salinizadas e o Jacaré-Curituba não tem dado o retorno que se almejava como apresenta em seu depoimento:

[...] O que está dando é o pessoal que apostou, inovou tecnologicamente. Agora o grande carro chefe aqui é a produção de quiabo. Não dá né prá você, uma monocultura, você é resolver o problema de mais de mil famílias que moram aqui. E começou a plantar frutas, começou a diversificar né, uma policultura. Esse deu certo né, uma policultura. Esse deu mais certo porque tem uma alternativa. Tem para o consumo familiar e também para vender as feiras locais e de outras localidades. Mas só quiabo é desaconselhável porque não traz um maior retorno¹⁵⁹.

Segundo Lima (2007), atualmente a população rural vive os impactos do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, o Novo Califórnia, que em reunião do colegiado territorial do Alto Sertão, no governo de Marcelo Deda, foi renomeado para “Projeto Manoel Dionísio da Cruz”, que na verdade é uma ampliação do projeto Califórnia. O objetivo desse projeto é irrigar terras de agricultores familiares e dos assentamentos rurais de reforma agrária no Alto Sertão Sergipano que ainda não foram contemplados com a irrigação¹⁶⁰.

Um novo projeto é o canal de Xingó, considerado o projeto mais importante em infraestrutura hídrica para o estado de Sergipe nos dias atuais. Prevê a captação de águas no reservatório da hidrelétrica de Paulo Afonso, Bahia, entrando no território sergipano por Canindé do São Francisco, abastecendo o projeto de irrigação Manoel Dionísio da Cruz, que por gravidade pretende levar água até Nossa Senhora da Glória, e atender os projetos de assentamentos e propriedades, que ainda não têm acesso à irrigação.

Portanto, os projetos de desenvolvimento regional tinham como objetivo promover o crescimento econômico e social e, no semiárido sergipano, as ações desenvolvidas para minimizar a convivência do sertanejo com a seca, principalmente dos pequenos proprietários e trabalhadores acabaram promovendo o desenvolvimento da pecuária e concentração de terras. Muitas ações do projeto Chapéu de Couro foram utilizados como barganha política para beneficiar aliados do governo, como prefeitos e vereadores, que indicam suas lideranças locais

¹⁵⁹ Entrevista concedida ao autor. Poço Redondo-Se, 05/12/2020.

¹⁶⁰ Em Canindé do São Francisco, destacam-se os assentamentos Cuiabá, Mandacaru, João Pedro Teixeira, Modelo e Florestan Fernandes. Em Poço Redondo, o Maria Feitosa e em Porto da Folha o Paulo Freire. (LIMA, 2007)

para receber os benefícios. E, para o trabalhador rural, algumas migalhas para não morrerem e continuarem como mão-de-obra para os fazendeiros e defensores do governo, tidos como benevolentes e que se perpetuam no poder.

6.2 – A percepção dos agricultores familiares em relação a efetividade das políticas públicas

O modelo estatal implementado pelos governos brasileiros durante o período militar promoveu o crescimento do capitalismo, gerando desigualdades econômicas e sociais. Segundo Lima e Simões (2010), em meados de 1970 e início de 1980, devido às pressões internacionais e os desequilíbrios internos ocorreu a estagnação da economia. O Estado começa a se afastar da concepção de agente promotor de desenvolvimento e incorpora o discurso neoliberal, que se consolida na década de 1990¹⁶¹ com o processo de globalização.

Nesse período, as desigualdades econômicas, sociais e culturais alcançaram índices alarmantes. O Estado torna-se forte para defender os interesses das elites econômicas e fraco para promover justiça social. No campo a preocupação das condições sociais, o aumento das desigualdades, a concentração de renda e de terras, que sob pressão popular¹⁶² levou o Estado a desenvolver algumas políticas públicas que atuaram na minimização dessas desigualdades na vida dos agricultores familiares¹⁶³.

Em Sergipe, e em especial no sertão sergipano, algumas políticas públicas despertaram e moldaram o agricultor familiar a minimizar as condições econômico-sociais e de convivência

¹⁶¹ Segundo Gaspar (2015) nos anos de 1980/90 tivemos a globalização financeira e reestruturação produtiva com os chamados ajustes neoliberais. A radical reversão das regras do jogo financeiro nos anos de 1970 provocou profundas consequências no quadro geoeconômico global. No terceiro mundo a dívida externa teve saltos enormes impulsionados pela elevação dos encargos financeiros. A inadimplência, a ameaça de moratória e a incapacidade de prover serviços básicos às suas populações tornaram-se uma realidade cruel na vida dessas nações. E os planos de desenvolvimento tiveram que ser abandonados.

¹⁶² Segundo Filho e Araújo (2010) para os interesses e necessidades das classes sociais menos favorecidas serem atendidas no Brasil é preciso uma correlação de forças que quebre com as hierarquias das instituições e atenda aos interesses da sociedade. Por isso, os movimentos sociais tornaram-se importantes na luta pelas políticas públicas voltadas para o social. Quanto mais organizada for uma sociedade e quanto mais representativa, maior a possibilidade de minimizar as questões sociais.

¹⁶³ É justamente nesse período que a FAO-INCRA cria a nomenclatura de agricultor familiar de acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. A partir daí o lavrador, agricultor, camponês passa a se chamar agricultor familiar, que para ter acesso às políticas públicas é preciso ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que comprova sua condição de agricultor de acordo com esta lei. Para Carvalho (2018) essa lei não observou as realidades empíricas nem a história agrária do país. E teve como objetivo ampliar as ações do governo com políticas públicas direcionadas para essa categoria. E para o MDA (2006) essa definição foi uma forma de incluir amplos setores do campo que antes não tinham acesso às políticas públicas.

no semiárido. Nesse sentido, é importante analisar a percepção, do ponto de vista dos de “baixo”, ou seja, do agricultor familiar beneficiário dessas políticas públicas.

Em nossas entrevistas, solicitamos para que os entrevistados¹⁶⁴ citassem algumas das políticas públicas e fizessem um comentário sobre a importância para a reprodução das unidades de produção familiares. Foram citadas algumas tecnologias sociais como as cisternas, o fogão a gás (biodigestor), o fogão ecológico (econômico), o Bolsa Família, aposentadoria rural, Pronaf, Agroamigo, projetos de melhoramentos da propriedade, da residência, entre outros.

No semiárido sergipano temos a atuação de duas organizações sem fins lucrativos que surgiram na década de 1990, a ASA¹⁶⁵ e o Centro Dom José Brandão de Castro - CDJBC¹⁶⁶ que, junto aos agricultores familiares, têm se empenhado em desenvolver políticas públicas por meio de tecnologias sociais para melhorar as condições econômicas, sociais e ambientais dos sertanejos, como as citadas anteriormente.

A parte das tecnologias sociais, como as cisternas produzidas com placas de concreto e os barreiros cavados com o objetivo de acumular água das chuvas para a produção de hortas e para os animais beber, melhorou e estimulou a produção de alimentos para o consumo familiar. Já o biodigestor e o fogão ecológico acabaram com a necessidade de comprar o botijão de gás, diminuindo o impacto na renda do agricultor familiar. O senhor Carlos Soares de Menezes, em seu depoimento, deixa claro as entidades envolvidas, os produtores e os objetivos desses projetos:

Quando foi em 1999 teve umas pessoas da ASA e disse, escute vamos fazer um projeto. Vamos fazer cisternas no semiárido. Aí teve uma reunião, quando foi em 2000 eu fui convidado pela igreja de Propriá para participar de um curso lá no Juazeiro da Bahia. Sei que levantou umas propostas, umas ideias e para amadurecer foram três anos de discussão do grupo do curso. E lá no Alto da Jaqueira, lá em Aracaju teve a derradeira reunião. [...] A proposta era fazer cinco mil cisternas no semiárido. E começamos a discutir outras coisas e discuti porque não ter uma cisterna maior pra juntar uma água para uma galinha beber, plantar um pé-de-couve, um pé de tomate ao redor da casa,

¹⁶⁴ Para essa questão, observamos as narrativas de agricultores familiares, assentados de reforma agrária e do Banco da terra.

¹⁶⁵ A ASA é uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil, como: sindicatos rurais, cooperativas, associações de agricultores, ONG's, Oscips, entre outras, que defende o direito dos povos e comunidades, inclusive por meio de políticas públicas, projeto político de convivência no semiárido brasileiro. E em Sergipe, temos o núcleo da ASA - Articulação Semiárido Sergipano. (www.asabrasil.org.br)

¹⁶⁶ É uma organização social, sem fins lucrativos, fundada em 1995 por pessoas e trabalhadores/as rurais com a atuação em mais de 50 municípios sergipanos. Concentra a maior parte de suas ações no semiárido, contribuindo para o fortalecimento das formas de organização e qualificação dos trabalhadores/as rurais na luta pela superação da exclusão social. (<https://cdjbc.org.br>).

botar água para um porco. Aí surgiu a cisterna terra e a água, que era a cisterna pequena e a grande de produção. E depois veio o barreiro de trincheiro que eu tenho um ali quase cheio. Então, foi assim¹⁶⁷.

Na década de 2000, as cisternas construídas em parceria com a ASA, CDJBC e agricultores, entre outros, aos poucos foram desenvolvendo e substituindo as cisternas do projeto Chapéu de Couro. Por serem feitas com placas de concreto pré-moldados¹⁶⁸ e apresentarem melhor funcionalidade sem os vazamentos constantes das cisternas construídas com a tecnologia anterior, as novas cisternas fizeram parte do Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) implantado no ano de 2003 e, depois, com aperfeiçoamento e ampliação do projeto, atendendo uma necessidade apontada pelos trabalhadores, como vimos no depoimento anterior, foi criado o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) no ano de 2007 com o objetivo de ampliar a captação de água para hortas e o pequeno criatório em torno da casa dos agricultores (aves, porcos, ovelhas).

Segundo Santos (2005), somente depois de uma década é que essa ação virou uma política pública e passou a ter previsão de recursos no Orçamento Geral da União por meio da Lei Orçamentária nº 11.044/2004, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Hoje, no sertão sergipano, é comum encontrar as cisternas do P1MC¹⁶⁹ (Figura 37) e do P1+2¹⁷⁰ (Figura 38). Este programa também passou a desenvolver a cisterna calçadão (Figura 39), o barreiro trincheiro (Figura 40), tanque de pedra ou calçadão, barragem subterrânea, bomba d'água popular, barraginha, entre outros.

¹⁶⁷ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

¹⁶⁸ Segundo Neves; Medeiros; Silveira e Moraes (2010) a cisterna de placas foi inventada por Manoel Apolônio de Carvalho (Nel), agricultor do município de Simão Dias – Sergipe. Que ao trabalhar em São Paulo, como pedreiro na construção civil, observou que as placas de cimento pré-moldadas utilizadas na construção dos prédios poderiam ser utilizadas na construção de cisternas. Quando voltou para a sua cidade natal, passou a desenvolver a cisterna que foi sendo melhorada com o conhecimento popular e de pedreiros, animadores e coordenadores do P1MC.

¹⁶⁹ É uma cisterna de placas de cimento pré-moldadas, tem o formato cilíndrico e recolhe água da chuva por meio do telhado da residência. Tem uma capacidade de armazenar 16 mil litros de água, sendo suficiente para abastecer uma família de cinco pessoas durante um ano.

¹⁷⁰ É uma cisterna de placas de concreto com o mesmo formato da P1MC, com capacidade de 30 mil litros de água com o objetivo de atender o pequeno criatório e hortas ao redor da casa.

Figura 37: Cisterna P1MC, em uma pequena propriedade no povoado Pedra Grande - Nossa Senhora da Glória, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Figura 38: Cisterna P1+2 em uma pequena propriedade no Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

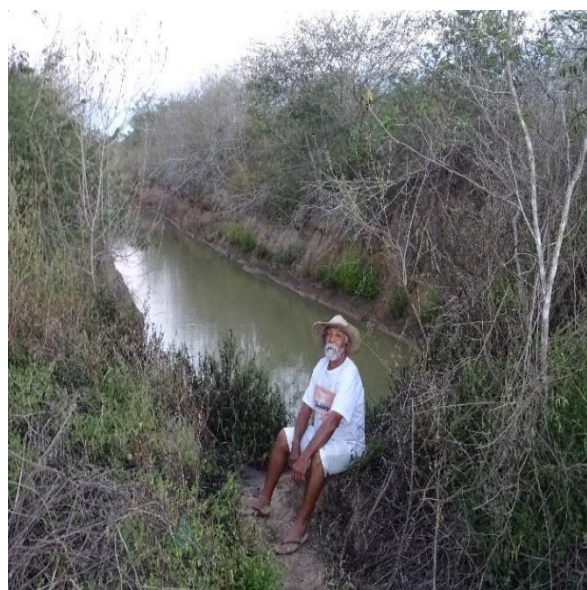
Figura 39: Cisterna Calçadão, em uma pequena propriedade no povoado Couro - Monte Alegre de Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Figura 40: Barreiro Trincheiro em uma pequena propriedade no Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Santos (2005a), ao observar o Relatório de Avaliação do P1MC realizado pelo Tribunal de Contas da União e dados da ONG Contas Abertas, mostra que entre os anos de 2003 a 2006, o governo federal investiu R\$ 270,4 milhões na construção de cisternas. Para Sergipe, foi planejado a construção de 21.500 cisternas na região do semiárido, a ser executadas pelo CDJBC e pela Associação Mãos no Arado de Sergipe.

No Brasil, nos anos de 2014 e 2015 no governo da presidenta Dilma Rousseff, foi construído o maior número de cisternas¹⁷¹. Contudo, no ano de 2017, no governo de Michel Temer, segundo relatório de monitoramento da Câmara Interministerial de Segurança alimentar (Caisan), apesar da aprovação na LOA de um orçamento de R\$ 248,8 milhões, efetivamente as contratações foram reduzidas para R\$ 49,05 milhões. E em 2018, tivemos o menor número de contratação para construção de cisternas, com apenas 24,1 milhão. Esse orçamento só ficou a frente do ano de 2003, ano de implantação deste programa¹⁷². Já no governo Bolsonaro os cortes foram ainda maiores. Segundo a ASA Brasil¹⁷³, do ano de implantação do P1MC até 2021, foram construídas 628.416 cisternas. Nos últimos seis anos ocorreu uma queda de 94% na construção de cisternas no Brasil.

Ao contrário das cisternas do projeto Chapéu de Couro, que não apresentaram critérios para a escolha dos beneficiários, no P1MC, Segundo Neves, Medeiros, Silveira e Moraes (2010), os beneficiários são selecionados por uma Comissão Municipal, formada por organizações populares e comunitárias, observando os seguintes critérios: renda per capita de até meio salário mínimo, famílias chefiadas por mulheres; famílias que possuam idosos, portadores de deficiência e crianças entre 0 e 6 anos ou adolescentes frequentando regularmente a escola. O programa deixa claro que a viabilização da cisterna para aquela família no semiárido representa uma conquista social, eliminando a concepção de doação ou troca de favores¹⁷⁴.

Outras duas tecnologias sociais implantadas e orientadas pela ASA e o CDJBC que tem beneficiado o sertanejo é o Biodigestor e o Fogão Ecológico. O biodigestor utiliza as fezes

¹⁷¹ Segundo dados do Boletim Informativo do Ministério da Cidadania nº 28, no ano de 2013 foram construídas 141.977 cisternas; no ano de 2015 foram construídas 116.207. Já no ano de 2016, caiu para 76.789; em 2017 caiu para 55.640 e 2018 para 32.640 cisternas.

¹⁷² Cf. brasildefato.com.br/2020/21/programa-de-cisternas-enfrenta-seca-de-recursos-e-fome-bate-a-porta-do-semi-arido.

¹⁷³ Cf. <http://www.asabrasil.org.br/>

¹⁷⁴ Segundo Pontes (2010) nas mudanças de paradigmas no semiárido e no contexto da P1MC, percebemos o início da quebra do modelo de favorecimento com o objetivo de dominação. Antes eram desviadas grandes somas de dinheiro para particulares e o “voto de cabresto” era intenso. Muitos municípios e pessoas ficavam sem acesso aos programas emergenciais devido a atuação dos poderes políticos locais. Somente os aliados políticos tinham acesso as políticas públicas.

dos animais (gado) para a produção do gás de cozinha igual ao butano, diminuindo os gastos com a compra do gás e a utilização de lenha e de carvão vegetal. A produção do gás, além de diminuir os gastos da família, reduz os desmatamentos e preserva a caatinga. Já o fogão agroecológico, que funciona com “capucos de milho”, gravetos, cascas de pau, entre outros, contribui para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e suas famílias. Uma tecnologia de baixo custo e reduz os impactos no meio ambiente. Sobre essa questão o senhor Carlos Soares de Menezes, em seu depoimento, afirma:

Quem se interessou mais pelo biodigestor foi Cida de Porto da Folha. Depois muita gente passou a ter o fogão/biodigestor. O meu não está funcionando. O fogão ecológico é um fogão a lenha que você cozinha com capuco de milho, velame, qualquer coisinha, casca de pau você botava lá dentro. Ali na casa da mãe de Júnior tem um fogão desse. Então, você bota qualquer coisa, cozinha bem, não mela a panela muito. É uma maravilha esse fogão. Aí o fogão tinha dado uma parada e agora começaram. A lenha se acabando, o botijão caro né, aí todo mundo agora quer. Aqui foi feito 20 fogão desse. Na Fortaleza deve ter uns cinco ou seis. Na casa de Vilma tem um. Quem fez o da casa de Vilma foi um genro de Bia. Ele é que fez o curso¹⁷⁵.

Para todas essas tecnologias sociais apresentadas anteriormente, o agricultor familiar dá a sua parcela de contribuição. Seja cavando buraco para construir cisterna, seja para mexer a massa para construir o biodigestor (Figura 41) e o fogão ecológico (Figura 42), seja para oferecer alimentação e hospedagem para o pedreiro que vem de outros municípios para construir as tecnologias sociais. Esses profissionais da construção, geralmente, são agricultores das próprias comunidades, que são convidados para participar dos cursos oferecidos pela ASA e o CDJBC, por educadores¹⁷⁶ das comunidades formados pela ASA, que tem como objetivo o fortalecimento das formas de organização e qualificação dos agricultores, tornando-se protagonistas do processo em suas comunidades.

¹⁷⁵ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

¹⁷⁶ Entre os educadores populares no sertão sergipano destacamos Carlos Soares de Menezes (Seu Carlinhos), Zefa da Guia e Zé Nobre. (ASA Sergipe, 2021).

Figura 41: Biodigestor em uma pequena propriedade no Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Figura 42: Fogão Ecológico em uma pequena propriedade no Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Segundo Bento (2017) um outro programa que aos poucos tem avançado e despertado o interesse dos agricultores familiares no sertão sergipano é o Programa Sementes do Semiárido (ASA/SASAC), que já conta com 40 guardiões e guardiãs de sementes criollas, 460 famílias cadastradas e 23 casas de sementes, somando 1,5 toneladas de sementes. São sementes de fava, feijão, milho, coentro, alface, entre outros. Na verdade, esse programa tem buscado fortalecer as ações da Rede Sergipana de Agroecologia – RESEA e o Movimento dos Pequenos Agricultores de Sergipe – MPA.

Um dos maiores desafios desse programa é superar a contaminação das sementes de milho crioulo pelas transgênicas porque a maior parte do agroecossistema sertanejo está produzindo o milho transgênico e causando uma grande contaminação em todo o sertão. Na verdade, as sementes criollas estão desaparecendo e/ou sendo contaminadas em função das sementes transgênicas. Como exemplo dos bancos de sementes podemos citar a Unidade Produtiva Camponesa – UPC, localizada no Projeto de Assentamento Califórnia, no município de Canindé do São Francisco, e o Banco de Sementes da Comunidade do Assentamento Nossa

Senhora Aparecida (Lagoa das Areias), em Monte Alegre de Sergipe (Figuras 43 e 44), cujo seu guardião é o educador popular Carlos Soares de Menezes.

Figura 43: Banco de Sementes da Comunidade do Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Figura 44: Parte interna do Banco de Sementes da Comunidade do Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Monte Alegre de Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Em termos de Crédito Rural¹⁷⁷ para os agricultores familiares, no sertão sergipano, os programas que têm a maior aceitação são o Pronaf e o Agroamigo, que são programas de financiamentos através de créditos ou microcréditos. Segundo Carvalho (2018), o microcrédito diferencia-se do crédito tradicional pelo seu público alvo, que estão abaixo da linha da pobreza e que nunca tiveram acesso ao crédito. Para Santos e Góis (2011), durante o processo de modernização do campo brasileiro, as políticas públicas sempre privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera das *commodities* voltadas para o mercado internacional. Enquanto para os pequenos produtores o resultado dessas políticas públicas sempre foram negativos.

Contudo, na década de 1990, para esses autores citados acima, dois fatores foram importantes para mudar um pouco o curso da história: as reivindicações dos trabalhadores

¹⁷⁷ É um instrumento de políticas econômicas direcionadas ao setor produtivo agropecuário em forma de custeio, investimento e comercialização, com prazos definidos, assistência técnica, políticas de preços mínimos e seguro para liberação do recurso. (CARVALHO; COSTA; BRITO, 2014)

rurais, com respaldo na Constituição de 1988, conquistando lugar na agenda pública para o meio rural a partir das “Jornadas Nacionais de Luta”; e os estudos realizados pela FAO e pelo INCRA, que formularam com precisão o conceito de agricultor familiar e um conjunto de diretrizes de políticas públicas para a agricultura familiar¹⁷⁸, com o objetivo de minimizar as disparidades regionais, econômicas e sociais. Dessa forma:

[...] a agricultura familiar reforça também a mobilização política e o enquadramento institucional, cujo intuito foi construir, por parte do Estado, modelos de desenvolvimento econômico e social, sendo consagrada pelo Pronaf, em 1996. Da necessidade de se identificarem, nas linhas de financiamento do Pronaf, o agricultor familiar passa a acoplar um número expressivo de segmentos do setor primário da economia, tanto no aspecto político quanto sindical. [...] (CARVALHO, 2018, p. 59)

Para Santos e Góis (2011), o Pronaf é um programa de crédito de incentivo à produção e investimentos na agricultura familiar, incluindo os assentados de reforma agrária, sendo um típico programa de fomento produtivo destinado a uma quantidade de agricultores que não tem acesso ao mercado em iguais condições de oportunidades. Segundo Denardi (2001) no momento de sua criação, e posterior aprimoramento, no governo Lula, o Pronaf passou a ser um campo de disputas entre duas forças ou posições: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com respaldo de setores do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, considerando o Pronaf como uma política de desenvolvimento rural. E do outro lado, os Ministérios da Fazenda e da Agricultura, que passaram a entender o Pronaf apenas como uma política compensatória, ou seja, como mero paliativo para os agricultores que não conseguem competir no mercado globalizado.

O Pronaf, desde a sua criação, através do Decreto Presidencial nº 1946 de 28 de junho de 1996, passou por uma série de modificações e aprimoramentos. Está dividido em diversas categorias, dependendo do público-alvo: PRONAF A, A/C, B, C, D, E, contando também com linhas especiais de crédito para custeio e para investimento como: Pronaf semiárido, Mulher, Jovem, Agroecologia, Eco, Custeio e Comercialização, entre outros, que foram se modificando ao longo do tempo, por meio de legislação específica. Dessa forma:

¹⁷⁸ Vale ressaltar que de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), 76,82% dos estabelecimentos rurais no Brasil são da Agricultura Familiar. Já em Sergipe, 77,25% dos estabelecimentos rurais são familiares.

Os avanços registrados pelo PRONAF nos últimos anos estão diretamente relacionados às mudanças implementadas no programa, tanto institucionais como financeiros, as quais deram maior capilaridade às diversas modalidades de crédito e tipos de financiamentos aos agricultores familiares brasileiros. (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 18)

O senhor Carlos Soares de Menezes, mostra os avanços e recuos do Pronaf B¹⁷⁹ no sertão sergipano. Na sua narrativa, destaca anos em que o Pronaf ajudou na produção e melhoramento da unidade produtiva, pois foram anos em que a seca foi menos severa, sendo possível colher a produção e pagar no prazo o financiamento do Pronaf. Todavia, em anos de secas severas, o que produziam não era suficiente para pagar, tornando o grupo pronafiano inadimplente. Às vezes, parte do grupo pagava, mas a outra não conseguia e todos ficavam sem acesso ao crédito.

Segundo Carvalho (2018), os recursos do Pronaf na modalidade B variavam, devido à renovação dos contratos existentes. Em 2005, o valor inicial era R\$ 1.000,00, com juros de 1% a.a.; em 2012, os valores chegaram a R\$ 7.500,00, sendo R\$ 2.500,00 por operação, com juros de 0,5% a.a. Os agricultores são atraídos pelo fato de que se pagar o financiamento em dia tem um deságio de 25%, o que diminui o valor a ser pago. O agricultor familiar o senhor João Alves dos Santos, em seu depoimento, mostra o lado positivo desse programa:

[...] Eu lembro que na época de Fernando Henrique eu estava numa situação bem ruim. Aí chegou esse projeto, e no governo Lula, pra todo pobrezinho ter direito no banco. Antes ninguém podia ir no banco não, o juro já tinha alterado. Ninguém ia na porta do banco não. Oi era assim. Eu tinha uma propriedadezinha e podia fazer um projeto com um grupo ou sozinho. Eu tirei sozinho R\$ 9.000,00. E chegava umas cinco pessoas e cada um tirava R\$ 5.000,00. Muitos daqueles que tiravam os R\$ 5.000,00 cresceu. Agora os que não aplicava, chegava em Glória e tomava cerveja, comprava uma moto, um carro velho, perdeu. Agora quem pegou e aplicou cresceu¹⁸⁰.

Na verdade, o valor do crédito contratado pelo Pronaf B é pequeno, mas acabou de certa forma melhorando um pouco as condições de produção e de vida do pronafiano sertanejo. A questão da inadimplência está relacionada a uma série de fatores como projeto não

¹⁷⁹ O Pronaf B é uma linha de crédito rural destinado aos agricultores familiares carentes, com o objetivo de valorizar o potencial produtivo, estruturando e diversificando a unidade produtiva. Financia atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda. (CARVALHO; COSTA; BRITO, 2014).

¹⁸⁰ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Fortaleza – Nossa Senhora da Glória-Se, 08/03/2020.

implantado, adversidades climáticas, que atinge a produtividade; problemas de comercialização; falta de assistência técnica; custos para atender outras necessidades, entre outros.

Segundo Santos e Góis (2011), o Pronaf no ano de 2007 passou por uma violenta crise, face a inadimplência e o governo federal acabou suspendendo as operações do Pronaf, devido a insatisfação do governo e do Banco do Nordeste pelo fato de o programa não ter atingido os seus objetivos. E como resposta à inadimplência crescente do Pronaf surgiu o Agroamigo, que é uma metodologia de microcrédito rural orientado do Banco do Nordeste, inspirado na metodologia do Programa Crediamigo¹⁸¹, tendo iniciado suas operações em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário no ano de 2005. Este programa é voltado para o grupo do Pronaf B, formado pela maioria do público do Pronaf. E tem como objetivo melhorar o perfil econômico e social do agricultor familiar de baixa renda.

Para ter acesso ao Agroamigo, é preciso ser maior de idade e apresentar a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf e não apresentar restrições cadastrais. É um processo rápido e menos burocrático e acompanhado por um assessor do Agroamigo. Entre as vantagens desse programa destacam-se os juros baixos; bônus de adimplemento se o cliente pagar em dia; não exige garantias; pode ser utilizado em atividades agropecuárias e não agropecuárias no meio rural; e a renovação do crédito pode ocorrer no momento da quitação do anterior, entre outras. Atualmente, o Agroamigo é bastante aceito e acessado pelos agricultores familiares. O valor é baixo, em média R\$ 5.000,00, e tem desconto de R\$ 1.100,00 quando pago em dia. A avaliação desse programa pela maioria dos agricultores familiares é positiva, como afirma o senhor Carlos Soares de Menezes, no seu depoimento, abaixo:

Tem um projetinho aí que ajuda muito o povo que é o Agroamigo né. O Agroamigo só tem as coisas quem não quer, a minha filha mesmo ali olhe. Hoje ela tem vaca, tem um pedacinho de terra, uma casa. Tudo em cima desse projeto. Ela e o marido né. Tem um salário mínimo em casa mode um rapaz especial que ela tem. Aí ela pega esse dinheiro não estrói. Aí lá faz o projeto e quando chega pai venda ali aquele pedaço de terra. Era um pedaço de terra que recebi de herança. Eu disse minha fia eu vendo. Eu doido pra ele vim pra cá pra tomar conta dos bichos dela. Aí ele mim pagou com esse dinheiro do projeto. No outro ano fez a casa, um pedaço de casa. Quando foi esse ano terminou a casa. Aí você chega lá tem cinco vacas de leite. Tem uma casa não rebocada, mas em ordem de pobre a casa é boa. Tem duas mota, que é quatro pessoas, mas tem um cara que é especial e tem que ter uma mota só pra ele

¹⁸¹ O Crediamigo é um Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Urbano do Banco do Nordeste, criado no ano de 1998, com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito a empreendedores que desenvolvem atividades produtivas, comerciais e prestação de serviços. (SANTOS e GÓIS, 2011)

mais ela. E aí às vezes o marido trabalha fora para ajeitar um pouquinho as coisas¹⁸².

Analisando o depoimento acima, o programa do microcrédito disponibiliza um valor pequeno, mas que a partir da sua aplicação na propriedade e o desenvolvimento articulado de outras atividades, como aposentadoria rural, bolsa família, BPC – Benefício Prestação Continuada, o trabalho alugado e a produção de leite, tem proporcionado um pequeno crescimento e melhorado a qualidade de vida dos agricultores familiares. Esse pequeno crescimento tem como base a propriedade da terra. Sem o acesso a terra, esses agricultores não teriam como desenvolver as suas atividades agropecuárias e ter acesso as linhas de crédito e programas do governo.

Na atualidade, alguns estudiosos das questões sociais têm feito críticas ao Bolsa Família, afirmando ser uma política compensatória e que não resolve o problema da fome e da miséria. Também percebemos em algumas narrativas de fazendeiros que o bolsa família¹⁸³ e a aposentadoria tem deixado o “trabalhador rural preguiçoso”. Na verdade, essas políticas de transferência de renda acabaram interferido no valor do dia de serviço do trabalhador rural. Que tendo uma renda mensal, mesmo sendo baixa, passou a exigir na região maior valor no dia de serviço, como afirma o senhor Carlos Aquino dos Santos, em seu depoimento:

Olhe, antes um dia de serviço era o valor de 1 quilo de carne de boi com osso na banca do mercado. Se um Kg de carne fosse R\$ 15,00, o dia de serviço do pataqueiro era R\$ 15,00. Aí o cara trabalhava a semana inteira e só dava para comprar a carne. Quando o camarada tem um aposentado em casa ou o bolsa família, o fazendeiro diz vou pagar R\$ 15,00 no dia de serviço para colher milho. Aí a gente diz só vou por R\$ 50,00. Agora porque de fome a gente não vai morrer. Esse dinheiro que a gente tem vai vivendo e planta uma coisinha ali e completa. E o fazendeiro quando precisa acaba pagando o dia de serviço. Agora imagine você trabalhar um dia inteiro na poeira, no sol escaldante catando milho para ganhar o valor de 1 kg de carne com osso. Esse tempo era dureza pra viver.¹⁸⁴

¹⁸² Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

¹⁸³ Em 2018 Sergipe tinha 286.933 beneficiários do Bolsa Família, superando o número de trabalhadores com a carteira assinada que era de 271.046 trabalhadores. (Poder360.com.br/economia/10-estados-tem-mais-beneficiarios-do-bolsa-familia-que-empregos-formais/)

¹⁸⁴ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nova Canadá, em Canindé do São Francisco, 02/12/2020.

Uma outra questão que observamos nas entrevistas realizadas com fazendeiros e pequenos proprietários de terras é que os maiores beneficiados das políticas públicas, empréstimos bancários, são os assentados da reforma agrária, revelando a rejeição ao processo de reforma agrária, ao proporcionar uma certa autonomia aos trabalhadores rurais sem terra, agora assentados, como afirma o senhor Antônio Erivaldo de Oliveira, em sua narrativa, abaixo:

Tem muitos projetos no banco para o fazendeiro e para o agricultor familiar: o Pronaf, empréstimos para botar roça, comprar maquinário, terra, melhoramento da propriedade. Mas quem mais é beneficiado pelo governo é o povo dos assentamentos. Pra eles tem mais projetos. Tá todo mundo rico no sertão. Tem deles aí que não quer nem trabalhar um dia de serviço pra ninguém¹⁸⁵.

Na verdade, os maiores beneficiários das políticas públicas continuam sendo os grandes proprietários, pois conseguem junto aos bancos de desenvolvimento elevadas somas de recursos com juros baixos e facilidades de pagamento para compra de maquinários, melhoramentos da propriedade, aquisição de terras, construção de barragens, silos, currais, entre outros. Por ter a propriedade como garantia para os bancos, e o Estado continuar beneficiando essa camada da sociedade detentora de bens, capitais e influência política partidária.

Do outro lado, nos assentamentos no sertão sergipano, os assentados, mesmo com pouco recursos dos empréstimos bancários e outras políticas públicas, mostram-se mais organizados¹⁸⁶ do que os agricultores não assentados. Por isso, acabam integrando-se a um número maior de políticas públicas como o PAA¹⁸⁷, PNAE¹⁸⁸, entre outras. Um exemplo é a Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe LTDA – COOPAC (Figura 45) no assentamento Jacaré-Curituba, citada no capítulo anterior, que comercializa a maior parte da produção do quiabo produzido pelos assentados da região para

¹⁸⁵ Entrevista concedida ao autor. Nossa Senhora Aparecida-Se, 28/10/2020.

¹⁸⁶ Esses assentados (agricultores) estão organizados em associações e orientados por instituições como o Centro Dom José Brandão de Castro, ASA, entre outros.

¹⁸⁷ Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003. É uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Por meio dessa política, os agricultores, associações e cooperativas vendem seus produtos para órgãos públicos (Compra institucional, PAA Leite, Compra Direta, Formação de Estoques, Aquisição de Sementes). (<http://mds.gov.br>)

¹⁸⁸ Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, criado pela Lei nº 11.947/2009. Por meio dessa política, os agricultores, associações e cooperativas concorrem através de licitações e vendem seus produtos diretamente às prefeituras e aos estados para atender a merenda escolar dos alunos da Educação Básica.

outros estados e alimentos beneficiados como macaxeira a vácuo e bolo bacía para a merenda escolar de vários municípios sergipanos.

Figura 45: Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe LTDA – COOPAC, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

A maioria dessas políticas públicas começaram a ser montadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E, nos governos de Lula e Dilma, foram ampliadas de forma significativa. Todavia, os avanços trazidos pelas políticas públicas foram sendo reduzidos e/ou extintos a partir de 2016, com o golpe¹⁸⁹, que tirou do poder a presidenta Dilma Rousseff e empossou o seu vice-presidente Michel Temer. Este governo criou a PEC do Teto dos Gastos (PEC55), Reforma Trabalhista, entre outras

¹⁸⁹ Segundo Souza (2015; 2018) o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff foi marcado por um intenso ataque da Operação Lava Jato, da mídia e do Congresso Nacional a partir das “pautas bombas” com o objetivo de retirar do poder uma presidenta eleita (impeachment), manchar a imagem do Partido dos Trabalhadores (PT) com um combate seletivo a corrupção, centrado no PT para evitar que o ex-presidente Lula concorresse e fosse eleito nas eleições de 2018. Dessa forma, através de um golpe Michel Temer chega ao poder e avança com o desmonte do Estado brasileiro. E em 2018, Jair Messias Bolsonaro, com um discurso falso de combate a corrupção, carregado de ódio e manipulação da população, principalmente da classe média e elite do atraso chega ao poder e a destruição do Estado brasileiro avança cada vez mais.

medidas, que impactou de forma negativa em vários setores do país, beneficiando a elite econômica brasileira¹⁹⁰ até o ano de 2018.

No espaço rural, tivemos a indicação de uma representante da bancada ruralista para o Ministério da Agricultura, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), redução e/ou extinção de políticas públicas, que prejudicaram o meio rural, e principalmente a Agricultura Familiar. Para a agricultora e assentada Maria Aparecida da Silva, em seu depoimento:

Em 2016 tiraram a Dilma, acabaram com o MDA e tudo foi sendo desmontado aos poucos. Antes de Temer, tinha muitos projetos, tinha formação para as pessoas, um projetinho que ajudava ali e acolá. Era lei, agora não é mais. Vejo que a perca só foi para o pequeno. Se a gente já sofria, agora é que estamos sofrendo. Só acaba com os direitos dos pobres, do agricultor familiar, do assentado. Nos ricos ninguém topa¹⁹¹.

Portanto, a percepção dos agricultores familiares em relação às políticas públicas é a de que, no seu conjunto e aliado à propriedade da terra (acesso à terra), tem melhorado as condições de vida do sertanejo. Os projetos sociais, a distribuição de renda, os investimentos nas propriedades e na produção, conseguem aos poucos manter uma estrutura mínima para produzir e comercializar a produção, garantindo a sobrevivência e a melhoria de vida do grupo familiar, principalmente nos assentamentos que possuem os kits de irrigação.

6.3 – A emergência do milho e a pulverização espacial da produção do leite no sertão sergipano

No tempo presente, os produtos agrícolas de maior crescimento e relevância econômica para o sertão sergipano são o milho e o leite de vaca. O milho é produzido em larga escala pelos grandes produtores com o objetivo da comercialização dos seus grãos. E o leite de vaca liderado pelos agricultores familiares espalhados pelo sertão, onde a maior parte da produção é comercializada e entregue às unidades beneficiadoras da região e a outra utilizada

¹⁹⁰ Segundo Favareto (2017) este governo encontrou respaldo das elites econômicas que defendiam o estado mínimo com redução das políticas públicas de caráter social e o documento do PMDB “Uma Ponte para o Futuro” (2014), serviu como uma espécie de programa de compromisso para a ascensão de Michel Temer ao poder e consequentemente a transformação do Estado brasileiro, em Estado mínimo, beneficiando a elite econômica.

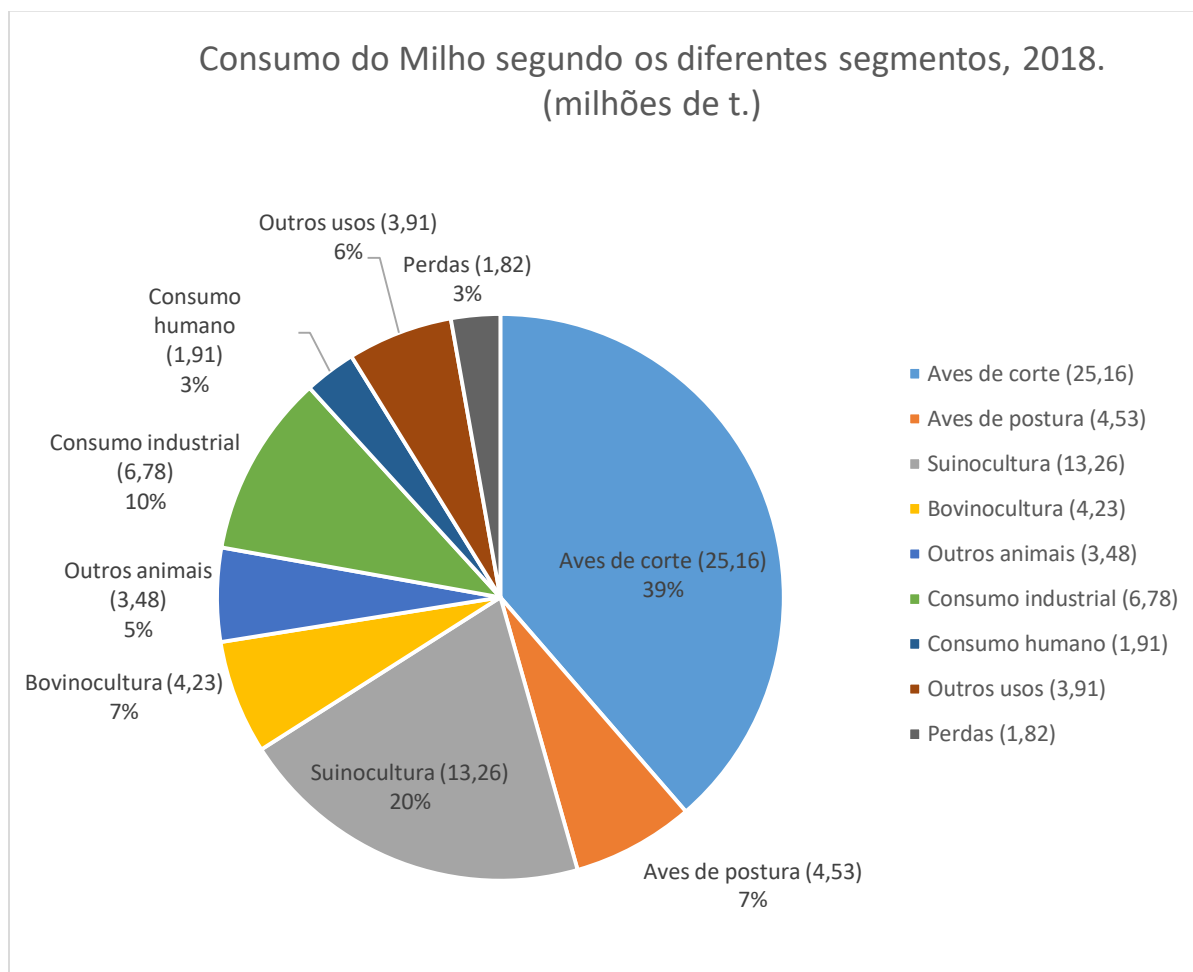
¹⁹¹ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nova Canadá – Canindé do São Francisco, 05/12/2020.

para a produção de queijo coalho, manteiga, requeijão e queijo mussarela pelos próprios produtores e pequenas fabriquetas, espalhadas pelo sertão, nos povoados, assentamentos e fazendas. Essa produção é comercializada em padarias, supermercados e nas feiras livres.

O milho é considerado uma das mais antigas e importantes culturas agrícolas, sendo um produto estratégico para a segurança alimentar mundial, utilizado na nutrição humana, animal, produção de biocombustíveis e diversos produtos da indústria alimentícia e de bebidas. Segundo Guth (2017), nos dias atuais, a produção de milho é responsável pelo crescimento da balança comercial de vários países, é o cereal mais produzido no mundo com cerca de 41,6% de todos os grãos, seguido pelo trigo com 29,6% e o arroz com 17,6%. Em 2018, os maiores produtores de milho do mundo foram os Estados Unidos com 37% da produção mundial, a China com 21% e o Brasil com 6% (VALENTE JÚNIOR e LIMA, 2018).

No Brasil, segundo dados da CONAB (2016), os maiores produtores de milho são Mato Grosso (23,3%), Paraná (18,4%) e Rio Grande do Sul (16,2%). No Nordeste, a maior produção de milho é da Bahia, seguida pelo Maranhão, Piauí, Sergipe e Ceará. Para Valente Júnior e Lima (2018) a produção de milho no Brasil é voltada para o mercado interno, com cerca de 67,2%. Observando o gráfico 8, abaixo, o consumo de milho por segmento, a avicultura de corte consumiu 39% do milho produzido em 2018; aves de postura 7%; 20% pela suinocultura; 10% consumo industrial, 3% consumo humano, 7% a bovinocultura, entre outros.

Gráfico 8: Consumo do Milho segundo os diferentes segmentos (em milhões de toneladas), 2018



Fonte: Associação Brasileira das Indústrias do Milho (2018).

Segundo Prata (2013), em Sergipe, os municípios que primeiro se destacaram na produção de milho foram Carira, Simão Dias, Frei Paulo, Pinhão e Pedra Mole, em função da inserção de pacotes tecnológicos do agronegócio nesses municípios. Devido a esse processo de modernização, a produção de milho cresceu de forma significativa nas últimas décadas e se espalhou para todo o sertão e depois para outras regiões do estado como o agreste e leste sergipano. De acordo com os dados dos Censos Agropecuários do IBGE (1995/96, 2006, 2017), no ano de 1995, o estado de Sergipe produziu 55.057 toneladas de milho. No ano de 2006, produziu 207.516 toneladas de milho, e em 2017 caiu para 116.304 toneladas de milho. E segundo dados da CONAB (2018) no ano de 2018 ocorreu uma redução de 40,3% na produção de milho em comparação com a produção do ano anterior. Essas quedas na produção de milho

ocorrem principalmente em função da seca no semiárido, sendo 2018 uma das secas mais severas dessa década.

No sertão, Nossa Senhora da Glória foi o município que atingiu a maior média de crescimento da produção nos últimos anos, devido à aplicação dos pacotes tecnológicos (tratores, adubação química, sementes transgênicas, agrotóxicos, etc.). No gráfico 9, abaixo, a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE, temos a área colhida e a quantidade produzida nos anos de 1995/96, 2006 e 2017.

Gráfico 9: Produção de milho em grãos no município de Nossa Senhora da Glória (1995-2017)



Fonte: Censos Agropecuários 1995/1996, 2006, 2017.

Observamos que, em 1995/96, a área colhida é maior que a quantidade de grãos produzidos. No ano de 2006, tivemos um aumento da área colhida e da quantidade produzida. A quantidade de grãos produzidos foi maior, revelando um crescimento considerável. No ano de 2017, tivemos também o aumento na área colhida, principalmente, na quantidade produzida com um aumento bastante significativo.

O aumento da produtividade física do milho ocorre devido às mudanças no padrão tecnológico do cultivo, superando as técnicas tradicionais. A análise do solo, o uso de sementes transgênicas¹⁹², adubos, ureia, pesticidas¹⁹³ passaram a ser utilizados com frequência a partir da orientação dos agrônomos e do banco que libera grande parte dos recursos para os produtores investirem nas roças de milho (Figura 46). Na verdade, o aumento da produção de milho está relacionado à procura desse grão no mercado e aos elevados lucros que têm proporcionado aos produtores nos anos que as secas não são severas.

Figura 46: Roça de milho transgênico, na fase de pendão, no município de Nossa Senhora Aparecida-Se, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

No início do crescimento da produção do milho no sertão, parte dos implementos agrícolas para a colheita era trazido do Paraná e de São Paulo, quando a safra desses estados acaba de colher começa a de Sergipe. Mas com pouco tempo os produtores passaram a adquirir o maquinário¹⁹⁴ com recursos oriundos de financiamentos bancários e recursos próprios. Então,

¹⁹² São sementes geneticamente modificadas, resistentes às secas, os pássaros e lagartas não comem e o ser humano consome o milho

¹⁹³ Na produção do milho são usados os pesticidas Randape, atrasina e no próprio milho transgênico já vem um inseticida de acordo com a tecnologia para evitar pragas como as de lagartas.

¹⁹⁴ Em Sergipe existem na atualidade lojas especializadas para a comercialização desse maquinário como a M Sobral em Itabaiana que vende maquinários e implementos da marca New Holland; a Valtra, antigo Valmet, em Aracaju e a Massey Ferguson em Nossa Senhora do Socorro que lidera as vendas em Sergipe.

a paisagem do espaço rural do sertão sergipano começou a mudar com as plantações de milho, substituindo os pastos, e um novo maquinário começou a surgir chamando a atenção de todos que vivem e passam pelo sertão. Hoje temos tratores com ar condicionado, implementos modernos, gafanhoto¹⁹⁵ para passar veneno, colheitadeira com várias linhas (Figura 47) e carretas, circulando no sertão para transportar o milho, entre outros.

Figura 47: Máquina colheitadeira de milho, em Nossa Senhora da Glória-Se.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

A produção de milho exige altos investimentos, e um dos maiores entraves na produção é a falta de chuvas, que no sertão não chove com regularidade. Mas o desejo de produzir o milho em função dos altos lucros, quando acerta o período chuvoso é cada vez maior por parte dos produtores. E por isso, acabam investindo muito na produção de milho, mesmo sendo uma atividade de alto risco, devido às condições climáticas. Mas o desejo dos grandes produtores em acumular capitais, e de forma célere, faz com que corram o risco. E a cada dia mais produtores emergem no sertão, inclusive através de arrendamento de terras. Segundo o senhor José Barreto de Santana, em seu depoimento:

Os lucros altos do milho, quando dar certo está atraindo advogados, médicos, dentistas, agiotas, desembargadores, empresários de vários ramos, que tem

¹⁹⁵ É um trator alto que abre braços de 30 m para passar inseticida.

bons salários, não tem como profissão a produção agrícola, mas que estão sendo atraídos pelos lucros. Não conhecem as formas de produzir e dependem do tratorista até para comprar uma peça de trator. Vejo nas lojas de implementos essas pessoas comprando. Fui em uma loja em Glória comprar uma peça de trator e tinha umas vinte pessoas na fila. Umas cinco mulheres bem vestidas, de bota, tudo anotado para comprar porque nem elas nem os maridos sabem nada de agricultura. Não são do ramo¹⁹⁶.

Uma parte desses investidores já possuem terras no sertão e acabam arrendando terras para aumentar a sua produção. Outros não são proprietários, mas arrendam as terras e botam roça. O arrendamento de terras nos últimos anos está crescendo no sertão. E já tem produtores sergipanos arrendando terras em outros estados para plantar milho como Bahia e Maranhão. A maior parte dos arrendamentos ocorre de forma verbal, em que o arrendatário paga por tarefa colhida um valor estipulado no acordo em moeda ou em sacos de milho. Já outra parte dos arrendamentos ocorre de forma solene com registro em cartório. Essa modalidade de arrendamento é feita principalmente por produtores que tiram financiamentos nos bancos, como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil¹⁹⁷, para cultivar as roças. Todavia, há uma cláusula do contrato¹⁹⁸ que é padrão e que dá total direito ao arrendatário de explorar as terras como também ao banco de capturar os bens semoventes como animais, implementos, etc., que afasta a maioria dos proprietários dessa modalidade de arrendamento. Segundo o senhor Antônio Erivaldo de Oliveira, em seu depoimento:

Muitos donos de terra não querem dar a documentação para o arrendamento porque tem desconfiança. Às vezes alguém já tentou passar a perna neles, aí desconfiam. Quando não tem a documentação para tirar recurso do banco, a gente arrenda de boca e faz um seguro particular. O seguro é assim: você vai no banco, mede a área, faz o georeferenciamento, pega o arquivo e envia para o banco. Faz análise do solo, faz o zoneamento, paga o seguro. Agora o que o receituário do agrônomo pede você tem que fazer e tirar as notas fiscais. Se não o seguro não cobre. Esse tipo de seguro pode fazer no banco ou em

¹⁹⁶ Entrevista concedida ao autor. Nossa Senhora Aparecida-Se, 27/10/2020.

¹⁹⁷ Os bancos têm uma série de exigências para o financiamento de roças estipuladas em contratos, como seguro da roça, escritura das terras ou contrato solene quando estes são arrendadas, orientação de um agrônomo que estipula um pacote tecnológico para cada área produzida, notas fiscais dos insumos, entre outros.

¹⁹⁸ Cláusula nº 02 do contrato padrão exigido pelos bancos declara: “Autorizo (amos), também o(s) aludido(s) senhor(es) a oferecer, em garantia de financiamentos a ele(s) concedido(s) por esse Banco, durante toda a sua vigência (safra(s) 2017/2018 a 2019/2020 bem como a imediatamente seguinte), a totalidade da produção a ser auferida por conta do(s) empreendimento(s) financiado(s) no referido imóvel bem como os materiais agrários e semoventes de sua propriedade ali localizados fls.. Registro integral de carta de arrendamento. Livro A-06 em 12/03/2018 fls. 237 a 238. (Art. 2 do contrato do Banco do Brasil, 2018)

empresas particulares. Agora só cobre uma parte da roça. Não é 100% da roça não¹⁹⁹.

No meio rural existem dois tipos de seguro para a produção de milho: o Pro-agro e o particular. O Pro-agro é o seguro do Estado, usado nos financiamentos bancários. De acordo com a suas regras, o produtor em um período de 5 anos pode utilizar o seguro por três vezes. Se pedir três vezes passa um ano sem solicitar financiamento. Para o agricultor familiar o seguro cobre 100% da roça. E 70% mais bonificação para aqueles que não são agricultores familiares. Já o seguro particular em bancos ou empresas (Pronampe) aumenta 3% a ser pago e estabelece um valor a receber de acordo com a área plantada. Hoje esse tipo de seguro está crescendo devido ao fato de ser menos burocrático que o Pro-Agro. Todavia, esses seguros só serão pagos aos agricultores, caso a safra seja prejudicada em mais de 50%. O senhor Antônio Francisco de Oliveira, em seu depoimento, afirma que:

O milho quando Deus manda chuva todo mundo fica rico. Tem o milho para fazer silo, pra vender. Agora tem que ter tecnologia para produzir, trator, os implementos, sementes caras, adubo e principalmente chuva. Tem gente de Nossa Senhora Aparecida e outros daqui que tem arrendado terra nos assentamentos. O dono não quer trabalhar e arrenda para os outros plantar. Quem arrenda aumenta a sua produção. O problema é se a chuva não vim. Aí o prejuízo é grande. Aqui é um inverno bom e cinco ruim. Aí tem que ter seguro das roças²⁰⁰.

Na verdade, os projetos governamentais continuam favorecendo os médios e grandes plantadores, pois liberam grandes somas de recursos em forma de financiamentos para comprar terra, maquinário, melhoramento da fazenda (cercas, tanques, currais, casa, etc.,) produção de milho, entre outros. Para os agricultores familiares os recursos também são liberados através de projetos, porém os valores são baixos. Todavia, mesmo com poucos recursos, sem maquinário, fatores climáticos negativos, parte dos agricultores familiares tem plantado o milho para fazer a silagem e criar o gado de leite. Já a outra parte dos agricultores familiares, assentados (MST e do Banco da Terra), acabam vendendo as suas terras ou arrendando aos grandes produtores de milho, que aumenta a sua área plantada e conseqüentemente a produção. O senhor João Alves dos Santos, em seu depoimento, afirma:

¹⁹⁹ Entrevista concedida ao autor. Nossa Senhora Aparecida-Se, 28/10/2020.

²⁰⁰ Entrevista concedida ao autor. Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 04/10/2019.

É muitos arrendam e muitos botam sua rocinha mesmo. O arrendamento às vezes o cara não pode botar a roça, aí arrenda para não deixar a terra parada. Esse ano eu peguei R\$ 4.000,00 do arrendamento e deixou o pasto pronto. Eu tinha que trabalhar pouco para preparar essa terra. Eu tinha que fazer um empréstimo, então arrendo e vou levando a vida e não vendo a terra. Agora quem vende é porque não quer mais trabalhar. [...] ²⁰¹

No sertão, o senhor Volnandy de Aragão Brito, proprietário de terra e gerente de negócios, aposentado, do Banco do Nordeste, em sua narrativa, descreve a espacialização do agronegócio do milho (geografia do milho), em que nos municípios de Poço Redondo, Monte Alegre, Glória, 70% da produção é para reserva estratégica para alimentar os animais, principalmente o gado leiteiro. Já os municípios de Carira, Frei Paulo, Simão Dias, Nossa Senhora Aparecida e Ribeirópolis, a maior parte da produção é para a comercialização dos grãos.

A produção do milho tem provocado mudanças no sertão. De um lado, as terras tem passado por um processo de valorização e modernização. E do outro, o plantio constante do milho sem a rotação de culturas, uso exagerado de pesticidas ²⁰², sementes transgênicas, etc., estão matando a terra, a vegetação de caatinga ²⁰³ e os animais silvestres ²⁰⁴. É uma produção que foge do controle e fiscalização dos órgãos ambientais, como ADEMA, IBAMA, EMDAGRO e Vigilância Sanitária, levando essas áreas de produção a uma futura desertificação em nome do lucro e enriquecimento de uma parte desses grandes produtores de milho, como mostra a figura 48.

²⁰¹ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Fortaleza – Nossa Senhora da Glória-Se, 08/03/2020.

²⁰² Os pesticidas e fertilizantes mais utilizados na produção de milho são: Azimut, Bendazol, Glifosato, Quimifol Premium e Niphokam, entre outros. E os bancos do Banese, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Bradesco, Banco Mundial, acabam financiando o uso desses agrotóxicos. Pois, só liberam os empréstimos se no receiptuário indicado pelo agrônomo conste a relação desses pesticidas e fertilizantes.

²⁰³ No sertão, destaca-se a caatinga, com plantas xerófilas com uma vegetação formada por estratos arbóreo, arbustivo e herbáceo. As principais espécies são: catingueira, amburana, umbuzeiro, mandacaru, braúna, jurema e craibeiras. Essa vegetação está em fase de extinção.

²⁰⁴ A fauna sertaneja destaca-se com uma diversidade composta por répteis, roedores, insetos, aracnídeos, preás, asa branca, nambu-pé (*cryturellus parvirostris*), rolinha fogo-apagou (*columbina squammata*), entre outros, que estão desaparecendo da região.

Figura 48: Solo exposto depois da colheita do milho, no povoado Agostinho em Nossa Senhora da Glória, 2020

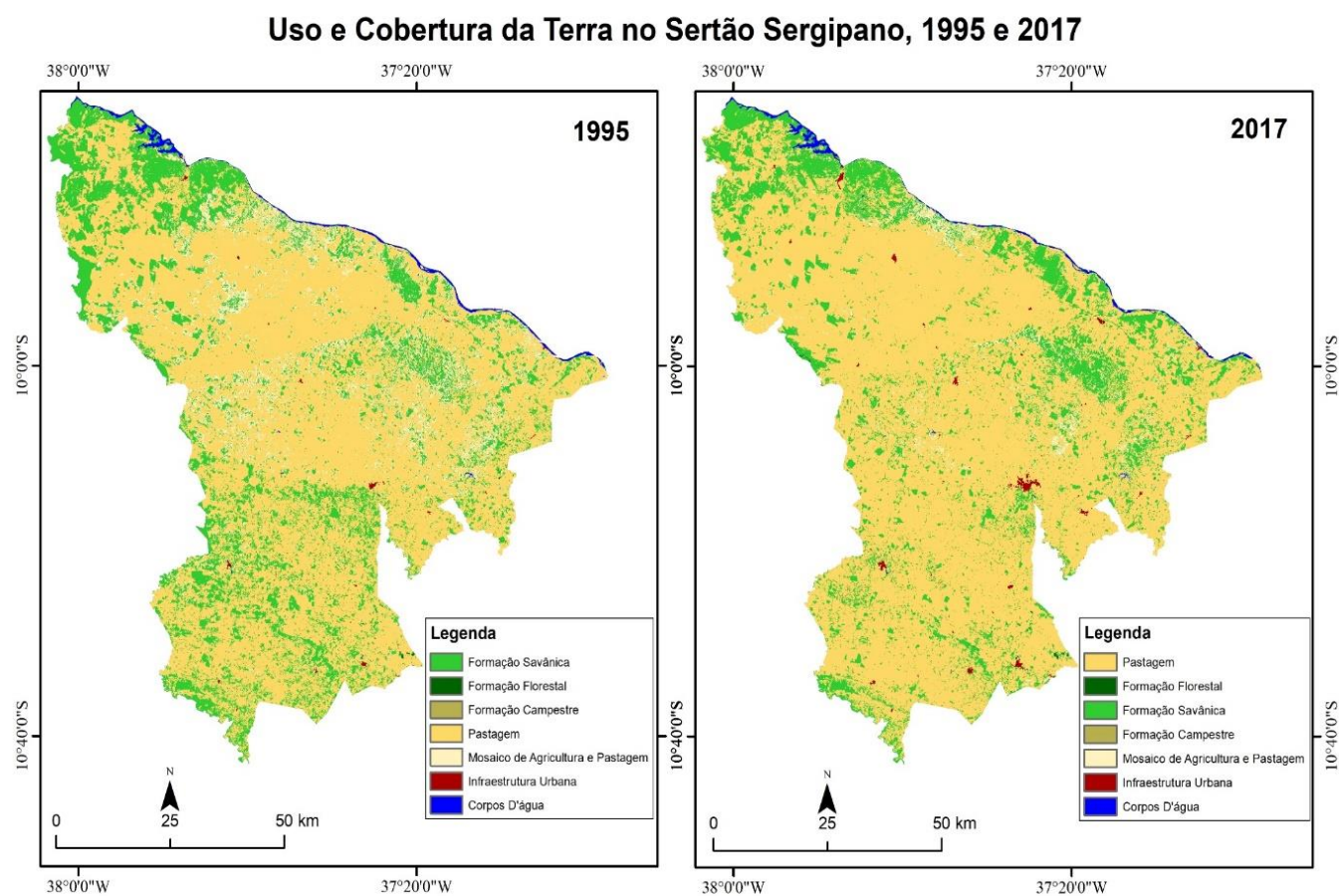


Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Observando o mapa 11, temos os impactos na cobertura vegetal da área de estudo, onde comparando o ano de 1995/96 com o ano de 2017, percebemos que a área de pastagem e agricultura representam quase 70% de todo o território do sertão em 1995/96 e 80% em 2017. A devastação começou desde o início da introdução da pecuária e, entre esses anos, observamos que a devastação da vegetação continua para atender a pecuária e principalmente a produção de milho nos dias atuais.

Mapa 11: Uso e Cobertura da Terra no Sertão Sergipano, 1995 e 2017



Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000
 Fonte: Coleção 5.0 do Projeto MapBiomas, imagens 1995 e 2017, Sergipe.
 Códigos das classes da legenda e paleta de cores utilizadas na coleção 5 do MapBiomas
 Organização: Givaldo Santos de Jesus
 Riclaudio Silva Santos

Dessa forma, os impactos do agronegócio do milho no meio ambiente sertanejo são visíveis, exterminando a fauna e a flora e a saúde das pessoas, pois, ao produzir o milho, estão expostas aos agrotóxicos, e não temos um estudo aprofundado dos impactos dessa produção transgênica para o ser humano. O Estado, por sua vez, incentiva a produção transgênica e a utilização dos agrotóxicos, pois os financiamentos bancários para cultivar roça estão condicionados aos pacotes tecnológicos do agronegócio. E não aceita que o produtor cultive o capim para depois que colher o milho, o pasto fique formado e evite que o solo fique exposto. Isso porque o capim pode competir com o milho e diminuir a produção do milho. Para o senhor Antônio Francisco de Oliveira, em seu depoimento:

[...] Quando planta o capim você precisa ver como a terra fica. Parece que tem microrganismos que protege a terra e o capim não morre, não dar erosão na terra. Quando dar chuva ninguém ver a terra aberta, a terra não morre. Agora se não tem microrganismos não tem como a terra se fortalecer. Esse pessoal que faz projeto e o banco acham que é investimento e se plantar o capim atrasa a cultura do milho. Não vem no campo olhar e não aceitam. Por enquanto, eles estavam vendo se aceitava o capim urocloa porque é baixinho, logo fica batido e não é bom para combater a erosão. Agora o Aruana é bom. Mas não aceitam. É para plantar só o milho. Se não o banco não libera o dinheiro para botar a roça²⁰⁵.

Para o senhor Carlos Soares de Menezes, em seu depoimento, a produção do milho transgênico está prejudicando todo o ecossistema. A cadeia alimentar dos animais está sendo destruída, como também, a terra está perdendo os microrganismos que a mantém viva. Este depoente, ainda destaca, que o milho transgênico não é consumido pelos pássaros e roedores. Mas o ser humano consome. Seja in natura ou industrializado como a farinha de milho. Em um estudo publicado pelo biólogo molecular Gilles Eric e sua equipe²⁰⁶ no International Journal of Biological Science, mostrou que o consumo da semente modificada tem provocado principalmente problemas no fígado e nos rins, órgão ligados à eliminação de impurezas, em função da toxidade vindas da exposição à pesticidas. Todavia, ainda não existem informações científicas suficientes para explicar todos os malefícios do consumo dos alimentos transgênicos pelo ser humano.

²⁰⁵ Entrevista concedida ao autor. Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 04/10/2019.

²⁰⁶ Cf. mpabrazil.org.br/noticias/milho-transgenico-pode-fazer-mal-a-saude-dados-sao-revelados-pela-monsanto-após-acao-judicial/

Portanto, a produção do milho avançou no sertão e hoje praticamente todo o estado de Sergipe produz o milho. No sertão, mesmo com os altos custos de produção, fatores climáticos desfavoráveis, o milho tem gerado altos lucros para uma parte dos produtores que comercializam os grãos na sua totalidade, pois a cada ano o valor do milho aumenta devido à procura do cereal no mercado nacional e internacional. Para os agricultores familiares e fazendeiros da região do sertão, o milho tem gerado reserva estratégica para a criação de animais, amenizando a convivência do sertanejo com a seca e proporcionando crescimento econômico. Todavia, os impactos ambientais causados pelo agronegócio do milho e na vida das pessoas são grandes.

Um outro produto de grande relevância para o sertanejo na atualidade é a produção de leite de gado. O leite e seus derivados, além de ser uma fonte de renda diária é um alimento fundamental para a população sertaneja. Essa produção encontra-se pulverizada e ao longo do tempo tem enfrentado barreiras que aos poucos estão sendo superadas. Entre os obstáculos destacam-se as irregularidade das chuvas, típico da região do semiárido, que prejudica as pastagens, produção de palma e forragem para garantir a alimentação do gado, que interfere diretamente na produção do leite; desorganização dos produtores, pois não conseguem se organizar em cooperativas; melhoramento genético do gado leiteiro; procedimentos técnicos com a coleta, conservação e transporte do leite que é produzido e monopolizado pelos laticínios capitalistas da região (Betânia, Natulact e Natville). O senhor Miguel Resende Neto, técnico aposentado do Incra, em seu depoimento, afirma:

Quando cheguei no sertão, na década de 80, o rebanho bovino era de baixa produtividade. Com o tempo orientamos os produtores, principalmente na Barra da Onça, em Poço Redondo, a comprar um gado mestiço bom. Introduzimos alguns reprodutores que começou a gerar uma bezerrada boa, que depois se tornaram vacas de leite boa e aumentou a produção. Então, cada associação tinha um touro e aos poucos foi melhorando a genética do gado e a produção de leite. Introduzimos também a cultura da palma para garantir a alimentação do gado. E hoje a bacia leiteira do sertão é muito forte²⁰⁷.

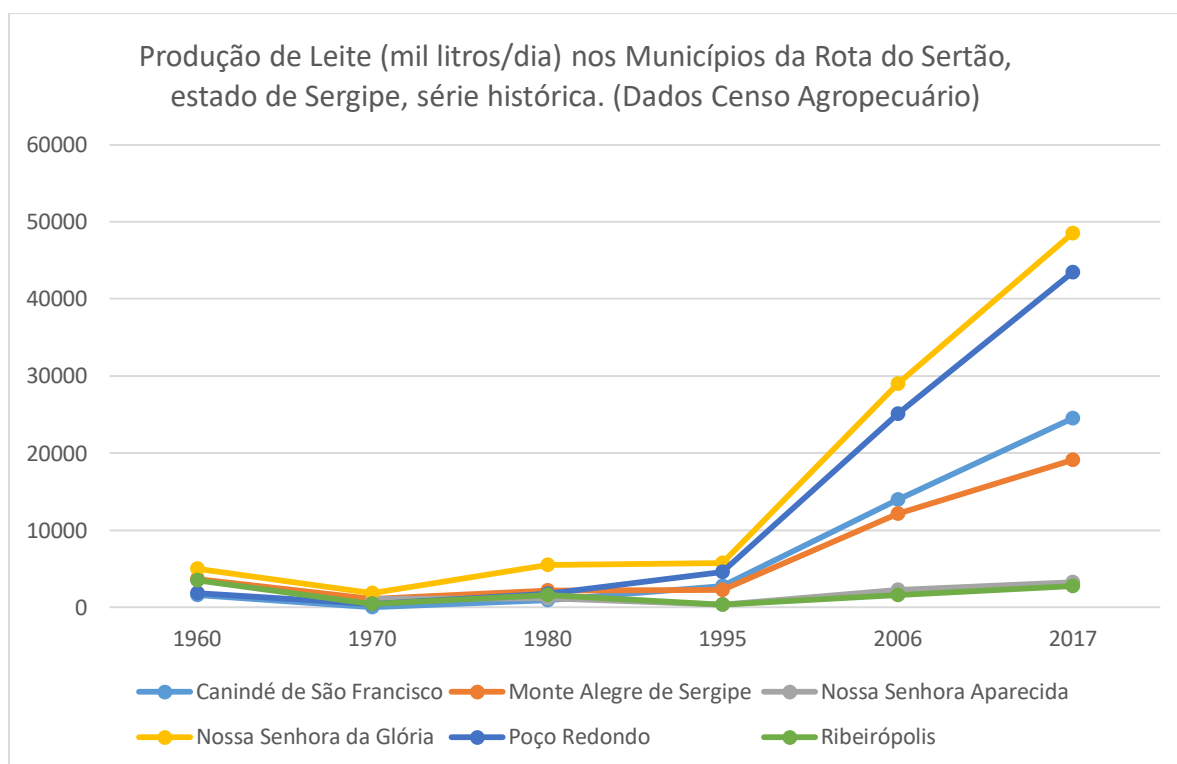
Segundo Santos (2018), nas últimas décadas o rebanho de gado leiteiro do Alto Sertão Sergipano apresenta crescimento significativo tanto no número de cabeças de vacas leiteiras quanto na sua qualidade de produção, apesar de existir algumas baixas em alguns anos de secas

²⁰⁷ Entrevista concedida ao autor. Google meet, 22/11/2020.

severas. Mas, concomitante aos problemas que envolve o semiárido, os produtores têm buscado um sistema e técnicas de produção de leite, procurando solucionar os entraves postos pelo meio natural, as exigências técnicas para aumentar a produção e sua comercialização.

Analisando os dados da produção de leite, nos censos agropecuários do IBGE (1960 a 2017) nos municípios da Rota do Sertão (Gráfico 10), encontramos informações importantes para o entendimento da produção de leite no sertão sergipano. Os dados são referentes ao período e a quantidade de vacas ordenhadas e de leite produzido por municípios.

Gráfico 10: Produção de Leite (mil litros/dia) nos Municípios da Rota do Sertão, Estado de Sergipe, 1960-2017



Fonte: Censo Agropecuário 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017 (Série histórica)

Organização: Givaldo Santos de Jesus, Riclaudio Silva Santos

Observando o gráfico acima, percebe-se que em todos os municípios estudados, no ano de 1960 tem uma produção de leite abaixo de 5.000 litros. E no ano de 1970 acontece uma queda na produção em todos os municípios. Acredita-se que essa diminuição da produção tenha ocorrido em função da seca de 70. Já em 1980 a produção foi praticamente a mesma de 1970.

Apenas o município de Nossa Senhora da Glória, apresentou crescimento. Em 1980 também tivemos uma grande seca que afetou a produção de leite.

Ainda de acordo com o gráfico acima, entre os anos de 1995 a 2006, tivemos um aumento da produção de leite de forma considerável nos municípios de Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo, chegando a produzir quase 30.000 litros de leite por dia. Já os municípios de Canindé e Monte Alegre chegaram a quase 25.000 litros de leite/dia. Todavia, os municípios de Nossa Senhora Aparecida e Ribeirópolis não apresentaram crescimento na produção de leite. Entre 2006 e 2017, a produção de leite continuou crescendo de forma considerável nos municípios de Nossa Senhora da Glória com cerca de 48.479 litros de leite/dia; e Poço Redondo com 43.370 litros de leite/dia; Canindé chegou a uma produção de 24.512 litros de leite/dia e Monte Alegre com 19.131 litros/dia. Contudo, Ribeirópolis e Nossa Senhora Aparecida continuaram com uma produção muito baixa. O primeiro com uma produção de 2.788 litros/dia e o segundo com 3.294 litros de leite/dia.

Toda essa produção encontra-se pulverizada entre os produtores (fazendeiros, agricultores familiares, assentados), sendo que a maior produção é dos agricultores familiares devido ao seu maior número, e os grandes estão utilizando a maior parte de suas terras para produzir o milho. Os agricultores familiares têm uma produção individual pequena, mas a soma dessa produção supera a dos médios e grandes produtores. O problema dos agricultores familiares é que não conseguem se organizar em associações e/ou cooperativas, onde poderiam organizar melhor a produção e a comercialização do leite. Inclusive participar do programa PAA-Leite. O professor e pesquisador Eliano Sérgio Azevedo Lopes, em seu depoimento, apresenta alguns entraves que ocorreram para a crise do cooperativismo no sertão sergipano:

Sobre essa questão das cooperativas e associações, acompanhei algumas. Os maiores problemas é que ocorreram desvios de recursos, atraso de pagamento para os agricultores que entregavam os produtos. Isso foi desestimulando os produtores a participar dessas cooperativas. Então, não se tornou algo que tivesse uma capilaridade maior, diferentemente do Sul que o cooperativismo deu certo²⁰⁸.

O senhor Miguel Resende Neto, em seu depoimento, também apontou alguns entraves para o sucesso das cooperativas no sertão sergipano. Na condição de técnico do Incra, acompanhou o processo de construção de algumas associações, que depois com a estruturação

²⁰⁸ Entrevista concedida ao autor. Aracaju-Se, 30/10/2020.

das mesmas deveriam se transformar em cooperativas. Todavia, a falta de transparência, de recursos, organização, interferência política partidária, a falta de união dos próprios associados (individualismo), prejudicaram o desenvolvimento das associações, não evoluindo para o cooperativismo e muitas fecharam, como o Laticínio União (Figura 49), no assentamento Barra da Onça. Então, os laticínios capitalizados aproveitaram-se dessa situação e dominam toda a produção do leite na fase da comercialização. Ainda vale destacar que, no passado, havia a Parmalat, Bigmil e a Sabe, que fecharam e não atuam mais no sertão.

Figura 49: Laticínio União, no Assentamento Barra da Onça, Poço Redondo-Se, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Atualmente, observamos que a Natville – Laticínio Santa Maria está em fase de crescimento²⁰⁹, tem dominado a produção e comercialização do leite e seus derivados. Também tem investido em tecnologias, como ordenhas mecânicas em suas propriedades com uma produção de 20 mil litros de leite diário e adquirido cada vez mais terras na região. Percebendo as fragilidades dos produtores de se organizarem em cooperativas para produzir, armazenar, transportar (Figura 50) e comercializar o leite, passou a fornecer ração animal no período das secas, ordenhas mecânicas e tanques de resfriamento de leite (Figura 51) aos agricultores

²⁰⁹ Este laticínio foi fundado em 1996 e tem recebido incentivos fiscais dos governos federal e dos governos dos estados de Sergipe e recentemente de Alagoas.

familiares, cujo pagamento é feito através do leite e automaticamente os produtores se comprometem em comercializar o seu leite apenas com a Natville.

Figura 50: Caminhão utilizado para o transporte de leite no Sertão Sergipano, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Figura 51: Tanque de resfriamento de leite no Sertão Sergipano, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

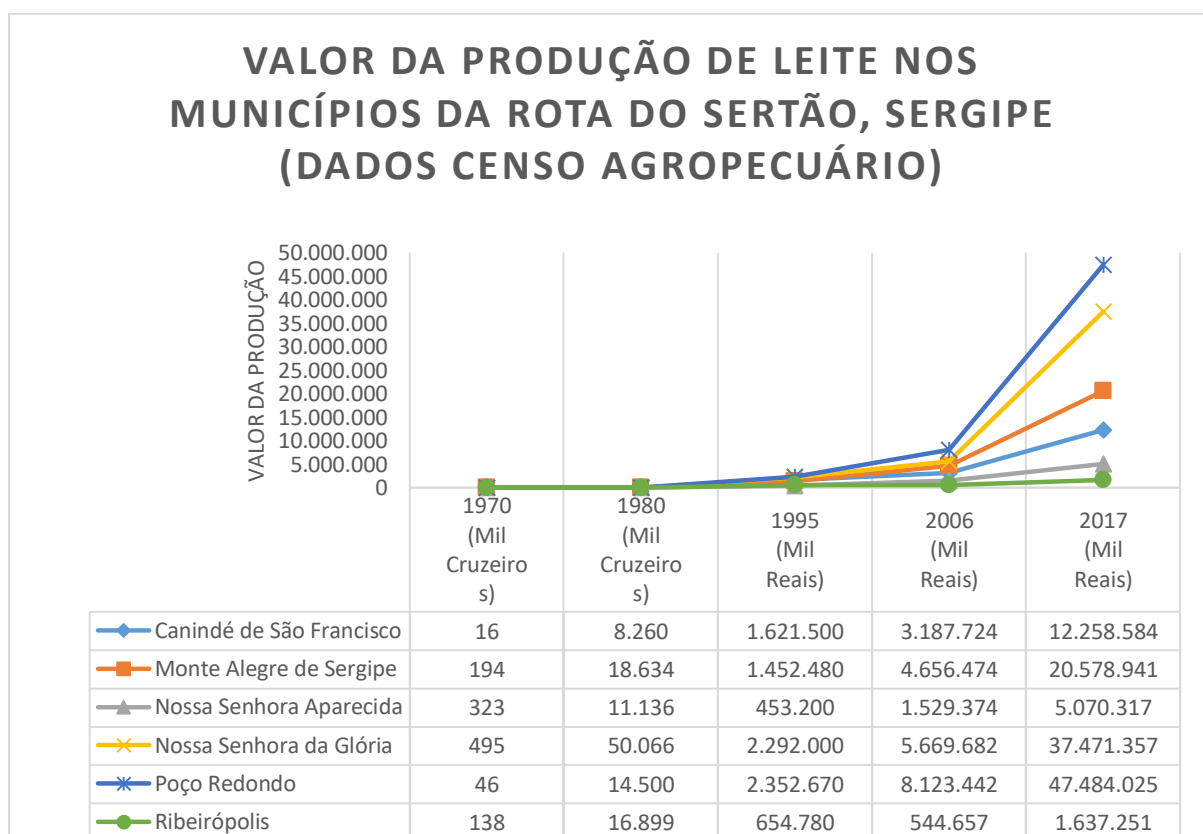
As ordenhas mecânicas, e principalmente os tanques de resfriamento se espalharam rapidamente pelo sertão e a Natville acabou controlando na cadeia a maior parte da produção de leite que se encontra pulverizada no sertão. Vale lembrar que a produção dos agricultores familiares, quando reunidas nos tanques de resfriamento, supera a produção dos médios e grandes produtores de leite. Hoje a Natville recolhe cerca de 200.000 litros de leite diário no sertão sergipano e nos municípios da Bahia e Alagoas. Esse leite é processado nas fábricas em Nossa Senhora da Glória e em União dos Palmares²¹⁰, em Alagoas, sendo esta fundada no ano de 2020. Produzem bebidas lácteas fermentadas, requeijão, queijos, manteigas, achocolatados,

²¹⁰ Cf. <http://aquiacontece.com.br/noticia/alagoas/04/02/2020/chegada-de-fabrica-natville-na-zona-da-mata-vai-fortalecer-cadeia-produtiva-do-leite-em-al/149888>

leite UHT, soro de leite em pó. Essa produção é comercializada nos estados nordestinos, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro²¹¹.

No sertão sergipano, o leite tem um importante papel na economia dos municípios sertanejos. E tem proporcionado crescimento mesmo com particularidades de cada município. No gráfico 11, é apresentado o valor da produção de leite (em mil reais) nos municípios da Rota do Sertão. Vale destacar, que no valor da produção de leite deve ser analisado a mão-de-obra empregada na produção, desde o trabalhador/vaqueiro que cuida da ração das vacas e tira o leite, o motorista que transporta o leite até os trabalhadores dos laticínios que fazem parte deste sistema econômico.

Gráfico 11: Valor total da produção de leite nos municípios da rota do sertão, Estado de Sergipe (1970-2017)



Fonte: Dados Censo Agropecuário 1970, 1980, 1995, 2006, 2017.

Organização: Givaldo Santos de Jesus, Riclaudio Silva Santos

²¹¹ Cf. www.natville.com.br. Acesso em 20 de maio de 2021.

É importante observar que nos municípios estudados existe crescimento constante do valor da produção de leite, desde o ano de 1960, marco inicial de estudo desta tese. E vale destacar que, nos anos de 2006 e 2017, ocorreram os maiores crescimentos nos valores da produção do leite com destaque para Monte Alegre de Sergipe que, em 2006, o valor da produção de leite era de R\$ 4.656.474 para R\$ 20.578.941, representando um aumento de 441,91%. Nossa Senhora da Glória, em 2006, o valor da produção era de R\$ 5.669.682 e passou para R\$ 37.471.357 em 2017, representando um aumento de 660,9%. E por fim, Poço Redondo, que tem o maior valor da produção de leite, e em 2006 era de R\$ 8.123.442 e passou para R\$ 47.487.025 em 2017, representando um crescimento de 584,53%.

Na verdade, o município de Poço Redondo, destacando o aglomerado rural Santa Rosa do Ermírio, tem avançado na produção de leite, através de investimentos em tecnologia, técnicas e organização de produção e comercialização do leite. A produção e comercialização do leite é a principal atividade econômica deste município. Segundo Santos (2018), a importância econômica que o leite desempenha nos municípios pode ser observada na movimentação em saques nos bancos referentes ao pagamento de leite. Em Poço Redondo, somente na agência do Banco do Estado de Sergipe (BANESE), os saques referentes ao pagamento de leite chegam a 120 mil reais por semana e a meio milhão de reais anuais, em apenas um banco em uma das cidades da bacia leiteira.

Portanto, a produção de milho, além de representar uma reserva estratégica para garantir a alimentação dos animais, principalmente do gado leiteiro, também representa altos investimentos na modernização do campo e no arrendamento de terras pelos produtores dos mais variados ramos profissionais e segmentos da sociedade. Contudo, a produção de leite que se encontra pulverizada no sertão entre os produtores, e mesmo com o domínio dos laticínios da região, que controla a cadeia produtiva do leite, tem promovido um certo crescimento econômico na região. E, para os agricultores familiares, significa a manutenção da propriedade e a sobrevivência de sua família no campo.

6.4 – Os efeitos do novo sertão econômico: Nossa Senhora da Glória como referência de desenvolvimento

No período estudado, observamos algumas mudanças e permanências no sertão sergipano, decorrentes da presença dos assentamentos rurais, políticas públicas, crescimento da produção de milho e da bacia leiteira, que proporcionaram certo crescimento, embora desigual, mas de grande importância estratégica para o sertão. As mudanças nos municípios sertanejos são visíveis tanto na zona rural quanto na zona urbana e têm proporcionado crescimento econômico e melhoria nas condições de vida das pessoas.

Entre os municípios sertanejos, o de Nossa Senhora da Glória vem se destacando nas últimas décadas por apresentar um crescimento econômico, social e cultural, diferenciado em relação aos outros municípios sertanejos, sendo considerado a capital do sertão e do leite. Segundo dados do IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 1991 foi de 0,319. No ano de 2000 subiu para 0,432 e no ano de 2010 para 0,587, considerado um índice baixo, mas com projeção de crescimento. Já o IDMS – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, no ano de 2015, analisado por Santos (2017a) é de 0,639, classificado como nível médio²¹².

As primeiras referências sobre o município de Nossa Senhora da Glória encontramos na “Enciclopédia dos municípios brasileiros”, organizada por Jurandyr Pires Ferreira, publicada no ano de 1959 e na obra “História dos limites entre Sergipe e Bahia: estudo de litígio interestadual” de Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior, publicada em 1918. Para este autor, as terras do município de Nossa Senhora da Glória faziam parte da sesmaria pertencente a Tomé da Rocha Malheiros, adquirida por este sesmeiro no século XVII.

Segundo Ferreira (1959), a primeira povoação surgiu entre 1600 e 1625, com denominação de Boca da Mata, dada pelos viajantes (vaqueiros) que passavam pela região tangendo gado e tropeiros que compravam açúcar no Vale da Cotinguiba. E, na densa mata, fundaram um “rancho” para descansar, que deu origem à povoação e o seu crescimento se deu a partir da instalação das fazendas de gado e sítios, onde cultivavam a mandioca e cereais.

²¹² Para chegar a esse índice, Santos (2017a) analisou as dimensões Ambiental e Político Institucional, a dimensão Sociocultural e econômica no período de 2010 a 2015. Foram utilizados dados primários e secundários como o Censo Agropecuário de 2006, sites oficiais do governo federal, estadual e municipal, além da consulta a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória.

Posteriormente, essa povoação foi rebatizada como o nome de Nossa Senhora da Glória, quando o padre Francisco Gonçalves Lima, primeiro capelão, trouxe o sino e uma imagem de Nossa Senhora da Glória, fundando a igreja matriz, a paróquia e tendo como padroeira a santa (Figura 52), como também, resolveram mudar o nome da povoação de Boca da Mata para Nossa Senhora da Glória, pois a maioria da população naquela época era católica.

Figura 52: Praça da Matriz com a imagem de Nossa Senhora da Glória, 2021



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2021

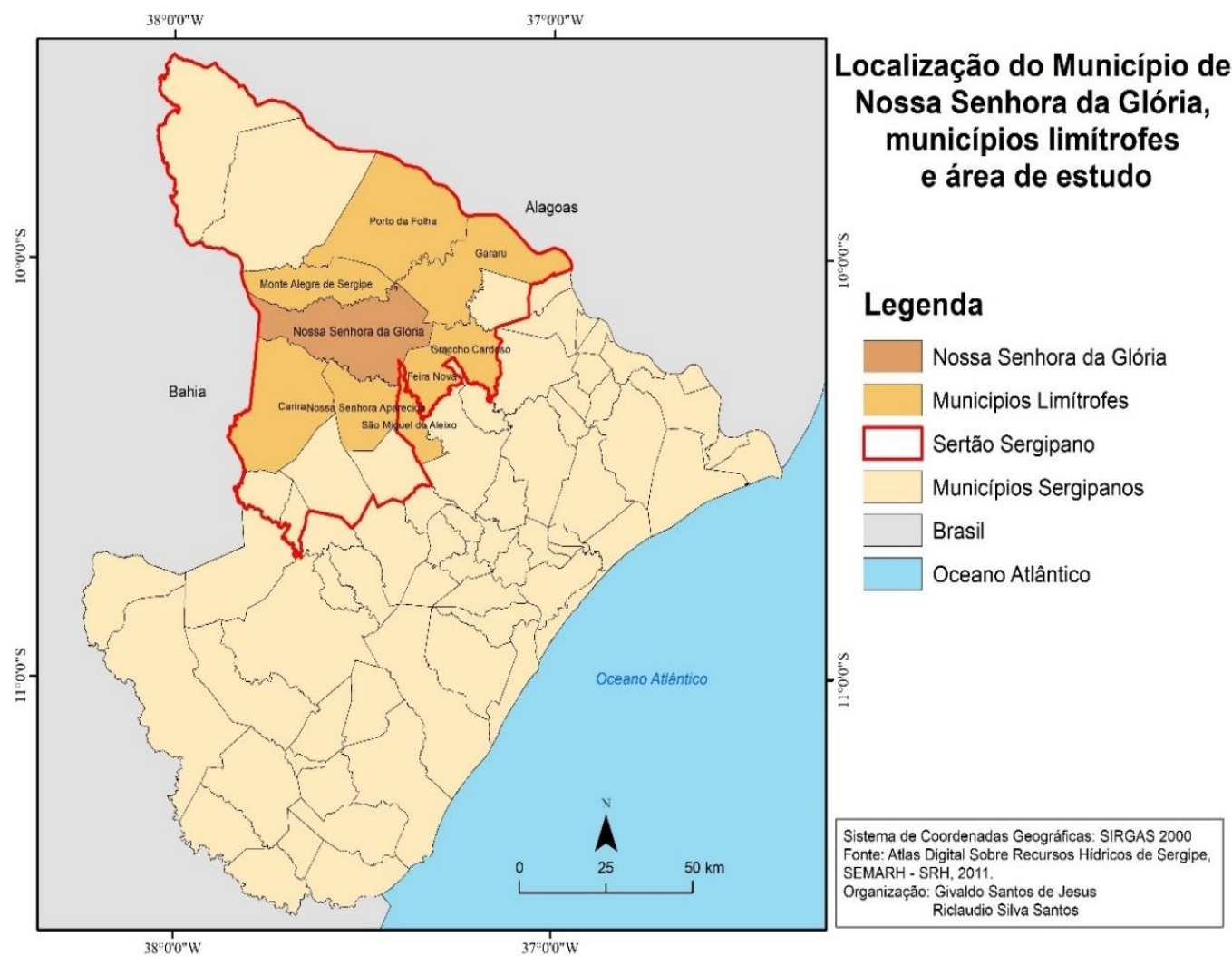
Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2021

Segundo Freire (2002), a evolução política do povoado Boca da Mata começou em 1922, quando passou a ser sede do 2º Distrito de Paz de Gararu, com a denominação de Nossa Senhora da Glória. Em setembro de 1928, passou à condição de vila desmembrada de Gararu e pertencente à Comarca de Capela. Em janeiro de 1929, a vila teve o seu primeiro intendente João Francisco de Souza, que construiu a prefeitura e foi eleito para o período de 1930-1934. Porém, o seu mandato foi interrompido pela Revolução de 1930. Alguns anos depois, a vila de Nossa Senhora da Glória, foi elevada à categoria de cidade, através do Decreto-lei estadual nº 69, de 29 de março de 1938.

Atualmente, o município de Nossa Senhora da Glória integra o território do Alto Sertão Sergipano, situado na região noroeste do estado, latitude sul 10°13'06" e longitude 37°25'13" ao oeste, e uma altitude de 291 metros. Apresenta uma área de 758,4 km², sua sede municipal

encontra-se no centro do território e possui 61 povoados. Encontra-se a 126 km de distância da capital do estado. Limita-se ao norte com os municípios de Monte Alegre de Sergipe e Porto da Folha; ao sul com Carira, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo; e ao leste com Gararu, Feira Nova e Graccho Cardoso; e a oeste com parte do município de Carira e com o estado da Bahia, como podemos observar no mapa 12, abaixo:

Mapa 12: Localização do município de Nossa Senhora da Glória, municípios limítrofes e área de estudo



Em relação aos aspectos naturais, sua hidrografia está inserida nas bacias hidrográficas do Rio São Francisco e a do Rio Sergipe, compondo ainda o Rio Capivara, São Domingos e riachos sazonais (Capivara, Monteté e Piabas – Bacia do São Domingos). Possui um clima megatérmico semiárido e apresenta temperatura média anual de 24,0° com precipitações pluviométricas com média anual de 702,4mm. Geralmente o período de chuvas ocorre entre os meses de abril e agosto, e o período seco de outubro a março (IBGE, 2000).

Seu relevo caracteriza-se por uma superfície pediplanada e dissecada, com formas do tipo colina e tabuleiros, e aprofundamento de drenagem muito fraco. O solo que predomina é do tipo Podzóico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico, Neossolos Litólicos e Planossolos Hápticos e Náuticos (EMBRAPA, 2005). A vegetação predominante é a caatinga, com predomínio das espécies xerófilas, que foram desmatadas quase na sua totalidade para a instalação de pastagens e nos dias atuais para a produção de milho, restando poucas áreas preservadas.

Quanto à população de Nossa Senhora da Glória (Tabela 6) a partir de 1980 tivemos um aumento considerável na população rural, urbana e total. Acreditamos que a presença dos movimentos sociais na luta pela terra tenha contribuído para esse aumento populacional no campo. Todavia, a partir de 1990, a cidade de Nossa Senhora da Glória iniciou um processo de expansão acelerado do setor urbano com a presença de órgãos públicos, indústrias e um comércio que vem se fortalecendo e atraindo a população da zona rural para a zona urbana, como também, de outros municípios circunvizinhos e de outros estados tanto para morar quanto para adquirir produtos e serviços em Nossa Senhora da Glória. Vejam que, de 1990 a 2010, tivemos crescimento considerável na sua população total, com destaque para o crescimento da população urbana e a população rural com pequeno crescimento.

No ano de 2010, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, a população total era de 32.497 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 43 habitantes por km². Os residentes na zona rural eram de 10.879 habitantes e da zona urbana de 21.618 habitantes, apresentando uma diferença de 10.739 habitantes entre a zona rural (33,4%) e a zona urbana (66,6%), onde se concentra a maior parte da população.

Tabela 6: Município de Nossa Senhora da Glória-População Total, Urbana e Rural (1970, 1980, 1990, 2000, 2010)

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1970	13.716	3.116	10.600
1980	20.432	8.076	12.356
1990	23.478	13.675	9.803
2000	26.910	17.137	9.773
2010	32.497	21.617	10.883

Fonte: Censos Demográficos: 1970, 1980, 1990, 2000, 2010.

Organização: Givaldo Santos de Jesus

A estimativa da população total para o ano de 2018, segundo o IBGE é de 36.924 habitantes, com uma densidade demográfica de 48,8 hab./km². É um dos municípios mais populosos do estado e uma das maiores economias, destacando-se como um polo regional. Para Rodrigues (2015), o município de Nossa Senhora da Glória, desde a sua emancipação política, tem no setor agropecuário o seu fator de crescimento econômico e social. E, no decorrer do tempo, ocorreu crescimento dos setores secundário e terciário, e tornando-se um polo administrativo do sertão, pelo seu crescimento agropastoril, industrial e comercial (Figura 53).

Figura 53: Centro comercial de Nossa Senhora da Glória – Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

O crescimento econômico e urbano de Nossa Senhora da Glória também é percebido nas narrativas da população sertaneja que sempre recorre a esta cidade para adquirir produtos no comércio local, nas feiras-livres e resolver questões pessoais e comunitárias nos órgãos administrativos do setor público e privado. Além disso, temos a centralização das agroindústrias, fábricas de móveis, materiais de construção, supermercados, lojas de roupas, oficinas mecânicas, postos de gasolina, hotéis, farmácias, entre outras, que tem gerado emprego e renda. O senhor João Alves dos Santos, em seu depoimento, define a cidade de Nossa Senhora da Glória, como:

[...] Uma cidade organizada. Você não ver muita gente miserável. De primeiro você chegava na prefeitura e estava assim de gente atrás do prefeito. E hoje na cidade ou quem vem dos povoados ou outra cidade todo mundo tem seu empregozinho da prefeitura ou das fábricas de leite. É de 30 anos pra cá que vem crescendo e hoje Glória tem de tudo. Agora, avé Maria, se não fosse o leite e a roça, o milho, tudo era mais difícil. [...] ²¹³

Na verdade, o título de Nossa Senhora da Glória, como a capital do sertão é defendido pela maioria dos sertanejos por ser uma cidade que reúne várias atividades administrativas, comerciais e culturais necessárias à população sertaneja no seu cotidiano, que procura a cidade para resolver questões bancárias, solicitar na prefeitura melhorias para os povoados, emprego, fazer compras, consultas médicas, etc. O senhor Carlos Soares de Menezes, em seu depoimento, ao perguntarmos se Glória era a capital do sertão, ele respondeu:

O povo tem o costume de dizer que Glória é a capital do sertão. Oi Aracaju é a capital de lá da praia. E Glória se você pegar hoje eu estou quase concordando com isso. É que quando você chega lá tem muitas coisas. Tem empresas, tem não sei o quê, não sei o quê. Glória se você chegar e não tiver uma coisa em Glória, se brincar em Itabaiana também não tem. Então, é assim, é, é a capital do sertão ²¹⁴.

A senhora Terezinha da Conceição Matos, em seu depoimento, nos chamou a atenção para dois fatores importantes para entender o crescimento de Nossa Senhora da Glória, que não foram citados nos depoimentos anteriores. O primeiro é a presença dos assentamentos no sertão,

²¹³ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Fortaleza – Nossa Senhora da Glória-Se, 08/03/2020.

²¹⁴ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

que mesmo com a sua pequena produção individual de leite, de milho e frutas e hortaliças nas áreas irrigadas, quando somadas e investidas nos municípios vizinhos e principalmente em Glória, promove o crescimento da região. Sendo esse crescimento mais acentuado em Nossa Senhora da Glória, que inclusive recebe o título de capital do sertão e do leite, destacado no portal da entrada da cidade (Figura 54), como podemos observar logo abaixo.

Figura 54: Portal da entrada de Nossa Senhora da Glória- Se, 2021



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2021

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2021

Outro fator apontado pela depoente foi a feira-livre. Pois as feiras livres no sertão têm crescido em todos os municípios e a de Nossa Senhora da Glória (Figura 55) é a maior da região. Ela começa na sexta-feira à tarde e termina no final da tarde do sábado. A feira atrai feirantes e comerciantes de várias cidades sergipanas, de Alagoas e Bahia. É comercializado uma grande variedade de produtos e serviços prestados à população do sertão, de municípios do agreste e também de cidades do estado de Alagoas.

Figura 55: Feira de Nossa Senhora da Glória-Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

A feira de Nossa Senhora da Glória é uma das mais importantes e movimentadas do estado. Para Oliveira (2010), a feira, além da comercialização dos produtos e prestação de serviços, representa um ponto de encontro semanal entre feirantes e consumidores com uma cultura dinâmica, mistura de cheiros e sabores típicos da região e de outros lugares trazidos pelos feirantes e consumidores de diversos municípios. É uma feira onde se encontra roupas, calçados, verduras, comidas caseiras, animais vivos e abatidos, cerâmica, artigos de couro, artesanato, etc., expostos em botecos de madeira e de ferro por toda a sua extensão, no Mercado Municipal e no Ceasa. O público da feira é diverso, multifacetado e difuso, representando um dinamismo econômico, social e cultural. A senhora Helena Freitas dos Santos, agricultora e feirante, em seu depoimento, revela o cotidiano da feira de Nossa Senhora da Glória:

A feira de Glória é muito boa. Vendi roupa muitos anos e foi difícil para deixar de vender. Fiz muita freguesia e que todos os sábados acabava vendo as pessoas que se tornaram amigas. As bancas de frito com comidas muito gostosas, o povo circulando entre as bancas, comprando, vendendo, conversando. Era é muito movimentada. Uma alegria só. Na feira de Glória tem de tudo: roupa, comida, bebida, artesanato, música. Não falta nada. Até missa na igreja matriz dia de feira tem. A feira de Glória é muito animada²¹⁵.

²¹⁵ Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis-Se, 22/10/2020.

Na verdade, a feira tem toda uma dinâmica, pois, além de proporcionar a compra e venda de produtos, gera emprego e renda. Em um estudo realizado por Gois e Santos (2014), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Campus Sertão em Nossa Senhora da Glória, revelou a composição do emprego formal nos setores da agropecuária, indústria e comércio, com o objetivo de direcionar os cursos desta instituição, que também serviu para o Campus sertão da Universidade Federal de Sergipe, direcionar os cursos para atender as necessidades do mercado de trabalho da região. Então, direcionaram os cursos técnicos e superiores, principalmente para o setor agropecuário. Estas instituições além das escolas estaduais e municipais, têm um papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e cultural do sertão sergipano.

No setor industrial, vale destacar o Distrito Industrial de Nossa Senhora da Glória, criado em 2008, com incentivos do governo do Estado onde estão instaladas a Indústria de Colchões e Estofados Glória Ltda, a Mareluc e a JF Produtos Higiênicos. Nesse setor, ainda temos as indústrias de beneficiamento do leite como a Natville, Natulac e Betânia, que tem gerado milhares de empregos diretos e indiretos para a população de Glória, da região e de outros estados.

O comércio também é um setor dinâmico em Nossa Senhora da Glória e proporciona emprego e renda. Segundo o IBGE, no ano de 2018, a média salarial mensal era de 1,9 salário mínimo, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 15,3%. Vale destacar o grande número de farmácias, lojas de roupas, eletrodomésticos, informática, material de construção, produtos agropecuários, hotéis, lanchonetes, bares, pizzarias, postos de gasolina, supermercados, entre outros. Tanto o setor industrial quanto o comercial têm atraído os jovens dos povoados para viver na cidade. Porém, o número de habitantes da zona rural tem apresentado um pequeno crescimento.

Todavia, o setor agropecuário é o mais dinâmico, e a produção de milho, de leite atrelada às políticas públicas, principalmente o acesso à terra, tem gerado ocupação e renda no campo, evitando o êxodo rural e migrações para outros estados, como mostra o senhor João Alves dos Santos, morador do Assentamento Fortaleza, em Nossa Senhora da Glória:

Ainda tem gente que vai trabalhar em São Paulo, Mato Grosso nas roças de algodão, Laranja, soja e outros fazendo barragem pra produzir energia. Mas só vai quem não tem nada. Quem tem um pedaço de terra e planta uns pés de milho, palma pra fazer ração e umas vaquinhas para tirar o leite não sai do

sertão. Nem vai pra São Paulo, nem morar em Glória. Quem produz o leite no sertão não fica rico, mas tem o sustento garantido aqui mesmo no sertão²¹⁶.

Nas entrevistas, ao perguntarmos aos agricultores familiares que moram no sertão se nas últimas décadas ocorreram melhorias nas condições de vida, as respostas foram que o acesso à terra, a produção de leite e algumas políticas públicas como Pronaf, Agroamigo, bolsa família, aposentadoria rural ajudaram a melhorar as condições das famílias e mantendo-as no campo. Essas melhorias podem ser observadas a partir da Figura 56, logo abaixo, que revela melhoria significativa na habitação do senhor Antônio Eloy Santana, que mora em sua pequena propriedade no povoado Monte Santo, em Monte Alegre de Sergipe.

Figura 56: Nova e antiga casa de morada do Senhor Antônio Eloy Santana, povoado Monte Santo, em Monte Alegre de Sergipe, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2020

Na verdade, o agricultor familiar só investe na casa de morada quando ele organiza toda a propriedade, que é o que garante a sua sobrevivência. Primeiro investe na produção agrícola, no pequeno criatório, cercas, tanques e cisternas para captação de água das chuvas. E por fim, na casa de morada. Essas melhorias são observadas em todo o sertão sergipano. Antes dos assentamentos, andar pelo sertão era muito solitário, pois dificilmente encontrava uma

²¹⁶ Entrevista concedida ao autor. Assentamento Fortaleza – Nossa Senhora da Glória-Se, 08/03/2020.

povoação ou casa de morada nas pequenas propriedades. As sedes das fazendas eram distantes uma das outras em função da concentração de terras. Hoje a situação do campo melhorou. O sertão está mais povoado e a população melhor distribuída. Como também, melhoraram as condições de vida da população sertaneja em relação ao passado.

Portanto, o desenvolvimento econômico social e cultural de Nossa Senhora da Glória representa os avanços ocorridos no sertão sergipano, principalmente pelo crescimento do setor agropecuário, que tem proporcionado a permanência do homem do campo na zona rural e melhorado as condições de vida. Nossa Senhora da Glória é considerada a capital do sertão e do leite por ser uma cidade polo e reunir uma série de serviços e produtos, atendendo as necessidades da população sertaneja, que movimenta seus recursos gerando crescimento, emprego e renda para Nossa Senhora da Glória, desencadeando um crescimento acelerado nas três últimas décadas.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não queira. [...].

João Guimarães Rosa

Grande sertão: Veredas, 2020.

A proposta definida nesta tese de estabelecer uma relação interdisciplinar entre a Geografia e a História para entender o espaço rural do sertão sergipano nos remete ao processo de crescimento desses dois campos do saber a partir do desenvolvimento da ciência moderna e do avanço epistemológico tanto da Geografia quanto da História. Na verdade, esses dois campos do saber desenvolveram-se juntos desde a Antiguidade Clássica e, somente no século XIX, passou a ter um conhecimento definido e organizado a partir do surgimento da chamada Corrente de Pensamento Positivista.

Durante o processo de desenvolvimento dessas duas ciências ocorreram aproximações e distanciamentos, e no século XX as fronteiras disciplinares tornaram-se paralisantes, como se cada ciência vivesse em uma bolha sem contato, sem diálogo de uma com a outra. Foi nesse momento que os diálogos interdisciplinares ganharam destaque, mas ainda é preciso que as experiências entre a Geografia e a História avancem na construção de novas narrativas. Os historiadores assim como os geógrafos podem utilizar e devem se aproximar inclusive de outras ciências, como a Literatura, que fornece informações valiosas sobre os lugares e épocas passadas.

Hoje, observamos também que internamente em cada ciência existem divisões disciplinares e fronteiras bem demarcadas como na Geografia que se divide em Geografia econômica, política, física, cultural, etc. Essas fronteiras causam distanciamentos e prejudicam o próprio desenvolvimento da ciência geográfica. Internamente também é preciso quebrar com essas fronteiras na produção do conhecimento com novas narrativas observando a totalidade do objeto de estudo.

Nesta pesquisa procuramos flexibilizar as fronteiras disciplinares, onde a Geografia e a História passaram a trabalhar em conjunto, contribuindo de forma específica na análise do objeto de estudo. O fato de flexibilizar as fronteiras não significa afirmar que a ciência deixa

de existir, perder sua identidade. Dentro do seu campo do saber, ela contribui com a outra ciência aumentando a percepção e o entendimento do pesquisador. Na Geografia o projeto interdisciplinar mais fecundo é a Geografia Histórica por ponderar os dois campos do saber.

Na verdade, na análise histórica e/ou geográfica não tem como separar o tempo do espaço e vice-versa. A Geografia necessita da História tanto quanto a História precisa da Geografia em suas abordagens, pois o espaço e o tempo são as categorias centrais de análise desses dois campos do saber e são inseparáveis. A História é entendida como o tempo da sociedade, o espaço é a materialidade dos seres e as suas relações e disposições recíprocas. Então, tempo e espaço são indissociáveis porque tudo ocorre nessas dimensões. Para Vesentini (2010), uma sociedade não está apenas no espaço. Ela é quem constrói, (re) organiza, (re) produz constantemente seu espaço. O espaço não é algo estático. Ele é dinâmico, resultado de ações e reações de lutas que mudam, conservam ou (re) produzem as coisas.

Nesta tese, o espaço foi recortado em região e definimos o sertão sergipano como a nossa “região de estudo” com o objetivo de aumentar a “lente” do pesquisador e perceber com maior profundidade as contradições do espaço rural do sertão sergipano. Segundo Haesbaert (2010), regionalizar significa recortar uma parte do espaço e traçar linhas, mesmo tendo a dificuldade de se orientar em um mundo marcado pela desordem do que pela ordem e o fortalecimento dos vínculos territoriais. Adotamos a categoria região não como uma unidade da diversidade, mas como um produto da homogeneização a partir de forças que dominam outros espaços regionais, e por isso, ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. E o sertão não se limita a um lugar geográfico, mas compreende também como um lugar social e cultural.

Ainda para o autor, a análise regional consistente deve levar em consideração tanto o campo da produção material quanto o das representações simbólicas, tanto na dimensão da funcionalidade quanto do vivido. Na definição de uma região deve-se levar em consideração as características da natureza, cultura e dos habitantes que distinguem e que podem ser usados nos discursos das ciências, que diferenciam uma região da outra, que excluem determinados elementos e incluem outros, possibilitando nomear e simbolizar o espaço.

Segundo Mendes (2009), as memórias e as representações sociais estão repletas de signos e referências geográficas tendo a Geografia muito que contribuir no resgate da memória e da História. E, em nosso estudo sobre o sertão sergipano, as memórias foram resgatadas por meio da História Oral, que traz novas perspectivas para os pesquisadores que estudam temas

contemporâneos e que muitas vezes precisam de fontes variadas e que podem ser inter cruzadas com fontes escritas para atender os objetivos da pesquisa, por exemplo, como em nosso caso com Jornais de época, Mensagens de governo e os Censos agropecuários. Segundo Pollak (1992), a memória é uma construção feita no presente a partir da vivência no passado, individual e coletiva porque estamos sujeitos às influências dos grupos a que pertencemos.

Atualmente vivemos um período de “esquecimento da memória” e da História, principalmente dos grupos dos excluídos, anônimos da História, servindo como forma de dominação. Quem não conhece o seu passado, dificilmente compreende o presente. E acaba reforçando os interesses de dominação da classe dominante. É preciso entender também que a memória antecede a História, aberta a dialética lembrança/esquecimento e sujeita a manipulações. E na construção do conhecimento histórico, é preciso fazer uma análise crítica dos fatos por meio de métodos e técnicas científicas. É justamente essa memória que se torna conhecimento histórico, que contribui para a Geografia conhecer e explicar o espaço geográfico de uma forma ampliada e consistente.

Nos estudos do mundo rural, merece destaque a História rural, modalidade que, para Neves (2016), reúne a História da Agricultura com a História Agrária, permite-nos conhecer as forças produtivas e a estrutura social do meio rural. Nessa perspectiva, o resgate dos estudos clássicos são importantes para compreender as transformações que ocorreram no mundo rural em tempos pretéritos. Conhecer a atuação dos sujeitos sociais no tempo e no espaço ajudam a explicar as mudanças, permanências e contradições no espaço rural do mundo atual.

O sujeito principal desta pesquisa foi denominado pela Sociologia rural de “lavrador”, camponês e, por último, o Estado institucionalizou com o termo agricultor familiar. Entre os agricultores entrevistados e nas visitas *in loco* às pequenas propriedades e assentamentos de reforma agrária e do banco da terra no sertão sergipano, identificamos que a maioria dos agricultores intitula-se de agricultor familiar. Até mesmo porque, para ter acesso às políticas públicas, os órgãos governamentais exigem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) dos agricultores. Os bancos e órgãos do governo não reconhecem o termo camponês em função de o termo agricultor ser institucionalizado por lei.

Todavia, não se pode negar a história e luta do campesinato em tempos pretéritos. Por isso é que alguns ainda se intitulam de lavrador e outros de camponeses, embora na instituição financeira afirmam ser agricultores familiares para ter acesso às políticas públicas. Entre esses

agricultores, a definição de camponês é encontrada nos assentamentos de reforma agrária. Mas na sua maioria o termo agricultor familiar prevalece, mesmo nesses assentamentos.

No sertão sergipano encontramos um sertanejo que busca no semiárido alternativas de sobrevivência. E por meio de suas narrativas definem o sertão como uma “região seca”, domínio da vegetação de caatinga que ainda enfrenta discriminações e descasos por parte dos governantes. É uma região produtiva que precisa ser conhecida institucionalmente para superar os obstáculos que a natureza e o próprio homem impõem por meio da chamada “indústria da seca”. A questão da falta de chuvas é um tema central no sertão, como também, o sertanejo é enaltecido como forte, honesto e trabalhador. Apesar de encontrar algumas narrativas pejorativas em que definem parte dos sertanejos, principalmente os assentados de reforma agrária rotulados de “preguiçosos”, como uma forma preconceituosa de combater a reforma agrária. Não se analisa as condições socioeconômicas dos assentados em uma região semiárida que precisa da presença regular do Estado e da implementação de políticas públicas.

Na verdade, a terra dá autonomia ao sertanejo para conviver em uma região castigada pelas secas, rica em suas crenças, costumes e tradições. As dificuldades de viver em uma região do semiárido reforça a fé e as práticas religiosas. Então para explicar o sertão e o sertanejo, temos que ir além da sua materialidade (seca, produção, lucro, perdas). É preciso compreender as contradições tanto do campo material quanto do simbólico, ou seja, da cultura material quanto da imaterial. Esses dois campos, quando estudados juntos e suas fronteiras flexibilizadas, têm muito a nos contar sobre o sertão e o sertanejo na sua totalidade.

Ato contínuo, um dos maiores problemas do sertão sergipano continua sendo a concentração fundiária, revelada nesta pesquisa por meio do Índice de Gini. Entre os anos de 1985 a 2006, período que compreende a intensificação da luta pela terra e a implantação dos assentamentos rurais, não ocorreu grandes mudanças nos índices de concentração fundiária. Mesmo assim, temos resultados positivos com esse processo de desconcentração de terras. Vale destacar que os municípios sertanejos que ocorreram maiores diminuições nos índices de Gini foram: Canindé do São Francisco, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Feira Nova, sendo os municípios de Canindé e Poço Redondo foram os que apresentaram os maiores índices de desconcentração fundiária em função da implantação dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Por outro lado, a concentração fundiária tem suas raízes históricas, desde o processo de colonização do Brasil. Em Sergipe, a região da Cotinguiba foi tomada pelos canaviais, o

agreste pela policultura, embora com uma crescente concentração fundiária e, no sertão nossa área de estudo com a implantação da propriedade pecuarista. No século XIX, vale destacar as famílias Britto e Feitosa, que possuíam verdadeiros latifúndios no sertão sergipano. Já na primeira metade do século XX, destacam-se a família Carvalho, de Serra Negra, que possuía grandes propriedades de terras no sertão da Bahia e de Sergipe. E, na segunda metade do século XX muitas propriedades já tinham mudado de proprietários. Vale destacar o domínio de Antônio Leite, que possuía dez propriedades e um total de 12.121 hectares de terra, que equivale a 40.000 tarefas de terras, sendo a mais relevante a Barra da Onça, uma fazenda com 26.000 tarefas, no município de Poço Redondo. Os ganhos dessas propriedades vinham principalmente da criação de gado, a terra gerava poder político e prestígio social, tornando-se verdadeiros redutos de coronéis.

Nos jornais de época, como a Cruzada e a Defesa encontramos denúncias frequentes sobre a concentração fundiária em Sergipe e o abuso de poder por parte desses coronéis proprietários de terras, sendo necessário realizar a reforma agrária em Sergipe. E para compreender a luta pela terra, obrigatoriamente temos que entender a atuação da igreja católica, que tinha atuação dúbia: de um lado da história, encontrava-se o bispo da Diocese de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, da ala conservadora da igreja, ligado aos políticos e a elite latifundiária. Defendeu a distribuição de terras através de aquisição junto a cooperativas de pequenos agricultores, governo do estado e Incra. Adquiriu algumas propriedades e transformou-as em colônias agrícolas, fazendas comunitárias e assentamentos, com o objetivo de assentar trabalhadores rurais sem terra para barrar a reforma agrária via luta camponesa, entendida por essa parte da igreja como “comunista” e que deveria ser combatida pela igreja.

Do outro lado da igreja católica, tivemos a atuação do Bispo da Diocese de Propriá, Dom José Brandão de Castro, da ala progressista da igreja, que mediou a luta pela terra entre os trabalhadores e o governo. E através da Pastoral da Terra e dos sindicatos dos trabalhadores rurais mobilizou e organizou os trabalhadores sem terra nas desapropriações de alguns latifúndios improdutivos em Sergipe. A primeira ocupação organizada pela igreja no Sertão sergipano foi na fazenda Barra da Onça, de propriedade de Antônio Leite. Os trabalhadores e os agentes da pastoral da terra sofreram perseguições, agressões e prisões. Depois de muita luta conseguiram a desapropriação no ano de 1986. Somente em 1987, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passou a conduzir a luta pela terra em Sergipe, com a participação de membros da Pastoral da Terra que fizeram parte da primeira formação do MST

em Sergipe como o Frei Raimundo, Frei Roberto, entre outros, e membros dos sindicatos rurais da região.

Logo de início, o MST ocupou o alojamento da Usina Hidrelétrica de Xingó como forma de protesto e depois a fazenda Cuiabá, de propriedade ainda da família Britto. Segundo dados do DATALUTA Sergipe (2013) entre os anos de 1997 e 2009, foi ocupado e implantados o maior número de assentamentos de reforma agrária em Sergipe. Entre os anos de 1982 e 2013, foram implantados 215 assentamentos rurais, ocupando uma área de 181.926 hectares. Os municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco concentram o maior número de assentamentos e famílias assentadas em Sergipe. Vale destacar que as formas de acesso à terra no século XX ocorreram pela compra, herança e luta pela terra por parte dos movimentos sociais e também por áreas financiadas pelo Banco da Terra.

Para viver no sertão além do acesso à terra, é preciso aprender a conviver com as secas regulares e a vegetação de caatinga. Entender que o fator climático é também um produto político, ideológico e social, que atinge os mais pobres e favorece a elite política e latifundiária. No sertão sergipano temos as menores precipitações pluviométricas do estado, entre 600 mm e a 800mm e uma média de oito meses secos durante o ano. Geralmente as chuvas começam em abril e terminam em junho.

As grandes secas ocorridas no sertão sergipano em tempos pretéritos foram registradas nos jornais de época, nas Mensagens de Governo e, principalmente, na memória dos sertanejos que as vivenciaram de forma individual e coletiva. Nas entrevistas foram relatadas as secas de 1965, 1970, 1983 e 1993, como sendo as maiores e entre elas ocorreram anos de secas seguidas uma das outras. Nesses relatos encontramos as dificuldades vividas pelos sertanejos e as ações do governo como a distribuição de água através de carros pipas, cestas básicas, criação de frentes de trabalho, construção de poços artesianos, açudes e barragens com a barragem da Pedra Grande, no município de Nossa Senhora da Glória, entre outras. Apesar de algumas barragens terem a água salobra, elas são importantes para a convivência dos sertanejos com as secas. Além de fornecer água para o gado beber, o peixe encontrado nessas barragens foram de grande importância como fonte alimentar nos períodos das secas mais severas.

No semiárido, a convivência com a seca é desafiadora, principalmente para os sertanejos que possuem pequenas propriedades e assentados de reforma agrária que não têm acesso à irrigação, pois, esses trabalhadores precisam do clima favorável para produzir e guardar parte da produção para garantir a sobrevivência da família e alimentação para os

animais. Um dos principais problemas desses pequenos proprietários de terra é que não possuem capital suficiente para garantir estruturas de convivência com as secas como tanques, cisternas, barragens, entre outras para a captação de água das chuvas.

Para sobreviver no sertão, também é preciso desenvolver algumas estratégias de produção das atividades agropecuárias, como a plantação de palmas forrageiras, de milho para silagem, captação de água, entre outros, que garantam a sobrevivência do rebanho bovino, ovelhas, aves e principalmente do gado leiteiro, que tem sido a principal atividade econômica dos agricultores familiares. O Estado, ao longo do tempo, tornou-se importante com o desenvolvimento de algumas políticas públicas, construindo estruturas de convivência com a seca como açudes, barragens, cisternas, liberação de financiamentos bancários, incentivo ao melhoramento genético do rebanho bovino, assistência técnica, entre outros. Todavia, o Estado sempre age de forma tardia e pontual, não atendendo a maioria da população necessitada.

Durante o período estudado foi revelado nas entrevistas e confirmado nos censos agropecuários que a força de trabalho familiar predomina nos estabelecimentos agropecuários. A família é formada por membros que são divididos entre trabalhadores e consumidores, criando uma dinâmica interna do volume e da intensidade da força de trabalho utilizada e que garante a produção e a reprodução das unidades familiares (CHAYANOV, 1974).

Na maioria das pequenas unidades, os agricultores familiares têm as mesmas dificuldades de atender as necessidades da família em função da terra que possuem não ser suficiente. Devido a isso, acabam recorrendo a outras estratégias de sobrevivência, como trabalhar no alugado alguns dias da semana nas médias e grandes propriedades em atividades agropastoris e em atividades não agrícolas nas comunidades rurais como moto táxi, pedreiro, carpinteiro, pequenos comércios, etc. Outra fonte de renda que tem importância no meio rural é a aposentadoria rural e o programa de transferência de renda Bolsa Família, sendo esta última uma renda complementar. O trabalho temporário ocorre na atividade agrícola, principalmente durante o período de plantio e colheita do milho. O trabalho permanente ocorre principalmente na ordenha do leite de vaca e poucos trabalhadores têm carteira assinada. Nessa atividade, como na produção agrícola, prevalece o contrato de trabalho informal.

No sertão, nas unidades de produção familiar, existe uma divisão nas tarefas e todos os membros do grupo familiar participam. O pai é o chefe da família e o que organiza a distribuição dos processos de trabalho na propriedade. Embora em algumas propriedades encontramos a matriarca do grupo que desempenha essa função. Os trabalhos mais pesados,

como cuidar da pastagem, do gado e do leite é de responsabilidade do pai e dos filhos adultos. Já o beneficiamento do queijo, cuidar de porcos, galinhas, ovelhas fica a cargo das mulheres e idosos, que também cuidam dos trabalhos domésticos, ajudados pelas crianças maiores. Todavia, no período de plantio e colheita, todos desempenham as funções necessárias para a produção e reprodução das unidades familiares.

Outro aspecto importante observado nas pequenas unidades de produção são as técnicas de produção, que são passadas de geração a geração, e continuam sendo preservadas, como guardar sementes de uma safra para outra, o plantio consorciado de milho e feijão, o modo de produzir o queijo, a técnica manual de tirar o leite, a observação da lua para definir o melhor dia de plantio, entre outros. Entretanto novas práticas estão sendo incorporadas e avançando cada vez mais no sertão em função do processo de modernização e do agronegócio do milho.

A produção agropecuária no sertão sergipano conheceu processos de ascensão e crise dos ciclos de produção no período estudado. Sua compreensão é importante para explicar os aspectos materiais de sobrevivência e o modo de vida da população sertaneja. Na história da agricultura do sertão sergipano encontramos como produtos principais a mandioca, o algodão, o feijão e o milho, que no passado era produzido pelos pequenos produtores com o objetivo de garantir a sobrevivência das famílias e pelos médios e grandes proprietários de terras para a ração animal e para comercializá-lo.

A mandioca com a ulterior produção da farinha esteve presente na maioria das propriedades do sertão sergipano e conheceu momentos de crescimento em função da sua importância nutricional tanto para o ser humano quanto para a animais com a produção de ração. Nos censos agropecuários do período estudado, em alguns municípios do sertão não consta dados da produção de mandioca porque a produção era pequena. Mas nos relatos dos sertanejos encontramos a presença e a importância da mandioca em toda a região. Ela conheceu o momento de crise devido às secas e à falta de uma cadeia produtiva organizada, chegando a diminuir drasticamente sua produção na maioria dos municípios sertanejos.

O algodão foi um produto muito importante para o estado de Sergipe, nos séculos XIX e XX, adaptou-se e consolidou-se na região do semiárido. Atendeu demandas dos Estados Unidos e do mercado interno brasileiro e sergipano. Era uma produção concentrada na sua maioria nas unidades de produção familiar e em áreas arrendadas nas grandes fazendas. Com uma técnica de produção de baixo rendimento, entrou em crise em função do avanço da

pecuária, face a ausência de incentivos financeiros e à praga do bicudo que acabou dizimando a produção em 1970. Toda a sua produção era comercializada nos vapores e principalmente nas feiras livres aos atravessadores que ficavam com a maior parte dos lucros. Mesmo assim, gerou renda e garantiu a sobrevivência do sertanejo.

Com a crise do algodão, o feijão tornou-se o principal produto agrícola cultivado no sertão, que de agricultura de subsistência passou a ser produzido na maioria das propriedades com o objetivo de comercialização em cadeia curta que, por ter um ciclo curto de produção, adaptou-se bem ao semiárido. O crescimento da produção ocorreu a partir da década de 80 e seu declínio começou a partir de 2006, devido a falta de uma cadeia produtiva organizada e o avanço da produção de milho no sertão.

Depois do feijão, a produção de milho avançaria e modificaria a paisagem sertaneja. As pastagens estão sendo substituídas pelas roças de milho, chamados pelos sertanejos de “ouro do sertão”. Um produto que também era de subsistência passou a ser produzido em larga escala para atender o mercado externo (EUA e China) e principalmente o mercado interno. Esse cereal é fundamental para nutrição animal e para a indústria alimentícia. A produção de milho no sertão expandiu-se a partir de 1995 e permanece aumentando a sua produção em grande escala até os dias atuais, estendendo-se para todas as regiões agrícolas do estado de Sergipe. A crise do milho ocorre nos anos que as secas são severas quando a perda da produção chega a 80% na região do semiárido.

Já a pecuária ainda é muito forte no sertão sergipano desde a colonização. O bovino era criado solto na caatinga e com baixa rendimento. A partir de investimentos por parte do Estado em políticas públicas ocorreram o melhoramento genético e o crescimento do rebanho bovino de corte e depois o de leite. Observando alguns municípios da Rota do Sertão, encontramos nos censos agropecuários de 1960 a 2017, crescimento e crise do rebanho de corte, que perdeu espaço para o gado de leite em função do crescimento da bacia leiteira, principalmente para a produção do milho, que reduziu bastante as pastagens para o gado. Hoje, como exemplo dessa realidade, podemos citar o município de Nossa Senhora Aparecida, onde o rebanho bovino que teve o seu maior crescimento em 1980 com cerca de 30.000 cabeças de bovinos caiu para quase 10.000 cabeças em 2017.

Diante do crescimento e crise da produção agropecuária no sertão sergipano, temos que observar o processo de modernização que ocorrera de forma desigual e excludente no Brasil a partir de 1960. E em Sergipe avançou a partir de 1970, provocando mudanças significativas

nas formas de produção. Essas mudanças estão gravadas nas memórias dos sertanejos representadas nos instrumentos dos trabalhadores que mostram a desigualdade do processo de modernização e produção. Defendemos nesta tese que cada propriedade rural, seja ela pequena ou grande, é um museu a céu aberto, pois, encontramos os instrumentos de trabalho espalhados pelas propriedades, mostrando a mecanização e o avanço tecnológico desses instrumentos que nos faz reavivarmos a memória sobre o passado e perceber as mudanças e permanências do processo produtivo no sertão do tempo presente.

O Estado é fundamental no processo de desenvolvimento e, no Brasil, na segunda metade do século XX, ocorreram mudanças significativas por meio de políticas públicas com o objetivo de promover o desenvolvimento do Estado brasileiro, orientadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Algumas das teorias de desenvolvimento da época, foram incorporadas pelo governo brasileiro, que começou a desenvolver planos econômicos com o objetivo de promover o crescimento econômico, mas não observaram as peculiaridades de cada região e os planos acabaram gerando um desenvolvimento desigual entre as regiões.

Para o meio rural, a teoria dos Polos de Crescimento de François Perroux foi adaptada e, no lugar dos Polos Industriais, criaram polos rurais centralizados enquanto o Estado passava a criar vários programas regionais com o objetivo de promover o desenvolvimento e diminuir as disparidades no meio rural. É nesse momento que foram criados o Proterra, Polonordeste, Projeto Sertanejo, entre outros. Vale destacar também a criação da SUDENE e de órgãos estaduais que atuaram na implantação desses projetos em seus estados.

No estado de Sergipe, encontramos informações sobre a implantação desses projetos nas Mensagens de Governo, jornais de época e nas memórias dos atores sociais que vivenciaram esse período. No sertão, destacam-se, além de ações dos projetos citados anteriormente o projeto Chapéu de Couro, que possui forte referência e lembrança dos sertanejos que foram atendidos por esses projetos nas décadas de 80 e 90. A maior parte das ações desses projetos concentraram-se na liberação de recursos financeiros, incentivo à produção de forragens, silagem, melhoramento genético, construção de açudes, barragens, aguadas, poços artesianos, cisternas, operação carro-pipa, distribuição de cestas básicas entre outras com o objetivo de amenizar os problemas gerados pelas secas e promover o desenvolvimento da região do semiárido. Em todos esses projetos foram investidas somas de recursos elevados e parte das ações desses projetos acabaram desenvolvendo a pecuária e aumentando a concentração fundiária, sendo os grandes proprietários os maiores beneficiados dessas ações governamentais.

O projeto Chapéu de Couro merece alguns destaques, foi implantado em duas fases (1983-1987 e 1991-1994). Na sua primeira fase, foram investidas somas elevadas de recursos públicos em ações executadas por órgãos estaduais como a SUDAP, EMATER, COMASE e COHIDRO. As principais ações concentraram-se na melhoria de arborização e de pastagens, ovino-caprinocultura, assistência técnica, construção de cisternas, distribuição de cestas básicas, perfuração de poços artesianos, construção de aguadas, barragens, frentes de trabalho, entre outros. Na segunda fase desse projeto, que ocorreu com menos impacto, investiu em pavimentação de estradas, eletrificação rural, construção de barragens, cisternas, poços artesianos e irrigação nos projetos de irrigação Califórnia e Jacaré-Curituba.

Nas duas fases desse projeto percebemos as grandes somas de recursos públicos investidos em obras mal planejadas e executadas, onde na maioria apresentaram problemas na sua estrutura com vazamentos nas cisternas e barragens. Mas as grandes somas de recursos públicos em poços artesianos merecem destaque. Pois, na sua maioria, só encontraram água em grande profundidade e salobra. Todavia, houve uma insistência dos governos em cavar os poços ao invés de investir em canais de irrigação das águas do Rio São Francisco, solução apontada na década de 80 como sendo a mais viável por estudos técnicos e cobrada por Dom José Brandão de Castro, como consta em várias edições e matérias do jornal A Defesa, daquela época.

Mas foi, a partir do projeto Chapéu de Couro que foi construída a imagem do João Chapéu de Couro, o João da Água. Ele é lembrado por muitos em suas memórias como o melhor governador de Sergipe. Por causa disso João Alves Filho conseguiu projetar o Partido da Frente Liberal (PFL) em todo o estado de Sergipe. As ações desse projeto na sua maioria serviram para beneficiar os grandes proprietários de terras e o seu lado político a partir da atuação dos seus cabos eleitorais (prefeitos, vereadores e simpatizantes) no interior do estado que escolhiam quem seriam beneficiados pelas ações do projeto como entrega de ovelhas, horas de trator para cavar tanques, limpeza de fontes, água a partir da operação carro-pipa, etc.

Por isso, é importante entender como os agricultores familiares no meio rural perceberam a função das políticas públicas e sua efetividade ao longo do tempo. Primeiro que as políticas públicas não são presentes dos governantes. São ações do Estado que visam à melhoria de vida da população necessitada com o objetivo de diminuir as disparidades econômicas e sociais. Então, as políticas públicas precisariam ser bem planejadas e executadas de forma que atendesse a maioria da população, independentemente de seu partido político.

No sertão sergipano, na década de 90, merece destaque a atuação do Centro Dom José Brandão de Castro e da ASA no desenvolvimento de algumas políticas públicas que tem grande aceitação por parte dos agricultores familiares que envolve os agricultores familiares, os assentados de reforma agrária e do Banco da Terra. Nas entrevistas realizadas, foram citadas tecnologias sociais, produzidas com baixo custo, mas com resultados eficientes no semiárido como as cisternas com placas de concreto (P1MC e P1+2), que substituíram as do projeto Chapéu de Couro; o biodigestor; o fogão ecológico e o barreiro de trincheiro. Um outro programa que tem avançado e tem sido bem aceito pelos agricultores familiares é o banco de sementes criollas que, segundo Bento (2017), o sertão sergipano conta com 40 guardiões de sementes criollas envolvendo 460 famílias.

Em relação ao crédito rural para os agricultores familiares, a maior aceitação foi o Pronaf e depois o Agroamigo. Apesar de o seu valor ser baixo, tem incentivado a produção agropecuária. Para ter acesso a essas linhas de crédito, é preciso que o agricultor familiar apresente a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e sua renovação é automática assim que paga o débito anterior. Na verdade, o programa de microcrédito sempre disponibilizou valores baixos para os agricultores. Contudo, quando articulado com Aposentadoria Rural, Bolsa Família, trabalho temporário e a produção de leite tem proporcionado melhoria na qualidade de vida da população sertaneja de baixa renda. Mas essa melhoria está articulada com a propriedade da terra. Pois sem a terra não se tem acesso a maioria das políticas públicas.

Nas áreas de assentamentos, os agricultores familiares mostram-se mais organizados em associações e cooperativas. É por isso que conseguem ter acesso a um maior número de políticas públicas como o PAA e PNAE, como é o caso da Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe LTDA – COOPAC, no assentamento de reforma agrária Jacaré-Curituba, que organiza a comercialização do quiabo produzido pelos cooperados e vende bolo bacia e macaxeira a vácuo para o PNAE de vários municípios sergipanos.

Mas os grandes proprietários continuam sendo os maiores beneficiados pelo crédito bancário, pois, com a grande quantidade de terras, conseguem acessar programas governamentais com facilidade e grandes somas de recursos a juros baixos para comprar terras, maquinário, melhorias nas propriedades, financiamentos de roças de milho, palma, etc. Um exemplo é a compra de colheitadeiras de milho que são financiadas pelos produtores junto aos bancos e o seu valor chega a mais de meio milhão de reais.

Desde 2006, intensificou-se no sertão sergipano o avanço na produção de milho e da bacia leiteira, mudando as relações econômicas e sociais na região. O agronegócio do milho entrou em Sergipe, nos municípios de Carira, Simão Dias, Frei Paulo, Pinhão e Pedra Mole, disseminando-se depois pelo sertão, e mais recentemente, para todo o estado de Sergipe. Apesar da aplicação dos pacotes tecnológicos de produção, o fator climático ainda continua sendo fundamental para a produção desse cereal, que segundo Valente, Júnior e Lima (2018), cerca de 67,2% de sua produção é consumida pelo mercado interno brasileiro e o restante vendido no mercado externo (EUA e China).

As boas margens de lucros com a produção de milho no sertão têm chamado a atenção de grandes proprietários de terras, e até de profissionais como advogados, médicos, juízes, empresários, etc, que não têm a agricultura como atividade principal. Na sua maioria tem arrendado e comprado terras para a produção de milho, inclusive terras de assentamentos de reforma agrária e do banco da terra, o que é ilegal. Os financiamentos bancários para comprar maquinário e o seguro da safra são também elementos atrativos tanto para os produtores tradicionais quanto para esses novos investidores.

O aumento da produtividade física do milho ocorre em função da utilização dos pacotes tecnológicos, como análise do solo, uso de sementes transgênicas, adubos químicos e pesticidas. Tudo financiado pelos bancos: de um lado, as terras têm passado por um processo de modernização e valorização, gerando altos lucros para os produtores; e do outro, o plantio com pacotes tecnológicos, sem o uso da rotação de culturas tem causado impactos ambientais graves no sertão, como o desgaste do solo, destruição da fauna e da flora sertaneja. Os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais não conseguem combater o desmatamento, o uso exagerado de agrotóxicos e algumas áreas já estão em processo de desertificação. Que segundo Oliveira, Pinto e Assis (2016), tal consequência repercute em todo o sistema socioambiental. Tudo isso em nome do desenvolvimento e do enriquecimento desses produtores patrocinados pelo Estado.

A outra atividade que está se destacando e se intensificando no sertão sergipano, desde as últimas décadas, é a produção de leite de vaca. Essa produção ao longo do tempo tem enfrentando alguns obstáculos no seu desenvolvimento como as irregularidades das chuvas, que prejudicam a alimentação do gado; a desorganização dos produtores, o que impede o seu crescimento de forma autônoma e facilita o domínio dos laticínios capitalizados da região, que passam a controlar a produção, armazenamento, transporte e comercialização do leite e seus derivados. Nas últimas décadas tivemos um crescimento do gado leiteiro no sertão porque essa

atividade acaba gerando uma renda semanal importante para os fazendeiros, que mantêm o funcionamento das atividades agropecuárias nas fazendas e para os pequenos produtores garante a sobrevivência e reprodução da pequena unidade de produção de base familiar.

Toda a produção de leite encontra-se pulverizada entre fazendeiros, agricultores e assentados, mas, quando reunida, tem-se uma grande produção diária. Segundo dados dos Censos Agropecuários do IBGE, entre os anos de 2006 e 2017, ocorreram os maiores índices de crescimento na quantidade e no valor da produção de leite, com destaque para Poço Redondo, como a do povoado Santa Rosa do Ermírio, que tem investimentos elevados na produção de leite. Toda essa produção acaba repercutindo no crescimento da região.

Na verdade, o surgimento dos assentamentos, os investimentos oriundos das políticas públicas, o crescimento da produção de milho e da bacia leiteira, tem proporcionado crescimento econômico e social no sertão que, embora desigual, tem melhorado as condições de vida da população sertaneja, nas últimas três décadas. Como exemplo dessa realidade, temos o município de Nossa Senhora da Glória que, por ser um polo regional conseguiu crescimento econômico maior que nos outros municípios sertanejos. A sede do município apresenta avanço na sua infraestrutura, crescimento urbano, populacional, permanência da população rural no campo, geração de renda, crescimento do comércio, prestação de serviços para todo o sertão. Além disso, os laticínios da região concentram-se em Nossa Senhora da Glória, gerando emprego e renda. Por isso, que essa cidade é considerada a capital do sertão e do leite.

Portanto, no período estudado, percebemos que ocorreu um crescimento no sertão sergipano, que provocou algumas melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares, dos assentados e o enriquecimento dos médios e grandes proprietários. Esse crescimento ocorreu de forma desigual e o Estado por meio de suas políticas públicas sempre priorizou os investimentos para os médios e grandes proprietários de terras. Mas o agricultor familiar, mesmo recebendo pequenos incentivos, conseguiu melhorar de vida. Defendemos que o Estado tem que ser o responsável pelas políticas de desenvolvimento. Todavia, os projetos e ações do Estado devem atender a todos, principalmente os agricultores familiares com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais. A maior contribuição desta tese foi construir um arcabouço histórico e geográfico sobre o crescimento econômico, social e cultural do Sertão sergipano por meio das memórias dos atores sociais que atuaram e/ou atuam no espaço rural do sertão sergipano.

8 – REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Geografia**. Porto, Série I. v. XIV, 1998.

_____. Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, Cidade Portuária, século XVII. In: **GEOUSP**, n.7. São Paulo: EDUSP, 2000.

ABREU, Regina. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

_____. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em Memória Social. In: GONDAR, Jo; DODEBEI, Vera. (Org.) **O que é Memória Social?** Contra capa: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <
http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/23-o_que_e_memoria_social.pdf>. Acesso em 01 de ser. de 2017.

AB’SABER, Aziz Nacib. Os sertões: a originalidade da terra. **Ciência hoje**: especial Nordeste. Rio de Janeiro, v. 3, n. 18, p. 43-52., maio/jun., 1985.

_____. **Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editora, 2003.

_____. No domínio das caatingas. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (Orgs.). **Sertão, sertões: Repensando contradições, reconstruindo veredas**. Elefante Editora, 2019.

_____. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia cultural: um modo de ver**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

_____. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 313-336. ISBN 97885-232-1189-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

_____. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da Geografia Cultural. **Geonordeste**, Ano XIX, n. 1. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de sua economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, M. G. de; VARGAS, M. A. M. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: DINIZ, J. A. F; FRANÇA, V. L. A. (Orgs.). **Capítulos de geografia nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. O conceito de classe camponesa em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v.2, n. 21, 2003.

AMIN, Samir e VERGOPOULOS, k. **A questão agrária e o capitalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

ALVES, E. P. M. **A configuração moderna do sertão**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004 (Dissertação de Mestrado).

ALVES, Grace Beingenstab. A formação das paisagens sertanejas no tempo e no espaço. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (Orgs.). **Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. Elefante Editora, 2019.

AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

_____. História e região: reconstruindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. **República em Migalhas: História regional e local**. São Paulo: ANPUH; Marco Zero, Brasília: CNPq, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989 (Série Princípios).

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1993.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Hélio Mário de. Clima e condições meteorológicas. In: SANTOS, Vera Maria dos; ARAÚJO, Hélio Mário de. **Geografia de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2012.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Momentos e movimentos do sagrado em manifestações católicas de Sergipe. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Auceia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles dos. (Orgs.). **Práticas e vivências com a Geografia cultural**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.

ARRUDA, José Jobson de A. O sonho de história que se tem no presente. In: DIELH, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT, 2021.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

AYMARD, Maurice. História e memória: construção, desconstrução e reconstrução. In: **Tempo brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 153, abril-junho de 2003.

AZEVEDO, F. F. de. **Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguá**. Uberlândia: Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia, 2007. (Tese de Doutorado em Geografia).

BAILLY, A. Les représentations em géographie. In: BAILLY, A; PUMAIN, D. (Dir.). **Encyclopédie de Géographie**. Paris: Economica, 1992, p. 371-384.

BARROS, José D’Assunção. **Interdisciplinaridade em História e em outros campos do saber**. Petrópolis, RJ: vozes, 2019.

_____. **História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. **Os conceitos: seus usos nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

_____. **Geografia e História: uma relação interdisciplinar mediada pelo espaço**. (Geografia – Londrina) v. 19 n, 3, 2010
<http://www.uel.br/revista/uel/index.php/geografia/>

_____. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BATCHEN, Geoffrey. Imágenes. In: BATCHEN, Geoffrey. **Arder em doseos: la concepcion de la fotografia**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004. p. 107-175.

BARGHINI, Alessandro. O milho na América do Sul pré-colombiana: uma história natural. **Pesquisas**. Instituto Anchieta de pesquisas (Antropologia). São Leopoldo: Unisinos, n. 61, 2004.

BAKER, A. R. H. **Geography and History: Bridging the divide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BECKER, B. K.; EGLER, C.A.G. **Brasil – uma nova potência regional na economia-mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. (Coleção Geografia)

BEOZZO, José Oscar. **Pacto das Catacumbas: por uma igreja servidora e pobre**. São Paulo: Paulinas, 2015.

BEZZI, Meri Lourdes. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, Rio Claro. Vol. 27 (1): 5-19, abril, 2002.

_____. **Região: uma (re)visão historiográfica - da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

BENJAMIN, Valter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Rua de mão única**. V. 2. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas).

_____. **O narrador**. Tradução José Lino Günnewald [et. Al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BENTO, Daniela. **Fé e compromisso com as sementes da liberdade marca encontro de guardiães e guardiões de Sergipe**. Aracaju: CDJBC, 2017. Disponível em: asabrazil.org.br/noticias?artigo-id=10235. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

BERNARDES, Antônio. Quanto às categorias e aos conceitos. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 39-62, jul./dez. 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivido da memória: ensaios de Psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano**. Entrevista concedida a Mozahir Salomão Bruck. Dispositiva. v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

_____. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**. São Paulo, vol. 4, n. ½, 1993. Disponível em: [file://c:/Users/usuario/Downloads/34480-40432-1-pB%20\(1\).pdf](file://c:/Users/usuario/Downloads/34480-40432-1-pB%20(1).pdf)>. Acesso em: 01deset.de2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, nº 26:83-92. Jun, 2006.

BOMFIM, Luiz Fernando Cosa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomes da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. **Projeto cadastro da infra-estrutura hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe. Diagnóstico do município de Nossa Senhora da Glória**. Aracaju: CPRM, 2002.

BONJARDIM, Solimar Guindo M.; ALMEIDA, Maria Geralda de. Templos e rituais como patrimônio cultural: a Geografia nas análises da Religião. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Auceia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles dos. (Orgs.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.

BORGES, Fragmon. Origens históricas da propriedade da terra. In: STÉDILLE, J.P. **Questão Agrária no Brasil**, v. 1, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1999.

_____. **Memória sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão**. São Paulo/Uberaba: Ed. Cone Sul/UNIUBE, 1998.

_____. Tempos e espaços nos mundos rurais no Brasil. **RURIS**, vol. 1, nº 1, março de 2007.

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterraneo y el mundo mediterráneo em la época de Felipe II**. 6ª ed. Presença, 1990, p. 7 – 39.

_____. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O espaço e a História no Mediterrâneo**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1988.

_____. Géohistoire: la société, l'espace et le temps. In: Braudel, Fernand. **Les ambitions de l'histoire**. Édition établie et présentée par Roselyne de Ayala e Paule Braudel. Paris: Éditions de Fallois. P. 68-114, 1997.

BRESSAN, Ana Laura. As políticas públicas no atual contexto brasileiro: universalidade versus focalidade. In: **Revista Universidade & Sociedade**, ano XIV, no. 33, jun/2004, p. 163 – 170.

BLACHE, Vidal de La. **Princípios de geografia humana**. 2ª ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. (Tradução de Stern Cohen). Baurú/SP: EDUSC, 2001.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires, CLACSO/Outras Expressões, 2011.

CANDAU, Joël. **Mémoire et identité**. Paris: Press Universitaires de France, 1998.

CANUTO, A. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Revista NERA. Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 1- 12, Jul./dez. 2004.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CAPEL, Horace. Una Geografia Histórica para construir el futuro. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Socialis**. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm.

218(001), 1 de agosto de 2006. Disponível em: www.ub.es-geocrit-sv-5 (capturado em 04-10-2010)

_____. **Filosofía y ciência em la geografia contemporânea**. Barcelona: Barca Mova, 1988.

_____. Neopositivismo y geografia quantitativa. In: **Filosofia y Ciencia em la geografia contemporânea**. Barcelona/Espanha: Editora Barcanova, 1981.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Encontros e desencontros entre Geografia e História e tendências na Geografia Histórica Anglo-Saxã. **Espaço Aberto**, PPGG-UFRJ, v. 2, n. 2, p. 33-50, 2012.

CARLOS, Ana F. Alessandri. **A condição espacial**. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTRO, Iná Elias de. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO FILHO, J. J. de. **O Governo Lula e o Esvaziamento da Reforma Agrária**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Volume 34, nº 02, jul /dez, 2007.

CARVALHO, Diana Mendonça de. ALCANTARA, Fernanda Viana de. COSTA, José Eloízio da. (Orgs.). **Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional: realidades do Nordeste brasileiro**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – EDISE, 2014.

CARVALHO, Diana Mendonça de; COSTA, José Eloízio da; BRITO, Volnandy de Aragão. Crédito rural voltado à agricultura familiar e ao desenvolvimento espacial em Sergipe. In: CARVALHO, Diana Mendonça de. ALCANTARA, Fernanda Viana de. COSTA, José Eloízio da. (Orgs.). **Contextos do espaço rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

CARVALHO, Diana Mendonça de. **Trajetórias do PRONAF em Sergipe: desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

CARVALHO, José Belém de. **História da agricultura em Sergipe (1960 – 1968)**. Aracaju: J. Andrade, 2012.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Ressignificação e reprodução social da natureza: práticas e programas de “convivência com o semiárido” no território de Juazeiro-Bahia**. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2006. (Tese de Doutorado).

CARVALHO, Horácio Martins de. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CARVALHO, Otamar de. **Nordeste, a falta que o planejamento faz. In: Região e cidades, cidades nas regiões – o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP/ANPUH, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARDOSO, C. F. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CINTRA, Maria da Conceição Barbosa. **A trajetória do MST em Sergipe: 1985-1997**. Recife: UFPE, 1998 (Dissertação de Mestrado em Serviço Social).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 2003**. CPT Nacional, Brasil, 2003. Disponível em: <http://goo.gl/x90cLH>. Acesso em 22 de maio de 2019.

_____. **Conflitos no campo 2007**. CPT Nacional, Brasil, 2007. Disponível em: <http://glmfRh9a>. Acesso em 22 de maio de 2019.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Limites e possibilidades do pensamento geográfico: uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da Geografia da miséria. **Geonordeste**. Ano XXIV, n. 2, 2013. (Edição Especial dos 30 anos do NPGeo)

CORREIA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Região e organização espacial**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**. UERJ, Rio de Janeiro. Edição comemorativa. 1993-2008. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6143/4415>> . Acesso em: 10 de jul. 2017.

COSTA, Rangel Alves da. **João Maria de Carvalho, coronel da Serra Negra**. 2014. Disponível em: https://www.nenoticias.com.br/85273_joao-maria-de-carvalho-coronel-da-serra-negra/

_____. Serra Negra e Poço Redondo. **Opinião**, 2019. Disponível em: itabi.infonet.com.br/jornaldodiase/site/noticias_ler.php?id=37591.

_____. **Coronel João Maria de Carvalho e a família “Ceará”**. 2014. Disponível em: <http://blogdomendes.blogspot.com>

_____. **Poço Redondo: aspectos sobre o refúgio do sol (Quarta viagem)**. 2010. Disponível em: blograngel-sertao.blogspot.com

_____. **O processo sobre a herança das terras de Poço Redondo e Canindé do São Francisco (1ª parte)**. 2010. Disponível em: blograngel-sertao.blogspot.com

COSGROVE, Dennis. Em direção a uma geografia cultural radical. In: **Problemas da teoria. Espaço e cultura**. Rio de Janeiro: NEPEC/EDUERJ, n. 3, p. 5-29, jan/jun, 1998.

_____. A Geografia está em toda parte. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998a.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, IEA/USP, 11(5), 1991.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UGRGS, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHAYANOV, Alexandre V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da. STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.

CLAVAL, Paul. **A evolução recente da geografia cultural de língua francesa**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 7-25, jan/jun, 2003.

_____. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações culturais do espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 59-97.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

CUESTA, Josefina. **História del presente**. Madrid: Eudema, 1993.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2ª ed. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**. 5(2): 39-56. Inverno, 2000.

_____. Por um projeto sócio-espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 91-114, inverno, 1998.

CURADO, Fernando Fleury. Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe. In: CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio de Azevedo; SANTANA, Mônica. (Orgs.). **Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros**, 2008. Disponível em: <http://goo.gl/x90CLH>. Acesso em: 06 de maio de 2017.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. A definição e objeto da Geografia. **Geografia**. Rio Claro, n. 15/16, v. 8, 1983. p. 01-28.

DANTAS, Beatriz Góis; DALLARI, Dalmo de Abreu. **Terra dos índios xocó: Estudos e documentos**. Comissão Pró-índio. São Paulo, 1980.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889 – 2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC/ Programa Editorial, 1987.

DATALUTA – **Banco de dados da luta pela terra**: Relatório 2013-Sergipe.

DARBY, H. C. On the relations of geography and history. In: GREEN, D. Brooks (Org.). **History geography: a methodological portrayal**. Savage: Rowman & Littlefield. 1991, p. 34-45.

DARDEL, Eric. **L'Homme et la terre**. Paris: Editions DUCTHS, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura ao agronegócio**. Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2012.

_____. A questão agrária no Brasil (1950-2003). In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Texto em PDF.

DENZIN, Normank; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. A propriedade da terra e a questão agrária. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. Nota sobre a história do algodão em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 27, p. 41-57, 1965-1978.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A condição camponesa em Sergipe: Desigualdade e persistência da agricultura familiar**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996.

_____. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1986.

DÓRIA, Carlos Alberto. O Nordeste: “problema nacional” para a esquerda. In: MORAES, João Quartin e DEL, ROIO, Marcos (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Volume IV: Visões do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

DOSSE, François. O recurso geográfico dos historiadores. In: **História e Ciências Sociais**. Tradução Fernando Abreu. Bauru: Ed. Edusc, 2004.

_____. **A História em migalhas: dos “Annales” à Nova História.** Campinas: Editora da Unicamp/Ensaio, 1992.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista.** N. 24, 2004, p. 213-225. Universidade Federal do Paraná, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155017717012>>. Acesso em 01 de set. de 2017.

ERTHAL, Ruy. Geografia Histórica: considerações. **Geographia.** Niterói, ano v, n. 9, p. 29-39, 2003.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Igeu - FAPESP, 2007.

_____. **Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além.** Raízes, v. 37, n. 2. Ju-dez, 2017.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994. Disponível em <http://www4.fao.org/cgi-bin/faobib.exe?rec_id=563327&database=faobib&search_type=link&table=mona&back_path=/faobib/mona&lang=eng&format_name=EFMON>. Acesso em 28 de junho de 2010.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 12^a ed. São Paulo: Globo, 1997.

FAZENDA, Ivani (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FEBVRE, Lucien. **A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história.** Lisboa: Cosmos, 1991.

FELÍCIO, M. J. **A Conflitualidade dos Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário a Partir dos Conceitos de Agricultor Familiar e de Camponês.** Campo – Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

_____. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, Tese (Geografia) 2011.

FENELON, Déa Ribeiro; MARCIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. **Terra, trabalho e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST**. Petrópolis, ed. Vozes, 2000.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese**. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda: **Aurélio Júnior: Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2ª ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FILHO, José Lavres. **Barra da Onça: uma esperança frustrada de Reforma Agrária**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2000. (Dissertação de Mestrado)

FILHO, Niermeyer Almeida; ARAÚJO, Priscila Santos de. **Desenvolvimento nacional nos países periféricos a partir das contribuições de Giovanni Arrighi: alcances e limites**. Universidade Federal de Uberlândia, 2010. Disponível em: www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/desenvolvimento_nacional_nos_paises_perifericos_a_partir_das_contribuicoes_de_giovanni_arrighi_alcances_e_limites.pdf.

FONTES, Nilton de Araújo. **O algodão em Sergipe: apogeu e crise**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984.

FOUREZ, Gerard. **A construção das ciências**. São Paulo: Unesp, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1997.

_____. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: vozes, 1972.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: história da vigilância nas prisões**. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza (Coord.). **Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2007.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas ; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, 14 (28), 139 -152. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em 01 de set. de 2017.

FREITAS, Fábio de Oliveira. Notas científicas: evidências genético-arqueológicas sobre a origem do feijão comum no Brasil. **Pesq.agropec.bras**. Brasília, v. 41, n. 7, p. 1199-1203, jul. 2006.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FREITAS, Itamar. **A escrita da história na “casa de Sergipe” – 1912 – 1999**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

FRÉMONT, A. **La région, espace vécu**. 2ª ed. Paris: Fammarion, 1999.

FREIRE, Edivânia. Glória: capital do sertão sergipano. In: **CINFORM MUNICÍPIOS**. Aracaju: GLOBO COCHRANE Gráfica e Editora, 2002. P. 161-163.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Escritos sobre espaço e história**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2014.

FRIZERO, Mariana Gonçalves. **Quilombo Serra da Guia**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

GALIEIA, Zito da. **A história das ligas camponesas: testemunho de quem a viveu**. Recife: Cepe, 2016.

GARCIA JÚNIOR, Alfrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste).

GASPAR R. Ricardo Carlos. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cod. Metrop**. São Paulo, v. 17, n. 33, p. 265-296, maio 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>. Acesso em 03/04/2019.

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difel, 1968.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A geografia histórica e as formas de apreensão do tempo. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 2 /2003, posto online no dia 21 junho 2013. Consultado em 20 de abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/767>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.767.

_____. A produção do espaço: uma aproximação conceitual da perspectiva lefebvriana, In: **GEOUSP**, São Paulo, 2008. p. 125-132.

GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GÓIS, Rodrigo Melo; OLIVEIRA, Wesley. **Estudo de Mercado de Nossa Senhora da Glória**. Aracaju: IFS/NAEC, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. Disponível em www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves%20-%20A%20Nova%20Questão%20Agrária%20e%20a%20Reinvenção%20do%20Campesinato.pdf. Acesso em 03/01/19.

GONDAR, Jo. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

GOLDSCHMIDT, Victor. **Os diálogos de Platão: estrutura e método dialético**. São Paulo; SP: Loyola, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão, IN: Geografia: **Conceitos e Temas** (Org.) Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1991.

_____. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo, 1990.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUILLEN, I.C.M. O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu. In: BURITY, J.A. (Org.). **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GUIMARAES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

_____. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões**. (XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia 2012). Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf

GUZMÁN, S. E. MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**/ Antônio Gramsci; Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAS, Carla e HERNANDEZ, Valéria. **El agro como negócio**. Buenos Aires, Editorial Biblos, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.7, n. 1. P. 43-81, maio de 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**, nº 3, Jan/jun, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. 2ª ed. Paris: Albin Michel, 1994.

_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. **Representation: cultura representations and signifying practices**. Londres: Sage Publications, 1997.

_____. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In: **Condições pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

_____. O espaço como palavra chave. **Em Pauta**. Rio de Janeiro. 1º semestre de 2015 – n. 35, v. 13, p. 126-152.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anna Blume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências)

HARTSHORNE, R. "The Nature of Geography". **Annals of the Association of American Geographers**. V. 29, n. 3-4, Lancaster, 1939.

_____. The concept of Geography as Science of space from Kant and Humboldt to Hettner. **Annals of the Association of American Geographers**. Vol 48, n. 2, p. 97-108, 1958.

HENNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; LÚCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HIERNAUX, Daniel. Geografia de los tempos y de los espacios efêmeros y fugaces. In: **Las otras geografías**, coord. por Joan Nogué i Fon, Joan Romero González, 2006. ISBN 84-8456-663-3, p. 269-284.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Fronteiras (Parte 1). In: **A Mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HOBSBAWM, Eric; RANGE, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKEIMER, MAX. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**/Max Horkeimer e Theodor W. Adorno: Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

HUTTON, Patrick. **Memoric schemes in the new history of memory. History and theory**. Vol. 36, Issue 3 (oct; 1997), 378-391.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE, **Censos Agropecuários**. 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006, 2017.

ILHA, Adayr da Silva. Formação de recursos humanos e desenvolvimento agrícola. In: TEXEIRA, Erly Cardoso (ed.). **Desenvolvimento agrícola na década de 90 e no século XXI**. Viçosa, Minas Gerais: FINEP/FAPEMIG, 1993.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória** [recurso eletrônico]. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

INSTITUTO MUSEU, MEMÓRIA E VIDA. Documentário: **Agricultura brasileira e sua história**. Disponível em: <http://www.museummemoriaevida.org.br/agromundodocumentario/>. Acesso em 15 de set de 2018.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Especial (Incra) nº 20, de 28 de março de 1980**. Estabelece o Módulo Fiscal de cada município, previsto no Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980.

IPEA, **Políticas sociais, acompanhamento e análise**. Brasília, Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados, ano2, n. 3, ago. 2001.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **Revolução científica moderna**. 2ª ed. São Paulo: Letras e Letras, 2001.

_____. **Ciência e destino humano**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

JESUS, Givaldo Santos de. **Camponeses “órfãos”: farinheiros de Ribeirópolis e São Domingos-Se (1975-2006)**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2006. (Dissertação de Mestrado).

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, COM-ART, 1992.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2013.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

KLEIN, Kerwin Lee. **On the emergence of memory in historical discourse**. Representations. University of California Press, Wntr, 2000.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**/Leandro Konder. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O que é Dialética**. São Paulo: brasiliense, 2004.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In:

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, E. (Org.) **O fotógrafo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

KOLMING, Fernanda Virgínia; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A unidade familiar e a produção de mandioca: permanência e resistência. In: COSTA, José Eloízio da; SANTOS, Josefa de Lisboa (Orgs.). **Ensaio sobre a mandiocultura e a pequena produção familiar**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (Tradução de Ângela Maria Naokotijiwa).

LEÃO, Emmanuel Carneiro. O esquecimento da memória. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 153:143/147, abr-jun; 2003.

LEITE, Acácio Zuniga. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 21, n. 43, p. 10-28. Mai-Ago., 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LENCIONI, Sandra. A geografia como ciência e a região como objeto de estudo. In: **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999, p. 73-115.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. A desintegração do campesinato. In: **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas).

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil**. Brasília: Editora da UNB/Paralelo 15, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1973.

_____. **La presencia y la ausência: contribuição a la teoria de las representaciones**. México: Fundo de Cultura Económica, 1983.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Maraes, 1991.

_____. **Lógica formal/lógica dialética**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **O vale do Campan**. Estudo de Sociologia Rural. São Paulo: 2010.

_____. **La producion de l'espace**. 4ª ed. Paris: Anthropos, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **História e memória**. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. Salvador/BA. **REDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Anexo XII, n. 21, julho de 2010.

LIMA, Clóvis Oliveira. **Patrimônio imaterial religioso e popular: as práticas de cura e fé das mulheres benzedeiras de Ribeirópolis**. São Cristóvão: DHI/UFS, 2011. (Monografia do Curso de História)

LIMA, José Hernandes. **A organização do espaço agrário e a agricultura familiar no município de Areia Branca-Se**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2004. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LIMA, Ruy Cime. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Goiânia: UFG, 2002.

LIMA, José Hunaldo; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. **A Dinâmica do clima e a organização do espaço agrário em Monte Alegre de Sergipe**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. **História dos limites entre Sergipe e Bahia: estudo de litígio interestadual**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918.

LIMA, Silvana Lúcia da Silva. **Transformações socioterritoriais e o espaço rural do Alto Sertão sergipano**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

LIMA, Wesley Santos; GARCIA, C.A.B. Qualidade da água em Ribeirópolis-Se: o açude do Cajueiro e a Barragem do João Ferreira. **SCIENTIA PLENA**. Vol. 4. Num. 12, 2008. (www.scientiaplenu.org.br).

LIRA, Larissa Alves de. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia. **Revue franco-brésiliense de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**. N. 2, 2008.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e método**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Da colonização dirigida na Amazônia à reforma agrária no Nordeste: origem, trajetórias e perspectivas de colonos e assentados**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

_____. Um balanço da luta pela terra em Sergipe – 1985-2005. **SCIENTIA PLENA**. Vol. 3, num. 1, 2007.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo e MOTA, Dalva Maria da. **Tecnologia e renda na agricultura familiar irrigada de Sergipe**. São Cristóvão: UFS/Embrapa – CPATC, 1997.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo... [et. al.]. **Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini do estado de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamonte. **A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

LOWY, Michael. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In: LOWY, Michael & BENSAID, Daniel. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000, p. 160 - 167. Ou: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf

LUCINI, Marizete. **Memória e história na formação da identidade sem terra no assentamento Conquista na Fronteira**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. (Tese de Doutorado)

LUCA, Tânia Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. **Revista Eletrônica Méti**s. História e cultura. UCS, v. 11, n. 21, p. 13-21, 2012. Disponível em: <http://hdl.net/11449/1268967>.

LUMMIS, Trevor. La memoria. In: SCHWARZ STEIN, Dora (Org.). **La historia oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.

MACHADO, Ironita P. **O mundo rural: uma proposta de investigação historiográfica**. XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis-SC, 2015, p. 01-16.

MAIA, Doralice Sátyro. A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Terra Livre**. São Paulo. n. 16, p. 71-98, 1º semestre, 2001.

MARAFON, Gláucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Orgs.). **Temas em geografia rural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.

MAMEDE, Maria Amélia. **A construção do Nordeste pela mídia**. Fortaleza: Sec. Cultura do Ceará, 1996.

MATTEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/48378534-Programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf-concepcao-abrangencia-e-limites-observados-lauro-mattei-1.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. NERA, Presidente Prudente ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **O Cativo da Terra**. 9ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARANHÃO, Silvio (Org.). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologias convencionais e não-convencionais e a pesquisa em administração**. Caderno de pesquisa em administração. São Paulo, v.00, Nº 0, 2º SEM./1994.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos . **Historia**, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011. 95. Disponível em: < <http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3264/Hist%C3%B3ria%20oral%20como%20fonte%20-%20problemas%20e%20m%C3%A9todos.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 10 de set. de 2017.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história - interfaces. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 2, p. 73-98, 1996.

MAZOYER, M.; ROUDART L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. **Economia sergipana contemporânea (1970-2010)**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENDES, Geisa Flores. **Sertão se traz na alma? Territóri/lugar, memória e representações sociais**. São Cristóvão: UFS/NPGEO, 2009 (tese de doutorado)

_____. Memória e Representações sociais nas abordagens do espaço geográfico. In: OLIVEIRA, V. F. de; QUADROS, E. M. (Org.). **Modernidade, Memória e Trabalho**. Curitiba: CRV, 2013.

MENEZES, Ana Virgínia Costa de. **Estado e organização do espaço semi-árido sergipano**. São Cristóvão: NPGEO/UFS, 1999.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo**. São Cristóvão, Se: NPGEO, 2009 (Tese de Doutorado).

MENEZES, Ana Virgínia Costa de; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira ...et al. (Orgs.). **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: NPGEO/UFS, 2003.

MEYER, Eugenia. O fim da memória. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, janeiro-junho de 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos LTDA, 2020 (Michaelis.uol.com.br/busca?r=08f-0&t=o&palavra=sertão).

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio; BARBOSA, Humberto Júnior Novais; SÁ, Thiago Hérick de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**. vol. 18, n. 3, set-dez, 2017.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **História, metodologia, memória**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. **Desenvolvimento em (des) construção. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Presidente Prudente: UNESP, 2006. (Tese de Doutorado em Geografia)

MONN, Renri. **Regiões, Nações**. Tradução de Maria Geane da Silva e Josabeth Viana Leal. Recife (mimeografado), 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. O rural na História do Brasil – dos anos 80 aos trabalhos mais recentes. In: **Revista Portuguesa de História**. Coimbra – t. XLI (2010), p. 175-191.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia. In: **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hicitec, 2002.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. O sertão. **Terra Brasilis** [Online], 4-5/2003, posto Online no dia 05 de novembro 2012, consultado em 19 de abril de 2019. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 23-37, 2009.

_____. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Da necessidade de um pensamento complexo sociológico**, C.N.S./França. Tradução de Juremir Machado da Silva, p. 1-27. <http://satis.marista.edu.br/complexidade/2010/03/19/da-necessidade-de-um-pensamento-complexo-2/>

_____. **Ciência com consciência**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NASCIMENTO, Maria Pereira. **Programa um milhão de cisternas rurais (P1MC): mudanças no acesso à água no município de Porteirinha/MG**. Lavras: UFLA, 2016.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 45, p. 340-346, mar. 2012.

NAVARRO, Z. **Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. In: GASQUES, J. G.; VIEIRRA FILHO, J. E. R; NAVARRO, Z. (orgs). A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, IPEA, 2010.

NAVARRO, Z; BUAINAIN, A. M; ALVES, E; SILVEIRA, J. M. da. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**. Revista de Política Agrícola, Ano XXII – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2013.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados 15(43), 2001. Texto eletrônico capturado em 15/8/2015. In: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script

NETO, H.B; BEZZI, M.L. A região cultural como categoria de análise da materialização da cultura no espaço gaúcho. **R. RA'EGA**, Curitiba, n. 17, p. 17-30, 2009. Editora UFPR.

NEVES, D. Agricultura familiar: questões metodológicas. In: **Revista Reforma Agrária**, 25: 21-37, maio-dez., Campinas, 1995.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, v. 3. 2000a. Disponível em: < <file:///C:/Users/usuario/Downloads/25-171-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 de set. de 2017.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. **Ponta de Lança**. São Cristóvão, v. 1, n. 2, abr-out, 2008.

_____. **História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade**. Feira de Santana: UEFS. Salvador: Arcádia, 2002.

_____. **História agrária e história regional na perspectiva sócio-econômica**. Disponível em: www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh-II/erivaldo_fagundes_neves.pdf. Acesso em 17/02/2016.

NEVES, Rafael Santos; MEDEIROS, Jean Carlos de Andrade; SILVEIRA, Sandra Maria Batista; MORAIS, Carlos Magno Medeiros. Programa um milhão de cisternas: guardando água para semear vida e colher cidadania. **Agricultura**. V. 7, n. 3, outubro de 2010.

NORA, Pierre. (dir.). **Les Lieux de mémoire (Les Francs)**. V. 3. Paris: Gallimard, 1997.

_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo. V. 10, dez/1993. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

NOVAIS, Fernando. Entrevista. In: VINCI, José Geraldo; REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. Universidade Federal de Sergipe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; CLEMENTE, Evandro César. Desenvolvimento territorial em questão: análise das políticas públicas voltadas ao campo brasileiro. **Revista da ANPEGE**, v. 8, n. 10, p. 17-32, ago/dez., 2012.

OLIVEIRA, Alberlene Ribeiro de; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. Condições socioambientais e econômicas do sertão sergipano de Poço Verde-Se. In: XXIII ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária: ajuste espacial x soberania (as). A multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. **Anais eletrônico**. São Cristóvão: UFS, 2016.

OLIVEIRA, Alberlene Ribeiro de; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira; ASSIS, Francisco de. A desertificação no Alto Sertão de Sergipe, Brasil: abordagem na perspectiva das vulnerabilidades socioambientais. **Investig. Geogr.** Chile, 52, p. 139-149, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados** 15 (43) 2001. Disponível em: www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo, FFLCH/Labur edições, 2007.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo, Iãnde editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In : OLIVEIRA, A. e MARQUES, Marta (org.). **O campo no século XXI**. São Paulo, editoras Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Elis Regina Silva dos Santos. **Expansão da produção do milho no estado de Sergipe e sua interface com a agricultura familiar**. São Cristóvão-Se: PPGEU/UFS, 2019.

OLIVEIRA, Fabianne Torres. **Geografia da Feira de Nossa Senhora da Glória-Se: territórios, narrativas e marcas da cultura**. Espírito Santo: UFES, 2010.

OLIVEIRA, Janderson Carneiro de; BERTONI, Luci Mara. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 12(2), 2019, p. 244-262. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120205>

OLIVEIRA, Elisandra Brizolla de; SANTOS, Franklin Noel dos. Pressuposto e definições em interdisciplinaridade: diálogo com alguns autores. **Interdisc**. São Paulo, nº11, pp. 01-151, out. 2017. <http://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade>.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Os direitos do antivalor**. São Paulo: Zero à Esquerda, 1993.

_____. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7ª ed. Campinas: Pontes, 2007.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos; MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. Breve histórico da indústria sergipana. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/josue-m-passos-subrinho-ricardo-o-lacerda-de-melo.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: UFS, 1987.

PASSOS, Carla. Aparecida foi fundada por retirantes cearenses. In: **CINFORM MUNICÍPIOS**. Aracaju: Globo Cochrane Gráfica e Editora, 2002.

PAULINO, Eliane Tomiasi, ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRATA, Diego Ascendino Tourinho. **Determinantes da expansão da produção de milho em Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2013. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; CORREIA, Idalécia Soares; OLIVEIRA, Anelito Pereira de. Geografia Fenomenológica: espaço e percepção. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 11, n. 35 set/2010. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima (Orgs.). **Pesquisa qualitativa: aplicação em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
PINTO, Josefa Eliane S. de S. **Os reflexos da seca no Estado de Sergipe**. São Cristóvão/SE: Editora da UFS/PPGEO, 1999.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reflexões sobre a contribuição da Geografia Histórica e da Geohistória na renovação dos pensamentos geográficos e históricos no século XX: **I Colóquio Brasileiro de História do Pensamentos geográfico**. Uberlândia: UFU, v. 1, p. 01-18, 2005. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/artigos/ICBHG_2008_hindenburgo.pdf>. Acesso em 28 out. 2016.

PHILO, C. História, Geografia e o mistério ainda maior da geografia histórica. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Org.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 269-298.

PONTES, Emílio Tarlis Mendes. **Transições paradigmáticas: do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino, o caso do programa um milhão de cisternas no município de Afogados da Ingazeira-PE**. Recife: UFPE, 2010 (Dissertação de Mestrado).

POCHMANN, Márcio. **Economia global e a nova divisão internacional do trabalho**. São Paulo: UNICAMP, 2000.

POMIAN, Krzysztof. L'heure des Annales. Im: NORA, Pierre (Dis.). **Les Lieux de Mémoire**. La République. La Nation. Les France. Paris: Gallimard, 1997.

PORTELA, G.L. **Abordagens teórico-metodológicas**. Projeto de Pesquisa no ensino de Letras para o Curso de Formação de Professores da UEFS. 2004.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da História Oral para a ideologia do século XXI. In: MORAES, Marieta; FERNANDES, Tânia Maria e ALBERTI, Verena (Orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/FGV-CPDOC, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 10 de mai. 2017.

POULET, Georges. **O espaço proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PLOEG, Jean Douwe Van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. 1ª ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016. (Tradução Claudia Freire)

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. **A Revolução Brasileira. A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: vozes, 1973.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado** (Tese). Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”. Presidente Prudente, 2008.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 99ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

RAMOS, P. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. In: NAVARRO, Z; BUAINAIN A. M.; ALVES E.; SILVEIRA J. M.. **O**

mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). (Traduzido do italiano por Fátima Murad). In: **Ratzel**. MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, p. 32-107, 1990, 200p.

REALI, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: do Romantismo até os nossos dias.** São Paulo: Paulus, v. 3, 1991. (Coleção Filosofia)

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REIFSCHNEIDER, F. J. B. et al. **Novos ângulos da História da agricultura no Brasil.** Brasília, DF. Embrapa Informação tecnológica, 2010.

RIBEIRO, Guilherme. A Geografia testemunha a História: paisagem, região e interdisciplinaridade em Marc Bloch. **Revista de História Regional** 14(2); 7-28, Inverno, 2009.

_____. **Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a geografia na obra de Fernand Braudel.** Rio de Janeiro-Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. (Tese de Doutorado em Geografia)

_____. Espaço e técnica como estruturas do cotidiano: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico. **Investigaciones Geográficas**, Boletim del Instituto de Geografia, UNAM, n. 74, p. 58-73, 2011.

_____. La gèneses de la géohistoire chez Fernand Braudel: um chapitre braudélien de l’histoire de la pensée géographique. **Annales de Géographie**, v. 686, p. 329-346, 2012.

_____. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geohistória e a longa duração. **Hist. Cienc.** Saúde-Manguinhos. Vol. 22, n. 2. Rio de Janeiro. Apr/June, 2015. (<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000200008>)

RIBEIRO, R. W. Seca e determinismo: a gênese do discurso do semi-árido nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências.** Rio de Janeiro: UFRJ, v. 22, p. 60-91, 1999.

RICQ, C. La región, espace institution nel et espace d'identité. **Espaces et Sociétés**. Paris, n. 42, p. 65-78, jan/dec., 1983.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIQUE, Lenyra. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA, Ailton Francisco da. Panorama da seca no estado de Sergipe: impactos e ações de enfrentamento. **Parc. Estrat.** Brasília-DF. V. 22, n. 44, p. 181-200, jan-jun. 2017.

RODRIGUES, M. de F.F. **Sertão no plural: da linguagem geográfica ao território da diferença**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2001 (Tese de Doutorado em Geografia).

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. A natureza e o Lunário Perpétuo no imaginário sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; JP RATTES, Alecsandro. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

RODRIGUES, Sandra Andréa Souza. **A inserção da agricultura familiar na constituição da cadeia do leite no município de Nossa Senhora da Glória-Se**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2015.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas para a agricultura. In: SANTOS, Raimundo; CARVALHO, Luíz Flávio de; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Orgs.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas – “O diabo na rua no meio do redemoinho**. 22ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUCINQUE, Héctor F.; VELÁSQUEZ, Ayra Luz. Geografia e historia: reactivación de antiguas relaciones interdisciplinarias. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 2, n. 2, julio-diciembre, 2007, p. 127-148.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Entre sertões e representações: ensaios e estudos**. São Paulo, SP: Editora LiberArs, 2020.

_____. **Capítulos de história da historiografia sergipana**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

_____. **O cangaço nas batalhas da memória**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

_____. **Combates entre história e memória**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

_____. **História oral da luta dos trabalhadores rurais sem terra em Sergipe (1985-1996)**. Texto eletrônico capturado em 2011. In: <http://www.relaho.org/documentos/adjuntados/article/8/araujosa.pdf>.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SALAMONI, Giancarla; FLORES, Carmen Rejane. Reflexões teórico-metodológicas sobre agricultura familiar: algumas perspectivas de estudo para o rural brasileiro. In: MARAFON, Gláucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Temas em geografia rural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

SANTOS, Ana Luzia. **Educação na imprensa católica: as representações do jornal a Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969)**. São Cristóvão, UFS, 2006. (Dissertação de Mestrado em Educação).

SANTOS, Amanda Marques dos. O jornal a Cruzada em Sergipe e a igreja católica: a questão social no período republicano. **REHR**. Dourados, MS, v. 13, n. 26, p. 7-22, jul/dez., 2019.

SANTOS, Antônio R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

SANTOS, Arnaldo; GOIS, Francisco F. de. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: Premius, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O Currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais**. Rio de Janeiro: Mauadx/FAPERJ, 2011a.

SANTOS, José Adeilson dos. **A igreja católica e a reforma agrária: atuação da Pastoral da Terra da Diocese de Propriá (SE) na década de 80**. São Cristóvão: UFS, 1998 (Monografia do curso de História)

SANTOS, Genésio José dos. **Agricultura irrigada, meio ambiente e intervenções públicas no território do Alto Sertão Sergipano**. São Cristóvão: PPGEU/UFS, 2011. (Tese de Doutorado).

SANTOS, José Ricardo dos. **Análise dos indicadores de desenvolvimento municipal sustentável de Nossa Senhora da Glória**. Sergipe. João Pessoa: UFPB/PRODEMA, 2017ª.

SANTOS, José Gilson dos. **Saco do Ribeiro (Ribeirópolis): Pedacos de sua história**. Recife: Bompreço Indústria Gráfica LTDA, 1987.

SANTOS, José Ricardo dos. **Análise dos indicadores de desenvolvimento municipal sustentável de Nossa Senhora da Glória-Sergipe**. João Pessoa: UFPB, 2017.a (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Lourival Santana. **A produção do espaço agrário sergipano: estruturação e arranjos (1850-1925)**. São Cristóvão: UFS/PPGEU, 2011.

_____. **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGEU/UFS, 1996.

SANTOS, Maria José dos. **Programa um milhão de cisternas rurais: proposição de um sistema de indicadores de avaliação de sustentabilidade SIAVS-P1MC**. Campina Grande – PB, UFCG, 2005.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A mística nos acampamentos dos trabalhadores rurais sem terra como processo de territorialização**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5ª ed., 1º reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2013.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 6ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Espaço e Método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992 (Coleção Espaços).

_____. **O espaço dividido**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 9ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed., 1. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Luciene Leite. **Mobilidade do trabalho na fronteira do município de Canindé do São Francisco: a estratégia de formação e degradação do espaço**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2004^a. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Myrian S. dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Marleide Maria. **O sertão sergipano do São Francisco e os movimentos sociais no campo**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 1999. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SANTOS, Riclaudio Silva. **Análise integrada da paisagem do geocomplexo sertão sergipano**. São Cristóvão: PPGeo/UFS, 2018. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Rosalvo Ferreira, SILVA, Ivanilda (Org.). **Diferentes dimensões do desenvolvimento rural em Sergipe: aspectos teóricos e dinâmica produtiva**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

SANTOS, Viviani Teodoro dos; ICHIKAWA, Elisa Yashie. Representações sociais, história e memória: possíveis contribuições para os estudos organizacionais. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**. Vol. 12, n. 31, p. 2217 – 2231. Janeiro/abril, 2018.

SANTANA, José Ricardo; HANSEN, Dean Lee (Orgs.). **Planejamento e estratégias para o desenvolvimento: a agenda econômica de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAUER, Carl O. **Foreword to Historical Geography**, 1941. Disponível em www.Colorado\geography. (capturado em 18.12.2009)

SAUER, Sérgio. Movimentos e organizações sociais no Brasil rural contemporâneo: questões e desafios. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set/dez. 2008.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Cadernos Cebrap. São Paulo, 1980.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética: precedido por questões de método**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SASAKI, Karen. A contribuição da Geografia Humanística para a compreensão do conceito de identidade de lugar. **RDE –Revista de Desenvolvimento econômico**. Ano XIII, nº 22, Dezembro de 2010.

SEABRA, Giovanni. **Fundamentos e perspectivas da Geografia**. João Pessoa: Ed. Universitária – UFPB, 1997.

SEBASTIÃO, Pedro. **A caminho da reforma agrária. Acampamento Gualter: roça boa, vida nova**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2004. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

SENA, C. S. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. **Sociedade e cultura**. Goiânia, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan/jun, 1998.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 25, n. 48. São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?Acript=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200003. Acesso em 25 de maio de 2012.

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral. v. 4/5, 2002/2003. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/77>>. Acesso em: 10 de mai. 2017.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição: estudos da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SERPA, Ângelo. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. Ser lugar e ser território como experiência do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geosp-Espaço e tempo**. (Online), v. 21, n. 2, p. 586 – 600, agosto, 2017.

_____. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **Geosp – espaço e tempo**. São Paulo, n. 93, p. 168 – 185, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SEVERINO, F. J.; CARVALHO, S. J. P; CHISTOFFOLET, P. J. Interferências mútuas entre a cultura do milho, espécies forrageiras e plantas daninhas em um sistema de consórcio. **Planta Daninha**, Viçosa-MG, v. 23. N. 4, p. 589-596, 2005.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional.** GEOUSP – Espaço e tempo. São Paulo, nº 32, p. 89-109, 2012.

_____. **Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia.** GEOUSP – Espaço e tempo. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Rev. Econ. Polit. Vol. 30 nº 3. São Paulo – July-Sept. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** RBCS. Vol. 18, Nº 51, Fevereiro de 2003.

_____. **Agricultura familiar e industrialização.** Porto Alegre: Editora da UFRG, 1999.

_____. (Orgs.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas.** Volume 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Orgs.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHWARZSTEIN, Dora (Org.). **La Historia Oral.** Buenos Aires: Centro Editor da América Latina, 1991.

SILVEIRA, Amélia (Coord.). **Roteiro básico para apresentação e editoração de Teses, Dissertações e Monografias.** 3. ed. revista, atualizada e ampliada. Blumenau: Edifurb, 2009.

SILVA, Cássio Maria Pernambuco Peixoto da. **Paisagem sertaneja: aprendendo imagens do semiárido nordestino à luz das suas representações.** Recife: UFPE, 2014. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Armando Correa da. **De quem é o pedaço?** São Paulo: HUCITEC, 1986.

SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as reformas de base. **TEXTOS e DEBATES**, Boa Vista, n. 32, p. 5-20, jan./jun. 2019.

SILVA, Cícero Bezerra da; VARGAS, Maria Augusta Mundim. Travessias e itinerários que fazem o “ser” ribeirinho sertanejo no Baixo Rio São Francisco. **Geosul**. Florianópolis, v. 35, n.74, p. 375-394, jan/abr. 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2020v35n74p375>

SILVA, José Adailton Barroso. **A Comissão Pastoral da Terra e a questão agrária: trajetória de luta e resistência no Baixo São Francisco sergipano**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2006. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)**. Niterói: UFF, 1981.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, SANTOS, Raimundo, COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SILVA, Joana Casturina da. **Os instrumentos do trabalho rural como testemunhos da modernização agrícola e do desenvolvimento socioeconômico do estado de São Paulo**. São Carlos: UFSCar, 2012. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1996.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos)

_____. **Modernização dolorosa – estrutura agrária fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **Território, poder e as múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos: narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais**. São Cristóvão: UFS/NPGeo, 2010 (Tese de doutorado).

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado. Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis** (Nova série). [Online], 1/2012, posto online no dia 05 de novembro 2012. Consultado em 01 maio de 2019.

URL:<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/246>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.246.

SILVA, Rosemiro Magno da. **Assentamentos de pequenos produtores rurais em Sergipe (1945-1992)**. Aracaju: Secretaria de Estado da agricultura, do abastecimento e da irrigação, 1995.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500 – 1820**. 7ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

SIQUEIRA, G. do P.; BAPTISTA, P.A.N.; TEODORO-SILVA, W. A conferência de Medellín: contexto político-ecclesial e a posição sobre a educação e a juventude.

HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 16, n. 50, p. 648-676, 31 ago. 2018.

SIQUEIRA, Luiz Alberto. **Órgãos agrícolas em Sergipe – Panorama histórico da pesquisa**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006. (Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br>)

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SORRE, Max. Los Fundamentos Biológicos de La Geografía Humana> Ensayo de una Ecología del Hombre: Conclusion. In: MENDOZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. (Orgs.). **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)**, p. 267-274, Madrid: Alianza Editorial, 1982.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. **Élisée. Rev. Geo.** UEG – Goiânia, v. 1, p. 141-155, jan/jun, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

_____. A expulsão do paraíso: o paradigma da complexidade e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREIA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1997.

SOUZA, Natelson Oliveira de. A história está no “drama”: jovens xokó e produção de sociedade com linguagem das artes. **Cadernos de Arte e Antropologia**, nº 2/2013, p. 43-58.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, Moacir Araújo de; FONTES, Cátia dos Santos. Desenvolvimento rural no Brasil: uma história de contradições. In: CARVALHO, Diana Mendonça de; ALCÂNTARA, Fernanda Viana de; COSTA, José Eloízio da. (Orgs.). **Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional: realidades do nordeste brasileiro**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – EDISE, 2014.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

_____. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018a.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Limites e contradições da história oral: a memória e a história nas interseções entre o individual e o coletivo. **SAEculum** – Revista de História. João Pessoa, jul/dez. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/11521-164443-1-PB.pdf>.

SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. O desenvolvimento territorial rural e as políticas públicas agrícolas nos municípios sergipanos de Simão Dias e de Poço Verde: os territórios rurais sobre o dilema produtivista e as estratégias de ação coletiva institucional. In: CARVALHO, Diana Mendonça de; ALCÂNTARA, Fernanda Viana de; COSTA, José Eloízio da. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

SOUZA, Kelber Rodrigues de. A linguagem literária dos índios xocó: a re-afirmação da identidade cultural. **Letras Escreve** – Revista de Estudos Linguísticos e Literários do curso de Letras – UNIFAP. Vol. 02, n. 01, 2020 (<http://periodicos.unifap.br/index.php/letras>).

SUÁREZ, M. Sertanejo: um personagem mítico. **Sociedade e cultura**. Goiânia, v. 1, n. 1, p. 29-39, jan/jun, 1998.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre a epistemologia da geografia. **Cadernos geográficos**. Florianópolis, nº 12, maio de 2005.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil – debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **A Questão Agrária no Brasil (O debate tradicional: 1500-1960)**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp, 1991.

_____. **A questão agrária no Brasil - o debate da esquerda: 1960 - 1980**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

SZMERECSENYI, Tamas. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

TAVARES, Bráulio. Caminhos do sertão. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

TALASKA, Alcione. Região e regionalização: revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na região do Corede Norte/RS. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 12, n. 37, mar/2011, p. 201-2015.
<http://www.igufu.br/revista/caminhos.html>

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. **Territórios em conflito no alto sertão sergipano**. São Cristóvão: PPGEU/UFS, 2015. (Tese de Doutorado em Geografia)

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

TITTONI, Jaqueline; OLIVEIRA, Renata Ghislénide; SILVA, Paula Marques da; TANIKADO, Grace. A fotografia na pesquisa acadêmica: sobre visibilidades e possibilidades do conhecer. **Informática na educação: teoria e prática**. Porto Alegre, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

TOMIASE, Eliane. Políticas territoriais e questão agrária. In SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1982.

_____. Space and place: Humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G. (eds.). **Philosophy in Geography**. Dordrecht, Reidel Publ. Co. 1979.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **São Paulo: Rev. Saúde Pública, 2005; 39(3), p, 507-5014.**

TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani (Org.) **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

VALENTE JÚNIOR, Airton Saboya; LIMA, Yago Carvalho. Produção de milho no Nordeste. **DEE-Diário Econômico ETENE**. Ano I, nº 172 – 22.10.2018.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; SANTOS, Daniele Luciano (Orgs.). **Tempos e espaços da pesquisa qualitativa**. Aracaju: Criação, 2018.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados** 15(43), 2001. Texto eletrônico capturado em 15/08/2015. In: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300010&script..

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991.

VELÔSO, Thelma Maria G. **Frutos da terra: memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim-Pitimbu/PB**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2002. (Tese de Doutorado)

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. “A volta dos que não foram”: camponeses e/ou agricultura familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 129-147. Jan-Abr. 2019.

VIRGÍLIO, S. **O despertar da mecanização agrícola – 1948-1960**. São Paulo: Multicores, 2003.

VIRGÍLIO, Paul. **O espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 1993.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

_____. Campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba – SP. Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WEHLING, Arno. WEBLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo, Brasília: HUCITEC, Edunb, 1995.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

YARED, Ivone. O que é interdisciplinaridade? In: FAZENDA, Ivani (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

ZANGALLI JÚNIOR. Paulo C. As secas no sertão: dualidade climática entre o excepcional e o habitual. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (Orgs.). **Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SITES

<https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/entrevistas>

https://wikipedia.org/wiki/lista_de_governadores_de_sergipe

<https://www.se.gov.br/>

<https://segrase.se.gov.br/diario-oficial>

<https://palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/governadores.jsp>

<https://www.segov.se.gov.br/>

<https://ibge.gov.br/>

<https://al.se.leg.br/>

<https://www.ebc.com.br/educacao/2016/06/entenda-o-que-e-o-conselho-nacional-de-educacao-e-importante.portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em 29/12/2020.

https://pt.wikipedia.org/wiki/coeficiente_de_Gini

https://www.wwf.org.br/natureza_riscos_amazonia/desmatamento_na_amazonia/grilagem_na_amazonia/

<https://legisweb.com.br/legislacao/?id=75306>.

<https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/12/varia%c3%A7%C3%A3o-Geogr%A1fica-do-tamanho-dos-Modulos-Fiscais-no-Brasil-Embrapa.pdf>.

<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>

www.nativille.com.br

<http://www.sdr.pi.gov.br/creditofunduario/>

<https://www.seagri.se.gov.br/projetos>creditoDundiario>Desempenhofisicoefinanceiro>.
Acesso em dezembro de 2020.

<https://www.fiesp.com.br/sindimilho/sobre-o-sindmilho/curiosidades/milho-e-suas-riquezas-historia/#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20cultivo%20do,aos%20h%C3%A1bitos%20alimentares%20dos%20brasileiros>.

<https://www.se.gov.br/noticias/Desenvolvimento/governo-estimula-cultivo-do-algodao-em-sergipe>

<http://www.jornaldacidade.net/cidades/2021/02/320994/seca-afeta-cerca-de-50-mil-pessoas-em-sergipe.html#:~:text=Em%20Sergipe%2C%2012%20munic%C3%ADpios%20est%C3%A3o,da%20Defesa%20Civil%20do%20Estado>.

https://www.semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/o_fen%C3%94meno_das_secas.pdf

<https://mme.gov.br/luzparatodos/Asp/documentos.asp>.

<https://asa.brasil.org.br/>

<https://cdjbc.org.br/>

<https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/se/nossa-senhora-da-gloria/pesquisa37/30255?ano=2010>.

<https://www.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/fabrica-de-laticinios-em-gloria-recebe-apoio-do-governo-do-estado>

<https://aquiacontece.com.br/noticia/alagoas/04/02/2020/chegada-de-fabrica-da-natville-na-zona-da-mata-vai-fortalecer-cadeia-produtiva-do-leite-em-al/149888>

<https://www.click.sergipe.com.br/entretenimento/28/2497/a-feira-de-gloria-vista-por-uma-academica-de-geografia.html>

<https://www.inflation.eu/pt/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-194.aspx>.

<https://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.htm>

9 – FONTES IMPRESSAS E DOCUMENTAIS

9.1 – Jornais:

- A Cruzada – 1960 a 1970 (Edições: 22/07/1961, 10/02/1962, 16/06/1963, 03/08/1968, 01/06/1968, 25/01/1969, 29/03/1969, 01/03/1969, 24/05/1969, 13/09/1969, 15/11/1969);
- A Defesa, Diocese de Propriá, Edições mensais – 1980 a 1989 (Edições: 30/04/1965, 22/08/1965, 29/09/1965, 24/04/1986, 06/06/1986, 03/11/1970, 28/03/1971, 13/01/1980, 01/01/1984, 01/04/1984);
- Gazeta de Sergipe – 1960-2004 (Edições: 08/10/1985, 05/12/1985);
- Jornal Cinform – Edições: 18/06/1997, 12 a 18 de junho de 2000.

9.2 – Mensagens de Governo (1960-2018)

- Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe:

- Mensagem 1962 – Caixa original: XX, digitalizada: 236;
- Mensagem 1963/64 – Caixa original: XX, digitalizada: 237;
- Mensagem 1970/1971 – Caixa original: XX, digitalizada: 236;
- Mensagem 1975 – Caixa original: XX, digitalizada: 236;
- Mensagem 1978/1979 – Caixa original: XX, digitalizada: 236
- Mensagem 1981/1982/1983 - Caixa original: XX, digitalizada: 237;
- Mensagem 1985/1986 - Caixa original: XX, digitalizada: 237;

- Mensagem 1991/1992 - Caixa original: XX, digitalizada: 238;
- Mensagem 1995 - Caixa original: XX, digitalizada: 236;
- Mensagem 1999 - Caixa original: XX, digitalizada: 238;
- Mensagem 2003 - Caixa original: XX, digitalizada: 239;
- Mensagem 2007 – Impresso – Secretaria Geral de Governo;
- Mensagem 2012 - Impresso – Secretaria Geral de Governo;
- Mensagem 2011 – Impresso – Secretaria Geral de Governo;
- Mensagem 2014 – Impresso – Secretaria Geral de Governo;
- Mensagem 2017/2018 – Impresso – Secretaria Geral de Governo.

10 – FONTES ORAIS

Antônio Francisco de Oliveira. Entrevista concedida ao autor. Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe, 04/10/2019.

Carlos Soares de Menezes. Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nossa Senhora Aparecida/Lagoa das Areias – Monte Alegre de Sergipe, 07/03/2020.

João Alves dos Santos. Entrevista concedida ao autor. Assentamento Fortaleza – Nossa Senhora da Glória-Se, 08/03/2020.

José Barbosa Santos. Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis-Se, 03/04/2020.

Volnandy de Aragão Brito. Entrevista concedida ao autor. Aracaju-Se, 07/10/2020.

José Francisco de Lima. Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis-Se, 12/10/2020.

Helena Freitas dos Santos. Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis-Se, 22/10/2020.

João Alves dos Santos Meneses. Entrevista concedida ao autor. Ribeirópolis-Se. 23/10/2020.

José Barreto Santana. Entrevista concedida ao autor. Nossa Senhora Aparecida-Se. 27/10/2020.

Antônio Erivaldo de Oliveira. Entrevista concedida ao autor. Nossa Senhora Aparecida-Se. 28/10/2020.

Eliano Sérgio Azevedo Lopes. Entrevista concedida ao autor. Aracaju-Se, 30/10/2020.

Antônio Eloy Santana. Entrevista concedida ao autor. Povoado Monte Santos – Monte Alegre de Sergipe, 14/11/2020.

Terezinha da Conceição Matos. Entrevista concedida ao autor. Povoado Monte Santo – Monte Alegre de Sergipe, 14/11/2020.

Josué Santos de Alcântara. Entrevista concedida ao autor. Povoado Arco Bonito, no município de Pedro Alexandre - Ba. 21/11/2020.

Miguel Resende Neto. Entrevista concedida ao autor. Google Meet. 22/11/2020.

Hildebrando Oliveira Maia Júnior. Entrevista concedida ao autor. Google Meet. 27/11/2020.

Carlos Aquino dos Santos. Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nova Canadá, em Canindé do São Francisco. 02/12/2020.

Raimundo Eliete Cavalcante. Entrevista concedida ao autor. Poço Redondo-Se. 05/12/2020.

João Gomes da Silva. Entrevista concedida ao autor. Assentamento Jacaré-Curituba. Canindé do São Francisco. 06/12/2020.

Maria Aparecida da Silva. Entrevista concedida ao autor. Assentamento Nova Canadá, em Canindé do São Francisco. 05/12/2020.

11 – APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados do Entrevistador e do Projeto:

Nome: _____ Data: ____/____/____

Nome do Projeto: Terra e trabalho: uma abordagem da Memória do espaço e da História rural do Sertão sergipano (1960-2016)

Metodologia da História Oral Temática

Local da Entrevista: _____

Dados do Entrevistado:

1) Nome completo: _____

2) Local e data de nascimento: _____

3) Endereço atual:

Rua: _____, nº: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Cep: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

4) Documento de Identidade: _____

5) Profissão atual: _____.

Profissões anteriores: _____

6) Formação: _____

ROTEIRO

PARTE I: MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SERTÃO SERGIPANO

- 1 – O sertão é uma região muito interessante. Tem vida e tem história. Para o senhor (a) o que é o sertão? E o sertanejo?
- 2 – Fale sobre a estrutura fundiária (tamanho da propriedade) do sertão sergipano ao longo do tempo.
- 3 – O senhor (a) conheceu ou ouviu falar sobre o domínio pecuarista de algumas famílias em Sergipe, como a Feitosa, Brito e Leite no sertão sergipano?
- 4 – O senhor (a) acredita que a questão agrária é a raiz dos problemas sociais no Brasil?
- 5 – Qual o significado da terra no sertão sergipano? Quais as formas de aquisição?
- 6 – Fale sobre a atuação da igreja católica (CPT) e dos movimentos sociais na luta pela terra em Sergipe e em especial no sertão.

PARTE II: MEMÓRIAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, DAS SECAS, DA MODERNIZAÇÃO E DA ATUAÇÃO DO ESTADO NO SERTÃO SERGIPANO

- 7 – O senhor (a) tem conhecimento das grandes secas que ocorreram em Sergipe e especificamente no sertão sergipano? Fale um pouco sobre elas.
- 8 – O senhor (a) conhece algumas das estratégias utilizadas pelos sertanejos para combater/conviver com as secas nas unidades de produção familiar?
- 09 – O senhor (a) tem conhecimento dos principais produtos agropecuários em tempos pretéritos (passado) no sertão sergipano? Pode falar um pouco sobre o ciclo de cada um deles? E as técnicas de produção passado de geração a geração?
- 10 – Fale um pouco sobre o processo de modernização (insumos, tratores, energia elétrica, estradas, transporte) no sertão sergipano. É um fato marcante?

- 11 – Faça um comentário sobre a atuação da Sudene no Nordeste brasileiro e os projetos de desenvolvimento: Proterra, Polonordeste e Sertanejo.
- 12 – O senhor (a) poderia falar um pouco sobre a atuação da SUDENE no Sertão sergipano? Tem conhecimento dos açudes e barragens construídos pela SUDENE, DNOCS e COHIDRO?
- 13 – O Senhor (a) tem conhecimento sobre a construção de cisternas e outras tecnologias sociais (biodigestor, instrumentos de trabalho, entre outros) no Sertão Sergipano?
- 14 – Para o senhor (a) qual o significado do Projeto Chapéu de Couro para o sertanejo?
- 15 – Para o senhor (a), ao longo do tempo, o sertão sergipano se desenvolveu? O que mudou na produção agropecuária e na vida do agricultor familiar?
- 16 – O senhor (a) poderia citar algumas das políticas públicas para o agricultor familiar? Faça um comentário sobre a importância para a reprodução das unidades familiares.

PARTE III – AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO SERTÃO SERGIPANO

- 17 – Fale sobre o papel do atravessador na comercialização da produção e a importância das feiras-livres para o desenvolvimento do sertão sergipano.
- 18 – Qual a importância das associações comunitárias para o desenvolvimento dos agricultores familiares? E para os assentamentos?
- 19 – Ocorreram melhorias nas condições de vida do agricultor familiar nas últimas décadas?
- 20 – O senhor (a) tem conhecimento dos processos migratórios ocorridos no sertão sergipano?
- 21 – Para o sertanejo Nossa Senhora da Glória tornou-se a capital do sertão. O senhor (a) concorda com essa afirmação? Faça um comentário.
- 22 – Faça um comentário sobre a importância da produção agropecuária e da Bacia Leiteira do Sertão Sergipano.
- 23 – Como o senhor (a) avalia o avanço do agronegócio do milho nas últimas décadas no sertão sergipano? Como ocorre a produção do milho nos assentamentos rurais?

24 – Como o senhor (a) avalia o desmonte do Estado brasileiro e suas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural?

25 – Como é a vida do sertanejo em tempos de crise?

26 – O senhor (a) gostaria de acrescentar algo que ainda não disse ou não foi perguntado?

27 – O senhor concorda em autorizar a audição, transcrição, uso integral e em partes desta entrevista, ficando vinculado o controle ao Grupo de Pesquisa sobre “Transformações do Mundo Rural” (PPGEO/UFS/CNPq) da Universidade Federal de Sergipe?

28 - Observação: Solicitar do entrevistado, caso ele tenha, fotos antigas sobre a temática apresentada, tirar uma foto do entrevistado, de sua propriedade e instrumentos de trabalho.

Apêndice B – Carta de cessão



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TERRA E TRABALHO: UMA ABORDAGEM DA MEMÓRIA DO ESPAÇO E DA HISTÓRIA RURAL DO SERTÃO SERGIPANO (1960-2018)

CARTA DE CESSÃO

_____, _____ de _____ de _____

Destinatário,

Eu, _____, _____, RG. _____,
declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista, gravada em
_____/_____/20____ para Givaldo Santos de Jesus, usá-la integralmente ou em partes, sem
restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo sua audição,
transcrição e uso integral, em partes ou das citações a terceiros, ficando vinculado o controle
ao Grupo de Pesquisa sobre “Transformações no Mundo Rural” (PPGEO/UFS/CNPq), que tem
a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão,
subscrevo a presente.

Assinatura do Depoente

Apêndice C - Quadro com o perfil dos entrevistados

Entrevistado	Perfil do Entrevistado	Data de Realização da Entrevista
Entrevista 01 Antônio Francisco de Oliveira	Nasceu em Ribeirópolis-Se, em 05 de setembro de 1954. Casado, cursou o Ensino Fundamental Maior. Trabalhou na juventude como agricultor nas terras de seu pai no povoado Algodão em Nossa Senhora Aparecida. Atualmente é fazendeiro e aposentado. Mora na fazenda Maravilha – Povoado Maravilha – Monte Alegre de Sergipe.	04/10/2019
Entrevista 02 Carlos Soares de Menezes	Nasceu no povoado Augustinho, município de Nossa Senhora da Glória-Se, em 29 de dezembro de 1949. Casado, não estudou. Trabalhou desde a juventude como diarista nas fazendas da região. Atualmente é pedreiro, carpinteiro, assentado, apicultor e agricultor, sendo a agricultura sua principal atividade. Mora no Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Lagoa das Areias – Monte Alegre de Sergipe.	07/03/2020
Entrevista 03 João Alves dos Santos	Nasceu na fazenda Fortaleza, município de Nossa Senhora da Glória-Se, em 16 de maio de 1942. Estudou até o 4º Ano do Ensino Fundamental Menor. Trabalhou como vaqueiro com o seu pai na Antiga fazenda Fortaleza e quando se casou, tornou-se também agricultor. Atualmente é assentado, aposentado e mora no Assentamento Fortaleza, município de Nossa Senhora da Glória.	08/03/2020
Entrevista 04 José Barbosa Santos	Nasceu no povoado Riachão, município de Ribeirópolis-Se, em 15 de abril de 1940. Estudou até o 2º Ano do Ensino Fundamental Menor. Trabalhou como agricultor com os seus pais e quando se casou, também passou a desempenhar a profissão de pedreiro. Atualmente é aposentado e mora no município de Ribeirópolis-Se.	03/04/2020
Entrevista 05 Volnandy de Aragão Brito	Nasceu no município de Gararu-Se, em 04 de dezembro de 1953. Graduado em Economia e doutor em Geografia. Trabalhou 26 anos na função de fiscal e 7 anos como gerente da Agricultura Familiar e mine e pequeno produtor no Banco do Nordeste. Atualmente é aposentado, fazendeiro e mora no município de Aracaju-Se.	07/10/2020
Entrevista 06	Nasceu em Santa Rita, município de Nossa Senhora Aparecida-Se, em 19 de novembro de 1953. Estudou o MOBREAL. Com a idade de quinze anos foi trabalhar na colheita de algodão	12/10/2020

José Francisco de Lima	em São Paulo e no Paraná. Agricultor e vaqueiro viveu sua infância nas terras dos seus pais no povoado Taquatiara, em Nossa Senhora Aparecida-Se. Depois quando casou-se foi morar em uma fazenda no povoado Monte Santo, município de Monte Alegre de Sergipe. Atualmente é pequeno proprietário de terra, funcionário público aposentado, agricultor familiar e mora no município de Ribeirópolis-Se.	
Entrevista 07 Helena Freitas dos Santos	Nasceu no povoado Campanha, município de Nossa Senhora Aparecida, em 17 de agosto de 1944. Casada. Estudou o 1º Ano do Ensino Fundamental Menor. Agricultora e feirante, trabalhou desde criança nas terras de seus pais, plantando algodão, mandioca, milho e feijão. Atualmente é aposentada e mora no município de Ribeirópolis-Se.	22/10/2020
Entrevista 08 João Alves dos Santos Meneses	Nasceu no povoado Coité dos Borges, município de Frei Paulo, em 12 de junho de 1942. Casado. Estudou o 2º Ano do Ensino Fundamental Menor. Agricultor familiar e feirante. Trabalhou vários anos na colheita de algodão em São Paulo e em uma pequena propriedade no município de Frei Paulo. Atualmente é aposentado e mora no município de Ribeirópolis-Se.	23/10/2020
Entrevista 09 José Barreto Santana	Nasceu no povoado Jacoca, município de Nossa Senhora Aparecida, em 15 de novembro de 1953. Casado. Estudou o 1º Ano do Ensino Fundamental Menor. Agricultor e vaqueiro, trabalhou como diarista nas fazendas da região e depois passou a produzir algodão, milho, feijão, leite e queijo em sua pequena propriedade. Atualmente é aposentado e continua produzindo milho e criando gado de leite e de corte. Mora no município de Nossa Senhora Aparecida-Se.	27/10/2020
Entrevista 10 Antônio Erivaldo de Oliveira	Nasceu no povoado Jenipapo, município de Nossa Senhora das Dores, em 02 de fevereiro de 1942. Fazendeiro. Estudou 5º Ano do Ensino Fundamental Menor. Foi para São Paulo, trabalhou na colheita de algodão e depois foi morar e produzir algodão no Paraná. Posteriormente, voltou para o sertão sergipano. Atualmente é aposentado e mora no povoado algodão, município de Nossa Senhora Aparecida-Se.	28/10/2020
Entrevista 11 Eliano Sérgio Azevedo Lopes	Nasceu em Porto Velho, município de Rondônia, em 16 de setembro de 1949. Casado. Economista e Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ,	30/10/2020

	é professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Atualmente, é pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural – GEPRU, vinculado ao PPGEIO/UFS, do qual foi seu idealizador e líder. Tem livros e artigos publicados sobre Assentamentos Rurais, Reforma Agrária, Movimentos Sociais no Campo, Agricultura Familiar e Políticas Públicas para a Agricultura. Mora no município de Aracaju-Se.	
Entrevista 12 Antônio Eloy Santana	Nasceu no município de Frei Paulo-Se, em 08 de dezembro de 1948. Casado. Não estudou. Agricultor e vaqueiro, trabalhou na antiga fazenda de Zeca Capitinga. Atualmente é aposentado e mora no povoado Monte Santo, município de Monte Alegre de Sergipe.	14/11/2020
Entrevista 13 Terezinha da Conceição Matos	Nasceu no povoado Rosa Melha, município de Frei Paulo-Se, em 12 de setembro de 1946. Casada. Não estudou. Agricultora, quando criança trabalhou com seus pais na colheita de algodão em São Paulo e depois de alguns anos veio morar novamente no sertão sergipano. Atualmente é aposentada. Mora em sua pequena propriedade no povoado Monte Santo, município de Monte Alegre de Sergipe-Se.	14/11/2020
Entrevista 14 Josué Santos de Alcântara	Nasceu no município de Campo do Brito - Se, em 08 de julho de 1950. Casado. Não estudou. Agricultor, carreiro e carpinteiro. Viveu e trabalhou na região de Santa Rosa do Ermírio. Atualmente é aposentado e conserta carro de boi. Mora em sua pequena propriedade no povoado Arco Bonito, no município de Pedro Alexandre - Ba.	21/11/2020
Entrevista 15 Miguel Resende Neto	Nasceu no município de Gararu-Se, em 01 de fevereiro de 1951. Técnico agrícola do Incra. Trabalhou por mais de 30 anos no sertão sergipano, nos assentamentos de reforma agrária, principalmente na Barra da Onça, desde 1986. Atualmente é aposentado e mora no município de Aracaju-Se.	22/11/2020
Entrevista 16 Hildebrando Oliveira Maia Júnior	Nasceu no município Senhor do Bomfim – Bahia, em 05 de fevereiro de 1964. Teólogo. Trabalhou muitos anos na Diocese de Propriá, como agente de pastoral e coordenador de comunicação social, no período dos bispados de Dom José Brandão de Castro e Dom José Palmeira Lessa. Atualmente é assessor político do Sintese – Sindicato dos trabalhadores em Educação Básica da Rede	27/11/2020

	Oficial do Estado de Sergipe. Mora em Aracaju-Se.	
Entrevista 17 Carlos Aquino dos Santos	Nasceu em Nossa Senhora das Dores, em 30 de abril de 1953. Não estudou. Assentado de Reforma Agrária. Atualmente é aposentado e mora no Assentamento Nova Canadá, em Canindé do São Francisco.	02/12/2020
Entrevista 18 Raimundo Eliete Cavalcante	Nasceu no município de Juncás – Ceará, em 20 de agosto de 1943. Professor e Geógrafo. Trabalhou junto a Pastoral da Terra no Ceará, e em Sergipe desde o início dos primeiros conflitos de terras junto a Diocese de Propriá. Atualmente é aposentado e mora no município de Poço Redondo-Se.	05/12/2020
Entrevista 19 João Gomes da Silva	Nasceu em Olivença - Alagoas, em 04 de abril de 1954. Estudou até a 4º Ano do Ensino Fundamental Menor. Assentado de Reforma Agrária, participou da direção executiva o MST em Sergipe. Atualmente mora no Assentamento Jacaré-Curituba, entre os municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco-Se.	06/12/2020
Entrevista 20 Maria Aparecida da Silva	Nasceu no povoado Maravilha, município de Monte Alegre de Sergipe, em 19 de abril de 1953. Estudou o MOBREAL. Assentada de Reforma Agrária. Atualmente é aposentada e mora no assentamento Nova Canadá, em Canindé do São Francisco.	06/12/2020

12 – ANEXOS

Anexo A - Governadores de Sergipe, 1959 a Atualidade

NOME	PROFISSÃO	PERÍODO DE GOVERNO
Luís Garcia (1910/2001)	Advogado	31.01.1959 a 06.06.1962
Dionísio de Araújo Machado (1905/1985)	Proprietário Rural	06.06.1962 a 30.01.1963
Horácio Dantas de Góis (1914/1998)	Proprietário Rural	30.01.1963 a 30.01.1963
João de Seixas Dória (1917/2012)	Advogado	31.01.1963 a 01.04.1964
Sebastião Celso de Carvalho (1923/2009)	Advogado e empresário	02.04.1964 a 31.01.1967
Lourival Batista (1915/2013)	Médico	31.01.1967 a 14.05.1970
Volney Leal Melo (substituto) Presidente da Assembleia (1921/1995)	Empresário	14.05.1970 a 04.06.1970
João Andrade Garcez (1926/1991)	Dentista	04.06.1970 a 15.03.1971
Paulo Barreto de Menezes (1925/2016)	Engenheiro Civil	15.03.1971 a 15.03.1975
José Rolemberg Leite (1912/1996)	Engenheiro de Minas e Proprietário Rural	15.03.1975 a 15.03.1979
Augusto do Prado Franco (1912/2003)	Médico e Empresário	15.03.1979 a 14.05.1982
Djenal Tavares de Queiroz - Vice (1916/1997)	Militar e Proprietário Rural	14.05.1982 a 15.03.1983
João Alves Filho (1941/2020)	Engenheiro Civil e Empresário	15.03.1983 a 15.03.1987
Antônio Carlos Valadares (1943/)	Químico e Advogado	15.03.1987 a 15.03.1991
João Alves Filho (1941/2020)	Engenheiro Civil e Empresário	15.03.1991 a 01.01.1995
Albano do Prado Pimentel Franco (1940/)	Advogado e Empresário	01.01.1995 a 01.01.1999
Albano do Prado Pimentel Franco (1940/)	Advogado e Empresário	01.01.1999 a 01.01.2003
João Alves Filho (1941/2020)	Engenheiro Civil e Empresário	01.01.2003 a 01.01.2017
Marcelo Déda Chagas (1960/2013)	Advogado	01.01.2017 a 01.01.2011
Marcelo Déda Chagas (1960/2013)	Advogado	01.01.2011 a 02.12.2013
Jackson Barreto (Vice) (1944/)	Advogado	02.12.2013 a 01.01.2015
Jackson Barreto (1944/)	Advogado	01.01.2015 a 06.04.2018
Belivaldo Chagas - Vice (1960/)	Advogado e Defensor Público	06.04.2018 a 01.01.2019
Belivaldo Chagas (1960/)	Advogado e Defensor Público	01.01.2019 a atualidade

Organização: Givaldo Santos de Jesus

Fonte: DANTAS, Ibarê. História de Sergipe: República (1989-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

<https://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/governadores.jsp>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Sergipe

Anexo B – Instrumentos de trabalho da Fazenda Maravilha -Monte Alegre de Sergipe 2020

Trator Massey Ferguson, 2018



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020
Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Trator Massey Ferguson e Caminhão Mercedes Benz 1113



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020
Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Grade de tombar terra, pipa e carreta para transporte de água e produtos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020
Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Roçadeira



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020
Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Máquina para fazer silo



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

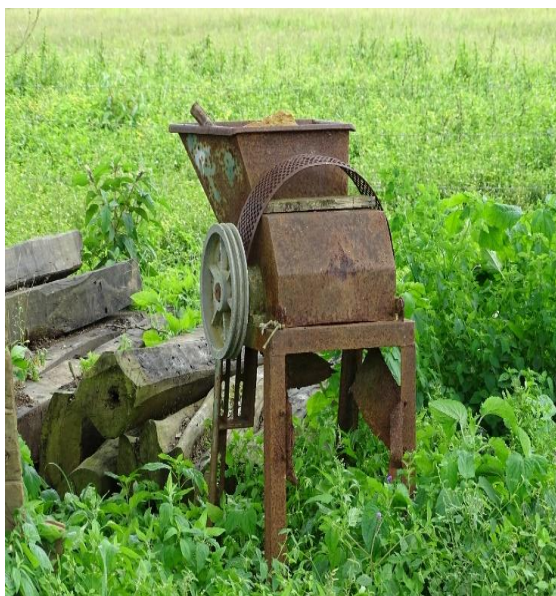
Máquina foguetinho para colher milho



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Máquina para fazer ração



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019

Ciclone para ensacar rações



Fonte: Pesquisa de campo 2019-2020

Autor: JESUS, Givaldo Santos de, 2019